

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS
SOCIEDADES IBÉRICAS E AMERICANAS**

MAÍRA INES VENDRAME

**Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de
justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)**

Prof.^a Dr.^a Núncia Santoro de Constantino

Orientadora

Porto Alegre

2013

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS
SOCIEDADES IBÉRICAS E AMERICANAS**

MAÍRA INES VENDRAME

**Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e
práticas de justiça entre imigrantes italianos no
sul do Brasil (1878-1910)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Núncia Santoro de Constantino

Porto Alegre

2013

Maíra Ines Vendrame

**Ares de vingança: redes sociais, honra familiar e
práticas de justiça entre imigrantes italianos no
sul do Brasil (1878-1910)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Núncia Santoro de Constantino

Aprovado em _____ de março de 2013, pela Banca Examinadora.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a NÚNCIA SANTORO DE CONSTANTINO – PUCRS (orientadora)

Prof. Dr. VITOR OTÁVIO FERNANDES BIASOLI – UFSM

Prof.^a Dr.^a LENA MEDEIROS DE MENEZES – UERJ

Prof.^a Dr.^a ANA SILVIA VOLPI SCOTT – UNISINOS

Prof. Dr. RENÉ ERNAINI GERTZ – PUCRS

A vingança é o reconhecimento da ofensa.

Sêneca

Ninguém morre tão pobre a ponto de não deixar nada.

Pascal

AGRADECIMENTOS

A CNPQ, que possibilitou a realização desta pesquisa com bolsa integral. E a CAPES pela concessão de bolsa sanduíche para a Itália.

Ao programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, em especial ao coordenador Helder Gordim da Silveira por acreditar na minha pesquisa. Também à secretária Carla pela eficiência em solucionar problemas e dúvidas dos alunos.

No decorrer dos últimos quatro anos foram muitas as pessoas que me auxiliaram na presente tese, tanto desse quando do lado de lá do Atlântico. Sou grata aos amigos Luiz Augusto e Nikelen por contribuir com sugestões na elaboração do projeto de doutorado quando do início da pesquisa. Ao professor Vitor Biasoli por me apoiar na realização do estágio de pesquisa no exterior e aos que me socorreram com documentos e livros: às amigas Carla Barbosa, Cleuze, Liriana Stefanello, Fernanda Simonetti e à professora Ana Silvia Volpi Scott.

À amiga Syrléa Marques Pereira, que durante minha estada no Rio de Janeiro forneceu tão gentilmente livros e artigos sobre e/imigração italiana.

Aos amigos Paulo Moreira e Daniela Carvalho pela acolhida no Rio de Janeiro e pelas conversas animadas.

À professora Chiara Vangelista da *Università degli Studi di Genova*, co-orientadora do estágio de pesquisa na Itália, por ter aceitado prontamente o convite de me auxiliar, permitindo que eu permanecesse quatro meses trabalhando em arquivos da região do Vêneto.

Ao professor Emílio Franzina, pela ótima recepção em Vicenza. Obrigado pelo convite para assistir a inspiradora aula cantada da história da emigração italiana. Agradeço também pelas dicas e sugestões bibliográficas.

A Ulderico Bernardi, professor e estudioso da emigração da comuna de Oderzo, com quem tive o prazer de conversar, receber orientações e material documental.

Ainda em solo italiano, não posso deixar de agradecer ao acolhimento e assistência de Cátia Dalmolin e Renè, na Comuna de Castelfranco. Ao padre Gilberto Orsolin, pela recepção e apoio em Roma. Jamais esquecerei o que fizeram por mim.

Meu muito obrigado ao arquivista da Biblioteca comunal de Treviso, Gianluigi Perino e aos pesquisadores que me auxiliaram no Arquivo do Estado de Treviso, em especial a Giovanni Battista Tozzato. No Arquivo do Estado de Bassano Del Grappa, à Gabriele Farronato; em Treviso, às bibliotecárias da *Fondazione Benetton di Studi Ricerche*; e, em Roma, à secretária do *Centro de Studi de Emigrazione* dos padres Scalabrinianos.

A Don Noè Tamai, residente em S. Lucia di Piave, Província de Treviso, pela gentileza de me auxiliar com documentos sobre a trajetória de Antônio Sório antes de partir para a América.

Ao professor Giovanni Levi, por me receber em sua casa, em Veneza, ouvir atentamente minhas colocações e sugerir leituras que foram de grande relevância para reforçar ideias no presente trabalho.

Com especial carinho, agradeço à minha orientadora Dr. Núncia Santoro de Constantino pelo apoio e confiança durante os quatro anos de doutorado. Sentirei saudades dos nossos encontros e conversas acompanhadas, muitas vezes, por taças de café.

Ao Alexandre, amigo e companheiro de vida e trabalho, com quem dividi todas as minhas angústias, descobertas e vitórias.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar o modo como os imigrantes italianos no sul do Brasil resolviam questões relacionadas à honra familiar. Para isso, dar-se-á atenção à constituição das redes sociais que ligavam os camponeses e às práticas de justiça por eles utilizadas quando certos fatos ofendiam as famílias e/ou a comunidade. Como mote, a pesquisa parte de um episódio emblemático ocorrido nos primeiros dias de 1900: a morte “trágica” do padre Antônio Sório, pároco da ex-Colônia Silveira Martins, núcleo de colonização italiana no centro do Rio Grande do Sul. O falecimento do sacerdote propiciou o surgimento de algumas versões entre a população local, gravitando entre crime político, onde a maçonaria teria sido a responsável, e crime de vingança ligado a questões de honra familiar. Seguir a trajetória deste sacerdote, desde que chegara à região colonial em 1881, bem como a de outros imigrantes, permitirá perceber as normas e as regras que orientavam os comportamentos e organizavam a dinâmica da sociedade. Experiências individuais e coletivas que ajudarão a compreender o universo no qual grupos de famílias camponesas e lideranças locais fizeram suas escolhas. As explicações fornecidas pela população a respeito da morte do pároco encontram sentido na realidade social dos imigrantes, onde os ajustamentos se davam através de práticas de justiça autônomas, acordos extrajudiciais, mecanismo cultural visando restabelecer o equilíbrio nas comunidades rurais.

Palavras-chave:

Imigração Italiana – Redes Sociais – Honra familiar – Justiça – Vingança

ABSTRACT

This paper has the aim of analyzing how the Italian immigrants in the south of Brazil used to solve problems related to the familiar honor. For that, it will be given attention to the social relations that bound the peasants to the justice they used to when certain facts offended their families or the community. As a motto, this research starts from an emblematic episode occurred during the first days of 1900: the “tragic death” of Antônio Sório, the priest of the ex-colony Silveira Martins, nucleus of the Italian immigration in the center of Rio Grande do Sul. The death of the priest propitiated the sprouting of some versions among the local population: political crime, where the Masonry would be the responsible for it, and revenge crime related to the familiar honor issues. To follow the trajectory of this priest, since he arrived the colonial region in 1881, as well as others immigrants, make it possible to notice the rules that guided the behavior and organized the dynamics of the society. Individual and collective experiences will help to understand the universe in which groups of peasant families and local leaderships made their choices. The explanations given by the population related to the death of the priest make sense in the social reality of the immigrants, where the adjustments used to occur through independent justice, extrajudicial agreements and cultural mechanisms aiming reestablish the balance in the rural communities.

Key- Words: Italian Immigration - Social Relations – Familiar Honor – Justice – Revenge

FICHA CATALOGRÁFICA

Vendrame, Maíra Ines.

Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)/ Maíra Ines Vendrame. – Porto Alegre: PUCRS/FFCH, 2013.

xiii. 477f.: il.; 31 cm.

Orientadora: Núncia Santoro de Constantino

Tese (doutorado) – PUCRS/ Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/ Programa de Pós-Graduação em História, 2013.

Bibliografia: f. 454-477.

1. Imigração Italiana. 2. Honra Familiar. 3. Práticas de Justiça. 4. Rio Grande do Sul. I. Constantino, Núncia Santoro de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| 1. Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul – 1900..... | 32 |
| 2. Homenagem ao sacerdote Antônio Sório..... | 53 |
| 3. Deslocamento da família na região da ex-Colônia Silveira Martins..... | 76 |
| 4. Casa dos Bortoluzzi, Piavon (Itália)..... | 84 |
| 5. Províncias da região do Vêneto..... | 86 |
| 6. Província de Treviso e a divisão em comunas (municípios)..... | 87 |
| 7. Casa e terras de cultivo pertencentes à família Bortoluzzi, Piavon..... | 124 |
| 8. Vale Vêneto, início do século XX..... | 128 |
| 9. Expansão dos espaços ocupados pelas famílias de imigrantes para além dos núcleos coloniais..... | 129 |
| 10. Distribuição dos lotes e formação dos principais núcleos da ex-Colônia Silveira Martins (1890)..... | 172 |
| 11. Padre Antônio Sório, s/d..... | 229 |
| 12. Igreja matriz de Santo Antônio da Freguesia de Silveira Martins..... | 248 |
| 13. Capa do livro do estatuto da Sociedade de Mútuo Socorro de Silveira Martins.... | 260 |
| 14. Conselho administrativo e relação dos sócios da Sociedade de Mútuo Socorro de Silveira Martins, 1896..... | 263 |
| 15. Carta de recomendação do sindaco de Vidor, 1876..... | 321 |
| 16. Anúncio no jornal <i>O Combatente</i> | 420 |
| 17. Agradecimento dos sobrinhos do padre Sório..... | 424 |
| 18. Mapa da Colônia Silveira Martins – possível local da morte do padre Antônio Sório..... | 432 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| 1. Relação dos integrantes da Loja Maçônica União e Trabalho de Silveira Martins em 1900..... | 48 |
| 2. Relação de algumas famílias emigradas do distrito de Oderzo..... | 90 |
| 3. Vendas por procuração realizadas por Paulo Bortoluzzi..... | 132 |
| 4. Famílias emigradas da comuna de Gemona (Província de Udine)..... | 169 |
| 5. Redes de afilhados diretos de Dom Antônio Sório..... | 192 |
| 6. Os afilhados de Mariana Sório..... | 198 |
| 7. Redes de compadrio de Alexandre Sório..... | 202 |
| 8. Redes de compadrio de Luiz Bianchi..... | 203 |
| 9. Número de apadrinhamentos dos membros da família Sório..... | 206 |
| 10. Antônio Sório como procurador..... | 208 |
| 11. Amostragem de transações de compra e venda de terras da família Sório..... | 209 |
| 12. Redes de crédito de Dom Antônio Sório..... | 213 |
| 13. Transações mediadas pelo comerciante José Aita..... | 218 |

ABREVIATURAS

| | |
|--------|---|
| ACMEC | Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria |
| AGCVSM | Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria |
| AHNSC | Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria |
| AHRS | Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul |
| APERS | Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul |
| ACMPA | Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre |
| ANRJ | Arquivo Nacional do Rio de Janeiro |
| ACDBL | Arquivo da Cúria Diocesana de Belluno |
| ADTV | Arquivo da Diocese de Treviso |
| ADV V | Arquivo Diocesano de Vittorio Veneto |
| ACTV | Arquivo Comunal de Treviso – Biblioteca Comunal <i>Borgo Cavour</i> |
| ACMB | Arquivo Comunal de Montebelluna |
| APP | Arquivo da Paróquia de Piavon (Oderzo) |
| AEBG | Arquivo do Estado de Bassano Del Grappa |
| AETV | Arquivo do Estado de Treviso |
| AEVE | Arquivo do Estado de Veneza |
| AEVR | Arquivo do Estado de Verona |
| BUPD | Biblioteca Universitária de Padova |
| BDSM | Bispado Diocesano de Santa Maria |
| CCSM | Cartório Civil de Silveira Martins |
| CPG-NP | Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma |
| CSER | <i>Centro Studi Emigrazione di Roma</i> |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Agradecimentos..... | 4 |
| Resumo..... | 6 |
| Abstract..... | 7 |
| Lista de Ilustrações..... | 9 |
| Lista de Quadros..... | 10 |
| Abreviaturas..... | 11 |
| Introdução..... | 14 |
| 1. Versões de uma tragédia..... | 30 |
| 1.1 Vítima de um desastre..... | 30 |
| 1.2 Vítima de uma armadilha..... | 35 |
| 1.3 A opinião local..... | 39 |
| 1.4 Os acusados..... | 46 |
| 1.5 Um horizonte de possibilidades..... | 54 |
| 1.6 Dois padres imigrantes..... | 59 |
| 1.7 Uma “morte infeliz”..... | 65 |
| 1.8 O nome como vínculo..... | 68 |
| 2. A trajetória de um camponês “ambicioso”..... | 82 |
| 2.1 A família Bortoluzzi na Itália..... | 83 |
| 2.2 A atuação de um sacerdote “fanático”..... | 94 |
| 2.3 “Recrutadores de emigrantes”: padres e camponeses..... | 99 |
| 2.4 Os “graves tumultos”..... | 107 |
| 2.5 O audacioso projeto de um camponês..... | 117 |
| 2.6 Um imigrante empreendedor..... | 127 |
| 3. Nos dois lados do Atlântico: estratégias familiares e redes migratórias..... | 138 |
| 3.1 Experiências migratórias..... | 138 |
| 3.2 “Longe da pátria, mas vizinho dos parentes”..... | 143 |
| 3.3 Informar, saudar e convidar..... | 153 |
| 3.4 Redes e conformações comunitárias..... | 164 |
| 3.5 Um imigrante agenciador..... | 173 |
| 4. Redes de compadrio..... | 184 |
| 4.1 Na terra natal..... | 184 |
| 4.2 Os muitos afilhados do padre..... | 190 |
| 4.3 As atividades econômicas da família Sório..... | 207 |
| 4.4 As redes de crédito de um sacerdote..... | 212 |
| 4.5 O mercado da terra..... | 216 |
| 4.6 A herança de Dom Sório..... | 225 |

| | |
|--|-----|
| 5. A autoridade de Dom Antônio Sório..... | 230 |
| 5.1 Uma despedida conturbada..... | 230 |
| 5.2 A administração da paróquia..... | 235 |
| 5.3 A autoridade do pároco..... | 244 |
| 5.4 A construção do poder..... | 249 |
| 5.5 Os campos de atuação de um pároco..... | 257 |
| 5.6 Um líder local..... | 265 |
| | |
| 6. Questões de família: honra e reparação..... | 281 |
| 6.1 Revelar ou ocultar: os nascimentos ilegítimos..... | 281 |
| 6.2 Evitar o escândalo..... | 296 |
| 6.3 Silêncio e expulsão..... | 305 |
| 6.4 A voz do povo..... | 310 |
| 6.5 Queria a sua honra de volta..... | 314 |
| 6.6 Questões de família..... | 323 |
| 6.7 Os limites da justiça oficial..... | 329 |
| | |
| 7. Formas de justiça local..... | 337 |
| 7.1 O clamor público..... | 337 |
| 7.2 Uma punição exemplar..... | 348 |
| 7.3 Frentes familiares de proteção..... | 357 |
| 7.4 Conflitos, mortes e impunidade..... | 363 |
| 7.5 Não se consideravam criminosos..... | 369 |
| 7.6 Especificidades locais..... | 371 |
| 7.7 Conflito e reconciliação..... | 374 |
| 7.8 Ajustes de contas..... | 380 |
| | |
| 8. Ares de vingança..... | 386 |
| 8.1 Crimes na vizinhança..... | 386 |
| 8.2 Atos e “palavras injuriosas”..... | 391 |
| 8.3 Uma moça de “maus costumes”..... | 396 |
| 8.4 Punição física e simbólica..... | 399 |
| 8.5 A história de Amália e de seus dois irmãos..... | 405 |
| 8.6 Um inspetor “analfabeto e incompetente”..... | 415 |
| 8.7 Ares que inspiram vingança..... | 417 |
| | |
| Conclusão..... | 436 |
| | |
| Fontes e Arquivos..... | 446 |
| | |
| Referências Bibliográficas..... | 454 |

Introdução

Na noite fechada, tiraram o padre do cavalo e o derrubaram no chão. Assim, caído e dominado, feriram-no repetidas vezes... castigaram-no mormente nas partes pudendas, esmagando-lhe os testículos. Sabiam que tal tortura era dolorosa. Fugiram na escuridão... Os vizinhos ouviram os gemidos, socorreram-no, levando-o a [casa] canônica em estado lastimável. A notícia da sacrílega agressão reuniu o povo, temeroso.¹

O episódio acima faz referência à morte de um pároco em uma região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Tal evento, que deixou marcas profundas na lembrança dos habitantes, aconteceu ao final de 1899, e, desde então, vem provocando dúvidas sobre suas causas. A memória sobre este fato perdurou por muito tempo entre a população colonial, e a necessidade de recontá-lo fez com que alguns imigrantes italianos e descendentes o realizassem de maneira escrita. Decorridos cinquenta anos da morte do sacerdote, o padre Pedro Luiz narrou que “o luto desceu sobre um dos núcleos coloniais do território sul-riograndense”. A notícia da morte “trágica” do sacerdote Antônio Sório abateu a todos. Isso porque nos últimos dias do mês de dezembro de 1899, quando passava por uma das estradas da região colonial, Sório foi atacado “por três ou quatro indivíduos numa subida mansa e pedregosa”. Detiveram “o cavalo pela rédea, derrubando o sacerdote da cavalgadura enchendo-o de ponta-pé, pisaduras brutais, relho e outros maus tratos”.² O pároco foi deixado ferido no local até que alguns imigrantes o encontraram e o conduziram ao centro da comunidade. Na casa paroquial, local de sua residência, foi assistido por familiares, paroquianos e amigos. Também recebeu assistência de um médico que se deslocou da cidade de Santa Maria para a sede da ex-Colônia.

Durante três dias, o padre Antônio Sório agonizou na casa paroquial, suportando as intensas dores que o afligiam. Mesmo impossibilitado de fazer qualquer movimento, o pároco ditou o próprio testamento, contando, para isso, com a presença de sete testemunhas. Sua saúde era tão delicada que foi incapaz de assinar o documento. Não confessou as circunstâncias em que ocorreu o atentado, nem ao menos identificou os agressores. Contudo,

¹ Trecho dos escritos do Monsenhor Pio José Busanello sobre a morte do padre Antônio Sório, 1989. Caixa da família Sório, Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma – CPG-NP.

² Crônica intitulada: “A morte trágica de Dom Antônio Sório”, do sacerdote palotino Pedro Luiz. Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 165. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora (AHPNSC), Santa Maria.

a notícia da existência de graves lesões no “baixo ventre” levou a população colonial a acreditar que o pároco havia sido vítima de uma emboscada (SCHWINN, caderno a, p. 14). Faleceu três dias depois do suposto ataque.

A morte repentina foi interpretada como consequência de um mecanismo de censura pelo comportamento desonesto e ofensivo que o padre teve em relação à honra de uma família da região. Segundo versão surgida entre a população da ex-Colônia Silveira Martins, Antônio Sório havia seduzido uma jovem, desonrando-a perante a comunidade. Reagindo a isso, os familiares da moça procuraram expor o sacerdote à vergonha, visando causar prejuízos à sua reputação, por isso o atacaram nos órgãos genitais. As referidas explicações podem ser encontradas atualmente entre os descendentes de imigrantes italianos que residem no município de Silveira Martins, fazendo parte da tradição oral local.

As controvérsias sobre o falecimento do padre ficaram circunscritas aos comentários da população, pois, nos registros oficiais, a causa foi “queda do cavalo”. Até hoje envolta em mistérios, a morte de Antônio Sório, pároco da comunidade de Silveira Martins, se tornou objeto de estudo do historiador Luiz Eugênio Vécio que escreveu obra intitulada *O crime do padre Sório* (2001). Pela primeira vez foram analisadas as versões sobre o episódio da morte do sacerdote, que gravitava entre crime político – onde a Maçonaria teria sido a responsável – e crime de vingança ligado a questões de honra familiar. Tendo como mote a ocorrência deste crime, Vécio, contudo, centrou a investigação no embate entre Igreja Católica e Maçonaria, bem como nas relações clientelares entre essa e o Estado positivista sul-rio-grandense. Desse modo, deixou em aberto um caminho para interpretar a morte do pároco, qual seja: na sociedade colonial dos imigrantes italianos, os homens estavam sujeitos às leis comunitárias, onde honra e moral igualavam a todos, inclusive os de batina.

Como resultado das entrevistas realizadas por Vécio na região colonial, constatou-se que uma das versões confirmava que Sório fora vítima de uma vingança perpetrada por homens ofendidos com o comportamento imoral do padre. Esta explicação surge como ponto de partida para se inferir sobre outras questões, como, por exemplo, tentar entender o tecido social que envolvia Antônio Sório e as diferentes maneiras que os imigrantes tinham para resolver os problemas internos à comunidade. Pretende-se avaliar as ações do pároco nos campos religioso, político e social procurando perceber, através de seu comportamento, as possibilidades que estavam ao alcance para conquistar espaço entre os conterrâneos. Assim, entende-se ser necessário estudar fatos banais e “miúdos” daquela realidade, captando a constituição das redes de relações construídas pelos sujeitos e seus desempenhos políticos nas

comunidades. São as situações concretas que se pretende alcançar com tal análise, um modo de se chegar mais próximo da realidade para compreender as escolhas, intenções, sucessos e insucessos dos imigrantes e famílias nos núcleos coloniais. De fato, a morte como consequência de uma punição encontra sustentação no universo social e cultural vivenciados pelos imigrantes italianos no sul do Brasil.

Durante os dezenove anos em que atuou como pároco na região colonial (1881-1900), Sório concentrou poderes através de uma política centralizadora, fundamentando sua força por meio de relações sociais e assumindo o papel de líder e mediador entre os imigrantes e as instituições externas à ex-Colônia Silveira Martins. O espaço de construção de seu prestígio foi a comunidade, lugar permeado por redes de afinidade entre indivíduos e grupos agregados em torno da paróquia e associações de mútuo socorro. A verificação dessa composição ganhará destaque quando for analisado o desempenho do padre Sório e outros imigrantes italianos nos núcleos coloniais.

Embora tenha como pano de fundo a imigração italiana no Rio Grande do Sul, a presente tese *não é* continuação da dissertação de mestrado que teve como título *Lá éramos sermos, aqui somos senhores* (VENDRAME, 2007). De uma maneira geral, o mestrado focou na organização social dos imigrantes italianos que chegaram à região central do Rio Grande do Sul a partir de 1877. Por meio da análise de atritos entre os imigrantes e as autoridades municipais de Santa Maria, abordaram-se aspectos sócio-culturais que orientavam o comportamento dos italianos, procurando entender, por meio das experiências concretas, a estruturação das comunidades. Foi através dessa perspectiva que se percebeu o quanto as ações específicas tomadas em diversas situações eram valiosas para captar normas que guiavam as condutas e as expectativas dos italianos em terras brasileiras.

O presente trabalho nasceu, portanto, do interesse em aprofundar as experiências vivenciadas pelos imigrantes, tendo como fio condutor a trajetória de alguns sujeitos, maximamente a do padre Antônio Sório, desde a Itália até o sul do Brasil, abrangendo um período que vai de 1878 até 1910, aproximadamente. Ao se analisar os eventos ocorridos nas comunidades – como transgressões sexuais e punições físicas e simbólicas – não se teve a preocupação em destacar fatos excepcionais, estranhos e extraordinários, mas sim compreender as normas que orientavam os comportamentos, a maneira como os imigrantes lidavam com determinadas situações e buscavam solucioná-las. Desse modo, os núcleos coloniais não serão apresentados por uma imagem idílica de sociedade homogênea, tranquila, submissa e imóvel, muito pelo contrário, ela era permeada por tensões, solidariedades e

iniciativas autônomas, tudo isso ligado a valores e racionalidade específica que guiava condutas individuais e coletivas. A possibilidade de apreender a realidade social dinâmica e complexa se mostra viável pela análise das escolhas particulares de alguns imigrantes desde a partida da península itálica. O modo como ocorreram os deslocamentos para a América e as oportunidades encontradas nas novas terras não foram as mesmas para aqueles que abandonaram a terra natal. E ainda, nem todos que emigravam eram camponeses miseráveis, pois muitos eram pequenos proprietários que, antes de partir, venderam seus bens para adquirir terras ou investir em novas atividades econômicas nas regiões de colonização do sul do Brasil.³

Ressalta-se que, neste trabalho, será feita uma análise intensa das fontes documentais tendo como perspectiva metodológica o estudo de eventos que se desenrolaram em espaços reduzidos, no caso as comunidades rurais formadas por imigrantes italianos. Nesse ínterim, certos assuntos ganharão destaque, como redes de sociabilidade, honra familiar, práticas de justiça e usos da violência no cotidiano, que serão desenvolvidos no decorrer dos capítulos quando o momento exigir. O que justifica o presente estudo não é a inexistência de trabalhos sobre honra e justiça nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas de sua existência, mas, antes, dois pontos: o entendimento de que a honra familiar estava no centro da moral camponesa dos imigrantes e que esses tinham formas de resolução dos impasses que passavam longe da intermediação do Estado. Pode-se antecipar que os italianos possuíam práticas autônomas de justiça para punir comportamentos condenáveis, exigir satisfação por ofensas e promover ajustamentos internos nas comunidades.

Alguns autores sustentam que a vinda para o Brasil foi uma escolha dos camponeses italianos no sentido de preservarem suas tradições, modos de vida e de resistirem aos problemas de miséria que atingiam o meio rural na Itália do século XIX.⁴ Segundo Emílio Franzina (2006, p. 322), para se entender o fenômeno da emigração e a população do campo italiano, é necessário levar em conta a existência de uma verdadeira “autonomia camponesa”, isso porque, uma vez nos núcleos coloniais brasileiros, ocorreu a reconstrução de um tipo de

³ Núncia Santoro de Constantino (2004: 2010, p. 144) sublinha a grande diversidade de imigrantes italianos que ocuparam os lotes coloniais no Brasil meridional, analisando a trajetórias de religiosos valdenses. Afirma que frente à heterogeneidade do grupo não se pode confundir a imigração como apenas a transferência de agricultores pobres.

⁴ Ressalta-se aos trabalhos de ALVIM, 1986; GROSSELLI, 1987; ZANINI, 2006.

sociedade “bastante apegada a valores tradicionais”, como o trabalho na terra, a organização familiar e a vivência das práticas que remontavam ao contexto da península itálica. Mais recentemente, estudos têm destacado o papel da mobilidade transoceânica, as estratégias familiares, as redes sociais estabelecidas e a função da memória no processo de constituição da identidade do grupo nos locais de ocupação no Brasil.⁵

Abordando questões como a memória, a morte e a saúde a partir de um duplo homicídio, José de Souza Martins (1993) procurou reconstruir alguns aspectos da vida “cotidiana e fragmentária” num núcleo de colonização italiana em São Paulo, entre 1880 e 1920. Suas conclusões mostram a existência de uma imagem diferente das representações da memória dos descendentes de italianos. Segundo o autor, é somente por meio da reconstituição da história local que se pode perceber a distância que existe entre a complexa realidade cotidiana e a interpretação laudatória e triunfalista existente sobre a vida nas regiões coloniais. Partindo de fontes documentais variadas, Maria Silvia Bassanezi (1990, p. 342) abordou aspectos do dia-a-dia, como nascimento, morte e casamento entre os imigrantes italianos e descendentes numa fazenda de café paulista. Assim, através da utilização de registros civis e paroquiais, pôde mapear a formação das redes familiares locais por meio das uniões matrimoniais, reforçando, desse modo, os laços de parentesco, compadrio e solidariedade entre grupos envolvidos.

Ao analisar diversos tipos de crimes cometidos pelos italianos, entre 1880 a 1924, na cidade de São Paulo, Boris Fausto (2001) identificou a formação de “frentes familiares” ligadas por diferentes laços de parentesco e amizade que buscavam “fazer justiça com as próprias mãos” através de um “estilo executório” próprio da cultura do grupo. A colaboração entre algumas famílias foi “o ostensivo de vários crimes”, porém, gradativamente perderam seu papel de “grupo de vingança” em favor do Estado como instituição responsável por aplicar a punição. Os imigrantes eram vistos com desconfiança pelas autoridades policiais, sendo, geralmente, acusados como culpados por crimes e desordens ocorridos nas fazendas do interior paulista (MONSMA, 2003: 2004). No meio urbano, os imigrantes italianos eram descritos pela imprensa do Rio de Janeiro, entre fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, como “indesejáveis” – vadios, ébrios, desordeiros, desviantes, ladrões e caftens –, que ameaçavam o desenvolvimento e a modernização da cidade do Rio de Janeiro (MENEZES, 1996).

⁵ Destacam-se aqui os estudos sobre os imigrantes italianos no estado do Rio de Janeiro: PEREIRA, 2008; CARVALHO, 2009.

No sul do Brasil, as autoridades municipais não avaliavam os italianos de forma positiva, visto aqueles enfrentarem dificuldades na cobrança de impostos e no cumprimento das leis do Estado pelos imigrantes. A própria administração da justiça encontrava obstáculos, uma vez que existiam compreensões diferentes em relação aos mecanismos a serem acionados para garantir a resolução de conflitos (VENDRAME, 2007). O envolvimento dos imigrantes com a justiça, através dos crimes ocorridos na primeira metade do século XX, na região da Serra Gaúcha, aponta para altos índices de inquéritos relacionados à sexualidade. Por iniciativa das famílias, as instâncias policiais e judiciais eram acionadas para forçar um casamento ou encaminhar a resolução de fatos relacionados à perda da virgindade das moças, conforme constatou Ismael Vannini (2008). Dentre os autores que estudaram os núcleos de colonização italiana no Rio Grande do Sul, Vannini é o primeiro a priorizar as fontes criminais a fim de avaliar o comportamento dos imigrantes e descendentes acerca do tema sexualidade.

Outro estudo de destaque abordou o papel da mulher e dos valores culturais a partir da trajetória de uma camponesa acusada de “sofrer de faculdades mentais”, em 1909, na Colônia de Conde D’Eu, atual cidade de Garibaldi. Após ser indiciada em processo criminal por ter afogado a filha pequena, Pierina foi internada no hospício em Porto Alegre. Um montante de cartas foi escrito pela condenada durante o tempo em que passou no hospício, onde manifestava as motivações que a levaram a cometer o crime. Yonissa Wadi (2009), através da análise desse material documental, constatou que a aflição de Pierina nascia do fato de ser apontada pela vizinhança como “a louca”. O drama vivenciado pela camponesa surge como modo de resistência frente os estigmas e constrangimentos surgidos na própria comunidade. Entre grupos de famílias vizinhas havia vínculos de solidariedade e reciprocidade, mas também tinham força significativa as avaliações e controles de uns sobre os outros, principalmente com relação a comportamentos que geravam suspeitas e condenações morais.

Apesar de a imigração no sul do Brasil ser tema que agrega ampla bibliografia,⁶ chama-se atenção para a necessidade de se estabelecer diálogo não só com a historiografia produzida em outros estados brasileiros, mas, principalmente, com a italiana. Os trabalhos que têm como proposta pensar a relação entre as escalas macro e micro, utilizando o método da microanálise, se tornaram referências na presente pesquisa. Partindo da opção de estudar eventos, fatos e sua repercussão nas comunidades e vizinhança, pode-se chegar a detalhes

⁶ Nas páginas de introdução do livro “Lá éramos servos, aqui somos senhores (VENDRAME, 2007, p. 25-41), há apresentação e discussão sobre a historiografia tradicional da imigração italiana no Rio Grande do Sul e alguns estudos recentes que apresentam críticas a essa historiografia. Por este motivo acreditou-se não ser necessário repetir a discussão no presente trabalho.

negligenciados por visões panorâmicas, percebendo a complexidade da realidade local e o ativo desempenho dos imigrantes para se fortalecerem na nova realidade. Dentre os que optaram por reduzir a escala de observação para entender como se construía essa conexão entre a esfera local e o contexto mais amplo, destacam-se as pesquisas de Giovanni Levi (1985: 2001).

A microanálise propunha analisar a dependência entre os diversos aspectos sociais, culturais e econômicos que compunham uma determinada realidade e os campos de atuação dos indivíduos neste espaço. Essa perspectiva permite apreender os processos mais amplos da história. Das inquietações surgidas na década de 1970, historiadores italianos, principalmente a partir das sugestões de Edoardo Grendi (1977), deram ênfase a novos estudos sobre a esfera local e as abordagens etnográficas.⁷ O referido pesquisador foi um dos fundadores da micro-história italiana, tendo conduzido suas pesquisas através do empirismo total, principalmente por considerar a história como prática ancorada estritamente na análise da linguagem da fonte.⁸

Giovanni Levi e Edoardo Grendi tiveram influência primordial no desenvolvimento de estudos regionais, analisando as redes de interdependências que definiam determinados espaços e identificavam as lógicas autônomas de funcionamento de certas estruturas sociais (GRENDI, 1977). Destacaram o papel de indivíduos e grupos como sujeitos ativos e responsáveis pela utilização de estratégias e recursos como forma de organização comunitária. Assim, a relação entre as famílias e a comunidade era indicada como fundamental para entender o universo rural do período pré-industrial europeu e a mediação com a sociedade mais ampla. Para apreender a dinâmica de organização e normas que orientavam àquelas instâncias de agregação local, era necessário ir além das relações interpessoais internas, realizando investigações dos vínculos com a realidade externa geral. Tais abordagens, enquanto exemplos de estudos bem sucedidos da micro-história, demonstram a aplicação de métodos, técnicas e utilização das fontes nas pesquisas em história econômica e social da época pré-industrial. Essas experiências podem servir de referência para o desenvolvimento de investigações em outros tempos e espaços.

⁷ As possibilidades de leitura e análise das obras de Grendi (1977: 1981: 1996), e de outras publicadas na revista italiana *Quaderni Storici*, – ainda sem tradução para o português –, contribuiu para um maior entendimento da proposta da microanálise. O citado periódico é uma das publicações de maior relevância na micro-história, sendo suas áreas de interesse a história econômica e social bem como questões teóricas (RAGGIO, 1986: 1990a; TORRE, 2002).

⁸ Devido à importância de Edoardo Grendi para historiografia italiana foi organizado um livro onde se encontram publicados cinco ensaios do referido autor, cujo tema versa sobre a prática etnográfica nas pesquisas históricas da sociedade do Antigo Regime (RAGGIO e TORRE, 2004).

Em seus trabalhos, Edoardo Grendi ressaltou a importância da aproximação dos estudos econômicos aos da antropologia. Dialogando com as ideias apresentadas por Karl Polanyi (2000)⁹ e o conceito de “economia moral” de Edward Thompson (1998), apontou para a necessidade de se observar os elementos sociais, culturais e o sentido de determinadas práticas econômicas, uma vez que essas eram orientadas por questões valorativas. Grendi (1978) defendia a ideia de que a produção familiar estava diretamente relacionada às necessidades de consumo e reprodução social do grupo. Considerava a parentela e as reciprocidades como elementos de integração inseparáveis das lógicas de produção, aspectos esses apontados como estruturadores das relações na sociedade camponesa italiana do Antigo Regime.¹⁰ Além disso, tanto Edoardo Grendi como Giovanni Levi (2001) assinalaram a existência de uma racionalidade específica em que os vínculos pessoais e as necessidades de manutenção do grupo caracterizavam a existência de uma economia não regulada pelos princípios do mercado.¹¹ As abordagens voltadas para as lógicas econômicas, as práticas sócio-culturais, o papel das famílias e as relações num determinado espaço passaram a indicar a existência de regras e valores que orientavam dinâmicas autônomas de funcionamento do universo camponês e seus vínculos de interdependência com a sociedade geral.

O destaque para os entendimentos locais de organização e a existência de normas e hábitos de uma cultura autônoma camponesa não significava, apenas, um novo fascínio pelo pequeno, mas a percepção de que questões mais gerais podiam ser entendidas a partir da análise de realidades concretas e circunscritas. A maneira como uma determinada população sentia e respondia aos processos de mudanças externas passou a ser seguido como um caminho vantajoso para apreender elementos não visualizados por abordagens amplas. Desse modo, optaram por apresentar a complexidade dos contextos, a variedade de trajetórias e as possibilidades de articulação nas diversas instâncias da sociedade.

Logo, assuntos como as mobilidades, os tipos de ocupação do espaço e as organizações familiares, bem como afinidades econômicas e dinâmicas administrativas e políticas locais, podem ser analisadas através da força das relações interpessoais. Os vínculos parentais, de vizinhança e reciprocidades, foram percebidas como instituições agregativas que

⁹ Karl Polanyi (2000) procurou explicar as motivações econômicas como um fator amarrado às questões sociais das sociedades pré-industriais, destacando, assim, o princípio da reciprocidade entre os indivíduos como uma das regras essenciais do funcionamento do mercado.

¹⁰ Giovanni Levi (2001), na obra *Herança Imaterial*, parte das indicações apontadas por Grendi para identificar os princípios normativos que orientavam o comércio de terra.

¹¹ Estas ideias foram extraídas das considerações do economista Karl Polanyi (2000) – autor do livro *A Grande Transformação* –, que ressaltou a importância de se considerar o significado das relações econômicas a partir da vida social dos próprios atores.

orientavam comportamentos variados e trocas cotidianas entre os indivíduos. No entanto, quanto ao relacionamento externo, da comunidade com os poderes do Estado por exemplo, a ênfase estava voltada para a maneira como a primeira instância sentia e respondia às investidas de controle externas. Era o protagonismo dos indivíduos, as formas de estruturação e a consciência social de pertencimento às unidades locais a perspectiva adotada para entender o processo de construção do Estado, segundo afirmou Edoardo Grendi (1979, p. 209, 212).

As indicações e as perspectivas apresentadas tornam-se importantes na presente pesquisa à medida que destacam o funcionamento das diversas escalas de integração, ressaltando o processo de constituição das comunidades como ação consciente dos indivíduos. É significativo que se identifique as redes sociais que conectavam os imigrantes e, logo, as obrigações e deveres mútuos que eram esperados pelo grupo. Os italianos também se guiavam por uma racionalidade própria, estabelecendo estratégias de reprodução sócio-culturais, padrões e normas que, por sua vez, estavam ligadas ao conjunto de relações e regras que orientavam a política cotidiana desempenhada por cada sujeito no grupo. É preciso que se identifiquem as alianças e redes de interdependências que conectavam os indivíduos aos vizinhos e à comunidade e, conseqüentemente, ao contexto geral no qual os imigrantes estavam inseridos. A cultura popular se esforçou para elaborar mecanismos de defesa através de uma contínua renovação das configurações sociais, formando uma estrutura de proteção e segurança para afrontar situações inesperadas, como a própria instabilidade das redes de dependência (LEVI, 2003a). Neste trabalho busca-se identificar as estratégias de assistência, articulação e resolução dos conflitos entre os indivíduos e grupos de famílias na região colonial frente à tentativa de controle e monopólio da justiça do Estado brasileiro entre o final do século XIX e início do XX.

O interesse pela compreensão do local e a maneira como determinados eventos mais amplos eram sentidos e interpretados pelos imigrantes, aponta como necessário considerar os vários aspectos que se encontravam entrelaçados, destacando-se, nesse sentido, a importância da perspectiva cultural. Logo, a reconstituição da multiplicidade das relações sociais, políticas e culturais se apresentam como uma das tarefas essenciais, de acordo com as sugestões de Edoardo Grendi (1993; RAGGIO, 2004, p. 10).¹² A análise cartográfica dos comportamentos sociais numa determinada realidade, fruto de investigação direta no maior número possível de fontes, permite que se vejam atores conhecidos agindo em diferentes momentos. Tal método se apresenta como valioso para apreender as diversas escolhas de um mesmo sujeito, bem

¹² No livro *Il Cervo e la repubblica*, Edoardo Grendi (1993) realiza um mapeamento dos comportamentos sociais e econômicos locais através da análise sistemática de fontes notariais, demográficas e fiscais.

como perceber as estratégias e projetos dos indivíduos e grupos. Através das relações sociais e tensões também pode ser desvelada as disputas por poder e as nuances da política local.

Na presente tese, optou-se por uma perspectiva de análise que encontra nas fontes judiciais informações sobre episódios e protagonistas locais, e que informa sobre práticas sociais frequentes e ações coletivas que correspondem a determinado sistema de valores e costumes. Os documentos criminais são definidos como os traços concretos de uma cultura, pois apresentam sinais que permitem a reconstrução de uma realidade histórico-cultural. A primazia pelas referidas fontes criminais na definição das práticas e teorias de conciliação e pacificação na esfera da comunidade foram destacadas por pesquisadores italianos como Grendi e Raggio. Para eles, os documentos judiciais oferecem a possibilidade de reconstruir os modos pelos quais “os homens percebem, praticam e exprimem a realidade” (Grendi *apud* RAGGIO, 2004, p. 20-22).¹³

Portanto, a investigação em processos-crime, para além de indicar normas e fatos que faziam parte da realidade cotidiana e que quebravam com determinado ideal de harmonia na vizinhança, permite perceber as iniciativas de reconciliação entre as partes em conflito. Havia uma negociação mediada por lideranças locais para resolver atritos intra-comunitários, e isto se dava paralelamente às investigações promovidas pelo Estado.¹⁴ Após a ocorrência de conflitos e/ou crimes, os imigrantes colocavam em prática as próprias formas de resolver os impasses, fazendo escolhas que visassem restituir a paz comunitária, eliminando, perseguindo, expulsando ou até mesmo protegendo os indivíduos e famílias.

O cruzamento de processos-crime com outras fontes, como os registros cartoriais de compra e venda de terra e livros de batismo e casamento, permitiu perceber a ligação que havia entre os indivíduos envolvidos em confrontos e quem mediava os acordos privados de resolução dos impasses. Este arranjo comunitário acontecia ao mesmo tempo em que o Estado investigava os delitos, justiça paralela e autônoma que tinha as próprias regras. O método de cotejar fontes de natureza diversa está ligado à ideia de que certas questões não podem ser compreendidas ou visualizadas apenas em um tipo de documento. Para alcançar a formação

¹³ Edoardo Grendi (1987) discute a importância e o papel das fontes criminais na “*premissa*” de um fascículo da revista *Quaderni Storici* dedicado ao tema “*Fonti criminali e storia sociale*”.

¹⁴ A possibilidade da existência de diferentes concepções de justiça em uma mesma sociedade ressalta a questão da sensibilidade em relação à leitura das fontes, principalmente porque essas permitem apreender as concepções populares de justiça. Nesse sentido, a ideia de uma pluralidade de justíças, práticas e procedimentos na sociedade do Antigo Regime é defendida por Simona Cerutti na obra *Giustizia Sommaria* (2003). Essa pesquisa se insere na tradição dos trabalhos que procuram estudar as concepções populares de justiça.

das redes de solidariedade e entender os ajustes extrajudiciais, de acordo com a racionalidade dos sujeitos, o cruzamento de fontes é essencial.¹⁵

Do montante de inquéritos e processos-crime analisados, selecionou-se para essa pesquisa aqueles que permitem visualizar com mais clareza a articulação dos imigrantes em aplicar a justiça local e estabelecer reconciliações para resolver impasses e como mecanismo de proteção à interferência do Estado.¹⁶ As comunidades eram espaços heterogêneos e permeados por tensões, e, no momento que surgiam conflitos ou eram apresentadas denúncias às instâncias judiciais, evidenciava-se tentativas de resolução dos problemas por meio de acordos ou severos castigos. Restabelecer a paz ou aplicar uma punição era um direito que pertencia aos membros das comunidades. Alguns estudos têm utilizado o conceito de “justiça negociada” para entender esse caráter comunitário de recomposição do equilíbrio social. Pertencente à realidade local, em um espaço regulado por normas compartilhadas, era colocada em prática quando havia a necessidade de reparar ofensas à honra, individual e familiar. A “justiça negociada” repousa sobre o consenso comunitário, fruto da convivência e da integração, objetivando a proteção e a resolução dos conflitos, buscando, igualmente, o ressarcimento à honra ofendida entre indivíduos que partilhavam determinados ambientes sociais (BROGGIO, 2001; BELLABARBA, 1999; NICOLI, 2007). Logo, busca-se, através dos conflitos cotidianos, acessar valores como a defesa da honra familiar, as formas de resolução e proteção acionadas contra as investidas do Estado que buscava exercer o monopólio da justiça.

Nesta pesquisa, entende-se que as famílias assumiam papel ativo em gerenciar os imprevistos e divergências, seguindo uma organização própria permeada por regras, obrigações e direitos. Família, aqui, significa sujeitos aparentados e que obrigatoriamente não residiam em uma mesma casa, conforme o sentido dado por Giovanni Levi (2000, p. 98-99): “grupos não co-residentes, mas interligados por vínculos de parentela consanguínea ou por alianças e relações fictícias (...)” firmadas na pia batismal e/ou no matrimônio. Nas comunidades, os imigrantes se organizaram a partir do princípio do cumprimento de certas leis costumeiras, cabendo ao grupo fiscalizar para que as normas fossem respeitadas. Por vezes, na defesa de tais valores, os camponeses colocaram barreiras para impedir a atuação da justiça do Estado. Porém, mais do que salientar a oposição entre estas forças, pretende-se captar as estratégias dos indivíduos no sentido de se adaptar e garantir seus interesses frente à

¹⁵ Sobre metodologia de análise que ressalta a importância de cruzamentos das fontes para identificar as redes que ligavam os indivíduos, consultaram-se as obras de: GRENDI, 1977; LEVI, 2000; GINZBURG, 1989.

¹⁶ Delitos sexuais, homicídios, agressões físicas e outros “ritos de violência” estão nos processos analisados na presente tese.

realidade externa, entendendo que os recursos e as possibilidades que cada um possuía eram limitados e variados.¹⁷ Será interessante perceber a forma pela qual as instituições estatais eram entendidas e utilizadas pelos imigrantes italianos e como esses respondiam às tentativas de controle.¹⁸ A partir das experiências vivenciadas nos núcleos coloniais irá se observar em que momentos o recurso da justiça do Estado Republicano brasileiro era acionado pelos imigrantes, quando esses o viam como necessário e justo.

As forças externas à comunidade tentaram sobrepor-se a ritos de punição, leis costumeiras e práticas de justiça local trazidas pelos italianos e revividas no meio rural brasileiro. Para tal, precisaram negociar com certos indivíduos de relevo político e/ou social das comunidades, pois sem a ação destes “mediadores”¹⁹ a tarefa seria mais difícil. Os mediadores possibilitaram que houvesse integração ou aproximação do poder central junto às comunidades, bem como o inverso, uma vez que as demandas locais também poderiam ser transmitidas àquela instância.²⁰ Na região colonial, padres e comerciantes atuaram como mediadores, tanto no campo político quanto no econômico e cultural, trabalhando para garantir as próprias necessidades e as das suas famílias. A legitimidade do mediador local era construída através de um “frágil equilíbrio de interesses inconciliáveis, de perspectivas incertas e prestígio pessoal”, conforme constatou Giovanni Levi (2000, p. 48). Ou, ainda, fazendo com que determinadas práticas fossem aceitas pela população, desempenho esse que foi assumido pelo padre Antônio Sório enquanto foi pároco de Silveira Martins.

Para remontar com clareza o universo no qual esses sujeitos fizeram suas escolhas se optou por destacar o nome como um indício da existência de relações, buscando um mesmo indivíduo atuando em distintas situações. O nome se torna uma linha que orienta a investigação nas diversas séries documentais, auxiliando a distinguir grupos, sujeitos, estratégias e a organização das comunidades por meio da própria reconstituição das famílias. Através da escolha de algumas trajetórias e episódios será possível apreender as normas que guiavam as ações, a diversidade dos comportamentos e as interpretações dos acontecimentos locais (GINZBURG, 1989). Esse tipo de abordagem que opta por centrar o estudo em alguns destinos específicos não contradiz o social, mas serve de base para uma análise diferente deste

¹⁷ A definição de uma racionalidade específica dos camponeses é apresentada por Giovanni Levi (2001), não enquanto resistência às inovações, mas como estratégia frente às transformações mais amplas. Também afirma ser essa racionalidade limitada, já que os indivíduos possuíam um conhecimento restrito.

¹⁸ Edoardo Grendi (1993) aponta a esfera fiscal e a administração da justiça como elementos-chaves para se observar a relação entre metrópole e comunidade na implantação do Estado Moderno na Itália do século XVI.

¹⁹ Termo da antropologia (Fredrik Barth, 1993) trazido para a história por Edoardo Grendi e Giovanni Levi.

²⁰ Na abordagem micro-analítica de Grendi (1993) e Levi (1985), ambos observaram a relação entre família, comunidade e o mundo exterior, identificando que certos indivíduos poderiam ser “pontes” entre tais unidades, agindo como “mediadores” políticos, sociais ou econômicos (LIMA, 2006, p. 195-6).

ao acompanhar “o fio de um destino particular” ou grupo na “multiplicidade de espaços e dos tempos” e rodeada pelas relações nas quais se encontram inseridos. Ao mesmo tempo, a redução de escala também convida a não se deixar subjugar “apenas por aquilo que efetivamente aconteceu”, mas também avaliar as condutas individuais e coletivas em “termos de possibilidades” (REVEL, 1998:2000, p. 21).

A utilização do “método onomástico” tem se mostrado caminho vantajoso para analisar as trajetórias familiares e estratégias utilizadas pelos indivíduos. O nome como objeto de estudo permite compreender classificações sociais e também o seu uso como uma maneira de estabelecer alianças e relações de parentesco.²¹ A partir da busca nominal, em fontes como os registros de batismos,²² foi possível realizar uma contextualização social profunda e complexa da atuação de alguns dos sujeitos, principalmente por possibilitar a reconstituição das redes de compadrios. Somado a análise dos registros cartoriais, pode-se verificar que as trocas de favores, a distribuição de crédito e a participação no mercado da terra passavam pelas relações de parentesco espiritual estabelecidas na pia batismal, mostrando, dessa maneira, aspectos despercebidos em abordagens macroscópicas. Por meio da observação *qualitativa* desse material, pretende-se apreender a importância desses laços nos diversos momentos da vida cotidiana e quando eram acionados como recursos válidos de assistência e proteção de grupo. Ao se cartografar as redes de relações que compunham o tecido social e constituíam as configurações de solidariedade, assistências, trocas e obrigações entre os indivíduos, centrar-se-á a análise no desempenho de algumas lideranças locais da região da ex-Colônia Silveira Martins.

Este trabalho tem por objetivo analisar o modo como os imigrantes italianos no sul do Brasil resolviam questões relacionadas à honra familiar. Dar-se-á atenção à constituição das redes sociais que ligavam os camponeses e às práticas de justiça por eles utilizadas quando certos fatos ofendiam as famílias e/ou a comunidade. Pretende-se trazer elementos para avançar no entendimento sobre a sociedade rural italiana formada no sul do Brasil a partir do

²¹ Através da pesquisa em registros de batismos, Martha Hameister (2006, p: 90) optou por uma metodologia que privilegiou o nome como fio condutor do estudo, conseguindo, assim, perceber as estratégias individuais e familiares acionadas na formação de determinada povoação.

²² Montou-se um banco de dados a partir dos registros batismais da paróquia de Silveira Martins entre os anos de 1884 até 1905, contabilizando um total de Hum mil e cem batismos. Na sequência, reconstituíram-se as redes de compadrio e alianças entre alguns indivíduos, como o padre Antônio Sório e os seus quatro sobrinhos.

final do século XIX. Os conflitos e crimes ocorridos na região colonial *não* serão avaliados pelo exótico e o extraordinário que deles se poderá vislumbrar. A ideia é apreender o tipo de racionalidade que regia os comportamentos individuais e familiares, as práticas de justiça local e ajustes extrajudiciais a fim de perceber como se dava a recomposição do equilíbrio social nas comunidades, bem como aspectos da cultura dos imigrantes, maximamente questões relacionadas à honra e à moral.

Dividiu-se o presente trabalho em oito capítulos. No primeiro capítulo, serão apresentadas as versões sobre a “trágica” morte do padre Antônio Sório, evento esse que abriu campos de investigação para questões como o peso da honra familiar nos comportamentos individuais, o uso da violência no cotidiano e as represálias que poderiam ser violentas e terminar em mortes. Através da apresentação das explicações atribuídas pelos imigrantes sobre aquele evento, não se pretende chegar aos “verdadeiros” motivos e culpados pelo falecimento do pároco, mas, antes, assinalar que a interpretação dos fatos se deu em um universo cultural e social propício. O que se busca é restituir as narrativas ao seu contexto. No capítulo seguinte, aborda-se a trajetória do imigrante italiano Paulo Bortoluzzi a partir das iniciativas tomadas ainda na *comuna* de origem, durante o ano de 1877, quando, então, começou a articular a transferência de amplo grupo parental com o firme propósito de fundar uma comunidade no sul do Brasil. Neste capítulo serão utilizadas fontes inéditas oriundas de pesquisas em arquivos italianos, maximamente da região do Vêneto.²³ Desse modo, irá se perceber a mobilização promovida por alguns camponeses – que não podem ser descritos como pobres e miseráveis – e permitiu a transferência de um número significativo de famílias através da eficácia das redes de afinidade e vizinhança. Ganhará destaque o desempenho de Bortoluzzi na região colonial do sul do Brasil na tentativa de levar a cabo o plano pessoal e familiar de criar uma comunidade autônoma, livre da interferência dos poderes externos.

No terceiro capítulo, busca-se compreender os mecanismos utilizados pelos imigrantes no processo de ocupação e organização nos núcleos coloniais, isto é, as escolhas individuais e familiares colocadas em prática para fundar novas comunidades. As condições e a trajetória dos indivíduos que abandonaram a pátria, bem como a manutenção de uma ligação com os que haviam permanecido na Itália, revelam os sentimentos, as expectativas, os modos de vida e as opções dos que partiram. Uma conexão entre os dois mundos se manteve através da circulação de correspondências que possibilitou entender um dos aspectos que viabilizou a

²³ Estágio doutoral financiado pela Capes de março a julho de 2012, onde foi possível pesquisar em arquivos de Roma, Treviso, Veneza, Verona, Padova, Montebelluna, Vittorio Vêneto, Bassano del Grappa, Piavon dentre outras comunas. A pesquisa esteve sob orientação da Prof.^a Dr.^a Chiara Vangelista, da Universidade de Gênova.

transferência de grupos familiares para o Novo Mundo. As cartas permitiram mudanças menos incertas para a América. Seguir a trajetória de alguns indivíduos que mantiveram vínculos entre si é uma perspectiva que permite compreender a complexidade do fenômeno migratório a partir da visão dos protagonistas.

Já no quarto capítulo, com fontes encontradas em arquivos italianos e do sul do Brasil, primeiramente serão analisadas as informações sobre a condição da família de Antônio Sório na província de Verona, além dos deslocamentos do jovem sacerdote antes de decidir partir para o Brasil. Num segundo momento, já na Colônia Silveira Martins e ocupando o cargo de pároco, serão reconstituídas as escolhas tomadas pelo sacerdote para reforçar o status e aumentar as redes de apoio entre os conterrâneos. Constatou-se que o padre Sório compareceu a pia batismal como padrinho diversas vezes, indicando uma das maneiras utilizadas para fortalecer laços com as famílias locais. Desse modo, Sório ampliou os recursos inter-relacionais que podiam ser utilizados no campo político e econômico, beneficiando a si mesmo e aos sobrinhos, trazidos ao Brasil por iniciativa dele. Concomitantemente ao seu desempenho enquanto liderança religiosa, fundou uma sociedade de mútuo socorro, ocupou a função de agente consular, participou do mercado da terra construindo patrimônio material. A herança deixada aos sobrinhos permite problematizar as formas encontradas pelo sacerdote para prosperar economicamente, parecendo-se, neste caso, às tantas famílias de imigrantes que vieram para “fazer a América”. No quinto capítulo, segue-se avaliando o desempenho de Antônio Sório enquanto liderança religiosa e política, percebendo as escolhas que favoreceram a construção do patrimônio material e imaterial do mesmo. O pároco surge como principal líder da comunidade de Silveira Martins, com força política – não partidária – suficiente para solicitar a emancipação política da ex-Colônia. Contudo, havia rivais à altura na comunidade, e não estavam ao lado do padre e dos que desejavam a emancipação.

Nos capítulos seguintes, direcionou-se o olhar para as questões relacionadas aos valores morais, percepções de justiça compartilhadas nas comunidades coloniais, práticas de punição e pacificação privada. Para isso, serão analisadas fontes documentais como processos-crime e inquéritos referentes à região colonial de Caxias do Sul e da ex-Colônia Silveira Martins. Desse modo, no sexto capítulo se acompanhou algumas das escolhas tomadas pelos imigrantes italianos para solucionar impasses relacionados às ofensas que atingiam a honra familiar. As alternativas acionadas para contornar a exposição pública e minimizar o sentimento de vergonha eram variadas. Episódios como infanticídios, nascimentos ilegítimos, incesto e sedução de jovens permitem compreender as diferentes

combinações realizadas para evitar graves prejuízos à reputação dos indivíduos e de seus familiares. Os acordos ou práticas punitivas eram realizados enquanto recursos para garantir a canalização das tensões e reparação das ofensas que ganhavam importância na esfera da comunidade.

No sétimo capítulo, segue-se avaliando episódios em que o uso da violência no cotidiano aparece como um aspecto legítimo e corriqueiro. Serão analisados casos onde a própria comunidade de imigrantes instituía os tribunais e julgava àqueles que não se comportassem de acordo com as normas aceitas localmente. Apesar de existirem autoridades policiais – representantes do Estado –, nem sempre essas eram procuradas ou consultadas quando da ocorrência de fatos que rompiam com a paz das famílias. Eram mais eficientes as formas de controle e punição escolhidas pela vizinhança do que recorrer à justiça do Estado enquanto medida para garantir o afastamento dos indivíduos “indesejáveis”. A busca pela solução interna dos conflitos podia passar por práticas que eram mais severas contra os infratores do que as proferidas no tribunal do Estado.

Por fim, no último capítulo, reforça-se a questão da eficiência de uma justiça local, fundada sobre a ideia de pertencimento e controle que se manifestava através de vinganças, punições simbólicas e acordos privados. A partir da apresentação de novos episódios e suas características, poderá se perceber com mais clareza o universo social e cultural que criou a versão de crime por castramento do padre Antônio Sório. Fundamentada em um quadro de possibilidades reais, a referida versão fazia todo sentido. Numa sociedade em que a violência se encontrava presente na vida cotidiana, usada como forma de resolução dos conflitos e reparação das ofensas, quando não se podia evitá-la era preciso encobri-la para que não resultasse em prejuízos às famílias e à comunidade. Os crimes não se davam entre estranhos, antes entre pessoas que mantinham relações de reciprocidade, afinidade e até de parentesco. As formas autônomas de justiça comunitária, com origens na sociedade rural italiana e revividas no Brasil a partir do final do século XIX, encontraram seus limites ao se depararem com um Estado em estruturação, instituição que buscava exercer o monopólio da força através de canais como a justiça. Mas nesse embate houve momentos de aproximação, onde imigrantes e autoridades, por conveniência, fixavam pactos de silêncio para evitar prejuízos a ambos os lados. Toda a documentação utilizada neste trabalho teve a grafia atualizada. Fontes e livros em língua estrangeira (italiana) foram livremente traduzidos.

CAPÍTULO 1

Versões de uma tragédia

Montou na mula, que saiu trotando alegremente... Sua velha amiga de estrada sabia de cor o roteiro, sempre o mesmo, de capela em capela. Ele podia se despreocupar com a estrada e deixar os pensamentos correrem à solta... Tinha o lombo da mula, sobre o qual podia demoradamente pôr em ordem seus problemas e conflitos. “O quatrilho” – José Clemente Pozenato.

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar as várias versões existentes sobre a morte de um padre imigrante ocorrida nos primeiros dias do ano de 1900, em uma região de colonização italiana do sul do Brasil. O falecimento de Antônio Sório, pároco da comunidade de Silveira Martins, propiciou o surgimento de algumas discussões na historiografia, gravitando entre crime político, onde a maçonaria teria sido a responsável, e crime de vingança ligado a questões de honra familiar. Sem pretensão de solucionar o caso, buscando revelar os motivos e os “verdadeiros” culpados, antes se procura entender o universo cultural dos grupos que explicaram a morte “trágica” e “repentina” do sacerdote.

1.1 Vítima de um desastre

Em janeiro de 1900, um jornal da cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, publicou notícia relatando um “fatal acontecimento” ocorrido em região colonizada por imigrantes italianos. A comunidade de Silveira Martins dava adeus ao pároco Antônio Sório, após acompanhar sua agonia em decorrência de graves ferimentos sofridos. O jornal anunciava que o sacerdote italiano, há anos residindo na denominada ex-Colônia Silveira Martins, falecera por ser “vítima de um desastre”. Destacava que o mesmo era estimado pela população do lugar, contando com “inúmeras amizades e com grande prestígio”, sendo sua morte lamentada pelos imigrantes. A prova dessa consternação foi confirmada através da “extraordinária concorrência de pessoas que acompanharam o féretro”, comparecendo para prestigiá-lo duas bandas musicais, os amigos e colegas de diversos locais do núcleo colonial.

As informações apresentadas pelo jornal sobre os motivos da morte davam conta de ter ocorrido um “desastre” numa das estradas da referida ex-Colônia – Linha Duas – “quando a cavalo ia à serviço de sua profissão”. Encontrado por um agricultor, o padre estava “prostrado no solo”, tendo assim permanecido por mais de dez horas até ser socorrido. Devido à gravidade das lesões, improvisaram cama de panos e o transportaram até a casa paroquial, onde permaneceu vivo por três dias suportando “dores cruelíssimas”. Nesse intervalo de tempo, foi assistido pelo médico operador Dr. Victor Teltz, que julgou o “caso perdido”. A morte era inevitável. Os redatores concluíram afirmando que lamentavam o “fatal acontecimento”, enviando, então, à população de Silveira Martins, condolências pela “perda de um dos seus grandes e ilustres protetores”.²⁴ Assim, o jornal *O Combatente*, com a reportagem intitulada “Padre Sório”, prestava homenagem àquela região colonial ao destacar o papel de liderança assumido pelo pároco de Silveira Martins.

Conforme o registro de óbito civil, a data oficial da morte do padre é 3 de janeiro de 1900, às duas horas e trinta minutos da noite, na casa paroquial da sede da ex-Colônia Silveira Martins. No mesmo dia do falecimento compareceu ao cartório Luiz Bianchi – sobrinho de Sório –, acompanhado das testemunhas José Zago e Domenico Bevilaqua, no qual declarou como causa da morte “queda do cavalo”. Além disso, afirmam ter o padre deixado “disposição testamentária particular”, devendo o sepultamento ocorrer no cemitério da comunidade. No entanto, em margem da página do presente registro cartorial encontra-se nova notificação: Antônio Sório “morreu de violação da bexiga, em consequência de um desastre”, conforme atestado médico que se encontra arquivado no presente livro.²⁵ Apesar deste atestado médico não ter sido encontrado, as informações apresentadas fornecem outras indicações sobre o motivo da morte do padre Antônio Sório, acrescentando, desse modo, novos elementos para entender o incidente.²⁶

Prestando atenção às duas edições de *O Combatente*, onde anunciaram o falecimento do padre, percebe-se uma pequena alteração: na edição do dia 7 de janeiro, a morte teria sido causada por “queda do cavalo”; na segunda, do dia 11, há referência a um “desastre” que teria vitimado Sório quando se dirigia a cavalo para realizar atividades de sacerdote pelo interior da

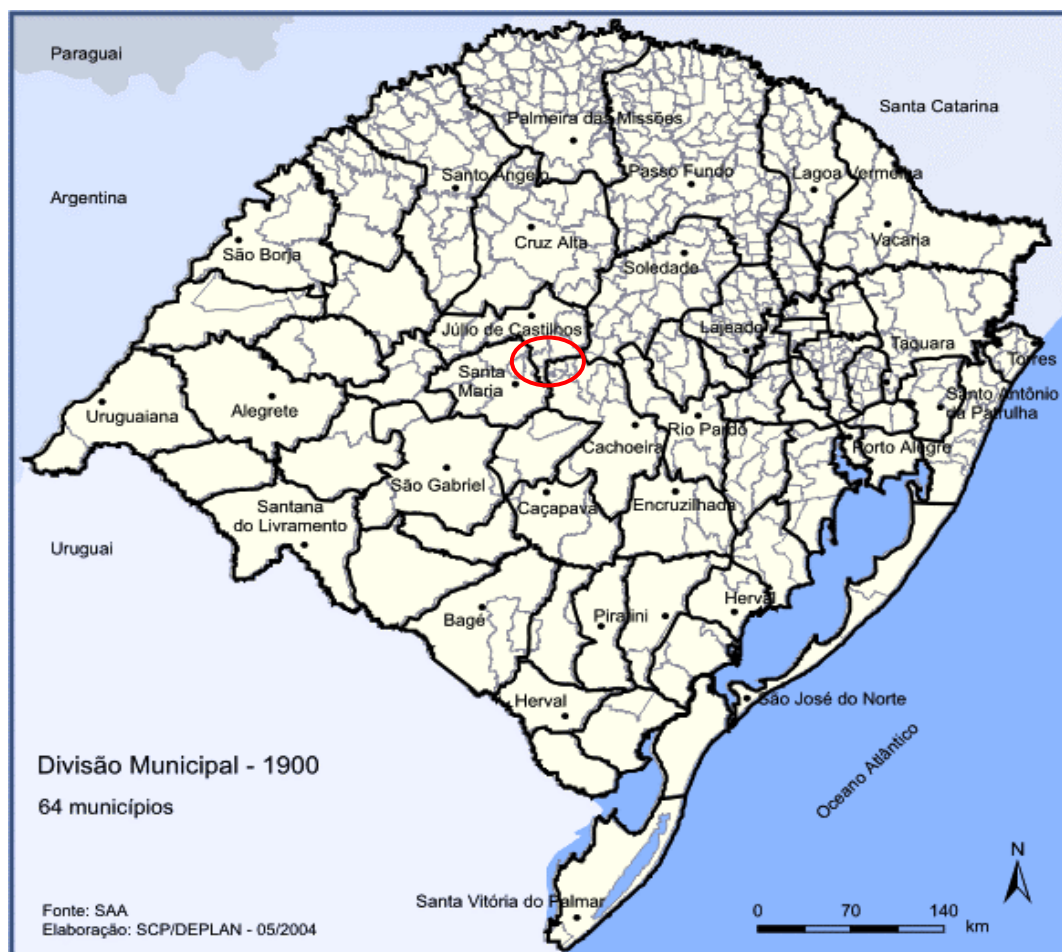
²⁴ Jornal *O Combatente*, 11 de janeiro de 1900. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso - ACMEC, Santa Maria. Em edição de 7 de janeiro de 1900, o jornal já havia anunciado que em “consequência de uma queda do cavalo em que montava” o padre Antônio Sório havia falecido.

²⁵ Livro de registros de óbitos do Cartório Cível de Silveira Martins (RS), 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), nº 1202.

²⁶ O sacerdote Luiz Sponchiado, em pesquisas realizadas no ano de 1971 no cartório de Silveira Martins, não encontrou o atestado médico do padre Antonio Sório no livro de registro de óbitos. Pasta Família Sório, Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma (CPG-NP).

jurisdição da paróquia. O jornal não repete, portanto, a versão de ferimentos por “queda de cavalo”. De qualquer forma, abruptamente estava encerrada a trajetória do sacerdote italiano Antônio Sório na Colônia fundada em 1877, perto da cidade de Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul.²⁷ Na data da morte, em 3 de janeiro de 1900, o padre contava com 56 anos de idade, era natural da *comuna de Zevio*, província de Verona, região do Vêneto, nordeste da península itálica. Havia migrado para o sul do Brasil há dezenove anos estabelecendo-se na Colônia Silveira Martins, primeiramente no recém criado povoado de Vale Vêneto onde permaneceu pouco mais de dois anos.²⁸

1. Mapa dos municípios do Rio Grande do Sul – 1900



Em círculo no centro do mapa, a Colônia Silveira Martins, fundada em 1877. Fonte: Mapa adaptado site: <http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>

²⁷ Em 1877 foi criado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, no centro geográfico do Rio Grande do Sul. Com a chegada dos imigrantes italianos, o lugar passou a ser denominado Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana. Logo a seguir, no ano de 1878, teve seu nome alterado para Colônia Silveira Martins. Os três primeiros núcleos estavam localizados no nordeste sul-rio-grandense, na hoje conhecida serra gaúcha.

²⁸ O Vale Vêneto surgiu em 1878 a partir da instalação de diversas famílias de imigrantes italianos oriundos da região do Vêneto. O local fazia parte do espaço que compreendia a Colônia Silveira Martins.

Antes que o “fatal desastre” se consumasse em morte, o agonizante padre anunciou seus últimos desejos, convidando alguns indivíduos da região para testemunharem a elaboração do testamento. Assistido por parentes, amigos e autoridades, sofrendo com as fortes dores e sem esperança de melhora, Antônio Sório fez a partilha dos bens, indicando um indivíduo para redigir o testamento e outro para assinar por ele, pois se encontrava impossibilitado de qualquer movimento, muito embora estivesse em “perfeito juízo”, conforme anotado no testamento. Além de fazer a distribuição dos bens afirmou que, após sua morte, desejava ser enterrado no cemitério da Sede entre os paroquianos. Também apontava que setecentos mil réis deveriam ser “consignados nas mãos do bispo diocesano” para que fossem empregados na celebração de uma “oficiatura solene no aniversário” de sua morte. Caso contrário, o bispo deveria aplicar o dinheiro da forma que desejasse.

Na sequência, o testador passou a indicar os quatro sobrinhos, moradores na mesma região colonial, como beneficiários dos vários lotes de terras que possuía. Os herdeiros também deveriam pagar as dívidas ativas, orientando-os para venderem os móveis e utensílios caso não conseguissem saldar os débitos. Quanto ao funeral, desejava que fosse realizado “sem luxo e sem pompa”.²⁹ Assim, no dia 2 de janeiro de 1900, enquanto agonizava no leito da casa paroquial da ex-Colônia Silveira Martins, Antônio Sório ditava o testamento para o conterrâneo italiano Guido Carlos Passini, sendo assistido por outras seis testemunhas: padre Mathias Schoennauer, José Dal Forno, Carlo Maffini, Paulo Bortoluzzi, Rissieri Marchiori e Rissieri Biazus. Por fim, todos assinaram o testamento.

Ao final da redação deste documento, o imigrante Guido Carlos Passini assinou em nome do convalescente padre, comprovando o estado grave em que se encontrava, pois nem podia grafar o nome no testamento. Na presença das referidas testemunhas, o documento foi elaborado segundo o desejo do padre que faleceu no dia seguinte. Para validar e atestar a autenticidade das informações e a circunstância de elaboração do testamento, este documento foi apresentado ao escrivão da Sede Silveira Martins, Antônio Fantoni, que reconheceu as assinaturas das sete testemunhas.³⁰ No dia da morte de Antônio Sório, a carta testamental também foi apresentada ao Juiz Distrital Joaquim Augusto Pinho.

Em abril de 1901, passados quinze meses do falecimento do padre, deu-se início à elaboração do inventário para a partilha dos bens. Pelo Juiz da comarca de Santa Maria foram

²⁹ Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - APERS, Porto Alegre.

³⁰ Processo de validação do testamento. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. APERS, Porto Alegre.

inquiridas as testemunhas presentes no ato de redação do testamento e que presenciaram os momentos finais de vida do padre Sório. Ao serem questionados sobre as circunstâncias da escrita do testamento, em uníssono afirmaram que, no dia 2 de janeiro de 1900, achava-se Antônio Sório “gravemente enfermo em consequência de uma queda que dera do cavalo que montava”. Sentindo-se mal e impossibilitado de mover-se, “mas em seu perfeito juízo,” mandou chamar Carlos Guido Passini para redigir o testamento. Declararam as testemunhas ter sido realizada a leitura em “voz alta” do documento. Dadas tais condições, o testamento foi julgado válido pelo Juiz da comarca de Santa Maria, portanto, os herdeiros poderiam iniciar o processo de partilha dos bens.

Deste modo, a notícia do jornal e o testamento, documentos produzidos naquele momento, confirmam que os motivos que levaram Antônio Sório à morte foi a gravidade dos ferimentos em decorrência de “queda do cavalo”. Várias testemunhas afiançaram tal versão, inclusive um padre e autoridades distritais, como um juiz e o escrivão do cartório, além de comerciantes de Silveira Martins e Vale Vêneto, bem como os sobrinhos de Sório lá presentes nos momentos que antecederam o falecimento. Porém, o médico que prestou assistência ao pároco não foi inquirido pelo juiz para dar o parecer sobre o estado de saúde do enfermo. O Dr. Victor Teltz, que possuía consultório em Santa Maria, atendia frequentemente na ex-Colônia Silveira Martins e era especialista em “moléstias sífilíticas e das vias urinárias” conforme se pode constatar nos anúncios publicados nos jornais.³¹ Lembra-se que o médico julgou o caso do padre Sório perdido, ou seja, sem chances de recuperação.

O referido Dr. Teltz não foi inquirido pelo Juiz Distrital Joaquim Augusto Pinho para apresentar suas explicações quanto às enfermidades que provocaram a morte do padre Sório. Provavelmente, o Juiz entendeu não ser necessário ouvir o depoimento do médico que não era testemunha da carta testamental, pois no momento o que estava sendo averiguado era a autenticidade das condições de elaboração do referido documento. O Juiz não visava investigar a morte, já que, conforme a versão apresentada, o padre caiu do cavalo e sofreu sérios ferimentos. Foi uma morte acidental, inusitada, inesperada, que causou comoção geral em Silveira Martins.

³¹ Anúncios em várias edições do jornal *O Combatente*, dos anos de 1899, 1900, 1901. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso - ACMEC, Santa Maria.

1.2 Vítima de uma armadilha

Anos depois, o imigrante italiano Andrea Pozzobon apresentou novas informações sobre a tragédia que vitimara Sório, contemporâneo e com quem mantinha relações próximas. Pozzobon havia chegado à região central do Rio Grande do Sul em 1885, alguns anos após o padre Antônio Sório que, naquele momento, era o único sacerdote a atender os vários núcleos coloniais formados na ex-Colônia Silveira Martins. Pozzobon nasceu na Itália em maio de 1863, na aldeia de Carpenedo, Província de Treviso. Em julho de 1885, quando prestava serviço militar, seu pai o comunicou que a família estava se preparando para imigrar à América. Frente a tal decisão, como filho mais velho, decidiu acompanhar o patriarca, casando-se antes de abandonar a terra natal.³² Assim, obedecendo a um chamado paterno e agindo de acordo com as normas e os valores familiares, imigrou para o sul do Brasil com o propósito de “melhorar as condições econômicas da família que passava por privações”, conforme declarações do imigrante (POZZOBON, 1997, p. 34).³³

Pozzobon instalou-se no distrito de Arroio Grande, localizado entre Santa Maria e a sede da Ex-Colônia Silveira Martins, tornando-se proprietário de terras, comerciante e professor numa escola subvencionada pelo governo italiano. Assumiu o papel de liderança na organização de várias instâncias de agregação na comunidade como, por exemplo, a edificação da capela e a busca por assistência religiosa constante. Adepto do nacionalismo italiano promoveu festividades que celebraram a ligação dos imigrantes com a velha pátria, tornando-se membro promotor da associação de mútuo-socorro “Duca Degli Abruzzi” no povoado de Arroio Grande. Além disso, também aparece como um dos fundadores da “associação de mútuo-socorro dos operários italianos de Silveira Martins”, cuja primeira sessão ocorreu em agosto de 1885.³⁴

Em suas memórias, Andrea narrou alguns fatos e experiências vividas tanto na Itália quanto no Brasil, expondo inquietações sobre episódios que ocorreram nos núcleos coloniais do centro do estado do Rio Grande do Sul.³⁵ Com relação à morte do conterrâneo vêneta, padre Antônio Sório, afirmou que, no dia 29 de dezembro de 1899, “devido a uma queda de

³² A pesquisadora Maria Catarina Zanini (2006, p. 61-62) aborda alguns aspectos da trajetória do imigrante Andrea Pozzobon revelando detalhes da estrutura familiar italiana, sua organização patriarcal e os papéis de seus membros.

³³ Os aspectos quanto às práticas de organização e as estratégias de emigração das famílias camponesas serão abordados nos próximos capítulos.

³⁴ Estatuto da “associação de mútuo-socorro dos operários italianos de Silveira Martins”, 12 de setembro de 1899. Pasta Silveira Martins, Centro de Pesquisas Genealógicas – CPG-NP.

³⁵ As memórias do imigrante Andrea Pozzobon bem foram publicadas por seu neto Zolá Franco Pozzobon (1997).

cavalo ou, como dizem outros, a um verdadeiro assassinato, rendeu sua vida o Rev. Dom Antônio Sório”, vigário da ex-Colônia Silveira Martins”. Não desconsiderando o fato de o padre ter sofrido um acidente e morrido em decorrência disso, destacou haver comentários asseverando ter sido ele “vítima de uma armadilha”. Na sequência, afirmou que o padre Sório faleceu após “golpe sofrido”, suportando “intensas dores” com “heróica resignação”. Apesar das suspeitas de crime serem compartilhadas entre boa parte da população da ex-Colônia Silveira Martins, segundo Andrea, o “caso nunca foi devidamente esclarecido” (POZZOBON, 1997, p. 178).

Tal informação, apresentada por um contemporâneo dos fatos, possibilita iniciar uma análise dos elementos que levaram à construção de outra hipótese para a morte do padre Sório, surgida entre os moradores da própria comunidade onde aquele era pároco. Para entender os motivos da elaboração desta versão é necessário adentrar o cotidiano daquela sociedade colonial recentemente constituída, buscando perceber os valores partilhados pelo grupo, bem como o sentido atribuído a determinados acontecimentos. Ao acreditarem ter sido Antônio Sório “vítima de uma armadilha”, os imigrantes italianos partiram das avaliações que faziam do comportamento dele enquanto vigário e dos possíveis atritos existentes com indivíduos da comunidade, construindo, então, a versão da agressão.

Porém, essa opinião circulava entre aqueles que faziam parte dos espaços de sociabilidade local ficando, muitas vezes, restrita às conversas privadas e reuniões familiares. Andrea Pozzobon, portanto, foi um dos primeiros a registrar a possibilidade de ter ocorrido um “verdadeiro assassinato”, ressaltando a existência de desconfianças entre a população colonial de ter sido Sório vítima de uma emboscada. Essa afirmação marca uma diferença entre dois entendimentos que não tinham o mesmo significado para os imigrantes italianos, pois uma “armadilha” era prática utilizada no mundo camponês que, necessariamente, poderia não ter o sentido de crime. No entanto, Pozzobon não mencionou sobre a natureza dos ferimentos que levaram padre Sório à morte. Esta nova versão, na verdade, era alimentada entre os moradores da ex-Colônia Silveira Martins desde há algum tempo, incrédulos de ter sido o padre vítima de uma fatalidade. Como se percebe, vai de encontro à versão oficial anteriormente apresentada.

Quanto ao episódio da morte do padre Sório, outra fonte apresenta pistas sobre os ferimentos que sofreu, indicando, inclusive, novo caminho a ser explorado. O sacerdote Frederico Schwinn, pároco da sede ex-Colônia Silveira Martins entre 1906 e 1918, narrou em

seus manuscritos as realizações de Sório enquanto vigário da paróquia.³⁶ Ao fazer isso não deixou de comentar as circunstâncias da morte do padre ocorrida no ano de 1900. Segundo Schwinn (caderno a, p. 14), no dia 29 de dezembro de 1899, numa das principais estradas da região, Antônio Sório foi encontrado “caído do cavalo [e] gravemente *pisado no baixo ventre*” (grifos meus). Após ser socorrido, recebeu atendimento médico, porém, devido à gravidade dos ferimentos, veio a falecer no dia 2 de janeiro, deixando fortes indicações de ter sido “vítima de um crime”. Presente na ex-Colônia desde 1906, o padre Frederico Schwinn escreveu o que ouviu dos paroquianos e, certamente, também o que lhe contara o colega de batina Mathias Schoenauer, uma das testemunhas que assistiu Sório nos últimos momentos de vida. É provável que o padre Mathias tenha fornecido esclarecimentos sobre as características dos ferimentos da vítima. Assim, Schwinn, ao escrever sobre o assunto, usou termos brandos para indicar o tipo de lesão sofrido pelo padre, mas, por outro lado, declarou que as evidências indicavam ter ocorrido um crime.

O médico referido por Schwinn era o Dr. Victor Teltz, conforme indicado anteriormente. Ao relatar que Antônio Sório havia sido “pisado no baixo ventre”, faz sentido ser um médico especialista em “moléstias sífilíticas e das vias urinárias”³⁷ o responsável por avaliar o enfermo. Deste modo, o gravíssimo estado de saúde era consequência dos sérios golpes sofridos nos órgãos genitais, ou “baixo-ventre” como indicou Schwinn. Ao ser solicitado pelos familiares ou amigos do padre para prestar socorro, o médico diagnosticou, provavelmente, hemorragia interna julgando, então, o caso perdido. De acordo com a avaliação do Dr. Victor Teltz, a “violação da bexiga” sugere que os ferimentos do padre Sório eram originários de um atentado violento e não um “desastre” ocasionado pela “queda do cavalo”, como sustentaram as testemunhas do registro civil de óbito e os outros arrolados para a realização do testamento e inventário. Todos esses aspectos – a fatalidade do episódio, os ferimentos causados na bexiga ou lesões no baixo-ventre e a assistência de um médico especialista em “doenças sífilíticas e vias urinárias” – foram entendidos pela população como indícios de que o padre Sório realmente havia sido vítima de emboscada e não apenas de acidente.

³⁶ Após a morte do vigário Antônio Sório quem assumiu sua função na paróquia foi o padre Matheus pertencente a Pia Sociedade das Missões. Esse sacerdote é o mesmo que aparece como uma das testemunhas que assinam o testamento de Sório. Porém, devido a conflitos, o padre teve de fugir do lugar em 1906. Em substituição, o cargo foi assumido pelo colega Frederico Schwinn. Quanto ao conflito entre aquele sacerdote e alguns indivíduos da sede da ex-Colônia Silveira Martins ver: VENDRAME, 2007, p. 155-157.

³⁷ Anúncios em várias edições do jornal *O Combatente*, dos anos de 1899, 1900, 1901. ACMEC, Santa Maria.

Outro que também comentou da morte de Antonio Sório foi o sacerdote Francisco Burmann, ouvindo explicações do ocorrido a partir de seus colegas de sacerdócio, e isso deve ter ocorrido logo após ter chegado à região colonial no ano de 1906.³⁸ Apesar de não ter presenciado o fato, Burmann (192-, p. 22) apontou que “os bons católicos de Silveira Martins não quiseram crer no ‘catastrofal’ tombo do cavalo, [pois] todos estavam convencidos de que o seu pároco tinha sido ferido mortalmente a pauladas por um irmão da loja maçônica”. No entanto, apesar das suspeitas da população, o padre Sório, antes da morte, nada revelou que pudesse confirmar as suspeitas da população. Somente teria afirmado que denunciaria publicamente o causador de sua “desgraça” se conseguisse restabelecer sua saúde, caso contrário, levaria o “segredo para o túmulo”.

Durante o tempo em que permaneceu enfermo, de acordo com Frederico Schwinn (caderno a, p. 14), o padre não deu qualquer explicação sobre a origem de seus ferimentos, “apesar de ter conservado as faculdades intelectuais até os últimos momentos”. Finalizou ressaltando ter Antônio Sório recebido todos os sacramentos, uma vez que entre os indivíduos que presenciaram a elaboração do testamento estava o sacerdote palotino Mathias Schoennauer. Assim, apesar das semelhanças entre as anotações de ambos os padres, Francisco Burmann é o primeiro a apontar ser o algoz de Sório um irmão da loja maçônica de Silveira Martins, porém, sem citar nomes. A versão da morte por queda do cavalo, levando-se em consideração os escritos acima apresentados, teria sido, portanto, um subterfúgio utilizado pelas testemunhas dos últimos momentos de vida do padre para justificar a sua morte diante das autoridades locais? Sobre quais indícios as explicações oferecidas por Schwinn e Burmann foram construídas? Seria possível uma agressão planejada contra Antônio Sório?

Os manuscritos foram elaborados a partir dos comentários que circulavam tanto entre os imigrantes quanto entre os padres que trabalhavam na região colonial. Logo, se está diante de uma versão que deve ser creditada aos imigrantes e aos sacerdotes, todos moradores da ex-Colônia Silveira Martins. Nada consta na documentação oficial que indique a existência de um crime. Para fundamentar a versão, a população fez sua avaliação sobre o comportamento pretérito do padre, identificando naquela “tragédia” a existência não de uma fatalidade, antes de uma vingança. Nesta representação comunitária, os ferimentos “no baixo ventre” eram a prova da emboscada para punir àquele que havia desrespeitado as normas que orientavam o relacionamento entre os italianos nos núcleos coloniais.

³⁸ O sacerdote Francisco Burmann da congregação dos padres palotinos que se estabeleceu na comunidade do Vale Vêneto escreveu em seus manuscritos suas impressões e experiências vividas entre os imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins, durante o período de 1906 e 1928.

1.3 A opinião local

No dia 3 de janeiro de 1900, no cemitério de Silveira Martins, sede da ex-Colônia, era sepultado Antônio Sório. Segundo o imigrante Andrea Pozzobon (1997, p. 178), no funeral compareceram indivíduos de “todas as partes” da região colonial em sinal da grande estima e “ilibado procedimento” do sacerdote. Prestando homenagem ao finado pároco, a sociedade “Duca Degli Abruzzi”, de Arroio Grande, “concorreu com flâmulas e música ao cortejo fúnebre”, pois Sório era membro daquela sociedade, sustentando o “título honorífico de sócio benemérito”. Pozzobon teceu elogios à conduta do padre, seu confrade na dita sociedade de mútuo socorro, e não deu indícios sobre mau comportamento ou a existência de inimigos capazes de orquestrar crime ou “armadilha” contra Sório. Também não comentou nada sobre o mesmo ter sido “pisado no baixo ventre”.

Se haviam suspeitas e indícios de que o pároco havia sofrido agressão física e morrido em função disto, fica a dúvida de por que não ter sido instaurada investigação policial para punir os culpados. A sede da Colônia contava com a presença de autoridades capazes, como subdelegado e Juiz Distrital, para providenciar a abertura do inquérito.³⁹ Do mesmo modo, sendo Silveira Martins Quarto distrito do município de Santa Maria, distante apenas dezoito quilômetros, não estava isolada ou afastada das instâncias responsáveis em investigar mortes onde existiam suspeitas de crimes, principalmente se as vítimas eram lideranças locais e reconhecidas enquanto tal, como era o caso de Antônio Sório. Entretanto, nenhum registro documental foi encontrado para afirmar ter ocorrido uma investigação policial e, conseqüentemente, a instauração do processo-crime. Isso deixa a entender que as suspeitas ficaram restritas aos comentários da população, não repercutindo entre as autoridades. Uma prova de que a versão de “armadilha” somente deve ter circulado entre os imigrantes pode ser percebida na reportagem do jornal *O Combatente*, quando anunciou a morte do padre Sório, apresentando apenas a versão oficial de falecimento por “queda do cavalo”. Entre os imigrantes e descendentes, contudo, preservou-se a história de ter o pároco sofrido uma emboscada.

³⁹ A administração da justiça gaúcha dividia-se em comarcas – firmadas em número de trinta e duas pela lei de 15 de janeiro de 1898 – e distritos. Cada distrito contava com a presença de um juiz distrital com tarefa de homologar contratos, abrir testamentos, presidir casamentos, proceder a corpo de delito, preparar processos-crime e julgar em primeira instância questões cíveis com valor inferior a quinhentos mil réis. Os juízes distritais estavam submetidos hierarquicamente aos juízes de comarca (AXT, 2004, p. 13).

Com a população sustentando tal versão, ficaria difícil tais suspeitas não ultrapassarem o espaço da comunidade, alcançando indivíduos não residentes no lugar. No entanto, somente na década de 1950 o escritor santa-mariense Romeu Beltrão (1979, p. 416), em cronologia histórica do município de Santa Maria, afirmou ter o vigário de Silveira Martins, Antônio Sório, falecido “em consequência de ferimentos e mutilações recebidas de desconhecidos”. Para o autor, a identidade dos agressores “tem provocado muitas especulações” apesar de existirem suspeitas. Certamente Beltrão chegou a estas explicações sobre a “tragédia de Sório” através da tradição oral perpetuada entre os descendentes de italianos que, na década de 1950, recontavam tal história. A memória coletiva da morte foi mudando com o passar dos anos, sendo a ela agregados novos elementos que evidenciavam a existência da emboscada.⁴⁰

Com acréscimos ou apontando para novos elementos de uma história ainda por ser explicada, a memória do crime não se apagou entre os descendentes de imigrantes italianos da região colonial. Além disso, a existência de versões diferentes do evento, ou de relatos incompletos, forneceu estímulos para que a memória sobre o fim “trágico” do padre Sório fosse mantida. Deste modo, na década de 1990, o historiador Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 25) tomou as interpretações sobre a morte do sacerdote como ponto de partida para reflexão ampla do embate entre a Maçonaria e a Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Realizou entrevistas entre os descendentes que residiam no município de Silveira Martins, apresentando as versões ainda sustentadas pela população. Através dos depoimentos, o autor constatou que, na memória coletiva local, subsistia a idéia de que o padre Sório havia sido “castrado e morto, vítima de uma terrível conspiração maçônica”.

Para o pesquisador, tais dados abriam a possibilidade para uma investigação em duas frentes. Ao acusarem a maçonaria como responsável pelo crime, os descendentes conferiam um motivo político-ideológico ao fato, colocando o padre Sório em oposição aos maçons. No entanto, nos mesmos depoimentos, surge abertamente a versão de crime por castração, o que não chega a ser novidade, dadas as informações passadas pelo sacerdote Frederico Schwinn em seus manuscritos datados do início da década de 1920. Acreditando-se em crime de castração, o delito foi planejado por questões de honra ao invés de motivações políticas. Segundo Vécio, estas linhas de pesquisa não se excluía, antes tornavam a tarefa do historiador mais complexa e árdua. Por fim, o autor optou por centrar a investigação na versão

⁴⁰ Romeu Beltrão também deve ter colhido dados a partir do padre palotino Caetano Pagliuca, pároco de Santa Maria durante mais de três décadas, com quem mantinha boas relações.

que destacava a existência de um conflito entre maçons e católicos. Para isso, seguiu pistas relacionadas à construção da versão de crime político orquestrado por maçons.⁴¹

Os vários depoimentos dos descendentes dos imigrantes italianos presentes na obra de Vécio são fundamentais para que se explore um dos caminhos não analisados pelo referido historiador: punições aplicadas aos que ofendiam a honra de determinados indivíduos e grupo familiar. Este entendimento, ao contrário da versão de crime político, deve ter surgido, se não no momento em que Sório faleceu, próximo ao acontecimento, como já foi demonstrado nos escritos dos padres Frederico Schwinn, Francisco Burmann e do imigrante Andrea Pozzobon. As explicações dos indivíduos daquela comunidade foram dadas como uma maneira de encontrar sentido para os eventos que ocasionaram a morte do pároco, impregnadas, portanto, pelos valores culturais do grupo que tentava atribuir significado ao evento.⁴²

Através da análise dos depoimentos, acredita-se ser possível começar a entender a tragédia do padre Sório em seu contexto cultural, analisando a versão da castração como uma explicação lógica apresentada pelos próprios imigrantes da região colonial. Os depoimentos se dividem entre aqueles que apenas ouviram dizer, não tendo a participação direta dos familiares no episódio, e outros que comentaram envolvimento de parentes no caso (geralmente um avô ou mesmo o pai), obviamente que não responsáveis pela morte, antes por possuírem laços familiares com o padre, terras próximas às dele ou por terem-no socorrido após a agressão. Este último grupo de entrevistados, devido à proximidade, mantiveram uma memória familiar sólida, sendo assim, na hora de procurar a quem entrevistar, Vécio deve ter recebido indicações de quem seriam aptos na comunidade a apresentar as informações sobre a morte do padre Sório.

No depoimento de Achilles Pirotti (86 anos) há a afirmação de que na Linha Duas residia, à época da morte, o sobrinho do padre, de nome Luís Sório, sendo casado com uma tia do depoente.⁴³ Sua mãe foi contemporânea aos acontecimentos, por isso narrou que no dia em que padre Sório retornava da casa do sobrinho na Linha Duas, “três homens pegaram” e “começaram a judiar dele”, deixando-o “muito machucado. Na estrada o atacaram e o machucaram com pedras, chegando ao ponto de “castrar o padre”. Em consequência dos ferimentos, após ter padecido por três dias, Sório veio a falecer sem revelar a ninguém “quem

⁴¹ Ao analisar a Revista Rainha dos Apóstolos das décadas de 1920 a 1940 – revista editada pelos padres palotinos, estabelecidos em Santa Maria –, percebeu ali iniciar a idéia de que a morte do padre Sório era fruto de complô maçônico.

⁴² Jan Vansina (1966, p. 110-111, 220) ressaltou a relação entre os depoimentos e as coisas transmitidas como significativo para avaliar os valores culturais de uma sociedade. Logo, destacou que, para compreender uma tradição, é necessário conhecer a cultura que a sustenta.

⁴³ Luís Sório era casado com Maria Benvenuti, sendo essa tia do depoente.

tinha feito tal barbaridade”. Entretanto, alegou que “se sobrevivesse contaria, mas se morresse perdoaria a todos”. Era voz corrente na comunidade que três homens haviam feito atacado o pároco.⁴⁴

O depoente Alduino Bortolo Cielo (79 anos) declarou ser neto de Bortolo Cielo, um dos imigrantes que auxiliou a transportar o corpo ferido do padre até a Casa Paroquial. Transmitido de geração em geração, o testemunho do imigrante era agora contado pelo neto:

Naquela tarde, meu avô e alguns peões estavam trabalhando perto da estrada, quando ouviram alguns gemidos. Quando chegaram ao lugar perceberam que quem estava ali era o padre Sório. Ele estava todo machucado. Tinham apedrejado, chutado e castrado o padre. Juntos levaram o vigário para a cidade [Silveira Martins]. Durante os três dias que sobreviveu todos tentaram descobrir quem havia feito aquilo, mas o padre não contou. Disse que falaria se não morresse.⁴⁵

Apesar de conhecer a experiência vivenciada pelo avô, afirmou que o mesmo pouco comentava sobre o episódio envolvendo Antônio Sório, justificando esse silêncio por ter sido o avô um homem “muito religioso”. Talvez o imigrante Bortolo Cielo tenha entendido não ser conveniente dar repercussão ao que havia presenciado no momento em que encontrara o padre na estrada “todo machucado”. Ele compartilhava determinadas regras de sociabilidade, portanto, manter silêncio era uma maneira de evitar possíveis constrangimentos por parte dos próprios sacerdotes que passaram a administrar a paróquia de Silveira Martins após a morte de Sório. No entanto, no espaço privado da família ou entre indivíduos de cumplicidade, o seu testemunho certamente circulava, relatando em conversas particulares as suspeitas que havia sobre o crime.

Mantida pela tradição oral comunitária, as versões da morte de Antônio Sório eram contadas em situações variadas, sendo utilizadas com fins pedagógicos e propósitos diversos.⁴⁶ O depoente Vitório Dalla Corte (80 anos) ouviu seu professor o Sr. Zanini contar que o padre Sório, quando “estava no caminho de volta para Silveira [Martins]”, foi atacado e jogado ao chão por três homens, que o chutaram até ficar desacordado. “O professor disse que o castraram”. Não sabia quem eram os culpados, mas, naquele tempo, “o padre atacava a maçonaria na Igreja, assim ele atacava os grandes chefes de família da região. Pelo que dizem, este pessoal mandou matar o padre”.⁴⁷

⁴⁴ Morador de Silveira Martins, depoimento de 09 de janeiro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 313)

⁴⁵ Morador de Silveira Martins, depoimento de 13 de dezembro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 315)

⁴⁶ A tradição oral é uma cadeia de testemunhos orais que proporciona conhecimentos válidos sobre uma sociedade e cultura do passado, funcionando como qualquer fonte histórica (VANSINA, 1966, p. 195).

⁴⁷ Morador de Silveira Martins. Depoimento de 13 de dezembro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 317). Enquanto relato didático, a versão sinaliza para os aspectos que orientam o relacionamento entre os indivíduos, apontando para os juízos de valores reforçados pelos descendentes.

A mesma história, quando contada entre familiares, parentes e vizinhos, servia para informar sobre os comportamentos, regras morais e valores do próprio grupo migrante. O depoente Angelo Zottele (81 anos) alegou ter ouvido dos avôs, pais e vizinhos “que o padre tinha desonrado uma mocinha e o pai e irmãos vingaram a menina”. Quanto à agressão, “diziam que o padre foi derrubado do cavalo” quando passava pela estrada da Linha Base. “Alguns homens, que ninguém sabe ao certo quem eram, pegaram e machucaram muito, dizem que chegaram a castrá-lo”. Em seguida, “depois de muito judiarem”, abandonaram-no na estrada, sendo posteriormente socorrido por algumas pessoas que passavam pelo local. Após ser trazido para a Sede Silveira Martins, cuidaram dele para que “melhorasse, mas ele acabou morrendo”.⁴⁸

Também afirmando apenas saber por comentários locais, o depoente Bento Rorato (80 anos) assegurou que a população apontava os maçons como culpados pela morte de Sório. Explicando o acontecimento, “diziam que o padre tinha mexido com uma mocinha donzela e que os parentes dela o pegaram. O nome da moça ninguém contava, isso era segredo. Mas, me parece que caparam o padre”. Prossegue narrando que “o povo achava que eram os maçons os culpados, por isso todo mundo e a Igreja se revoltaram com essa estátua de Garibaldi aí na praça, em frente à Igreja”.⁴⁹ Rorato, como se percebe, não diz que a morte estava ligada a crimes políticos apesar de apontar os maçons como culpados, mas que a população considerava como causa o envolvimento do padre com uma donzela. As revoltas contra um monumento na Praça de Silveira Martins teriam ocorrido como forma de censurar os responsáveis pela morte do pároco.⁵⁰

Declarando ter ouvido dos pais e do “pessoal mais velho”, Antônio Dal Forno também apresenta os elementos comuns aos outros relatos. Alguns capangas pegaram padre Sório e o maltrataram, castraram e o “deixaram jogado na beira da estrada”. Assim, durante três dias em que agonizou não apontou os culpados, mas, apesar do seu silêncio, “aqui na comunidade todos sabem quem foi que matou o sacerdote, só que não dizem”. Para o depoente, os responsáveis pela morte de Sório foram “alguns maridos indignados com suas atitudes de mulherengo”. Ao se aproximar o momento da sua morte, Antônio Sório “disse ao Sr. João Zambonato que lhe contaria quem eram os feitores”, entretanto, “ninguém sabe ao certo se ele

⁴⁸ Morador de Silveira Martins. Depoimento de 07 de janeiro de 1998 (VÉSCIO, 2001, p. 316).

⁴⁹ Morador de Silveira Martins. Depoimento de 13 de dezembro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 312).

⁵⁰ A inauguração do busto de Giuseppe Garibaldi na praça central de Silveira Martins ocorreu no ano de 1910, bem depois da morte do padre Antônio Sório.

falou”.⁵¹ Quanto à culpabilidade dos maçons, Dal Forno afirmou que os maridos que atentaram contra o padre poderiam ser maçons, já que naquele tempo a “maçonaria era forte” e, a partir disso, faz uma relação de outros episódios de conflitos entre sacerdotes e maçons na região colonial.⁵²

Tais depoimentos transmitem motivações diferentes para a morte do padre Sório. Nas falas dos descendentes, pode-se perceber a fusão de elementos variados, destacando-se, principalmente, a versão de ter ocorrido uma vingança e os autores identificados como pertencentes à maçonaria. Segundo Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 242-243), o envolvimento da maçonaria na morte é fruto de uma construção posterior elaborada pelos sacerdotes palotinos com a intenção de fazer a “redenção” de Antônio Sório, sobretudo para encobrir a real causa do crime. Assim, por meio do discurso da Igreja Católica, o autor analisa as interpretações que surgem sobre a morte de Sório. Nesse período, o que ganha “significação e densidade” é a versão de crime orquestrado pela “diabólica” instituição maçônica, apontada com principal inimiga dos padres e da religião católica.⁵³

Por outro lado, o silêncio da vítima em relação à identidade dos agressores propiciou o surgimento de diferentes versões quanto aos autores e seus motivos. Para alguns, os “algozes” de Antônio Sório foram os familiares de uma moça desonrada, para outros, “maridos indignados” por ser o padre mulherengo, e, finalmente, por atacar os maçons em suas prédicas. Apesar dessas indicações, a comunidade em nenhum momento revelou possíveis nomes dos responsáveis, mesmo afirmando saberem quem eram os indivíduos, como contou um depoente. Deste modo, se eram conhecidos os culpados, fica a pergunta do porque não terem sido denunciados às autoridades públicas presentes em Silveira Martins ou Santa Maria. Ao que tudo indica, houve, por parte das famílias e da comunidade, controle das informações e interpretações sobre a morte de Antônio Sório com objetivo de auto-preservação diante de uma possível investigação dos agentes externos do Estado.

Retornando aos depoimentos, percebe-se na narrativa do descendente Odil Savenhago (54 anos) maior convicção ao interpretar o acontecido, isto porque o padre Sório fora atacado nas terras de sua família, localizada há uns duzentos metros da estrada que seguia para

⁵¹ Não encontramos indicações sobre a existência de João Zambonato, mas, sim, de José Zambonato. Esse era proprietário de lotes urbanos e rurais na ex-Colônia Silveira Martins. Um dos lotes rurais era o de nº 478 localizado na Linha Um Norte, lugar esse onde Antônio Sório também adquiriu terras sob o nº 487. Além disso, outro elemento que demonstra a existência de certa proximidade entre as famílias Zambonato e Sório é a existência de relações de apadrinhamento entre indivíduos de ambos os grupos.

⁵² Depoimento de Antônio Dal Forno, morador de Silveira Martins, 13 de dezembro de 1997 (VÉSCIO, 2001, p. 318).

⁵³ Não é intenção desta pesquisa analisar a morte do padre a partir da disputa entre Igreja Católica e maçonaria, pois tal tarefa já foi feita por Vécio (2001).

Silveira Martins. Segundo o depoente, Antônio Sório havia sido castrado por três homens. Ao ser interrogado sobre a presença da maçonaria na comunidade e a relação com a morte, afirmou que essa contava com a presença de “grandes nomes” e estava bem estruturada na época. Ressaltou o fato de o pároco não ser um homem pacífico, pois se envolveu em alguns conflitos na comunidade do Vale Vêneto e em “questões políticas”.⁵⁴ No entanto, declarou não acreditar ser a instituição maçônica a responsável por orquestrar a morte, apesar de os três elementos pertencerem à Loja maçônica local. Para Odil Savenhago, ao fazerem tal “barbaridade” contra Antonio Sório, aqueles agiram por motivos pessoais. Sabendo que o padre havia sido ferido no “baixo-ventre”, o depoente possuía indícios para afirmar que a violência física usada contra Sório não tinha origem em divergências ideológicas entre católicos e maçons, antes foi resultante de desonra familiar.

Na memória coletiva dos descendentes de imigrantes italianos subsiste a idéia de ter sido o padre punido por seu comportamento com mulheres, muito embora confirmem a existência de conflito local entre o sacerdote e os maçons. Luiz Eugênio Vésicio (2001, p. 285), partindo da perspectiva que levava em conta as desavenças entre Igreja Católica e Maçonaria, procurou compreender como a versão de crime maçônico teve ressonância na localidade de Silveira Martins. Ressalta-se o fato de ser imprescindível entender o que significava ser maçom para os imigrantes italianos e quem eram os indivíduos que participavam da maçonaria local. Ou antes, buscar o grau de relação mantido entre os indivíduos apontados como agressores do padre, além de sua atuação política na comunidade.

Quanto às versões apresentadas pelos imigrantes sobre a morte do padre Sório, alguns elementos foram silenciados para que não chegassem aos ouvidos de pessoas estranhas à comunidade. Do mesmo modo, foram mantidos na tradição local e contados no espaço privado, certamente para preservar o prestígio das famílias envolvidas e garantir proteção ao grupo para não serem expostos a questionamentos de agentes externos. Os rumores e comentários conferiram ao evento da morte do padre uma interpretação autônoma, fundando, assim, uma verdade que diferia da versão oficial. A população buscava compreender os acontecimentos ocorridos na comunidade, formando o veredicto a partir dos indícios e suspeitas que formularam a respeito do comportamento das famílias envolvidas. Logo, as

⁵⁴ Morador da Vila Cattani, Silveira Martins, depoimento de 17 de julho de 1998 (VÉSCIO, 2001, p. 320).

verdades sobre os fatos eram fundamentadas nas convicções e avaliações locais sobre as experiências dos sujeitos, vivenciadas no pretérito como no presente.⁵⁵

1.4 Os acusados

Em 1º de janeiro de 1949, lembrando a data da morte de Antônio Sório, o sacerdote palotino Pedro Luiz apresentou uma crônica intitulada a “Morte trágica de Dom Antônio Sório”.⁵⁶ Uma das novidades dessa narrativa é que, passados quarenta e nove anos daquele acontecimento, os nomes dos supostos responsáveis pela morte foram anunciados pela primeira vez. Segundo o cronista Pedro Luiz, na época do padre Sório, a Maçonaria havia fundado uma loja em Silveira Martins. Frente a isso, o pároco passou a alertar a população para que se afastasse daquela embrionária associação, uma vez que era “inimiga da religião de Cristo”. Dessa forma, iniciaram-se acusações como “uma luta surda de idéias” que acontecia “entre o púlpito da igreja e os dirigentes maçônicos de má fé”. Seguiu narrando que poucos eram os “espíritos maçônicos italianos” que se encontravam na ex-Colônia, entretanto, esses imigrantes haviam trazido da pátria de origem um plano de eliminar “todo o elemento a eles nocivo”. Assim, o padre Pedro Luiz tentava transmitir a idéia de que havia uma maçonaria que reproduzia no sul do Brasil a índole violenta tal como era na Itália.

Na avaliação do cronista, os conflitos trazidos do além-mar ressurgiram na ex-Colônia, e os maçons foram apontados como os responsáveis por tramar a “morte trágica de Dom Antônio Sório”. As atitudes do padre provocaram a “ira satânica da maçonaria colonial”, principalmente por causa do procedimento de tentar afastar da loja maçônica o sobrinho Alexandre Sório.⁵⁷ Desse modo, aborrecidos com as atitudes de Antônio Sório, os membros da maçonaria elaboraram um plano para fazer desaparecer o líder religioso da comunidade de Silveira Martins de “ação decisiva e palavra fulminante”. Ressalta-se que Alexandre Sório, sobrinho do falecido pároco, era padrinho de batismo do padre Pedro Luiz, autor da narrativa, portanto, existiam vínculos entre ambos. Talvez, por esse motivo, o cronista se sentiu na obrigação de esclarecer os motivos que ocasionaram a morte de Antônio Sório, afastando dele a memória de possíveis acusações a cerca do desempenho equívoco do antigo pároco.

⁵⁵ Para além da veracidade dos fatos, as versões e comentários enquanto forma de saber social fruto da opinião popular ajudam a pensar o sentido e a importância de determinados acontecimentos para a população no universo no qual surgiram (FARGE, 2009, p. 108).

⁵⁶ Revista *Rainha dos Apóstolos* é um periódico da congregação dos padres palotinos que começou a circular em Santa Maria e região colonial a partir do ano de 1923 e perdura até os dias de hoje.

⁵⁷ Não foi possível encontrar nada que indique a relação de Alexandre Sório com a Maçonaria.

Na sequência, o narrador descreveu como teria ocorrido a emboscada que deixou o padre Sório em situação “lastimável”. No dia 29 de dezembro de 1899, Antônio Sório, que retornava solitário de visita realizada a uma “velhinha que residia nas imediações da Linha Duas” foi atacado numa estrada de “subida mansa e pedregosa” por três ou quatro indivíduos. Narrando a imaginada cena do assalto, afirmou: “frearam o cavalo pela rédea”, derrubaram Sório da “cavalgadura” e o encheram de “pontapés, pisaduras brutais, relho e outros maus tratos”. Felizmente, logo foi socorrido por um trabalhador da redondeza que, ao ouvir alguns gemidos, deslocou-se até a estrada. Quando ali chegou, deparou-se, primeiramente, com o “belo pingo marchador” do vigário Sório, próximo ao ferido em “estado lastimável”.

Houve, por parte dos moradores do local, uma mobilização para prestarem auxílio ao ferido, sendo socorrido por José Alberti e Luiz Bianchi que procuraram transportá-lo numa carroça atrelada por burros. Essa opção teve que ser desconsiderada, pois, segundo padre Pedro Luiz, Antônio Sório não suportava as intensas dores, sendo conduzido, em “cama de vento” até a sede Silveira Martins.⁵⁸ O transporte exigiu a colaboração de diversos imigrantes italianos que, prestativos e solidários, auxiliaram a carregar o pároco por alguns quilômetros pela estrada “pedregosa” e íngreme. Ao fazerem isso, amenizavam as dores ocasionadas por um meio de transporte que expunha o ferido a constantes trepidações. Somente Alberti e Bianchi – este sobrinho do padre – foram identificados como os indivíduos que o socorreram, apesar da notícia ter atraído outros imigrantes para o local da tragédia.

Segundo o cronista, a vítima não divulgou o nome dos algozes, entretanto, a “voz divina do povo indicou sempre, sem discrepância nenhuma”, os maçons como autores crime, sendo eles “Celeste Soliani, Felipe Durgante (capataz de turma) e Rodolfo Faccin.”⁵⁹ A memória da tragédia mantida pelo boato e rumor do povo, em conversas familiares, possibilitou que a identidade dos agressores fosse divulgada na revista Rainha dos Apóstolos por um descendente de imigrante italiano da ex-Colônia Silveira Martins: o palotino Pedro Luiz, afilhado do sobrinho da vítima como afirmou-se acima. Confirmando ter ocorrido o crime, a armadilha contra Sório e as motivações dos agressores receberam outras significações. Assim, algumas informações mantidas pela tradição oral foram redimensionadas a partir das novas interpretações dadas pelos sacerdotes palotinos.⁶⁰

⁵⁸ Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 165. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora - AHPNSC, Santa Maria.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Os padres pertenciam à Congregação dos padres palotinos e se estabeleceram entre os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins em 1886, alcançando, após a morte de Antônio Sório, hegemonia na região.

A referida revista católica, com grande circulação na região da ex-Colônia Silveira Martins, certamente, não causou surpresas ao publicar tais informações. Também não provocou constrangimentos ao apontar os “autores do crime”, pois muito tempo havia se passado e os acusados, conhecidos entre os descendentes de imigrantes, não se encontravam mais no lugar. Portanto, essa foi a primeira vez que um documento citava publicamente nomes dos possíveis criminosos. Como se pode perceber, os agressores não haviam sido apontados em nenhuma outra fonte até aqui analisada. Seja como for, mesmo passado tanto tempo da morte do padre Sório, era necessário fornecer explicações sobre àquela tragédia. Durante décadas não houve manifestações públicas, todos silenciaram quanto a divulgação da identidade dos agressores, porém, após cinquenta anos, foram apontados os nomes dos três maçons acusados de terem planejado a emboscada contra o padre Sório.

1. Relação dos integrantes da Loja Maçônica União e Trabalho da ex-Colônia Silveira Martins em 1900

| <i>Nº</i> | <i>Nomes</i> | <i>Grau</i> | <i>Profissão</i> | <i>Local de Nascimento</i> |
|-----------|---------------------------------|-------------|---------------------|----------------------------|
| 1 | Maximiliano de Almeida | 30 | Professor público | Rio Grande do Sul |
| 2 | Wendelin Behr | 14 | Negociante | Alemanha |
| 3 | <i>Joaquim Augusto de Pinho</i> | 14 | Escrivão público | Portugal |
| 4 | <i>José Claro de Oliveira</i> | 14 | Escrivão público | Rio Grande do Sul |
| 5 | Nestor de Oliveira | 18 | Escrivão público | Rio Grande do Sul |
| 6 | José Margutti | 9 | Negociante | Itália |
| 7 | Rodolfo Faccin | 9 | Agricultor | Itália |
| 8 | Celeste Soliani | 9 | Agricultor | Itália |
| 9 | Carlos Alberto Gehm | 9 | Artista | Rio Grande do Sul |
| 10 | José Bungarten | 3 | Agricultor | Alemanha |
| 11 | Augusto Burmann | 3 | Agricultor | Alemanha |
| 12 | Vicente Pereira de Borba Filho | 9 | Agricultor | Rio Grande do Sul |
| 13 | João Zambaner | 9 | - | Áustria |
| 14 | João Maria Claverie | 3 | Artista | Rio Grande do Sul |
| 15 | Torquato Soliani | 3 | Agricultor | Itália |
| 16 | Florduardo Matrembacher | 9 | Funcionário público | Rio Grande do Sul |
| 17 | Rodolfo Aboring Niederaruer | 3 | Agricultor | Rio Grande do Sul |
| 18 | Luiz Socal | 9 | Agricultor | Itália |
| 19 | Olinto Graziosetti | 3 | Industrial | Itália |
| 20 | Reinaldo de Almeida Grot | 3 | Funcionário público | Rio Grande do Sul |
| 21 | Henrique Jacob Gehm | 3 | Artista | Rio Grande do Sul |
| 22 | Jorge Correia do Amaral | 3 | Agricultor | Rio Grande do Sul |
| 23 | Martin Zimmermann Filho | 1 | Agricultor | Rio Grande do Sul |
| 24 | Victorio Bentivoglio Garzon | 1 | Agricultor | Itália |
| 25 | João Frederico Adamy | 1 | Artista | Rio Grande do Sul |
| 26 | Angelo Bona | - | Negociante | - |

Fonte: Obreiros da Loja Maçônica União e Trabalho, 6 de fevereiro de 1900 (RIGHI, 2001, p. 298; VÉSCIO, 2001, p. 69-74).

Na presente lista dos membros da Loja Maçônica “União e Trabalho” de Silveira Martins, pode-se perceber que, dos nomes apontados como os agressores do padre Sório, dois realmente eram maçons. São eles os imigrantes Rodolfo Faccin e Celeste Soliani (em negrito), que compunham o grupo dos doze primeiros – assinalados como os fundadores da agremiação – ocupando o primeiro cargo de hospitaleiro, enquanto o segundo de primeiro lanceiro.⁶¹ A relação dos indivíduos pertencentes à Maçonaria apresenta-se como registro que assinala a fundação oficial da Loja, após ter passado um mês da morte do pároco de Silveira Martins. Entre os membros da agremiação encontravam-se, também, as principais autoridades públicas que residiam na sede da ex-Colônia, sendo elas o sub-delegado José Claro de Oliveira⁶² e o Juiz distrital Joaquim Augusto de Pinho (em itálico). Foi este juiz quem, primeiramente, reconheceu o testamento do padre Sório enquanto documento legítimo, certificando-o, assim, perante a confirmação das testemunhas, que representava a “fiel disposição do testador”.

O comportamento da autoridade em avaliar o testamento e reconhecer a morte do padre como “queda do cavalo” pode indicar ter havido, de fato, a participação da maçonaria por trás do fatal episódio. Conforme indica Vécio (2001), entre os maçons existia uma rede de relações que visava à autoproteção do grupo, ou seja, neste momento, quando alguns dos membros necessitavam de apoio para não serem investigados como responsáveis pela morte do pároco, entrou em ação o juiz distrital buscando não dar repercussão ao caso, aceitando como a única versão da morte a queda do cavalo. Se ele sabia os “reais” motivos que levaram ao falecimento do padre, não sugeriu uma investigação para não prejudicar os companheiros maçons, portanto, o juiz aceitou o argumento explicativo usado pelos sete imigrantes que presenciaram a elaboração do testamento do padre Sório no momento de sua agonia, em janeiro de 1900. Porém, os sete imigrantes que sustentaram a versão de morte por queda de cavalo não eram maçons, e um deles – o padre palotino Mathias Schoenauer – certamente faria denúncia caso soubesse que os agressores eram membros da maçonaria. Um ano depois da morte do padre, em abril de 1901, quando da preparação do inventário, foram convocados os mesmos sete imigrantes para se apresentarem em Santa Maria diante do juiz municipal

⁶¹ Os doze primeiros nomes da lista são os fundadores da Loja Maçônica na Colônia Silveira Martins. Na ordem de apresentação, o primeiro indivíduo ocupava o cargo de venerável, sendo seguindo pelo primeiro vigilante, segundo vigilante, orador, secretário, tesoureiro, primeiro lanceiro, hospitaleiro e, por último, mestre de cerimônia (RIGHI, 2001, p. 298). A função do hospitaleiro era prestar assistência aos irmãos e oferecer hospedagem por caridade. Disponível em <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/938502>. Acessado em 24 de janeiro de 2011.

⁶² Em 18 de janeiro de 1902, quando se deu a abertura do inventário de Antônio Sório, foram apontados pelos procuradores – representantes dos herdeiros do padre – os indivíduos José Claro de Oliveira e João Maria Claverie como avaliadores dos bens a serem inventariados. Ambos eram maçons, aparecendo seus nomes na lista acima apresentada. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900, APERS, Porto Alegre.

para darem legitimidade ao testamento. A explicação da “queda”, os graves ferimentos e a “impossibilidade de se mover” foram confirmadas frente ao juiz, portanto, não havia motivos para abrir investigações.

Quanto ao padre Pedro Luiz – autor da crônica que nomeou os assassinos de Antônio Sório – vale reafirmar que este era afilhado de Alexandre Sório, sobrinho do vigário morto em 1900, e isso deve ser levado em conta ao se analisar o conteúdo e o sentido da sua narrativa. O sentimento de ligação com a família Sório, provavelmente, foi um dos fatores que o motivou a prestar homenagem ao sacerdote que, na “missão de alertar o povo” sobre a atuação da Maçonaria, perdeu a vida, caindo numa armadilha organizada por maçons. É provável que, quando jovem, o cronista tenha ouvido relatos dos pais, vizinhos e até do padrinho sobre a trajetória do padre Sório, tomando conhecimento, neste círculo de relações, sobre a própria identidade dos imigrantes que o agrediram. Graças aos relatos individuais, trocados entre os que faziam parte das redes de relações familiares, foi possível que uma “memória da comunidade” sobre Antônio Sório se mantivesse. Muitas informações e lembranças em relação ao episódio da morte eram para serem transmitidas somente internamente ao povoado e entre os participantes das mesmas configurações sociais.

Na crônica, o padre Pedro Luiz não faz referência aos ferimentos do padre Sório que caracterizasse algum tipo específico de punição, como castramento. Nesse sentido, vários dados presentes na “memória da comunidade” não foram mencionados, uma vez que o autor da narrativa, sacerdote palotino, queria explicar os motivos que levaram os maçons a agredir o pároco de Silveira Martins, situando o caso em um conflito mais amplo e de longa data entre Igreja Católica e Maçonaria. Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 206, 242, 285) analisou várias edições da revista católica *Rainha dos Apóstolos* e o periódico maçônico *O Delta*, entre as décadas de 20 e 40 do século XX, para compreender o universo do discurso em que foram produzidas as versões da morte do padre Sório. Defendeu que as interpretações serviram de “elemento auxiliar no fortalecimento do Catolicismo renovado” na região da ex-Colônia Silveira Martins. Nos referidos periódicos, o autor analisou as acusações “radicais” que as duas instituições se faziam, pois lutavam para conquistar espaço e preservar “hegemonia sobre seu público-alvo”. Para o autor, o crime contra o sacerdote ocorreu num “contexto histórico em que forças sociais” buscavam objetivos diferentes: a Igreja Católica, representada pelos padres palotinos, trabalhava para implantar um modelo religioso que lhe desse “maior centralização e poder”; a Maçonaria, por outro lado, se opunha por considerar a ideologia da Igreja “ultrapassada, enganadora e retrógrada”.

Entretanto, acredita-se que os significados desses embates precisam ser compreendidos a partir da própria percepção dos indivíduos que viveram na região colonial no período do padre Sório. Para tanto, se faz necessário uma investigação minuciosa nas diversas fontes documentais para analisar os valores culturais e as práticas cotidianas vividas pelos imigrantes italianos, pois, assim, pode-se compreender o contexto específico que envolveu a morte de uma das lideranças locais. Acreditando ser a “maçonaria forte naquele tempo”, os depoentes citados por Vécio manifestaram que o povo estava revoltado com as atitudes de alguns nacionalistas italianos que ergueram uma estátua em homenagem a Giuseppe Garibaldi na praça principal de Silveira Martins, em 1910. Porém, estas afirmações devem ser contextualizadas, pois explicações ideológicas e políticas não possibilitam compreender a lógica da versão do castramento.

No final do século XIX, segundo Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 69), havia uma loja maçônica em Silveira Martins, de nome União e Trabalho, porém, esta teve uma “existência fugaz” e precária, mantendo-se em funcionamento de novembro de 1898, ano de sua instalação, até dezembro de 1902 quando as atividades foram interrompidas. Porém, a ata de fundação da Loja é de 6 de fevereiro de 1900, um mês depois da morte do pároco, indicando que a agremiação ainda estava em busca de organização. Estes dados históricos contradizem a versão dos depoentes quanto à força e estruturação da maçonaria em Silveira Martins quando da morte do padre Sório. Não há fundamentação histórica suficiente para sustentar a idéia de maçons coesos e fortes contra os membros da Igreja, pelo menos naquela região de imigrantes italianos.

Na memória do povoado, segundo depoimentos recolhidos por Vécio (2001), a autoria do crime foi atribuída a alguns maçons sedentos de aplicar um castigo àquele que tinha provocado ofensas à honra de uma determinada família. Por outro lado, o padre Pedro Luiz também atribuiu aos maçons a culpabilidade pelas violências contra Antônio Sório, porém, não comenta sobre castramento motivado por desonra familiar. Ao finalizar sua narrativa, o padre Pedro Luiz apontou o destino dos “criminosos”, sinalizando para a existência de uma justiça divina, pois assim “disse nosso Senhor: Não toquei nos meus Cristos”. Os “três pistoleiros civilizados” foram então punidos pela “mão de Deus” ao terem um fim trágico, afirmando que isso o povo de Silveira Martins esperou para ver: Celeste Soliani foi morto “às margens do Rio Uruguai”; Rodolfo Faccin “teve os intestinos

desprendidos e caídos, morrendo entre uivos e dor”; e, por último, Felipe Durgante “faleceu na miséria mais tenebrosa”.⁶³

Através da interpretação do sacerdote Pedro Luiz, os maçons foram oficialmente reconhecidos como os responsáveis por arquitetar a emboscada contra Sório. Logo, esse entendimento passou a ser sustentado nos trabalhos de alguns padres pesquisadores ao destacarem as dificuldades enfrentadas pelos clérigos que se instalaram nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. A morte de Antônio Sório passou a ser imputada aos “elementos hostis” pertencentes à maçonaria que, através de uma emboscada, agrediram fisicamente o pároco, deixando-o “gravemente enfermo ao solo” (RUBERT, 1977, p. 68; 1998, p. 63). Conseqüentemente, a morte do mesmo foi entendida como o sinal da existência de uma “campanha insana” contra um homem do bem (BONFADA, 1991, p. 128).⁶⁴

Conforme se constatou anteriormente nos depoimentos, para a própria população colonial existia uma conexão entre os culpados e alguns indivíduos que faziam parte de maçonaria, e isto era uma realidade vivenciada localmente. Porém, havia outros fatores que foram silenciados pela versão construída pelos padres palotinos. Na visão de Luiz Eugênio Vécio (2001, p. 251, 281), foi para recuperar a credibilidade do clero na região da ex-Colônia Silveira Martins que os padres palotinos passaram a atribuir a responsabilidade pela morte de Sório à instituição maçônica. Ao fazerem isso, “deixavam cair um véu de esquecimento sobre a conduta moral e sexual” do padre. Para o autor, a luta entre o bem e o mal – Igreja Católica e Maçonaria – “reformulou e consolidou” uma explicação para a morte numa narrativa de complô maçônico, promovendo de tal modo a redenção do padre Sório.

⁶³ Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 166. AHPNSC, Santa Maria.

⁶⁴ Além dos referidos, outros trabalhos apresentam essa ideia de ter sido o padre Sório vítima de “um atentado” planejado pelos maçons descontentes com as obras e campanha do pároco na sede da ex-Colônia Silveira Martins (MAGRO, 1976; SPONCHIADO; BUSANELLO, s/d; RUBERT, 2003)

2. Homenagem ao sacerdote Antônio Sório.



Placa de mármore que se encontra no interior da igreja de Santo Antônio em Silveira Martins.

Com o passar do tempo, os sacerdotes palotinos exerceram um controle sobre a “memória coletiva”, legando novas representações aos acontecimentos.⁶⁵ Assim foi se consolidando uma versão da história da morte do padre, transformado em herói local, quase um mito. O mito, por sua vez, não é necessariamente uma história inventada ou falsa, mas, sim, uma história “significativa na medida em que amplia o significado de um acontecimento” que é transformado na “formalização simbólica e narrativa das auto-representações partilhadas por uma cultura”, sendo, nesse sentido, uma das funções míticas da história reconciliar os aspectos opostos das interpretações, conforme afirma Alessandro Portelli (2006, p. 121). Aqui, cabe a idéia de uma comunidade católica administrada pelos sacerdotes palotinos e o fato que sobre ela recaía a trágica morte do padre Sório.

Ao assumir o discurso de um complô maçônico, o descendente de imigrante Pedro Luiz ofereceu nova direção à interpretação daquele trágico evento. Apresentou elementos para que a população de Silveira Martins formalizasse sua relação com os acontecimentos

⁶⁵ Segundo Alessandro Portelli (2006, p. 127), a memória somente se torna coletiva quando é “abstraída e separada do individual”: no mito, no folclore, nas instituições como Igreja, partido e Estado que organizam memórias extraídas de um único grupo, materializando-se através de um controle social.

dramáticos da própria história, podendo, assim, ostentar a sua identidade enquanto comunidade religiosa e católica. Dessa forma, determinadas afirmações públicas, revelações e atos considerados legítimos e necessários foram, com o passar do tempo, agregadas à tradição oral, contribuindo para novas explicações sobre a morte do padre Sório. As informações significativas, porém, devem ser buscadas mais no que foi escondido ou silenciado pela população local, do que nos aspectos que foram apresentados pela versão oficial (PORTELLI, 1997, p. 34). Como se pôde perceber nas entrevistas, a comunidade manteve sigilo quanto à divulgação de algumas explicações que pareciam circular internamente. Apesar de serem conhecidos localmente, não se divulgou o nome dos possíveis indivíduos que teriam agredido Antônio Sório.

1.5 Um horizonte de possibilidades

Não foi a explicação de morte provocada por “queda do cavalo” que permaneceu na lembrança da população colonial, mas interpretações que apontavam para a existência de uma emboscada e de ter o padre Sório recebido ferimentos no “baixo-ventre”. Entre os contemporâneos do fato, não há menção à participação de maçons. As circunstâncias da tragédia suscitaram nas pessoas representações que somente podem ser compreendidas ao se analisar o contexto local, seu funcionamento, a racionalidade e a própria experiência de grupo. A omissão de detalhes quando da ocorrência dos fatos é significativo para se entender um sistema de autopreservação da própria comunidade que optou por tal forma de comportamento. Nesse sentido, o segredo pode ter sido um mecanismo acionado pelos indivíduos para passar a idéia de tranquilidade, unidade e aceitação dos eventos locais.

O silêncio também tem significado, e expressa à existência de entendimentos e versões. Assim, o sigilo está relacionado a determinado momento, estando os segredos e os “não-ditos” em constante deslocamento. Não conduzem ao esquecimento, porém, se apresentam como necessidade indispensável para que seja possível a manutenção da convivência entre os indivíduos (POLLAK, 1989). A existência de manifestações e questionamentos públicos que divulgassem notícias de um “atentando”, ultrapassando, dessa forma, as fronteiras da comunidade, parece não ter acontecido. Esta aparente tranqüilidade, num cenário onde nada parecia estar acontecendo, pode significar escolhas conscientes dos indivíduos para garantir estabilidade local além de exemplificar uma forma própria e autônoma de organização.

As narrativas orais e escritas sobre a morte do padre Sório permitem analisar a maneira como os imigrantes lidaram com fatos cotidianos e inesperados. Se, por um lado, a memória do povoado “revela omitindo”, por outro, ela também permite entender os indivíduos como “sujeitos de suas idéias e lembranças”. As versões e os fatos ficam sem sentido se separados do cenário local no qual se desenrolam. É necessário que “tempo e espaço” sejam considerados quando se procurar entender comportamentos, normas e valores locais (MARTINS, 1992, p. 19).

Na memória transmitida subsiste a idéia da emboscada e agressão física por questões de honra, onde alguns indivíduos aplicaram uma punição como resposta a ofensas morais. Assim, neste trabalho, pretende-se explorar os motivos de ter sido esta a versão surgida entre os contemporâneos do padre, percebendo que elementos culturais serviram de base para a elaboração da hipótese. Não se tem a pretensão de investigar o “crime em si”, mas, sim, o sentido, a interpretação de uma “emboscada”, de ofensas morais e de punições entre a população colonial. Dessa maneira, busca-se compreender o significado dado àquela tragédia que vitimou o padre Sório dentro de um campo de possibilidades explicativas compartilhadas pelo grupo. Em outras palavras, estudar a versão da morte a partir dos elementos culturais dos imigrantes italianos.

Os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins, local onde o referido padre prestava atendimento religioso, dotados de práticas culturais de uma Europa rural forjada há séculos, tinham suas próprias explicações para acreditar na morte por vingança motivada por desonra familiar, pois tal constatação estava ligada a valores presentes no universo tradicional ainda vivido. Portanto, a população colonial, partindo de seus códigos valorativos, aliados ao entendimento que tinham sobre o comportamento pregresso do sacerdote agredido, deram uma explicação que diferia da versão oficial. Acreditavam que o padre Sório fora vítima de castramento por causa do procedimento inadequado com uma “mocinha donzela” do lugar.

Entre os imigrantes italianos da região colonial ganhou fórum de verdade a interpretação de que a morte era decorrente de espancamento seguido de castração, forma de punição por ter ofendido a honra de uma moça. A violência praticada contra determinadas partes do corpo, como ferimentos no “baixo-ventre”, tinham um significado simbólico e caracterizavam uma agressão planejada para vingar insultos. Nesse sentido, o castramento está ligado a um tipo específico de ofensa: a desonra sexual, a inexistência de um acordo privado e alguma outra forma de reparação. Para compreender a explicação da castração

construída a respeito da morte do padre Sório é necessário investigar essa agressão como um castigo que tinha uma lógica explicativa no universo cultural dos imigrantes italianos.

Através da versão do castramento, é possível levantar questionamentos sobre o funcionamento das comunidades, os valores, os tipos de punição, a atuação das famílias camponesas italianas que se estabeleceram nas regiões coloniais do sul do Brasil. Tentar-se-á analisar as redes sociais de agregação formadas entre os imigrantes, suas relações de reciprocidade, confiança e aliança como recursos para garantir segurança e a sobrevivência do grupo. As ações dos indivíduos precisam ser avaliadas dentro de uma rede de interdependências da qual faziam parte, identificando os padrões culturais e sociais que governavam essa trama. Logo, as narrativas interpretativas dos acontecimentos locais só fazem sentido se estudadas em contexto específico e na sua utilidade prática. A própria tradição oral, em determinados casos, pode ser acionada como mecanismo fundamental para solucionar conflitos, contradições, garantir estabilidade e evitar questionamentos das regras que regem a vida cotidiana. Em algumas situações, as narrativas orais são usadas para “dar sentido a uma ordem social” e também podem ter como objetivo solucionar “simbolicamente” alguns assuntos que necessariamente não são resolvidos no campo da “atividade humana” (CRUIKSHANK, 2006, p. 153).

O importante é que as informações apresentadas pelos depoentes dão indícios das interpretações que os imigrantes italianos deram sobre alguns acontecimentos vivenciados. Existem temporalidades que devem ser observadas na história oral: o tempo dos eventos narrados e o tempo no qual são narrados. E os próprios narradores também precisam ser entendidos como personagens e parte da história que estão contando, conforme afirma Alessandro Portelli (2007: 1997). Portanto, os depoentes também apresentaram explicações que podem partir de lógicas semelhantes ou diferentes quando relêem os eventos do passado. No caso da morte do padre Sório, as narrativas dos descendentes de imigrantes são resultado da confluência entre a tradição oral transmitida pelos seus familiares e as interpretações que os padres palotinos deram para os acontecimentos locais.

Dessa forma, a própria memória da comunidade não é única, pois nela aparecem as subjetividades, as vivências e as observações dos imigrantes sobre a trajetória do padre Sório. Segundo Portelli (2006, p. 126-128), que analisou as lembranças e o senso comum dos italianos sobre um episódio local vivenciado numa pequena cidade montanhosa na região da Toscana, a “memória do povoado” não pode ser vista como um todo coerente. Seguindo nessa direção, utilizou o conceito de “memória dividida” e plural para afirmar que mesmo as

histórias songadas e inexprimíveis, até do círculo familiar, convivem com as “memórias igualmente autênticas e comoventes, expostas publicamente na praça e na igreja”. Assim, as lembranças de gerações encontram-se divididas “entre o desejo de silenciar e esquecer e a necessidade de se expressar”. Essa perspectiva o levou a considerar que a “memória do povoado” deve ser percebida como socialmente fragmentada em diferentes memórias. No entanto, o fato de serem diversas não significa dizer que as memórias individuais, comunitárias e públicas sejam ilegítimas, uma vez que independente da tipologia elas estão repletas de valores morais diversos e práticas como solidariedade familiar e grupal que sempre encontram sua fundamentação nas experiências vividas e impressões sentidas.

As narrativas orais, como qualquer outra fonte documental, devem ser analisadas de forma crítica, uma vez que a memória também é fruto de um processo que se molda ao longo do tempo. Os relatos anteriormente apresentados exemplificam que determinados aspectos da memória coletiva sobre a morte do padre Sório estão ligados a momentos históricos específicos. Para tanto, deve-se considerar a memória como um fator social que pode ser compartilhada, porém, somente se materializa em discursos individuais. Quando separada do individual ela se torna memória coletiva, pois não é mais expressão direta e natural do sujeito, mas um arranjo legítimo e significativo “mediada por ideologias, linguagens, senso comum e instituições”, segundo Alessandro Portelli (2006, p. 127).

Portanto, é necessário que a memória coletiva e familiar sobre o momento da morte do padre Sório sejam colocadas à prova, desmembradas e avaliadas. As informações presentes tanto nessas fontes como nas escritas fornecerão indícios para a reconstituição das experiências concretas e possíveis vividas pela população colonial naquele contexto. Devido às poucas informações da documentação sobre a tragédia da morte, as narrativas mantidas pela tradição oral são fundamentais para analisar variáveis e impressões imaginadas. Os depoimentos apontaram outras perspectivas ao apresentarem novos dados a respeito das relações familiares e comunitárias, permitindo, portanto, que se conheça o sentido dos eventos para os indivíduos e a maneira como os interpretaram. Assim, o primeiro aspecto que torna a história oral diferente e importante é o fato dela contar menos sobre eventos do que sobre os significados. Através delas pode-se ter acesso não apenas ao que o povo fez, mas, também, ao que tencionava, acreditava estar fazendo e finalmente o que pensava que havia acontecido (PORTELLI, 1997, p. 31-33). Enfim, as narrativas orais apresentam a maneira que determinados comportamentos, valores e episódios foram avaliados pelos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins.

É no espaço familiar que diferentes narrativas sobre as causas da morte do padre Sório e a identidade dos agressores se refugiou, materializando, também ali, em memória compartilhada na comunidade. Assim, as famílias são as guardiãs e mediadoras dos fatos e impressões vivenciados.⁶⁶ Somente determinados indivíduos são indicados a falar das histórias locais, principalmente se, por algum motivo, possuem ligação ou proximidade aos acontecimentos vividos no passado. Nas narrativas orais dos descendentes de italianos, anteriormente apresentadas, os guardiões da memória do povoado são aquelas pessoas que tinham laços de parentesco ou seus antepassados mantiveram alguma relação com eventos envolvendo a família Sório. São estes os depoentes referenciais para o grupo quando o assunto é contar determinadas experiências compartilhadas, sendo suas falas as mais completas e significativas para se compreender as histórias vividas pelos imigrantes na região colonial.

O que permanece na “memória do povoado” sobre a tragédia do padre Sório é a versão do castramento, dos ferimentos no baixo-ventre, da desonra de uma moça e da vingança. Mesmo estando em constante movimentação, agregando novos elementos e reinterpretações – como a existência de um plano articulado da maçonaria –, àquelas explicações não perderam sua força. Entretanto, conforme os caminhos apontados por Alessandro Portelli (1996, p. 65-70), as memórias oferecem um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginadas e não um esquema de experiências comuns. O destaque é dado à palavra “possibilidade”. Nesse sentido, a representatividade textual das fontes orais e memórias se medem pela capacidade de abrirem e delinearem um espaço de probabilidades expressivas; enquanto que o conteúdo da experiência se mede não muito pelo que aconteceu com as pessoas concretamente, mas, principalmente, o que as mesmas sabem ou imaginam que possa ter acontecido. Para o autor, é o complexo horizonte das possibilidades que estabelece a esfera de “uma subjetividade socialmente compartilhada”.

As explicações para a morte do padre Sório encontraram fundamentação num cenário de possibilidades reais, imagináveis e aceitáveis. Nesse sentido, abre-se um campo de pesquisa para analisar, através de outras fontes documentais, os conflitos internos, as punições, os laços que ligavam as famílias, as relações interpessoais e, principalmente, o papel das redes e vínculos que definiam os comportamentos numa determinada comunidade. Uma proposta que leva em conta a dimensão local para entender a realidade interna – e a

⁶⁶ O conceito “guardiões da memória” é trabalhado por Michael Pollak (1989, p. 8) ao se referir aos indivíduos que, no interior de determinadas instituições da qual pertencem – associações, sindicatos, famílias –, guardam e reelaboram constantemente a memória, tornando-se também os principais depositários das histórias vividas pelo grupo.

relação externa – onde alguns episódios acontecem, procurando-se, assim, compreender o desempenho “real dos mecanismos”, os significados de poder e a capacidade de atuação dos indivíduos.

Desse modo, o local não é o reflexo daquilo que no nível macro é relevante, pois as possibilidades de ação e o “significado do exercício de poder” devem ser avaliados no âmbito da aldeia. È nesse campo que pretende-se analisar os desempenhos individuais e familiares, as estratégias e escolhas de defesa e sobrevivência num contexto regido por regras e normas (LEVI, 2003, p. 281-285). Além disso, busca-se investigar as respostas da população frente ao controle exercido pelas instituições locais, mapeando a variedade de recursos, desigualdade de acesso, as hierarquias, os ajustamentos e a própria funcionalidade das redes interpessoais frente a fatos internos e também externos à comunidade que ameaçavam a manutenção de certa estabilidade nas relações cotidianas.

Para entender como se deu a adaptação dos imigrantes italianos nos núcleos coloniais do sul do Brasil é necessário que se faça a reconstrução da vivência cotidiana nas comunidades recentemente constituídas por indivíduos oriundos d’além-mar que procuraram se organizar segundo valores e experiências pretéritas. Esses trouxeram da pátria de origem toda uma experiência camponesa e uma maneira própria de criar suas formas de agregação familiar e comunitária. Porém, nas regiões coloniais tiveram que se ajustar aos recursos disponíveis, adaptarem-se à realidade e estabelecer novos vínculos.

1.6 Dois padres imigrantes

Antes mesmo da grande emigração da Itália, ao final do século XIX, sacerdotes seculares já tinham a América como local de destino. Quando os *contadini* começaram a abandonar a pátria, parte do clero passou a alertar os fiéis contra os perigos do movimento emigratório, alegando que a fuga provocava nas comunidades um enfraquecimento moral. Enquanto outros se tornaram os principais motivadores e colaboradores da imigração das famílias camponesas da paróquia para o além mar. Por parte da própria Igreja Católica não existia um posicionamento com relação ao êxodo, possibilitando que o comportamento do clero rural fosse bastante variado. Esses se encontram nos dois lados, podendo ser apoiadores, promotores ou opositores da emigração. Frequentes foram os casos de padres que optaram por seguir para América juntamente ou no encaço dos fiéis. Assim, companheiros de viagem dos próprios paroquianos, muitos são os exemplos que atestam ter o clero partido em tais

circunstâncias. Essa atitude também reflete uma das escolhas feitas por algumas ordens religiosas que tinham como objetivo “renovar o antigo pacto de aliança”, de estilo de vida e pregação mantida na pátria com os camponeses (FRANZINA, 1998, p. 233: 2006).

Na região do Vêneto, durante a metade dos anos 70 do século XIX, não era rara a presença de padres, lideranças comunitárias e sujeitos de ocupavam cargos públicos envolvidos em agregar indivíduos para emigrar. Atuavam como subagentes, eram mediadores entre as famílias camponesas e as Companhias de Navegação. Esse foi um recurso recorrente para que a emigração alcançasse maiores proporções, uma vez que os religiosos gozavam de reputação e de confiança nos povoados, tornando-se, em muitos casos, os emissários e organizadores da transferência de grupos italianos para o outro lado do Atlântico. Em determinadas comunidades onde eram párocos, esses atuavam de forma prática na orientação dos fluxos migratórios. Também emigraram por conta própria, financiados pelos conterrâneos ou ainda impulsionados por dificuldades pessoais de convivência, suspeitos de infrações quanto ao “voto de castidade” e conflitos comunitários.⁶⁷ Ao acompanhar ou seguir os paroquianos e familiares para a América, demonstravam compartilhavam o desejo de melhor o próprio destino em terras longínquas.

As dificuldades de manutenção de um modelo de vida nas aldeias do norte da Itália eram sentidas tanto pelos camponeses quanto pelos párocos, por isso ambos entendiam a emigração como uma forma de buscar novas oportunidades de sobrevivência, melhorar a condição e também aumentar o patrimônio material. Os sacerdotes atuavam como legitimadores das práticas culturais dos compatriotas nos locais de instalação na América. Mas, segundo Emilio Franzina (2006, 334-36), isso não bastava para lhes garantir estima e influência entre os paroquianos, pois era necessário que, no dia-a-dia, conquistassem a confiança da população, evitando confrontar com hábitos e crenças próprias da sociedade rural.

Nesse sentido, analisar o movimento migratório é uma maneira de compreender as próprias escolhas e estratégias dos indivíduos no espaço de suas aldeias. O abandono definitivo da terra natal ganhava maior proporção à medida que famílias e comunidades inteiras partiam, sendo, muitas vezes, acompanhadas pelo clero local. Esses organizavam a transferência dos paroquianos, agindo, portanto, como mediadores, recrutadores, promotores

⁶⁷ Emílio Franzina (1995, p. 225-228) aponta algumas trajetórias de padres fugidos ou expulsos da pátria que migraram para os Estados Unidos. Esses casos, segundo o autor, ajudam a compreender também os motivos semelhantes pelo qual muitos dos sacerdotes da península também se refugiaram no Brasil. Aponta, principalmente, as “tentações da carne” como uma das causas das freqüentes transgressões que faziam com que alguns fossem obrigados a se casar.

ou agentes da emigração. Eram responsáveis por fazer propaganda do Novo Mundo. De certo modo, o trabalho de agenciadores era facilitado porque os párocos eram pessoas próximas dos *contadini*.

Os padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório, como muitos outros entusiasmados com as notícias que circulavam sobre as regiões de colonização no Brasil e motivados pela expectativa de “fazer a América”, como as famílias camponesas, comerciantes e artesãos de seu tempo, decidiram partir para o Rio Grande do Sul logo após terem sido convidados pelo agenciador Antônio Vernier, contratado por um grupo de imigrantes da Colônia Silveira Martins. Um dos fatores decisivos para esta escolha foi a notícia de disponibilidade de campo de trabalho em terras onde a liberdade e a autonomia eram anunciadas como princípios a serem respeitados. Pelas informações que possuíam, seguramente entenderam serem os núcleos de colonização italiana do sul do Brasil um espaço favorável para alcançarem prestígio entre os conterrâneos. Por outro lado, a própria disponibilidade de recursos, como a terra, possibilitaria a construção do próprio patrimônio material de ambos os sacerdotes.

Assim, antes da partida, como as famílias de *contadini*, aqueles devem ter procurado obter o maior número possível de informações sobre a região para a qual se dirigiam. E, provavelmente, o próprio Vernier se encarregou de fazer propaganda, atendendo a curiosidade de ambos os padres, uma vez que era agenciador e responsável por tal atividade. A existência de conhecidos, amigos e conterrâneos de *comuna* ou de província que já haviam partido para a América, se apresentou como um fator preponderante na hora de tomar a decisão. Com conhecimento dos desafios a serem enfrentados, o processo de transferência seria facilitado e as angústias amenizadas.

Da mesma forma que os imigrantes, logo depois de terem chegado, os referidos padres conseguiram seus próprios lotes de terra, uma vez que também acalentavam expectativas de serem proprietários. Construir um patrimônio material, principalmente por meio da posse da terra, mais do que estar no horizonte de expectativas, era uma das intenções dos padres Arnoffi e Sório que migraram para trabalhar entre os conterrâneos. A América transformava expectativas em possibilidades. No dia 30 de junho de 1882, Vitor Arnoffi e Antônio Sório receberam do governo imperial o título provisório dos lotes urbanos nº 45 e 46 na sede da colônia Silveira Martins. Ao primeiro foi entregue o lote número 45; e para o segundo, o lote vizinho número 46. Ambos os lotes estavam localizados no centro da sede; ao norte estava à casa paroquial e, ao sul, uma das ruas do povoado (RIGHI, 2001, p. 166-175). No entanto, em junho de 1885, os referidos lotes aparecem como sendo de propriedade do padre Vitor

Arnoffi, tendo o mesmo já liquidado a dívida colonial de pouco mais de quarenta e seis mil réis (46.000\$464).⁶⁸ Isso indica que, talvez, Sório tenha vendido para o colega os direitos provisórios sobre aquele título, adquirindo mais tarde outros dois lotes urbanos, contíguos aos referidos, conforme se constata em seu testamento.⁶⁹

Ao optarem por emigrarem da Itália juntos, percebe-se que havia laços de amizade e de solidariedade que os ligavam e, certamente, foram reforçados na região colonial onde passaram a trabalhar. Colegas de ofício e amigos, contavam com a mesma idade em 1881: 37 anos. Antônio Sório era um padre secular, natural da paróquia de Santa Maria de Zévio, província de Verona. No Rio Grande do Sul, o bispo diocesano concordou que o padre Arnoffi atenderia Silveira Martins, enquanto no Vale Vêneto ficaria Antônio Sório.⁷⁰ Assim, logo que chegou a comunidade, em reunião com a *fabbricaria*⁷¹ do lugar, foi estabelecido um contrato que versava sobre a maneira como os imigrantes iriam cuidar da manutenção do novo padre. Ficou acordado que seria pago anualmente a Sório a quantia de um conto e noventa e cinco mil réis (1.095.000\$00), correspondendo ao valor de três mil réis (3.000\$00) diários que iria ocorrer apenas trimestralmente. Os custos para manter o sacerdote seriam divididos entre as pessoas do povoado que possuíssem entre doze anos e sessenta anos. Porém, para outras atividades religiosas e sacramentais foram fixados o valor de: dois mil réis (2.000\$00) para as missas encomendadas, mil réis (1.000\$00) por batizado e cinco mil réis (5.000\$00) por casamento. Visitas aos doentes e os sepultamentos deviam ser realizados gratuitamente (CERETTA, 1894, p. 45-46).⁷² Certamente, semelhante contrato foi estabelecido entre as lideranças da sede Silveira Martins e o pároco Vitor Arnoffi.

Quando chegou à sede da Colônia, Arnoffi foi prontamente reconhecido por Lorenço Biazus – ambos da Província de *Belluno* – como o sacerdote que havia rezado a última missa quando da partida de um grupo de famílias da Itália (CERETTA, 1894, p. 37).⁷³ Como o local

⁶⁸ Carta da tesouraria da fazenda da Província de São Pedro (Rio Grande do Sul), presidente José Julio de Albuquerque Barros, 20 de junho de 1885. Caixa Vitor Arnoffi, CPG-NP.

⁶⁹ No testamento do padre Antônio Sório apenas aparece como titular dos lotes urbanos número 49 e 50, localizados na sede da ex-Colônia Silveira Martins. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900, APERS, Porto Alegre.

⁷⁰ Primeiramente, quando da chegada dos dois sacerdotes a Colônia Silveira Martins criou-se um impasse entre a sede e a comunidade do Vale Vêneto, pois ambos os locais buscavam contar com a instalação dos religiosos. Sobre esse primeiro conflito entre as comunidades ver; VENDRAME, 2007, p. 45-46.

⁷¹ Grupo de indivíduos escolhidos na comunidade que cuidavam da administração dos bens matérias, como os objetos e casas religiosas, manutenção dos padres e tomavam as decisões referente as atividades que ocorriam na capela local entre os imigrantes italianos da região colonial.

⁷² CERETTA, Antônio. História do Vale Vêneto (1877-1886). 1894. Manuscrito de testemunha ocular dos fatos, traduzido para o português e remodelado em 1941 pelo próprio autor.

⁷³ O imigrante Antônio Ceretta chegou à ex-Colônia Silveira Martins no ano de 1886. Além de agricultor passou a se dedicar à função de catequista, professor e também ao “cargo de celebrante e diretor das bênçãos que o povo

contava, desde janeiro de 1878, com a presença de famílias de imigrantes italianos da mesma *comuna* do padre Arnoffi tanto a aproximação com alguns grupos como o surgimento de afinidades foram favorecidas naquele momento inicial.⁷⁴ O fato de ter sido reconhecido por conterrâneos em Silveira Martins, seguramente, foi um aspecto que sinalizou positivamente para o recém chegado, possibilitando o estabelecimento de relações de confiança com os outros imigrantes.

Tendo o padre Vitor Arnoffi sido instituído como pároco oficial da Sede da região colonial, presume-se a existência de certa hierarquia, no caso em relação a Antônio Sório que ficou na comunidade de Vale Vêneto. Esse devia prestar assistência a Arnoffi toda vez que ocorriam festividades religiosas ou quando era solicitado. No entanto, a existência dessa divisão não parece ter atrapalhado a convivência entre os padres, deixando indícios de que ambos procuraram respeitar as funções do outro. Uma prova desta relação amistosa estabelecida entre os sacerdotes é um documento escrito por Vitor Arnoffi onde este solicitava ao bispo diocesano a autorização para que Antônio Sório pudesse atender a uma nova comunidade de imigrantes italianos. Declarou que Antônio Sório deveria se cercar de segurança ao assistir esta nova comunidade (núcleo Novo Treviso), exigindo dos moradores o compromisso de pagá-lo por serviços religiosos. O padre Sório também ficava encarregado de celebrar a “Santa Missa” se, por motivo urgente, ele Arnoffi tivesse que se ausentar de Silveira Martins, tendo igualmente a obrigação de prestar assistência à população quando necessário.⁷⁵

Percebe-se, neste documento, a tentativa dos sacerdotes em manter boas relações no atendimento religioso das comunidades, dividindo tarefas em uma região de colonização que continuava a crescer pela chegada de novos grupos de imigrantes. Ocupando a posição de pároco da Sede, e por certo envolvido em vários afazeres, Vitor Arnoffi indicou ao bispo que Antônio Sório deveria prestar atendimento à outra comunidade. Deste modo, Sório ficaria com dois núcleos: Vale Vêneto e Novo Treviso.

costumava fazer quando não havia sacerdote”. Ele foi testemunha ocular de vários episódios que ocorreram na região colonial, deixando por escrito vários manuscritos onde conta a história de algumas das comunidades. Escritos do padre Frederico Schwinn sobre a capela Nossa Senhora do Monte Bérico, em Val Veronês. Caixa 12, Pe. Frederico Schwinn, 1868-1934; *História do Vale Vêneto (1877-1886)*. 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, AHNSC, Santa Maria.

⁷⁴Lorenço Biazus chegou em Silveira Martins, em 11 de janeiro de 1878, acompanhado da mulher e filhos. Estabeleceu-se na Linha Um Sul no lote nº 264 (RIGHI, 2001, p. 114). Posteriormente, este lote foi vendido ao padre Sório, uma vez que aparece como de sua propriedade no inventário elaborado após a sua morte em 1900.

⁷⁵ Ofício do padre Vitor Arnoffi ao bispo diocesano em Porto Alegre, 17 de maio de 1883. Pasta Silveira Martins. Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – ACMPA, Porto Alegre.

Vitor Arnoffi era um ex-frade da Ordem dos Menores de São Francisco, natural de Celarda S. Vittore, *comuna* de Feltre, província de *Belluno*. Em outubro de 1873, com 29 anos, solicitou a secularização temporária para, assim, “tranquilizar a sua consciência” devido a falta de “fervor de espírito” e desempenho adequado. Como justificativa afirmou que se encontrava com a mãe viúva de avançada idade – 65 anos –, irmã – 45 anos – incapaz de realizar qualquer “trabalho manual e material” e dois irmãos, tendo um deles muitos filhos e privado de meios para poder viver. A falta de recursos para garantir a subsistência da família – principalmente a mãe e irmã – foi apresentada como o motivo principal do pedido de afastamento da condição de frade franciscano.⁷⁶ Trabalhou como capelão em diversas paróquias da Diocese de *Belluno* até 1878, porém, nesse ano Vitor Arnoffi aparece sendo acusado de ter cometido “atos de luxúria” contra uma penitente.⁷⁷ Após tal suspeita, aparece indicado nas fontes que o mesmo teria imigrado para a América, no entanto, sabe-se que isso iria ocorrer alguns anos depois e não imediatamente.⁷⁸

Levando em conta tais elementos, é provável que Arnoffi tenha optado por abandonar a pátria não somente para tentar melhorar as condições de sobrevivência da família, mas, também, como uma oportunidade para se livrar das acusações de infração sexual. Chegou à região colonial em 1881 contando com 37 anos de idade, estabeleceu-se na sede Silveira Martins se tornando a principal autoridade religiosa daquele espaço. Em setembro de 1882, Vitor Arnoffi se encaminhou à diocese da província do Rio Grande do Sul o pedido de secularização perpétua.⁷⁹ No documento, expôs que por “alguns motivos urgentes não podia mais permanecer no instituto que professou”, solicitando, portanto, a admissão definitiva como sacerdote secular. O pedido foi aceito após deliberação das autoridades eclesiásticas, dispensando Arnoffi “da regra, da vida no claustro e do uso do hábito próprio da Ordem, permanecendo, porém, a obrigação dos votos e dos principais ofícios que demandam a profissão religiosa seguida fora do convento”. Nesse momento, foi, então, concedida licença

⁷⁶ Carta de outubro de 1873. Pasta Vitor Arnoffi. ACMPA. Segundo Frederico Schwinn (p. 6), frei Vitor Arnoffi tinha fugido do convento franciscano na Itália. Já Arlindo Rubert (1998, p. 286) afirma que o afastamento de Arnoffi da ordem se deu devido a razões familiares bem antes de vir para o Brasil. Havia sido ordenado frade franciscano em dezembro de 1866, solicitando pedido de secularização sete anos depois da admissão. No entanto, nada foi entrado no Arquivo da diocese de *Belluno* sobre a possível fuga de Arnoffi do convento.

⁷⁷ Ofício de 2 de maio de 1878. Pasta Vitor Arnoffi. ACMPA.

⁷⁸ Pasta Padre Vitor Arnoffi. Arquivo da Cúria Diocesana de *Belluno* (ACDBL). Durante todo o ano de 1878 o padre Vitor Arnoffi ficou trabalhando na Diocese de *Belluno*, afastando-se após essa data para imigrar para América. Mas, apenas partiu da Itália apenas em 1881, não se sabe onde e em que condição se encontrava antes de partir para o sul do Brasil.

⁷⁹ O padre Vitor Arnoffi apenas dispunha da secularização provisória quando chegou ao Rio Grande do Sul que lhe havia sido na diocese do Feltre, região do Vêneto, em 24 de agosto de 1873. Caixa Vitor Arnoffi. CPG-NP.

para celebrar missas, exercer outras funções sagradas como também a “usar assiduamente as vestes” dos padres seculares.⁸⁰

1.7 Uma “morte infeliz”

Após a secularização perpétua e admissão como padre secular na diocese do Rio Grande do Sul, a permanência de Vitor Arnoffi entre os conterrâneos italianos da ex- Colônia Silveira Martins durou apenas um ano e sete meses. Na manhã do dia 25 de abril de 1884, surpreendeu a todos ao ser encontrado morto em leito, sendo a notícia do falecimento repentino e inesperado interpretado pelos imigrantes como suicídio. Isto porque o sacerdote não se encontrava enfermo e nem vinha apresentado sinais de qualquer moléstia grave. Conforme afirmou uma testemunha ocular dos fatos, após indisposição e “pouca doença, o pároco deixava o mundo para se apresentar frente ao juízo de Deus”. Tal evento foi considerado por “todos como uma morte infeliz por não ter recebido os confortos da Santa Igreja” apesar de contar com a presença do companheiro Antônio Sório “na cabeceira de sua agonia”. No entanto, padre Sório, após assistir o colega e amigo, lhe conferiu uma “sepultura como sacerdote e chorou a sua perda” (CERETTA, 1894a, p. 16).⁸¹ A afirmação de ter Arnoffi tido uma “morte infeliz” provavelmente significa que a ele não foi administrada a confissão e nem a extrema-unção, o último sacramento que se recebe em vida, como era normalmente conferido aos católicos que se encontravam enfermos ou em risco de morte.

Apesar de carregar a mácula de suicida, o padre não deixou de receber um sepultamento eclesiástico, a encomendação de sua alma, as bênçãos do funeral, da sepultura e nem foi excluído da terra consagrada do cemitério.⁸² Ao se pesquisar nos livros de registros de óbitos de Silveira Martins, não se localizou anotações sobre o sepultamento daquele, e isto, portanto, reforça as afirmações de que o padre Arnoffi não recebeu a extrema-unção.⁸³ No entanto, no ano de 1886, foi registrado por Antônio Sório, no livro de despesas da paróquia, o

⁸⁰ Carta de Mário Mocenni, Arcebispo de Heliópolis, Internúncio Apostólico, 16 de setembro de 1882, Rio de Janeiro. Livro de licença, nº 3, Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPOA), Rio Grande do Sul.

⁸¹ Existem duas versões destes manuscritos de autoria do imigrante Antônio Ceretta. A primeira foi escrita em língua italiana próxima aos fatos narrados, e a segunda é uma tradução para o português feita pelo próprio autor em 1941. Nesta última versão, alguns fatos e informações foram omitidos, por isso optou-se por trabalhar com os originais em italiano, apesar de alguns trechos do documento se encontrarem apagados ou rasgados.

⁸² Os sepultamentos que não ocorriam na presença de sacerdote ou aqueles de pessoas marcadas pela infâmia de serem excomungados, suicidas, infiéis e não batizados deviam ser excluídas da terra consagrada, conforme as regras da Igreja Católica (DELUMEAU, 2003, p. 521).

⁸³ Foi possível verificar as anotações feitas por Arnoffi a respeito de batizados realizados na sede da Colônia Silveira Martins até a primeira metade do mês de abril de 1884. Livro de Óbitos de Silveira Martins, nº 1, 1884-1907. Bispado diocesano de Santa Maria - BDSM.

investimento de cinco mil réis (5.000\$00) com a realização de um “ofício solene” ao falecido Vitor Arnoffi.⁸⁴ Após já ter se passado algum tempo da morte foram realizadas celebrações públicas em memória do antigo vigário.⁸⁵

Quando da divulgação da morte, surgiram na comunidade rumores a respeito dos motivos que teriam ocasionado aquele inesperado falecimento, ligando-o a outros que provocavam especulações e comentários locais. Novas informações sobre o fato foram apresentadas por Frederico Schwinn em seus manuscritos redigidos no início do século XX. Esse afirmou que a notícia chocou a todos os moradores da região colonial, uma vez que, em “circunstâncias lastimosas” e na “flor da idade”, falecera o vigário de Silveira Martins. Schwinn, que chegou à região colonial quase vinte anos depois do ocorrido, registrou o que estava presente na tradição oral e memória do povoado sobre o triste fim do primeiro pároco. Certamente, ouviu dos imigrantes que, durante as celebrações da Semana Santa de 1884, Arnoffi aparentava estar bem de saúde, embora abatido. Quando a notícia da morte se tornou conhecida a população da região colonial logo buscou encontrar explicações que esclarecessem este repentino fato. Assim, a partir das próprias observações, concluíram que o padre havia cometido suicídio.

Segundo o sacerdote Frederico Schwinn, o fato de Vitor Arnoffi ter “morrido sem ser sacramentado” também alimentou entre a população colonial a versão do suicídio. Mas porque o padre teria tomado uma atitude desta natureza? Entre conversas, rumores e especulações, comentavam os imigrantes que Arnoffi era responsável pela gravidez de sua criada, uma moça que trabalhava na casa paroquial de Silveira Martins. Ao aparecer “pejada”, a população passou a atribuir ao pároco à autoria da paternidade. Frente a essa situação, o mesmo teria se envenenado, encerrando sua estada na região colonial após ter residido três anos entre os conterrâneos. Como acontecerá anos mais tarde no caso da morte do padre Sório, também não parece ter sido aberta uma investigação. De acordo com os indícios, o sacerdote Arnoffi havia cometido suicídio, explicação essa que para os imigrantes tinha uma justificativa. Em seus escritos, Schwinn apontou o nome da criada e do suposto filho do padre

⁸⁴ Registro de despesas diversas da paróquia Santo Antônio de Silveira Martins durante o ano de 1886. Anotações realizadas em 31 de dezembro de 1886 pelo padre Antônio Sório. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

⁸⁵ Os restos mortais tanto do padre Vitor Arnoffi como de Antônio Sório se encontram em túmulo dentro da capela do cemitério da comunidade de Silveira Martins. Quando de sepultamento do primeiro ainda não existia cemitério oficial no lugar, sendo na seqüência construída uma tumba para o mesmo. Em 1894 quando da reforma do antigo cemitério foi edificada nova tumba dentro da capela do campo santo, local esse onde foram depositados os restos mortais de Arnoffi. Anotações sobre a fundação da Colônia Silveira Martins, Caixa Vitor Arnoffi, CPG-NP.

Vitor Arnoffi.⁸⁶ Ao escrever sobre comentários dos paroquianos, Frederico Schwinn considerou esta como a única explicação plausível para a morte do primeiro pároco de Silveira Martins, registrando, assim, a tradição oral perpetuada entre a população colonial.⁸⁷

No entanto, o imigrante Antonio Ceretta (1894a, p. 16), ao não apontar o que teria motivado a morte de Arnoffi, ressaltou que certo drama já era algum tempo observado. O falecimento do padre colocava fim à dúvida existente entre a população da colônia de que um “*fato irreparável*” viesse a acontecer. Na sequência, ressaltou um provérbio para justificar a morte, afirmando “quem mal vive mal morre. E assim foi que ocorreu desgraçadamente para com ele [Arnoffi] porque os seus escândalos duram também depois de sua morte”, pois alguns malfetores usaram “como instrumento para litigar e desonrar os ministros da Santa Igreja”. Logo, segue opinando sobre o quanto é “*deplorável o estado de um sacerdote escandaloso*” que não sente medo, culpa ou vergonha. Também aponta a existência de indícios que confirmam os rumores e comentários dos imigrantes de que o padre era responsável pela gravidez de uma jovem, porém, não indica o nome da família envolvida.⁸⁸

A diferença entre os comentários de Schwinn e Ceretta encontra explicação no fato de que o sacerdote redigiu seus manuscritos após terem se passado muitos anos daqueles acontecimentos, diferentemente do imigrante, testemunhar ocular de tais incidentes. Não é uma repetição da morte do padre Antônio Sório, pois a de Vitor Arnoffi aconteceu dezesseis anos antes, ou seja, pouco mais de dois anos da chegada dos mesmos a região colonial. A própria indicação do nome da família da moça e do suposto filho do padre exprime o quanto o caso permaneceu na memória coletiva. Para entender as bases de sustentação desta forma de transmissão dos fatos, busca-se perceber como a população do local construiu as explicações a partir de dados concretos fruto de uma observação atenta. Não se pode apenas ficar restrito somente às versões da memória para compreender o contexto da época. Surge, então, a necessidade de procurar informações em outras fontes para colocar à prova a versão sobre as circunstâncias do falecimento de Vitor Arnoffi.

Com a morte do pároco de Silveira Martins o cargo ficou vago, sendo nomeado pelo bispo diocesano como novo vigário da então paróquia de Santo Antônio, em junho de 1884, o padre Antônio Sório (SCHWINN, caderno a, p. 9). A partir deste momento, o atendimento

⁸⁶ Frederico Schwinn (caderno a, p. 8-9) apontou em seu manuscrito que Benjamim Tezzele era o nome do filho que diziam ser do padre Vitor Arnoffi. A criada do padre atendia pelo nome de Apálice Tezzele.

⁸⁷ Na Diocese de *Belluno* também chegou à notícia do falecimento do padre Vitor Arnoffi, em 25 de abril de 1884. Pasta Vitor Arnoffi, ACDBL.

⁸⁸ Filhos sacrílegos eram aqueles nascidos de relações carnais entre um (a) leigo e um eclesiástico ou religioso, independente da ordem religiosa que pertenciam ou modalidade de religioso.

religioso em toda a região colonial ficava sob responsabilidade do referido sacerdote, que transferiu sua residência do Vale Vêneto para a sede da ex-Colônia. No dia 8 de julho de 1884, na igreja matriz de Silveira Martins, o pároco Sório batizou “Beniamino Mansueto Tezzele nascido no primeiro dia de julho” daquele mesmo ano, filho natural de Apálice Tezzele.⁸⁹ Assim, quase dois meses após a morte do padre Vitor Beniamino Arnoffi, nascia o filho natural de Apálice, jovem de dezenove anos que trabalhava na casa paroquial, cuja paternidade foi atribuída ao pároco.

1.8 O nome como vínculo

Quando da realização da cerimônia do sacramento do batismo, compareceu como padrinhos o imigrante Carlo Tezzele, avô materno do recém nascido, e a filha Luiza.⁹⁰ Neste momento, a mãe não estava presente. É provável que uma das práticas culturais era manter afastadas da igreja as mulheres após o parto, consideradas “impuras” durante determinado período em decorrência do nascimento de um filho.⁹¹ Não houve declaração de paternidade, e toda a responsabilidade foi assumida pelo chefe da família Tezzele (pai de Apálice e avô da criança) que tomou as decisões naquele momento, principalmente ao escolher o nome do recém nascido.⁹² Interessante, neste caso, é perceber que o mais novo membro da comunidade era apresentado com o nome de Beniamino. Um dos aspectos a destacar quanto isso é o fato de que o pároco da sede da ex-Colônia, falecido havia dois meses, chamava-se Vittore Beniamino Arnoffi.⁹³

Nas regiões mediterrânicas da Europa, um dos costumes seguidos era o ato de atribuir o nome de um familiar ou parente falecido para a criança que nascia. Esta prática, assumida como obrigação no decorrer das gerações, era conduzida pela necessidade de perpetuar um

⁸⁹ Livro de Batismo de Silveira Martins, nº 1, 1884-1887. BDSM. Filho natural era criança nascida de pais não casados dentro do ritual católico ou de pai não identificado.

⁹⁰ Livro de Batismo de Silveira Martins, nº 1, 1884-1887. BDSM. O imigrante Carlos Tezzele é oriundo da comuna italiana de Rovereto, província de Trento. Chegou ao Brasil acompanhado de seus filhos: Palma (23 anos), Apálice (18 anos), Ginorina, Benvenuta e Francesco. Na sede, Carlos Tezzele se tornou proprietário de três prédios. Relação dos lotes urbanos da sede da Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 175).

⁹¹ Antes de ser batizado e receber um nome o recém-nascido também era considerado um ser “impuro e incompleto”, sendo o mesmo levado a Igreja não pela mãe, mas pelo pai, padrinhos ou outros membros da família (LEBRUN, 1998, p. 127).

⁹² Em comparação a outros registros de batismo de filhos naturais, esse é o único caso em que apenas o avô aparece como padrinho. Carlos Tezzele se apresentou sozinho ao padre Antônio Sório para batizar o recém nascido.

⁹³ De acordo com um livro de registro de terras, onde o padre Arnoffi aparece como beneficiário de um lote urbano na sede da Colônia. A indicação está assim: “Arnoffi, Vittore Beniamino. Lote 45, urbano...” (RIGHI, 2001, p. 166).

patrimônio simbólico do grupo familiar ou parental, permanecendo viva durante todo o século XIX (BURGUIÉRE, 1980). No caso aqui analisado, o ato de atribuir o mesmo nome contribuiu significativamente para a confirmação de um entendimento específico dos acontecimentos locais, principalmente porque os imigrantes imputavam à paternidade do recém-nascido ao pároco falecido.

Antes, porém, do ritual que concebeu identidade à criança, outros elementos forneceram indícios para a população fazer avaliações sobre os fatos locais, aqui através dos comentários sobre a moça “pejada”. O fato de trabalhar na casa paroquial, prestando assistência ao padre Arnoffi e realizar a limpeza e manutenção da capela, deixava-a constantemente exposta as possíveis suspeitas, mexericos e fofocas da comunidade. A visibilidade, nesse caso, era maior do que de uma jovem que residisse num local mais afastado do centro da povoação, já que naquele lugar qualquer movimentação era observada pelos olhos curiosos dos vizinhos. Esse era um universo onde a vida privada dos imigrantes passava por constantes avaliações que permitiam o surgimento de classificações e, conseqüentemente, o estabelecimento de controle social sobre os demais.

As fofocas constituíam um canal autônomo de avaliação e domínio acionado pelas famílias e sujeitos que residiam nas comunidades coloniais. Era preciso controlar a opinião pública, visto que a difamação e os boatos que circulavam danificavam a reputação individual e também coletiva daqueles que se tornavam alvo dos comentários locais (RUGGIERO, 1987). O rumor que surgiu em Silveira Martins a respeito da morte do padre Arnoffi se baseou na gravidez de uma jovem solteira que trabalhava na casa paroquial. Estes dados forneceram à comunidade as certezas para suspeitarem que o padre falecido fosse o pai da criança. Portanto, suicidou-se para escapar da humilhação e desonra, evitando constrangimentos por parte dos conterrâneos.

Não se têm informações sobre o momento em que Apálice passou a trabalhar na casa paroquial, porém, sabe-se que Carlos Tezzele e seus cinco filhos haviam chegado ao Rio de Janeiro em 12 de janeiro de 1883, estabelecendo-se na sede da Colônia Silveira Martins, próximo a alguns conterrâneos que haviam abandonado a mesma *comuna*. Nesse meio urbano, o patriarca buscou conquistar espaço investindo em estabelecimentos comerciais. O imigrante aparece como proprietário de três prédios naquele centro.⁹⁴ Porém, quando do nascimento do neto, em julho de 1884, havia se passado apenas um ano e oito meses que se encontrava na região, período esse em que a família Tezzele procurou se acomodar à nova

⁹⁴ Lista dos estabelecimentos comerciais. Caixa Silveira Martins, CPG-NP; Relação da distribuição dos lotes de terras na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001).

realidade. A própria atividade de Apálice – empregada da casa paroquial – demonstra bem o tipo de trabalho que poderia ser desempenhado na comunidade pela moça recém chegada da Itália. Desse modo, ela procurava contribuir para a manutenção do grupo familiar naquele momento inicial.

O imigrante Carlos Tezzele rapidamente agiu para controlar os comentários, responsáveis por construírem uma fama pública. Escolheu batizar o neto com um dos nomes do recém-falecido padre. A opção indica para duas possibilidades que não se opõem. Expressa uma vontade consciente dos indivíduos de manifestar gratidão ao estimado pároco, e Carlo Tezzele podia estar somente “homenageando” Vitor Arnoffi. Enquanto reconhecimento, a prática sugere uma ação pública de existência de vínculos sanguíneos entre o recém-nascido e o padre falecido.⁹⁵ Provavelmente, o ritual do batismo foi o momento escolhido para que fossem admitidas oficialmente as suspeitas sobre a verdadeira paternidade do filho natural da jovem Apálice. Tal atitude sinaliza para uma preocupação em relação à aceitação e integração da criança à comunidade e, principalmente, funcionava enquanto mecanismo para cessar as suspeitas e rumores que circulavam. As notícias sobre a vida privada que se difundiam localmente causavam prejuízos à reputação feminina e à honra familiar. Desse modo, a atitude de Carlos Tezzele impedia a propagação de rumores, pois a paternidade estava reconhecida pelo ritual do batismo.

As relações estabelecidas pela população colonial possibilitam pensar o ato de “dar o nome” como uma prática social que reflete significados, estabelece conexões, proteções e ainda expressa intenções dos sujeitos. Independentemente da finalidade pretendida ao nomear alguém, que não é uma prática neutra e nem indiferente, ela se caracteriza como estratégia social das famílias imigrantes. O uso repetido de um mesmo nome entre conhecidos ou parentes pode ser também entendida como uma escolha que visa aproximar os indivíduos, possibilitando a transferência de algumas qualificações ao sucessor. As referências nominativas serviam bem como forma de classificação social, conferindo determinados atributos aos sujeitos, principalmente numa sociedade onde a tradição oral possuía grande importância. Assim, o ato de transmissão do nome era também entendido como um meio de facilitar o acesso a recursos materiais através de “heranças imateriais”.

A prática do batismo se caracterizava como momento de “dar a alma” ao recém nascido, pois uma identidade era concebida através da escolha do nome. Desse modo, ao escolher o nome de parente próximo, falecido ou não, existia por parte do pai reconhecimento

⁹⁵ Segundo Françoise Zonabend (1996, p. 24) o estudo dos nomes pessoais constituiu um dos métodos indispensáveis para analisar o parentesco.

de que o recém-nascido recebia uma “transmissão legítima do conjunto de bens materiais e imateriais da família”. O batistério era o lugar de acolhida dos novos membros da comunidade e também onde se guardava a memória escrita dos nascidos (PROSPERATI, 2010, p. 171, 178). A prática de conceder um nome à criança não está isenta de significados, pois ligava a nova vida à outra pessoa da qual devotavam reconhecimento, proximidade ou, ainda, entre aqueles que mantinham laços de parentesco. De tal modo, a escolha poderia ter como propósito reforçar vínculos e alianças familiares, demarcando a posição da criança no interior do grupo de descendência.⁹⁶ Portanto, este é um indício de que a memória do padre Arnoffi estava sendo ligada à vida do pequeno Beniamino Tezzele.

A busca por nomes originais não era algo que preocupava os imigrantes italianos, já que era uma prática recorrente os pais ou responsáveis batizarem o recém-nascido com o nome de um ente falecido. Carlos Tezzele, ao batizar o neto com um dos nomes do pároco reforçou a opinião pública de que havia ligação entre a morte do padre e a gravidez de filha Apálice. Do mesmo modo, a atitude do patriarca acabou por apontar o responsável pela desonra da filha: o padre Arnoffi, que pagou com a própria vida a não observância da regra do celibato.⁹⁷ Para os imigrantes que buscavam explicações para a morte repentina do vigário, os nomes idênticos talvez tenham servido tanto para aumentar as suspeitas como também para confirmá-las. Nesta pesquisa, uma das questões importantes são os tipos de avaliações feitas pelos sujeitos em situações específicas, ou seja, o ponto de vista dos imigrantes sobre os eventos cotidianos da região colonial.⁹⁸

Outra explicação possível para entender por que Carlos Tezzele colocou no neto o nome do padre recentemente falecido é que, talvez, Vitor Arnoffi tivesse sido convidado a ser padrinho da criança. Na impossibilidade disso, o avô, então, resolveu dar ao neto o nome Beniamino. Mais do que suposição, esta era uma probabilidade que encontra em ações análogas a sua lógica explicativa. Em vários momentos o afilhado, ou afilhada, recebia o

⁹⁶ Os nomes de batismo têm despertado interesse de diversos estudiosos enquanto objeto de pesquisa, principalmente como elemento que define uma identidade de um grupo ou família. Também tem servido para analisar as regras de funcionamento de uma comunidade, as crenças religiosas, os status e posições no interior dos grupos, influenciando tanto a constituição social quanto a moral de um indivíduo (BURGUIÈRE, 1980; ZONANBEND, 1980; ROWLAND, 2008).

⁹⁷ O que se perpetuou foi que o padre Arnoffi se suicidou, descartando-se, portanto, quaisquer atos de vingança de sangue por parte da família Tezzele.

⁹⁸ O reconhecimento notório do dano e ofensa se apresenta como princípio essencial para que houvesse a restauração da honra nas querelas de reivindicação da boa fama (GÓMEZ, 2009, p. 122). E, neste caso, a conexão entre o filho e o suposto pai parece ter sido um dos objetivos perseguidos por Carlos Tezzele.

nome do padrinho/madrinha. No livro de batismo de Silveira Martins⁹⁹ podem ser encontrados inúmeros casos como estes.

O ato de dar nome, alterá-lo ou tirá-lo, deve ser problematizado, pois acontecimentos naturais como o nascimento e a morte são vividos e sentidos de forma variada pelos grupos. Na dinâmica das relações sociais, aqueles atos modificavam a própria percepção que os indivíduos passavam a ter de si e com quem conviviam (PROSPERATTI, 2010, p. 166). Entre as pessoas de uma comunidade, o nome pode ser usado como uma forma de classificar, ligar, qualificar e afirmar alianças entre as famílias ou grupos. Nesse sentido, a transmissão trazia consigo significados que os familiares desejavam agregar à trajetória do recém-nascido. A ligação entre uma nova vida e a memória de alguém era estratégia utilizada pelas famílias como forma de garantir proteção à criança, ligando-o àquele que tinha certo prestígio na paróquia.¹⁰⁰

Essa apropriação do nome poderia ser apenas uma forma de homenagear o ex-pároco, procurando reforçar os vínculos entre os sujeitos que faziam parte do grupo de relações. Ao mesmo tempo, também era uma maneira de reconhecer os atributos do indivíduo a quem pertenceu aquele nome. Porém, não se pode desconsiderar que havia na comunidade de Silveira Martins uma mãe solteira e a população acreditava ser pai da criança o padre falecido. É levando em conta esses aspectos do contexto local que a escolha do nome deve ser analisada, uma vez que era esse o momento que a família da moça procurava de alguma forma contornar a situação, onde comentários expunham a honra do grupo. Nas comunidades rurais, os nomes carregavam consigo características que acabavam por fazer lembrar experiências pretéritas e trajetórias significativas para aqueles que a eles procuravam se ligar. Era também um bem herdado que não se materializava em objetos, mas, sim, em qualificações, compromissos e obrigações – constituição de vínculos morais entre os indivíduos. Para tanto, seguindo os pequenos indícios como nomes e datas de batizado e casamento, é possível reconstituir as experiências cotidianas, as disponibilidades de recursos e o próprio significado das escolhas. Uma opção que leva em conta a existência de lógicas específicas de

⁹⁹ Livro de Batismo de Silveira Martins, n. 3 (1890-1893). BDSM. No dia 3 de junho de 1893, o comerciante Próspero Pippi foi padrinho de Próspero Zambonato. No dia 27 de maio de 1893, Mariana Marin foi batizada pelo padrinho o padre Antônio Sório e a madrinha Mariana Sório, sobrinha do mesmo.

¹⁰⁰ Em outro caso de filho “natural”, o padre Antônio Sório aparece como padrinho, bem como há momentos em que o nome de uma santa surge como madrinha, possibilitando concluir que, em algumas situações especiais, o nome de personagens do universo do sagrado também era utilizado.

comportamento numa determinada comunidade frente aos diversos acontecimentos que afetavam e desestabilizavam o modo de vida do grupo.¹⁰¹

Nos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, era prática comum a manutenção dos nomes entre os indivíduos da própria família. Conforme Ellen Woortmann (1994, p. 205, 304), entre os descendentes de imigrantes alemães, tanto o nome como o compadrio expressavam simbolicamente o parentesco, operando no sentido de cimentar ou estabelecer novas relações de afinidade. Esses dois procedimentos estabeleciam uma “memória genealógica” que garantia a posse da terra e a própria reprodução do grupo. O nome dado no momento do ritual do batismo expressava uma descendência, indicando quem possuía e quem não tinha direito à herança. Assim, o nome era uma escolha que determinava tanto vantagens materiais quanto também possibilitava a transmissão de um patrimônio imaterial, pois legava aos descendentes ou próximos um status social. Os usos sociais da nomeação e do compadrio, segundo a autora, refletem a própria importância do nome em universos relativamente fechados, situando o indivíduo num contexto e numa “memória coletiva da herança do grupo como um todo”.

Voltando ao comportamento do chefe da família Tezzele quanto ao nascimento do neto, “filho natural” da jovem Apálice, percebe-se que a primeira atitude do patriarca foi batizar a criança, em 8 de julho de 1884, reconhecendo-o como o mais novo membro daquele grupo familiar.¹⁰² Na sequência, a solteira mãe, de 19 anos, casou-se com um conterrâneo da própria comunidade, Pedro Copetti, 24 anos, no dia 18 de agosto de 1884.¹⁰³ Não se sabe ao certo se a moça já estava noiva antes de se tornar mãe solteira. As informações disponíveis apontam que, pouco mais de um mês depois do nascimento do filho, Apálice se casou na igreja matriz da paróquia de Santo Antônio, em Silveira Martins. A rapidez do casamento é um indício da existência de proximidade entre as famílias, reforçando, através do ritual, as alianças entre ambas.

O drama vivido pela jovem foi contornado com o matrimônio, demonstrando, desse modo, a importância deste sacramento como forma de conferir uma nova condição social aos indivíduos. A realização de um casamento se expressa como uma maneira de garantir posição,

¹⁰¹ Giovanni Levi (2000, p. 125-126), em sua obra *Herança Imaterial*, abordou as estratégias familiares de em uma pequena aldeia piemontesa do século XVII. Esses mecanismos estavam relacionados à busca por proteção, segurança, sobrevivência econômica e manutenção de status. Nas pequenas comunidades rurais, eram acionados pelos camponeses como recursos para contornar os imprevistos e diminuir as incertezas da vida cotidiana. Porém, os mecanismos de cada grupo ou indivíduo podiam acionar variavam na força, abrangência e direção.

¹⁰² Em outros casos de batismos de filho “natural”, o ritual ocorria depois de dois ou três anos do nascimento. Carlos Tezzele, ao contrário, batizou seu neto apenas sete dias após o nascimento. Livro de Batismo de Silveira Martins, nº 1, 2, 3, 4, 1884-1900. BDSM.

¹⁰³ Livro de casamento de Silveira Martins, nº 1, 1884-1897, p. 1. BDSM.

reconstituir a honra perdida e regularizar a condição de mãe solteira da jovem e ao filho natural.¹⁰⁴ Desse modo, Apálice deixou de ser alvo de rumores e qualificações negativas por parte da população colonial. Com a união matrimonial, o casal se inseria em uma rede de relações de amizade, vizinhança, parentela e grupos de apoios mútuos que os auxiliariam a enfrentar os possíveis prejuízos que as opiniões e julgamentos sobre a vida pregressa dos contraentes.

Ambas as famílias, Tezzele e Copetti, haviam imigrado para o Brasil no vapor *Habsburg*, e, juntas, se deslocado para o Rio Grande do Sul, chegando à região colonial no início de janeiro de 1883. Os Copetti adquiriram lotes urbanos na sede da Colônia e, posteriormente, lotes rurais nos novos núcleos de ocupação em local mais afastado. A decisão de emigrar, certamente, foi tomada tendo por base as informações e convites de conhecidos e parentes que há alguns anos se encontravam no lugar. Carlos Tezzele, por sua vez, era casado com Mariana Reck, ambos originários da *comuna* de Rovereto, província de Trento. Desse mesmo lugar, cinco anos antes, a família Reck havia partido para se estabelecer na Colônia Silveira Martins.¹⁰⁵ As experiências compartilhadas entre as famílias, durante o processo de transferência e no momento de estabelecimento nos lotes coloniais, criaram condições para que laços de solidariedade fossem firmados entre os imigrantes. Também no núcleo colonial do sul do Brasil, os vínculos foram reforçados através da realização de novos casamentos entre as duas famílias.

Na sede da Colônia, a família de Pedro Copetti aparece como proprietária de lotes urbanos, porém, não consta a localização de tais terras. Com a chegada de parentes, antigos vizinhos e conhecidos da Itália, além da própria necessidade das famílias já estabelecidas no Brasil, houve uma expansão das áreas de ocupação. Novos núcleos estavam sendo demarcados pelas autoridades que cuidavam da administração da região colonial. Consta que o pai da jovem Apálice deu a ela uma colônia de terra como dote – vinte dois hectares – localizada no Núcleo Soturno sob o nº 166 (FENKER, 2009, p. 49). Foi neste lote colonial que o novo casal se estabeleceu após o matrimônio.¹⁰⁶

¹⁰⁴ Os noivados e casamentos efetuados na Europa da Idade Moderna correspondiam mais aos interesses materiais e exigências das famílias, ou pressão da comunidade, do que interesses sentimentais dos cônjuges. As uniões matrimoniais eram acordos e alianças familiares que podiam corresponder a uma série de interesses econômicos, políticos e simbólicos que contribuíam para preservar fortuna, restaurar prestígio social e assegurar a reprodução social. E, desde o nascimento, cada indivíduo se encontrava atrelado a redes sociais que iriam determinar seu próprio futuro (GÓMEZ, 2009, p. 115).

¹⁰⁵ Conforme Relação de concessão dos lotes coloniais da ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001).

¹⁰⁶ No registro de distribuição das terras do Núcleo Soturno, o lote nº 166 aparece como pertencente ao imigrante Pedro Copetti (RIGHI, 2001, p. 189). Talvez Carlos Tezzele, na pretensão de apressar o casamento da filha, tenha realmente adquirido tais terras para passar ao novo casal. Esta hipótese encontra respaldo no fato da

A concessão do dote surge como um apoio financeiro para que o casamento fosse possível. No universo camponês, possuir uma propriedade era condição necessária aos indivíduos que planejavam se casar. Neste caso, o dote se apresentou, então, como um modo de torná-lo possível, uma forma de transmissão do patrimônio familiar às mulheres.¹⁰⁷ A transmissão de terra era prática recorrente em algumas regiões da península itálica na época moderna, conforme identifica Giovanni Levi (1985, p. 165). Analisando as modificações na estrutura das terras das famílias de *contadini* o autor percebeu que com a aproximação do matrimônio os pais da noiva procuravam novas áreas para garantir a subsistência inicial do casal. Num primeiro momento, era a mulher que recebia em forma de dote um pedaço de terra para culturas a fim de garantir a subsistência do casal, ficando elas excluídas de receber herança. Somente depois de passado algum tempo, novas terras podiam ser agregadas na forma de herança masculina ou fruto da própria aquisição do casal. É, portanto, nessa segunda fase, depois de decorridos dez anos de casamento, que a nova família aparece no mercado comprando terras. Desse modo, a expansão das áreas de culturas está relacionada à existência de um número maior de “bocas para alimentar”, bem como mais braços para trabalhar e, conseqüentemente, a presença de filhas para dotar.

A migração empreendida por Pedro Copetti e Apálice Tezzele, onze anos após o casamento, apresenta-se como uma medida que visava atender às necessidades do ciclo familiar. Em abril de 1895, Pedro Copetti, já com cinco filhos legítimos¹⁰⁸, aparece nos registros cartoriais comprando um pedaço de terra, com casa de material, de um viúvo italiano na Linha Quatro Norte, região onde residiam irmãos e parentes. A transferência pode ser explicada não só pelo interesse em ficar próximo dos conhecidos e parentes, fator esse que garantiria segurança e oportunidades variadas, como também a possibilidade de concretização de projetos coletivos de aquisição de terras de particulares, estratégias essas que serão tratadas no terceiro capítulo.

Passados dois anos, em março de 1897, no Núcleo Norte, Copetti adquiriu trezentos mil metros de terras de mato do Coronel Agostinho Pereira D’Almeida e esposa.¹⁰⁹ Esse

propriedade não aparecer nos registros de venda quando a família de Pedro Copetti se transferiu para outro núcleo da região da ex-Colônia Silveira Martins.

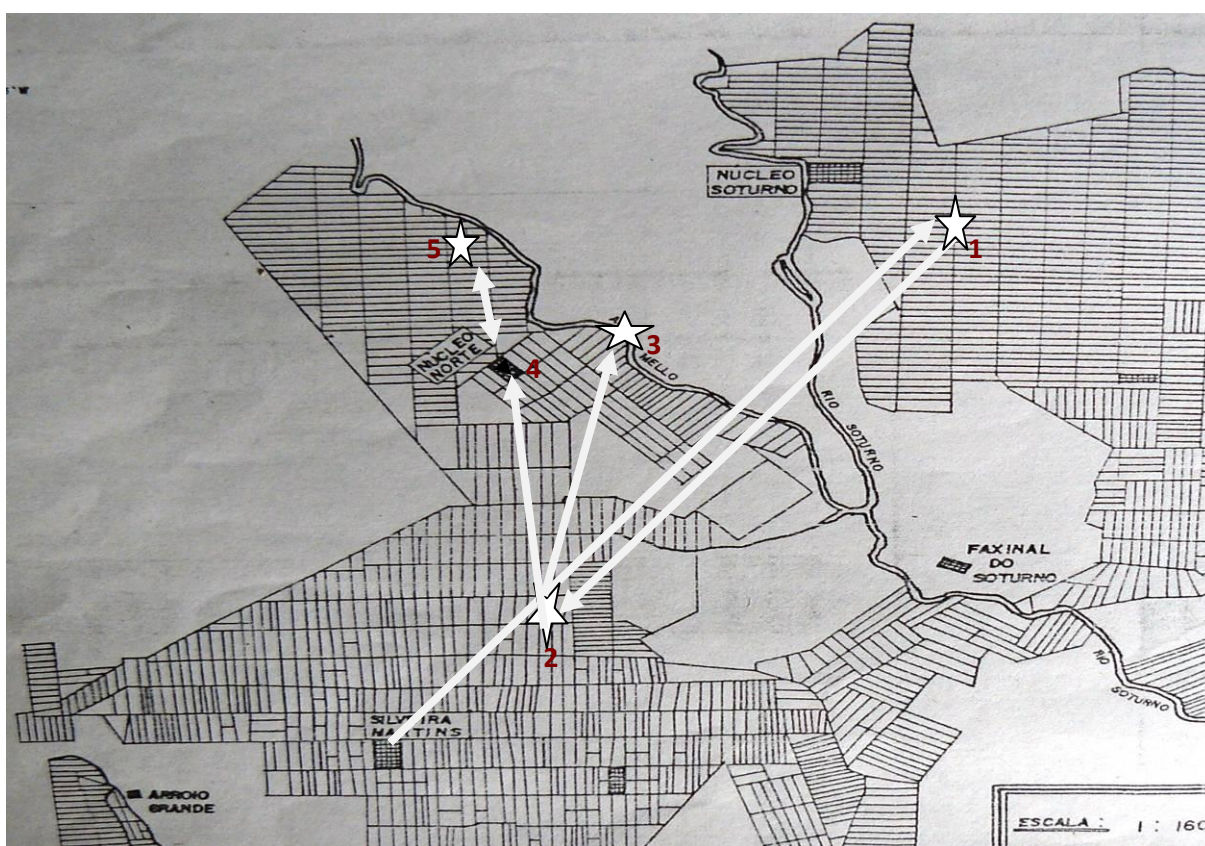
¹⁰⁷ O dote se caracteriza na Itália, e outras regiões do Mediterrâneo durante o século XIX e XX, como um direito de herança através do qual as mulheres recebem parte do patrimônio enquanto aguardam o momento do matrimônio. Também se caracteriza como um dos mecanismos de organização social acionados pela família das jovens, devendo, portanto, as futuras esposas contribuir com terra e casa, uma vez que sem um dote não poderiam esperar um bom casamento (BRETTELL, 1995, p. 382-385).

¹⁰⁸ O casal Pedro Copetti e Apálice Tezzele tiveram ao todo oito filhos legítimos (FENKER, p. 49).

¹⁰⁹ Transmissões: Santa Maria – 4º distrito, livro 1, fl.16, 20.04. 1895; Santa Maria - 4º distrito, livro 1, fl. 115, 2.03. 1897. APERS.

fazendeiro luso-brasileiro era dono de grandes extensões de campo e florestas que faziam limite com a zona colonial. Em anos posteriores, Pedro Copetti aparece no mercado comprando novas terras para cultivo além de vender lotes com casa. As transações indicam ter ele transferido sua residência para outro local.¹¹⁰ No mapa a seguir, pode-se seguir a trajetória do casal desde o momento em que deixaram a sede da ex-Colônia Silveira Martins, local em que residia a família Tezzele e onde a população comentava sobre a história da moça que tivera um filho do padre Vitor Beniamino Arnoffi.

3. Deslocamento da família na região da ex-Colônia Silveira Martins.¹¹¹



Lotes: (1) lote nº 166 no Núcleo Soturno (1884); (2) lote nº 581 (terra e casa -1895) Linha Quatro Norte; (3) lote nº 5 (terra de mato - 1897) Núcleo Norte - Linha Coronel Agostinho; (4) casa de madeira em lote urbano (1899) no Núcleo Norte; (5) lote de terra pra cultivo nº 38, Núcleo Norte (1906).¹¹²

¹¹⁰ Em maio de 1899, Pedro Copetti e a esposa compraram uma casa urbana no centro do Núcleo Norte onde provavelmente se estabeleceram, adquirindo novas terras pra cultura em junho de 1906 naquela mesma região. Enquanto vendedores o casal aparece somente em uma transação, ocorrida em setembro de 1902, que indica terem os mesmos se transferido para o centro urbano do Núcleo Norte onde possuíam casa. Transmissões, São Martinho, livro 2, fl. 7-8 30.05.1899; Santa Maria - 4º distrito, livro 4, fl. 90, 5.06.1906. APERS.

¹¹¹ Mapa modificado do original que apresenta todos os lotes de terras demarcados região da ex-Colônia Silveira Martins em 1890. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

¹¹² Registros de distribuição dos lotes de terra na ex-Colônia Silveira Martins. Caixa Silveira Martins, CPG-NP; Transmissão. Santa Maria – 4º distrito, livro 1, fl. 16, 88, 115 (1895-1898); livro 4, fl. 90 (1906): Transmissões. São Martinho, livro 2 fl. 7, 8 (1899-1901). APERS.

Um dos aspectos que sinaliza para a importância das redes de relações estabelecidas pelos imigrantes nas regiões colônias – seja entre parentes, vizinhos ou conhecidos com quem mantinham afinidades – pode ser constatado na rapidez com que o casamento de Apálice Tezzele foi organizado. O nascimento do filho natural, a realização do batizado, a escolha de um marido, a aquisição de terras, o casamento e a transferência do novo casal, tudo fora arranjado num curto espaço de tempo. Foi entre famílias que já mantinham certa proximidade que ocorreu a união matrimonial, reforçando, assim, as relações de alianças, cumplicidade e solidariedade existentes. A realização de um casamento garantia a formação de nova unidade familiar, denotava estabilidade e condição de sobrevivência para Apálice e seu filho natural.

Uma das apreensões do pai Carlo Tezzele era realizar o casamento da filha para garantir a reprodução das estruturas familiares, contornando as dificuldades – econômicas e sociais – que a posição da filha como mãe solteira representava na manutenção do grupo.¹¹³ Para superar os obstáculos, procurou reforçar e ampliar os laços de solidariedade e proteção com outra família. Ao encaminhar o destino da filha, o pai buscava afastá-la dos contínuos rumores que prosseguiam, evitando, igualmente, a amenizar a continuação dos questionamentos sobre a jovem Apálice e seu filho natural. Incomodado pelos boatos, o pai tinha consciência de que se eles continuassem a se espalhar poderiam comprometer as relações e os recursos da família.

Ao se analisar o que é recordado como memória entre os descendentes da família Tezzele, constata-se que a paternidade de Beniamino Tezzele era atribuída ao padre Arnoffi. Por ser fruto de relação sacrílega, Beniamino cresceu e sentiu desprezo da comunidade, contando com a proteção do avô, Carlos Tezzele para, por exemplo, comprar terras distante da ex-Colônia Silveira Martins (FENKER, 2009, p. 51).¹¹⁴ Para Carlos Tezzele, o que importava era agir no sentido de solucionar a situação antes que novos elementos surgissem e prejudicasse a reputação do grupo e, conseqüentemente, a posição da família. Suas atitudes deveriam contornar os eventos que causavam vergonha, evitando, assim, que o rumor da comunidade prevalecesse. Valores como desonra e vergonha estavam no centro da moral dos

¹¹³ Sheila Faria (1998, p. 134) aponta para a importância da constituição de laços familiares estáveis através do casamento no meio rural, durante o século XVIII e XIX. A instituição de uma família era um princípio básico de funcionamento das unidades domésticas nas regiões agrárias. “Os casamentos e recasamentos orientavam a estabilidade”, pois dificilmente um homem ou mulher poderiam sobreviver sozinhos na zona rural.

¹¹⁴ Apesar das indicações de existir preconceito, em setembro de 1904, Beniamino casou-se com Paula Dall’aglio, afilhada de Apálice Tezzele e Paulo Bortoluzzi, importante comerciante da região colonial. Livro de Casamentos Vale Vêneto, nº 1, 1889-1907, p. 78v. BDSM.

imigrantes, sendo elementos que dificultavam as relações familiares e comunitárias, prejudicando a manutenção de recursos para os indivíduos.¹¹⁵

Se de fato o pai da criança era o padre Vitor Arnoffi, nem dote ou punição poderiam aliviar a ofensa à família desonrada, uma vez que o culpado – o vigário – não mais figurava entre os vivos. As informações que se possuía sobre a morte do padre são resultado das interpretações dos imigrantes frente ao acontecimento “repentino”. Logo, as explicações de que o pároco cometera suicídio estão relacionadas à própria percepção da população quanto aos comportamentos que provocavam vergonha e desonra. A versão do suicídio ganha legitimidade quando se avalia a sua responsabilidade na gravidez de Apálice Tezzele. Devido à gravidade do ato, verdadeira ofensa moral cometida pelo padre Arnoffi, o medo de possíveis coerções sociais e punições o fez buscar a morte.

A partir dessa perspectiva – alertando que este ponto de vista foi o que surgiu entre a população italiana no local onde Arnoffi era vigário –, consciente de sua responsabilidade, do peso da ofensa à família e das possíveis limitações e constrangimentos que estaria sujeito, escolheu o próprio castigo. Os sacerdotes deviam procurar respeitar a castidade e o celibato eclesiástico, portanto, os delitos sexuais cometidos por esses tinham um peso maior enquanto atos reprováveis. Na visão dos imigrantes, o padre Arnoffi, temendo os possíveis prejuízos à sua posição de pároco local, cometeu suicídio, fornecendo provas evidentes da própria responsabilidade. De acordo com essa perspectiva, a morte foi causada, principalmente, pela idéia de vergonha, pecado e temor que atormentava o pároco.¹¹⁶

Através das informações encontradas nos registros paroquiais, apresentou-se o comportamento da família Tezzele após estes fatos, colocando à prova os elementos presentes na interpretação dos imigrantes. Não se teve a intenção de confirmar a versão do suicídio, da paternidade do filho de Apálice e da responsabilidade do padre Arnoffi, mas, antes, analisar o desempenho dos indivíduos frente a determinados fatos inesperados e, principalmente, a maneira como foram interpretados pelos contemporâneos da comunidade de Silveira Martins. Neste espaço, a gravidez inesperada de uma moça demandava a rearticulação das estratégias de sobrevivência, podendo desencadear consequências desastrosas para as famílias

¹¹⁵ Emmanuel Le Roy Ladurie (1997, p. 250, 440), ao reconstituir os modos de vida numa aldeia francesa, destaca o papel da honra e vergonha como principais valores a estabelecerem as distinções entre famílias e pessoas. As famílias tinham preocupação em seguir uma ética local que, por sua vez, se fundamentava mais no que era considerado socialmente vergonhoso do que na ideia de pecado.

¹¹⁶ O suicídio, segundo Marcel Mauss (2003, p. 349), “é, com frequência, a maneira como o indivíduo, em certos estados de pecado ou de magia, multiplica seus atentados à própria vida (...). Trata-se de casos de morte causada brutalmente de forma elementar, em numerosos indivíduos, mas simplesmente porque eles sabem ou creem que vão morrer.”

camponesas que não dispunham de recursos para garantir casamento à mãe solteira. Assim, apesar da existência de nascimentos antes do casamento, não quer dizer que as oportunidades estavam fechadas às moças, que elas não encontrariam pretendentes. Os próprios filhos naturais eram tolerados nessas uniões, porém, acredita-se que era importante que a paternidade fosse reconhecida quando da realização do ritual do batismo.

Conforme se constatou anteriormente, mesmo em tempos diferentes, as versões sobre as mortes dos padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório se assemelham, pois a comunidade apontou motivos análogos a esses acontecimentos. De certa forma, a morte do padre Sório, ocorrida dezesseis anos depois a de Vitor Arnoffi, foi interpretada pela comunidade à luz das certezas que tinham a respeito do “suicídio” desse último. Apesar das suspeitas da população, em ambos os casos não houve qualquer investigação policial para averiguar as circunstâncias das mortes dos párocos da sede da Colônia. Essa ausência é um indício da existência de um entendimento próprio e creditado pela população local em relação a morte do pároco. Assim, para os imigrantes, o falecimento de ambos os padres estavam relacionados a infrações de normas locais que desestabilizavam a posição e fama pública de algumas famílias. Os rumores e comentários, enquanto opções para colocar em debate os eventos ocorridos na comunidade, aparecem como uma maneira para esclarecer os motivos que causaram a morte dos sacerdotes. Mas entre as mortes há, contudo, diferenças.

Enquanto Arnoffi cometeu suicídio devido à consciência da gravidade da própria situação, Sório será espancado e “batido do baixo ventre”. Diferentemente do primeiro, não houve qualquer reconhecimento público que justificasse os falatórios em relação à morte de Antônio Sório. Pelo contrário, com a elaboração do testamento, momentos antes da morte, os familiares do pároco não conferiram provas oficiais para as suspeitas locais de que teria sido “vítima de uma agressão planejada. O silêncio, a não acusação dos possíveis “malfeitores”, contribuiu para a não abertura de investigação judicial. Mas, não impediu o surgimento de explicações por parte da população e nem impossibilitou a preservação de uma memória em relação às circunstâncias da morte do pároco.

Estas histórias com finais trágicos podem revelar muito sobre as maneiras que os indivíduos e famílias se articulavam para solucionar os imprevistos cotidianos, sociais e naturais, permitindo, assim, analisar um dos aspectos de interesse da presente pesquisa: a dinâmica das redes sociais nas comunidades coloniais. No processo de conformação de um espaço circunscrito, os valores como a honra e a vergonha evidenciam diretamente a qualidade das relações interpessoais, segundo destaca Edoardo Grendi (1977, p. 512). E, até

experiências singulares podem mostrar excepcionalmente o que é normal e significativo para compreensão das práticas cotidianas numa determinada realidade. Considerar alguns episódios e situações, por meio de uma investigação qualitativa, possibilita compreender os valores que orientavam a ação, independentemente dos indivíduos agirem de maneira diversa.

As trajetórias dos referidos padres imigrantes se assemelharam, havendo compartilhado experiências e expectativas comuns quando decidiram emigrar e reiniciar as vidas no sul do Brasil. E, talvez, por coincidência, as explicações sobre as mortes apresentem motivações parecidas. A interpretação em relação ao destino trágico dos párocos de Silveira Martins permite pensar as atitudes que foram consideradas como responsáveis por esse drama vivido pelos indivíduos que descuidaram, em algum momento, da observação de certos códigos morais existente nas comunidades coloniais. Tanto o entendimento das narrativas das mortes dos padres quanto a não investigação por parte das autoridades permite compreender o funcionamento das redes sociais comunitárias. O que se mostra relevante para a investigação não é o “rígido funcionamento de um sistema de normas” e valores, mas, sim, o processo de adaptação de regras e a variedade de interações sociais.¹¹⁷ Nesse sentido, o principal não é o indivíduo em si, mas sim o contexto cultural, social, as escolhas cotidianas, bem sucedidas ou fracassadas, e, sobretudo a constituição das redes interpessoais na dinâmica local (LEVI, 2000:2003).

Por meio da análise dos circuitos de contatos interpessoais estabelecidos por Antônio Sório na Colônia Silveira Martins será possível começar a entender diversos aspectos sobre a política local desse indivíduo e também o silêncio público da comunidade com relação à morte do pároco. A versão pública apontou para a “queda do cavalo”, mas os imigrantes interpretaram os ferimentos do padre como consequência de um ato de castramento, pois acreditavam que o mesmo havia desonrado uma moça. Porém, os nomes dos envolvidos – familiares e maçons – não foram divulgados pela população colonial – senão décadas depois – como no caso do padre Arnoffi, em que a família da moça e o possível filho do pároco foram apontados.

Neste capítulo, buscou-se uma integração entre as narrativas, no caso aqui as versões sobre a morte do padre Sório e os dados encontrados nas outras fontes documentais, abordando a partir da relação entre a realidade concreta e as possibilidades do contexto vivido

¹¹⁷ Carlo Ginzburg (1989, p. 158) destaca que é necessário identificar, além dos valores morais que legitimam as ações de determinados grupos populares, as circunstâncias em que elas ocorrem. Nesse sentido, existe uma distância entre uma moralidade e a forma como ela se manifesta em determinadas situações cotidianas.

pelas famílias camponesas nos núcleos coloniais.¹¹⁸ As explicações sobre determinadas práticas de punição, noção de justiça, atuação das famílias e as situações que geravam os sentimentos de vergonha num evento específico podem ser entendidas a partir de uma percepção cultural própria que aponta um universo de probabilidades válidas para os imigrantes.

¹¹⁸ Natalie Davis (1987, p. 21), em sua obra *Retorno de Martin Guerre*, reconstitui através da trajetória de um indivíduo a experiência de homens e mulheres que também viveram no mesmo tempo e espaço. É a excepcionalidade do caso de Martin que ilumina uma realidade que é pouco documentada. No entanto, quando não encontra o sujeito que estava procurando, a autora se volta para outros documentos para reconstituir o mundo em que ele deve ter vivido e as reações que deve ter sentido. Essa relação entre provas e possibilidades também é destacada por Carlo Ginzburg (1989, p. 183).

CAPÍTULO 2

A trajetória de um camponês “ambicioso”

(...) nessuno piú lavorava la terra riservandosi si farlo quando fosse arrivato nel Nuovo Mundo, sognando soltanto ricchezze, felicità e bene stare. Ed intanto tutti que' fittabili avevano fatto le loro comunicazioni a' padroni che pel prossimo [dia de] S. Martino (11 novembre) avrebbero consegnate le proprietà che avena in affitto, decisi ormai di emigrare pel Brasile. (...) inutile si tornava qualunque sforzo per smuoverli dal fermo propósito. Tutti ad una voce rispondevano: VOGLIAMO EMIGRARE – BASTA DI MISERIA!
Giulio Lorenzoni¹¹⁹

Neste capítulo, serão analisadas as iniciativas tomadas pelo italiano Paulo Bortoluzzi quando, a frente de amplo grupo parental, partiu da *comuna* de Piavon, província de Treviso, para fundar uma comunidade de imigrantes no sul do Brasil. Como se verá, Paulo Bortoluzzi aderiu às ideias divulgadas pelo pároco de Piavon para sair da Itália e criar uma nova povoação do outro lado do Atlântico, em terras que o Império brasileiro desejava colonizar. A articulação entre alguns indivíduos da *comuna* de Piavon permitiu que um número significativo de famílias se organizasse para a longa viagem, formando um agrupamento de aproximadamente trezentas pessoas. Mecanismos de coesão baseados em redes de apoio comunitária e parental permitiram a transferência dos que desejavam imigrar para o sul do Brasil. Nesta parte do trabalho, pretende-se abordar as intenções de Paulo Bortoluzzi, o contexto em que realizou suas escolhas antes de imigrar para a América e, ainda, o desempenho do mesmo na região da ex-Colônia Silveira Martins para a concretização do projeto pessoal, familiar e comunitário.

¹¹⁹ Tradução: “Ninguém mais trabalhava a terra, reservando-se a fazê-lo quando chegassem ao Novo Mundo, sonhando somente com riquezas, felicidades e bem-estar. E todos os arrendatários tinham comunicado os patrões que no próximo dia de São Martinho (11 de novembro) entregariam a propriedade que possuíam em arrendamento, já decididos a imigrar para o Brasil. (...) inútil se torna qualquer esforço para fazê-los desistir do firme propósito. Todos a uma só voz respondiam: QUEREMOS EMIGRAR – CHEGA DE MISÉRIA.” (Lorenzoni *apud* FRANZINA, 2008, p. 7).

2.1. A família Bortoluzzi na Itália

Originários da *comuna* de Francenigo, localizada na Província de Treviso – norte da Itália –, os membros da família Bortoluzzi se estabeleceram em Piavon no início da década de 1860. A frente estava o patriarca e viúvo Angelo, os filhos Luiz, Francisco Maria – ambos casados – e Paulo, além do irmão Antônio e a esposa, sete crianças e a anciã Domênica.¹²⁰ O grupo composto por dezesseis pessoas vivia junto em uma mesma casa em 1862, e cultivavam coletivamente as terras compradas e arrendadas em Piavon. Nos anos que se seguiram, a família aumentou. O último filho do patriarca Angelo, o jovem Paulo Bortoluzzi, com vinte anos, casou-se na paróquia de Oderzo com Stela Furlan, em 1868, consolidando a ligação entre as famílias, pois um irmão de Paulo já havia se casado com uma irmã de Stela Furlan.¹²¹ Do matrimônio de Paulo e Stela nasceram, entre 1870 e 1876, quatro filhas: a terceira morreu poucos dias após o nascimento, enquanto a quarta nasceu em novembro de 1877, um mês antes da partida do grupo para a América.¹²²

A família havia aumentado desde que se estabelecera na *comuna* de Piavon no início da década de 1860. Francisco e Luiz, os irmãos mais velhos de Paulo, com a morte das esposas, casaram-se uma segunda vez. E os três primos mais velhos, filhos do tio Antônio, também haviam se casado. Um dos primos casou-se três vezes em pouco tempo, pois as duas primeiras mulheres morreram prematuramente.¹²³ Em julho de 1877, Paulo Bortoluzzi apareceu apadrinhando os filhos gêmeos de outro dos primos, porém, um deles não sobreviveu. O ano de 1877 foi um tanto trágico para a família Bortoluzzi, pois morreram o tio Antônio e o pai Angelo, além de dois recém-nascidos. Estes fatos devem ter pesado nas decisões tomadas por Paulo e os irmãos, pois deviam estar preocupados em relação ao futuro da família e com o crescimento dos filhos, não podendo ficar todos a trabalhar nas mesmas terras. Seria difícil permanecerem unidos, sendo imperativo o deslocamento de alguns deles

¹²⁰ De acordo com o registro de controle da população da paróquia de Piavon, realizada pelo pároco entre 1861 e 1862, residiam em uma mesma casa todos os membros da família Bortoluzzi: o viúvo Angelo (65 anos), o irmão Antônio (42 anos) e a esposa Ângela Borsoi (41 anos) e seus respectivos filhos Domingo (14 anos), João (13 anos), José (11 anos), Rosa (6 anos) e os gêmeos Santo e Maria (2 anos). Além desses, os irmãos Francisco (35 anos) e Luiz (34 anos), ambos casados, porém, apenas o primeiro tinha um filho, e o jovem Paulo Bortoluzzi (17 anos). Registro de *Stato delle Anime* da paróquia de São Bento Abade. Arquivo Paroquial de Piavon (APP).

¹²¹ Em fevereiro de 1867, um ano antes do casamento de Paulo, casou-se uma segunda vez Francisco Bortoluzzi com a viúva Catarina Furlan, irmã da futura esposa do primeiro. Livro de registro dos matrimônios da paróquia de Piavon, 1835-1907, APP.

¹²² Livros de registros de batismo, casamento e morte, da paróquia de Piavon. APP.

¹²³ Dos primos de Paulo Bortoluzzi, Domingos casou-se com Santa Puppín e teve seis filhos. Após a morte das duas primeiras esposas, João uniu-se com Andreana Drusian. José, em 1876, batizou a primeira filha Regina, e no ano seguinte nasceu um casal de gêmeos, morrendo um deles poucos meses depois (BERNARDI, 2008, p. 78).

para outras regiões da Itália, ou mesmo para outro país, para buscar trabalho temporário, já que temiam viver com escassos recursos.

4. Casa dos Bortoluzzi, Piavon (Itália)



Casa em que Paulo Bortoluzzi residia com a esposa, os filhos, os dois irmãos casados, o pai, o tio Antônio e os primos casados. No ano de 1877, antes de emigrarem, viviam ali seis casais e mais os filhos que contabilizavam um total de quinze crianças.¹²⁴

A ampla família Bortoluzzi, composta por cerca de trinta pessoas, antes de tomar a decisão de abandonar a *comuna* e partir para o Brasil, trabalhava em férteis terras da baronesa Annetta Zen, residente em Piavon. A ideia de transferência coletiva para a América era uma possibilidade presente no horizonte das famílias camponesas italianas na década de 1870, passando a ser pensada pelos Bortoluzzi. Para os membros do grupo, a iniciativa migratória não era uma novidade,¹²⁵ indicando que a busca por melhores oportunidades já havia sido seguida pelos homens da família. O projeto que os guiava era de se tornarem proprietários de

¹²⁴ Fonte: Fotografia pertencente ao arquivo particular do professor Ulderico Bernardi, Treviso, Itália.

¹²⁵ A mobilidade dos indivíduos – internamente na península ou para outros países em busca de trabalho temporário – é um aspecto que caracterizava quase todas as comunas da Província de Treviso, sendo mais significativa em algumas do que em outras. A migração temporária marcou os anos que antecederam a grande imigração para a América, a partir de 1875.

terras ampliando a extensão da área cultivada. Provavelmente, esse foi um dos fatores que os encorajou a decidir pela mudança definitiva para local distante, do outro lado do Atlântico. Contudo, para o projeto ser concretizado, havia a necessidade de planejamento, algo que começou a ser pensado no ano de 1876 pelo próprio Paulo Bortoluzzi.¹²⁶

O distrito de Oderzo tinha baixa frequência migratória de pessoas em busca de trabalho sazonal. A falta de uma mobilidade temporária foi apontada por jornalistas italianos da década de 1870 como um aspecto que deixava os indivíduos mais prudentes quanto aos perigos que poderiam encontrar ao abandonar a terra natal. Desse modo, para garantir transferências seguras, as famílias eram cautelosas, se asseguravam de informações e “não se colocavam em viagens de aventura” sem notícias satisfatórias. Tal entendimento foi utilizado para explicar a significativa “emigração própria” e autônoma das famílias de Piavon e locais limítrofes, segundo avaliação de Luiz Bailo, senador e proprietário de terras em Oderzo.¹²⁷ A adesão ao movimento era propiciada pela propaganda de agentes de emigração que circulavam pelas comunidades rurais do Vêneto, juntamente com outros apoiadores que residiam nos lugares. Desse modo, em 1877, após intensa campanha realizada nas províncias de Veneza, Vicenza e Treviso, grupos de famílias camponesas, lideradas por um ou mais indivíduos, passaram a articular a própria transferência para a América, conforme o fez o camponês Paulo Bortoluzzi.

Na *comuna* de Piavon, a emigração foi divulgada por um sacerdote local apoiado pelo secretário comunal. A partir da adesão de pessoas conhecidas foi se formando redes de informações através das quais circulavam notícias sobre as oportunidades oferecidas no além-mar e que passaram a orientar os destinos daqueles que tencionavam emigrar. Além da campanha à emigração promovida por pessoas de certo prestígio local, a exemplo do sacerdote de Piavon, também passavam pelas comunidades “músicos ambulantes que vão gritando as maravilhas da distante América”.¹²⁸ Especificamente nos dias de *mercato*¹²⁹, realizados duas ou três vezes por semana, os agentes de emigração divulgavam notícias sobre as oportunidades oferecidas aos camponeses nas terras distantes. No *mercato*, os propagandistas distribuíam panfletos, respondiam dúvidas, ofereciam garantias e orientavam as famílias sobre a maneira como deviam se organizar para partir. Assim, se formaram amplos

¹²⁶ Respostas do questionário realizado pelo senhor José Vianello. Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2. Arquivo Comunal de Treviso (ACTV), Biblioteca Comunal *Borgo Cavour*.

¹²⁷ Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

¹²⁸ “Emigração”. *Jornal Gazzetta di Treviso*, 4 dezembro de 1876, Biblioteca Universitária de Padova (BUPD).

¹²⁹ *Mercato* eram feiras semanais que ocorriam no cento das comunas. Ali eram comercializados alimentos, utensílios, tecidos e objetos diversos. Equivale às feiras de rua no Brasil.

grupos de famílias, pertencentes a várias comunas vizinhas no território trevisano, que em determinado momento partiram com destino ao porto de Gênova.

5. Províncias da região do Vêneto¹³⁰



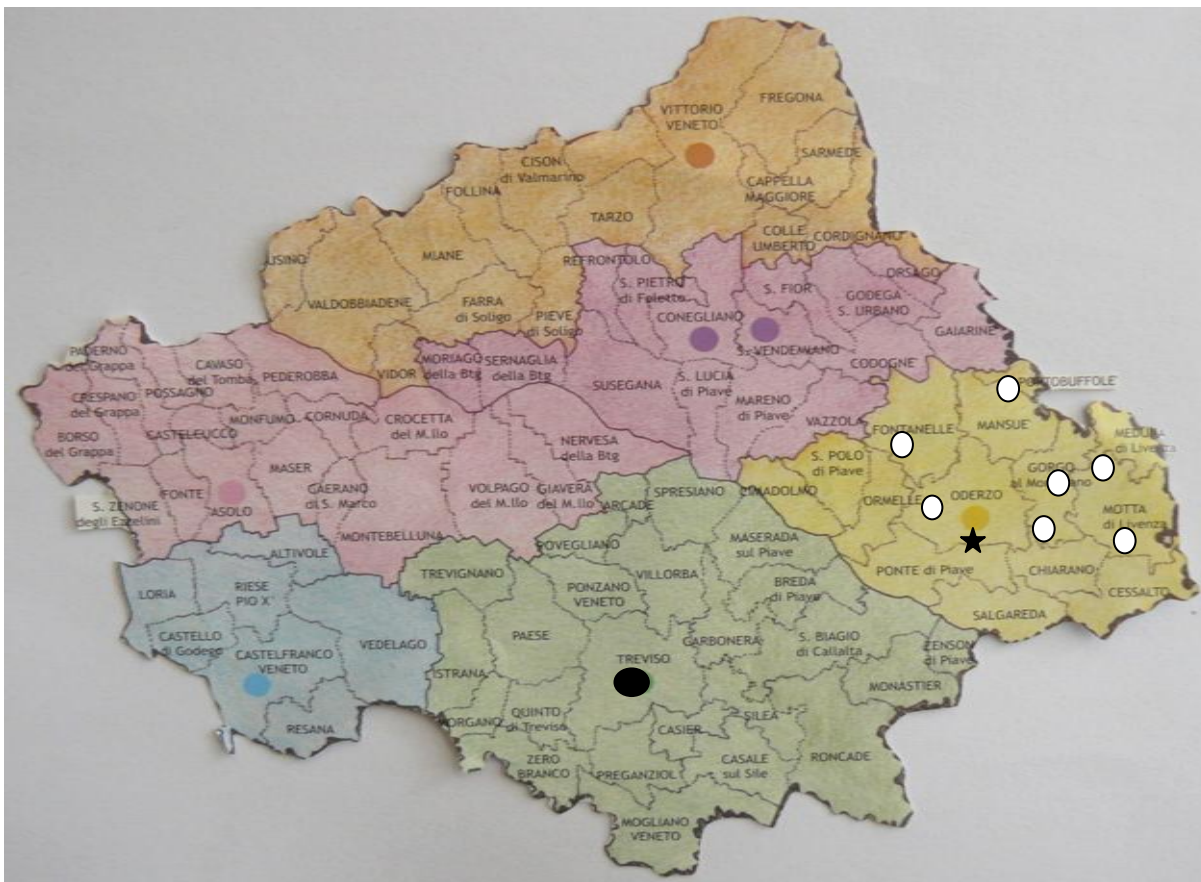
O jornal *Gazzetta di Treviso*, em dezembro de 1877, comunicava que na estação ferroviária da cidade se encontravam “200 iludidos provenientes de Ponte de Piave, Motta di Livenza e Oderzo” com o objetivo de abandonar a pátria.¹³¹ Durante todo aquele ano, um número bem maior de emigrantes teria deixado outras comunas vizinhas. Somente de Piavon haviam saído 134 emigrantes; de Motta mais 94; de Oderzo 57; e de Gorgo mais 42 indivíduos.¹³² Dentre esses, um dos grupos familiares mais numerosos era formado pelos parentes do camponês Paulo Bortoluzzi. No mapa abaixo, pode-se visualizar a localização das comunas mencionadas. A proximidade geográfica entre elas indica ter existido uma articulação entre as famílias aparentadas e aliadas para a viagem à América.

¹³⁰ Fonte: <http://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/comeca-neste-sabado-ciclo-de-videoconferencias-da-economia-da-regiao-do-veneto/>. Disponível em 13 de outubro de 2012.

¹³¹ “Emigrantes”. Jornal *Gazzetta di Treviso*, 24 dezembro de 1876, (BUPD).

¹³² Resposta do conde Luigi Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

6. Província de Treviso e a divisão em comunas (municípios).



Destaca-se a cidade de Treviso (ponto negro), a capital da província. Da comunidade de Piavon (estrela negra), localizada no distrito de Oderzo, e de algumas comunas limítrofes (pontos claros), partiram várias famílias que se uniram ao grupo de Paulo Bortoluzzi. No início de 1878 chegaram ao Rio Grande do Sul e fundaram Vale Vêneto.¹³³

Na cidade de Treviso existia uma agência de emigração que recebia circulares e notificações da empresa de navegação dirigida por Clodomiro De Bernardes, que era encarregado de conseguir transporte para o território brasileiro. A agência de Treviso foi apresentada nos jornais como um dos “centros de ações para comunicar os *contadini* dos povoados ao longo do baixo Sile” [rio], especialmente nos dias de mercado e na “*osteria* de S. Nicoló”.¹³⁴ Além desse, outros lugares da região do Vêneto eram conhecidos entre a população por possuir agências que recebiam as inscrições das famílias e organizavam as transferências. Tais casas eram tidas pela imprensa como “clandestinas”, e os agentes passaram a ser perseguidos pelas autoridades policiais. A partir de 1878, os agentes procuraram se manter em sigilo para realizar as atividades de incentivo à emigração.

¹³³ <http://www.provincia.treviso.it/Engine/RAServePG.php/P/487610010316/T/Pianta-Geografica>. Disponível em 13 de outubro de 2012.

¹³⁴ Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

Os encontros semanais nas feiras e nas *osterias* aos domingos propiciavam a troca de informações e comunicação entre a população. Enquanto espaço de sociabilidade, os bares e cafés também eram ambientes de divulgação de ideias. Os agenciadores, com apoio dos donos das casas de negócio, podiam recolher os nomes dos que desejassem emigrar, passavam avisos sobre as datas das partidas dos vapores para a América, forneciam instruções e coletavam taxas que deviam cobrir os custos de transporte dos integrantes do grupo. Foi neste contexto que Paulo Bortoluzzi e os irmãos amadureceram a ideia de se transferirem para o Brasil.

Como muitos outros que desejavam obter informações seguras e organizar a viagem dos parentes e conhecidos, Bortoluzzi passou a estabelecer contato direto com a agência marítima de Clodomiro De Bernardes, localizada em Gênova. No distrito de Oderzo, o referido camponês e alguns outros amigos mantinham correspondência com a empresa de navegação.¹³⁵ Por certo buscavam se munir de garantias para a viagem ao Brasil. Mas não eram os únicos, pois vários outros camponeses, de diversas comunas da província de Treviso, não só trocavam cartas com a referida agência, mas, também, se deslocavam pessoalmente até Gênova para se informar sobre a viagem. As denúncias policiais indicam o quanto esta atividade era recorrente.

Em maio de 1877, Domingos Santi, 29 anos, camponês, residente em *Castello di Godego*, província de Treviso, foi acusado como “agente de emigração clandestina”, pois estava organizando a transferência de vinte famílias residentes na *comuna*. O grupo era formado por parentes e conhecidos, e todos financiaram o deslocamento de Santi até o porto de Gênova a fim de conseguir embarque para as famílias junto à agência de Clodomiro De Bernardes. A principal denúncia feita contra o Domingos Santi era de obter dinheiro dos “pobres camponeses” para financiar a própria emigração, o que causaria “graves danos e futuras desordens” na *comuna*.¹³⁶ Em defesa de Domingos Santi, o *sindaco* (prefeito) da *comuna* de Godego declarou ter ele “boa fama e conduta”, que os “meios econômicos da sua família eram suficientes” e que ele “não tinha tendências a ganância e ao lucro”.¹³⁷ Contando com uma rede de proteção local, o camponês não foi condenado pelas infrações apresentadas, continuando, assim, a desempenhar as atividades de agente da emigração.

¹³⁵ Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

¹³⁶ Denúncia. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1877, Busta 265, nº 36, Arquivo do Estado de Treviso, AETV.

¹³⁷ Carta do *sindaco* de Castello di Godego, 24 de maio de 1877. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1877, Busta 265, nº 36, AETV.

Porém, no ano seguinte, uma nova denúncia foi realizada contra Santi. Outra vez por estar envolvido com a emigração das famílias, incentivando essas a vender os bens e partir para Gênova onde embarcariam para a América. E, novamente, as autoridades municipais o defenderam. O *sindaco* de Castelfranco comunicou aos policiais que Domingos Santi possuía licença para atuar como agente de Clodomiro De Bernardes, e que não tinha mais a intenção de partir para a América como fizera o irmão e outros conhecidos. O *sindaco* afirmou, ainda, que Santi não havia recebido compensação financeira das famílias já emigradas, portanto, o suspeito “agente clandestino” não podia ser julgado por crime algum.¹³⁸ Porém, em outubro de 1888, outra vez Domingo Santi era denunciado por “operações de intermediário” entre os emigrantes e a agência de transporte marítimo. As novas acusações foram consequências da intromissão de Santi nos negócios de outro agente.¹³⁹

Na mesma época, também numa das comunas do distrito de Castelfranco, o camponês João Reginaldo, 39 anos, havia sido tomado pelo “delírio de imigrar” para o Brasil. Após ter conseguido o passaporte, viajar até Gênova e estabelecer contato com Clodomiro De Bernardes, decidiu organizar a transferência de quarenta famílias, totalizando a quantia de trezentas pessoas pertencentes a diversos locais da província de Treviso e Vicenza. Assim, por meio da sua direção, todos partiriam para a América. A denúncia contra Reginaldo não deve ter impedido a viagem das famílias, uma vez que nenhuma outra informação foi encontrada.¹⁴⁰ As acusações contra os agentes apresentadas pelas autoridades policiais tinham por objetivo controlar as mobilizações autônomas das famílias que abandonavam definitivamente a região, tomadas pelo “delírio da imigração” para o Brasil, pensavam as autoridades.

As experiências dos camponeses Domingos Santi e João Reginaldo lançam luz sobre as escolhas e iniciativas tomadas pelo imigrante Paulo Bortoluzzi. De acordo com as indicações dos contemporâneos, tudo leva a crer que ele tenha atuado como agente local, assim como Domingos Santi. A diferença é que Bortoluzzi não desistiu de partir juntamente com o grupo de famílias por ele convidadas. O apoio por parte dos *sindacos* das comunas era um fator importante para garantir o sucesso das investidas e evitar ser condenado pelas autoridades como “agentes clandestinos” de emigração. A rede de colaboradores e

¹³⁸ Carta do *sindaco* de Castelfranco, 18 de outubro de 1878. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1878, Busta 266, nº 48, AETV.

¹³⁹ Denúncia de contravenção, 29 de outubro de 1888. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1889, Busta 272, nº 6, AETV.

¹⁴⁰ Denúncia, 20 de junho de 1877. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1877, Busta 265, nº 193, AETV.

incentivadores locais, apesar de variar em número de um lugar para outro, foi essencial para que as famílias camponesas aderissem à ideia de emigração coletiva.

Na *comuna* de Piavon, o sacerdote João Solerti também foi acusado de estimular a emigração da paróquia e de trabalhar ativamente a favor da causa.¹⁴¹ Os jornais regionais não se cansavam de divulgar o desempenho de outros padres que, do altar e durante as andanças pela comunidade, expunham as vantagens da imigração para o Brasil.¹⁴² Padre João Solerti incentivava os camponeses a tomarem tal caminho como alternativa para melhorarem as condições de vida. Foi ele apontado como a pessoa que mais influência teve na decisão de emigração de Paulo Bortoluzzi, ajudando a organizar a transferência do amplo agregado de famílias aparentadas e conhecidas do distrito de Oderzo. Ao aderir a ideia de emigrar, Bortoluzzi colocou-se em contato com Clodomiro De Bernardes em Gênova, o principal responsável pela imigração para as regiões de colonização do Império brasileiro. Por meio da troca de correspondência, recebeu instruções diretas quanto à partida e quanto à possibilidade de embarque gratuito.¹⁴³

2. Relação de algumas famílias emigradas do distrito de Oderzo

| Imigrante | Esposa | Local de origem | Chegada | Destino |
|------------------------|----------------------|-------------------|------------|------------------|
| Bortoluzzi, Paulo | Furlan, Stella | Piavon | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Bortoluzzi, Luiz | | Piavon | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Bortoluzzi, Domingo | Puppin, Santa | Piavon | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Bortoluzzi, Antônio | Furlan, Catarina | Piavon | 20/04/1878 | Linha Base Sul |
| Bortoluzzi, José | Codolo, Antônia | Mareno di Piave | 20/04/1878 | Linha Base Sul |
| Bortoluzzi, Angelo | Bozzeto, Regina | Piavon | 20/04/1878 | Linha Seis Sul |
| Bortoluzzi, João | | San Polo di Piave | 20/04/1878 | Linha Cinco Sul |
| Bolzan, Antônio | Moras, Angela | Mansuè | 20/04/1878 | Linha Cinco Sul |
| Bolzan, Felipe | Nardo, Domênica | Mansuè | 20/04/1878 | Linha Quatro Sul |
| Druzian, Francesco | Poli, Antônia | Piavon | 20/04/1878 | Linha Cinco Sul |
| Druzian, Giacomo | Maschietto, Augusta | Fontanelle | 20/04/1878 | Linha Quatro Sul |
| Iopp, Afílio | Bolzan, Stella | Motta di Livenza | 20/04/1878 | Linha Base Sul |
| Iopp, Giacomo | Pozzobon, Margarida | San Nicolò | 20/04/1878 | Linha Base Sul |
| Marcuzzo, José | Catelan, Maria | Oderzo | 20/04/1878 | Linha Um Sul |
| Marcuzzo, Domingo | | Piavon | 20/04/1878 | Linha Um Sul |
| Parzianello, José | Batisttela, Angelica | Oderzo | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Parzianello, Antônio | Stefanello, Angelica | Oderzo | 20/04/1878 | Linha Cinco Sul |
| Parzianello, Davi | Marcon, Maria | Oderzo | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Parzianello, Francisco | Bevilacqua, Augusta | Oderzo | 20/04/1878 | Linha Seis Sul |
| Parzianello, Luiz | Moretti, Antônia | Oderzo | 20/04/1878 | Linha Um Sul |

¹⁴¹ Depoimento do senador Luiz Revedin. In: Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

¹⁴² “Emigração”. *Jornal Gazzetta di Treviso*, 10 maio de 1877. Biblioteca Universitária de Padova, BUPD.

¹⁴³ Contudo, não parece ter sido Bortoluzzi o autor das cartas, já que ele não tinha habilidade na escrita. Para desempenhar tal atividade ele deve ter contado com a colaboração de outro indivíduo. Na região colonial, onde se estabeleceu com os parentes, Paulo Bortoluzzi em momento algum aparece como autor das cartas enviadas à Itália. Mesmo não as escrevendo, ele aparece como um dos principais articuladores entre as lideranças do Vale Vêneto, principalmente quando procuravam por padres para se instalar na comunidade.

| | | | | |
|----------------------|----------------------|------------------|------------|-----------------|
| Vizzotto, Giacomo I | Parro, Catarina | Piavon | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Vizzotto, Giacomo II | Buriol, Vicenta | Piavon | 20/04/1878 | Linha Cinco Sul |
| Vizzotto, Pedro | Batistella, Mariana | Piavon | 20/04/1878 | Linha Dois Sul |
| Bevilacqua, Davi | Caberlotto, Madalena | Ponte de Piave | 5/05/1878 | Linha Base Sul |
| Bevilacqua, Angelo | Cela, Giovanna | Piavon | 5/05/1878 | Linha Duas Sul |
| Bevilacqua, Jacó | Parro, Luiza | Piavon | 5/05/1878 | Linha Três Sul |
| Bevilacqua, João | Buffalo, Angela | Piavon | 5/05/1878 | Linha Três Sul |
| Menuzzi, José | Madalena | Oderzo | 25/03/1879 | Linha Três Sul |
| Busanello, Domênico | Zanutel, Mariana | Motta di Livenza | 20/12/1883 | Soturno |
| Busanello, Pietro | Bottasso, Luiza | Motta di Livenza | 20/12/1883 | Soturno |
| Busanello, Marco | | Cessalto | 20/12/1883 | Novo Treviso |
| Bozzetto, Angelo | Pigatto, Luiza | Oderzo | | Soturno |
| Bozzetto, Antônio | Lion, Elisabetta | Mansuè | | Soturno |
| Dalla Nora, Antônio | | Mansuè | 23/05/1884 | Núcleo Soturno |
| Dalla Nora, João | | Mansuè | 23/05/1884 | Núcleo Soturno |
| Dalla Nora, Luiz | | Mansuè | 23/05/1884 | Núcleo Soturno |
| Vernier, Antônio | | Chiarano | 28/01/1886 | Vale Vêneto |
| Giacomini, Angelo | Barbieri, Maria | Gorgo | 25/12/1887 | Vale Vêneto |
| Giacomini, João B. | | Chiarano | 25/12/1887 | Vale Vêneto |
| Rorato, João Batista | | Chiarano | 3/01/1888 | Vale Vêneto |
| Rorato, Francisco | | Chiarano | 3/01/1888 | Vale Vêneto |

Fonte: Dados extraídos da relação de distribuição dos lotes de terras aos imigrantes chegados à ex-Colônia Silveira Martins, Núcleo Norte e Núcleo Soturno. In: RIGHI, 2001, p. 110-225.

A relação acima apresenta as principais famílias que partiram do distrito de Oderzo juntamente com Paulo Bortoluzzi ou depois dele. O maior número chegou ao sul do Brasil em março de 1878, se estabelecendo nas linhas coloniais que formariam a comunidade do Vale Vêneto. Todos eram provenientes da província de Treviso.¹⁴⁴ Dentre os indivíduos pode-se visualizar as redes parentais que formavam amplos agregados, pessoas que nem sempre partiam da mesma *comuna* – a exemplo dos irmãos Druzian. Os vínculos parentais se davam através das uniões matrimoniais – identificação dos sobrenomes das esposas –, também podendo indicar um dos princípios que uniam casais de diferentes lugares para se estabelecer em terras vizinhas na região colonial – ver Bolzan, Bevilacqua e Bozzeto. A força dos vínculos familiares e parentais que orientavam a emigração das famílias camponesas pode ser visualizada através da partida dos italianos de comunas distintas, mas que se estabeleciam em um mesmo local de colonização. Conforme os dados do quadro, percebe-se que, após 1878, de várias comunas de Oderzo, novos grupos de indivíduos abandonaram o lugar, dando origem a uma tradição imigratória para o sul do Brasil.

¹⁴⁴ Durante os três primeiros meses de 1878, algumas famílias da província de Treviso se encontraram com o grupo que acompanhava Paulo Bortoluzzi em março daquele ano. Todas elas passaram a ocupar um mesmo núcleo da Colônia Silveira Martins. Dentre os imigrantes que antecederam Bortoluzzi, se encontravam prováveis conhecidos como Luiz Rosso, integrantes da família Zago, Dotto e Pozzobon. Dados extraídos da relação da distribuição dos lotes de terra aos imigrantes chegados à ex-Colônia Silveira Martins, Núcleo Norte e Núcleo Soturno. In: RIGHI, 2001, p. 110-225.

Ao chegar às novas terras foram estabelecidos os símbolos de identificação social dentre aqueles que haviam partido de uma mesma localidade, ou mesmo sendo de comunas diferentes, existiam laços que os aproximavam. O imigrante Paulo Bortoluzzi, ao se instalar em um dos núcleos da Colônia Silveira Martins, empenhou-se em fazer com que a comunidade recém-fundada alcançasse o status de paróquia. Coordenou a construção da igreja e os investimentos dos imigrantes para financiar a busca por padres na Itália. A formação de uma comunidade no além mar de pessoas que partilhavam costumes favoreceu o projeto de Bortoluzzi, homem de fortes sentimentos religiosos e firme na ideia de fundar uma “república de Deus” no sul da América, segundo defende Ulderico Bernardes (2008, p. 84, 128). O autor ressalta o fato de terem sido os princípios morais cristãos que motivaram o camponês a liderar o movimento de transferência de amplo grupo de emigrantes de Piavon para a Colônia Silveira Martins. Desse modo, em busca de um novo modo de vida, teriam abandonado a Itália arrasada pelo anticlericalismo e humilhada pelas intenções irreligiosas de seus governantes.

As opções adotadas por uma família funcionavam como estímulo para outras. Desse modo, por meio de redes de apoio parentais e de solidariedades, os deslocamentos para as novas terras foram sendo articulados. Os vínculos entre os indivíduos que se preparavam para emigrar também propiciaram a formulação de um projeto em relação à fundação de uma nova comunidade. Partiram da Itália com a intenção de instituir devoção aos santos de preferência, fundar capelas e associações religiosas. A esperança de que poderiam vivenciar suas práticas religiosas e devoções comunitárias também foi um dos fatores a influenciar nos deslocamentos. Tanto Paulo Bortoluzzi quanto os outros que o acompanharam eram membros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. O grupo transportou de Piavon para a Colônia Silveira Martins uma estátua de madeira do santo do qual eram devotos.¹⁴⁵ Escolhido como protetor do Vale Vêneto, a estátua de São Francisco foi colocada na capela idealizada pelas famílias.¹⁴⁶

A presença significativa de membros leigos de uma mesma confraria religiosa reunida em caravana, composta por cerca de duzentas pessoas que se deslocavam ao porto de Gênova, chamou a atenção das autoridades provinciais de Treviso. Essas definiram como uma “espécie de fanatismo e doença contagiosa” a mobilização nas comunas por parte dos camponeses, principalmente porque as famílias procuravam vender rapidamente os bens que possuíam

¹⁴⁵ A pequena estátua de madeira de São Francisco de Assis se encontra no Museu de Vale Vêneto.

¹⁴⁶ Paulo Bortoluzzi possuía em sua residência em Piavon uma imagem pintada de São Francisco de Assis, um dos indícios das preferências devocionais da família (BERNARDES, 2008, p. 82).

para, assim, emigrarem.¹⁴⁷ Paulo Bortoluzzi foi acusado de ser um camponês “ambicioso” e “fanático”, conforme declararam as autoridades públicas, alguns políticos e proprietários do distrito de Oderzo.¹⁴⁸ No entanto, diferentemente desse entendimento que apontava serem “fanáticas” e ignorantes as famílias que partiam, geralmente vítimas de indivíduos mais astutos, a identificação de vínculos e afinidades parentais entre elas sugerem o contrário. A dificuldade de compreensão das motivações e lógicas presentes no universo camponês por pessoas que não compartilhavam as dificuldades e inseguranças vividas no cotidiano se encontram expressas nas avaliações das autoridades e da imprensa.

Não se acredita em uma emigração religiosa, mas, sim, num movimento familiar e comunitário, articulado através das redes parentais e amizades que ultrapassavam as fronteiras locais. Este era um caminho para conseguir oportunidades de trabalho, garantir futuro mais seguro para os filhos e uma economia doméstica que permitisse a reprodução do grupo. E, também, enquanto possibilidade de conquistar status social – construção de um poder imaterial – entre os conterrâneos nos lugares de ocupação, garantindo, ao mesmo tempo, o incremento do próprio patrimônio material. Logo, ressalta-se o papel das famílias em estabelecer as redes de ajuda dentro de um contexto de recursos disponíveis, podendo-se utilizar de agregações religiosas, símbolos de identificação e discursos. No entanto, as escolhas respondiam às necessidades específicas de cada uma delas.

As ideias compartilhadas na *comuna* de origem ajudam a descobrir os planos de Paulo Bortoluzzi antes de emigrar. O camponês foi definido como um homem “fanático e ambicioso” que estava interessado em se “tornar chefe de uma colônia no Brasil”, segundo o mesmo declarava entre os conterrâneos.¹⁴⁹ A escolha de abandonar definitivamente as comunas estava ligada a motivações e demandas de cada grupo. Conforme se demonstrará neste capítulo, Bortoluzzi não era um camponês “miserável”, antes um pequeno proprietário de terras. Porém, essas não eram suficientes para garantir a sobrevivência e reprodução futura do grupo. Para melhor compreensão das escolhas tomadas pelas famílias camponesas de Piavon, serão analisados movimentos semelhantes no contexto regional e a existência de uma rede de apoiadores locais à imigração para o sul da América.

¹⁴⁷ Resposta do conte Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878; Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

¹⁴⁸ Depoimento de José Vianello. In: Relação final do *Ateneo de Treviso* de Luiz Bailo, 1878; Resposta do senador Luiz Revedin, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

¹⁴⁹ Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

2.2 A atuação de um sacerdote “fanático”

Avaliando o fenômeno da emigração no distrito de Oderzo, o proprietário e político Luiz Revedin, em 1878, ressaltou que a ideia de emigrar tinha sido inspirada pelo sacerdote João Solerti, capelão de Piavon. O padre era muito conhecido das autoridades locais. Solerti teria sido o primeiro a divulgar as boas condições oferecidas àqueles que desejavam abandonar a península itálica, auxiliando na logística que envolvia a transferência das famílias camponesas, a partir dezembro de 1877. O referido sacerdote também foi apontado como um dos mais atuantes colaboradores do projeto de Paulo Bortoluzzi. O político Luiz Revedin, além de destacar o desempenho ativo de Solerti em relação à emigração, ressaltou os antecedentes negativos do referido capelão. Esse havia sido transferido para a paróquia de São Bento Abade, em Piavon, porque recebera condenação ao cárcere por *truffa*¹⁵⁰ – fraude, falsificação, embuste, trapaça.

Antes disso, constatou-se que, em 1866, o padre João Solerti foi preso juntamente com outros paroquianos da *comuna* de Pagnano, província de Treviso, por suspeitas de roubo, fraude e posse ilegal de arma de fogo. Porém, devido à falta de provas, não ficou constatada a participação do padre no furto ocorrido na referida comunidade.¹⁵¹ Apesar da não condenação, a denúncia contra o padre indicava algum envolvimento dele em disputas relacionadas a cobranças de dívidas e vinganças entre indivíduos locais. Em carta ao bispo de Treviso, o pároco de Pagnano comunicou o quanto era “perigoso a permanência do capelão Dom Solerti na paróquia”. Para evitar medidas mais extremas era necessário garantir o afastamento do mesmo, já que mantinha “perversa intimidade” com alguns indivíduos de “má fama” do lugar que constantemente o visitavam.¹⁵²

Para garantir a segurança e a tranquilidade da comunidade de Pagnano, o pároco Antônio Zamboldi implorou ao bispo para que não só afastasse João Solerti, mas que não permitisse o seu retorno, visto que com sua presença os “perversos amigos se levantariam ameaçadores a sua frente”. Para além das funções ligadas à assistência religiosa, percebe-se

¹⁵⁰ Resposta do conde Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV. Em maio de 1877, num dos jornais de maior circulação da província de Treviso, João Solerti foi denunciado por estar trabalhando ativamente na emigração das famílias de Piavon. Ao mesmo tempo, era comentada a partida para a América da primeira caravana de emigrantes de *Mogliano Veneto*. A imprensa alertava para o fato de que o referido sacerdote já havia recebido condenação por outros crimes, devendo, portanto, as autoridades de segurança pública ficarem alertas para as atividades do padre. “Emigração”, *Jornal Gazzetta di Treviso*, 10 maio de 1877, Biblioteca Universitária de Padova – BUPD.

¹⁵¹ Relatório de conclusão das investigações contra o padre João Solerti, 9 novembro de 1866. Arquivo da Diocese de Treviso – ADTV.

¹⁵² Carta ao bispo da diocese de Treviso do pároco de Pagnano, Antônio Zamboldi, em 6 de fevereiro de 1868. Pasta João Solerti. ADTV.

que o referido padre possuía outros campos de atuação, integrante ativo da vida social e econômica da comunidade. Envolvido nos conflitos entre grupos, tornou-se alvo de comentários que o acusavam de ter ligação com “perversos amigos” que, provavelmente, se opunham ao pároco Antônio Zamboldi.

Antes de ser transferido para Piavon, pesava sobre João Solerti outra acusação: de ter violado os códigos de boa conduta moral.¹⁵³ As acusações de transgressões sexuais – envolvimento com jovens – contra os padres era uma questão que provocava, frequentemente, agitações nas comunidades.¹⁵⁴ Para tentar evitar o surgimento de tumultos, novos escândalos e garantir a boa administração das paróquias da diocese, alguns sacerdotes eram transferidos para outras comunidades como medida de controle dos comentários e ameaças locais. As insinuações sobre o comportamento escandaloso de João Solerti teriam motivado novo deslocamento, levando-o, por fim, à Piavon, provavelmente na metade da década de 1870.

Na nova paróquia, padre Solerti continuou a se envolver com questões que iam além daquelas relacionadas à administração dos bens da igreja e à assistência religiosa aos fiéis. Diferentemente das acusações anteriores, em Piavon o sacerdote foi acusado de ser um incentivador da imigração para a América. Através de “discursos empolgantes”, fazia surgir “esperança entre a população camponesa de que poderiam melhorar a própria sorte” no além mar. E ainda: que longe da pátria teriam liberdade para “conservar a sua religião”. Apresentava o Brasil como a “terra da promessa”, assegurando que “na Itália a religião católica desapareceria”, que a “população seria destruída pela peste, fome e guerra” e todos cairiam “sob o domínio Turco”. Além disso, afirmou que “um novo papa seria eleito do outro lado do Atlântico”.¹⁵⁵

Segundo Luiz Revedin, padre Solerti falava aos camponeses italianos que, no Brasil, com pouco tempo de trabalho melhorariam as condições econômicas das famílias; se tornariam proprietários com pouco dinheiro; fariam colheitas extraordinárias e ficariam ricos. Se não foram exatamente estas as palavras do padre, o fato é que o discurso repercutiu

¹⁵³ Resposta do conde Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV. As informações presentes na investigação realizada pelos colaboradores do *Ateneo* indicam os comentários negativos e acusações que circulavam a respeito do padre Solerti. Tais condenações eram usadas, principalmente, por aqueles que se opunham à imigração para a América.

¹⁵⁴ No jornal *Gazzetta de Treviso* também foram notificados os conflitos entre os padres e alguns paroquianos devido às desconfianças em relação ao comportamento moral daqueles. A vingança sobre um padre suspeito de manter “relações ilícitas” com uma jovem levou o irmão a atacar o sacerdote dentro da igreja, desferindo-lhe “dois tiros de pistolas”. Incidente ocorrido na comuna de Savignano – província de Emilia-Romagna. Depois de provocar a morte do sacerdote, o jovem se apresentou à autoridade local, justificando seu procedimento como “defesa da honra”. “Homicídio na igreja”, *Gazzeta di Treviso*, 26 maio de 1877; “A moralidade dos padres”, *Gazzeta di Treviso*, 31 maio de 1878, ACTV.

¹⁵⁵ Resposta de Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878; Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

positivamente entre a população camponesa, sobretudo entre os habitantes de Piavon, apontada como uma das comunas rurais de onde partiu maior número de famílias para o Brasil. A ampla mobilização de pessoas deixando os campos de Piavon e das comunas vizinhas causou preocupação aos políticos e proprietários da província de Treviso, e isso ainda no momento inicial da emigração, em 1878.

Ao noticiar a partida de caravanas de camponeses para Gênova, a imprensa apontou o padre Solerti, e outros colegas de batina, como os grandes apoiadores da emigração.¹⁵⁶ Mas a campanha de incentivo propiciada pelo “sacerdote fanático” também foi entendida como forma de afrontar o governo nacional, principalmente através da justificativa de que a religião na Itália estava em declínio, diferentemente do que estava ocorrendo na América, onde as famílias eram atendidas pelos missionários. O padre João Solerti foi acusado pela imprensa e pelos intelectuais de “fanático” e “intransigente” por ser um dos mais destacados instigadores da emigração no distrito de Oderzo.¹⁵⁷

Apesar das reclamações das autoridades locais e comentários negativos sobre seus antecedentes, o capelão Solerti permaneceu por alguns anos na paróquia de Piavon. Em janeiro de 1887, a imprensa voltava a censurar as atividades do sacerdote, acusando-o de fomentar a fuga das famílias camponesas, acrescentando o fato de que o mesmo possuía contrato com empresa de navegação de Gênova. Portanto, “atuava como um procurador representante da companhia nas comunas de Treviso”. É provável que sua permanência na Província de Treviso tenha se tornado insustentável por causa das perseguições sofridas, já que ele definitivamente desempenhava a função de agente da emigração. Os autores da reportagem afirmaram ser, naquele momento, desconhecido o lugar de residência do padre.¹⁵⁸

O jornal denunciava o fato de o sacerdote “pregar à decadência da religião na península e orientar os camponeses a fundar uma colônia religiosa na América”. Estes discursos eram bastante conhecidos entre a população do distrito de Oderzo, principalmente em Piavon, e parece ter influenciado Paulo Bortoluzzi e o amplo grupo de famílias que deixou o lugar rumo ao sul do Brasil no final de 1877. Por causa do crescente aumento da partida de camponeses para a América, a imprensa retomava as denúncias contra a atuação de agentes de

¹⁵⁶ “Emigração”, *Jornal Gazzetta di Treviso*, 10 maio de 1877, BUPD; *Jornal Gazzetta di Venezia*, 15 de maio de 1877. Arquivo do Estado de Veneza – AEVE. Traduzido de: *Archivio di Stato di Venezia*.

¹⁵⁷ Resposta de Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

¹⁵⁸ “A emigração”. *Jornal Gazzetta di Treviso*, 10 de dezembro de 1887, ACTV.

emigração.¹⁵⁹ Nada melhor, então, do que acusar o desempenho de alguns apoiadores da causa emigratória, principalmente padres como João Solerti.

Entre 1887 e 1888, a emigração da província de Treviso, depois de um período de calmaria, começou a chamar novamente a atenção pelo grande número de famílias que saíam da região rumo ao Brasil. A imprensa publicava os primeiros estudos de intelectuais locais que tentavam avaliar as causas da emigração e a quantidade de pessoas que abandonavam as comunas. O distrito de Oderzo aparece com o mais alto percentual de emigrantes em relação a outros pontos da província, sendo considerado um dos lugares onde as condições da propriedade agrária eram as piores – taxas excessivas, rígida estrutura fundiária e crise na produção –, aspectos esses que afetavam diretamente os pequenos proprietários e arrendatários. Assim, segundo avaliação do estudioso Antônio Brunetti, partiam os “melhores e mais fortes trabalhadores, os mais capacitados e os mais sóbrios”, ficando apenas os afetados pela pelagra e os mendigos. O mesmo afirmou que as cartas recebidas dos parentes, antigos vizinhos e amigos que já eram proprietários do outro lado do Atlântico, fomentavam o surgimento de novos fluxos migratórios. No ano de 1886, o número de emigrantes de Oderzo havia sido de 479; no ano seguinte, subiu para 3.816 indivíduos de ambos os sexos. Eram as taxas mais altas da província de Treviso.¹⁶⁰

Conforme se ressaltou anteriormente, em seus discursos o sacerdote Solerti divulgava as oportunidades oferecidas aos imigrantes na América e a liberdade para vivenciarem suas práticas religiosas. A possibilidade de fundarem associações religiosas, estabelecendo as estruturas agregativas da vida comunitária nas novas terras, era apenas um dos elementos que, somados a outros, fomentavam as transferências de amplos grupos de famílias que tinham mesma origem e condição social. Contudo, o encorajamento ao abandono da pátria também era uma forma de manifestar a revolta política contra as novas instituições do Estado liberal italiano, considerado o responsável pelas dificuldades sócio-econômicas que atingiam as populações rurais (CASARIN, 1990, p. 64). Além do incentivo por parte de agentes próximos, a emigração era fomentada pela ponte de informações que existia entre as comunidades italianas e as formadas no sul do Brasil. Nesse caso, como será visto no terceiro capítulo, as cartas tiveram papel fundamental na transmissão de notícias.

Abandonar a terra natal para recomeçar uma vida na América meridional se apresentava como uma alternativa para muitos, principalmente quando recebiam garantias de

¹⁵⁹ “A emigração no distrito de Oderzo”, Antônio Brunetti. *Jornal Gazzetta di Treviso*, 11, 12, 13 e 17 de janeiro de 1888, ACTV.

¹⁶⁰ “A emigração no distrito de Oderzo”, Antônio Brunetti. *Jornal Gazzetta di Treviso*, 11, 12, 13 e 17 de janeiro de 1888, ACTV.

parentes já estabelecidos em solo brasileiro. Na Itália rural, alguns sacerdotes exerceram forte influência sobre as famílias na decisão de emigrar. Por meio dos discursos no púlpito ou trabalhando clandestinamente como agentes, divulgaram a opção que acreditaram melhor para os camponeses insatisfeitos com as condições de sobrevivência, chamando a atenção para as oportunidades existentes na América que garantiriam um futuro seguro aos descendentes. Eles reforçaram o controle sobre a movimentação das pessoas da paróquia através da regulação dos fluxos migratórios de entrada e saída, graças às funções a eles conferidas de expedir atestados de miserabilidade (ZANNINI, 2003b, p. 300).

Ressaltando o papel das lideranças religiosas na sociedade rural durante as últimas décadas do século XIX, um proprietário da província de *Belluno* afirmou que o sacerdote era o sujeito mais importante no universo camponês, enquanto autoridade política e religiosa. Segue expondo que “a relação entre o pároco e os paroquianos é contínua, porém, ora é cordial e ora é áspera. O pároco é o pastor espiritual, o confidente, o conselheiro dos camponeses e, às vezes, o seu advogado e protetor”. Portanto, exercitava significativa influência entre os paroquianos (Maresio Bazolle, 1868-1890 *apud* ZANNINI, 2003b, p. 300). A importância social, política e moral dos padres entre a população do campo é um aspecto que aparece presente quando da partida dos italianos para a América.¹⁶¹

Os sacerdotes que incentivavam as transferências também confiavam na emigração como uma possibilidade vantajosa, por isso muitos deles seguiram seus paroquianos. Em carta, padre Solerti revelou que “sempre havia carregado consigo a vontade de acompanhar os conterrâneos até o outro lado do Atlântico”. Assim, após tantas súplicas dos conhecidos distantes expressadas através de cartas, decidiu embarcar para o Brasil para trabalhar nas regiões ocupadas por italianos. Contudo, passados dois meses, foi obrigado a retornar por ter saído da Itália sem a autorização escrita da diocese de origem liberando-o para serviços religiosos no Brasil.¹⁶²

A análise das experiências particulares de camponeses e padres sugerem que as motivações para emigrar eram diversas. Ora podiam ser econômicas, familiares, religiosas, afetivas, e ora se tratava de fuga, consequência direta de perseguições por dificuldades pessoais, débitos financeiros e envolvimento político. No decorrer desse capítulo, algumas das referidas motivações surgem compondo o cenário das transferências para o Brasil.

¹⁶¹ Sobre o papel dos padres na região do vêneto no período da imigração para a América, ver: FRANZINA, 2006.

¹⁶² Carta de João Solerti, 8 de dezembro de 1893. Pasta de João Solerti. Arquivo da Diocese de Treviso, ADTV.

2.3 “Recrutadores de emigrantes”: padres e camponeses

Como o “fanático” João Solerti, outros padres também trabalharam a favor da imigração para América. Foram igualmente denunciados pelas autoridades policiais como agentes “clandestinos” de emigração. Durante as pregações religiosas, os sacerdotes não se limitavam a apenas orientar os paroquianos sobre as facilidades que encontrariam no além mar, caso decidissem abandonar a península. Colocavam-se como agentes organizadores das viagens, recebendo as inscrições dos camponeses, montando as listas com nome, idade e número de membros de cada família, encaminhando, por fim, os interessados para o porto de Gênova. Nesse sentido, o sacerdote Dom Angelo Cavalli (35 anos) foi acusado pelas autoridades do distrito de Bassano Del Grappa de não ter obtido permissão dos órgãos competentes para agir de tal forma.¹⁶³ O desempenho do referido padre não era exceção nas comunas da região do Vêneto nos primeiros anos da imigração para o Brasil. Assim como ele, outros faziam parte da rede de mediadores locais, “ponte” entre as famílias camponesas e as empresas marítimas de Gênova que levavam os italianos à América. Os padres se destacaram no estabelecimento de um circuito de troca de cartas para obter informações e garantias junto às empresas de navegação.

As escolhas realizadas tanto por João Solerti quanto por Angelo Cavalli auxiliam a compreender o universo de atuação das lideranças religiosas frente ao fenômeno da imigração para a América, pelo menos em sua fase inicial, entre os anos 1877 e 1887, nas províncias do Vêneto. O comportamento de ambos os padres ajuda a entender as percepções políticas e os projetos individuais e coletivos dos paroquianos. As suspeitas sobre a atuação “clandestina” de algumas lideranças religiosas levaram as autoridades policiais a invadir suas residências para apreender objetos como cartas e listas com nomes que indicavam o envolvimento nas atividades de recrutamento de emigrantes.

Na casa do sacerdote Angelo Cavalli, localizada na *comuna* de Campolungo, próximo a Bassano Del Grappa, foi apreendido um montante considerável de cartas e circulares. O material indicava a existência de contínua correspondência entre Cavalli e Clodomiro De Bernardes, diretor de agência marítima de Gênova. Por meio das correspondências, eram passadas instruções e garantias aos camponeses que buscavam viajar para as regiões a serem

¹⁶³ Processo contra o sacerdote Angelo Cavalli, 1877, Busta (Pasta) 107, fascículo 163, Arquivo do Estado de Bassano Del Grappa, AEBG. Traduzido do italiano: *Archivio di Stato di Bassano Del Grappa*. No processo se encontram anexadas sete cartas e três circulares informativas trocadas entre Cavalli e Clodomiro De Bernardes, diretor da agência marítima de Gênova. O padre também enviou correspondências explicativas às autoridades distritais de Bassano Del Grappa tentando justificar suas ações.

colonizadas no território brasileiro. Naqueles documentos, também aparecem informações sobre os custos de transporte e a concessão de embarque gratuito para as famílias que se destinavam ao Império do Brasil.¹⁶⁴

O estabelecimento de conexão entre os agentes locais, como o sacerdote Cavalli, e a empresa de transporte marítimo compunham o universo por meio do qual a emigração ia se desenvolvendo na sociedade rural. A possibilidade de obter informações e esclarecimentos com pessoas próximas, as quais mantinham relação de confiança, surge como um dos fatores que motivaram a transferência de grupos de famílias conhecidas.¹⁶⁵ Nesse sentido, inicialmente a emigração era uma prática que, antes de ser uma questão ligada exclusivamente à carência de recursos econômicos, estava atrelada a uma política da parentela e vizinhança visando fundar novas comunidades do outro lado do Atlântico, aonde existia um horizonte de oportunidades para os indivíduos e famílias.

As autoridades policiais e políticas pensavam e afirmavam que os imigrantes eram enganados pelos agentes ou iludidos com a ideia de fazer fortuna na América. Como “ingênuos camponeses” aderiam às falsas propagandas dos subagentes locais. Ao invés disso, acredita-se que a população do campo procurava se informar antes de partir, tendo alguma consciência do que os esperava e das oportunidades existentes. Dos agentes da emigração os camponeses exigiam garantias e provas concretas, e somente conferiam crédito às palavras caso fosse de alguém de confiança, capaz de transmitir segurança. Avaliava-se o comportamento e as atitudes que o agente tinha na sociedade rural (CASARIN, 1990; FRANZINA, 2006, p. 271).

Através das cartas pertencentes ao padre Cavalli, pode-se perceber a existência de um amplo circuito de informações que fornecia subsídios às famílias antes de abandonarem a terra natal. Quando foi denunciado pelas autoridades policiais, Cavalli se encontrava temporariamente suspenso das “funções eclesiásticas”, sendo investigado por dirigir uma

¹⁶⁴ Angelo Cavalli emitiu carta para Caetano Pinto aonde solicitava passagem gratuita para um grupo de imigrantes e que todos fossem embarcados num mesmo navio. O padre prestou esclarecimentos ao delegado de Bassano Del Grappa sobre a maneira que vinha se organizando para emigrar juntamente com os irmãos e conhecidos da Província de Vicenza, bem como as vantagens a eles oferecidas no Brasil. Desse modo, procurou demonstrar o quanto eram legítimas e corretas as atitudes que estava tomando. As cartas recebidas e enviadas pelo sacerdote se encontram reunidas nas duas investigações policiais contra ele abertas no ano de 1877. Processos contra o sacerdote Angelo Cavalli, 1877, Busta (Pasta) 107, fascículo 163 e fascículo 179, AEBG.

¹⁶⁵ O jornal *Gazzetta di Treviso* publicou uma carta recebida por um camponês da Agência Marítima de Clodomiro De Bernardes. Nela, era esclarecida a forma como os imigrantes seriam tratados nos locais de destino: “os colonos que chegarem ao Brasil serão recebidos por agente interprete e enviados aos seus destinos, onde encontrarão casa, instrumentos rurais, animais domésticos, sementes e tudo o que necessitam, como comida até a primeira colheita”. Também “se tornam domos das propriedades”. Para “as famílias que se dirigissem ao porto de Gênova, seria oferecida pelo Império brasileiro passagem gratuita”. Reportagem: “A propósito da emigração”, *Jornal Gazzetta di Treviso*, 4.02.1877, BUPD.

“perversa empresa” que recebia dinheiro dos camponeses que ajudava a emigrar.¹⁶⁶ Entre a população era notório que há algum tempo o sacerdote vinha desempenhando a atividade de agente, circulando por diversas comunidades da região do Vêneto. Conforme denúncia apresentada ao delegado em junho de 1877:

O conhecido padre Angelo Cavalli, recrutador de imigrantes para a América, o qual o mau comportamento custou já amargas desilusões a muitos infelizes que, acreditando em suas palavras, se privam de todos os seus bens, retornou infelizmente a este distrito (...). Consta-me agora que [Cavalli] vai divulgando a voz de um próximo embarque para a América, e novamente excitou a mania febril dos pobres iludidos (...). O padre é um agente ilegal da emigração e ainda mais um propagandeador de falsas notícias (...).¹⁶⁷

Os comentários locais davam conta que Angelo Cavalli havia viajado para Gênova e Veneza para resolver questões relacionadas às transferências dos emigrantes, reforçando o fato de que o padre tinha se afastado da *comuna* para organizar o embarque de outro grupo de *braccianti*.¹⁶⁸ Tais deslocamentos foram apontados como indícios de que Cavalli continuava a desempenhar a função de “agente ilegal da emigração” apesar da abertura de investigação contra o seu procedimento. A mobilidade do sacerdote sugere o total envolvimento e comprometimento com a função de agente. Em Gênova, de fato haviam partido duas embarcações formadas, na sua maior parte, por grupos de emigrantes “tirolezes e do Asiago Vicentino”. E ambos os grupos haviam sido “arrolados por Dom Angelo Cavalli”.¹⁶⁹ A fim de garantir a transferência dos inscritos, o referido padre procurou se munir das orientações transmitidas pela empresa de navegação de Clodomiro De Bernardes e autoridades que representavam o Brasil. Por meio de cartas, circulares e notícias buscadas junto ao consulado do Império brasileiro, localizado em Veneza, o agente forneceu as informações necessárias aos conterrâneos que recorreram aos seus serviços.

Em maio de 1877, o cônsul do Brasil em Veneza, Leopoldo Bizio, afirmou ser intenso o fornecimento de informações para aqueles que se deslocavam até ao consulado. Apesar de recomendar cautela à população, disse que o padre Cavalli “animava o espírito dos emigrantes” nas províncias do Vêneto, desencadeando em alguns lugares graves desordens. Frente ao contínuo aumento dos deslocamentos e surgimento de tumultos por parte das

¹⁶⁶ Processo-crime, 1877, busta (Pasta) 107, fascículo 163, AEBG.

¹⁶⁷ Carta denúncia das autoridades policiais destinada ao delegado distrital de Bassano, 01 de junho de 1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 163, AEBG.

¹⁶⁸ “Nova denúncia”, 14.07.1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 179, AEBG.

¹⁶⁹ Carta reservada de Bonaventura Dell’Eva ao sindaco de Montebelluno, 1877. busta 550, Arquivo Comunal de Montebelluna (ACMB).

famílias de emigrantes que retornavam exaltadas dos portos da região, a autoridade consular reafirmava por meio de circular que:

- nenhuma instrução havia sido transmitida pelo Governo Imperial aos agentes consulares na Itália, nem para recrutar, nem para conceder ou procurar facilitações de viagens, nem para favorecer qualquer modo de emigração; - que o número extraordinário de emigrantes que se aglomeram cada mais vezes nos últimos meses no porto de Gênova tornava difícil a transferência dos mesmos para os portos do império; - que a multidão de emigrantes está progressivamente aumentando a dificuldade de encontrar útil ocupação; - e que os cidadãos italianos, antes de abandonar o próprio país na procura de aventuras distantes, deviam seriamente refletir sobre as desanimadoras informações transmitidas ao Governo Italiano sobre os imigrantes dos cônsules da Itália residentes nos estados da América Meridional.¹⁷⁰

Provavelmente, o padre Cavalli tinha tomado conhecimento das recomendações passadas pelo consulado brasileiro em Veneza, visto ter visitado o estabelecimento após a emissão da circular – entre os meses de junho a agosto de 1877. Neste caso, a adoção de precauções por parte do agente se reflete na iniciativa de encaminhar carta a Caetano Pinto, encarregado pelo Império do Brasil de introduzir imigrantes no país. Dentre as garantias solicitadas, demandou para que fosse fornecido embarque em uma única expedição para o amplo grupo de famílias que se encontravam sob a sua direção. O padre Cavalli tomou tal atitude após ser informado por Clodomiro De Bernardes que os embarques para o território brasileiro se encontravam suspensos.¹⁷¹

Desde os primeiros meses daquele do ano de 1877, o padre vinha trabalhando para organizar a transferência de parentes e conhecidos. Em janeiro, havia recebido carta de Clodomiro De Bernardes onde comunicava as vantagens oferecidas aos que decidiam se deslocar para o Brasil, sendo a viagem gratuita de Gênova até a região de destino. No entanto, alertava para o fato de que as viagens iniciariam em março.¹⁷² A carta informativa emitida por Bernardes ao padre Cavalli era uma resposta aos pedidos desse último que demandava por orientações. Na sequência, semelhantes informações foram divulgadas pela imprensa. Dentre as orientações passadas, o diretor da agência destacava o fato de que cada família que desejava partir devia fazer um depósito antecipado de 10 libras. E, para chegar até o ponto de embarque, cada um dos indivíduos que ultrapassava os doze anos gastaria uma quantia de 24 libras e a metade desse valor para aqueles que tinham de quatro a doze anos de idade. Tal soma

¹⁷⁰ Circular emitida pelo *Consolato Imperiale del Brasile in Venezia*, Leopoldo Bizio, 28 de maio de 1877. Processos: Tribunal civil e correccional de Veneza, processos 1877, busta 940, fascículo 64, Arquivo do Estado de Veneza – AEVE. Do italiano *Archivio di Stato di Venezia*.

¹⁷¹ Depoimento de Clodomiro de Bernardes na delegacia de Gênova, 6 de junho de 1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 163, AEBG.

¹⁷² Carta da agência de navegação de Clodomiro de Bernardes, 12 de janeiro de 1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 163, AEBG.

seria destinada para as despesas da viagem de trem até Gênova, à comissão e às despesas com comida, alojamento e embarque.¹⁷³ Parte daquele valor seria destinado ao agenciador local que havia trabalhado no alistamento dos emigrantes e no encaminhamento das famílias até o porto de embarque.

Em fevereiro de 1877, o padre Cavalli comunicou ao delegado do distrito de Bassano Del Grappa que em abril partiria ele, seus irmãos e algumas famílias conhecidas para o Brasil. As viagens já estavam certas, declarando ter se deslocado até Gênova para pessoalmente acordar com Clodomiro De Bernardes o embarque e certificar-se das condições oferecidas aos familiares e aos outros emigrantes.¹⁷⁴ Tanto a organização antecipada quanto a busca por informações indicam a existência de planejamento por parte daqueles que iriam viajar. Contudo, padre Cavalli não partiu para o Brasil em abril de 1877 conforme havia comunicado à autoridade distrital. Não foi por falta de oportunidades que ele desistiu da viagem, mas, talvez, por preferir continuar a atuar como agente da emigração, como o fez durante todo aquele ano.¹⁷⁵

Entre a população da província de Vicenza se espalhou a notícia de que um sacerdote residente no vilarejo de Campese, fração de Bassano del Grappa, conhecido como Dom Angelo Cavalli, fornecia instruções e esclarecimentos para os camponeses que desejavam emigrar. Sabendo disso, algumas famílias da *comuna* de Mason Vicentino – distrito de Marostica – partiram em busca de informações junto ao padre que haviam ouvido falar. Retornaram à comunidade entusiasmadas com as notícias “extraordinárias sobre as terras do além mar”. Depois de alguns dias, receberam a visita do sacerdote, “moço inteligente e cheio de vida”. O padre Cavalli hospedou-se na casa de um dos principais moradores do lugar, reunindo-se no dia seguinte com a população para apresentar em que consistia “*la traversata sull’oceano*” (a travessia do oceano). Na reunião, explicou como seriam as etapas dos que decidissem emigrar, durante a viagem e quando desembarcassem no Brasil. Esclareceu, principalmente, sobre os favores e facilidades que o governo brasileiro conferia aos recém-chegados: casa, alimentação, terra, instrumentos agrícolas e sementes. Cerca de cinquenta

¹⁷³ Em reportagem foram divulgadas notícias emitidas pela agência de navegação de Clodomiro de Bernardes informando que havia sido realizado contrato com o governo brasileiro para expedir 100.000 imigrantes para as regiões coloniais do país – Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. Porém, as famílias deviam aguardar o início das partidas em suas comunas, pois seriam elas avisadas quando deveriam partir para Gênova. “A propósito da emigração”. *Jornal Gazzetta de Treviso*, 4 de fevereiro de 1877, BUPD.

¹⁷⁴ Carta ao comissário do distrito de Bassano Del Grappa, 12 de fevereiro de 1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 163, AEBG.

¹⁷⁵ Na região do vêneto não foi raro a partida de comunidades inteiras que, acompanhadas dos sacerdotes, optavam por abandonar definitivamente a terra natal. Emílio Franzina (2006, p. 270) aponta a trajetória de alguns padres que partiram para o Brasil com grande grupo de imigrantes. O autor considera não ser incomum que párocos fossem os grandes promotores do êxodo, apesar de também existir sacerdotes contrários à emigração.

peessoas o escutaram atentamente, ficando muito exaltadas com a possibilidade de recomeçar a vida em terras distantes, conforme ressaltou o italiano Júlio Lorenzoni, testemunha ocular de tais fatos (LORENZONI, 2008, p. 5-6).

Outras reuniões se sucederam, realizadas por Cavalli “de mês em mês”. Desse modo, ele se tornou o novo “ídolo da população, disposta a qualquer sacrifício para festejar o ‘seu salvador’, nome pelo qual alguns o distinguiam” (LORENZONI, 2008, p. 5-6). O padre “comparava o Brasil a uma segunda Canaã”, acrescentando, ainda, que naquele lugar “a vegetação era exuberante, a terra produzia extraordinariamente sem muito trabalho”. Assim, depois de superado o primeiro ano de instalação na nova terra, as famílias poderiam ficar descansadas que seu “bem estar era garantido” (Idem). Com tal propaganda, formaram-se grupos de pessoas decididas a partir para a América. Dentre elas estava Júlio Lorenzoni, então com 19 anos e solteiro, filho de um pequeno proprietário que, após vender as posses e os bens, juntou-se a outras famílias de Mason que se dirigiam para Gênova com o objetivo de embarcar para o Brasil, em novembro de 1877.¹⁷⁶ Tal transferência representava a possibilidade de interromper a migração sazonal em busca de trabalho temporário em outras regiões da Itália e até mesmo de países vizinhos, como muitos camponeses faziam. O próprio Lorenzoni havia presenciado o pai partir para os países do exterior – Suíça, Áustria e Alemanha – em busca de serviço, porém, sempre retornava rapidamente pelos insucessos de suas tentativas (LORENZONI, 1975, p. 14).

Em fevereiro de 1878, a família chegou à Colônia Silveira Martins, instalando-se no núcleo de Arroio Grande. Em 1884, Júlio Lorenzoni, já casado, abandonou a referida região colonial, transferindo-se para outro centro fundado por imigrantes italianos, a Colônia Dona Isabel, atual cidade de Bento Gonçalves, aonde se tornou professor, agente consular e ocupou os cargos ligados à administração pública.¹⁷⁷ Apesar de ser filho de camponês, na Itália Lorenzoni havia frequentado a escola elementar e cumprido alguns anos de Ginásio, algo bastante raro naquele tempo para alguém de seu grupo social (FRANZINA, 2008, p. 27-28).¹⁷⁸ Tanto Lorenzoni quanto Bortoluzzi saíram das respectivas comunas nos últimos meses do ano de 1877, tendo sido as famílias de ambos seduzidas pelos discursos dos padres que faziam propaganda da emigração. As famílias dos dois exemplificam as principais

¹⁷⁶ Relação de imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins: 1882. (RIGHI, 2001, p. 140).

¹⁷⁷ No sul do Brasil, diferentemente de Bortoluzzi que permaneceu na região da Colônia Silveira Martins, Lorenzoni mostrou-se descontente com as oportunidades que se apresentaram para ele que era um “homem das letras”. Assim, abandonou o lugar em busca de reconhecimento.

¹⁷⁸ Para saber mais sobre a trajetória de Júlio Lorenzoni e consultar as memórias escritas em italiano, que abrangem o período de 1877 até 1928, ver: FRANZINA, 2008. As memórias estão publicadas também em português (LORENZONI, 1975).

características dos grupos de emigrantes que partiram das províncias do norte da Itália naquela fase inicial. Os que emigravam eram “quase todos pequenos proprietários” e não pobres miseráveis, de acordo com a constatação de Emílio Morpurgo (1882, p. 97), estudioso das condições dos camponeses do Vêneto no final do século XIX.

As vantagens oferecidas aos camponeses que desejavam imigrar para o Brasil – propaganda realizada e patrocinada pela agência de navegação de Clodomiro De Bernardes – provocou uma contínua transferência de indivíduos para o porto de Gênova. Porém, os camponeses passaram a sair de suas comunas de origem sem antes obter a confirmação da data da viagem. Estes deslocamentos antecipados eram realizados por aqueles que queriam obter as passagens gratuitas ao Brasil. O problema é que a oferta de gratuidade não era regular. Enquanto aguardavam, gastavam parte de suas economias para permanecer em Gênova. Alguns conseguiam trabalho temporário; outros demandavam auxílio financeiro das comunas de origem, conforme se verifica na iniciativa de emigrantes de Montebelluna, província de Treviso.¹⁷⁹ Muitos camponeses ficavam sem recursos e se viam obrigados a retornar para casa, vendo frustrados os planos de emigrar. O regresso das famílias para as comunas de origem não era vista positivamente pelas autoridades locais, uma vez que ocasionava protestos por parte daqueles que retornavam.¹⁸⁰

Frente ao número crescente de italianos desocupados no porto de Gênova esperando o embarque para o Brasil, as autoridades locais iniciaram uma investigação contra os agentes da emigração e contra a empresa de Clodomiro De Bernardes.¹⁸¹ As investigações encontraram cartas recebidas pelo diretor enviadas pelos agentes “clandestinos” da emigração, indicando a ligação entre as partes. De Bernardes se defendeu declarando não ter nomeado nenhum agente

¹⁷⁹ Um grupo de emigrantes de Montebelluna, em 1877, se encontrava no porto de Gênova aguardando para viajar. Sem mais recursos, solicitou ao sindaco da comuna apoio financeiro para o transporte ao Brasil. Representado por um dos imigrantes, o grupo manteve correspondência ativa com as autoridades comunais informando sobre as condições que se encontravam os concidadãos no porto de Gênova. Alguns, enquanto aguardavam, trabalhavam na própria agência de transporte marítimo de Clodomiro De Bernardes. Porém, a maior parte das “pobres e desgraçadas famílias” precisavam mendigar para sobreviver. Os italianos também pediam a liberação do passaporte e “certificados de boa conduta”, documentos não expedidos quando da saída da comuna de origem. Os chefes de família de Montebelluna que se encontravam em Gênova em 1877 pediram o auxílio financeiro de 420 liras para comprar 26 bilhetes de embarque para o Brasil. Cartas enviadas ao sindaco de Montebelluna, junho de 1877, busta 550, Arquivo Comunal de Montebelluna – ACMB.

¹⁸⁰ O surgimento de protestos por parte das famílias de emigrantes que haviam retornado frustradas do porto de Gênova foi amplamente divulgado nos jornais regionais. Na comuna de Gorgo, distrito de Oderzo, um grupo de camponeses havia invadido a casa comunal para exigir que fosse fornecido pagamento das passagens para emigrarem. Jornais: *Gazzetta de Venezia*, 15 maio de 1877, A EVE; *Gazzetta de Treviso*, 26 de novembro de 1878, ACTV.

¹⁸¹ Foram encontrados vários processos criminais em que indivíduos eram acusados de possuir uma agência ilegal de emigração. Documentação referente à atuação destes agentes e os processos-crime se encontram: Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1; Tribunal civil e correcional de Veneza, processos 1877, nº 275; fascículo 414; pasta 940, fascículo 64. Arquivo de Estado de Veneza – A EVE, além de outros arquivos aqui citados.

para atuar nas comunas do Vêneto no alistamento de emigrantes. Apresentou-se como o único oficialmente autorizado pelo Império brasileiro a desempenhar tal papel na Itália. Quanto às cartas que constantemente recebia, assegurou serem de sujeitos que representavam familiares ou pequenos grupos de vizinhos que tencionavam imigrar coletivamente para a América. Argumentou que não podia deixar de responder àqueles que lhe escreviam solicitando informações sobre embarques para o Brasil.¹⁸²

O diretor da empresa expôs às autoridades que fazia constantes recomendações aos camponeses e aos agentes independentes alertando que as famílias deviam permanecer em seus povoados aguardando a confirmação da partida. Não deviam interromper os trabalhos agrícolas e nem se desfazer dos bens antes do recebimento do comunicado com a data exata da viagem. Somente quando da sinalização oficial do embarque poderiam se deslocar para Gênova, devendo todos estar munidos dos respectivos passaportes.¹⁸³ Assim, evitariam “se expor como acontecia frequentemente de gastarem de modo inútil todo o dinheiro”, sendo, muitas vezes, “obrigados a se repatriarem”. O diretor De Bernardes sabia que o retorno à *comuna* vinha provocando “graves embaraços e distúrbios às autoridades”, por isso avisou que “qualquer transferência antecipada seria de responsabilidade dos emigrantes”.¹⁸⁴

As referidas explicações de Clodomiro de Bernardes indicam o que estava acontecendo nas comunas dos italianos. Desobedecendo aos avisos transmitidos através de cartas e circulares, alguns se deslocavam antecipadamente para Gênova. Como a transferência dos camponeses para os núcleos coloniais do Império brasileiro se encontrava suspensa em 1877, o não embarque repercutia localmente nas comunas, causando insatisfações e tumultos. O surgimento de manifestações de revolta por parte da população desejosa de emigrar era um fato que começou a preocupar as autoridades locais. Esses passaram a se empenhar no controle e prevenção de movimentos. Na percepção das instâncias policiais, uma maneira de tentar conter o surgimento de tumultos era realizar perseguição às atividades dos agentes que organizavam as partidas das comunidades.

Nos primeiros meses de 1877, diversos grupos foram reconduzidos do porto de Gênova para suas respectivas comunas, uma vez que os embarques financiados haviam sido

¹⁸² Carta de Clodomiro De Bernardes, 02.06.1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 163, AEBG.

¹⁸³ O passaporte tinha que ser emitido pelo sindaco da comuna de origem. Não deveriam receber o passaporte aqueles que não comprovassem ter recebido confirmação da disponibilidade de lugar no navio – e isto valia para todos os membros da família – e aviso exato do dia do embarque. Essas eram as orientações que as autoridades provinciais passavam para os prefeitos das comunas. Aviso sobre “emigração”, Circular expedida pela comuna de Santa Maria de Sala, 21 maio de 1877. Processo verbal, 7 de junho 1877. Tribunal civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 940, fascículo 64, AEVE.

¹⁸⁴ Carta de Clodomiro De Bernardes, 02.06.1877. Processo-crime, 1877, busta 107, fascículo 163, AEBG.

suspensos. Uma das caravanas que retornou para o local de origem havia sido organizada pelo padre Angelo Cavalli, composta por duzentos emigrantes.¹⁸⁵ A experiência mal sucedida fez com que a opinião pública local se levantasse contra o sacerdote, chegando tal insatisfação aos ouvidos das autoridades policiais. Esse foi o motivo pelo qual Angelo Cavalli passou a ser alvo de investigações.

2.4 Os “graves tumultos”

As atividades de alguns agentes se estenderam por várias comunas e províncias da região do Vêneto. Considerados promotores “clandestinos” da emigração, eram os responsáveis pela divulgação de informações entre as famílias locais. Bastante conhecidos por desempenhar tal função, passaram a ser perseguidos pela justiça.¹⁸⁶ Desse modo, os riscos de serem denunciados era uma constante, independentemente se estivessem organizando a partida de um grupo de vizinhos ou somente da família. Aqueles que alegavam estar auxiliando unicamente os parentes também foram acusados pelas forças de ordem pública por atuarem com agentes ilegais da emigração. Contudo, havia casos em que as cifras eram realmente grandes, comprovando que certos indivíduos vinham atuando com relativo sucesso na promoção da emigração, como o italiano Caetano Veronese (25 anos, sapateiro, residente em Torre di Mosto, província de Veneza) que afirmou ter organizado a transferência de oito mil (8.000) pessoas para o Brasil e Argentina entre 1876 e 1877.

Nas investigações, alguns camponeses alegaram terem entregado uma contribuição financeira ao agente apenas como forma de gratificação pelos serviços prestados, desmentindo as acusações de que o mesmo enganava as famílias. Com Caetano Veronese foram apreendidos dois cadernos contendo os nomes de famílias, totalizando três mil (3.000) *contadini* “prontos a emigrar”.¹⁸⁷ A perseguição promovida pelas autoridades policiais era uma maneira de garantir a paz nas comunas frente aos possíveis surgimentos de desordens daqueles que não conseguiam emigrar ou que se sentiam enganados pelos agentes. Veronese era acusado de ter circulado durante alguns meses – de março a maio de 1877 – por diversos povoados da província de Veneza, abusando da confiança das famílias ao apresentar

¹⁸⁵ Questionário do *Ateneo de Treviso*, resposta de Antônio Moretti Adimari, sindaco da comuna de Zero Branco, Província de Treviso, 14.03.1878; Relação final de Luis Bailo, 1878, Busta 13, fascículo 2, ACTV.

¹⁸⁶ Piero Brunello (1983; 1984) analisou as atividades dos agentes investigados pelas autoridades judiciárias na Província de Veneza.

¹⁸⁷ Carta do ministro da Justiça ao prefeito de Veneza, 31 maio de 1877. Gabinete da prefeitura, 1877, 19, 2-1, A EVE. Os cadernos contendo os nomes dos inscritos para se transferir para além mar se encontram junto ao processo. Processo verbal, Tribunal civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 275, A EVE.

“registros falsos” que legitimavam seu desempenho, fazendo nascer a esperança de que poderiam encontrar fortunas no sul da América.¹⁸⁸

Em outro caso, um agente passou a ser alvo da revolta de famílias que não haviam conseguido emigrar. Na província de Veneza, em maio de 1877, o camponês Fortunato Cazzin (32 anos) era acusado de incentivar e organizar “clandestinamente a imigração para o Brasil”. Com ele foi encontrada uma relação de trezentos e sessenta e seis (366) nomes de pessoas que tencionavam viajar e cartas emitidas pela agência de Clodomiro De Bernardes. Além disso, possuía uma circular intitulada *Imigrazione al Brasile: Vantaggi offerti agli emigranti*, assinada pelo diretor Clodomiro.¹⁸⁹ Os atos de hostilidades contra Fortunato Cazzin nasceram porque as famílias haviam feito pagamentos a ele e até o momento (maio de 1877) não tiveram concretizada a tão sonhada viagem para o Brasil. Na concepção dos camponeses, o agente os estava enganando.

Devido às ameaças, Fortunato recorreu à proteção do prefeito da *comuna* de Santa Maria di Sala. Socorrido pela segurança pública, o agente foi mantido em local secreto até que as perseguições promovidas pelos camponeses de diversas comunidades fossem serenadas.¹⁹⁰ As manifestações de revolta dos grupos podiam se voltar não somente contra os agentes, mas, igualmente, contra as autoridades comunais. As reivindicações funcionavam como estratégia de pressão para que os *sindacos* apoiassem as escolhas das famílias facilitando a concessão de passaportes para a transferência das mesmas para o além mar.

Na *comuna* de Marcon, município de Mestre, o sacerdote Giobatta Frizzo foi apontado como um dos principais responsáveis por incentivar os protestos de camponeses contra as autoridades. Frente à frustrada tentativa de emigrar, algumas famílias tiveram que retornar do porto de Gênova, o que deu início à revolta de homens, mulheres e jovens que demandavam a assistência da *comuna*, já que se encontravam desocupados. Como medida paliativa, os manifestantes foram empregados em obras públicas nas estradas municipais. Porém, a iniciativa não impediu o surgimento de novos protestos, principalmente porque o valor das

¹⁸⁸ Caetano Veronese mantinha vínculos com uma empresa de transporte marítimo de Gênova. Também era acusado de ter aberto em sua casa um escritório de emigração, realizando ali a inscrição daqueles que tinham a intenção de se transferir para a América do sul. Os policiais encontraram em sua residência “falsos registros” que eram apresentados aos camponeses para “iludi-los”, criando falsas expectativas sobre as condições das terras além mar. Estes registros eram folhetos emitidos pela empresa de navegação de Gênova a qual Veronese mantinha contato. Processo verbal, 7 de maio de 1877, Tribunal civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 275, A EVE.

¹⁸⁹ As cartas de Clodomiro de Bernardes se encontram anexadas ao processo verbal contra o camponês Fortunato Cazzin, 32 anos, residente no distrito de Mirano, província de Veneza. Processo verbal, 7 de junho 1877, Tribunal civil e correccional de Veneza, Processos, 1877, nº 940, fascículo 64, A EVE.

¹⁹⁰ Carta do sindaco, 4 de agosto de 1877. Gabinete da prefeitura, 1877, 19, 2-1; Processo verbal, 7 de junho de 1877, Tribunal civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 940, fascículo 64, A EVE.

diárias foi considerado baixo pelos camponeses, insuficiente para garantir a sobrevivência dos trabalhadores. A paralisação se somou a outra manifestação em frente à casa comunal. Nessa ocasião, se apresentou uma “*turbe* de mulheres” que, através de gestos de ameaças e insultos, demonstraram indignação contra o procedimento das autoridades municipais, cantando a seguinte canção improvisada: “*Noi lavoriamo sulla strada, ma de quei del município no gavemo paura, ghe daremo una sciopetada e li manderemo in sepoltura*”.¹⁹¹

Diante da manifestação típica da sociedade camponesa, o delegado do distrito de Mestre afirmou que os tumultos contínuos na comunidade de Marcon tinham por objetivo subverter a ordem das coisas. Portanto, era necessário agir duramente contra os “chefes promotores”, especialmente contra o padre Frizzo, “um dos líderes do movimento”. Medidas repressivas deviam acabar com as ameaças frequentes dos camponeses e impedir que seus guias continuassem a orquestrar “secretas reuniões”.¹⁹² Na verdade, Dom Frizzo já vinha sendo alvo de censura perseguição. Em tempo anterior, o delegado havia alertado o quanto era perigosa a permanência na paróquia de um “padre reacionário e incitador de revolta”, alguém que exercia grande “influência sobre os camponeses”. Além disso, acusou o sacerdote de “andar de casa em casa sem precaução alguma espalhando ideias de liberdade”. Por fim, recomendou ao prefeito da província de Veneza o afastamento de Dom Frizzo da *comuna* de Marcon o mais breve possível. Considerava “perigoso” e “absolutamente indecoroso que um padre investigado por contrabando, posse de arma e instigar a clandestina emigração” se conservasse na paróquia em que havia sido capturado.¹⁹³

Entende-se que as manifestações na *comuna* contra as autoridades municipais eram uma forma de solicitar apoio à causa emigratória. Principalmente porque alguns promotores da imigração para o Brasil, a exemplo do padre Dom Frizzo, estavam sendo perseguidos e denunciados por atuar como agentes pelas instâncias policiais. De acordo com o delegado distrital de Mestre, muitos dos que haviam partido das localidades de Marcon e Favaro – Província de Veneza – com a intenção de ir para o Brasil tiveram que retornar para as respectivas comunas. Antes de se transferirem para Gênova, os camponeses abandonaram os campos cultivados e venderam rapidamente a baixo preço os bens que possuíam. Ao não

¹⁹¹ Relatório do comissário do distrito de Mestre ao prefeito de Veneza, 14 de junho de 1877. Processo Verbal. Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1, A EVE. Tradução da canção: “Nós trabalhamos na estrada, e daqueles do município [autoridades] não temos medo, lhes daremos um tiro e os mandaremos para a sepultura”.

¹⁹² Relatório do comissário do distrito de Mestre ao prefeito de Veneza, 14 de junho de 1877. Processo Verbal. Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1, A EVE.

¹⁹³ Carta ao prefeito de Veneza do delegado distrital de Mestre, 3 junho de 1877. Carta do delegado ao prefeito da Província de Veneza, 26 maio de 1877. Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1, A EVE. Sobre a trajetória do capelão de Marcon Dom Frizzo e as disputas em que esteve envolvido no momento em que os agentes de emigração eram perseguidos na Província de Veneza, consultar: BRUNELLO, 1983; 1984.

encontrarem embarque imediato para o destino, as famílias retornaram para os seus municípios. E, assim que chegaram à *comuna*, passaram a protestar acusando “os senhores” (*i padroni*) de trabalharem contra o projeto emigratório. Isto porque “os patrões” necessitavam de braços para a lavoura.¹⁹⁴

Na opinião do delegado, padre Frizzo era o maior incentivador da emigração, tendo constatadas as suas suspeitas após ouvir alguns camponeses que haviam retornado de Gênova. Durante as investigações, as pessoas não denunciaram aquele como agente, afirmando que somente “Deus os tinha inspirado a emigrar e ninguém mais”. Justificativa óbvia usada para proteger a identidade do sacerdote. Apesar da não colaboração das famílias de Marcon, o delegado consolidou as certezas que possuía em relação ao desempenho de Dom Frizzo. Logo, apontou ser o mesmo um dos “instigadores habituais, afilhado ao partido clerical e internacional”, do qual faziam parte muitos “fanáticos pela emigração para o Brasil”. Também denunciou que, em abril de 1877, o referido sacerdote teria expressado publicamente que “dois dias de comunismo não fariam mal”, discurso feito quando se encontrava entre um grupo de camponeses de uma *comuna* rural pertencente à *Mogliano Veneto*. Por todos os motivos apresentados, padre Frizzo foi considerado responsável por instigar os camponeses a organizar manifestações públicas contra o peso excessivo das taxas do *maccinato* – moagem da farinha – e exigir a concessão de “pão e trabalho” às famílias desocupadas.¹⁹⁵ E, também, de incentivar os indivíduos a cobrar do município a concessão dos passaportes para aqueles que tencionavam emigrar.¹⁹⁶

Durante todo o ano de 1877, na região que compreendia as províncias de Veneza e Treviso, a companhia de Clodomiro De Bernardes contava com uma rede de agentes locais que rodavam pelas comunas para comunicar e inscrever os interessados em imigrar para o Brasil. Chama-se atenção, principalmente, para o desempenho de alguns padres apoiadores da emigração e que eram acusados de serem “livres no falar” e no agir, pois giravam “pela paróquia divulgando suas ideias”.¹⁹⁷ Talvez rodassem pelos *mercato* e *osterias* expondo as próprias opiniões, pregando a liberdade aos camponeses e, ao mesmo tempo, noticiando as

¹⁹⁴ Carta do delegado ao prefeito da Província de Veneza, 26 maio de 1877. Processo verbal. Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1, AEVE.

¹⁹⁵ O envolvimento dos padres em manifestações populares contra as taxas cobradas sobre a abertura de moinhos e moagem da farinha foi constatado em comunas rurais da província de Verona, em 1869. A participação dos párocos no incentivo e controle dos protestos contra os impostos ajudam a entender o tipo de relação que as lideranças religiosas estabeleciam localmente com a população para garantir prestígio social e sucesso nas iniciativas materiais. Prefeitura de Verona, Gabinete do prefeito, nº 13, pasta 6, 1868-1869. Arquivo do Estado de Verona, AEVR.

¹⁹⁶ Prefeitura de Verona, Gabinete do prefeito, nº 13, pasta 6, 1868-1869. Arquivo do Estado de Verona, AEVR.

¹⁹⁷ Acusações realizadas pelo pároco de Marcon em relação ao procedimento do Capelão Dom Frizzo naquele ano de 1877 (SCROCCARO, 2010, p. 80).

oportunidades oferecidas aos imigrantes na América. Ocupavam-se localmente de política, escreviam cartas de protesto, apontavam as injustiças e miséria vivenciadas pelos camponeses, demandando a abolição das taxas sobre a farinha, a exemplo do capelão de Marcon.¹⁹⁸ E, por meio dos discursos, incentivavam a população a organizar protestos para obter o atendimento às suas reivindicações.

Apesar dos conflitos locais contra alguns proprietários e autoridades públicas contrários “à imigração de tantos pobres infelizes que partiam para a América”,¹⁹⁹ o padre Frizzo não pode ser descrito unicamente como incentivador de revolta de camponeses. Ele se apresentou como um defensor dos direitos da população frente às novas taxas e leis que eram consideradas injustas. Colocou-se como representante dos arrendatários, *bracciante*, camponeses e desocupados que estavam enfrentando dificuldades de sobrevivência. Apesar das manifestações públicas de oposição aos grandes proprietários, o sacerdote buscou acordos com as instituições do recém-criado Estado Italiano. O desempenho enquanto mediador pode ser constatado através da carta que enviou ao ministro solicitando mudança em relação às novas taxas sobre a farinha, apontando serem essas as causas dos grandes descontentamentos entre a população.²⁰⁰

Sensível aos problemas enfrentados pelos camponeses, padre Frizzo também se manifestou publicamente contra o médico e *sindaco* de *Mogliano Veneto*, Girolamo Bianchi. Contra esse, escreveu manifesto em nome da população o acusando de negligenciar os deveres para com os pobres para “ir caçar nas vastas extensões de pântano” (SCROCCARO, 2010, p. 81). O *sindaco* Bianchi era contrário ao deslocamento de camponeses para América, diferentemente do padre Frizzo, “defensor do partido” que apoiava a emigração. Sobre o primeiro recaíam acusações de retardar a partida dos emigrantes de *Mogliano Veneto* para o porto de Gênova. Em contrapartida, o *sindaco* ameaçava denunciar o comportamento de Dom Frizzo para as autoridades policiais. É provável que tenha cumprido esta advertência, uma vez

¹⁹⁸ O capelão Dom Frizzo também havia escrito carta de protesto contra um proprietário local seu rival. Ao ministro do Interior havia manifestado a demanda dos paroquianos pela abolição da taxa sobre a moagem da farinha. Processo verbal, 14 junho de 1877, Tribunal civil e correccional de Veneza, 1877, fascículo 414, AEEVE.

¹⁹⁹ Carta enviada ao bispo pelo pároco da paróquia de Santo Stefano di Treviso, 12 de maio de 1877. Pasta sacerdote Giobatta Frizzo, ADTV.

²⁰⁰ Carta do padre Giobatta Frizzo enviada ao ministro de assuntos interiores, 1 de julho de 1876. A cópia da carta se encontra anexada à documentação do processo. Tribunal civil e correccional de Veneza, Processo, 1877, fascículo 414. Segundo Piero Brunello (1983, p. 148), padre Frizzo, ao escrever carta ao ministro, demonstrava nutrir esperanças em relação ao melhoramento das novas leis, aproximando-se das ideias presentes nos setores progressistas de esquerda da Itália da segunda metade do século XIX.

que o padre, juntamente com o irmão, passou a ser investigado pela justiça como promotor da emigração.²⁰¹

Assim, como se pode perceber, o contexto local de onde partiram os emigrantes era um cenário de disputas entre os apoiadores e os que se opunham às transferências das famílias camponesas. Tais embates podiam ocasionar perseguições aos agentes, tumultos contra as autoridades municipais e manifestações contra os grandes proprietários, dificultando, desse modo, os deslocamentos daqueles que tencionavam abandonar a pátria. As perseguições aos “promotores” locais da emigração ajudam a chegar mais próximo do contexto vivido pelas famílias camponesas, auxiliando a perceber por quais caminhos passavam as escolhas em relação à emigração. Porém, ao analisar a participação ativa de alguns padres, não se pode deixar de levar em conta os interesses particulares dos mesmos. Muito mais do que partilhar dos descontentamentos e inseguranças vivenciadas pelas populações rurais, também estavam empenhados em garantir o sucesso dos projetos pessoais e familiares.

Dom Frizzo havia se estabelecido em Marcon no início da década de 1870, com os pais e irmãos. Antes da transferência declarou ser responsável por cinco pessoas, dependendo todas do sustento propiciado por ele. Portanto, é provável que todos o tenham seguido para a nova paróquia.²⁰² O “carpinteiro desocupado” e *campanaro*²⁰³ Antônio Frizzo (29 anos) residia com o irmão padre quando ambos tiveram os pertences apreendidos pelas autoridades policiais no processo movido contra eles. Ambos foram presos no povoado de Marcon por denúncia de desempenharem atividades “clandestinas” em relação à emigração de Treviso e Mestre. Porém, somente Antônio Frizzo foi condenado por dirigir uma “agência de imigração” para o Brasil.²⁰⁴ Os irmãos parecem ter agido conjuntamente, embora com tarefas divididas. O padre atuava na organização e transferência de grupos de camponeses alistados para o território brasileiro, mantendo contato direto com a agência de Clodomiro De Bernardes, enquanto Antônio assumiu a tarefa de girar pelos povoados para recolher inscrições daqueles que desejavam emigrar. O papel de Dom Frizzo era “induzir os paroquianos a aderirem à emigração”, atuando principalmente entre as famílias que possuíam

²⁰¹ Carta enviada ao bispo pelo pároco da paróquia de Santo Stefano di Treviso, 12 de maio de 1877. Pasta sacerdote Giobatta Frizzo, ADTV.

²⁰² Carta do padre Giobatta Frizzo, s/d; Carta ao vigário de Meolo, 3 de julho de 1869. Pasta sacerdote Giobatta Frizzo, ADTV.

²⁰³ Pessoa que se ocupa de tocar o sino da Igreja ou da capela.

²⁰⁴ Processos, Tribunal civil e correccional de Veneza, 1877, fasc. 414. Os irmãos ficaram presos por alguns dias, porém, após pagamento da fiança, foram liberados. Antônio Frizzo foi condenado por ter aberto, sem autorização, um “ofício de emigração”, pois com ele foram apreendidas as listas dos inscritos para emigrar. O sacerdote Dom Frizzo respondeu pela contravenção de posse ilegal de armas de fogo. Processo verbal contra o sacerdote Giobatta Frizzo, 14 junho de 1877. Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1, AEEV.

modestos recursos de sobrevivência, de acordo com a denúncia apresentada contra ele. No entanto, com o sacerdote agente não foram encontrados indícios de que agisse diretamente no recrutamento dos emigrantes. É provável que se dedicasse especificamente à propaganda e fornecimento de informações às famílias.²⁰⁵

Em julho de 1877, devido às denúncias realizadas contra o capelão de Marcon, o bispo de Treviso recebeu um pedido do procurador de Veneza para que Giobatta Frizzo fosse transferido da paróquia. Alegou, como principal motivo, o fato do padre ter sido investigado por “manter abusivamente uma agência de emigração e induzir os moradores da sua comunidade a imigrar para o Brasil”. Confiando em Dom Frizzo, muitas pessoas haviam sido levadas a pensar que encontrariam a própria “fortuna” caso abandonassem a *comuna*. Porém, ao retornarem para Marcon motivaram “graves tumultos à ordem pública, exigindo das autoridades locais trabalho e recursos para sobreviver”, segundo relato do procurador.²⁰⁶ Já que o sacerdote era o responsável pelas desordens locais, o bispo autorizou a transferência do mesmo para outra paróquia, conforme solicitado pelo procurador da província de Veneza. Para a autoridade diocesana, a mudança do padre Frizzo poderia ocasionar o surgimento de novos escândalos e manifestações públicas de protesto por parte da população de Marcon, como havia ocorrido anteriormente quando havia sido preso diante dos paroquianos.²⁰⁷

As experiências vivenciadas pelas lideranças comunitárias como os padres João Solerti, Angelo Cavalli e Giobatta Fizzo indicam o tipo de relação que muitos sacerdotes estabeleciam com as famílias camponesas quando do início do processo emigratório. A análise do desempenho deles ajuda a perceber o quanto a adesão local à emigração passava pelas relações de confiança e pelo apoio entre grupos de indivíduos conhecidos – parentes e vizinhos – que difundiam as notícias das oportunidades no além mar às famílias. Os contatos que os agentes estabeleciam com as empresas de navegação sugerem a importância das agregações comunitárias que procuravam articular a transferência dos grupos e determinar as próprias dinâmicas desse processo. As noções compartilhadas entre as famílias de uma localidade, permeadas por vínculos e compromissos, são essenciais para se compreender a

²⁰⁵ Processo verbal, 14 junho de 1877. Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1, AEVE.

²⁰⁶ Carta enviada ao bispo de Treviso, 17 julho de 1877. Pasta sacerdote Giobatta Frizzo, ADTV.

²⁰⁷ Carta do bispo de Treviso, 20 de julho de 1877. Pasta sacerdote Giobatta Frizzo, ADTV.

política em relação à emigração num determinado espaço.²⁰⁸ É por meio desta perspectiva que se pode entender o sucesso ou não de alguns indivíduos como promotores da imigração para o Brasil.

Os padres em questão contribuíram para aumentar o número de transferências de camponeses para a América, obtendo sucesso a partir de uma relação de cumplicidade e compromissos estabelecidos com as famílias. Na visão das autoridades locais e intelectuais interessados na construção na nação italiana, os padres eram sujeitos “fanáticos” pela emigração e os principais incentivadores da fuga das famílias para o Brasil, fazendo com que os campos se esvaziassem. Os sacerdotes eram lideranças comunitárias que instigavam a emigração, por isso “devem ser considerados criminosos”.

Em 1877, quando o padre João Solerti, na comunidade de Piavon, começou a divulgar a ideia da emigração como uma escolha promissora, provavelmente sabia das perseguições que os colegas de batina estavam sofrendo nas províncias vizinhas. Assim, procurou tomar certas precauções para que o mesmo não ocorresse com ele, controlando para que suas atividades não fossem denunciadas por pessoas próximas ou algum insatisfeito que pretendia emigrar. A tentativa ocorreu através da constituição de pactos de fidelidade com os paroquianos de Piavon que compartilhavam do projeto de fundar uma nova comunidade no Brasil meridional. Esses acordos encontram respaldo nas declarações do senador Revedin ao afirmar que, apesar da desconfiança existente por parte das autoridades em relação à atuação de Solerti como agente, o “camponês geralmente falante, soube manter rigoroso sigilo em relação ao nome dos recrutadores”.²⁰⁹ Contra o sacerdote não houve denúncias públicas, apesar de suas atividades de incentivador da emigração serem conhecidas na província de Treviso.

Portanto, em dezembro de 1877, da paróquia de Piavon e outras comunas vizinhas, partiram para Gênova um grande grupo de indivíduos que, após esperar alguns dias, embarcou com destino ao sul do Brasil.²¹⁰ O fato de os sacerdotes terem o domínio da escrita fazia com que, muitas vezes, fossem os únicos aos quais as famílias podiam recorrer para mediar a

²⁰⁸ Angelo Torre (2011, p. 384) sugere a importância de se colocar em questão à “lógica local” para entender fenômenos diversos – emigração, comércio, crédito –, principalmente porque a localidade é uma construção que está em constante produção. A localidade constitui um ponto de observação capaz de esclarecer processos históricos amplos, pois representa um interlocutor necessário para os exercícios de poder da mais ampla escala.

²⁰⁹ Resposta do senador Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878, Pasta 13, Fascículo 2, ACTV.

²¹⁰ Em abril de 1878 chegaram à região colonial localizada no centro do Rio Grande do Sul um dos maiores grupos de emigrantes da província de Treviso, tendo como principal condutor Paulo Bortoluzzi. Entre as famílias que haviam chegado nos primeiros três meses daquele ano, também se encontravam outras da comuna de Treviso (RIGHI, 2001). É provável que alguns tivessem estabelecido contato por cartas com os conterrâneos, orientando os conhecidos para se transferirem para o Brasil meridional.

comunicação com as agências marítimas ou solicitar informações dos parentes distantes.²¹¹ O desempenho dos sacerdotes enquanto agentes da emigração propiciou a obtenção de gratificações financeiras dadas pelos camponeses e vantagens como o embarque gratuito para os familiares através da agência de navegação que estabeleciam contato.²¹²

A notoriedade de alguns agentes se fundava no estabelecimento de uma relação de confiança entre os chefes de famílias, agregados de parentes e vizinhos. A reputação do agenciador e o prestígio familiar e individual eram aspectos indispensáveis para que obtivessem sucesso em suas iniciativas. Por meio das indicações passadas entre os conhecidos, determinados indivíduos iam alcançando credibilidade e sendo cada vez mais requisitados pelos que queriam emigrar. Nos primeiros anos da “grande emigração” (1875-1880) as relações de confiança entre as famílias camponesas e os agentes possibilitaram que as notícias sobre as oportunidades no Brasil fossem consideradas como verdadeiras, passando a ser creditado aos últimos o trabalho de organizar a transferência dos grupos (BRUNELLO, 1983).²¹³

Aquele que desejava se transferir para América procurava, antes de partir, orientação e auxílio com indivíduos de confiança. O *bracciante* Jacinto Battistelli, analfabeto, pai de quatro filhos, afirmou ter se deslocado de sua residência até a *comuna* de Piavon para se aconselhar com um padre que todos indicavam ser agente. Apesar de não apontar o nome do sacerdote, tudo indica se tratar de João Solerti. O padre indicou quem devia procurar para se inscrever como emigrante. No entanto, após tomar conhecimento das exigências solicitadas, Jacinto Battistelli desconfiou de fraude, recorrendo, na sequência, a outro agente conhecido também envolvido na questão da emigração.²¹⁴ Os indivíduos avaliavam as alternativas disponíveis e escolhiam aquelas que se mostravam mais favoráveis e seguras. Geralmente, as preferências eram orientadas pelos níveis de confiança que mantinham com aqueles que forneciam as informações.

²¹¹ O pároco da comuna de Gemona do Friul escreveu carta a pedido de uma família de paroquianos para um imigrante conhecido que se encontrava na Colônia Silveira Martins. O fato de o padre desempenhar papel de mediador era uma possibilidade presente no universo das comunidades camponesas. Carta do padre Pedro Forgiarini em nome da família Brondani ao imigrante Pedro Londero, 20 de novembro de 1878, Comuna de Gemona, Província de Udine (RIGHI, 2001, p. 464).

²¹² No próximo capítulo desta tese será possível constatar que se colocar como agente de emigração de um grande grupo de pessoas possibilitava alcançar certas vantagens econômicas, conforme apontou o imigrante Paulo Rossato em carta enviada aos familiares.

²¹³ Através da análise de alguns processos crimes contra sujeitos que atuavam como agentes de emigração na Província de Veneza, Piero Brunello (1983, p. 152-154) aponta a credibilidade que as famílias camponesas depositavam naqueles que eram conhecidos localmente, sendo esse um dos principais fatores que davam credibilidade às notícias transmitidas.

²¹⁴ Depoimento de Jacinto Battistelli (40 anos, *bracciante*, analfabeto, quatro filhos). Processo contra Caetano Veronese. Tribunal Civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 275, A EVE.

O processo migratório resultava das mobilizações articuladas internamente nos povoados, entre as casas vizinhas, a parentela e os conhecidos. Iniciava de modo privado onde se escolhia o caminho mais seguro para garantir a transferência. A troca de cartas com o diretor da agência marítima em Gênova – Clodomiro De Bernardes – era um exemplo dos mecanismos autônomos e conscientes acionados pelas populações dentro do chamado “delírio Americano”.²¹⁵ A busca por informação era prática amplamente seguida pelos camponeses. Não obstante a divulgação de circulares informativas emitidas pelas autoridades comunais alertando para o fato de que a maioria dos imigrantes que chegavam a América eram “destinados a uma vida miserável, mais pobre do que aquela que podiam imaginar”, grupos de famílias continuavam a abandonar a terra natal.²¹⁶

De acordo com a imprensa, durante os primeiros meses de 1877, as comunas da província de Treviso e Veneza assistiam ao “penoso espetáculo de uma organizada imigração em massa de *contadini* para a América”. A “mania de emigrar” não era estancada com os apelos dos municípios e proprietários, uma vez que os emigrantes acreditavam nas informações divulgadas e na opinião partilhada pelas lideranças de prestígio local.²¹⁷ Por outro lado, a aglomeração de indivíduos dispostos a emigrar também incentivava o surgimento de agitações frente às casas públicas do município.²¹⁸ Tal realidade era vivida em povoados não distantes daquele em que residia a família de Paulo Bortoluzzi, o que deve tê-lo influenciado na tomada de decisões. Foi levando em conta tal contexto regional que os emigrantes procuraram estabelecer suas próprias estratégias migratórias. Assim, enquanto algumas famílias se viram frustradas numa primeira tentativa de emigrar, outras conseguiram se transferir para o outro lado do Atlântico, conforme se verá na sequência através das escolhas bem sucedidas do grupo familiar de Paulo Bortoluzzi.

²¹⁵ Respondendo o questionário do *Ateneo de Treviso* a respeito da mobilização dos emigrantes, o *sindaco* Antônio Moretti Adimari afirmou que o “delírio americano” era um sintoma das condições internas e morais dos *contadini*, assim como a pelagra era o sinal da situação econômica da população. Resposta de Antônio Moretti Adimari, *sindaco* da comuna de Zero Branco, Província de Treviso, 14.03.1878, Questionário do *Ateneo di Treviso*, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²¹⁶ “Emigração”. Circular do Comune de Sala, 21 de maio de 1877. Tribunal Civil e correccional de Veneza. Processo, 1877, busta 940, fascículo 64, AEVE.

²¹⁷ “Emigração”. *Jornal Gazzetta de Venezia*, 11 maio de 1877, AEVE.

²¹⁸ “Emigração”. *Jornal Gazzetta de Venezia*, 15 maio de 1811, AEVE. As distribuições de farinha e o oferecimento de trabalho nas obras de conservação das estradas da comuna eram uma forma de controlar os tumultos provocados pelos camponeses desocupados e dispostos a emigrar.

2.5 O audacioso projeto de um camponês

A análise das ações de determinados sujeitos e grupos num contexto local possibilita indagar sobre as expectativas daqueles que decidiam abandonar a pátria, indicando novas perspectivas para avaliar a imigração transoceânica. O êxodo foi, antes de tudo, fruto de uma escolha individual planejada. Essa questão não pode ser descartada quando se pretende buscar uma compreensão mais justa dos fatores que influenciaram as transferências. No entanto, geralmente os projetos individuais se realizavam graças ao papel, às vezes determinante, da família no momento da imigração (CORTI, 1990). Numa realidade em que extensos agregados parentais dividiam o mesmo teto e trabalhavam coletivamente nas terras arrendadas, o deslocamento coletivo surge como resultado de estratégias familiares que buscavam beneficiar o grupo como um todo. Um mecanismo acionado pelas famílias que redundou no abandono coletivo das terras cultivadas seguido da transferência de todos para o Brasil – como fez os membros do grupo Bortoluzzi.

A saída de amplo grupo de pessoas repercutia na vida cotidiana e coletiva das comunidades de origem, uma vez que as mobilizações se fundavam sob bases de identificação local. Em Piavon, os elementos simbólicos e as características culturais, sociais e políticas influenciaram na composição do grupo que partiu direcionando-os para um mesmo núcleo de colonização no além-mar. A solidariedade comunitária e coesão interna se materializaram na experiência migratória, contribuindo para reforçar os vínculos e compromentimentos entre os imigrantes de origem comum (CORTI, 1990, p. 18). O estabelecimento de redes de apoio e o compartilhamento de um projeto de comunidade a ser fundada foram gestados e articulados tempos antes da partida. Assim, nas terras distantes, os laços entre os imigrantes se expressaram através dos vínculos parentais, rituais religiosos e símbolos.

Da *comuna* de Piavon e locais vizinhos um grupo de mais de quarenta famílias ligadas por vínculos de parentesco e amizade partiram coletivamente para se estabelecer numa região colonial do sul do Brasil. Tal deslocamento não se enquadrava como uma “fuga de miseráveis”, principalmente porque aquelas pessoas não eram sujeitos que tinham necessidade de emigrar para um país distante, tendo em vista que a maioria possuía terras, animais e alimentos para garantir a sobrevivência dos dependentes durante longo período, de acordo com a avaliação dos contemporâneos.²¹⁹ Algumas famílias mais carentes foram assistidas financeiramente por conhecidos, conseguindo, assim, emigrar juntos para o destino

²¹⁹ Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

anteriormente escolhido (Belli *apud* FRANZINA, 2003, p. 88-89). As assistências acionadas pelos emigrantes camponeses funcionavam segundo lógicas próprias e autônomas, levando a cabo o projeto de fundação de uma nova comunidade no sul do Brasil.

Considerado um dos líderes do grupo, o emigrante Paulo Bortoluzzi sustentava a ideia de se “tornar chefe de uma colônia na América”, em local onde existiam grandes extensões de terras fecundas. O plano era conhecido pelos conterrâneos antes mesmo da partida das comunidades de origem. A família Bortoluzzi foi descrita como possuidora de boas condições econômicas, sendo, portanto, o ato de emigrar explicado como uma iniciativa para melhorar a própria “fortuna e, talvez, enriquecer” nas terras do além-mar.²²⁰ Definido como um homem “ambicioso”, o camponês Paulo Bortoluzzi possuía o fixo pensamento de se transferir para a região colonial, localizada no estado do Rio Grande do Sul, para ser chefe de uma colônia.²²¹ Por esse motivo se empenhou na campanha de divulgação da emigração entre os conhecidos na província de Treviso.

Durante o ano de 1877 e início de 1878, indivíduos unidos por laços familiares e comunitários orientaram os comportamentos daqueles que desejavam imigrar para o sul do Brasil. A partir da articulação espontânea iniciada na *comuna* de Piavon, liderada por Bortoluzzi, foi se formando um amplo grupo de camponeses que se organizaram esperando o momento oportuno para abandonar definitivamente a pátria. Desse modo, ao projeto de Paulo Bortoluzzi se associaram outras cinco famílias de comunidade vizinhas.²²² Os chefes passaram a se empenhar na preparação da viagem, pois estavam convencidos de que na América teriam maiores recursos para melhorarem as condições de vida, tanto sociais quanto econômicas.

O envolvimento de Paulo Bortoluzzi com o projeto de conduzir amplo agregado de famílias para região colonial no sul do Brasil fez com que o senador Luiz Revedin o chamasse de “fanático”.²²³ Esse julgamento se fundava no fato de que muitos dos emigrantes eram membros da ordem dos terciários franciscanos e todos estavam influenciados pela ideia do sacerdote João Solerti, que pregava que na América poderiam vivenciar suas práticas religiosas livremente, sem interferência do Estado. Na paróquia de Piavon, a existência de uma “corrente de excitação religiosa” foi interpretada como um dos principais motivos que

²²⁰ Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²²¹ Depoimento de José Vianello Salgareda. In: Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²²² Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²²³ Depoimento do senador Luiz Revedin. In: Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

levou as famílias a optarem pela emigração.²²⁴ Assim, devido às insinuações dos padres, motivos religiosos e políticos foram apontados como fatores que exerceram influência no espírito dos *contadini* que optaram por abandonar a pátria, segundo afirmou o *sindaco* Antônio Moretti. Os camponeses passaram a ver os patrões como os principais responsáveis pela sua miséria, pelo declínio da religião e pela criação das novas taxas. Logo, o Estado italiano passou a representar taxas – no caso a do *macinato* –, opressão e imoralidade.²²⁵ Os aspectos apontados pelas autoridades e políticos que avaliaram o fenômeno da emigração em algumas comunas da província de Treviso ajudam a pensar o universo camponês a partir de diferentes perspectivas e trajetórias individuais e coletivas.

Ao grupo parental de Paulo Bortoluzzi juntaram-se “famílias completas” das comunas limítrofes do distrito de Oderzo, somando um total de quinhentas pessoas,²²⁶ entre crianças, mulheres, viúvas e idosos. Todos compartilhavam da “firme ideia de abandonar pra sempre a terra natal”. Isso porque, na avaliação do conterrâneo Luiz Bailo, haviam sido convencidos pelas “exageradas divulgações de que no Novo Mundo, com menos esforço, encontrariam maior riqueza” e fariam fortunas. Assim, justificava-se a adesão de grande número de indivíduos ao plano de Paulo Bortoluzzi, apontado como o primeiro a abraçar a ideia da emigração em Piavon.²²⁷ Na comunidade, o referido camponês recebeu apoio tanto do sacerdote Solerti – descrito como “fanático” defensor da emigração – como também do secretário comunal Bortolo Belli.

No mês de outubro de 1877, Paulo Bortoluzzi e os irmãos, Luiz e Francisco, além de outros membros da família, compareceram na mansão do conde Luiz Bonamico, *sindaco* de Piavon, para negociar as terras. Na presença da testemunha Bortolo Belli e do mediador Jacó Cazorzi, ambos residentes em Oderzo, foram vendidos dezesseis mil, cento e setenta (16.170) metros quadrados ao conde Bonamico. A área vendida se tratava de terras de cultivo e áreas arborizadas. Outro contrato de venda foi realizado com o proprietário local Adriano Caberlotto. A esse foram transferidos vinte e nove mil, cento e oitenta (29.180) metros quadrados de terras com tipologia igual à anterior, compreendendo também uma casa colonial. Pela primeira venda o valor foi de 2.900 libras, enquanto que pela segunda de 5.400.

²²⁴ Relação final do *Ateneo de Treviso*, de Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²²⁵ Resposta do *sindaco* Antônio Moretti Adimari sobre a emigração na comuna de Zero Branco, província de Treviso, 14 de março de 1878. 13, fascículo 2, ACTV.

²²⁶ Os números apresentados pelas reportagens variam entre trezentas e quinhentas pessoas. Independentemente da exatidão, parece correto acreditar que o grupo de emigrantes que acompanhou Bortoluzzi era maior do que o habitual, por isso chamou tanto a atenção dos políticos locais.

²²⁷ Resposta do senador Luiz Revedin, Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878; Resposta sobre o distrito de Oderzo de José Vianello e o barão Emílio Galvagna. In: Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

Decorridos alguns dias, um novo ato notarial foi firmado. Nesse momento, foi realizado registro da dívida que o proprietário Adriano Caberlotto possuía com os irmãos Luiz, Francisco e Paulo Bortoluzzi. O comprador da maior extensão das terras da família reconhecia ser devedor do valor de 2.500 libras. A dívida deveria ser quitada no decorrer de seis anos e as prestações conferidas ao pároco de Piavon, uma vez que em breve o grupo parental partiria para o sul do Brasil (CASARIN, 1990; BERNARDI, 2008, p. 90).²²⁸ Com a venda das terras, os irmãos Bortoluzzi dispunham do valor imediato de 5.800 libras que, provavelmente, foi investido na viagem e compra dos novos lotes de terra na região colonial no sul do Brasil.

A partir das transações realizadas pelos irmãos Bortoluzzi, percebe-se a participação do secretário comunal Bortolo Belli como testemunha. Talvez seja indício de proximidade, assistência e amizade existente entre eles. O fato é que era Belli quem facilitava a concessão de certificados, atestados e passaportes para as famílias que desejavam emigrar, agilizando os pedidos junto ao *sindaco* e demais autoridades comunais. Bortolo Belli atuou em outros setores para apoiar as famílias da *comuna*, como, por exemplo, quando serviu de testemunha nos contratos de venda das terras dos irmãos Bortoluzzi, ou quando acompanhou a senhora Regina Furlan até o cartório local. Essa declarou ao escrivão que havia recebido uma quantia em dinheiro da família quando da realização de seu matrimônio, o que correspondia ao dote dado pelo pai. Portanto, abria mão de qualquer herança futura (CASARIN, 1990, p. 61). A camponesa Regina Furlan era irmã de Stella Furlan, esposa de Paulo Bortoluzzi, e havia se casado há poucos anos com Lourenço Bolzan. Juntamente com os dois filhos, iriam acompanhar o cunhado Paulo Bortoluzzi na viagem ao sul do Brasil. E da *comuna* de Mansuè, próxima a Piavon, província de Treviso, partiram outros dois irmãos de Lourenço, casados e com filhos. Percebe-se que quando necessitavam de auxílio os emigrantes contaram Bortolo Belli.

Nascido em Oderzo em 1851, Bortolo Belli assumiu cargo público no município natal após ter concluído o curso de estudos técnicos e jurídicos. Entre 1877 e 1879, enquanto secretário comunal de Piavon, vivenciou a primeira experiência com relação à emigração (CASARIN, 1983; FRANZINA, 2003, p. 25).²²⁹ Acompanhou a mobilização de um grupo de meeiros e pequenos proprietários que organizaram a partida para a América. Durante todo o

²²⁸ Ambos os autores analisaram as atitudes tomadas pela família de Paulo Bortoluzzi antes de partir para o sul do Brasil. A emigração de tantos e ao mesmo tempo causou grande repercussão na província de Treviso, especialmente por todos saírem da comuna de Oderzo, entre os anos de 1877 e 1878.

²²⁹ Para saber mais sobre a trajetória de Bortolo Belli tanto na Itália como no Brasil, ver: CASARIN, 1990; BERNARDI, 2008; FRANZINA, 2003.

inverno de 1877, as famílias renunciaram à renovação dos contratos de arrendamento das terras, venderam bens e produtos que possuíam, tendo por testemunha o secretário comunal. Não surpreende, portanto, que tenha participado das escolhas tomadas pela família Bortoluzzi, assistindo a elaboração dos contratos de venda das propriedades do grupo.

Em janeiro de 1878, como funcionário público no distrito de Oderzo, Bortolo Belli acompanhou o deslocamento de um grupo de emigrantes *opitergini*²³⁰ para Gênova. Reunidas já há algum tempo no porto, diversas famílias camponesas foram reconduzidas para Oderzo, uma vez que os embarques gratuitos para o Brasil haviam sido suspensos. Foi o secretário comunal quem cuidou das questões relativas à emigração de camponeses e o retorno deles para as respectivas comunas do município de Oderzo.²³¹ As famílias que acompanhavam Paulo Bortoluzzi não retornaram para Piavon, e o amplo grupo, que somava mais de trezentas pessoas, embarcou coletivamente para a América meridional.²³² O fato de muitos terem partido da *comuna* com recursos financeiros possibilitou que ficassem aguardando algum tempo em Gênova para embarcar para o destino.²³³ Em abril de 1878, já no sul do Brasil, se estabeleceram próximos uns dos outros, sendo os pioneiros fundadores do Vale Vêneto. Em seguida, ergueram a capela dedicada a São Francisco de Assis, bem no centro da nova comunidade. A igreja e o santo eram símbolos de identificação entre as famílias que haviam partido de Piavon.

Tanto o padre Solerti quanto o secretário comunal Bortolo Belli agiram como incentivadores da emigração em Oderzo. Ambos, de modo diferente, contribuíram para que as famílias locais deixassem os campos do Vêneto italiano e partissem para o Brasil. Bortolo Belli abandonou o cargo público de secretário comunal e passou a escrever sobre as questões sociais e as experiências migratórias vivenciadas pelos camponeses do distrito de Oderzo.²³⁴

²³⁰ *Opitergini* é como se chamavam os indivíduos que residiam no distrito de Oderzo.

²³¹ Correspondência de Bortolo Belli. Periódico “La Provincia di Treviso”, 28 agosto de 1879, ACTV.

²³² Os dados referentes ao número de famílias que acompanharam Paulo Bortoluzzi para se instalar numa região colonial do Rio Grande do Sul foram indicados pelo ex-secretário comunal de Piavon (Belli *apud* FRANZINA, 2003, p. 89).

²³³ Luiz Bailo, na avaliação final sobre a emigração na província de Treviso, afirmou que o grupo que acompanhava Paulo Bortoluzzi conseguiu embarcar para o Brasil após um período de permanência no porto de Gênova. Durante esse tempo, foram socorridos pelo estabelecimento que representava o brasileiro Caetano Pinto – a provável empresa marítima de Clodomiro De Bernardes –, com a quantia de uma lira ao dia a cada um dos indivíduos adultos. Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²³⁴ Bortolo Belli colaborou com o fornecimento de dados sobre o estado de miséria dos camponeses em Piavon, apresentando artigos aos jornais, principalmente no periódico *L'Adriatico* de Veneza. Em 1882, apresentou monografia sobre a pelagra em Piavon, constando ser o lugar um dos pólos da doença no distrito de Oderzo. Devido ao seu envolvimento com a causa camponesa, Belli era acusado pelos proprietários de disseminar o “ódio de classe” e incitar os “pobres iludidos a imigrar para o Brasil” (BERNARDI, 2008, p. 163).

Em 1888, foram publicados os dois principais trabalhos do ex-secretário comunal.²³⁵ O primeiro analisava a imigração camponesa para a América. Belli constatou que, entre 1878 e 1887, da *comuna* de Piavon haviam emigrado seiscentas e quarenta e uma (641) pessoas, sendo que o total de habitantes era de Hum mil, quinhentos e trinta e três (1.533), sendo a maior parte arrendatários, trabalhadores braçais e criadores de gado. Em relação à referida comuna, apontou como problemas recorrentes a pelagra,²³⁶ a distribuição desigual da terra, o desaparecimento da pequena e média propriedade, o declínio do preço dos produtos agrícolas e o aumento dos impostos comunais. Estes eram os principais motivos causadores da emigração dos camponeses pequenos proprietários de Piavon, segundo Bortolo Belli. A transferência para a América se apresentava como uma “válvula de segurança” para as famílias camponesas atormentadas com tais dificuldades, na avaliação do ex-secretário.

Pelo menos inicialmente, os que emigraram eram aqueles que possuíam algum recurso econômico. Os desprovidos de meios financeiros e aqueles que não podiam contar com o auxílio de parentes, ficavam obrigados a recorrer à beneficência das comunas da província de Treviso para conseguirem emigrar. Muitos se viram constrangidos a mendigar um “pedaço de polenta ou um punhado de farinha” esperando o momento da viagem (BELLI, 1888, p. 4-8, 18). O envolvimento de Bortolo Belli com a questão da emigração se deu pelo comprometimento do mesmo com o universo camponês.²³⁷ Em 1888, decidiu partir para o Brasil, estabelecendo-se na província de São Paulo.²³⁸

O ex-secretário comunal de Piavon, em suas publicações, se mostrou um defensor do direito da emigração. É provável que tais opiniões estivessem ligadas às experiências pretéritas, quando, então, havia acompanhado e incentivado a mobilização do grupo liderado pelo camponês Paulo Bortoluzzi. Belli avaliou os deslocamentos para a América como um movimento justo e autônomo daqueles que desejavam fugir das dificuldades sociais e

²³⁵ São eles: *Note sull'emigrazione in America dei contadini della provincia di Treviso*. Oderzo, 1888; e *Memoria della condizione dei coloni italiani nella provincia di San Paulo (Brasile)*. San Paulo: Tipografia, “Gli italiani S. Paulo”, 1888, ACTV.

²³⁶ Pelagra era doença ocasionada pelo consumo excessivo de farinha de milho, algo comum na região do Vêneto entre os séculos XVIII e XIX.

²³⁷ Outro secretário comunal, Girolamo Scopel, atuou ativamente em uma comuna da província de *Belluno* no auxílio de parentes e conhecidos que desejavam se transferir para terras brasileiras, especificamente para a região de Caxias do Sul. Em 1877, Scopel escreveu que os camponeses sem se “iludir com as esperanças de fáceis ganhos e grandes fortunas, acreditavam simplesmente de encontrar terra e trabalho sem ter a necessidade de se afastarem continuamente das famílias”. Para saber mais da participação do referido secretário na emigração de pessoas conhecidas para um mesmo núcleo colonial no sul do Brasil, ver: ZANNINI, 2003, p. 310.

²³⁸ Ao circular pelo interior paulista a partir da metade de 1888, Belli escreveu sobre as condições de vida dos colonos italianos nas fazendas de café. Com essa segunda publicação, ele reforçou seu interesse intelectual pelo fenômeno da imigração camponesa para o Brasil. Para saber mais sobre a trajetória de Bortolo Belli, ver: FRANZINA, 2003.

econômicas vividas no campo. E, por isso, condenava as acusações lançadas por proprietários e políticos de Oderzo que viam o fenômeno migratório como culpa de alguns “fanáticos” e “perturbadores”. Independentemente das diferenças econômicas existentes entre as famílias, todas tencionavam melhorar suas condições de vida, garantindo um “futuro mais seguro” para si e os filhos. Logo, a emigração era consequência direta de um movimento espontâneo levado a cabo pelos *contadini*, na opinião de Belli (1888, p. 7, 19). Conclui-se, portanto, que de Piavon haviam partido pequenos proprietários e arrendatários, e esses não se enquadravam no grupo dos pobres e miseráveis.

Do município de Oderzo partiu um grande número de pessoas rumo ao Brasil, o maior de toda a província de Treviso entre os anos de 1877 e 1880. A pequena *comuna* de Piavon sobressaiu-se como um cenário de deslocamentos, principalmente devido à presença de um padre incentivador da emigração e um secretário comunal apoiador das livres escolhas das famílias camponesas. Desse modo, criou-se um contexto propício para que o “ambicioso” e audacioso Paulo Bortoluzzi colocasse em prática o plano de fundar uma colônia no Brasil. A família Bortoluzzi não pode ser descrita como camponeses “miseráveis”, uma vez que possuíam seis hectares de terra boa para cultivo e arrendavam extensas propriedades. Paulo, seus irmãos e sobrinhos venderam os bens fundiários que possuíam e não renovaram os contratos de arrendamento, conforme se viu anteriormente. Na visão do senador e proprietário Luiz Revedin, crítico da emigração, a ideia da carestia alimentar e a ausência de recursos materiais não foram os motivos pelos quais o grupo decidiu partir para a América.

A família Bortoluzzi saiu de Piavon com mais de 12.000 libras em papel moeda, valor significativo de acordo com Luiz Revedin. Entre as famílias que emigraram, o cálculo era de que cada uma teria o valor variando entre 600 e 1.000 libras.²³⁹ Frente a tal constatação, a emigração em Piavon não foi identificada como uma consequência ligada às imediatas necessidades de sobrevivência, muito menos ao crescimento populacional e às poucas colheitas. O senador descartou que era uma forma de protesto contra o não fornecimento de grãos por parte dos proprietários e às novas taxas sobre a farinha. Devido ao grande número de pessoas que partiram, e pela rapidez com que foram vendidas as terras, a emigração das famílias de Piavon foi apresentada pelo senador como “fanatismo” dos camponeses que viam a América como local onde conquistariam riquezas facilmente.²⁴⁰

²³⁹ Segundo o imigrante Júlio Lorenzoni (1975, p. 14), o preço da passagem de Gênova até o Rio de Janeiro custava entre 100 e 150 libras.

²⁴⁰ Questionário do *Ateneo di Treviso*, 3 fevereiro 1878; Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

7. Casa e terras de cultivo pertencentes à família Bortoluzzi, Piavon.



Ambas as imagem apresentam as terras que eram cultivadas pelos membros da família Bortoluzzi, situadas próximas a casa onde residiam, na *comuna* de Piavon. Fotos pertencentes ao arquivo particular do professor Ulderico Bernardi, Treviso, Itália.

Tentando explicar a adesão maciça à imigração para a América no distrito de Oderzo, Luis Bailo acrescentava que a ideia que seduzia as famílias camponesas era aquela de se tornarem proprietárias de terras e fazer fortuna com pouco trabalho. Assim, o camponês Paulo Bortoluzzi, juntamente com outros pequenos proprietários e arrendatários que o seguiram, foram considerados “fanáticos”, “ambiciosos” e “ignorantes”, e não miseráveis ou desocupados.²⁴¹ Partindo de Piavon com suas devoções e objetos religiosos, parece viável acreditar que eles objetivavam fundar uma nova comunidade no sul do Brasil onde, então, vivenciariam suas crenças e práticas piedosas, dispunham de recursos para garantir a coesão, reprodução e prosperidade econômica dos grupos familiares. As opiniões dos contemporâneos – como a do ex-secretário comunal de Piavon e a do senador Luis Revedin – em relação à emigração dos camponeses que seguiram Bortoluzzi não eram unânimes. Os diferentes pontos de vistas permitem perceber as várias perspectivas de uma mesma realidade, muito embora a leitura daquele momento tenha sido feita durante o processo emigratório. A partir dos testemunhos oculares daquele tempo, independentemente da diversidade de opiniões, se pode apreender os projetos e as expectativas dos próprios camponeses, algo somente possível de ser alcançado quando se analisa as escolhas e experiências específicas dos indivíduos.

Os primeiros grupos de emigrantes que partiram da região do Vêneto, a exemplo daquele coordenado por Paulo Bortoluzzi, devem ser estudados levando-se em conta um quadro de estratégias parentais e redes de apoio local complexas. A emigração como resultado de uma desordenada fuga de miseráveis do campo e como consequência do processo de industrialização é uma ideia um tanto equivocada. Inicialmente, emigravam aqueles que podiam, principalmente por possuírem uma sólida rede parental e recursos materiais, fazendo das transferências uma forma de investimento familiar e estratégia de gerenciamento das oportunidades.²⁴² A análise de casos particulares ajuda a entender o quanto o processo emigratório estava relacionado a um complexo jogo de escolhas locais e mecanismos que cada indivíduo e família podiam acionar. E esse método analítico permite compreender os motivos da saída dos camponeses da Província de Treviso.

Assim, independentemente da maneira como tenham partido, liderando amplos grupos de camponesas ou, ainda, apenas acompanhando a família – constituída de esposa e filhos – os motivos de cada um variavam. Muitas vezes podiam estar relacionados a conflitos com conhecidos, envolvimento com a justiça ou a outros prejuízos morais e materiais. Podiam

²⁴¹ Resposta do senador Luiz Revedin. In: Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luis Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2, ACTV.

²⁴² Sobre essa ideia ver Giovanni Levi: “Famiglia e parentela: qualche tema di riflessione”. In: BARBAGLI (1992, p. 307-321).

emigrar clandestinamente por causa de dívidas e perseguições, conforme se constata em relação ao *contadino* Domenico Bortollo (51 anos), habitante da *comuna* de Loria (TV) acusado de dever a um negociante o valor de 180 liras. Acompanhado da esposa e de quase todos os nove filhos, Bortollo foi preso em Gênova, em novembro de 1888, enquanto aguardava embarque para a América. O emigrante, antes de partir do lugar, realizou contrato de venda de todas as posses e bens que possuía, transferindo-os para dois dos filhos que permaneceram residindo na *comuna*. Em relação à dívida, Bortollo defendeu-se afirmando que o credor Domenico Reginato havia roubado produtos agrícolas de sua casa antes dele decidir emigrar. Porém, Bortollo era acusado de ter feito o mesmo, causando dano de 200 liras ao oponente seu denunciante.²⁴³ A existência de acordos privados não cumpridos e divergências entre os indivíduos impediu que Bortollo e a família embarcassem para a América, tendo que retornarem para a *comuna* para responder em juízo pelas acusações. Tal processo indica o quanto o caminho da emigração era uma escolha também ligada às dificuldades de relacionamento entre conhecidos, causadas por dívidas ou outras dificuldades que geravam violências de todo tipo.²⁴⁴

Retornando à trajetória do camponês Paulo Bortoluzzi, viu-se anteriormente que o mesmo articulou a viagem de grande grupo de parentes e conhecidos de forma consciente, partindo com recursos financeiros próprios e uma rede de relações suficientes para se tornar “chefe de uma colônia”. Assim, suas iniciativas não podem ser compreendidas sem levar em conta os compromissos e obrigações morais firmados com as famílias que acordaram em se transferir juntas para o sul do Brasil. Na sequência irá se apresentar o desempenho de Bortoluzzi após a chegada do grupo à colônia Silveira Martins. Interessado na prosperidade coletiva, mas, também, familiar e individual, foi um dos fundadores do Vale Vêneto.

²⁴³ Denúncia. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, 1889, Busta 272, nº 187, AETV.

²⁴⁴ Passados os primeiros anos da emigração, em março de 1887 no Jornal *Gazzeta di Treviso*, foi divulgada uma reportagem da partida para a América de duzentos e cinquenta indivíduos pertencentes ao distrito de Oderzo. De acordo com o periódico, entre o grupo se encontravam dois indivíduos que haviam abandonado suas esposas “grávidas” no cárcere de Oderzo. Ambas tinham sido condenadas por terem insultado o delegado, provavelmente em alguma manifestação contra a “falta de alimento” e dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelas famílias. As mulheres autoras dos insultos se apresentaram na manifestação carregando um filho em um dos braços e no outro um instrumento de trabalho, conforme constatado em investigações policiais. “Emigração”. In: Jornal *Gazzeta di Treviso*, 13 de março de 1887, ACTV; Denúncia. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta 265, nº 208, 3 de agosto de 1877, AETV.

2.6 Um imigrante empreendedor

Ao chegar à Colônia Silveira Martins no início de 1878, o imigrante Paulo Bortoluzzi adquiriu diversos lotes de terras coloniais no local onde seria fundado o povoado do Vale Vêneto.²⁴⁵ Posteriormente, em 1886, vendeu pequenas dimensões destas propriedades aos padres palotinos, convidados a se estabelecer na comunidade. Também realizou empréstimos financeiros aos sacerdotes.²⁴⁶ A fim de garantir a independência e progresso da comunidade, concedeu casa para a instalação das irmãs do Sagrado Coração de Maria, em 1892.²⁴⁷ Para além dessas concessões que visavam beneficiar a comunidade do Vale Vêneto, constatou-se a sua presença no mercado da terra. Especificamente na função de mediador das transações de compra e venda realizadas entre os imigrantes e os proprietários luso-brasileiros. Entre os anos de 1893 e 1901, Bortoluzzi compareceu oitenta vezes como procurador nos acordos comerciais de compra e venda.²⁴⁸ Tais participações possibilitam indagar tanto sobre as relações entre o comerciante e a população colonial, a estruturação das redes de fregueses e a maneira como as famílias camponesas foram se expandindo por outras áreas além daquela destinada à colonização europeia.

²⁴⁵ No registro de distribuição dos lotes coloniais, o imigrante Paulo Bortoluzzi aparece como beneficiário de sete lotes de terra (nº 253, 137, 138, 139, 140, 161, 162) na comunidade do Vale Vêneto. A esposa Stella Furlan também recebeu um lote colonial (nº 159) no mesmo lugar. Relação de distribuição dos lotes na Colônia Silveira Martins. In: RIGHI, 2001, p. 117, 182-183. Os lotes coloniais concedidos aos imigrantes italianos mediam aproximadamente 22 hectares, e deviam ser pagos ao governo no decorrer de alguns anos.

²⁴⁶ Escritura de Paulo Bortoluzzi e Stella Furlan passada aos padres Jacó Pfaendler e Francisco Schuster, 21 de outubro de 1886. Em outro documento aparece um empréstimo de dinheiro que Paulo Bortoluzzi fez, em 31 de agosto de 1894, aos padres palotinos no Vale Vêneto no valor de quinhentos mil réis. No ano seguinte, em 20 de abril de 1895, o credor recebeu o valor de oitocentos e cinquenta mil réis do sacerdote Pedro Wimmer. A quantia vinha acrescida de juros e de empréstimos menores feitos anteriormente. Caixa 3, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, AHNESC, Santa Maria.

²⁴⁷ A autorização para a fundação de uma casa religiosa no Vale Vêneto foi concedida em abril de 1887 pelo bispo Dom Sebastião Laranjeira. Em 1892 chegaram da Itália as duas primeiras religiosas que imediatamente se dedicaram à fundação de um colégio (BONFADA, 1989, p. 60-61).

²⁴⁸ Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 2, 3, 15 (1893-1901); Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

8. Vale Vêneto, início do século XX



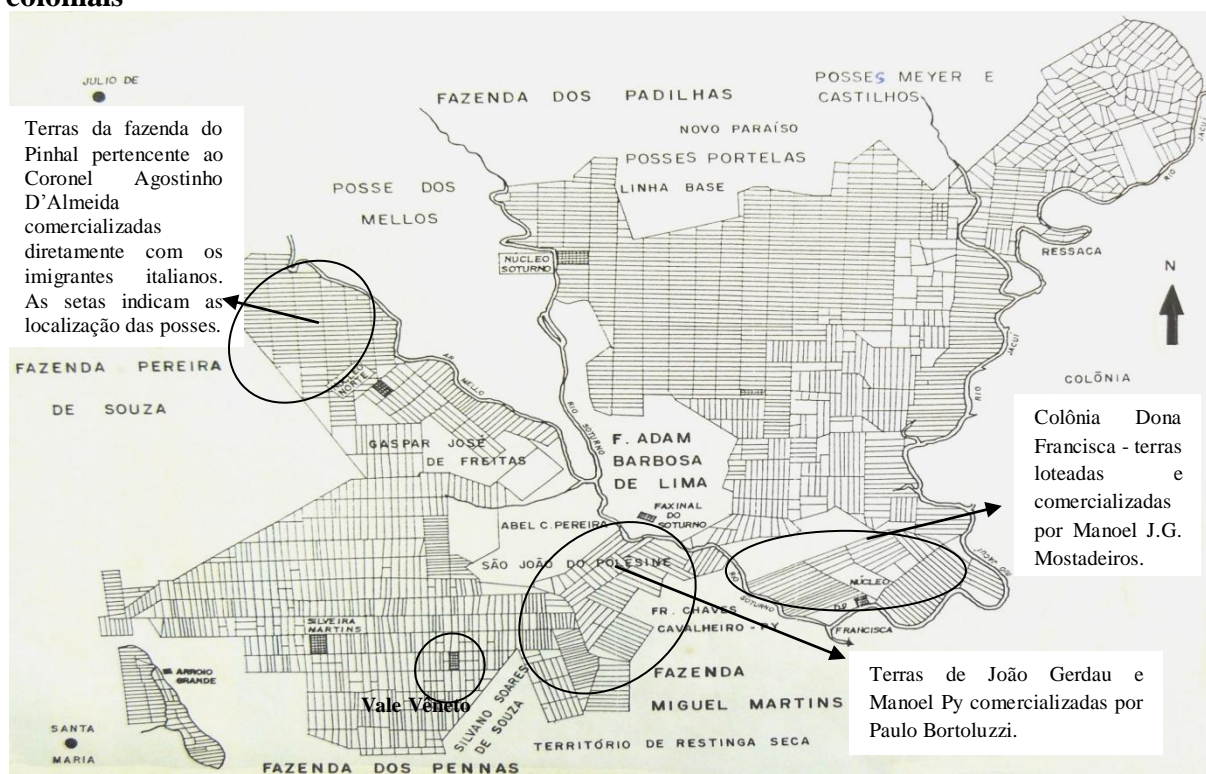
À direita, localização da casa comercial de Paulo Bortoluzzi, a primeira a ser construída na comunidade do Vale Vêneto. À esquerda, o Colégio das Irmãs do Sagrado Coração de Maria que chegaram ao lugar em 1892, passando a se dedicar à educação das crianças. As religiosas se estabeleceram em terras e casa cedidas por Bortoluzzi. A segunda filha do imigrante se tornou irmã da referida congregação religiosa. Fotografia de 1916. Fonte: Museu do Vale Vêneto

Frente à inexistência de lotes coloniais a serem distribuídos aos imigrantes, a alternativa de compra de pequenas extensões de terras privadas passou a se apresentar como opção para as famílias que necessitavam ampliar suas posses.²⁴⁹ A participação no mercado da terra surgia como uma das alternativas para os novos imigrantes que chegavam à região e queriam estabelecer residência próxima aos parentes que residiam nos núcleos coloniais. Frente à crescente demanda por terras para a produção agrícola, os proprietários luso-brasileiros que possuíam amplas extensões de campos e matos visualizaram na venda uma atividade lucrativa. Assim, quando da chegada dos imigrantes, as áreas que circundavam o espaço colonial – de propriedade de fazendeiros criadores de gado – foram divididas em pequenas dimensões e vendidas aos italianos. Assim, a geografia foi se transformando a partir do cultivo agrícola e com mão de obra familiar (GIMENO, 2004).

²⁴⁹ O processo de comercialização de propriedades para os imigrantes italianos iniciou-se em 1883 quando parte da fazenda da família Martins Pinto, proprietária de grandes extensões de terras em áreas que intermediavam os núcleos coloniais, foi vendida a uma sociedade loteadora. Além dos Martins Pinto, outros proprietários passaram a comercializar diretamente com os imigrantes italianos que chegavam à ex-Colônia Silveira Martins e que tinham recursos para comprar terras (GIMENO, 2004).

A comercialização de pequenas dimensões de terras aos imigrantes propiciou a expansão de um modelo de produção próprio de uma cultura camponesa europeia. Em 1893, Manoel José Gonçalves Mostardeiro realizou a venda de vários lotes coloniais aos italianos, permitindo, desse modo, a ocupação da Colônia Dona Francisca, às margens do Rio Jacuí.²⁵⁰ Diferentemente das terras demarcadas pelo governo e distribuídas aos imigrantes, aquelas se caracterizavam por um tipo de ocupação que dependia da participação dos luso-brasileiros e dos imigrantes no mercado da terra. Percebendo a oportunidade de lucros, vários outros proprietários, como o Coronel Agostinho Pereira D’Almeida,²⁵¹ também se desfizeram de suas terras dividindo-as em pequenas dimensões e vendendo-as aos italianos. Estas áreas possuíam uma área de mato e outra de campo para cultivo, ideal para as famílias de imigrantes que necessitavam plantar, caçar e extrair lenha.

9. Expansão dos espaços ocupados pelas famílias de imigrantes para além dos núcleos coloniais



Visualização da expansão dos lotes coloniais a partir do desenho original feito em 1885 pelo engenheiro José Siqueira Couto. As áreas circuladas correspondem à localização das terras de três proprietários luso-brasileiros (e

²⁵⁰ Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 2, 1893-1895, APERS.

²⁵¹ As terras do coronel Agostinho chamavam-se Fazenda do Pinhal e estavam localizadas na fronteira com os lotes coloniais do Núcleo Norte. Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), APERS.

um descendente de alemães – João Gerda). Uma vez divididas, foram vendidas aos imigrantes italianos que formaram outras comunidades, como Dona Francisca e São João do Polêsine.²⁵²

No ano de 1893, o proprietário luso-brasileiro Manoel Py, “comerciante matriculado no tribunal do comércio da capital federal”, e residente em Porto Alegre, passou procuração de autorização de venda de suas terras ao italiano Paulo Bortoluzzi. Desse modo, o imigrante ficou na incumbência de administrar e vender os bens fundiários do proprietário localizados próximos ao núcleo colonial do Vale Vêneto.²⁵³ Naquele mesmo ano, Paulo Bortoluzzi passou a comercializar lotes aos imigrantes que residiam em Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles e Silveira Martins, vendendo um total de quarenta lotes a partir da divisão das terras de Manoel Py (CERETTA, 19--., p. 5-6).²⁵⁴ Concomitantemente à ocupação de novas áreas pelas famílias italianas foi surgindo a necessidade da fundação de comunidades, geralmente iniciada a partir da construção de uma pequena capela.

Ao desempenhar a função de procurador de Manoel Py na comercialização de terras às famílias de imigrantes, Paulo Bortoluzzi foi ampliando as próprias redes de relações econômicas na região. Em 1894, Stella Furlan, a esposa do comerciante, também aparece no mercado adquirindo de Manoel Py um pequeno lote de terra no novo espaço de ocupação. Nesse lugar foi edificada uma casa comercial de Bortoluzzi.²⁵⁵ Aqui, se percebe uma das estratégias do casal que será acionada em outros momentos. Como procurador das transações de compra e venda, o imigrante Bortoluzzi propiciava a participação da esposa no mercado da terra.²⁵⁶ Posteriormente, o comerciante conseguiu junto a Manoel Py a doação de um terreno para ser construída uma igreja em São João do Polêsine. A abertura da casa comercial e o estabelecimento de espaço para a realização das atividades religiosas serviam como pontos de atração para as famílias.²⁵⁷ Antes da edificação da capela, era para a casa de negócios que a

²⁵² Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

²⁵³ Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 2, 1893-1895, p. 40, APERS.

²⁵⁴ O imigrante Antônio Ceretta (19--) relatou que a fundação da comunidade de São João do Polêsine aconteceu através da comercialização de terras que Paulo Bortoluzzi promoveu entre os italianos. O próprio Antônio Ceretta, acompanhado de um irmão, adquiriu lotes de terra por meio de Bortoluzzi.

²⁵⁵ O pequeno lote de terra havia sido adquirido em 1894, porém, o registro oficial da venda somente ocorreu dois anos depois, em março de 1896. Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1, 06.03.1896, p. 58, APERS. O imigrante Paulo Bortoluzzi, associado a parentes e aliados, possuía diversas casas comerciais espalhadas por várias comunidades da região colonial – Ribeirão Aquiles, São João do Polêsine, Novo Treviso e Núcleo Norte (Ivorá).

²⁵⁶ O casal aparece no mercado da terra vendendo partes de uma propriedade dividindo-a igualmente para compradores diferentes. Apesar das características similares entre os lotes comercializados, o preço não foi o mesmo. As transações eram apenas uma das etapas de uma série de acordos anteriores entre os envolvidos. Transmissões/notas, Cachoeira do Sul (5º distrito), livro 9, 21.02.1898, 22.02.1898, p. 13, 17, APERS.

²⁵⁷ Na obra *Lá éramos servos, aqui somos senhores* analisou-se a estruturação das novas comunidades através da construção de capelas para a realização de atividades religiosas e o estabelecimento de casas comerciais (VENDRAME, 2007).

população convergia aos domingos. Segundo os escritos do imigrante Antônio Ceretta (19-- , p. 17-22), no armazém comercial de Bortoluzzi foi construído “um pequeno altar móvel que se podia facilmente armar e desarmar”. Ali se realizavam as missas e outros encontros religiosos, como reza do terço e novenas.

A formação da nova comunidade, que passou a se chamar São João do Polêsine, foi estimulada a partir das vendas de lotes de terras às famílias imigrantes. Nesse processo de ocupação, destacou-se a mediação realizada por Paulo Bortoluzzi. Como pagamento das dívidas contraídas, os imigrantes se dirigiam ao comerciante e entregavam os produtos agrícolas que eram vendidos na casa comercial. Portanto, ao adquirirem lotes de terra através da mediação realizada por Bortoluzzi, aqueles se tornavam seus devedores, ficando obrigados a entregar o excedente da produção em desconto da dívida. O comerciante também fazia o transporte dos produtos agrícolas até a estação ferroviária de Arroio do Só, onde eram embarcados e seguiam para a capital Porto Alegre (CERETTA, 1894, p. 46). Além dos investimentos no campo religioso, conforme será apresentado no terceiro capítulo da presente tese, no setor econômico Bortoluzzi se destacou como empreendedor ao atuar como mediador no mercado da terra. Dessa maneira, foi ampliando o número de fregueses, expandindo sua influência e reforçando as redes de contato por toda a região colonial.

Nas imediações da ex-Colônia Silveira Martins, Paulo Bortoluzzi investiu no comércio de terras como estratégia para garantir prestígio social e a prosperidade econômica. Considera-se o desempenho do imigrante como inovador na questão da mediação entre os imigrantes e os donos das terras que residiam em cidades próximas e distantes. A atividade se tornou bem sucedida porque havia demanda por terras pelas famílias de imigrantes. Para esses, recorrer a Bortoluzzi era o melhor recurso para ampliação das áreas de cultivo, o que garantiria à família uma reserva para tempos de crise ou mesmo visando suprir a demanda do mercado por produtos agrícolas. Uma das características das transações mediadas por Bortoluzzi foi a venda de lotes de terra contíguas para indivíduos que pertenciam ao mesmo agregado parental. No quadro abaixo se pode verificar a frequência com que lotes limítrofes eram vendidos a irmãos. Essa prática era comum entre as famílias, pois visava trazer segurança ao grupo e assegurar que os descendentes teriam terras para cultivar e tirar dali o seu sustento. Ao mesmo tempo em que beneficiava indivíduos ligados por laços de sangue, Bortoluzzi ampliava sua influência.

3. Vendas por procuração realizadas por Paulo Bortoluzzi

| Data | Vendedor | Comprador | Bens | Local | Extensão | Valor |
|------------|-------------------------|--|-------------------------------|------------------|--|------------|
| 03.04.1893 | Manoel Py | Pozzobon, João e José | 1 lote de terra nº 19 | Linha Amália | 360.000 m ² | 800\$000 |
| 13.06.1893 | Manoel Py | Pozzobon, João | 1 lote de terra e matos | Linha Amália | 180.000 m ² | 400\$000 |
| 13.06.1893 | Manoel Py | Pozzobon, José | ½ lote de terra e mato nº 19 | Linha Amália | 180.000 m ² | 400\$000 |
| 03.04.1893 | Manoel Py | Giacomini, Luiz e Angelo | 1 lote de terra nº 5 | Linha Amália | 213.000 m ² | 800\$000 |
| 13.06.1893 | Manoel Py | Giacomini, Angelo | ½ lote de terra nº 5 | Ribeirão Aquiles | 97.000 m ² | 400\$000 |
| 13.06.1893 | Manoel Py | Giacomini, Luiz | ½ lote de terra nº 5 | Ribeirão Aquiles | 97.000 m ² | 400\$000 |
| 30.06.1897 | Manoel Py | Giacomini, João | 1 lote de terra nº 18 | Linha Amália | 360.000 m ² | 700\$000 |
| 13.06.1893 | Manoel Py | Rorato, Francisco | ½ lote de terra | Linha Constança | 180.000 m ² | 450\$000 |
| 22.07.1893 | Manoel Py | Rorato, João Batista | 1 colônia de terra nº 10 | Linha Constança | 350.000 m ² | 900\$000 |
| 11.08.1899 | Manoel Py | Rorato, João Batista | ½ lote de terra nº 10 | Linha Constança | 180.000 m ² | 500\$000 |
| 22.11.1895 | Manoel Py | Dotto, Josué | ½ de terra nº 12 | Linha Constança | 180.000 m ² | 400\$000 |
| 22.11.1895 | Manoel Py | Dotto, Angelo | ½ de terra nº 13 | Linha Constança | 180.000 m ² | 400\$000 |
| 22.11.1895 | Manoel Py | Dotto, Carlos | ½ de terra nº 13 | Linha Constança | 180.000 m ² | 400\$000 |
| 22.01.1897 | Manoel Py | Dotto, Josué | 2 lotes de terra nº 9 e 10 | Linha Matilde | 300.000 m ² | 1.000\$000 |
| 22.01.1897 | Manoel Py | Dotto, José | 1 lote de terra nº 11 | Linha Glória | 300.000 m ² | 500\$000 |
| 3.01.1901 | Manoel Py | Sarzi Sartori, Primo Cezar, Ermenegildo Onofre e Antônio | Dois lotes de terra nº 2 e 20 | Linha Travessa | 300.000 m ² 257.710 m ² | 1.000\$000 |
| 3.01.1901 | Maria Constança Peixoto | Sarzi Sartori, Primo Cezar, Ermenegildo Onofre e Antônio | Dois lotes de terra nº 5 e 7 | Linha Travessa | 600.000 m ² | 1.000\$000 |
| 23.11.1895 | João Gerdau | Lorenzoni, Francisco | 1 lote de terra colônia | Linha Progresso | 300.000 m ² | 700\$000 |
| 23.11.1895 | João Gerdau | Lorenzoni, Antônio | 1 lote de terra nº 19 | Linha Progresso | 300.000 m ² | 700\$000 |

| | | | | | | |
|------------|--------------------------|---------------------|---------------------------------|------------------|------------------------|----------|
| 23.11.1895 | João Gerdau | Lorenzoni, Vitório | 1 lote de terra n° 18 | Linha Progresso | 300.000 m ² | 700\$000 |
| 23.11.1895 | João Gerdau | Lorenzoni, Benjamim | 1 lote de terra n° 20 | Linha Progresso | 300.000 m ² | 700\$000 |
| 21.02.1898 | Paulo Bortoluzzi | Engel, Carlos | 1/4 lote para agricultura n° 2 | Ribeirão Aquiles | 48.418 m ² | 900\$000 |
| 22.02.1898 | Stela Bortoluzzi | Londero, Jacó | 1 terreno para agricultura n° 2 | Ribeirão Aquiles | 40.000 m ² | 250\$000 |
| 22.02.1898 | Francisco Sertório Leite | Londero, Pedro | ¼ de lote de terra n° 2 | Ribeirão Aquiles | 95.000 m ² | 250\$000 |
| 27.04.1898 | Maria Constança Peixoto | Pelizzaro, João | ½ lote de terra n° 8 | Linha Progresso | 180.000 m ² | 250\$000 |
| 27.04.1898 | Pedro Sertório Leite | Pelizzaro, João | ½ lote de terra n° 8 | Linha Progresso | 180.000 m ² | 250\$000 |

Fontes: Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898); Cachoeira do Sul (5º Distrito), Livro 2, 3 e 9 (1895- 1898), APERS.

Em 1901, dois lotes de terra, com semelhantes dimensões, foram vendidos aos irmãos Sarzi Sartori. As necessidades específicas de determinados grupos familiares eram atendidas pela interferência de Bortoluzzi. Com os irmãos Lorenzoni ele comercializou lotes contíguos de iguais dimensões, localizados na Linha Progresso, pertencentes ao proprietário João Gerdau. A realização desse tipo de negócio a indivíduos de um mesmo grupo parental sugere a importância do desempenho de Bortoluzzi na venda de terras para as famílias, também fornecendo empréstimos dando condições especiais aos compradores.²⁵⁸ O comerciante favoreceu a formação de novas frentes de ocupação e produção de acordo com a demanda das famílias. Logo, a ampliação dos espaços já ocupados na região colonial ocorreu através de frentes parentais, indicando a existência de uma rede de crédito e assistência interna entre as famílias aparentadas e aliadas.

O processo de ocupação de novos espaços para além dos núcleos iniciais de colonização oficial ocorreu através de frentes de apoio entre indivíduos aparentados. Era comum irmãos solteiros ou casados aparecerem comprando terras coletivamente e, posteriormente, agregando novas dimensões à propriedade. A ocorrência desse tipo de participação no mercado da terra pode ser verificada entre os dez primeiros exemplos do quadro anterior. Constata-se, também, que entre os fregueses do comerciante Bortoluzzi existiam indivíduos ligados por vínculos parentais que faziam circular lotes de terra entre eles, provavelmente para fazer ajustamentos familiares devido a algum casamento o nascimento de herdeiros.²⁵⁹ São verdadeiros jogos com regras complexas entre sujeitos aparentados que podem ser analisados a partir da transferência de terras.

Na comunidade de São João do Polêsine, Paulo Bortoluzzi organizou a fundação de uma cooperativa (CERETTA, 19-- , p. 16). A associação era de ajuda mútua entre os chefes de famílias, e se dava através da distribuição de benefícios econômicos. O estabelecimento de cooperativas no universo rural italiano era coordenado por lideranças locais empreendedoras, e tinha por objetivo propiciar a circulação de crédito entre os *contadini*. Assim, por meio desse mecanismo, procuravam incentivar a formação de pequenas propriedades através da

²⁵⁸ Além do comerciante Paulo Bortoluzzi, havia outros que agiam como procuradores no mercado da terra mediando as transações entre os imigrantes e os proprietários. No entanto, naquele momento inicial, nenhum outro indivíduo destacou-se como Bortoluzzi.

²⁵⁹ Os integrantes da família Dotto e Giacomini aparecem realizando seis transações de compra e venda, quase no mesmo momento em que aparecem adquirindo novas dimensões de terra através da mediação de Paulo Bortoluzzi. Transmissões/notas, Cachoeira do Sul (5º Distrito), Livro 2, 03.12.1890, p. 86-94, APERS.

compra (PES, 2000).²⁶⁰ A iniciativa do comerciante Bortoluzzi na estruturação da cooperativa em São João do Polêsine certamente era uma estratégia para desenvolver o comércio de pequenos lotes de terra na região. A associação entre os que residiam na comunidade propiciava a agregação local, algo fundamental num universo em que os indivíduos davam grande importância às relações interpessoais.

O empreendedorismo de Paulo Bortoluzzi propiciou a expansão dos espaços ocupados pelas famílias italianas nos vales dos rios Soturno e Jacuí, formando comunidades como São João do Polêsine e ajudando outras a crescer, como Dona Francisca. Bortoluzzi abriu outras três casas comerciais em diferentes locais da região, ampliando sua influência. O equilíbrio nas relações entre o comerciante e os outros imigrantes, por vezes, podia ser desigual, causando insatisfação entre os segundos. Bortoluzzi concentrava o poder de realizar negócios naquela região, deixando os demais quase que exclusivamente dependentes de sua mediação, principalmente quando havia necessidade de adquirir mais terras. Vários passaram a ser seus devedores, e não surpreende, portanto, que descontentamentos tenham surgido. Depois de alguns anos atuando em São João do Polêsine, Bortoluzzi se viu obrigado a fechar o estabelecimento comercial na comunidade (CERETTA, 19--., p. 53). Talvez porque certas atitudes dele passaram a ser avaliadas pelos outros como “ganância” e “avareza”, algo que era moralmente condenado. E não somente em Polêsine teve que abandonar seus negócios, mas também no povoado de Novo Treviso devido a desentendimentos com os demais imigrantes.

A participação no mercado se dava entre indivíduos que mantinham vínculos parentais ou compromissos recíprocos. Dificilmente as transações ocorriam entre famílias afastadas socialmente ou que não mantinham alguma relação de confiança. A existência de intermediários é um sinal da importância das redes sociais no campo econômico de concessão de crédito e circulação de terra e produtos. Os comerciantes, para garantir a rede de clientes, atuavam como procuradores no mercado das transações, intermediando os negócios entre conhecidos, compadres e clientes. Como pessoa diretamente envolvida na comercialização dos produtos agrícolas, colocava-se como a principal garantia de que os acordos econômicos entre as famílias seriam cumpridos.²⁶¹

²⁶⁰ A relação de dependência entre os membros da paróquia e as instituições de crédito rural é abordada através da trajetória de um pároco entre os camponeses de uma comuna da Província de Treviso, nas primeiras décadas do século XX (PES, 2000).

²⁶¹ O imigrante Agostinho B. se compromete em pagar a dívida de dois mil contos de réis (2.000\$000) que um conhecido seu possuía com o comerciante Próspero Pippi (Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1, p. 91. APERS). Essa participação dos compadres enquanto mediadores e garantidores das negociações podiam motivar conflitos entre os envolvidos. Os desentendimentos entre os compadres em relação ao pagamento da dívida desencadeavam agressões físicas e, muitas vezes, levava ao falecimento do credor, conforme se verá no

Na ex-Colônia Silveira Martins, a participação no mercado da terra se caracterizou por uma intensa transferência de lotes reguladas pelas relações de parentela existentes entre os compradores e vendedores. As propriedades podiam circular entre os integrantes de uma mesma família geralmente quando da formação de novas unidades produtivas ou divisão dos bens herdados. Tais transferências surgem como um mecanismo de controle para conter a excessiva fragmentação das propriedades. Desse modo, articulavam o ajustamento interno entre as unidades de produção aparentadas de acordo com as necessidades específicas de cada uma delas. Outra estratégia familiar se verifica na aquisição coletiva de novas extensões de terra dos proprietários luso-brasileiros. Dentre os indivíduos presentes na relação de compradores, apresentada anteriormente, constatou-se a presença significativa de membros pertencentes a grupos familiares originários de comunas do distrito de Oderzo, província de Treviso, vizinhas de Piavon.

Alguns haviam chegado à Colônia Silveira Martins acompanhados dos familiares meses antes do grupo conduzido por Paulo Bortoluzzi, a exemplo dos jovens imigrantes Carlo e Antônio Dotto.²⁶² Outros, no entanto, como Francisco e João Batista Rorato e os irmãos Giacomini, provenientes das comunas de Chiarano e Gorgo, chegaram à comunidade de Vale Vêneto entre os anos de 1887 e 1888.²⁶³ Posteriormente, em 1893, aparecem no mercado da terra adquirindo lotes do proprietário Manoel Py através da mediação realizada pelo comerciante Bortoluzzi (ver quadro). As redes funcionavam como uma ponte entre os locais de origem e de destino, direcionando a imigração das famílias, e, também, fornecendo assistência no lugar de instalação. Os próprios imigrantes da comunidade do Vale Vêneto, através do envio de cartas, comunicaram os conterrâneos da província de Treviso sobre a disponibilidade de terras particulares que podiam ser compradas em espaços limítrofes aos núcleos coloniais. É provável que as referidas notícias, como as remetidas em 1886 pelo italiano Luiz Rosso, tenham incentivado a transferência de outras famílias das comunas localizadas na província de Treviso, como pode ser constatado no quadro anterior.²⁶⁴

A participação dos imigrantes no mercado da terra – na condição de compradores – era fomentada pela presença de intermediários. O funcionamento de um sistema de crédito favorecia os agricultores a ampliar as dimensões cultivadas ou fundar novas unidades de produção. E, nesse jogo, se destacaram alguns comerciantes como Paulo Bortoluzzi, que se

sétimo capítulo da presente tese. Processo-crime, cível e crime, nº 1150, Maio 35, 16 de novembro de 1890, APERS.

²⁶² Relação de distribuição dos lotes na Colônia Silveira Martins. In: RIGHI, 2001, p. 131.

²⁶³ Relação de distribuição dos lotes na Colônia Silveira Martins. In: RIGHI, 2001, p. 197-198; 211-212.

²⁶⁴ Carta do imigrante Luiz Rosso, 1886 (RIGHI, 2001, p. 457-458).

sobressaiu nesse campo de atuação como nenhum outro indivíduo da ex-Colônia Silveira Martins. Ao prestar assistência em forma de crédito desencadeou uma série de trocas econômicas, deixando as famílias camponesas na sua dependência.²⁶⁵ Essa articulação pode ser compreendida como tentativa de conquistar recursos e prestígio social. Ao atuar como procurador, o comerciante Bortoluzzi estava empenhado em fortalecer suas bases de apoio e aumentar as redes clientelares, muito embora também visasse criar reciprocidades com as famílias de imigrantes.

Outra forma de expandir sua influência foi realizar empréstimos em dinheiro para que outros comprassem terra.²⁶⁶ Bortoluzzi facilitou o recurso ao crédito, aumentando o número de negócios e favorecendo o comércio de bens e produtos. Através deste mecanismo, constituiu uma sólida rede de fregueses na região colonial. A prática de aquisição de terra através de suas mediações indica o quanto o fluxo dos bens materiais era orientado pelos vínculos sociais que conectavam as famílias. Ao assumir o papel de mediador no comércio de terras entre os imigrantes e os proprietários luso-brasileiros, permitiu o acesso às mesmas aos demais imigrantes, expandindo a área ocupada por italianos na região da ex-Colônia Silveira Martins. Pode-se concluir, portanto, que Paulo Bortoluzzi, considerado indivíduo “fanático” e “ambicioso” pelos conterrâneos, efetivamente conseguiu se “tornar chefe de uma colônia” no sul do Brasil.

²⁶⁵ Eduardo Grendi (1978, p. 145, 149) apresenta as características de funcionamento do mercado entre os camponeses, afirmando que a fonte mais comum de crédito era constituída por intermediários e comerciantes locais. Essa estrutura se assentava sobre a parentela e pelas coligações entre indivíduos.

²⁶⁶ Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 2, p. 3; Cachoeira do Sul (5º distrito), livro 11, p. 51, 96, APERS.

CAPÍTULO 3

Nos dois lados do Atlântico: estratégias familiares e redes migratórias

*Se tu desideri
Viver beato
Lascia il paese
Dove sei nato.
Va' nel Brasile
Terra opportuna
Suolo propizio
Per far fortuna.²⁶⁷*

Neste capítulo, busca-se compreender os mecanismos utilizados pelos imigrantes no processo de ocupação e organização nos núcleos coloniais, isto é, as escolhas individuais e familiares colocadas em prática para fundar novas comunidades. As condições e a trajetória dos indivíduos que abandonaram a pátria, bem como a manutenção de uma ligação com os que haviam permanecido na Itália, revelam os sentimentos, as expectativas, os modos de vida e as opções dos que partiram. Uma conexão entre os dois mundos se manteve através da circulação de correspondências que possibilitou entender um dos aspectos que viabilizou a transferência de grupos familiares para o Novo Mundo. Seguir a trajetória de alguns indivíduos que mantiveram vínculos entre si é uma perspectiva que permite compreender a complexidade do fenômeno migratório a partir da visão dos protagonistas.

3.1. Experiências migratórias

A partir da década de 1970, na Itália, as novas abordagens sobre a emigração italiana provocaram reviravolta na forma de pensar a mobilidade populacional. O papel dos

²⁶⁷ Poesia composta pelo imigrante padovano Vicislao Tedeschi, provavelmente em 1877, quando chegou às colônias do sul do Brasil (Marcone *apud* BRUNELLO, 1994, p. 59-69).

indivíduos e suas escolhas frente às transformações mais amplas assumiram posição crucial para os estudiosos dos fluxos migratórios. Frente a isso, a explicação “rígida” apresentada pelo “modelo expulsivo”, que condicionava os movimentos migratórios a variáveis econômicas, políticas e à consequência direta dos processos de liberação da força de trabalho para a indústria, começou a mostrar sinais de fraqueza diante da incapacidade de apreender os aspectos fundamentais do “fenômeno multiforme”, como o das migrações.²⁶⁸

As reações aos paradigmas estruturais apontaram para uma mobilidade geográfica na península itálica antes mesmo da “grande imigração” para a América.²⁶⁹ Desse modo, a existência de uma dicotomia entre sociedade tradicional do Antigo Regime e moderna foi, então, diluída, uma vez que a primeira não era mais entendida como um mundo imóvel, possibilitando, assim, que o movimento transoceânico, do final do século XIX, fosse inscrito num processo de continuidade de migrações sazonais e temporárias, que há tempos caracterizavam os deslocamentos das populações rurais (RAMELLA, 2003).²⁷⁰ O espaço que compreendia a península itálica, durante o século XIX, era formado por regiões com significativas diferenças entre si que caracterizavam de diferentes maneiras os deslocamentos das populações rurais. Com a superação do modelo de expulsão começou a ganhar importância a circularidade da população do campo, principalmente através dos diversos tipos de migrações de curta ou longa distância que, por sua vez, estavam relacionados às condições específicas dos locais de partida. Assim, o retorno para as comunidades de origem não significava a falência do projeto migratório, mas um dos recursos utilizados pelos indivíduos para melhorar a condição econômica e o status social na terra de origem.

As novas pesquisas destacaram as escolhas dos imigrantes como sujeitos ativos que agiram segundo lógicas próprias de ação. Desse modo, perseguiram objetivos e acionaram mecanismos para garantir o sucesso das opções, analisadas como “precisas estratégias migratórias” dentro de uma idéia de autonomia e reprodução de características culturais

²⁶⁸ No Rio Grande do Sul, a reação à “velha historiografia laudatória” iniciou já no final da década de 1970. Desde então, foi crescente a diversificação das abordagens sobre a imigração italiana. Chegou-se à complexidade do processo migratório, entendido como fenômeno constituído por indivíduos de origem social diversa que partiram de diferentes regiões da península itálica para se estabelecer não somente no meio rural, mas também no meio urbano (CONSTANTINO, 2008: 2010, p. 41).

²⁶⁹ O período de 1870 até 1920 é caracterizado pelos estudos migratórios como a “Grande Emigração”, pois foi o momento em que da península itálica partiram grande número de indivíduos para o Novo Mundo. Foi principalmente nas duas últimas décadas do século XIX que o Brasil recebeu mais imigrantes italianos.

²⁷⁰ Os diálogos dos historiadores com os sociólogos, antropólogos, geógrafos e cientistas sociais apontaram novas perspectivas para compreender a mobilidade territorial, resultando no questionamento do modelo estrutural de atração e expulsão, o *push-pull*. Essa visão considerava os aspectos econômicos como responsáveis pelo fenômeno emigratório, concorrendo ao mesmo tempo com a atração promovida por grandes centros urbanos no Novo Mundo. Ver: RAMELLA, 2003; FRANZINA, 2006; TRENTO, 1989.

próprias (RAMELLA, 2003, p 31-32).²⁷¹ Os questionamentos a visão tradicional permitiram perceber os camponeses como atores sociais que buscaram se apoiar em redes de relações a fim de adquirir informações sobre os locais onde poderiam encontrar trabalho.

A contribuição para essa mudança de perspectiva veio, principalmente, dos novos estudos que ressaltaram o papel das mobilidades na península itálica do Antigo Regime, destacando-se Giovanni Levi (1985, p. 79). No livro *Centro e periferia*, o autor analisou o processo que levou a cidade de Turim a se tornar um centro político, cultural e demográfico na região do Piemonte, comprovando a existência de frequentes migrações das populações do campo para a cidade que buscavam garantir a própria sobrevivência ou complementar as economias familiares. Após essa constatação, a migração temporária ou definitiva passou a ser entendida como mecanismo preciso de subsistência e reprodução do grupo camponês.²⁷² Desse modo, os deslocamentos escondiam aspectos como estratégias demográficas, hereditárias, estrutura familiar, escolhas individuais e ciclos de vida (LEVI, 1989, p. 101).

Mesmo antes da emigração italiana se tornar um fenômeno de massa, as populações do território peninsular se movimentavam constantemente para outras regiões e países europeus, como forma de aumentar as rendas familiares. O deslocamento sazonal constituía um dos pilares da economia de muitas comunidades que desenvolviam trabalhos itinerantes, representando mais que apenas um recurso para assegurar a própria subsistência. Uma visão dinâmica e ativa das migrações dos homens das áreas montanhosas foi apresentada por Diogini Albera e Paola Corti (2000, p. 12) em *La montagna mediterrânea: uma fabbrica d'uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Os autores se opunham à imagem passiva dessa sociedade entendida apenas como um reservatório de trabalhadores. Essa nova perspectiva passa a considerar que as pessoas das montanhas não apenas dispunham de recursos e informações, mas, também, formulavam projetos, escolhiam itinerários e selecionavam as oportunidades econômicas. Assim, ao emigrarem não estavam necessariamente fugindo de um ambiente hostil, pobre e restrito, mas sim se projetando para uma multiplicidade de serviços em espaço que se estendia para além das fronteiras regionais.

²⁷¹ Um dos fenômenos relacionados à emigração circular é o das remessas ou rendas enviadas do exterior para familiares na comunidade de partida como uma forma de adquirir terras ou pagar dívidas. Sobre essa questão ver: CESARE, 2001; MASSULLO, 2001; RAMELLA, 2003.

²⁷² Os movimentos migratórios estavam diretamente relacionados aos ciclos de vida das famílias que procuravam garantir as necessidades de subsistência e reprodução de acordo com o seu tamanho. A idéia da busca por equilíbrio entre consumo e produção como um dos aspectos fundamentais de estruturação da unidade camponesa foi apresentado por Alexandre Chayanov (1974) ao estudar a realidade russa dos séculos XIX e XX. Chayanov realizou uma conexão entre os aspectos econômicos e culturais distanciando-se da lógica da acumulação do capital. Após seu estudo, vários outros levaram em conta a perspectiva de organização da família camponesa. Ver: GRENDI, 1978; LEVI, 1985; 2006.

Foi esta “cultura da mobilidade” que possibilitou que as rotas e os caminhos transoceânicos fossem seguidos como novas oportunidades no final do século XIX.

A “grande emigração” é a continuação de um “costume antigo” vivido pelos *contadini* de diversas regiões do território peninsular italiano. Em muitas áreas o próprio trabalho agrícola se caracterizava como uma atividade de migrantes, onde pequenos ou grandes grupos de *braccianti*²⁷³ e *contadini* se transferiam em determinadas épocas do ano para locais onde exerciam temporariamente as atividades ligadas à agricultura. Uma cultura da viagem e da constante peregrinação se encontrava difundida no mundo camponês que significava mais do que uma fuga da miséria, pois, muitas vezes, emigrar era visto como a condição necessária para poder desempenhar um ofício (BEVILACQUA, 2001, p. 99).

Da mesma forma, a defesa das práticas culturais tradicionais do universo popular também é ressaltada como propulsora do abandono das pessoas do campo no período das migrações transoceânicas, opondo-se aos estudos que destacaram como aspectos determinantes dos fluxos migratórios à superpopulação e à miséria na Itália. Segundo Andreina De Clementi (2001, p. 187), o predomínio de uma circulação de camponeses indica o quanto esses movimentos são próprios das sociedades agrárias. Neste meio, o costume de emigrar se manteve durante todo o Antigo Regime até atingir proporções de um fenômeno de massa no final do século XIX e início do XX.²⁷⁴ Mas, uma das diferenças que passou a marcar o novecentos estava relacionada ao fim da mobilidade cíclica e temporária, uma vez que muitas famílias de *contadini* passaram a abandonar definitivamente a pátria para se estabelecerem em terras localizadas do outro lado do Atlântico.

Assim, muitos foram os homens e as mulheres que, antes de se transferirem para a América, haviam partilhado experiências pretéritas de migrações. Estes deslocamentos aparecem como um componente estrutural do modo de vida da sociedade camponesa, por isso não significavam apenas uma fuga da pobreza ou sintoma de dificuldades conjunturais. Mais que um espírito aventureiro e desejo de emigrar, a mobilidade constante dos indivíduos, principalmente das regiões montanhosas, apresentava-se, em diversos casos, como a única condição para realizarem algum tipo de trabalho. Portanto, a impossibilidade de delinear um

²⁷³ Trabalhadores braçais que não possuíam a posse da terra.

²⁷⁴ Vários são os autores que destacaram a mobilidade populacional no território peninsular e para fora dele como uma prática antiga que se perpetuou no universo camponês de formas variadas, sendo, portanto, os deslocamentos além mar uma consequência dessa cultura da movimentação perpetuada há várias gerações. As migrações foram percebidas como um dos aspectos constitutivos da vida e da própria economia dos habitantes de várias regiões italianas. Ver: GIBELLI, 2001; PIZZORUSSO, 2001; ALBERA, 2000, p. 7-27; FRANZINA, 1983; COPPOLA, 1990; BEVILACQUA, 2001; ZANNINI: GAZZI, 2003, RAMELLA, 2009, CORTI: SANFILIPPO, 2012.

modelo explicativo unitário para entender o fenômeno migratório na Itália colocava em destaque a existência de exemplos regionais que apresentavam algumas semelhanças com os aspectos gerais. A contribuição para isso veio dos estudos microanálíticos de trajetórias familiares e casos singulares que permitiram apontar as características comuns dos fluxos em determinados espaços.

Todavia, apesar das especificidades locais foi possível definir quatro diferentes configurações de emigração presente no território peninsular. Essas estavam divididas em áreas, nas quais os modelos regionais de mobilidade foram construídos a partir dos elementos econômicos e demográficos próprios de cada local. O “modelo alpino”, que corresponde à Itália Setentrional, apresentava as migrações como um dos recursos utilizados pelas famílias camponesas em determinados períodos do ano para realizar trabalhos distantes das aldeias. Por meio dessa movimentação, em algumas estações do ano, garantiam ganhos extras que possibilitavam manter o equilíbrio entre investimentos familiares, subsistência e reprodução do status social. A mobilidade na sociedade italiana se apresentou em diferentes tempos e locais como uma “herança imaterial” que se perpetuou culturalmente em variados modelos regionais (PIZZORUSSO, 2001, p. 5-7, 16).

As forças de motivação dos fluxos migratórios não podem ser reduzidas a apenas um fenômeno mono-causal, pois diversas foram as influências e percepções dos indivíduos protagonistas desse processo. A crise agrária ocorrida no final da década de 1870 é apresentada como uma das dificuldades que prejudicava a permanência dos pequenos proprietários, alimentando o desejo de assegurarem as próprias terras nas frentes de colonização promovidas pelo Império brasileiro na América do Sul. Além desses, outros fatores são apontados como responsáveis pela desarticulação do campo na península itálica, porém, eram mudanças que ocorriam internamente na sociedade rural, produzindo um desequilíbrio nas formas de organização das unidades familiares. Uma progressiva fragmentação da terra devido às transmissões hereditárias, às pressões fiscais do Estado e a perda de antigos direitos impulsionava o surgimento de novos comportamentos entre os camponeses. Frente aos problemas que provocavam à desarticulação da sociedade *contadina*, emigrar foi uma das opções mais seguras para conseguir evitar consequências desastrosas à manutenção de um estilo de vida no campo.²⁷⁵

As dificuldades para garantir a estrutura familiar, a reprodução social, a manutenção das terras e as economias domésticas levaram os pequenos proprietários a embarcar para o

²⁷⁵ Sobre a relação entre sociedade rural e emigração italiana ver: BEVILACQUA, 2001; LANARO, 1990; DI NOLA, 1990; TIRABASSI, 1990; FRANZINA, 1995; 2006.

outro lado do Atlântico. No entanto, sendo a mobilidade uma das características das populações que viviam no campo, independentemente das crises estruturais, esses movimentos ganharam maior proporção devido às relações mantidas com aqueles que já haviam passado pela experiência migratória que, do além-mar, emitiam convites aos conterrâneos, comunicando sobre as diversas possibilidades de sobrevivência no Brasil. Para esta pesquisa, o que interessa é a transferência de grupos familiares compostos, sobretudo por *contadini* e pequenos proprietários vênets que, a partir de 1875, começaram a se instalar nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul.²⁷⁶

3.2 Longe da pátria, mas vizinho dos parentes

Nas últimas décadas do século XIX, famílias camponesas do norte da península, que há tempos partilhavam das experiências de partida e retornos às aldeias de origem, decidiram romper um ciclo e se transferir definitivamente para o Novo Mundo. A maneira e as condições que cada grupo ou indivíduo possuía eram variadas, uma vez que nem todos dispunham dos mesmos recursos. No entanto, por mais singulares que sejam, as opções podem informar sobre as lógicas de funcionamento do mundo camponês. Muitos haviam partido das comunidades de origem mobilizados pelas notícias enviadas pelos conterrâneos, italianos já estabelecidos na América que divulgavam as possibilidades de adquirir terras mais facilmente que na pátria de origem.

Por meio da análise das cartas trocadas entre os indivíduos envolvidos direta ou indiretamente na imigração é possível perceber as estratégias colocadas em funcionamento pelos diferentes protagonistas desse processo, além de também exemplificar sob quais vínculos as partidas foram organizadas. Tanto o conteúdo quanto a própria circulação de correspondências ajudam a entender o papel ativo dos imigrantes como protagonistas da ocupação dos núcleos de colonização do sul do Brasil.²⁷⁷ No ano de 1883, o italiano Paulo Rossato (29 anos), após ter se estabelecido com a esposa, Raquel Massingani (23), num lote

²⁷⁶ A região do Vêneto, localizada na parte norte da península, era formada por oito províncias, sendo elas Vicenza, Treviso, *Belluno*, Udine, Verona, Rovigo, Pádua e Veneza. Foi das quatro primeiras que emigrou a maior parte das famílias que se estabeleceram na Colônia Silveira Martins. Geograficamente, aquelas se caracterizavam por colinas e montanhas, predominando nesse espaço a presença de pequenas e médias propriedades. Encontravam-se, basicamente, dois tipos de *contadini* na região: os que eram pequenos proprietários, arrendatários, ou seja, os que trabalhavam por conta própria, e os trabalhadores braçais – fixos ou temporários – conhecidos como *braccianti* (ALVIM, 1986, p. 28-29).

²⁷⁷ Alguns estudiosos têm utilizados as correspondências para analisar a dinâmica do processo migratório, a participação ativa dos *contadini* e a eficácia desse mecanismo de comunicação entre os grupos que abandonaram na pátria do origem. Ver: CIAFARDO, 1991; PALOMBARINI, 1998; GIBELLI: CAFFARENA, 2001, p. 563; TETI, 2001; RAMELLA, 2001; FRANZINA, 1994: 1981, p. 49-75.

de terra próximo à Colônia Caxias, localizada na região da Serra Gaúcha no Estado do Rio Grande do Sul, passou a enviar sucessivas cartas informativas sobre as condições em que se encontrava. Primeiramente, além de notificar que havia comprado um lote de terra por oitocentos (800) mil réis, apontou os nomes dos novos vizinhos, deixando a entender ter adquirido coletivamente com conterrâneos uma extensão de terra, a qual dividiram entre quatro famílias imigrantes. E para efetivarem o pagamento da propriedade, tinham um prazo de dois anos sem juros.²⁷⁸

O italiano Giobatta Mizzan e três amigos – chegados em 1878 no município de Santa Maria da Boca do Monte, na região central do Rio Grande do Sul – agiram de modo semelhante a Paulo Rossato. Distante vinte quilômetros da referida cidade, os imigrantes tinham de aguardar a demarcação dos lotes coloniais no então Quarto Núcleo de Colonização no Estado.²⁷⁹ Contudo, não esperaram o término dos trabalhos demarcatórios oficiais e dirigiram-se para outro distrito do município de Santa Maria. O fato de algumas famílias terem chegado à região com pequeno capital permitia esta possibilidade de logo comprar uma propriedade. A própria escolha do lote não era aleatória, antes o contrário, os imigrantes procuravam se estabelecer próximos daqueles com os quais mantinham alguma afinidade. As relações de solidariedade visavam uma autoproteção diante do desconhecido, podendo esta rede de reciprocidade ser acionada em diversas situações, como na elaboração de estratégias conjuntas que facilitassem a ocupação e organização em um determinado espaço.

Em carta enviada ao irmão na Itália, Giobatta Mizzan relatou a opção em não aguardar a distribuição dos lotes na Colônia Silveira Martins, preferindo adquirir uma propriedade em outro local, juntamente com “amigos Belluneses”. A aquisição da terra representava uma escolha vantajosa, pois não teriam de aguardar a abertura de estradas, a derrubada do mato e a demarcação dos lotes coloniais. Como no caso de Paulo Rossato, agindo coletivamente com outros imigrantes, “desejavam comprar colônias de particulares que tinham terras para vender”. Após terem encontrado um local para que quatro famílias pudessem se estabelecer, Mizzan afirmou como foi o contrato:

(...) compramos as casas, o mato, pradarias, o solo arável. Há fruteiras de todos tipos, uma vaca, um cavalo, oito porcos, vinte bois. Calculamos quarenta medidas de batatas, dez de arroz, 14 de mandioca, que é uma raiz que se faz farinha boa para comer, 150 galinhas e, seguramente, calculamos 100 hectolitros de milho que, até abril, colheremos. Há belas plantações de videiras. Em resumo, não falta nada.

²⁷⁸ Carta de Paulo Rossato aos pais, 17 de fevereiro de 1884 (DE BONI, 1977, p. 31).

²⁷⁹ Em 1877 foi criado o Núcleo Colonial de Santa Maria da Boca do Monte, no centro do Rio Grande do Sul. Com a chegada dos imigrantes italianos, o lugar passou a ser denominado Quarto Núcleo Imperial de Colonização Italiana, porém, em seguida, no ano de 1878, teve seu nome alterado para Colônia Silveira Martins.

Custou-nos ao todo 5.000 francos. Foi sorte grande, pois pagamos logo 3.000 e sobre 2.000 corre um juro de 12%. Calculamos o total da terra comprada em mais de mil campos. Assim fizemos um contrato todos os quatro juntos e entre nós depois dividiremos e faremos quatro partes.²⁸⁰

A diversidade do solo, de produtos agrícolas e animais domésticos eram aspectos essenciais que forneciam às famílias de imigrantes o necessário para organizarem sua dinâmica econômica e social. Fundada sobre uma agricultura familiar que privilegiava o próprio autoabastecimento, vendiam o excedente quando havia boa produção. Este exemplo serve para que se entenda que alguns imigrantes chegaram aos núcleos de colonização no sul do Brasil trazendo algum dinheiro que foi destinado a propiciar uma imediata instalação nas novas terras.

Segundo o imigrante Mizzan, a compra tinha sido “um golpe de fortuna” para a família, pois dispunham agora de tanta terra que nem seus filhos conseguiriam trabalhar em toda ela. E declarou estar contente por que os descendentes do grupo teriam um lugar para ficar e produzir. Possuir uma propriedade que suprisse as necessidades da família, de acordo com o número de indivíduos, era acreditado como garantia de futuro estável para àqueles que chegavam à América. Logo, a imigração de famílias de italianos para o sul do Brasil era motivada por esta expectativa de ser dono da própria terra. A incerteza quanto ao futuro e o bem-estar do grupo eram umas das preocupações constantes das famílias camponesas, motivando-as a abandonar as aldeias de origem e partir para o outro lado do Atlântico. Para o imigrante Giobatta Mizzan a ideia de “fortuna” se relacionava à diversidade de culturas e animais que a família passou a dispor com a aquisição da colônia. Autonomia e capacidade de autorreprodução das unidades camponesas eram consideradas um dos aspectos fundamentais para o sustento do grupo.

Adquirir as terras, muitas vezes algo feito conjuntamente, parece ter sido uma estratégia utilizada por famílias para se estabelecerem próximas, reforçando, assim, antigos laços de parentesco e amizade. Em grupo negociavam com os proprietários luso-brasileiros. Provavelmente, essa negociação coletiva foi prática recorrente entre as famílias de imigrantes que não queriam se fixar no espaço que compreendia a Colônia Silveira Martins, procurando, assim, adquirir terras por conta própria sem vínculos com o projeto colonizador do Estado brasileiro.²⁸¹ Em algumas experiências, esse tipo de aquisição se mostrava como um

²⁸⁰ Carta do imigrante Giobatta Mizzan, de 17 de março de 1878 (FRANZINA, 1994, p. 81-3; RIGHI, 2001, p. 466-468).

²⁸¹ Muitos imigrantes pequenos proprietários partiam da Itália carregando consigo pequeno pecúlio para ser investido na aquisição de terras. Também puderam contar com o recebimento de heranças e produto da venda

mecanismo seguro, pois eram os próprios imigrantes que escolhiam o local de instalação levando em conta a localização e qualidade da propriedade. No caso apresentado, os contatos e as solidariedades existentes desde a pátria de origem serviram de base para este tipo de negócio em conjunto. Esta forma de organização aumentava as relações de amizade, reciprocidade e interdependência. A existência dessas afinidades talvez tenha motivado o abandono coletivo do povoado na Itália, deixando, porém, nesse lugar, familiares, parentes e vizinhos com os quais renovaram as ligações através do envio de correspondências.

Os imigrantes italianos, ao se comunicarem com os familiares na Itália, informavam sobre as características locais e a disponibilidade de terra, incentivando, assim, a transferência de novos grupos. Dessa maneira, orientavam a povoação dos núcleos coloniais e a formação de novas frentes de ocupação. Os laços de solidariedade entre os imigrantes eram aspectos que garantiam maior segurança e vantagens quanto as suas escolhas. Assim, um dos mecanismos utilizados foi a agregação de famílias para enfrentarem as dificuldades naquele período inicial de estabelecimento, organização e trabalho nas terras adquiridas. Os vínculos de afinidades pretéritas, reforçados no momento de ocupação e organização dos lotes coloniais, favoreceram a coesão entre algumas famílias e a reprodução de um modo de vida camponês. Desse modo, os imigrantes italianos, longe de formarem um grupo homogêneo, destituídos de qualquer recurso e “vítimas” de um processo de expulsão da pátria, foram protagonistas das próprias escolhas.

Enquanto algumas famílias se adaptavam bem ao novo ambiente, adotando o Brasil como pátria, outras, porém, tiveram dificuldades em colocar em prática os projetos e manter a subsistência dos filhos. Ao se analisar diversas trajetórias, pode-se perceber que os recursos disponíveis não eram iguais para todos os indivíduos. Situações de imprevisibilidade, desilusões e dificuldades em se manter nos núcleos coloniais levaram os imigrantes italianos a procurar voltar para as aldeias de origem. Esse foi o caso de Antônio Basso, que, desgostoso com o ambiente encontrado na Colônia Silveira Martins, local em que havia chegado em 1888 com a esposa e sete filhos, todos menores de treze anos, decidiu retornar para a Itália. Para tal, mobilizou os familiares na península, solicitando que recorressem às autoridades italianas e ao antigo patrão para que financiassem o seu retorno. Em carta ao irmão implorou para que encontrasse alguém para escrever ao rei Vittorio Emanuele III e informasse o sofrimento da

dos bens que, posteriormente à partida, foram enviados pelos familiares ou conhecidos para o Brasil. O dinheiro chegava através do Régio Consulado da Itália ou pelo London et Brazilian Bank Limited, ambos com representantes em Porto Alegre. No livro de Transmissões e Procurações de Santa Maria (no Arquivo Público do Rio Grande do Sul – APERS), entre os anos de 1896 e 1900, pode-se acompanhar os trâmites destas negociações.

família, e que fosse concedida “a graça” e os meios para retornar gratuitamente para a terra natal.

O imigrante Antônio Basso, estabelecido havia pouco mais de um ano na Colônia Silveira Martins, apontava como motivo de insatisfação o fato de toda a família estar doente e na miséria, pois não havia encontrado trabalho. Afirmou ter emigrado devido à insistência dos próprios conterrâneos já estabelecidos no Brasil, porém, encontrava-se infeliz com as escassas condições de vida na região colonial. Tomou conhecimento desta possibilidade de voltar para a Itália com o apoio do Rei através do sermão do padre Antônio Sório – imigrante, agente consular e pároco de Silveira Martins. De posse desta informação, estabeleceu contato com os parentes na Itália para agilizarem a transferência.²⁸² Não há informações se o imigrante conseguiu o que estava buscando, no entanto, este caso permite perceber que recorrer aos familiares era uma alternativa que podia ser utilizada em momentos de dificuldades. A própria existência de propaganda realizada pelo pároco indicava a possibilidade de retorno para os infelizes e desiludidos com as condições encontradas na América.

Este caso evidência que os convites feitos pelos amigos e parentes estabelecidos nos núcleos coloniais nem sempre eram garantias suficientes para evitar decepções, adversidades e infortúnios quanto à adaptação no sul do Brasil. Vários indivíduos da família Basso – saídos das Províncias de Treviso e Vicenza – haviam se estabelecido na Colônia Silveira Martins a partir de 1878, juntamente com os primeiros grupos de *contadini* Vênetos que iniciaram a ocupação da região. A existência de parentes, alguns já há dez anos fixados como pequenos proprietários na região, não garantiu a Antônio Basso e à família as condições necessárias de sustento, fato talvez agravado por não ter conseguido morar próximo aos conhecidos.²⁸³ O imigrante indicava a existência de outros locais onde estavam sendo iniciados os trabalhos de ocupação, porém, a distância, o abandono, as doenças e a falta de recurso foram apontados como um dos motivos pelo qual desejava retornar para a Itália. Segundo Antônio Basso, as “péssimas condições” de sobrevivência acarretaram a morte de uma das filhas,²⁸⁴ e isso devia ser apresentado ao rei Vittorio Emanuele como motivo para regresso à pátria de origem.

A partir de 1887, as famílias que chegavam à região da ex-Colônia Silveira Martins, a exemplo de Antônio Basso, não encontravam lotes de terra disponíveis para se estabelecer. Um ano antes, um grupo de setecentos e sessenta e dois (762) imigrantes, dentre eles quatorze (14) alemães, passaram a ocupar áreas afastadas. Para o diretor da colônia, Siqueira Couto,

²⁸² Carta de Antônio Basso, abril de 1889, Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 455, 470).

²⁸³ Listas dos lotes de terras na Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 110-225).

²⁸⁴ Idem.

não mais havia terras devolutas na região, o que o motivou a busca por novas áreas que pudessem receber os imigrantes que continuavam a chegar. Naquele momento, na ex-Colônia, as famílias de imigrantes trabalhavam na derrubada do mato e na preparação do solo nos novos lotes, conforme afirmou Couto.²⁸⁵ Enquanto isso, moravam nas casas dos parentes e amigos. Talvez Antônio Basso não tenha alcançado auxílio necessário junto à parentela, sendo assim, procurou articular sua repatriação.

Os imigrantes vinham alertando os conterrâneos na Itália sobre a situação vivida na ex-Colônia Silveira Martins, fornecendo informações àqueles que desejavam vir ao sul do Brasil. Segundo o italiano Luis Rosso, novas terras estavam sendo distribuídas no interior do município de São Vicente, distante “apenas cinco dias de cavalo”. Não existiam mais terras boas para a agricultura na ex-Colônia e o governo imperial havia parado de fornecer auxílio aos recém-chegados. Porém, apresentou uma alternativa: apesar de estarem esgotadas as terras coloniais, existiam lotes de particulares disponibilizados para a compra, medindo sessenta hectares e custando um conto de réis.²⁸⁶

Conforme se destacou no capítulo anterior, o espaço que compreendia os núcleos da ex-Colônia Silveira Martins era circundado por amplas extensões de campos e matos de proprietários luso-brasileiros. Frente à demanda das novas levas de imigrantes, aqueles dividiram parte das propriedades e colocaram à venda pequenos lotes. Entretanto, nem todos os italianos que chegavam tinham condições financeiras de fazer tal compra, sendo encaminhados, então, a núcleos distantes de ocupação, como a colônia Jaguari, no município de São Vicente, “a cinco dias de cavalo” e onde o desiludido Antônio Basso não desejava se estabelecer.

Portanto, para alguns imigrantes, as condições geográficas e naturais encontradas na região colonial eram decepcionantes, levando os insatisfeitos a informar os familiares para não partirem ao Brasil. Os montes, as encostas, as poucas planícies, a presença de “muitas cobras e tantos perigos” que levavam a “perder a vida” foram apresentados como os motivos da desilusão, questionando a “Cocagna” que imaginaram quando estavam na Itália.²⁸⁷ Os irmãos Taschetto demonstraram ressentimentos com relação às propagandas do Novo Mundo

²⁸⁵ Relatório da Comissão de medição de lotes da Colônia Silveira Martins, 20 de novembro de 1887, p. 1-2. Imigração, Terras e Colonização – AS 049, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs).

²⁸⁶ Carta de Luis Rosso, 1886 (RIGHI, 2001, p. 457-458).

²⁸⁷ A circulação de histórias míticas sobre a realidade da América também motivou os *contadini* a abandonar suas comunidades de origem, sendo que os próprios agentes de navegação se utilizavam desse imaginário como um dos elementos para incentivar a imigração. Segundo Vito Teti (2001, p. 576) as idéias que repercutiam entre as populações do campo eram aquelas que destacavam a disponibilidade de terra, fartura de frutos, qualidade do solo e oportunidades de trabalho. No imaginário coletivo dos imigrantes europeus dos “*paesi della fame*” a América, neste caso o Brasil, era entendida com um lugar fabuloso e símbolo da opulência.

feitas na Itália, desilusão nascida pelas dificuldades iniciais que encontraram na ex-Colônia Silveira Martins. Por carta, procuraram impedir que outros irmãos também emigrassem.²⁸⁸

Além de notificarem sobre a realidade encontrada, solicitaram apoio para facilitar o retorno à Itália. Encaminharam a carta para ser entregue ao antigo “patrão”, implorando para promover o retorno dos três irmãos para a pátria de origem. Quando chegassem, prometiam se submeter a quaisquer exigências para pagar os investimentos da viagem de regresso. A possibilidade de recorrer ao antigo “patrão” revela aspectos de uma forma de pensar e agir camponesa que caracteriza a manutenção de vínculos entre os patrões e os *contadini* vênéticos (FRANZINA, 1994, p. 124).

Nesse sentido, a insatisfação demonstrada se relacionava às dificuldades de encontrar trabalho e da localização das novas frentes de colonização, distantes da Colônia Silveira Martins e dos parentes há mais tempo estabelecidos. Os indivíduos que não dispunham de recursos relacionais sólidos foram os que mais enfrentaram dificuldades neste processo migratório. Frente a esses problemas, alguns se articularam para retornar à Itália, e outros, já estabelecidos na região há algum tempo, buscaram fazer com que mulheres e filhos obtivessem transferência gratuita para o Brasil. Estes casos evidenciam que as famílias construíram uma estratégia migratória que se caracterizava através da transferência em etapas, ou seja, primeiramente vinham alguns homens, e, após, tendo eles já se fixados nos núcleos coloniais, procuraram obter benefícios para facilitar o deslocamento dos outros.²⁸⁹

As cartas eram o principal meio de comunicação entre os italianos, pois, através delas, as informações circulavam aumentando o leque de recursos para os que desejavam deixar a Itália. Não apenas o conteúdo é importante, mas a própria possibilidade do circuito auxilia compreender a dinâmica da imigração, uma vez que envolvia predominantemente pessoas comuns, pouco alfabetizadas e cujo universo cultural se caracterizava pelo domínio da oralidade.²⁹⁰ No Brasil, os imigrantes também utilizaram as cartas para se juntar a conhecidos instalados em outras províncias do território nacional. Assim, insatisfeitos com as condições que haviam encontrado em Minas Gerais, vários chefes de famílias, em nome de um grupo de

²⁸⁸ Carta de Antônio, Luigi e Felice Taschetto, novembro de 1887, Santa Maria da Boca do Monte (RIGHI, 2001, p. 469).

²⁸⁹ Requerimento ao presidente da província do imigrante Luigi Bortolo, 27 junho de 1887. Imigração, Terras e Colonização – AS 049. AHRGS. Esse é apenas um dos exemplos de solicitação de passagens gratuitas de familiares para o Brasil. Era frequente este pedido por parte dos imigrantes.

²⁹⁰ As cartas revelam serem fontes preciosas para questionar a integração dos imigrantes no país de acolhida, mostrando a desagregação familiar e outros problemas. Elas também permitem perceber a manutenção de vínculos, a persistência de valores tradicionais e as estratégias de organização na nova sociedade. São, portanto, fontes privilegiadas para analisar as escolhas dos imigrantes e a cultura camponesa dos italianos (CIBELLI & CAFFARENA, 2001, p. 563-564; TETI, Op. Cit., 2001, p. 575-597; FRANZINA, 1981: 1994).

noventa e quatro italianos, requereram passagem gratuita para o Rio Grande do Sul, uma vez que haviam sido convidados por parentes e conhecidos que ocupavam terras na Colônia Caxias.²⁹¹

Demonstrando descontentamento com as “falsas informações” divulgadas na Itália, outro grupo de imigrantes solicitou providências ao presidente da província da Bahia pelo fato de terem sido enganados sobre a realidade da região.²⁹² Tais escolhas refletem as possibilidades aos recém-chegados de garantir, na nova realidade, os benefícios a eles prometidos. Conhecer antecipadamente as condições dos locais de instalação, bem como decidir o próprio destino através das notícias passadas por parentes e amigos, dava confiança aos camponeses para partir ao território brasileiro. Segundo o imigrante Andrea Pozzobon (1997, p. 51), quando estavam na Itália a família recebeu diversas cartas de um parente que lhes fornecia instruções para organizar o processo de transferência. As situações apresentadas, apesar de serem específicas, permitem avaliar a participação ativa das famílias em solicitar aquilo que achavam ser direito, reivindicando junto às instâncias de poder a obtenção de privilégios.²⁹³

Pode-se afirmar que as famílias se utilizaram das relações de parentesco e reciprocidade como vínculo de transmissão de notícias e de auxílio, permitindo que, de diferentes maneiras, os indivíduos encontrassem espaço na sociedade receptora. Muitos dos imigrantes que chegaram à região colonial, principalmente no final da década de 1880, estabeleceram-se nas casas de parentes até conseguirem encontrar um local com condições favoráveis para se instalar e trabalhar. Na ex-Colônia Silveira Martins, Antônio Vicentini, mulher e filhos, permaneceram morando na casa de conhecidos, enquanto procuravam terras próximas e em condições favoráveis para dar início à nova vida. Em carta endereçada ao irmão na Itália, o imigrante apresentava a situação em que se encontrava, passando, também, as seguintes orientações:

²⁹¹ Carta ao Ministro da Agricultura da capital federal dos imigrantes italianos de Minas Gerais, 12 de dezembro de 1889. Série Agricultura – IA6- 165. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ. Aos solicitantes foi concedido à transferência para os núcleos de colonização do sul do Brasil. Registro da passagem da hospedaria Ilha das Flores (Rio de Janeiro) a noventa e quatro imigrantes vindos da Província de Minas Gerais que foram destinados para Rio Grande do Sul, em janeiro de 1890. Série Agricultura – IA6- 165. ANRJ.

²⁹² Carta à secretária do Estado interino dos negócios de agricultura, 31 de janeiro de 1889. Série Agricultura – IA6 – 165. ANRJ.

²⁹³ As “falsas notícias” sobre as condições oferecidas nas regiões de colonização do sul do Brasil foram usadas pelos imigrantes como argumento para alcançar outros benefícios. Desse modo, um grupo de imigrantes residentes nas Colônias Conde’ Eu, Dona Isabel e Caxias na Província do Rio Grande do Sul, alegando terem sido enganados pelas promessas do governo brasileiro divulgadas em boletim espalhado na Itália, solicitavam que fossem liberados do pagamento dos lotes de terras. Caso não fossem atendidos, ameaçavam abandonar o cultivo das terras da região colonial. Abaixo-assinado enviado a Secretária da Câmara dos Deputados, 11 julho de 1887. Série Agricultura – IA6- 165. ANRJ.

Direi que torno a olhar às colônias e ainda não sei nada de novo, porque aonde foi o meu tio, [este] diz que são colônias muito ruins, com pouca água e longe do comércio e, portanto, lá tenho pouca vontade de ir; é melhor ficar aqui alugando. Fiz o aluguel ainda por dois anos e aqui trabalho [em] terra boa e também perto do comércio (...) quando encontrar um pedaço de terra para mim te falarei. Mas enquanto eu não escrever de novo não te movimentes de casa, porque quando tiverdes intenção de vir aqui terei prazer de poder-te colocar também a ti (...) e por conta minha. É melhor cem vezes estar aqui alugando [do] que aí como estava primeiro, que [aqui] ao menos para viver não se pensa tanto como aí e [estamos] menos sujeito a desgostos.²⁹⁴

As trajetórias dos imigrantes mostram que, após a chegada nos núcleos coloniais, movimentações internas ocorriam frequentemente. Como a intenção era garantir um local que apresentasse condições favoráveis para a sobrevivência do grupo, a hospedagem temporária em casa de conhecidos foi utilizada como um mecanismo estratégico enquanto avaliavam as opções. Essa prática parece ter sido recorrente na última década do século XIX, aproveitando que as famílias pioneiras já haviam obtido sua estabilidade. Como os novos núcleos de colonização estavam localizados distantes das primeiras ocupações, aqueles acabaram servindo como ponto de apoio e referência para as famílias que chegavam.

Os vínculos de parentesco, consolidados desde a pátria de origem, ou as amizades estabelecidas durante a viagem para o Brasil, eram recursos que garantiam uma melhor adaptação durante o processo migratório. Possuir uma parentela solidária, ampla e coesa era um aspecto vantajoso para os *contadini* que partiram com suas famílias para “fazer a América”. Se, na maioria, os imigrantes eram carentes de bens materiais, por outro lado podiam contar com uma riqueza imaterial: os laços parentais permitiam ampliar as chances de sucesso no Novo Mundo. As possibilidades de obter vantagens nas terras distantes eram mais largas ou mais reduzidas segundo a posição de cada um nos “agregados parentais” (RAMELLA, 2001).

Apoiados em recursos relacionais, as famílias camponesas buscaram obter o maior número de informações sobre as possibilidades existentes nos locais de destino. Segundo Franco Ramella (1995, p. 9-19), ao estudar o deslocamento dos imigrantes para a América do Norte no início do século XX, foram as relações interpessoais que uniram sujeitos de uma mesma comunidade, solidificadas em vínculos parentais e rede de sociabilidades, levando-os a decidir sobre os lugares de transferência. Os laços de parentesco e vizinhança, onde as alianças e as solidariedades eram recíprocas e sólidas, foram incorporados como conexões

²⁹⁴ Carta de Antônio Visentini, 3 de março de 1901; Carta de Antônio Visentini, 7 de abril de 1901 (RIGHI, 2001, p. 475-479).

válidas entre os indivíduos. Isso denota que a eficácia das relações sociais não era determinada por uma proximidade física, mas, sim, por obrigações e cumplicidades reconhecidas.

Portanto, mesmo após um longo período, as ligações dos imigrantes com os que haviam ficado nas comunidades de origem não foram rompidas. Tanto do lado de cá quanto do lado de lá do oceano circulavam notícias e saudações entre os que estavam ligados por laços de parentesco. Um imigrante, residente na região colonial de Silveira Martins, ao solicitar informações dos parentes na Itália, declarou que o grupo estava “longe do país [de origem], mas vizinho dos parentes”.²⁹⁵ A proximidade entre alguns indivíduos era alimentada pela troca de cartas que possibilitava a circulação de notícias e saudações recíprocas, consideradas essenciais para a manutenção dos vínculos familiares e afetivos com os parentes distantes. Houve um empenho dos imigrantes no sentido de manter inalteradas as ligações com as pessoas próximas e sustentar as identidades comunitárias dos locais de origem. As cartas, além de exemplificar o interesse dos indivíduos em promover os reencontros familiares, sugerem a existência de uma mobilidade constante que perdurou durante muitos anos graças à eficiência das redes sociais. Quem por primeiro chegava ao local de destino lançava as bases para o funcionamento de uma ponte de informações que conectavam os contextos distintos, que passava pela existência primeira de laços de confiança entre o informante e os destinatários, em muitos casos assegurados por vínculos consanguíneos.²⁹⁶ Esses, por sua vez, tornavam-se recursos eficazes na organização e adaptação no novo ambiente, mantendo-se presentes nas diversas etapas da vida cotidiana das famílias.

²⁹⁵ Carta de Giovanni Batista Vicentini ao primo na Itália, 25 de dezembro de 1929 (RIGHI, 2001, p. 485).

²⁹⁶ Entre os imigrantes que se estabeleceram em São Paulo, as “cartas de chamada” que, durante o século XX, foram enviadas aos familiares na Itália, são identificadas como motivadoras do fenômeno migratório, sendo estimulada pelo próprio poder estatal como comportamento obrigatório de convite aos parentes. A utilização de tais estratégias pelas famílias de imigrantes podem ser detectadas nas transferências dos italianos para o Estado do Espírito Santo (REGINATO; VANGELISTA, 1991, p. 108; 1997). Logo, as atitudes de “auto-chamada” se apresentam como um tipo de relação não apenas afetivas com os parentes distantes, mas também econômicas, que se mantiveram por décadas entre parte da família emigrada no Brasil e o restante que permaneceu na Itália. Na época da grande emigração para a América, Frederico Croci (2010, p. 300-301, 308) apresenta um dos rituais comum realizados na hora do embarque, quando as naves estavam já lotadas, entre os familiares que partiam e os que ficavam. Os emigrantes subiam a nave segurando entre os dedos um fio de lã que na outra ponta era quando os navios cheios de emigrantes partiam aquele que iria viajar segurava a ponta de um fio de lã que os ligava aos parentes que ficavam no cais. Seguravam o fio até o último momento, quando então a nave partia. Esse comportamento, segundo o autor, tem um significado simbólico, uma vez que muitos emigrantes passariam a vida inteira empenhados em juntar as pontas daqueles fios, aquelas ligações familiares, comunitárias e identitárias que tinham rompido quando da partida do navio.

3.3 Informar, saudar e convidar

O aumento do número de imigrantes italianos chegando aos núcleos coloniais do território sul-rio-grandense, após a instalação das primeiras famílias em 1875, não pode ser compreendido sem levar em conta a manutenção dos vínculos que conectavam os indivíduos em ambos os lados do Atlântico. Estas relações permitem entender o papel motivador e estruturador das redes de comunicação no processo de instalação dos camponeses nos núcleos de colonização. A dinâmica das tramas demonstra a existência de ligação afetiva entre conhecidos que agora se encontravam distantes, pois revelam valores, sentimentos e estratégias familiares.

Na sequência, serão analisadas outras cartas de imigrantes que possibilitam reconstruir trajetórias a partir das experiências daqueles que recém haviam se estabelecido em terras brasileiras, além de indicar as maneiras usadas para incentivar novas transferências a partir do apoio fornecido pelos conterrâneos distantes. Essa conexão entre dois espaços distintos permite compreender o papel das relações familiares, laços de parentesco e as formas de agregação na organização do processo migratório. Dedicar-se à mobilidade dos grupos ou indivíduos significa ler o próprio espaço a partir de práticas sociais fundadas em lógicas diversas. Dessa maneira, a relação entre vizinhança e localidade é calculada a partir de afinidades que possuem um conteúdo social, e não por meio de operações físicas (Gribaudo *apud* ALBERA, 2000, p. 22).

A ideia de rede social deve propiciar o entendimento das características e intenções dos imigrantes italianos, uma vez que a própria dinâmica do jogo revela as regras e padrões morais defendidas pelo grupo.²⁹⁷ Somente por meio da observação direta das atitudes de alguns indivíduos, pode-se identificar as estratégias familiares, o papel dos vínculos, a funcionalidade das redes e a própria adaptação do grupo em terras brasileiras. Viu-se, anteriormente, que o envio de cartas dos imigrantes aos parentes na Itália era utilizado, principalmente, como recurso confiável para transmitir informações para aqueles que desejavam partir. Através delas se percebe a articulação de amplo grupo de indivíduos que seguia uma “linha de continuidade” incentivada por aqueles que se encontravam distantes. Apesar das oportunidades serem semelhantes, os projetos que mobilizaram os atores sociais desse movimento eram diversos.

²⁹⁷ A definição de *redes sociais* foi empregada por Franco Ramella nos estudos sobre mobilidade geográfica da Itália para a América do Norte no final do XIX e início do século XX, destacando os mecanismos individuais e familiares acionados pelos que emigravam. Ver: RAMELLA, 1991: 1995: 2001: 2003.

Enquanto para alguns a emigração expressava uma vontade de ruptura delineada sobre um novo horizonte, para outros, os planos se desenvolveram a partir de uma sequência de iniciativas organizadas entre o ambiente social de origem e o local de recepção. Dessa forma, esse novo espaço se constituiu como um prolongamento daquele que foi deixado para trás na pátria de origem, conforme ressalta Franco Ramella (2001, p. 144). Tanto nos povoados de partida como no de recepção, os camponeses se encontravam imersos em relações diversas – horizontais, verticais, intensas e frequentes – não podendo, por isso, serem vistos como um grupo isolado. O capital relacional e os recursos disponíveis para cada um diferia em tom e intensidade, e a utilização destes mecanismos podem ser explicados a partir de estudos de caso (MIGUEZ, 1995). Uma leitura individualizada sobre os deslocamentos, levando em conta a própria dinâmica de relacionamento e organização interna e externa das famílias em determinado espaço, será procedimento metodológico adotado a seguir.

Nas cartas que serão apresentadas, analisam-se os canais que colocavam os imigrantes em contato com o novo contexto do outro lado do Atlântico. Antes da partida, muitos buscaram se cercar de garantias quanto às oportunidades que encontrariam nas novas terras, promovendo, assim, a formação de caminhos autônomos de movimentação. Por meio de cartas como as escritas por Paulo Rossato, estabelecido na colônia Caxias, busca-se reconstruir um cenário de possibilidades viáveis para as diversas famílias que imigraram para o sul do Brasil.²⁹⁸ Mesmo sendo particulares e íntimas, elas assumiram uma importância pública enquanto veículo de avisos e considerações que reforçaram a própria constituição de cadeias migratórias que envolveram grupos de uma mesma comunidade.

A distância não era empecilho para que vínculos fossem acionados, propiciando a criação de bases agregativas que serviram de suporte para a transferência dos conterrâneos para uma determinada região no sul do Brasil. Neste caso, cabe destacar o papel das redes sociais e cadeias migratórias como responsáveis pela “inserção territorial e ocupacional” de grupos de imigrantes que abandonavam um mesmo povoado (DEVOTO, 1987, p. 371). As notícias enviadas por Rossato aos pais e irmãos chegaram aos parentes e vizinhos, servindo como objeto de incentivo para se juntarem nas terras brasileiras. Desse modo, surgia um movimento de conexão com a comunidade de origem, orientando a transferência e colocando à disposição recursos para facilitar a viagem dos conterrâneos. Para os conhecidos na Itália,

²⁹⁸ Num total de dezessete cartas, treze foram destinadas aos pais que haviam permanecido na Itália. Na sequência, outras quatro passaram orientações ao irmão que também estava na península. Apenas as cartas que Paulo Rossato enviou aos familiares foram preservadas na Itália, faltando, portanto, as recebidas.

Rossato se apresentou como um mediador, alguém capaz de se encarregar de reservar lotes de terras próximos ao local onde estava estabelecido.

As cartas de Rossato foram eficientes canais de informações que funcionaram como elemento de organização da transferência dos familiares. Juntamente com os pais, partiram, também, vários parentes da *comuna* de Valdagno, Província de Vicenza, como se verá a seguir. O imigrante, através da assistência que promoveu, conduziu uma política de ocupação e distribuição das terras na região colonial que se encontrava caracterizada por uma forte base comunitária. Assim, partiu da Itália abrindo caminho para que outros pudessem segui-lo. E, após ter se estabelecido na região da serra sul-rio-grandense, Paulo Rossato fez frequentes convites aos pais, irmãos, cunhados e tios para que emigrassem. Junto a esses, propagandeava sobre as condições das novas terras, as possibilidades de cultivos e a diversidade de recursos naturais da “bela colônia” comprada. Solicitava aos familiares para que viessem logo, pois se tornariam “afortunados” ao trabalharem nas novas terras e nos serviços temporários nas estradas coloniais.

Ao pai e irmãos informou que deviam apressar a partida, argumentando ser necessária a colaboração de todos para conseguirem pagar as dívidas contraídas com a aquisição da propriedade. Sugeriu que, enquanto alguns trabalhariam no cultivo, outros se dedicariam às tarefas de construção da estrada de ferro.²⁹⁹ Importante nesse momento era a cooperação de todos os membros da família de acordo com as funções que cada um poderia desempenhar, conforme idade e sexo. Nesse primeiro momento, fase difícil por ser de adaptação nas novas terras, era esperada a participação de todos os componentes do grupo enquanto força de trabalho. As mensagens transmitidas indicam que Rossato foi um pioneiro, aquele que partiu por primeiro para testar as possibilidades de sucesso no Brasil. Porém, tal iniciativa resultava de um acordo familiar que tinha como finalidade abrir caminho para outros empreendimentos, privilegiando o coletivo sobre o individual.

Os vínculos entre os componentes de uma família os obrigavam a assumir funções naquela fase de acomodação e constituição das unidades de produção. Através das cartas de Paulo Rossato é possível perceber a lógica da transferência e a organização do trabalho nas novas terras. Com relação às atividades de responsabilidade feminina, o imigrante afirmou ser necessária a presença da mãe na colônia para se dedicar à “criação de galinhas e porcos”, lamentando saber que “ela se encontra sempre sob aqueles criminosos patrões, todos velhacos

²⁹⁹ Carta de Paulo Rossato aos pais de 17 de fevereiro de 1884 (DE BONI, 1977, p. 31-34).

e ladrões”, devendo trabalhar em terras arrendadas e pagar aluguel da casa.³⁰⁰ Para fugir dessa condição deviam partir, já que seriam donos das próprias terras.

Nas regiões de colonização, a presença da mulher estava ligada à transferência de todo o grupo familiar. Geralmente, elas partiam acompanhadas dos maridos, pais e irmãos, ou ainda, emigravam após os companheiros e junto ao restante da família. Os primeiros imigrantes italianos do sul do Brasil eram compostos por grupos familiares de casais recém-formados, sendo, portanto, ativa a participação feminina nas atividades ligadas à produção e o autoabastecimento das unidades domésticas. Na península, as mulheres eram responsáveis por funções ligadas ao cultivo, permanecendo nas aldeias, principalmente nas áreas de montanha, enquanto os homens participavam de migrações sazonais ou temporárias. A agricultura desenvolvida por elas constituía um ponto de equilíbrio das economias domésticas, pois fornecia os produtos necessários à subsistência das famílias e possibilitava a existência de um “modelo circular” de emigração (RAMELLA, 2001, p. 151).

Portanto, mesmo não aparecendo na documentação como figurantes principais, as mulheres assumiram papel fundamental nas atividades ligadas à autorreprodução da unidade familiar.³⁰¹ Em ambos os lados do Atlântico atuaram de forma a garantir o sucesso das iniciativas do grupo familiar. Em posição semelhante a que ocupavam na Itália, as camponesas se mantiveram nos núcleos coloniais enquanto os homens se afastavam temporariamente das propriedades para se empregar em outros serviços, geralmente na construção de ferrovias ou na abertura de estradas como apontou anteriormente Paulo Rossato. Um dos princípios da sociedade *contadina* era a habilidade em manter uma autonomia enquanto pequena “empresa doméstica”, que não dependia diretamente do mercado e mantinha com este uma ligação bastante restrita.³⁰²

As orientações de Rossato era que todos partissem alegres sem medo de abandonar os “patrões”, que não eram amigos, mas, sim, inimigos das populações do campo. No Brasil, encontrariam fartura de comida e bebida, portanto, solicitava à mãe que não ficasse ouvindo os irmãos dizendo que lamentavam que seu sangue fosse pelo mundo: “nós partimos pelo

³⁰⁰ Carta de Paulo Rossato aos pais de 7 de maio de 1884 (DE BONI, 1977, p. 41).

³⁰¹ Sobre a relação entre emigração feminina, trabalho e família na península, consultar: BIANCHI, 2001; CORTI, 1990, p. 213-236; FRANZINA, 1990; PASSERINI, 1990.

³⁰² Segundo Piero Bevilacqua (2001), a sociedade rural italiana não se fundava sob uma economia auto-suficiente, uma vez que a mesma não era imóvel e nem sem comunicação com o mundo externo. Uma variedade de atividades agrícolas não estáveis provocava a constante migração dos camponeses. No entanto, apesar de não coincidir com o modelo clássico de pequena propriedade, a unidade produtiva que predominava era aquela que se parecia a uma microempresa camponesa de caráter familiar que procurava o mercado apenas esporadicamente (DE CLEMENTI, 2003, p. 72-74).

mundo, mas para viver melhor”, afirmou Rossato.³⁰³ Através desses recados, procurava incentivar os familiares usando argumentos de forte apelo mobilizador. Na Itália, a dependência aos proprietários das terras, somada às condições instáveis de sobrevivência, eram algumas das preocupações que atormentavam os indivíduos. O caminho para a América se apresentava como uma escolha para alcançarem aquilo que, na pátria de origem, entendiam como impossível. Rossato era, certamente, um conhecedor das inquietações vividas no mundo agrário, já que os pais eram arrendatários, por isso sabia das circunstâncias que provocavam insatisfação.

Neste caso, o estímulo para que rompessem os vínculos com os “patrões”, com os quais os camponeses tinham várias obrigações, como taxas excessivas, partia do próprio filho que, distante, alimentava o desejo da posse da terra e uma situação adequada para a reprodução social do grupo. A migração definitiva para a América aparece, então, como uma revolta silenciosa que se caracterizava pelo abandono das atividades agrícolas na pátria. As ideias de busca pela liberdade num lugar onde tudo poderia ser conseguido, não sem trabalho, compõem as representações sobre as terras além-oceano que os próprios imigrantes divulgaram entre os conterrâneos.³⁰⁴ O ato de expatriação foi interpretado pelos camponeses como um verdadeiro rito de “libertação” há tempo sonhado. Na província de Vicenza, de onde provinha a família de Paulo Rossato, a emigração se impunha como a melhor solução para os problemas econômicos enfrentados, e “uma verdadeira multidão de cultivadores diretos” que saíram das aldeias. As dificuldades vividas nos campos representavam um tormento generalizado que atingia os trabalhadores assalariados, pequenos proprietários, meeiros e colonos (FRANZINA, 2006, p. 322, 217).

A partir das cartas vislumbra-se o complexo jogo de estratégias e motivações que precederam a partida de todo o grupo. Cada família, de acordo com suas características e recursos disponíveis, elaborava escolhas de deslocamento, podendo essas levar um longo período para se concretizarem, pois os indivíduos, necessariamente, não partiam juntos. Fatores como disponibilidade de terras, de trabalho agrícola ou temporário estimulavam o restante do grupo a imigrarem para o sul do Brasil. Ao ressaltar esses aspectos, Rossato agiu

³⁰³ Cartas de Paulo Rossato ao pai, 22 de junho de 1884; Carta de Paulo Rossato ao pai, 7 de maio de 1884 (DE BONI, 1977, p. 39-41, 50).

³⁰⁴ Na obra “Lá éramos servos, aqui somos senhores”, discute-se em que sentido essa idéia de liberdade e autonomia foi posta em prática pelos imigrantes italianos que se estabeleceram na Colônia Silveira Martins, região central do Rio Grande do Sul. Nas comunidades coloniais do sul Brasil os imigrantes italianos resistiram à interferência de instâncias externas, fossem cobradores de impostos, agentes consulares, autoridades municipais, sacerdotes ou imigrantes de povoados vizinhos que de alguma forma limitavam sua autonomia (VENDRAME, 2007).

como mediador entre dois mundos, chamando para si a responsabilidade de intermediar às negociações entre a parentela que desejava partir e os proprietários brasileiros que estavam vendendo terras. Desse modo, as cartas serviram para comunicar sobre os recursos disponíveis nas regiões de colonização, organizar as transferências, escolher antecipadamente um lote de terra e permitir a circulação de objetos diversos, conforme as demandas das famílias.

A manutenção das ligações entre os indivíduos do além-mar com a comunidade abandonada formou uma “rede de comunicações” para atender diferentes propósitos. Do Rio Grande do Sul partiram convites e esclarecimentos sobre as possibilidades de instalação não somente para os familiares, mas também para vizinhos e conhecidos. Porém, algumas informações não deveriam ser divulgadas entre a “parentela”, como afirmou Rossato: “guardem esta carta e não dêem a ninguém, nem leiam para alguém”.³⁰⁵ As orientações eram endereçadas aos indivíduos da própria família para colocá-los em vantagem em relação aos outros. Nem todos faziam parte dessa rede de comunicação que ligava os dois lados do Atlântico.

Até entre as pessoas mais próximas existia distribuição desigual das informações, uma vez que havia uma hierarquia e afinidades a serem respeitadas. Os canais por meio dos quais os dados circulavam não dependiam da frequência de contatos, mas, sim, da existência de vínculos sociais entre os indivíduos. As notícias não se difundiram como “epidemia” entre a população de uma determinada aldeia, pois a difusão era regulada por uma lógica de comportamento, valores e obrigações esperados entre aqueles que se conheciam (RAMELLA, 1995, p. 20).

Dentre as dezessete cartas emitidas por Paulo Rossato aos pais, percebe-se que houve uma troca recíproca durante vários meses até a chegada dos mesmos ao Rio Grande do Sul. Após isso, prosseguiu a comunicação com os irmãos que haviam permanecido na Itália, esclarecendo as dúvidas que vinham da península. As cartas também se caracterizam por sua função prática, principalmente ao notificar diretamente à família das alternativas possíveis e mais vantajosas para emigrar. Rossato indicava como deveriam se articular para obterem transporte gratuito, aconselhando o irmão a se colocar como agenciador de um grupo de vinte a trinta pessoas que desejassem partir para o Rio de Janeiro. Ao proceder como “agente da

³⁰⁵ Carta de Paulo Rossato ao pai de 24 de abril de 1884 (DE BONI, 1977, p. 36).

emigração”, devia estabelecer contrato com a Companhia de Transportes Marítimos Raggio & Cia, negociando com a mesma a isenção total dos gastos da viagem para a família.³⁰⁶

Avisos quanto à maneira de organizar um grupo de emigrantes e as vantagens que poderiam alcançar com a saída da Itália foram ressaltados em várias mensagens de Rossato. Sugeriu que os dois irmãos partissem primeiramente para a Argentina, já que para lá poderiam obter passagens gratuitas. Após chegarem a Buenos Aires deveriam se dirigir para La Plata onde trabalhariam, ganhando de seis a sete francos por dia. Depois da estadia de oito ou dez meses, “com quarenta mil réis” poderiam em quatro dias de navio chegar até Porto Alegre.³⁰⁷ Não se sabe qual foi o itinerário do grupo, porém, a simples indicação destas opções demonstra a existência de diversas rotas de viagem.

Como se constata, o imigrante Rossato forneceu o maior número possível de informações aos familiares. Este papel refletia não apenas o próprio desejo em promover o deslocamento, mas, principalmente, a obrigação moral em auxiliar os pais e irmãos, pessoas ligadas por laços consanguíneos. Este comprometimento foi ressaltado pelo mesmo em uma das cartas, afirmando serem suas mensagens todas verdadeiras e “com tinta de meu sangue”.³⁰⁸ As informações de um membro da família ou parente próximo deviam ser consideradas legítimas e confiáveis. Esta defesa da verdade reflete, certamente, questionamentos que contradiziam as afirmações sobre as terras brasileiras, uma vez que também circulavam notícias negativas sobre as condições do além-mar.

Os aspectos observados por Rossato durante a transferência, as histórias contadas e as experiências compartilhadas sobre as possíveis rotas utilizadas, levaram-no a esclarecer e a orientar os parentes distantes. Ao chegar à região colonial de Caxias do Sul, adquiriu terras e esperava a presença dos pais e irmãos para torná-las produtivas. Partilhava de uma ideia coletiva do patrimônio terra, das dívidas, da distribuição dos trabalhos e investimentos exprimia um modo de organização das famílias imigrantes. A experiência camponesa determinava o procedimento que outros deviam ter com relação à produção e manutenção das propriedades adquiridas.

As cartas de Paulo Rossato indicam o seu empenho em colocar em prática um projeto familiar combinado antes da partida para a América. Por meio da transferência, os italianos buscavam ampliar os poderes do grupo familiar, mesmo quando partiam sozinhos, pois se tratava não de uma estratégia individual ou circunscrita, mas, sim, parte de um desejo de

³⁰⁶ Carta de Paulo Rossato ao pai de abril de 1884 (DE BONI, 1977, p. 38).

³⁰⁷ Carta de Paulo Rossato ao pai de 11 de maio de 1884 (DE BONI, 1977, p. 45, 53).

³⁰⁸ Carta de Paulo Rossato ao pai de 22 de junho de 1884 (DE BONI, 1977, p. 53).

grupo no qual a base era a organização extensa da família que unia mais de uma geração e vários núcleos domésticos. Dessa forma, aqueles que se encontravam no exterior foram constituindo, com os recém-chegados, uma espécie de extensão da parentela que se encontrava na pátria de origem.

Apesar de partir sozinho, a vinda para a América fazia parte de um projeto que incluía todos os componentes do grupo independentemente do gênero e idade, e essa transferência devia ocorrer em momento oportuno conforme as escolhas da família. Nesse sentido, relações de solidariedade, os favores dados e esperados, não se limitavam às pessoas de uma mesma unidade de habitação. As estratégias familiares quanto à emigração envolviam um amplo número de indivíduos interligados por vínculos parentais.³⁰⁹ Esse aspecto pode ser analisado nos diversos momentos em que, Paulo Rossato, passou a convidar outros conhecidos para virem ao sul do Brasil:

Se o tio Pedro quiser vir, que venha, pois há terra também para ele e creio que para ele seria suficiente ¼ de colônia. Escrevi a Luciano e Madalena. Se quiserem vir, então que se encaminhem para cá, pois vive-se aqui muito melhor que na Itália, sem patrões. E quando alguém quer mandar, deve também pagar para tanto. Digam ao meu locador, Antônio Massignani, que se quiser vir para a América, verá que pode viver melhor que em sua casa. Se vender o que tem aí, pode comprar e pagar aqui com pouco trabalho, e viveria como um senhor. A posição é boa, os ares melhores que na Itália e boa a água. Haveria uma colônia próxima à minha. Se pensa em vir, trate de escrever-me quanto antes, que lhe reservo a terra.³¹⁰

As cartas serviam para saudar, comunicar, convidar e propagandear as características dos locais onde se encontravam instalados os imigrantes. Contudo, elas permitem também que sejam analisados alguns elementos da “psicologia *contadina*”, conforme ressalta Emílio Franzina (1994, p. 124). Neste caso, percebem-se as expectativas que os imigrantes alimentavam nos parentes, de que na América viveriam melhor por não haver “patrões”. A busca por autonomia era também um dos argumentos incentivadores da transferência definitiva, principalmente quando expressos por indivíduos já emigrados que se encarregavam de assegurar antecipadamente vantagens aos que desejassem viajar. Compromissos e deveres assumidos através das redes de relações se transformavam em novos vínculos e obrigações que, por sua vez, reforçariam as configurações sociais nos locais de recepção.

Esclarecia-se antecipadamente a localização da propriedade, a presença de recursos como água, qualidade do solo e a proximidade de vizinhos. O fornecimento de explicações

³⁰⁹ As relações de proteção e apoio entre amplos agregados ou famílias extensas não co-residentes são defendidas por alguns pesquisadores como um dos mecânicos que garantiam segurança recorrente nas comunidades camponesas da península do século XVIII e XIX (LEVI, 2000, p. 97-98; RAMELLA, 2001)

³¹⁰ Carta de Paulo Rossato ao pai, 24 de abril de 1884 (DE BONI, 1977, p. 36).

deste tipo deve ser entendido como resposta aos questionamentos e às dúvidas daqueles que desejavam emigrar. Apresentando outros dados sobre a região onde estava residindo, Paulo Rossato enviou um mapa sobre a localização dos lotes e os que poderiam ser ocupados pelos tios, cunhados e vizinhos. As notícias escritas também eram acompanhadas de fotografias, cartões e outras imagens que comunicavam sobre determinada realidade ou pessoas dos quais gostariam de conhecer ou de recordar.³¹¹ Neste caso, o envio do mapa vinha atender as necessidades práticas dos emigrantes de obter dados complementares sobre o local para o qual pensavam partir.

O imigrante Rossato tornou-se um interlocutor entre os vizinhos no sul do Brasil e os familiares da *comuna* de Valdagno, pois transmitia mensagens e cartas para que os pais as encaminhassem aos conhecidos:

Insisto com você, em nome de Bortolo Rendene, para fazer um favor: vá até a casa de Luís, pai dele, e traga todos os objetos que ele esqueceu, porque aqueles que deveriam trazê-lo deixaram tudo aí. E você vá a Mallo e entregue esta carta a Luís Dal Prá, o qual dará a você todos aqueles objetos e também o dinheiro para fazer a caixa para levá-la até Gênova.³¹²

As experiências apresentadas mostram possibilidades de funcionamento das redes de comunicação como elemento motivador da emigração, sendo as obrigações com a família extensa e vínculos parentais aspectos essenciais da sua constituição. Seguindo a atuação do referido imigrante, que acionou e manteve uma circulação intensa de informação, pode-se afirmar que o empreendedorismo e pioneirismo de muitos escondem uma intenção estratégica de busca por prestígio e status social. A função desempenhada por alguns italianos de prestar assistência durante a transferência de parentes e conhecidos, facilitando, inclusive, a acomodação deles no Brasil, era um aspecto que propiciava aumentar os laços de reciprocidade, podendo, ao mesmo tempo, reverter em benefícios econômicos para aqueles que atuavam como mediadores.³¹³

³¹¹ A utilização de fontes como fotografias, cartões e objetos pessoais permite analisar o fenômeno da imigração de maneira a destacar as escolhas, sonhos e estratégias diversas acionadas pelas pessoas comuns que se deslocaram para o além-mar. Nesse sentido, destaca-se, no Brasil, o trabalho de Syrléia M. Pereira (2008) que analisa, através de fotografias, cartões, pequenos objetos conservados e colecionados pelas mulheres italianas e brasileiras (estas entendidas como guardiãs da memória familiar), a transferência de emigrantes de uma aldeia da região da Toscana para o Estado do Rio de Janeiro e a construção da identidade italiana entre os descendentes. As lembranças visuais conservadas e histórias narradas entre os indivíduos possibilitaram que continuamente se desse a atualização da memória do grupo, unindo as duas pontas envolvidas no processo migratório.

³¹² Carta de Paulo Rossato, 14 de fevereiro de 1885 (DE BONI, 1977, p. 66).

³¹³ No capítulo anterior foi analisada a atuação do imigrante Paulo Bortoluzzi que se colocou na posição de mediador. No próximo se verá papel similar desempenhado pelo padre Antônio Sório. Tal atuação faz parte das

A partir destas cartas, pode-se perceber como circulavam objetos, dinheiro, pessoas e informações. Encomendas eram feitas aos parentes na Itália, como quando Rossato mandou dizer à cunhada Maria para que trouxesse “os pentes de tear, pois aqui [no Brasil] plantam linho [e] também a raspadeira para limpar o pelo dos animais”. Ao cunhado Luís convidava para instalar um moinho na Colônia nº 12.³¹⁴ Já aos pais pediu que trouxessem uma diversidade de objetos, fornecendo instruções de como deviam organizar para garantir o transporte do material para o Brasil. Encomendou quatro rodas de carroça, sugerindo ao pai para que trouxesse as ferramentas para montar uma carpintaria, pois tal atividade poderia se tornar lucrativa na região colonial.

Na sequência, apresentou uma lista com o nome e a quantidade de utensílios agrícolas, sementes de plantas frutíferas, mudas de vários tipos de videiras de uva, oliveiras, noqueiras, damasqueiros e ameixeiras para organizar um pomar. Para o uso doméstico pedia um caldeirão para lavar roupas, máquina de fazer macarrão, lampiões, copos, garrafas, tigelas e pratos, alegando serem estes objetos caros no Brasil. Às mulheres, aconselhou que trouxessem véus brancos para irem à Igreja, pois não era possível encontrá-los na região.³¹⁵ Aos homens, informou que podiam ter quantas armas desejassem, alegando que no Rio Grande do Sul os indivíduos carregavam sempre na cintura punhal, adaga ou ainda “uma pistola de dois canos, e andam sempre a cavalo”. E os italianos podiam ser encontrados com algum daqueles objetos na cintura.³¹⁶ Tais informações, além de esclarecer sobre os costumes locais, indicando a própria incorporação de novos hábitos, tinham como propósito guiar as escolhas dos italianos quanto aos materiais necessários que deviam trazer.

As ferramentas de trabalho, os utensílios domésticos e as sementes frutíferas eram indispensáveis para a sobrevivência do grupo. Todos eles necessários para permitir a vivência de uma série de hábitos e práticas ligadas ao universo camponês, garantindo, desse modo, o funcionamento autônomo das unidades de produção familiar, segundo referências culturais da pátria de origem.³¹⁷ Nesse sentido, as informações fornecidas através das cartas, sobre a

estratégias políticas locais que lhes garantiam prestígio, além de possibilitar a ampliação do patrimônio material de ambos.

³¹⁴ Carta de Paulo Rossato ao pai, 22 de junho de 1884 (DE BONI, 1977, p. 52).

³¹⁵ Carta de Paulo Rossato, 11 de maio de 1884; Carta de Paulo Rossato, 22 de junho de 1884 (DE BONI, 1977, p. 45-50).

³¹⁶ Carta de Paulo Rossato aos pais, 17 de fevereiro de 1884 (DE BONI, 1977, p. 31).

³¹⁷ Maria Catarina Zanini (2009, p. 89-108), por meio de sua pesquisa etnográfica entre os descendentes de imigrantes italianos na região central do Rio Grande do Sul, percebeu que a diversidade produtiva, ou seja, o uso da terra para variados tipos de culturas, foi uma estratégia de sobrevivência da sociedade camponesa reproduzida pelas famílias que se transferiam para o meio urbano.

possibilidade de acesso a recursos, sinalizam uma das preocupações constantes dos camponeses: garantir o equilíbrio entre a produção e o consumo de cada família.

Nas regiões coloniais do sul do Brasil, as práticas de trabalho, hábitos alimentares e modos de vestir foram preservados, mas amalgamados e incorporados ao cotidiano dos imigrantes com elementos da cultura receptora. Os aspectos como continuidade e transformação, tradição e inovação, conservação e mudança, são forças que convivem, encontram-se e competem na construção de uma nova ordem em relação àquela vivida anteriormente. De qualquer modo, “real ou imaginária, verdadeira ou inventada, permanece como um inevitável ponto de referência e de retorno”, conforme considera Vito Teti (2001, p. 577).

Os sujeitos que abandonaram as comunidades não romperam com a organização familiar e social. Porém, a acomodação à nova realidade não pode ser reduzida a uma reprodução simples daquela conhecida da pátria de origem, pois a integração na sociedade de acolhida fez com que outros elementos tornassem o processo mais complexo. Em realidade diversa, os imigrantes procuraram se adaptar, mantendo antigas práticas e agregando novos comportamentos, como aquele apresentado por Rossato ao afirmar que os italianos passaram a andar sempre armados, seguindo o hábito da população local. A estabilização na nova sociedade também estava ligada à adoção de usos até então incomuns e que iam além daqueles conhecidos pelo grupo imigrante.

A preocupação em informar os familiares possibilita afirmar que a emigração não foi um fenômeno isolado, individual de homens com espírito aventureiro, mas, sim, um projeto coletivo, pensado, articulado em família, entre grupos aparentados e até uma opção de quase toda uma aldeia. As cartas que circularam entre os imigrantes e os conterrâneos na Itália permitem perceber a atuação dos protagonistas do próprio êxodo em viabilizar recursos variados para garantir a organização dos modos de vida do outro lado do Atlântico. Tanto entre os que partiam como entre os que ficaram se formaram circuitos de informações, auxílios e proteções, sendo acionadas como meio para garantir previsibilidade e segurança quanto às escolhas dos *contadini*.

Assim, procurar entender as escolhas dos imigrantes a partir das redes relacionais e interdependências nas quais se encontravam inseridos possibilita pensar a sociedade e os processos históricos de um ponto de vista diferente. O comportamento dos indivíduos é compreendido dentro de fluxos recíprocos de comunicação e intercâmbios com outros em contextos sociais específicos, estando os interesses que perseguem diretamente relacionados a

essas determinadas realidades referencias. Isso tudo permite perceber o papel dinâmico da cultura enquanto processo criativo de constante construção e reconstrução que ocorre através da interação entre os indivíduos e, portanto, não pode ser entendido fora disso (RAMELLA, 1995, p. 15-16). A valorização das relações sociais dos imigrantes e famílias, acionadas durante a transferência ou quando da ocupação e ajustamento nos novos espaços, informam a maneira como as notícias sobre terras e recursos se difundiam. Foram as redes relacionais também responsáveis por abrir oportunidades variadas para os italianos na acomodação do grupo familiar, e posição nos núcleos coloniais, por isso é fundamental compreender a composição e formas.

3.4 Redes e conformações comunitárias

As famílias que imigraram para o Rio Grande do Sul partiram, na sua maior parte, da região norte da península Itálica. Nesse espaço, as populações do campo se reuniram em pequenas comunidades rurais onde possuíam seus símbolos de agregação e identificação. A existência de uma diversidade cultural entre os grupos que povoaram o território italiano é percebido na variedade de línguas faladas nas diferentes partes da península.³¹⁸ A coesão comunitária, enquanto característica da cultura camponesa, contribuiu para que os deslocamentos transoceânicos ocorressem com a participação ativa de agregados parentais e vizinhos. É na dimensão local que o fenômeno da emigração assumiu significados diversos de acordo com as características e recursos da população dos pequenos povoados.

Na região do Vêneto, lugar de onde partiu a maior parte dos imigrantes para o sul do Brasil, os descolamentos refletem um mecanismo autônomo da própria cultura camponesa frente às dificuldades locais de sobrevivência. Durante a primeira fase dos movimentos transoceânicos, compreendida entre a Unificação italiana e o fim do século XIX, o êxodo das populações rurais não foi determinado pelo excesso populacional, mas como consequência dos problemas econômicos, sociais e agrários. A viagem das famílias para o Novo Mundo também é entendida como uma forma de “resistência” dos camponeses que, muito além de terem somente aceito a idéia da emigração definitiva, procuraram-na, buscando, dessa forma, escapar das crises agrárias que provocaram desestruturação do modo de vida tradicional, conforme afirma Emilio Franzina (2006, p. 86, 133). Ao chegarem às novas terras,

³¹⁸ Segundo Maria Maciel (1996, p. 34-35), para se medir o tamanho dessa diversidade basta considerar que, na época da Unificação, em 1860, a língua italiana era falada por menos de 3% da população. E, após, passado um século daquele processo político, apenas um terço dos italianos falavam o idioma oficial.

empenharam-se em reconstruir as comunidades de acordo com as referências culturais da sociedade em desarticulação.

Porém, após se estabelecerem nos núcleos coloniais do sul do Brasil, a partir de 1875, tiveram que se adaptar a uma realidade diversa da vivida nas aldeias de origem, dando início a um processo de acomodação interna do grupo e interação com os indivíduos da sociedade local. A Colônia Silveira Martins, localizada no centro do estado do Rio Grande do Sul, começou a ser ocupada em janeiro de 1878. Inicialmente, foram demarcados os lotes urbanos da sede da Colônia, e, logo na sequência, os rurais, onde os grupos de imigrantes que chegavam iam se estabelecendo. A maior parte das famílias, nessa primeira fase, requereu tanto um lote urbano como um rural, demonstrando, assim, o seu interesse em se dedicar não somente às atividades artesanais e comerciais, mas, também, às ligadas à produção agrícola.³¹⁹ Os sujeitos pertencentes à mesma unidade familiar puderam investir em diferentes trabalhos para garantir a superação das dificuldades iniciais de adaptação e manutenção do grupo.

Na sede da Colônia, denominada inicialmente de *Città Nuova*, ao mesmo tempo em que eram demarcados os lotes e construídas as moradias dos imigrantes, foram surgindo as primeiras casas comerciais, administrativas, religiosas e também um espaço para abrigar temporariamente as novas famílias de estrangeiros que chegavam, enquanto eram delimitadas novas terras. Assim, nesse centro existia um maior trânsito de pessoas, abrigando imigrantes de diferentes regiões do Norte da Itália que passaram a desempenhar atividades profissionais variadas. O estabelecimento significativo de indivíduos da Província de Udine fez com que esses fossem identificados pelos conterrâneos italianos como “furlani”, uma vez que falavam um dialeto característico do local de origem, segundo afirmou o padre Francisco Burmann (1910, p. 21). A presença de dialetos e hábitos próprios entre alguns, certamente, foi um dos aspectos que contribuiu decisivamente para reforçar ou criar novos vínculos de solidariedade e identificação entre determinados grupos.

As características regionais também forneceram elementos para as classificações e divisões internas nos núcleos coloniais e de modo geral entre os imigrantes. Nos núcleos coloniais era significativa a presença de famílias que haviam partido de uma única aldeia, e algumas tiveram papel de destaque na estruturação do novo espaço, especialmente na organização das atividades administrativas e religiosas da capela comunitária. À medida que os imigrantes chegavam outros locais foram sendo ocupados, formando, assim, uma rede de

³¹⁹ Relação dos lotes urbanos e rurais da sede da ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001).

pequenos povoados a partir do estabelecimento de amplos agregados familiares aparentados que haviam partido da mesma Província da Itália. Os próprios nomes dos lugares expressam a origem das muitas famílias, como, por exemplo, a comunidade de Novo Treviso e Vale Veronês. Esta última fora fundada por imigrantes vicentinos que mantinham proximidade ao padre Antônio Sório.

Seguindo as mesmas características foi criada a comunidade do Vale Vêneto, conforme já se ressaltou no capítulo anterior. Conduzidos pelos imigrantes Paulo Bortoluzzi e Francisco Druzian, em março de 1878 se fixaram no lugar com grande número de famílias, configurando-se um dos grupos mais numerosos que até então haviam chegado. Tal instalação demonstra que as relações de afinidade pretéritas ditaram os contornos iniciais da fundação da nova unidade territorial. A base de integração nos locais de recepção era formada por grupos de famílias unidas por ligações especiais, um dos princípios básicos que fundamentava o próprio direito de constituição da comunidade.

Desse modo, com o aumento do número da mesma região, surgia a necessidade da organização de um centro comunitário com símbolos de identificação entre os sujeitos. Algumas famílias passaram a se destacar nos trabalhos de estruturação administrativa e religiosa desse espaço. Paulo Bortoluzzi assumiu papel de principal líder entre os conterrâneos, empenhando-se em garantir a formação de uma estrutura autônoma para a comunidade do Vale Vêneto, atuando, principalmente, como representante das famílias locais nas negociações com os padres para se estabelecerem no povoado. Tais iniciativas caracterizavam as escolhas de um amplo grupo de famílias aparentadas que eram originárias de comunas vizinhas na Itália.

A constituição do Vale Vêneto exemplifica a questão da relação direta existente entre o ambiente de origem e o de adoção, uma vez que as famílias se organizaram a partir dos laços que uniam indivíduos que já se conheciam. Nesse sentido, a investigação do prolongamento dessas relações auxilia a compreender os comportamentos particulares e as normas que orientavam a vida nas novas comunidades. Os vínculos ativados nos núcleos coloniais são guias para se entender alguns dos princípios que proporcionaram o surgimento de configurações sociais sólidas. A formação da localidade composta por cadeias migratórias pode se tornar uma barreira nas relações com a nova sociedade, mas, por outro lado, se transformar em canais de acomodação e integração, de acordo com Franco Ramella (1991, p. 113-114).

A imigração familiar, dividida em etapas, fazia parte da estratégia coletiva onde os que já haviam partido se empenhavam em fornecer informações seguras sobre as possibilidades de trabalho e de aquisição de terras na sociedade de acolhida, conforme se percebe nas cartas anteriormente analisadas. Muitos imigrantes, como proprietários ou herdeiros de pequenos pedaços de terra, conservaram ligações com os conterrâneos distantes. Em alguns casos, as casas e terras nas comunas italianas eram arrendadas ou deixadas para serem administradas por familiares, sendo vendidas anos depois de os donos terem conquistado a estabilidade no Novo Mundo.³²⁰ A instituição de procuradores na Itália, que representassem os imigrantes na venda dos bens, no recebimento ou na desistência da herança, indica o quanto era necessário para as famílias dispor de recursos relacionais na península. Em diversos casos, eram os próprios parentes, ou, na falta desses, algum conhecido, que retornavam para negociar a venda das posses, ou, ainda, os párocos das antigas comunidades eram contatados e designados como procuradores.³²¹ A frequência deste comportamento, além de demonstrar a existência de uma relação de confiança entre as partes, fornece indício das condições econômicas de muitas famílias camponesas que imigraram para as regiões de colonização do Rio Grande do Sul.³²²

As que chegaram à Colônia Silveira Martins e possuíam algum capital logo optaram por investir na aquisição de lotes de terras. O fato de não serem totalmente pobres criou condições para que, na sequência, irmãos, sobrinhos e demais parentes também partissem da Itália e se instalassem na colônia. As escolhas se davam desta forma, ou seja, frente à sinalização de garantias por parte dos conhecidos já instalados na América.³²³ Nesse sentido, em novembro de 1878, da *comuna* de Gemona, província de Udine, o padre Pedro Forgiarini, a pedido de um paroquiano, encaminhou uma carta ao conterrâneo Pedro Londero que se encontrava na Colônia Silveira Martins, no qual afirmava:

³²⁰ Os arrendamentos por longos períodos foi uma das saídas encontradas pelos imigrantes para não se desfazer das posses abandonadas, uma vez que o retorno era uma opção. Franco Ramella (1991, p. 110) analisa o movimento transoceânico de retorno não como fruto de um projeto fracassado, mas como meio de conseguir recursos econômicos para investir nas comunidades de origem após um período de afastamento desse lugar.

³²¹ Procurações: Cachoeira do sul. Tabelação -5º Distrito, Livro 14 (1900-1901), Cachoeira do Sul, p. 15, 19, 33; Procurações: Santa Maria. Tabelação – 4º Distrito, Livro 5, (1891-1893), Santa Maria, APERS.

³²² Rosane de Carvalho (2009), pesquisando as estratégias de imigrantes italianos no noroeste fluminense, estado do Rio de Janeiro, no final do século XIX, acompanha a trajetória de algumas famílias que partiram da Província de Roma. Constata que essas possuíam um patrimônio material, prestígio e visibilidade nas comunidades abandonadas, questionando, assim, a idéia de “miserabilidade” da totalidade do grupo imigrante que chegou ao Brasil.

³²³ O papel ativo das famílias na definição das próprias estratégias de transferência pode ser percebido nos diferentes momentos que a família Londero se estabeleceu na Colônia Silveira Martins. Alguns chegaram junto às primeiras levas de imigrantes no início do ano de 1878, outros em julho de 1885 e, por fim, também em fevereiro de 1888. Estas escolhas ocorreram em momentos específicos, quando novos espaços de ocupação estavam sendo demarcados, possibilitando um rearranjo nos núcleos mais antigos. Relação de distribuição dos lotes na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001).

Das vossas cartas que aqui chegaram, se vem saber que a vossa posição no Brasil é boa e que estão bem colocados. Por causa disso aqui está nascendo o desejo de imigrar àquelas colônias [Silveira Martins], que dão mais condições e que aqui na Itália não há; mas faltam meios para fazer esta longa viagem. Se vocês ou outros, porque são pessoas cristãs, se encontram em condições de ajudar alguns e de hospedá-los no total ou em parte, para fazer a viagem, certo que estes vos serão muitos gratos, como podeis imaginá-lo.

Como mediador, o padre Forgiarini solicitava auxílio em nome de Gerolamo Brondani – esposa e filhos – para que, assim, pudessem se juntar aos parentes e conhecidos que já se encontravam no núcleo colonial. Apresentava todos os indivíduos que compunham o grupo que necessitavam de ajuda.³²⁴ A garantia de assistência na chegada, do financiamento da transferência, da hospedagem e de subsídios nos primeiros tempos, certamente, foi um fator que permitiu a emigração em cadeia.³²⁵ Consequentemente, esse comportamento recriava um sistema de clientela e dependência entre as famílias nas novas comunidades. Tanto as informações quanto a assistência concreta nos núcleos coloniais ocorriam através de uma fina rede de ligações entre parentes em igual posição unindo os imigrantes de um lugar que passavam a se dedicar, principalmente, à produção agrícola através do trabalho familiar.

Na sequência, o autor da carta recomendou ao conterrâneo que, havendo melhorado a condição vida, devia “agradecer ao Senhor, mantendo no vosso coração e em toda a vossa família a religião em que sois nascidos e crescidos” (In: RIGHI, 2001, p. 464). Também indicava a importância dos deveres e obrigações morais daqueles que tinham obtido sucesso material na sociedade de acolhida. O referido documento demonstra a existência de um trânsito de pessoas conhecidas para um núcleo da Colônia Silveira Martins. Esta mobilidade era estimulada, principalmente, pelo recebimento de notícias positivas que forneciam, portanto, indicações dos mecanismos que possibilitariam a formação de canais espontâneos de transferência social. A capacidade de encontrar uma saída concreta para os projetos de migração era medida mais pela posição que a família ocupava nas redes de relações na comunidade natal do que pelo patrimônio material que dispunha.

³²⁴ Carta do padre Pedro Forgiarini ao imigrante Pedro Londero, 20 de novembro de 1878, Comuna de Gemona, Província de Udine (RIGHI, 2001, p. 464). Um primeiro casal do grupo dos Brondani, da comuna de Gemona, havia chegado à região colonial em janeiro de 1878, juntamente com outras famílias da península Itália.

³²⁵ O conceito de “cadeia migratória” foi definido como um movimento através do qual os futuros “emigrantes se interam das oportunidades, são providos de transporte e obtêm sua instalação inicial e emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores”. O conceito foi desenvolvido por pesquisadores que estudaram os fluxos na Austrália (MACDONALD, 1964). Mais recentemente, outros estudiosos do fenômeno migratório para a América têm trabalhado com o conceito de cadeia migratória e suas diferentes abordagens: DEVOTO (1987), BAILY (1988, p. 125-135), GANDOLFO (1988, p. 160-177), RAMELLA (1991, 1999, 2001), CORTI (1990).

Em novembro de 1879, diversos chefes pertencentes ao grupo parental consanguíneo dos Brondani se estabeleceram em terras próximas a comunidade de Vale Vêneto, inclusive o que havia solicitado ajuda para o seu grupo familiar.³²⁶ No quadro abaixo, pode-se constatar alguns dos nomes – destacados em negrito – indicados na carta do padre Forgiarini que chegaram a Colônia Silveira Martins.

4. Famílias emigradas da *comuna* de Gemona (Província de Udine)

| Emigrante | Esposa | Origem | Chegada | Destino |
|---------------------------|---------------------------|---------------|-------------------|--|
| Londero, Pedro | Zanini, Ana | Gemona | 1878 | Linha Três Sul |
| Londero, José | Catarina | Gemona | 1878 | Linha Três Sul |
| Londero, Antônio | | Gemona | 12/01/1885 | Linha Base Sul(6) Arroio Gaspar (4) |
| Londero, Girolamo | Capris, Lúcia | Gemona | 28/01/1885 | Linha Três Sul |
| Londero, Leonardo | Joana | Gemona | 2/04/1888 | Linha Base Sul |
| Londero, Moises | - | Gemona | 16/02/1888 | Arroio Gaspar |
| Brondani, José | Ana Brondani | Gemona | 25/01/1878 | Linha Quatro Sul |
| Brondani, Gerolono | Maria | Gemona | 10/12/1879 | Linha Base Norte |
| Brondani, Pedro | Londero, Gracioza | Gemona | 10/12/1879 | Linha Três Sul Linha Base Norte |
| Brondani, Leonardo | Furlan, Suzana | Gemona | 10/12/1879 | Linha Três Sul |
| Brondani, Luis | De Simon, Ursula | Gemona | 10/12/1879 | Linha Três Sul |
| Brondani, Antônio | | Gemona | 10/12/1879 | Linha Base Norte |
| Brondani, João I | Blassotti, Maria | Gemona | 10/12/1879 | Linha Três Sul |
| Brondani, João II | Rizzi, Colomba | Gemona | 10/12/1879 | Linha Um Sul |
| Daronco, Domenico | Londero, Elisabete | Gemona | 10/12/1879 | Linha Cinco Sul |
| Daronco, João | Rossi, Ana | Gemona | 10/12/1879 | Linha Dois Sul |

Fonte: Dados extraídos da relação da distribuição dos lotes de terra aos imigrantes chegados a ex-Colônia Silveira Martins, Núcleo Norte e Núcleo Soturno. In: RIGHI, 2001, p. 110-225.

Entre as famílias Londero, Brondani e Daronco – todas da *comuna* de Gemona do Friul, província de Udine – se percebe a existência de uma rede parental estabelecida através do casamento.³²⁷ A existência de vínculo de parentesco entre elas propiciou a solicitação de apoio financeiro para favorecer a transferência dos que desejavam abandonar a localidade de origem. Com a sinalização positiva por parte dos parentes, novos grupos familiares se transferiam para a região colonial, juntando-se aos parentes.

Foi uma prática recorrente a ocupação dos núcleos coloniais a partir de frentes de apoio composta por grupos de parentes ou conhecidos. Essa conduta demonstra o quanto as redes de auxílio foram usadas como mecanismo essencial para fornecer acomodação e

³²⁶ Na carta aparecem indicados os nomes de Girolamo Brondani, sua esposa, a mãe viúva Cecília Cucchiari, os cinco filhos – Pedro, Luiz, Rosa, Leonardo, Daniel – e o irmão Antonio Brondani. Carta do padre Pedro Forgiarini 20 de novembro de 1878, Comuna de Gemona (RIGHI, 2001, p. 464).

³²⁷ Os imigrantes Pedro Brondani e Domênico Daronco eram casados com mulheres que pertenciam ao grupo Londero, segundo indicações presente no quadro n. 4. Certamente, ambos receberam auxílio dos parentes e conhecidos que se encontravam na Colônia Silveira Martins.

integração entre grupos de imigrantes nos núcleos coloniais. A assistência parental e aliança entre as famílias conferiam uma função agregativa que ditou as normas de distribuição de terra, reprodução do grupo e organização da comunidade, ocupando papel central na preservação de valores e referências éticos de comportamento.³²⁸ Uma imigração espontânea, financiada pelos parentes e conhecidos já instalados no Brasil, foi percebida pelas próprias autoridades imperiais como um dos pontos decisivos no incremento do número de imigrantes no território nacional. Primeiramente, consideravam ser essa resultante das campanhas realizadas na Europa pelos representantes do governo brasileiro, atribuindo, também, o aumento das expedições de imigrantes como fruto dos convites dos parentes e conterrâneos aqui domiciliados, capazes de mobilizar “centenas de imigrantes ao Brasil.”³²⁹ Frente a esse tipo de mobilidade, o conceito de cadeias migratórias tem se mostrado útil para compreender os caminhos abertos por alguns indivíduos, suas características e os padrões de assentamento.

Esta perspectiva de análise permite perceber os imigrantes como sujeitos ativos e responsáveis por articular as próprias transferências, principalmente através dos contatos estabelecidos com os conterrâneos que já haviam passado por tal experiência. Seguindo as trajetórias específicas de famílias e grupos, podem-se avaliar os mecanismos acionados que permitiram uma imigração em cadeia. Neste sentido, pretende-se destacar a maneira como ocorreu a acomodação dos imigrantes e a conformação de uma comunidade enquanto unidade agregativa. Os deslocamentos em cadeias indicam a existência de dinâmicas de gerenciamento da terra na Colônia Silveira Martins entre famílias fortemente ligadas por vínculos sociais. Quando da chegada ao local de destino, as redes continuaram a desempenhar funções importantes na vida dos imigrantes como a integração do grupo, preservação de uma identidade coletiva e adaptação à sociedade receptora.³³⁰

Planejar se estabelecer próximo de parentes e conhecidos foi um ideal que motivou indivíduos de diferentes lugares da península a partirem para o mesmo núcleo colonial no

³²⁸ Ellen Woortmann (1995, 114-117) destaca o parentesco como fator determinante na definição das migrações, das identidades e das estratégias camponesas. No mesmo sentido, Edoardo Grendi aponta a importância de se estudar as mobilidades como escolhas determinadas pelas relações sociais, permitindo, assim, uma série de ações estruturadas e comportamentos esperados entre os indivíduos (GRENDI, 1978, p. 71-72).

³²⁹ Relatório da Comissão de internação dos imigrantes apresentado ao ministro e secretariado do estado dos negócios do Império, 31 de agosto de 1880. Diário oficial. Série Interior – Negócios de Províncias, IJJ1 – 779. (Arquivo Nacional do Rio de Janeiro – ANRJ)

³³⁰ Paola Corti (1990), ao pesquisar a migração de duas famílias de italianos para a França, também utilizou o conceito de cadeias migratórias. Ela analisa as características diversas de duas comunidades mantidas por meio da experiência migratória de grupos parentais coesos internamente e vinculados aos conterrâneos. As duas cadeias migratórias conservaram a sua ligação com as “organizações políticas e reivindicatórias” da própria comunidade origem, permanecendo também ancorados a esse local os valores identitários dos grupos.

Brasil.³³¹ A análise da distribuição dos lotes coloniais indica que, apesar de haver o interesse por se tornar proprietários, existiam princípios nos quais as famílias de imigrantes buscavam respeitar. Ocupações foram ocorrendo de acordo com as escolhas dos primeiros imigrantes e, a seguir, segundo as demandas dos que continuaram a chegar à Colônia. Desse modo, as linhas coloniais passaram a definir-se como áreas controladas por amplos grupos parentais. A própria possibilidade de aquisição de lotes de terra para os filhos solteiros, aparecendo, em alguns casos, mulheres como beneficiárias, indica que houve a extensão das fronteiras da propriedade que, certamente, eram trabalhadas de forma coletiva.

Como já se ressaltou anteriormente, as primeiras famílias que fundaram a comunidade do Vale Vêneto foram protagonistas de uma longa corrente migratória. Logo, a realização de cerimônias religiosas passou a atrair e a congregar a população que, então, escolheu seus representantes para cuidarem da administração da capela e, principalmente, para buscarem padres que emigrassem da Itália para se fixar entre eles.³³² As bases de agregação da nova comunidade foram sendo constituídas, possibilitando que o lugar se tornasse um ponto de atração e identificação entre as famílias. Toda essa organização orientou a fixação de novos imigrantes. Prova disso é a carta de Luiz Rosso, enviada ao irmão na Itália, onde faz propaganda das vantagens que a comunidade havia obtido, como a instalação dos padres e a construção de uma igreja. As explicações eram uma resposta ao pedido de “notícias verdadeiras” dos conhecidos da *comuna* de Oderzo sobre as condições do núcleo colonial.

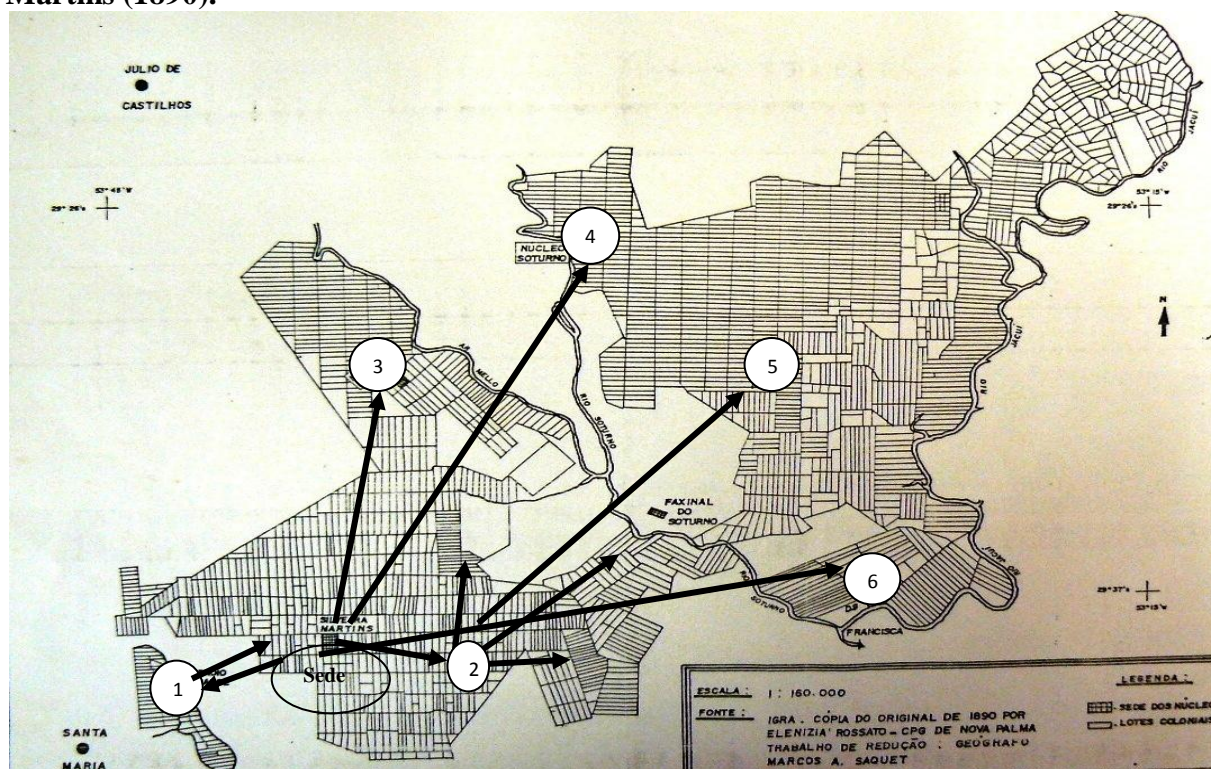
Após ressaltar de forma positiva os benefícios em termos de organização religiosa e social da população do Vale Vêneto, Luiz Rosso advertia sobre os cuidados que deviam ser tomados por aqueles que desejavam se transferir para o lugar, uma vez que não mais existiam lotes coloniais a serem distribuídos aos imigrantes. No entanto, aponta a existência de propriedades a serem compradas de particulares, enfatizando que uma colônia de campo, com terras boas e planas, distante da igreja do Vale Vêneto duas horas a pé, custava um conto de

³³¹ Como exemplo disso, apresenta-se o caso do amplo agregado parental da família Dotto que de diferentes comunas da província de Treviso se transferiram conjuntamente para a Colônia Silveira Martins, compondo, assim, através da aquisição de vários lotes vizinhos, a constituição de um amplo espaço controlado pelos indivíduos ligados por laços de parentesco. Esses eram tanto os de sangue quanto os formados a partir do casamento e do compadrio (RIGHI, 2001, p. 131).

³³² Os fabriqueiros do Vale Vêneto que aparecem em diversas cartas são: Antonio Dotto (San Giuseppe – Treviso - TV), Luiz Pozzebon (Padernello – TV), Paulo Bortoluzzi (Francenigo – Piavon - TV) e José Marcuzzo (Ordezo – TV). Os dois primeiros fazem parte do grupo pioneiro de imigrantes que chegaram ao local. Os outros vieram três meses depois. Cada um dos imigrantes era representante das famílias que pertenciam a uma das linhas coloniais que passaram a configurar a comunidade do Vale Vêneto, aparecendo os mesmos como as lideranças locais em diversas cartas enviadas ao bispo do Rio Grande do Sul (RIGHI, 2001, p. 329-338).

réis.³³³ Essas notícias deviam ser divulgadas entre os conhecidos que desejavam migrar para o sul do Brasil.

10. Distribuição dos lotes e formação dos principais núcleos da ex-Colônia Silveira Martins (1890).



Expansão da região colonial iniciada a partir da chegada dos imigrantes a Arroio Grande (1), a sede da ex-Colônia Silveira e para novos núcleos: Vale Vêneto (2), Núcleo Norte (3), Núcleo Soturno (4), Novo Treviso (5), Núcleo Dona Francisca (6).

Enquanto imigrantes continuaram a chegar à região, e, alguns conseguiam se estabelecer próximas aos parentes, outras se hospedavam junto a esses até se fixarem em local contíguo.³³⁴ Esse arranjo era resultado das articulações entre as famílias, garantindo assistência inicial aos conhecidos até a obtenção de um lote de terra. Em agosto de 1882, após ter sido a Colônia Silveira Martins emancipada do regime colonial e contar com “todos os elementos necessários a entrar em tal condição”, foram fundados dois novos núcleos, que passaram a se chamar “Norte” e “Soturno”. Tal necessidade se devia à constante chegada de

³³³ Carta de Luis Rosso ao irmão na Itália, 1886 (In: RIGHI, 2001, p. 458).

³³⁴ Em janeiro de 1886, os imigrantes Gaspar José Felice, Lucrecia Pasqualin (esposa) e Carlo Felice (filho) adquirem na Linha Quatro Sul da ex-Colônia Silveira Martins os lotes nº 139 e 140. Na mesma linha, em 1878, Angelo Pasqualin tinha adquirido um lote de terra. Além de serem todos da comuna de Genoma, há indícios de laços de parentesco ao se perceber o mesmo sobrenome.

“imigrantes espontâneos” que vinham convidados por parentes e amigos já estabelecidos nas linhas rurais da sede e na comunidade do Vale Vêneto. Ao chegarem procuravam se fixar nos locais onde possuíam parentes não aceitando, portanto, “a colocação em pontos muito afastados”. No decorrer de três anos da emancipação da Colônia aumentou consideravelmente o número de habitantes, passando de duas mil, setecentas e dez pessoas (2.710) para quatro mil oitocentos e vinte três italianos (4.823). Para além dos filhos de imigrantes nascidos na região colonial teriam entrado dois mil e cinquenta e cinco estrangeiros (2.055) entre 1882 e 1885 (CARVALHO, 1885, p. 44-45).³³⁵

Concomitante à fundação de novos núcleos, algumas famílias beneficiaram parentes com a venda de pequenas extensões de terra ou às retribuíram como forma de pagamento por serviços prestados. Um exemplo disso foi o lote concedido a Antônio Vernier no Vale Vêneto, em janeiro de 1886, como forma de retribuição por ter atuado como procurador na Itália com a tarefa de encontrar padres que emigrassem para o Brasil.³³⁶ Os diversos grupos que chegaram à Colônia Silveira Martins, nos anos de 1885 e 1886, ficaram hospedados em casa de parentes, amigos e conhecidos do Vale Vêneto, conforme indicações do imigrante André Antoniazzi (18-- , p. 1).³³⁷ A instalação provisória tinha como propósito aguardar até que novos lotes coloniais fossem demarcados. Com o aparecimento de novas frentes de expansão, grupos de irmãos e parentes passaram a se deslocar para esses locais, mantendo suas bases de apoio nas famílias que permaneciam nas comunidades antigas. Essa ampliação da área ocupada pelos imigrantes atendia as próprias necessidades de reprodução das unidades familiares já instaladas na região.

3.5 Um imigrante agenciador

Financiado pelos conterrâneos, Antônio Vernier tornou-se procurador a fim de organizar o transporte gratuito de parentes e familiares da Itália para o Brasil. Assim, tendo as despesas pagas por diversas vezes, transitou entre os dois continentes, buscando atender as demandas da população colonial. Procurações e dinheiro lhe foram conferidos para que pudesse realizar as tarefas na Itália, como, por exemplo, vender bens, resgatar heranças,

³³⁵ Relatório de Manuel Maria de Carvalho, apresentado ao Império brasileiro sobre as condições dos Núcleos de Colonização do Rio Grande do Sul, de 1885. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

³³⁶ Relação de distribuição dos lotes na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 221)

³³⁷ O imigrante André Antoniazzi chegou à região colonial em setembro de 1883 e participou da fundação de novas comunidades a partir da ponte de apoio que tinha com os primeiros núcleos. O mesmo escreveu uma pequena história onde relata a formação do povoado ocupado na maior parte por famílias da Província de Treviso.

entregar encomendas e adquirir objetos para os imigrantes.³³⁸ Entretanto, foi com o comerciante Paulo Bortoluzzi que Vernier manteve relações próximas, de trocas de favores e obrigações, uma vez que, em diversos momentos, Bortoluzzi enviou ajuda para Vernier pagar as próprias dívidas.³³⁹

Nos núcleos coloniais, os imigrantes se mobilizaram para reunir recursos financeiros para que as novas comunidades pudessem se tornar locais de agregação, com suas igrejas, padres e festividades autônomas, podendo, assim, representar a população frente aos centros maiores. O sucesso da organização dependia da mobilização dessas redes de contatos que faziam a ligação entre os dois lados do Atlântico. Contudo, por vezes esta ponte tinha falhas, pois em diversas vezes os imigrantes fizeram críticas ao desempenho do agenciador Antônio Vernier pelo não cumprimento das promessas feitas. O fato de ser conhecedor da realidade vivida nos núcleos coloniais, estando ligado por laços de afinidades a algumas famílias e compartilhar determinados valores, foram fatores determinantes para que assumisse o papel de mediador entre os que estavam no Brasil e os que haviam permanecido na Itália. Enquanto trabalhava como representante dos imigrantes, esses, em retribuição, mantinham sua família e zelavam pelos bens que possuía na colônia Silveira Martins.³⁴⁰

O papel assumido pelos procuradores no contexto italiano foi de fundamental importância para que a emigração ganhasse maior dimensão, pois incentivavam diretamente os *contadini* a abandonar as aldeias. Também podiam se valer de um “exército de intermediários” presentes nas comunas que conheciam o universo rural, e, por isso, atuavam como promotores da emigração (FRANZINA, 1998, p. 230). Trabalhando para as companhias de navegação auxiliavam na aquisição da documentação para passaporte, empréstimos, transporte e alojamentos nos portos. Os que obtiveram maior sucesso nessa atividade foram aqueles que mantiveram proximidade com as aldeias, relacionando-se com os chefes de família, padres e autoridades locais, conforme constatou-se no capítulo anterior. Já possibilidade de recorrer ou financiar um agente procurador foi um dos mecanismos usados pelos imigrantes para garantir a concretização dos projetos na nova realidade. Nesse sentido, a organização das comunidades em termos religiosos também ocorreu através dessa dinâmica, agilizando a transferência de informações, objetos e pessoas.

³³⁸ Carta do imigrante Inocente Pedron, 10 abril de 1888 (RIGHI, 2001, 402-403).

³³⁹ Carta de Antônio Vernier a Paulo Bortoluzzi, 4 de março de 1885 (RIGHI, 2001, p. 338-339).

³⁴⁰ Carta do imigrante Inocente Pedron a Antônio Vernier, 10 abril de 1888 (RIGHI, 2001, p. 402-403). Conforme se pode constatar a partir das cartas de alguns imigrantes a Antônio Vernier, esse recebeu dos conterrâneos residentes na região central do Rio Grande do Sul dinheiro e assumiu compromissos para organizar a transferência de parentes da Itália para o Brasil.

Instalado com a família na ex-Colônia Silveira Martins, no povoado do Vale Vêneto, Antônio Vernier foi incumbido pelos conterrâneos para encontrar sacerdotes interessados em se transferir para o sul do Brasil. Por ele já estar desempenhando o papel de agente de uma companhia de navegação italiana (CERETTA, 1894, p.25-31), os demais imigrantes acreditaram ser Vernier a pessoa indicada para a tarefa. Conhecido da família Bortoluzzi, ele teve o retorno para a Itália financiado pela população do Vale Vêneto, comprometendo-se em recompensá-los enviando sacerdotes. A viagem de Vernier ocorreu na segunda metade do ano de 1879.

Após um ano da partida, os imigrantes se demonstravam insatisfação devido a falta de notícias do procurador. Somente em 1881 enviou uma carta aos conterrâneos, afirmando ter demorado a se comunicar porque estava refugiado na Áustria por temer ser perseguido como propagandista da emigração da Itália. Uma vez passado o susto – conforme relatou –, Vernier encontrou dois sacerdotes interessados em viajar para a América. Nesta mesma correspondência comunicou que, para financiar a transferência destes dois sacerdotes – que disseram que só emigrariam juntos –, necessitava mais dinheiro. Como resposta, recebeu autorização e uma procuração de Bortoluzzi para vender “uma pequena posse” que havia deixado na Itália, e, com o dinheiro, pagar as despesas dos referidos padres.³⁴¹ Para não ficar em desvantagens, Bortoluzzi fez com que os outros imigrantes do Vale Vêneto se comprometessem em ressarcir-lo no momento em que os padres chegassem.³⁴²

Cumprindo com os compromissos firmados com as lideranças do Vale Vêneto, no final de 1881 Vernier organizou a transferência dos dois primeiros sacerdotes para a comunidade. De acordo com o primeiro capítulo deste trabalho, ao chegarem ao Rio Grande do Sul os padres foram colocados, por ordens do bispo, em diferentes comunidades: Antônio Sório ficou no Vale Vêneto, enquanto Vitor Arnoffi na sede da colônia. Passados três anos, Arnoffi morreu e, em seu lugar, foi nomeado Sório. Os italianos do Vale Vêneto ficaram descontentes com esta situação, pois haviam financiado a vinda de ambos e, agora, estavam sem nenhum deles. Em meados de 1884 iniciaram uma nova tentativa de trazer sacerdotes para sua comunidade, incumbindo novamente o agenciador Vernier para tal tarefa.

Porém, diferentemente da primeira incursão, alguns pontos deveriam ser observados pelo agente. Os imigrantes ressaltaram a necessidade de que os padres somente partissem para o Brasil com autorização dos superiores da ordem religiosa ao qual pertenciam, afirmando

³⁴¹ É possível que Vernier tenha pegado dinheiro com o pároco de Piavon, pois Bortoluzzi, antes de partir da Itália, deixou o referido sacerdote encarregado de receber o dinheiro da venda de suas posses.

³⁴² Estas cartas estão citadas em: RIGHI, 2001, p. 402-403.

que muitos que emigravam “não pensavam em outra coisa se não acumular dinheiro”. O agenciador Antônio Vernier teria, portanto, que analisar cuidadosamente o comportamento dos padres para “sentir as intenções” dos mesmos, alertando-os que somente seriam aceitos pela comunidade se andassem “vestidos com suas vestes sacerdotais”. Quando chegavam ao Brasil, alguns padres tiravam os trajes sacerdotais “como se fossem envenenados e, na falta do distintivo, o que esperar nestas regiões?”, argumentava Paulo Bortoluzzi.³⁴³ As experiências pretéritas com Vitor Arnoffi e Antônio Sório deixaram as lideranças do Vale Vêneto mais cautelosas quanto ao modelo de sacerdote que deveria se estabelecer na comunidade. Desse modo, propuseram que somente depois dos imigrantes terem aprovado serem os religiosos bem intencionados, e que fossem aptos a assumir as funções religiosas, fariam o pagamento a Antônio Vernier. O agente seguiu as orientações passadas, enquanto isso Bortoluzzi comprometeu-se a saldar as dívidas que aquele possuía tentando reconciliá-lo com a população.³⁴⁴

Ao mesmo tempo em que havia uma mobilização das lideranças do Vale Vêneto no sentido de organizar a vinda de sacerdotes, existia várias famílias tentando agilizar a transferência dos parentes da Itália. Neste caso, os imigrantes procuravam alguém capaz de garantir a vinda dos familiares e pessoas próximas, financiando as despesas e os custos das transferências. O procurador Vernier, apesar das desconfianças, era conhecedor das necessidades das novas comunidades, e, respaldado pelo comerciante Paolo Bortoluzzi, passou a transitar entre o Brasil e a Itália a fim de atender as demandas dos imigrantes, principalmente de conterrâneos da província de Treviso que estavam instalados na região colonial.

Na Itália, Antônio Vernier passou a procurar o tipo ideal de sacerdote almejado pela comunidade do Vale Vêneto, tentando desfazer a má-impressão da tarefa anterior quando encontrou os padres Arnoffi e Sório. Por fim encontrou entre os membros da Pia Sociedade das Missões – padres palotinos – o interesse em se estabelecer no sul do Brasil. Na verdade, esta congregação queria dar início aos trabalhos missionários na América, seguindo, assim, os caminhos abertos pelas famílias que abandonavam a península em busca de melhores condições de vida. Após ouvir a propaganda feita por Vernier a respeito da Colônia Silveira Martins e do povoado do Vale Vêneto, em março de 1885 um dos superiores da congregação partiu de Roma para o Rio Grande do Sul a fim de verificar as condições materiais e humanas

³⁴³ Carta de Paulo Bortoluzzi a Antônio Vernier, 17 de agosto de 1884 (RIGHI, 2001, p. 326-27). Nesta mesma carta, Bortoluzzi expressou suas intenções de fundar um colégio religioso no Vale Vêneto.

³⁴⁴ Carta de Paulo Bortoluzzi a Antônio Vernier, 17 de agosto de 1884 (RIGHI, 2001, p. 326-27).

da referida região colonial. Comunicando a partida do procurador daquela ordem religiosa, Antônio Vernier anunciou aos imigrantes que, tendo cumprindo o seu dever, deixaria que negociassem com o emissário. Também alertava para prepararem uma quantia em dinheiro, pois deveriam pagar os custos da viagem do padre e ainda enviar um valor para que ele, Vernier, liquidasse as dívidas contraídas.³⁴⁵ Um compromisso moral foi assumido, e o imigrante procurador esperava que suas indicações, desta vez, estivessem a contento dos conterrâneos do Vale Vêneto.

Após permanecer algumas semanas na região colonial, o padre Guilherme Whitmee, emissário da Pia Sociedade das Missões, entrou em acordo com a população prometendo que, em breve, seriam enviados dois sacerdotes para a comunidade. Dentre os compromissos firmados entre o representante da ordem e os fabriqueiros do Vale Vêneto, ficou estabelecido que a viagem de retorno, bem como à da vinda dos missionários, seriam bancadas pelas famílias do lugar. Para tanto, foi realizada uma coleta que rendeu um conto, trezentos e cinquenta e um mil réis (1.351\$000). No contrato, também firmaram as garantias de manutenção dos novos padres. O documento estabelecia que um dos sacerdotes recebesse o sustento, enquanto o outro seria mantido com três mil réis por dia; caso desejassem, escolheriam um indivíduo para fazer “as coletas nos tempos das colheitas de trigo, de arroz, de feijão, de milho e de uvas” no povoado; doariam casa paroquial e terreno, além de também ficar à disposição dos sacerdotes “um pedaço de terra para roça” (PROBST, 1989, p. 14-15; BONFADA, 1991, p. 41).

A elaboração do contrato mostra que o representante da Pia Sociedade das Missões vislumbrou aquela comunidade, constituída, em sua maioria, por famílias camponesas da região de Vêneto, como lugar favorável para a abertura de um novo campo de trabalho. Por outro lado, o acordo demonstra o empenho das lideranças imigrantes em promover a estruturação dos novos espaços de sociabilidade familiar e vivência religiosa. As regras estabelecidas explicitam algumas das obrigações e comprometimentos que a população devia cumprir enquanto membros daquela configuração local em acomodação. Os imigrantes buscavam constituir um prolongamento do universo cultural das aldeias de origem, aguardando com ansiedade a chegada dos novos padres. Frente à demora da vinda dos

³⁴⁵ Carta de Antônio Vernier a Paulo Bortoluzzi, 4 de março de 1885; carta de Antônio Vernier a Luis Rosso, 4 de março de 1885 (RIGHI, 2001, p. 338-345).

primeiros missionários palotinos, as lideranças do Vale Vêneto ficaram temerosas quanto ao cumprimento do contrato estabelecido com o emissário da congregação.³⁴⁶

Enquanto esperavam pelos novos padres, enfrentaram as ameaças do pároco de Silveira Martins. Segundo os imigrantes do Vale Vêneto, Antônio Sório havia se dirigido até o bispo para se queixar deles, e isto poderia causar “algum prejuízo” à comunidade. Acusavam-no de continuar a persegui-los, apontando, como prova disso, o fato de ter espalhado o boato que os padres palotinos, quando chegassem, deveriam estar submetidos às suas ordens (de Sório), pois esse tinha obtido autorização diocesana para proceder de tal forma. Portanto, preocupados quanto às possíveis atitudes do pároco, os imigrantes solicitaram auxílio ao jesuíta Anselmo de Souza. Queriam que este servisse de porta-voz e informasse ao bispo “sobre os sacrifícios sofridos por este povo” e a necessidade sentida pela população de terem na comunidade “sacerdotes bons e independentes”.³⁴⁷ Ao assim agirem, as lideranças do Vale Vêneto estavam acionando recursos para evitar que possíveis dificuldades prejudicassem a autonomia do lugar que seria alcançada com a vinda dos missionários palotinos.

Em janeiro de 1886, chegava à comunidade o agenciador Antônio Vernier, e, neste instante, foi alvo de protestos por parte dos imigrantes, pois tiveram de esperar vários meses até a vinda dos sacerdotes.³⁴⁸ Em 19 de julho de 1886, passados quase dois anos da visita do emissário dos palotinos, chegaram ao Vale Vêneto os religiosos pertencentes àquela ordem.³⁴⁹ Foram recebidos com festa, sendo acompanhados, da estação ferroviária de Arroio do Só até a comunidade, por “cem cavaleiros” que empunhavam a bandeira italiana, a brasileira, a pontifícia e uma branca simbolizando a paz (BONFADA, 1991, p. 46). Assim, após longo período de espera e incerteza, os imigrantes comemoraram a vinda dos padres.

Apesar dos imprevistos, as iniciativas dos fabriqueiros do Vale Vêneto, representados por Paulo Bortoluzzi e Luiz Rosso, haviam sido bem sucedidas, pois agora a comunidade podia contar com diversas vantagens devido à presença dos missionários palotinos. Os

³⁴⁶ Carta dos fabriqueiros Luis Rosso e Paulo Bortoluzzi, 28 de dezembro de 1885 (RIGHI, 2001, 2001, p. 353-354).

³⁴⁷ Carta de Paulo Bortoluzzi e Luis Rosso ao padre jesuíta Anselmo de Souza, 07 de janeiro de 1886 (RIGHI, 2001, p. 355).

³⁴⁸ Carta de Paulo Bortoluzzi e Luis Rosso ao Superior Geral da Pia Sociedade, 26 de fevereiro de 1886 (RIGHI, 2001, p. 372-73). Antônio Vernier chegou ao Vale Vêneto em janeiro de 1886. No dia 28 recebeu um lote de terras na comunidade, provavelmente devido a uma articulação local das lideranças para cumprir com os compromissos firmados, mesmo que os padres ainda não tivessem chegado. Passados quatro meses, Vernier casou-se com Luiza Rubert. A família Rubert era originária da província de Treviso, região de Antônio Vernier e os imigrantes Paulo Bortoluzzi e Luiz Rosso. Relação de distribuição dos lotes na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 221, 213).

³⁴⁹ Telegrama de 19 de julho de 1886 anunciando a chegada dos padres da Pia Sociedade das Missões em Porto Alegre (RIGHI, 2001, p. 381).

mesmos imigrantes consideravam ser um aspecto “grave para uma pequena população italiana e católica” permanecer sem padres. O fato de serem atendidos temporariamente por um sacerdote brasileiro não bastava, por isso mobilizaram-se para trazer quem conhecesse as práticas religiosas e os costumes vividos na pátria de origem.³⁵⁰ Esperavam que trabalhassem no sentido de legitimar as formas específicas de organização comunitária e atendessem as necessidades do “corpo e da alma” da população colonial (VENDRAME, 2007).

Contudo, os dois primeiros sacerdotes da Pia Sociedade das Missões que se instalaram no Vale Vêneto não eram de origem italiana.³⁵¹ Logo que se estabeleceram na comunidade, entraram em acordo com os fabriqueiros da capela de São Francisco de Assis para a construção de uma nova igreja. Neste estatuto, ficava expresso que as decisões quanto à escolha do local para edificação do templo, em homenagem a “Corpus Christi”, ficaria a cargo dos padres palotinos. Nas mãos do “tesoureiro”, Paulo Bortoluzzi, foram consignadas “duzentas e nove (209) moedas de ouro, cada uma no valor de vinte (20) mil réis; meia libra esterlina e dois francos de prata” e “trinta (30) mil réis em papel brasileiro”. Esse dinheiro seria utilizado na construção da nova igreja. Para tanto, cópias do contrato ficaram em posse dos referidos envolvidos, pois especificavam o acerto entre os representantes da comunidade e os missionários.³⁵²

Além dos doze fabriqueiros, o estatuto foi assinado pelos sacerdotes da Pia Sociedade e por um reitor de uma igreja de Londres, pois deste local haviam partido doações em dinheiro e objetos para a nova igreja, que somavam quarenta mil francos. A doadora, uma condessa de Londres, benfeitora dos missionários palotinos, exigia que o templo fosse construído no Vale Vêneto e levasse o nome de Corpo de Deus, com trinta e três metros de comprimento e dezesseis de largura.³⁵³ A elaboração do documento demonstra a intenção dos imigrantes em garantir a concretização das decisões que diziam respeito à coletividade. O apoio dos fabriqueiros à Pia Sociedade das Missões, exemplificado no estatuto, expõe que os imigrantes permitiram que os padres tomassem a direção das obras.

³⁵⁰ Carta ao padre superior da Pia Sociedade das Missões dos imigrantes Paulo Bortoluzzi e Luis Rosso (RIGHI, 2001, p. 360-361). Quando da visita do Superior da Pia Sociedade das Missões ao Vale Vêneto, havia ficado estabelecido que seriam enviados, da Itália, dois sacerdotes italianos da Província de Nápoles. Porém, ambos não aceitaram a proposta, uma vez que desejavam emigrar para a América do Norte e não para o Brasil (BURMANN, 1910, p. 28-29).

³⁵¹ Os dois primeiros sacerdotes palotinos que se estabeleceram no Vale Vêneto foram Giacomo Pfaendler e Francisco Schuster – alemães. O primeiro deles assumiu a função de superior, enquanto o outro se tornou capelão. Ambos se comunicavam com a população através da língua italiana.

³⁵² Estatuto da construção da nova capela do Vale Vêneto, 29 de julho de 1886. Caixa 3, Missão Brasileira. Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora – AHNSC, Santa Maria.

³⁵³ Carta de Luis Rosso aos familiares, 1886 (RIGHI, 2001, p. 457).

A concessão aos missionários, antes de representar submissão, era uma maneira de favorecer a comunidade. A primeira vantagem observada no acordo relaciona-se aos objetos sacros e a quantia em dinheiro colocada à disposição dos fabriqueiros. Na sequência, concebeu-se a casa paroquial e o colégio religioso no Vale Vêneto em terreno de Paulo Bortoluzzi. Nesta negociação, não houve simples doação aos padres, antes ocorreu à venda do terreno por parte do imigrante, em escritura assinada por ele e pela esposa em outubro de 1886. Assim, pelo valor de seiscentos mil réis, Bortoluzzi vendia um pedaço de terra que fazia “frente à praça da povoação” aos dois recém chegados missionários palotinos.³⁵⁴ Fica evidente o espírito de liderança do comerciante neste negócio, que buscava, além do ganho pecuniário, estruturar a comunidade nos moldes desejados.

Logo que chegaram, os novos sacerdotes passaram a trabalhar em favor da organização de novos espaços de agregação. Estas iniciativas iam ao encontro da desejada autonomia das lideranças locais, iniciando-se com o estabelecimento de padres residentes. Por conseguinte, o local se tornaria um centro de atração para as famílias da região, possibilitando que as mesmas desfrutassem de maior segurança e assistência com relação às dificuldades e imprevistos da vida. Também permitiria que os diversos rituais, essenciais para demarcar as fases da vida social e cultural, fossem agora realizados conforme os costumes da população. Assim, o Vale Vêneto alcançaria um novo status na região colonial. A chegada dos missionários palotinos, em 1886, permitiu à comunidade criar suas bases de organização sócio-cultural e estabelecer símbolos de identificação local.³⁵⁵

Apesar de outros povoados também terem investido financeiramente para a vinda dos padres, foi no Vale Vêneto que eles se estabeleceram, e, deste centro, deslocaram-se por toda a região colonial prestando assistência religiosa. Solicitando o atendimento dos palotinos, um imigrante afirmava que sua comunidade havia doado duzentos e cinquenta (250) francos, concedidos ao procurador Antônio Vernier, para financiar a vinda dos missionários. Por isso achava justo, agora, oferecer um salário de dez (10) francos ao sacerdote para que lhe assistisse nas necessidades religiosas.³⁵⁶ Atendendo aos pedidos, um dos padres palotinos passou a percorrer o interior da ex-Colônia Silveira Martins para prestar atendimento à população, principalmente entre aqueles que haviam contribuído para a vinda deles.

³⁵⁴ Escritura de Paulo Bortoluzzi e Stela Furlan passada aos padres Giacomo Pfaendler e Francisco Schuster, 21 de outubro de 1886. O lote de terra vendido possuía as seguintes medidas; trinta e seis metros de frentes e cinquenta metros de fundos. Caixa 3, Missão Brasileira, AHNSC.

³⁵⁵ Para saber mais sobre o modelo de Igreja implantado pelos padres da Pia Sociedade das Missões na região central do Rio Grande do Sul, ver: BIASOLI (2010); MARIN (1993).

³⁵⁶ Carta do imigrante Inocente Pedron ao padre Francisco Schuster, 10 de abril de 1888 (RIGHI, 2001, p. 402-403).

Em cada povoado que surgia, os imigrantes fundavam uma associação religiosa, escolhiam o santo padroeiro e formavam uma diretoria, composta pelos representantes das principais famílias do lugar. Esses passavam a administrar conforme as necessidades da coletividade, tomando iniciativas para a construção de uma capela e a contratação de sacerdote. Para receber o padre, cuidavam em erguer a casa canônica e equipá-la com cama, mesa, cadeiras e demais utensílios (André Antoniazzi, 18--, p. 23). Como passo seguinte, elaboravam um contrato que fixava os direitos e deveres da população em relação ao sacerdote.

Em documento assinado por oitenta e nove (89) imigrantes da comunidade de “Geringonça” (atual distrito de Novo Treviso), firmou-se o compromisso de que cada indivíduo de uma família contribuiria, anualmente, com a soma de três mil réis ao padre, isentando-se desta taxa os menores de doze anos e maiores de sessenta e cinco. O valor deveria ser quitado em quatro prestações pelo chefe de cada casa. Além disso, teriam que realizar cinco ofertas em produtos ao ano, após as colheitas. Essa contribuição em grãos aconteceria de acordo com o tempo da safra, sucedendo-se na seguinte ordem: trigo, vinho, arroz e milho. Também a cada três meses as famílias tinham de ofertar ao padre um galetto a cada três meses.³⁵⁷

Estas iniciativas exemplificam o quanto a conformação da comunidade seguia uma racionalidade própria às sociedades agrárias, com regras e papéis determinados. O regulamento, como se percebe no contrato firmado pelos moradores de “Geringonça”, tinha cláusulas especiais que respeitavam e protegiam àquelas famílias com crianças menores de doze anos e pessoas com idade acima de sessenta e cinco, ou seja, estas unidades domésticas, antes de contribuir para a manutenção do padre, tinham que garantir a própria sobrevivência, buscando o equilíbrio produtivo por contar com indivíduos que não produziam tanto quanto consumiam. Se sobre todos os membros de uma família pesassem os impostos, os riscos de crise em algumas unidade doméstica eram maiores, por isso a isenção.³⁵⁸

Na sequência, foi eleita pelos “chefes das famílias” uma comissão de sete imigrantes para dirigir e administrar as obras da nova igreja. Nesta reunião, o conselho comunal e a “comissão civil” distribuíram as funções e cargos aos sujeitos que ficariam responsáveis por

³⁵⁷ Contrato dos moradores de Novo Treviso para sustento do sacerdote, 11 de março de 1891 (RIGHI, 2001, p. 404-406).

³⁵⁸ Segundo Giovanni Levi (1985, p. 165-166), a primeira fase da constituição de um lar na sociedade camponesa – o que variava entre oito e quatorze anos do matrimônio –, era um momento de dificuldades para a família, pois contava com um número de consumidores maior do que o de produtores. Somente com o ingresso dos filhos nas atividades agrícolas é que o novo estágio familiar se iniciava.

conduzir a construção da capela comunitária.³⁵⁹ A organização desta estrutura administrativa instituía, ainda, que os “chefes de famílias” poderiam convocar um “plebiscito” para aprovar ou não as escolhas tomadas pela comissão. Entre as diretrizes apresentadas, a principal delas dizia respeito à aquisição do lote para a construção da igreja deixando claro que “os direitos do povo” fossem “sempre respeitados” pelos padres. A esses seria vedada a interferência nas decisões futuras que a comunidade tomaria.³⁶⁰

Em toda a região colonial surgiram pequenas unidades de agregação fundadas, inicialmente, a partir da edificação de uma capela, semelhante à maneira como ocorreu no povoado acima apresentado. Várias foram as localidades que, de forma autônoma, estabeleceram um contrato de manutenção com padres para que estes prestassem assistência. Este atendimento religioso, considerado necessário pelas famílias, favorecia o agrupamento e a formação de redes de sociabilidade. Baseadas em vínculos que remontavam às relações estabelecidas nas aldeias de origem, as redes foram rearticuladas e se tornaram fundamentais na reorganização do estilo de vida familiar e comunitário.³⁶¹ A existência de um passado em comum foi aspecto relevante na constituição interna do grupo imigrante que ocupou as colônias do Rio Grande do Sul.

As experiências dos indivíduos até aqui apresentadas remontam a um universo de práticas culturais próprias do mundo camponês italiano. Através de ações específicas foi possível entender como os grupos se articularam para amenizar as dificuldades da travessia transoceânica até o estabelecimento nos lotes coloniais no sul do Brasil. Uma vez instalados, surgiu à necessidade de estruturação dos povoados, e, neste momento, os imigrantes se utilizaram de meios capazes de agilizar as comunicações com o outro lado do Atlântico, fosse para trazer parentes, fosse para buscar padres residentes. Desse modo, os italianos foram protagonistas do processo migratório, sujeitos que agiram segundo lógicas próprias, perseguindo objetivos e acionando mecanismos para garantir o sucesso das escolhas. O novo espaço de convívio passou a ser definido por um entrelaçamento de vários compromissos e obrigações, vínculos de interdependência que compunham os elementos básicos para o sucesso das comunidades.

³⁵⁹ Contrato dos moradores de Novo Treviso para sustento do sacerdote, 11 de março de 1891 (RIGHI, 2001, p. 408).

³⁶⁰ Ata do conselho da capela, 25 de outubro de 1893 (RIGHI, 2001, p. 411). Durante o período de construção da nova igreja surgiram diversos conflitos entre os grupos locais e os padres que prestavam assistência religiosa à comunidade. Sobre estes conflitos, ver: VENDRAME (2007, p. 69-70).

³⁶¹ Norbert Elias (2000; 2001) ressaltou a questão das redes de ligação entre os indivíduos de uma comunidade que eram unidos por laços de interdependência. Assim, considerou as sociedades como uma configuração de homens ligados por cadeias de dependência, sendo variáveis suas características: mais ou menos complexas, extensas e coercitivas. Para Elias, estas variáveis definiam a especificidade de cada configuração social.

Como apontado anteriormente, a relação entre imigração e parentela – ou grupo de núcleos aliados – é um tema que abre uma nova perspectiva para analisar o papel da família camponesa nos deslocamentos de longa distância. Destaca-se a existência de um projeto coletivo firmado na comunidade de origem que reforça o desempenho ativo e autônomo dos imigrantes na dinâmica dos descolamentos para o além-mar e na formação de um universo social e cultural nas terras do sul do Brasil. Nesses espaços, as famílias camponesas viram a possibilidade de vivenciar um sistema próprio de normas e valores, não eliminando as diferenças e os conflitos, porém, mantendo-os dentro dos limites de controle e do tolerável (PISELLI, 1981).³⁶² A presença de um grupo coeso envolvido na imigração da parentela parece ter sido uma das normas que orientaram o deslocamento de diversas famílias para os núcleos coloniais do Rio Grande do Sul. Enquanto mecanismo e vínculo, os laços de parentesco auxiliaram os indivíduos e agregados tanto na transferência quanto na instalação nas comunidades de recepção. Tais questões serão novamente retomadas no próximo capítulo, ao abordar as escolhas tomadas pelo sacerdote Antônio Sório antes de partir para o Brasil.

³⁶² Segundo Fortunata Piselli (1981, p. 95, 142), no início do fenômeno migratório transoceânico, a rede de relações de vizinhança e parentela foi reativada e revitalizada devido às condições externas e pelo crescente aumento dos deslocamentos que forneciam estímulos para o grupo se reproduzir, reforçar seus vínculos e integrar-se num âmbito mais amplo. Para autora, a emigração é um mecanismo que favorece a tendência progressiva da família no sentido de afirmar sua autonomia econômica e afetiva dos múltiplos vínculos impostos pelo sistema de relações parentais.

CAPÍTULO 4

Redes de Compadrio

O caminho que Deus escolhera para chamá-lo à vida sacerdotal tinha sido, talvez, o medo de enfrentar a mesma miséria e as humilhações do pai, camponês nas terras de um senhor Bolzano. Entendia muito bem a pobre gente que juntara seus miseráveis pertences e atravessara o mar, numa casca de madeira, para tentar a aventura na América. Era para cá que seu pai teria vindo, se não tivesse morrido ainda jovem. “O quatrilho” - José Clemente Pozenato.

Este capítulo tem por objetivo analisar as redes de compadrio formadas pelo padre Antônio Sório após ter se tornado pároco da Freguesia de Silveira Martins, no ano de 1885. Como se verá, o mesmo compareceu a pia batismal diversas vezes, e não na função de pároco. De modo direto ou através dos sobrinhos, o sacerdote foi padrinho de diversas crianças, indicando uma das maneiras que utilizou para fortalecer laços com as famílias locais. O estabelecimento de canais de interdependência e solidariedade permitiu a manutenção de um jogo contínuo de relações de reciprocidade, abrindo caminho para circulação de crédito entre os indivíduos ligados por laços parentais. A partir das práticas de apadrinhamento, padre Sório criou, ampliou e consolidou um capital relacional que lhe permitiu, dentre outros, ter sucesso nos investimentos econômicos. Concomitantemente ao seu desempenho enquanto liderança religiosa, patrocinou a fundação de sociedade de mútuo socorro, ocupou a função de agente consular, participou do mercado da terra construindo patrimônio material. A herança deixada aos sobrinhos permite problematizar as formas encontradas pelo sacerdote para prosperar economicamente, parecendo-se, neste caso, às tantas famílias de imigrantes que vieram para “fazer a América”.

4.1 Na terra natal

Antônio Sório era o quinto e último filho de uma família de camponeses que tirava o sustento do trabalho coletivo em terras arrendadas na Província de Verona, norte da Itália.

Como filho mais moço, foi a carreira eclesiástica. Encaminhar um dos filhos para o serviço religioso era uma possibilidade presente no universo rural, não somente porque os bens fundiários da família eram restritos, mas também porque tal profissão poderia ampliar o status e recursos do grupo. Fazer com que um dos integrantes da casa se tornasse padre era uma maneira de diversificar as atividades profissionais e assistenciais entre os indivíduos aparentados. Ter um padre na família ampliava significativamente as alternativas do grupo. As possibilidades de alcançar vantagens econômicas e sociais aumentavam para a família que tivesse filhos atuando em diversos setores – comerciantes, agricultores, sacerdotes – ao invés de concentrar todos em uma só atividade. Neste caso, a posse da terra não era a única condição que permitia o sucesso individual e familiar. Sujeitos pertencentes à mesma família e envolvidos em atividades diferentes pode ser visto como uma estratégia para garantir maiores vantagens para todos aqueles que pertenciam ao grupo (LEVI, 2000).³⁶³

Nas paróquias rurais da região do Vêneto os padres pediam frequentemente aos bispos para que fossem transferidos para próximo das famílias ou não fossem delas afastados. Como justificativa, diziam que deviam zelar pelo sustento da família, geralmente dos pais idosos e irmãos menores que dependiam das rendas oriundas do sacerdócio.³⁶⁴ Tanto a trajetória do padre Vitor Arnoffi, apresentada no primeiro capítulo desta tese, quanto a de Antônio Sório, serão marcadas pela questão das responsabilidades para com os familiares. O falecimento prematuro do patriarca Francisco Sório – pai de Antônio Sório – fez com que, desde muito cedo, os dois irmãos mais velhos assumissem a direção da família.³⁶⁵ Após a realização do casamento dos irmãos, Antônio Sório foi encaminhado para a carreira eclesiástica. Em novembro de 1863, juntamente com o primo materno, o jovem ingressava no Seminário *Vescovile de Belluno* com a intenção de “vestir o hábito clerical”.³⁶⁶ Durante o período de três

³⁶³ Ao analisar a estratégia de inserção de um sacerdote numa pequena comunidade do norte da Itália, Giovanni Levi (2000) afirma que o sujeito tomou um caminho diferente para alcançar prestígio: apostou na carreira de padre exorcista.

³⁶⁴ A condição de pároco deixava os sacerdotes na incumbência de proteger economicamente o grupo familiar, algo recorrente nas comunidades camponesas. Em alguns casos, o sacerdote mantinha familiares morando na casa paroquial. O padre Dom Frizzo, capelão de *Marcon*, burgo rural da comuna de Mestre, província de Veneza, residia com os familiares na comunidade. Em carta ao bispo, padre Frizzo manifestou a sua responsabilidade na manutenção dos pais e irmãos, motivo pelo qual solicitava a permanência na referida comuna (SCROCCARO, 2010, p. 79-84).

³⁶⁵ O casal Francisco Sório e Tereza Zenari tinha cinco filhos: Luis (nascido em 1833), Alexandre (nascido em 1836), Carolina (nascida em 1839), Ana Maria (nascida em 1842) e, por fim, Antônio Sório (nascido em 1844). Informações da composição do grupo familiar fornecidas pela comuna de *Zevio*, em 7 de maio de 1869. Pasta padre Antônio Sório, Arquivo da Cúria Diocesana de *Belluno*, Itália (ACDBL).

³⁶⁶ Conforme se constatou no caso dos dois primos, o encaminhamento para a vida sacerdotal poderia ser seguido por duas ou até mais famílias camponesas que mantinham laços de parentesco.

anos, permaneceram na casa de formação, e, em 1866, receberam a ordenação sacerdotal. Portanto, aos vinte e dois anos Antônio Sório já era padre.³⁶⁷

Após ter trabalhado pouco mais de três anos como padre coadjutor na paróquia de *Piave d'Alpago*, província de *Belluno*, o jovem sacerdote solicitou à autoridade diocesana afastamento provisório. Alegou ter necessidade de retornar ao convívio da família que morava na paróquia de Santa Maria de Zevio, província de Verona. A história da família Sório estava um tanto trágica. Além do pai, os dois irmãos mais velhos de Antônio Sório também haviam falecido: um em 1864, e o outro em 1866. Os mortos deixaram esposas e filhos, e todos moravam junto com a matriarca.³⁶⁸ Em carta ao bispo de *Belluno*, o *sindaco* (prefeito) de Santa Maria de Zevio dizia que a senhora Tereza Zenari, viúva do Sr. Francisco Sório, estava “reduzida a poucos recursos econômicos” e solicitava a presença do filho sacerdote que se encontrava em *Belluno*. A penúria vivida na casa habitada pela mãe, irmãs, cunhadas e sobrinhos era explicada pela falta de um homem para dirigir o grupo, e há alguns anos se encontravam em tal situação. Por fim, o *sindaco* reforçou ser indispensável a presença do padre junto à família.³⁶⁹

Para que o pedido da “viúva” fosse atendido, era necessário que a autoridade diocesana concedesse liberação para o jovem padre retornar para a paróquia natal. Além do *sindaco*, outros indivíduos reforçaram a condição da família que estava sem “um homem que a dirigisse”, principalmente depois da morte dos irmãos Luigi e Alessandro.³⁷⁰ Durante alguns anos, sob a direção da matriarca, o grupo havia conseguido sobreviver graças aos “suados frutos extraídos de posses arrendadas”. No entanto, ultimamente, a viúva Tereza vinha sofrendo de “fortes dores nas pernas ocasionadas pelas varizes, em consequência dos contínuos esforços realizados no tempo da colheita dos produtos”. Assim, se encontrava “impotente para o trabalho” e clamava pela presença do filho varão, o único que lhe restava para “dirigir, controlar, assistir e prover a educação dos órfãos da deplorada família”.³⁷¹

³⁶⁷ A ordenação sacerdotal de Sório ocorreu em 22 de dezembro de 1866, após obter a dispensa da idade canônica. A ordenação prematura deve ter ocorrido em função da morte de um dos irmãos de Antônio Sório, em outubro de 1866. Carta de Antônio Sório à Cúria Episcopal de *Belluno*, 24 novembro 1863. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁶⁸ Além da matriarca, também residiam na casa as viúvas de Luigi (falecido em 1864) e Alexandre Sório (falecido em 1866), além de quatro filhos menores. Informações da composição do grupo familiar fornecidas pela comuna de Zevio, em 7 de maio de 1869. Pasta padre Antônio Sório, Arquivo da Cúria Diocesana de *Belluno* (ACDBL).

³⁶⁹ Carta do *sindaco* de Santa Maria de Zevio, 9 de maio de 1869. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷⁰ Certificação da situação de miséria da família de Tereza Zenari. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷¹ Carta à cúria diocesana de *Belluno* escrita pelo vigário de Piave d'Alpago, 19 de maio de 1869. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

Frente aos clamores, o bispo de *Belluno* concedeu autorização provisória para Antônio Sório retornar à terra natal.³⁷² Porém, depois de alguns anos, em 1872, o bispo de Verona solicitou que a cúria de *Belluno* chamasse de volta o padre Sório, ressaltando que o mesmo deveria ser designado para assumir um cargo fixo em alguma paróquia, já que em Zevio os familiares – os “órfãos meninos” e a mãe – não corriam mais riscos, estando “todos salvos” da miséria. Na verdade, o bispo de Verona estava descontente em relação à conduta do jovem sacerdote:

Dom Antônio Sório, natural desta diocese [de Verona], mas empregado regularmente há anos na Diocese de *Belluno*, por motivos de interesse familiar retornou há algum tempo para cá (...), onde é voluntário (...) na populosa *comuna* de Zevio. Se ele estivesse sob a direção de um bravo e zeloso pároco, o jovem sacerdote poderia se sair bem, mas aqui em Zevio [ele está] desocupado, sempre no meio de pessoas comuns e envolvido em negócios seculares. [Dom Antônio Sório] não constrói o quinto e vai pouco a pouco gastando tudo o que possui (...).³⁷³

Durante três anos, padre Sório se manteve na paróquia natal prestando assistência à família, mas sua condição “um tanto desregrada” preocupou o bispo de Verona. Atendendo ao pedido, a cúria de *Belluno* determinou a reintegração de Antônio Sório ao clero da diocese, designando-o, na sequência, como capelão “coadjutor” na localidade de Castion.³⁷⁴ Porém, onze meses depois, o pároco de Castion apresentou ao bispo de *Belluno* um documento onde expunha as súplicas de Antônio Sório para retornar à família, em Zevio, que se encontrava em “tristes circunstâncias”. Também afirmou que não podia ser insensível às solicitações do coadjutor (Sório) que apresentou atestado médico de doença da mãe.³⁷⁵ A gravidade do estado de saúde da mãe foi o argumento utilizado por Antônio Sório para retornar à paróquia natal.³⁷⁶ Durante quatro anos o sacerdote pôde permanecer ao lado da mãe e dos demais familiares.

Em uma carta de 1877, Antônio Sório dá pistas da morte da mãe. Declarou ao bispo de Verona que estava “liberado de todas as responsabilidades domésticas” por ter ficado “sozinho no mundo, para sua desgraça”.³⁷⁷ Assim, solicitava ao bispo autorização para se

³⁷² Carta de permissão da Cúria Diocesana de *Belluno* para que Antônio Sório retorne para Santa Maria de Zevio, 24 de maio de 1869. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷³ Carta do bispo de Verona ao bispo de *Belluno*, 5 de junho de 1872. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷⁴ Ofício do bispo de *Belluno* autorizando Sório a ser coadjutor na paróquia de Castion, 27 de junho de 1872. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷⁵ Carta do pároco de Castion ao bispo de *Belluno*, 13 de maio de 1873. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷⁶ Em agosto de 1873, foi a vez do bispo de *Belluno* pedir ao bispo de Verona para que integrasse definitivamente padre Sório em seu clero diocesano, objetivando interromper as constantes idas e vindas do jovem sacerdote. Carta de 2 de agosto de 1873, pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷⁷ Não se sabe a data exata da morte de Tereza Zenari, mãe de Antônio Sório. Talvez tenha falecido nos primeiros meses do ano de 1877, pois foi logo a seguir que Sório solicitou à cúria de Verona autorização para atuar como missionário no Egito. Tereza Zenari nasceu em fevereiro de 1807, falecendo, portanto, com 70 anos.

integrar à Sociedade dos Missionários que faziam trabalhos evangélicos no Egito.³⁷⁸ Não foram encontrados documentos que confirmem a ida de Antônio Sório ao Egito. O mais provável é que, depois da morte da mãe, tenha saído da *comuna* de Santa Maria de Zevio e voltado a trabalhar em alguma paróquia da diocese de *Belluno*, pois em agosto de 1881 recebeu do bispo permissão para afastamento a fim de se transferir para o outro lado do Atlântico.³⁷⁹

As informações apresentadas até aqui reconstituem as escolhas tomadas pelo padre Antônio Sório até ele decidir imigrar para o Brasil. Se não obteve permissão para tornar-se missionário na África, aceitou o convite de um conterrâneo³⁸⁰ para se transferir para uma colônia de imigrantes italianos há pouco constituída no sul do Brasil. A notícia da existência de comunidades italianas se formando longe da pátria de origem e desejando a presença de sacerdotes fez com que Antônio Sório decidisse pela viagem. A possibilidade de melhorar o próprio status e construir “fortuna” certamente o conquistou. Além disso, como chefe de família, cabia a ele tentar dar um futuro digno aos sobrinhos órfãos. Desse modo, ao partir da península em 1881, deve ter se comprometido a verificar a existência de campos de atuação e oportunidades para que os quatro sobrinhos e outros parentes próximos também pudessem imigrar para a América.

A organização das famílias para emigrar da Itália era resultado das iniciativas das lideranças locais que dispunham de confiança entre as populações e recebiam informações de conhecidos, parentes e vizinhos que já se encontravam no Brasil. Como foi apresentado no terceiro capítulo desta tese, as correspondências eram recursos que possibilitavam a circulação de notícias e a organização dos grupos que desejavam partir. Além disso, os italianos já instalados no Brasil auxiliavam a transferência de familiares e, inclusive, financiavam a vinda de padres para que esses trabalhassem nas comunidades recém-fundadas. Foi através da propaganda de um agente do Vale Vêneto que o padre Antônio Sório decidiu abandonar a terra natal e tomar o caminho da América do sul.

Para sair da Itália, Antônio Sório necessitava da autorização da diocese ao qual estava ligado. Ao se dirigir ao bispo de *Belluno*, Sório portava um documento escrito pelo bispo do Rio Grande do Sul, Dom Sebastião Dias Laranjeira. Esta carta havia sido requisitada pelo agente Antônio Vernier junto ao bispo pouco antes de embarcar para a Itália, em 1880. O

³⁷⁸ Carta de Antônio Sório à cúria de Verona, 25 de abril de 1877. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁷⁹ Decreto definitivo de afastamento da diocese de *Belluno*, 26 de agosto de 1881. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁸⁰ Este conterrâneo chamava-se Antônio Vernier, mandado pela comunidade do Vale Vêneto, no Rio Grande do Sul, para a Itália a fim de encontrar padres residentes, conforme foi visto no terceiro capítulo deste trabalho.

conteúdo do documento expressava apoio do prelado sul-rio-grandense às atitudes dos imigrantes de buscar padres na Itália. O bispo solicitava para que fosse concedido “alguns bons sacerdotes para assistir a multidão de italianos católicos” que se encontravam na diocese do Rio Grande do Sul. Alegou, também, serem grandes as distâncias entre as cidades e os locais habitados pelos imigrantes, o que impedia o deslocamento dos poucos párocos existentes. Desse modo, as famílias assistiam missas apenas uma vez por ano, raras vezes podiam receber os santíssimos sacramentos, eram privadas da “instrução religiosa” e viviam no “abandono da luz do evangelho”. Segundo o bispo, a falta de padres na diocese não possibilitava que os núcleos coloniais tivessem clérigos residentes. Por isso, além de pedir por sacerdotes, também se comprometia em aceitar todos aqueles que, munidos de carta de autorização, chegassem à diocese.³⁸¹ Acredita-se que este documento foi determinante para que Antônio Sório conseguisse autorização de afastamento definitivo da Cúria de *Belluno*. Deixou a Itália com garantias de que do outro lado do oceano, em comunidades formadas por imigrantes italianos, teria sua situação de sacerdote reconhecida pelas autoridades eclesiais.

Ao decidir partir para o Brasil, Sório dava o primeiro passo na busca por melhores condições de vida, para si e para os sobrinhos, com quem mantinha uma relação afetiva bastante próxima. A imigração, portanto, não era apenas um projeto individual, antes era pensada em termos de família, de grupo, visando o bem-estar daqueles que estavam ligados por laços consanguíneos e de afinidade. Também surgia como uma política de investimentos familiar – construção de patrimônio material para alcançar prestígio social – que, geralmente, era iniciada por um único sujeito, que imigrava antes dos outros a fim de analisar as oportunidades.³⁸² Como *capo* do grupo familiar, Antônio Sório partiu primeiro, instalando-se em Vale Vêneto e depois em Silveira Martins. Todos os conflitos em que se envolveu neste período inicial – assunto que será retomado no quinto capítulo – demonstram perfeitamente a determinação de um padre-imigrante que buscava o melhor não apenas para si, mas, também, para o grupo familiar, no caso os sobrinhos.

³⁸¹ Carta do bispo do Rio Grande do Sul Dom Sebastião Dias Laranjeira, 8 de janeiro de 1880, entregue ao agente Antônio Vernier. Pasta padre Antônio Sório, ACDBL.

³⁸² A imigração por etapas do grupo familiar ajuda a pensar as estratégias de transferência e o projeto coletivo dos indivíduos aparentados. Este assunto foi visto no terceiro capítulo deste trabalho.

4.2. Os muitos afilhados do padre

Seguir a atuação do padre Sório na ex-Colônia Silveira Martins, desde a instalação entre os conterrâneos, em 1881, até a data de sua morte, em 1900, apresenta-se como exercício metodológico relevante para compreender o cotidiano de pessoas envolvidas em acontecimentos específicos, conectadas por vínculos sociais. A trajetória de apenas um único indivíduo permite alcançar o mundo em que aturaram os imigrantes, apontando para as dificuldades enfrentadas, as estratégias bem sucedidas e as fracassadas. Também possibilita analisar a complexidade das tramas existentes num pequeno universo, buscando entender os valores e as regras que orientavam as ações dos indivíduos e definiam a dinâmica de funcionamento das comunidades rurais. Acompanhar o desempenho dos sujeitos e das famílias na esfera local ajuda a perceber o modo como se constituem os vínculos de interdependência que conectavam uns aos outros, bem como os recursos que cada um podia acionar no cotidiano.³⁸³

A partir de agora, analisar-se-á uma sequência de registros paroquiais para se reconstituir as tramas sociais que envolviam os indivíduos e grupos. Para isso, a documentação batismal será amplamente utilizada³⁸⁴ com o objetivo de alcançar as redes de compadrio construídas pelo padre Antônio Sório. Apesar de a investigação documental ser minuciosa, não foi possível atingir todo o conjunto de relações de compadrio estabelecido pelo sacerdote, pois os batismos realizados para além dos limites da Freguesia de Silveira Martins não foram contabilizados. Não se teve a preocupação de chegar à totalidade dos batismos ocorridos na paróquia, mesmo porque Sório era um tanto descuidado quanto a tais anotações.³⁸⁵ Porém, as fontes encontradas e que aqui serão utilizadas servem como amostragem que dá bases para acreditar numa política social sólida construída pelo pároco entre os imigrantes.

As pequenas ações de um indivíduo na comunidade e em diferentes momentos da vida cotidiana permitem indagar sobre práticas sociais e estratégias dos sujeitos e de todo o grupo familiar. Além disso, ajudam a entender a lógica de funcionamento de uma realidade local e o

³⁸³ Edoardo Grendi (1978) e Giovanni Levi (1985:2001) indicam que a análise da atuação dos indivíduos e grupos em diferentes situações e campos possibilita acompanhar as “formas de integração” que conectavam a família à comunidade e, conseqüentemente, às instâncias externas.

³⁸⁴ Para a análise do compadrio, criou-se um banco de dados a partir das informações extraídas dos livros de batismo da paróquia de Silveira Martins e do Vale Vêneto, entre os anos de 1884 e 1905. Arquivo diocesano de Santa Maria (ADSM), Rio Grande do Sul.

³⁸⁵ No primeiro livro de batismo, percebe-se que padre Sório não era tão sistemático na hora de registrar, notando-se lacunas que duravam meses.

papel de determinados indivíduos neste universo. Depois da identificação e entendimento das ações cotidianas é possível compreender processos mais amplos como as formas de integração, o ajustamento num novo espaço e a capacidade dos indivíduos de se inserirem em redes formais que garantissem maiores recursos no campo político e econômico.

A reconstrução das redes de um indivíduo ou grupo tem se mostrado instrumento valiosíssimo para analisar a ação social e o tecido de relações interpessoais nas quais as pessoas se encontravam imersas. Um dos objetivos principais das pesquisas que optaram pela escala da microanálise tem sido a ideia da reconstrução sistemática das relações interpessoais entre os sujeitos de um grupo social e de uma comunidade, privilegiando, para tanto, os nexos de correspondência entre as agregações locais e o espaço. Nesse sentido, o principal plano de investigação leva em conta a “reconstrução das redes” e a identificação das escolhas específicas – individuais e coletivas – inseridas em contextos sociais amplos, sem, portanto, deixar de considerar, além das interdependências comunitárias entre os sujeitos, os canais de ligação com as realidades externas. Logo, a própria análise da cultura camponesa e sua racionalidade específica devem estar articuladas às funções e às dinâmicas que as tramas sociais assumem num determinado contexto (RAMELLA, 1995; GRENDI, 1977: 2009; LEVI, 2000).

Os laços de afinidades, construídos através das tramas de parentesco ritual, enquanto mecanismos capazes de promover o enraizamento e a construção de identidades sociais, serão aqui analisados através da atuação do padre Antônio Sório na pia batismal. Nesta parte da tese, pretende-se avaliar a dinâmica dos vínculos parentais, estabelecidos entre conhecidos e vizinhos, capazes de propiciar o surgimento de solidariedades e alianças que garantissem apoios recíprocos para concretização dos projetos familiares. A expansão das redes relacionais através do apadrinhamento parece ter se mostrado um tipo de atitude presente durante todo o período em que Sório conduziu a paróquia de Silveira Martins. O grupo de afilhados e compadres do pároco, bem como o dos sobrinhos, compunha uma ampla teia de ligações interpessoais que, apesar de possuir conexões de intensidades variadas, podiam ser ativadas em momentos específicos da vida cotidiana como recursos para garantir preeminência local. A percepção do pároco em relação ao compadrio abriu caminhos para haver uma aproximação com as famílias de imigrantes, permitindo, com isso, a consolidação do prestígio pessoal e legando notoriedade para o grupo familiar.

Ter muitos afilhados se apresentava como uma estratégia para ampliar as possibilidades de ação em outros setores. O estabelecimento do vínculo entre as famílias a

partir do padrinho e do afilhado implicava em uma obrigação das partes, onde o respeito e a ajuda recíproca deviam estar presentes em diferentes tipos de atividades. Em algumas sociedades, as relações entre os compadres eram tidas como as mais interessantes e eficientes em termos de comprometimento efetivo (ALFANI, 2007). Os laços estabelecidos na pia batismal eram também um fator fundamental de coesão social entre as famílias de uma comunidade, pois possibilitava que as pessoas elaborassem as próprias estratégias de ajustamento, controle e gerência dos assuntos da vida cotidiana. Para além da questão do estabelecimento de solidariedades, o compadrio se encontrava relacionado ao processo de construção de um poder imaterial. O parentesco firmado através do ritual de batismo se tornava capital básico que garantia segurança para os investimentos pessoais e maior controle sobre as rédeas da vida social, permitindo, ao mesmo tempo, a realização de atividades no campo econômico e político, conforme se verá na sequência deste capítulo.

As investidas dos integrantes da família Sório na Freguesia de Silveira Martins passavam por tentativas de criar vínculos com pessoas de prestígio local, processo que teve início com o padre Antônio Sório. Além de presidir o ritual de batismo dos recém-nascidos, muitas vezes ele também assumia a condição de padrinho dos filhos dos conterrâneos. O estabelecimento de ampla “parentela espiritual”³⁸⁶ era um instrumento fundamental para consolidar redes de aliança social e reforçar as bases de apoio entre os imigrantes. Apesar da condição de pároco já lhe conferir posição de prestígio na região colonial, padre Sório optou por reforçar o papel de liderança religiosa e política nas tramas de poder local através das relações de compadrio. Os dados presentes no quadro abaixo indicam o montante de vezes que os imigrantes solicitaram “Dom Sório” para ser padrinho dos filhos.

5. Redes de afilhados diretos de Dom Antônio Sório

| <i>Batismo</i> | <i>Afilhado</i> | <i>Pai</i> | <i>Mãe</i> | <i>Madrinha</i> |
|----------------|--------------------|-----------------|---------------------|-----------------|
| 12/01/1885 | Socal, Alexandre | Socal, Antônio | Canei, Henriqueta | Rizzi, Ângela |
| 16/02/1885 | Biazus, Antônio | Biazus, Lorenço | Barchet, Giovanna | Socal, Verônica |
| 8/10/1885 | Centi, Antônio | Centi, Carlos | Gabrielli, Madalena | Rizzi, Ângela |
| 7/02/1886 | Sandre, Luigi A. | Sandre, João | Liesse, Celeste | N/C |
| 15/02/1886 | Pippi, Maximiliano | Pippi, Próspero | Guariente, Serafina | N/C |

³⁸⁶ Com o ritual de batismo, momento entendido como o nascimento espiritual do recém-nascido, fundava-se uma parentela através de padrinhos e madrinhas formalmente reconhecidos pela Igreja Católica. Sobre este assunto consultar: ALFARI, (2007).

| | | | | |
|------------|-------------------------|---------------------|------------------------|-------------------------|
| 4/04/1886 | Tognotti, Francesco J. | Tognotti, Rancesco | Ângela | Tognotti, Ema |
| 24/07/1886 | Dalla Nora, Ester | Dalla Nora, José | Antônia | Pivetta, Isabel |
| 22/05/1887 | Rasia, Maria B. | Rasia, Domingos | Rosa | N/C |
| 20/03/1888 | Cureau, Ilario | Cureau, Augusto | Moretti, Tarsilla | Lovison, Dominga |
| 17/05/1888 | Mascarini, Joaquim | Mascarini, José | Corrini, Catarina | Segretto, Carolina |
| 4/08/1888 | Rigo, João | Rigo, Luiz | Dalfini, Cleonice | Sanfelice, Clotilde |
| 21/07/1888 | Maria Julia | Dores, José Maria | Borges, Luiza da Silva | Peppin, Santa |
| 8/11/1888 | Durgante, Antônio | Durgante, Felipe | Brondani, Oliva | Rizzi, Maria |
| 8/09/1889 | Rosso, Felix F. | Rosso, Luiz | Balestro, Maria | Felice, Maria |
| 27/03/1889 | Carlotto, Angela Carola | Carlotto, João | Franese, Maria | Zanarelli, Rosa |
| 12/06/1889 | Pistoja, Luiza Maria | Pistoia, Angelo | Pittondo, Amalia | Santini, Catarina |
| 21/06/1889 | Carlotto, Tereza | Carlotto, Angelo | Dal Bem, Antonia | N/C |
| 19/08/1889 | Vaccari, Tereza | Vaccari, Jeronimo | Perin, Maria | Rizzati Zanella, Orsola |
| 8/09/1889 | Basso, Felix F. | Basso, Luiz | Balestro, Maria | Lunardi, Dosalina |
| 5/05/1890 | Marin, Isabel T. | Marin, Angelo | Rizzi, Ângela | Franchi, Carolina |
| 11/04/1891 | Gabbi, Fortunata | Gabbi, Domingo | Mori, Santa | Bianchi, Fortunata |
| 22/12/1891 | Bos, José A. | Bos, Angelo | Zago, Virginia | N/C |
| 8/05/1892 | Dormá, Luiz | Dormá, Antônio | Bressan, Rosa | Sório, Mariana |
| 9/04/1892 | Copetti, Antônio | N/C | Copetti, Maria | Copetti, Josefina |
| 05/04/1893 | Rossini, João | Rossini, Júlio | Zordan, Júlia | Sório, Mariana |
| 27/05/1893 | Marin, Mariana | Marin, Antônio | Torri, Oliva | Sório, Mariana |
| 10/11/1893 | Tognotti, Francesco | Tognotti, Salvador | Zago, Aurélia | Sório, Mariana |
| 1/07/1894 | Zago, Antônio | Zago, Angelo | Langhi, Petronilla | Bresolin, Regina |
| 8/01/1896 | Zago, João M. | Zago, João | Cherobini, Luiza | Cherobini, Luiza |
| 31/01/1896 | Coradini, Carlos | Coradini, Carlos | Villani, Dorotea | Coradini, Maria |
| 3/10/1896 | Rizzatti, Gaetano | Rizzatti, Domingos | Cremonese, Maria | Franchi, Carolina |
| 18/03/1897 | Negrini, José | Negrini, João | Segala, Vitoria | Sório, Mariana |
| 2/05/1897 | Londero, Frederico | Londero, Antônio | Gubbiani, Tereza | Sório, Mariana |
| 16/08/1897 | Bassan, Santa | Bassan, Valentin | Tizian, Maria | Sório, Mariana |
| 3/08/1897 | Zamberlan, Benedito | Zamberlan, Domingos | Ceretta, Angela | Bernabé, Josefa |
| 22/12/1898 | Padoin, José | Padoin, Giosué | Piasentin, Luiza | Sório, Mariana |
| 3/06/1899 | Novelli, Emilia | Novelli, Luiz | Pavesi, Isabel | Pavesi, Marina |

Fonte: Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins de 1884-1899, ADSM.

O comparecimento de Antônio Sório como padrinho foi constante durante o período em que se manteve na condição de pároco em Silveira Martins. Foram trinta e sete batizados como padrinho direto, variando a madrinha e notando-se a presença de uma das sobrinhas (Mariana Sório) por oito oportunidades. Ao aumentar o número de afilhados, o padre foi estendendo os laços de afinidade com outras famílias. Em algumas situações, o mesmo surge sem estar acompanhado de madrinha (N/C – nada consta), como no caso quando foi padrinho do filho do comerciante Próspero Pippi. Outros imigrantes que possuíam casas de comércio no centro urbano de Silveira Martins também firmaram alianças com o pároco através do estabelecimento de relações de compadrio. Estas relações inter-familiares entre indivíduos que ocupavam cargos de prestígio e desempenhavam atividades comerciais tinham por objetivo a integração e coesão do grupo, podendo os benefícios serem usufruídos por todos os envolvidos. Assim, a atuação de Sório pode ser identificada como um mecanismo para manter o controle sobre a vida social e zelar pelo sucesso das iniciativas privadas na comunidade. O estabelecimento de laços de afinidades entre os conterrâneos de certa forma contribuíram para que Sório conduzisse uma política centralista na paróquia.

Os laços constituídos na pia batismal foram responsáveis por estabelecer uma rede parental que não se restringia apenas àquelas pessoas com quem se mantinha vínculos de sangue. A criação desse tipo de afinidade permitia a formação de novas alianças, bem como reforçava as existentes. Porém, ela passava a estar sujeita a várias formas de controle e censuras entre as pessoas que compunham tais configurações (VENÂNCIO, 2009, p. 246-47). As tramas sociais funcionavam como recurso de proteção, em termos de igualdade de condições, dos indivíduos que ocupavam algum status local. O próprio compadrio era um dos mecanismos de agregação, podendo se somar a outros que também sacralizavam relações sociais para além da família consanguínea. Constituíam laços de parentesco simbólico legitimados pela doutrina cristã que, por sua vez, podiam ser utilizados para agregar e coordenar interesses de natureza diversa.

O ato de apadrinhar dava ao pároco um caminho para garantir status social e ampliar as redes de influência na região colonial. Nesse sentido, pode-se sugerir que a conquista e manutenção do prestígio social e político de Antônio Sório estava estritamente ligada a pia batismal. Ao aceitar ser padrinho, assumia publicamente o papel de “pai espiritual” do recém-nascido, conferindo, nesse momento, uma posição ao afilhado, deixando a família desse ligada a compromissos de respeito e gratidão. Certas atitudes seguiam regras culturais visando

à ordem social, estratégia sutil para o prestígio que possibilitava trocas e benefícios mútuos (XAVIER; HESPANHA, 1993).

Conforme vem se afirmando, uma das formas de aproximação do pároco com as famílias ocorreu através das relações de compadrio. Isso permitiu criar laços entre os conterrâneos da comunidade e reforçar a estrutura de governo da paróquia tendo como base a solidariedade parental. A formação de uma identidade local passava pelo estabelecimento de alianças consanguíneas, de apadrinhamento e de criação de associações e outros arranjos que garantiam segurança frente às circunstâncias inusitadas. Desse modo, a atenção sobre a constituição das tramas sociais serve para entender como eram concebidos os mecanismos de proteção entre os indivíduos.

Os laços de compadrio cumpriam a função de regular as tensões existentes e mediar acertos que ofereciam riscos à manutenção da paz e do equilíbrio entre sujeitos em disputa. Como exemplo, pode ser citado o italiano Giosué Padoin, um dos indivíduos que haviam lançado pesadas críticas ao pároco logo que esse assumiu o cargo em Silveira Martins no ano de 1884. Em 22 de dezembro de 1898, padre Antônio Sório e sua sobrinha Mariana Sório foram padrinhos de José Padoin, filho de Giosué Padoin e Luiza Piasentin.³⁸⁷ Isto demonstra que as oposições iniciais foram vencidas pelo pároco. Mas o contrário poderia acontecer, ou seja, quando havia vínculos de “parentesco espiritual” que eram rompidos por algum motivo, pondo fim às relações de reciprocidade. Em 8 de novembro de 1888, o sacerdote foi padrinho do filho de Felipe Durgante, e deve ter se sentido lisonjeado ao batizar a criança que recebia o nome de Antônio.³⁸⁸ Contudo, algo pode ter acontecido entre os compadres, pois Felipe Durgante foi apontado como um dos maçons que teria atacado o padre em emboscada, em dezembro 1899, que resultou na morte de Sório.³⁸⁹

Geralmente, as relações de compadrio visavam reforçar a coesão de grupo entre aqueles que já participavam de associações locais e outros círculos de sociabilidade. Os membros da sociedade de mútuo socorro dos operários italianos de Silveira Martins, coordenada por Sório,³⁹⁰ são os que mais aparecem no livro de batismo oferecendo seus filhos para serem apadrinhados pelo pároco. Essa prática atesta a ideia de que os vínculos de agregação existentes entre os italianos de Silveira Martins eram reforçados através do

³⁸⁷ Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins de 1884-1899, ADSM.

³⁸⁸ Em 8 de novembro de 1888, padre Antônio Sório e a Sr.^a Maria Rizzi foram padrinhos de Antônio Durgante, filho de Felipe Durgante e Oliva Brondani. Fonte: Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins de 1884-1899, ADSM.

³⁸⁹ Versão construída pelos padres palotinos, conforme visto no primeiro capítulo.

³⁹⁰ Lista a ser apresentada no quinto capítulo deste trabalho.

parentesco espiritual. A opção de Sório foi trabalhar no sentido de criar uma maior unidade corporativa na comunidade. Isso lhe permitiu ter legitimidade para atuar como representante dos interesses locais frente ao mundo externo. A adesão do pároco às associações laicas era um meio de definir identidades e reforçar dependências recíprocas.

Os laços de compadrio que ligavam uma família à outra faziam parte de uma política do parentesco entre os imigrantes. Os vínculos criados poderiam ser acionados em diferentes momentos. Quando Antônio Sório foi atacado, no final de 1899, ele recebeu assistência dos sujeitos que faziam parte de seu grupo de relações, tanto compadres pela pia batismal quanto companheiros da sociedade de mútuo socorro. A solidariedade de parte dos indivíduos que compunham as redes formais de aliança e parentesco espiritual do pároco pôde ser identificada no leito de morte, na organização do funeral e na divulgação pública dos motivos do falecimento.³⁹¹ Portanto, o momento da morte aparece como ocasião privilegiada para se perceber como a solidariedade entre as famílias de imigrantes era eficaz. Se houve de fato crime, os homens entenderam que seria justo preservar a honra do padre e da família, apresentando para as instituições públicas outra versão para a morte, no caso ferimentos oriundos de “queda do cavalo”.

Para o padre Antônio Sório, os poucos parentes consanguíneos no Brasil – somente os quatro sobrinhos estavam com ele – reforçou a importância de criar laços na pia batismal para ampliação da rede familiar. Por isso, aceitou ser padrinho sem se importar com a condição social daqueles que o convidavam: de donos de casas de comércio a artesãos, de trabalhadores urbanos a proprietários rurais. Mas a maior parte dos imigrantes que se tornaram seus compadres não eram simples camponeses afastados das atividades de administração da paróquia ou da vida sociopolítica local. Sório foi padrinho dos filhos de pessoas importantes da sede Silveira Martins, como os comerciantes Próspero Pippi, Antônio Londero e Ema Tognotti. Escolher os compadres entre as pessoas de proeminência local era uma forma de se cercar de recursos numa sociedade em processo de acomodação. As relações de apadrinhamento estabelecidas por Sório propiciaram a constituição de uma ampla rede que possibilitou a consolidação do patrimônio imaterial do pároco na região colonial.

³⁹¹ Os indivíduos Giuseppe Zago e Domenico Bevilaqua assinaram a certidão de óbito de Antônio Sório confirmando os motivos da morte do padre. Livro de registro de óbito do Cartório Cível de Silveira Martins (RS), 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), nº 1202, Cartório Civil de Silveira Martins. Ambos aparecem mais de uma vez entre os contratantes de parentesco espiritual, só que tendo os sobrinhos do padre como padrinhos de seus filhos. Domenico Bevilaqua era, também, membro da sociedade de mútuo socorro dos operários italianos de Silveira Martins, instituição fundada por Antônio Sório e outros imigrantes em 1885.

Contudo, as relações entre o padrinho e os afilhados deviam funcionar em mão-dupla, pois tanto o padre quanto a família passavam a manter uma série de obrigações morais entre eles. Ao escolherem o pároco como padrinho, as famílias esperavam conferir à criança certa ascendência moral, que ela fosse orientada espiritualmente e socialmente.³⁹² Os padrinhos, quando não pertenciam ao grupo dos parentes consanguíneos, eram escolhidos entre aqueles mais qualificados para orientar e garantir uma posição satisfatória para os filhos. Em último caso, deveriam substituir os pais caso esses morressem. As famílias criavam expectativas em relação aos padrinhos, principalmente na questão de auxílio moral, porém, sem esquecer que o padrinho também poderia fornecer apoio material, quando necessário. Os padrinhos poderiam socorrer compadres endividados, ou intermediar negócios de terras para beneficiar os afilhados menores de idade.³⁹³ O que mais pesava na hora de escolher o padrinho não era a posição econômica, mas, antes, o prestígio que esse tinha na sociedade local. Numa realidade em que as oportunidades eram medidas pelos recursos relacionais que cada um podia acionar, assumia importância significativa as ações que propiciavam a reprodução dos vínculos sociais.

O pároco Antônio Sório apareceu apadrinhando também acompanhado, em oito oportunidades, da sobrinha Mariana Sório. Esta jovem assumiu papel fundamental na política de ampliação das redes da família Sório. O primeiro batismo em que participou tinha vinte e seis anos, em 1892. A partir de então, ela começou a se destacar na questão de ampliação das redes da família Sório. Enquanto jovem, realizou serviços na casa paroquial, certamente atendendo aos pedidos do tio, cuidando, também, da limpeza dos objetos sacros da igreja.³⁹⁴ A oportunidade para assumir o papel de madrinha foi garantida pelo tio/pároco que a inseriu nas redes de relações das quais se encontrava integrado.

³⁹² Os registros de batismo são dados fundamentais para perceber a questão da constituição do patrimônio imaterial de um indivíduo ou de um grupo. Estudos destacam dois aspectos que podem ser identificados como subjacentes ao batismo: o primeiro deles é o funcional, que fomenta as solidariedades sociais e ocorre no mundo dos homens; enquanto o outro é o aspecto religioso, no qual os vínculos espirituais firmados, sob os auspícios da Igreja, se dão na esfera divina (Gudeman *apud* HAMAISTER, 2006, p. 207). Desse modo, o compadre fica responsável, de certa forma, pela vida futura dos filhos espirituais, devendo, assim, interceder por trabalho, fornecer empréstimos financeiros e, se possível, agilizar uma colocação para o afilhado na sociedade local.

³⁹³ O imigrante Angelo Pettenon comprou terras do compadre para o próprio afilhado. Esse se tornaria dono da propriedade adquirida pelo padrinho somente quando atingisse a maioridade. Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1 - (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 193, APERS.

³⁹⁴ No registro das despesas da paróquia de Silveira Martins, entre os anos de 1885 e 1892, aparece pagamento realizado a Mariana Sório pelos serviços realizados na igreja. Caixa de Silveira Martins, Centro de pesquisas genealógicas, Nova Palma (CPG-NP).

6. Os afilhados de Mariana Sório

| <i>Batismo</i> | <i>Afilhado</i> | <i>Pai</i> | <i>Mãe</i> | <i>Padrinho</i> |
|----------------|---------------------|----------------------------|--------------------------|---------------------------------|
| 29/03/1892 | Rizzati, Catarina | Rizzati, Domingos | Cremonesi, Maria | Franchi, Luiz |
| 8/05/1892 | Dormá, Luiz | Dormá, Antônio | Bressan, Rosa | Sório, Antônio |
| 2/06/1892 | Mantovani, Emilia | Mantovani, Luiz | Zago, Veneranda | Scardovelli, Padre Júlio |
| 27/05/1893 | Marin, Mariana | Marin, Angelo | Rizzi, Angela | Sório, Antônio |
| 28/05/1893 | Marin, Angela | Marin, Angelo | Rizzi, Angela | Bianchi, Luiz |
| 3/10/1893 | Dalla Antonia | Favara, Dalla Domingos | Favara, Borsato, Corona | Copetti, Andrea |
| 18/12/1893 | Tognotti, Francisco | Tognotti, Salvador | Zago, Aurelia | Sório, Antônio |
| 30/10/1896 | Ruffo, Alexandre | Ruffo, Antônio | Zuliani, Maria | Marchiori, João |
| 6/12/1896 | Rizzati, Isabel | Rizzati, Pedro | Scalfo, Rosa | Sório, Alexandre |
| 22/01/1897 | Bisognin, Cleonora | Bisognin, Otaviano | Bachin, Cecília | Bianchi, Luiz |
| 7/03/1897 | Tognotti, Carmela | Tognotti, José E. | Rech, Virginea | Dal Forno, Silvio |
| 16/03/1897 | Negrini, José | Negrini, João | Segala, Vitória | Sório, Antônio |
| 27/06/1897 | Londero, Frederico | Londero, Antônio | Gubbiani, Tereza | Sório, Antônio |
| 15/08/1897 | Bassan, Santa M. | Bassan, Valentin | Tizian, Maria | Sório, Antônio |
| 14/10/1897 | Zago, Virginea | Zago, José | Spagnolo, Maria | Bianchi, Luiz |
| 6/03/1898 | Cossettin, Mariana | Cossettin, Fernando | Dalmas, Angela | Gazapina, Luiz |
| 7/03/1898 | Bevilaqua, Brunilda | Bevilaqua, Domênico | Aquilano, Antonia | Alberti, José |
| 4/09/1898 | Biazus, Lorenço | Biazus, Rizieri | Wobeto, Ana | Wobeto, Pedro |
| 22/12/1898 | Padoin, José | Padoin, Josué | Piasentin, Luiza | Sório, Antônio |
| 14/02/1899 | Basso, Angela | Basso, Agostinho | Viera, Maria | Sório, Alexandre |
| 4/06/1899 | Tognotti, Carmela | Tognotti, José E. | Rech, Virginea | Ceratti, Gismundo |
| 24/06/1899 | Pozzobon, Mariana | Angela Pozzobon, Andrea | Favarin, Francisca | Bianchi, Luiz |
| 16/09/1899 | Sório, Antônio | Sório, Alexandre | Maria (Volcato) | Segatto, Girolamo |
| 11/3/1900 | Villanova, Maria | Villanova, José | Cordenonsi, Catarina | Bianchi, Luiz |

Fonte: Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 1-5, 1884-1905, ADSM.

Formando par com conhecidos e, outras vezes, com membros do grupo familiar – o padre Antônio Sório, o primo Luiz Bianchi e o irmão Alexandre Sório – Mariana compareceu a pia batismal vinte e quatro vezes entre os anos de 1892 e 1900. Conforme se pode verificar no quadro acima, Mariana Sório mantinha frequente presença como madrinha. Contudo, a partir da morte do tio, no início de 1900, a atuação dela foi praticamente nula. Isto comprova a importância do padre para a família. Com a ausência de Antônio Sório, ninguém conseguiu assumir a posição de líder do grupo capaz de dar continuidade às relações de parentesco, apesar de Alexandre Sório ter tentado ocupar o espaço deixado pelo tio.

Nos anos seguintes, Mariana não aumentou a rede de afilhados, não aparecendo nos registros paroquiais ocupando a função de madrinha. Ela só irá reaparecer em 1905, quando contava com a idade de trinta e nove anos, para se casar com o viúvo Pedro Basso (32 anos), cuja esposa havia falecido um ano antes em “trabalho de parto”.³⁹⁵ Com vários filhos pequenos, o viúvo passava por momento de dificuldade para garantir a manutenção da casa e a subsistência dos filhos. Uma das saídas encontradas por Pedro Basso para evitar a dispersão dos filhos entre as famílias solidárias foi encontrar nova companheira para assumir o papel da esposa falecida.³⁹⁶ Pedro Basso era comerciante na sede Silveira Martins, assim como Alexandre Sório.³⁹⁷

Para a efetivação do casamento, articulou-se um acordo entre as famílias. Através desse acerto foram solucionados vários problemas. Primeiro, as dificuldades enfrentadas por Pedro Basso, pois Mariana passaria a gerenciar os trabalhos domésticos assumindo o papel de mãe na nova unidade familiar. Segundo, Mariana era a única parenta do padre Sório a não ter se casado,³⁹⁸ e já tinha uma idade avançada para o “mercado” matrimonial.³⁹⁹ Com a morte inesperada do tio, a família deve ter passado por um período de incertezas. Desse modo, a

³⁹⁵ Amália Fiorin (32 anos) faleceu em fevereiro de 1904, deixando vários filhos pequenos. Livro de óbito da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 1884-1907, p. 95, ADSM.

³⁹⁶ Era costume entre os italianos fazer com que os filhos “circulassem” entre as famílias caso enfrentassem problemas de sobrevivência ou fossem atingidos pelo falecimento dos pais.

³⁹⁷ Dentre os vinte e quatro comerciantes existentes na sede da ex-Colônia Silveira Martins, alguns nomes destacaram-se: Prospero Pippi, José Aita, Antônio Londero, Pedro Basso e Alexandre Sório (SANTIN, 1990, p. 81).

³⁹⁸ Conforme pesquisa realizada nos registros matrimoniais da paróquia de Silveira Martins, Luiz Sório (25 anos) casou-se, em segundas núpcias, em janeiro de 1889 com a órfã Rosa B. (16 anos). O irmão Alexandre Sório (27 anos) casou-se em janeiro de 1894 com Maria Volcato (23 anos). Luiz Bianchi (29 anos), também viúvo, casou novamente em janeiro de 1896 com Ângela Meneghello (20 anos). Virgínia Sório (22 anos) casou-se com João Martello (32 anos) em julho de 1885. Livro de matrimônio da paróquia Silveira Martins, nº 1- 1884-1897, p. 6, 32, 81, 93. ADSM.

³⁹⁹ Das análises realizadas nos registros de casamentos realizados na ex-Colônia, percebe-se que a maioria das moças casavam-se entre os dezessete e vinte anos de idade. Livros de matrimônio da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 2, 1884-1900, ADSM.

realização do casamento sinaliza para uma tentativa de colocar a família Sório novamente nas redes de relações locais.

O fato de não ter contraído matrimônio enquanto o tio dirigia a paróquia de Silveira Martins, indica a importância de Mariana na reprodução e conservação do prestígio através das redes de compadrio. Como vem se afirmando neste capítulo, o reforço dos laços entre as famílias aparece como uma forma de organização para enfrentar os diferentes imprevistos. A coligação entre os núcleos familiares próximos, por vezes, visava sanar as dificuldades que podiam estar presentes em ambos os lados. O casamento, no caso de Mariana e Pedro, apareceu como um corretivo adotado para resolver dificuldades. No universo camponês, a união entre parentes era preferível quando visasse suprir demandas da unidade familiar. Contudo, é importante perceber as relações que vão além do núcleo familiar consanguíneo, formas de solidariedade que permitiam uniões como a de Pedro Basso e Mariana Sório.

Retornando à trajetória de Mariana Sório, destaca-se que a mesma se encontrava sob a proteção direta do tio até 1900. Depois disso, passou para a dos irmãos Alexandre e Luiz, mesmo com a idade de 34 anos. A participação da mesma em diversos rituais de batismo dá uma ideia das funções e papéis que as mulheres podiam ocupar nas comunidades coloniais. Elas não aparecem como simples acompanhantes dos irmãos ou dos maridos, pelo contrário, delas dependiam o estabelecimento de laços de afinidades e dependências entre as famílias.

Das vinte e quatro vezes que Mariana compareceu a pia batismal, em dez oportunidades ela não foi acompanhada por indivíduos do seu grupo familiar. Ela surge como parte ativa na questão da ampliação das redes de compadrio, sem necessariamente se encontrar casada ou subordinada a algum homem. Das vezes que foi convidada para ser madrinha, em algumas ocasiões a afilhada recebeu o nome de Mariana. Esse procedimento era uma maneira de aproximar as pessoas de modo a fazer com que os atributos de uma se transferissem para a outra. Os nomes e o compadrio se associavam e eram sinais simbólicos da existência de parentesco entre os envolvidos (WOORTMANN, 1995, p. 213).⁴⁰⁰

No quadro das redes de afilhados de Mariana, destacou-se (em negrito) alguns casais que convidaram duas ou mais vezes os indivíduos pertencentes à família Sório para apadrinhar os filhos. Um exemplo disso pode ser identificado com relação à família Zago: esta aparece sendo compadre do pároco e também de Mariana Sório, Alexandre Sório e Luiz

⁴⁰⁰ Ao analisar as práticas de compadrio entre os descendentes de imigrantes alemães do sul do Brasil, Ellen Woortmann (1995, p. 213-214) destacou que os padrões indicam um esforço de conciliação de parentesco distinto – para além do consanguíneo –, de aliança e de descendência. O apadrinhamento era percebido como uma obrigação, ou seja, como o pagamento de uma dívida da parte da família que convida. Também se trata de devolver uma dádiva, de efetivar uma troca mútua e reforçar as alianças através das gerações.

Bianchi, conforme pode ser conferido nos quadros seguintes. O imigrante José Zago convidou, além do padre Sório, todos os três sobrinhos para apadrinhar os filhos, formalizando, desse modo, os vínculos existentes entre as famílias. Quando da morte de Antônio Sório, em 1900, aquele imigrante prestou auxílio e amparou os sobrinhos que faziam parte da parentela espiritual.⁴⁰¹ Nesse momento de incertezas foi possível identificar a proteção entre os indivíduos ligados por laços de compadrio. Ligar-se a sujeitos da mesma família era uma maneira de reforçar ao máximo as solidariedades entre os grupos, firmando obrigações e apoio irrestrito entre os envolvidos.

A reconstituição das redes de compadrio revela que as mulheres também detinham prestígio e capital relacional (VENÂNCIO, 2009). Considerando-se a relevante presença da jovem Mariana nesse campo, acredita-se que os espaços abertos por Antônio Sório foram fundamentais para que se ampliasse e se reforçasse as alianças com os indivíduos que já mantinham relação com a família. Estudos mais recentes vêm demonstrando a importância das mulheres casadas como protagonistas de estratégias sociais e familiares, principalmente na questão relacionada ao aumento das redes sociais (HAMEISTER, 2006; FARINATTI, 2010). Apesar de a sociedade analisada se caracterizar pelo domínio do masculino não se pode desconsiderar o fato das mulheres se fazerem presentes em vários campos da vida social: eram peças-chaves dos projetos familiares. As famílias eram hierárquicas, mas as estratégias do grupo levavam em conta a participação de todos os membros.

Além de Mariana, outras mulheres aparecem frequentemente como madrinhas de um grande número de afilhados. Destacaram-se, nesse sentido, as mulheres parteiras, assim identificadas nos livros de registros de batismo. Portanto, sozinhas, acompanhadas dos maridos ou conhecidos, algumas delas eram convidadas com bastante frequência para se tornarem madrinhas.⁴⁰² Também havia situações em que as recém-nascidas recebiam os nomes das madrinhas, procedimento esse que reforçava a ligação entre elas. Fazia parte do papel da mulher articular as redes de ajuda mútua entre as casas vizinhas. Para isso, visitavam-se frequentemente e dialogavam sobre os problemas cotidianos, mantendo-se, assim, ativas na manutenção dos vínculos de parentesco (BOTH, 1976). Dessa maneira,

⁴⁰¹ Os imigrantes José Zago e Domingos (Domenico) Bevilaqua se apresentaram como testemunhas perante o escrivão Antônio Fantoni para notificar oficialmente a morte do sacerdote, ocorrida na madrugada do dia 3 de janeiro de 1900 na casa paroquial. Além deles, também assinou o documento Luiz Bianchi, outro sobrinho de Antônio Sório. Livro de registro de óbitos de Silveira Martins (RS), 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), n. 1202, Cartório Civil de Silveira Martins.

⁴⁰² Nos livros de registros de batismo, identificou-se a presença de mulheres como Ângela Zambonato e outras do mesmo grupo familiar que aparecem com grande número de afilhados. Ângela era parteira e passou seus conhecimentos para outras mulheres da família. Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins de 1884-1899, ADMS.

construíam suas experiências por meio de uma constante troca de favores, propiciando aproximações entre os grupos de habitações vizinhas.

Dentre os sobrinhos de Antônio Sório, não foi somente Mariana que apareceu com número expressivo de afilhados. Com alguma frequência, os imigrantes Alexandre Sório e a esposa Maria Volcato Sório,⁴⁰³ além de Luiz Bianchi,⁴⁰⁴ também compareceram a pia batismal. No mais, os próprios tiveram filhos e convidaram seus compadres como padrinhos, reforçando ainda mais os laços.⁴⁰⁵ O reforço dos vínculos entre os sujeitos que faziam parte das tramas de relacionamentos da comunidade podem ser analisados nos quadros abaixo. A comparação entre as redes indica que vários casais eram compadres dos sobrinhos do padre.

7. Redes de compadrio de Alexandre Sório

| <i>Batismo</i> | <i>Afilhado</i> | <i>Pai</i> | <i>Mãe</i> | <i>Madrinha</i> |
|----------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|---------------------------------|
| 10/03/1891 | Martello, Helena | Martello, João | Sório, Virginia | Benvenuti, Maria |
| 19/06/1893 | Masina, Henriqueta | Masina, João | Socal, Verônica | Andretta, Amabilia |
| 10/09/1893 | Mantovani, Isaco | Mantovani, Luiz | Zago, Veneranda | Favarin, Maria |
| 22/07/1894 | Franchi, José | Franchi, Luiz | Sachetto, Luiza | Lorenzoni, Maria Canasso |
| 11/02/1896 | Zago, Rosina | Zago, José | Spagnolo, Maria | Sório, Maria |
| 6/12/1896 | Rizzati, Isabel | Rizzati, Pedro | Scalfo, Rosa | Sório, Mariana |
| 23/01/1897 | Mantovani, Isaco | Mantovani, Luiz | Zago, Veneranda | Bolsoni, Guliana |
| 8/07/1897 | Boldrini, Alexandre | Boldrini, José | Cherobini, Ângela | Sório, Maria |
| 12/08/1897 | Orlando, Alexandre | Orlando, Zenone | Foletto, Santa | Vincenzi, Maria |
| 9/05/1898 | Maguabosco, Francisco | Maguabosco, José | Menuzzi, Amabile | Sório, Maria |
| 9/11/1898 | Padoin, Mariana | Padoin, Stanislaw | Liberalotto, M. | Sório, Maria |
| 14/11/1898 | Pedrotti, José | Pedrotti, Francesco | Potolsi, Luiza | Pedrolo, Catarina |
| 22/12/1898 | Basso, Angela | Basso, Agostinho | Viera, Maria | Salsi, Virginea |

⁴⁰³ Em alguns registros aparece somente Maria Volcato; em outros, Maria Sório; ou, ainda, Maria do Pio. Todos fazem referência à mesma pessoa, no caso, a esposa de Alexandre Sório.

⁴⁰⁴ Luiz Bianchi era filho de uma das irmãs do padre Antônio Sório.

⁴⁰⁵ Até o ano de 1906, constatou-se que Luiz Sório, casado com Luiza Benvenuti, teve três filhos; Alexandre Sório, casado com Maria Volcato Sório, teve sete filhos; e Luiz Bianchi, casado com Ângela Meneghello, cinco filhos. Livro de batismos da paróquia de Silveira Martins, nº 1-5, 1885-1905, ADSM.

| | | | | |
|------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|-----------------------|
| 1/04/1899 | Volcato, Ricardo | Volcato, João | Rizo, Maria | Sório, Maria |
| 8/07/1899 | Zambonato, José | Zambonato, Valentino | Mezzadri, Tereza | Sório, Mariana |
| 17/08/1899 | Segato, José | Segato, Benenuto | Zambonato, Domitilla | Rizzi, Maria |
| 7/11/1900 | Novelli, José . | Novelli, Luiz | Pavesi, Isabela | Pavesi, Marina |
| 12/7/1903 | Da Rodda, Toscana Maria | Da Rodda, Luiz | Milani, Joana | Sório, Maria |
| 20/8/1904 | Rossini, Antônio Angelo | Rossini, Pedro | Catani, Genovefa | Sório, Maria |
| 14/2/1905 | Bottega, Honorina | Bottega, José | Scalfo, Maria | Sório, Maria |
| 9/8/1905 | Bottari, Pedro | Bottari, Emilio | Porporati, Lucia | Sório, Maria |

Fontes: Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 1-5, 1884 a 1905, ADSM.

8. Redes de compadrio de Luiz Bianchi

| <i>Data do batismo</i> | <i>do Afilhado</i> | <i>Pai</i> | <i>Mãe</i> | <i>Madrinha</i> |
|------------------------|-------------------------------|---------------------------|-----------------------------|----------------------|
| 22/04/1893 | Sório, Alexandre Antônio Luiz | Sório, Luiz | Benvenuti, Luiza | Avosani, Lucia |
| 29/09/1893 | Rizzati, Francisco | Rizzati, Rizieri | Zanella, Orsola | Zambonato, Domitilla |
| 11/12/1895 | Franchi, Gaetano Luiz | Franchi, Luiz | Sachetto, Luiza | Aita, Tereza |
| 2/03/1896 | Bisognin, Cleonora | Bisognin, Otaviano | Bachin, Cecilia | Fogliato, Cecilia |
| 5/08/1897 | Zago, Virginea | Zago, José | Spagnolo, Maria | Sório, Mariana |
| 21/04/1898 | Pozzobon, Angela Mariana | Pozzobon, Andrea | Favani, Francesca | Gueneschi, Maria |
| 15/12/1898 | Lorenzoni, Frederico | Lorenzoni, Andrea | Trevisan, Ângela | Ceccon, Margarida |
| 30/07/1899 | Villanova, Maria | Villanova, José | Cordenonsi, Catarina | Ceccon, Margarida |
| 13/9/1900 | Rodda, Celeste Joana | Rodda, Luiz | Milani, Joana | Bianchi, Ângela |

Fontes: Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 1-5, 1884 a 1905, ADSM.

A cultura que se está analisando tem a família como um modelo de estruturação dos tecidos sociais, logo, as atividades religiosas, econômicas e políticas mantêm dependência em relação à esfera relacional. Desse modo, a importância das redes de compadrio não deve ser percebida como uma prática que determinava a obrigatória concessão de auxílio material ou assistência imediata, mas, sim, a possibilidade de alguma ajuda no futuro. Levava-se em conta tal expectativa ao ser firmado os laços de parentesco na pia batismal, pois, assim, iam se constituindo os circuitos de auxílio e solidariedades que poderiam ser mais eficazes do que os existentes entre os parentes consanguíneos.

A escolha de compadres entre os membros do grupo familiar visava reforçar o ponto de apoio entre as pessoas próximas. Para padrinho de seus filhos, o imigrante Luiz Sório – irmão de Alexandre Sório – convidou duas vezes o primo Luiz Bianchi. No entanto, a prática de escolher os compadres entre os parentes consanguíneos não foi o comportamento mais frequente. Conforme se constatou no caso do comerciante Alexandre Sório – que para o batizado dos sete filhos buscou estender as redes de compadrio –, geralmente se procurava sujeitos de status social superior ou igual aos dos pais.

Após a morte do tio, Alexandre Sório convidou o imigrante Carlos Guido Passini para ser padrinho de um de seus filhos.⁴⁰⁶ Passini havia redigido o testamento de Antônio Sório enquanto esse agonizava na casa paroquial após o atentado de 29 de dezembro de 1899. Atento aos últimos desejos do pároco, foi um que silenciou quanto aos motivos que levaram à morte do sacerdote. Talvez como forma de agradecimento, bem como para reforçar as cumplicidades, Alexandre tenha convidado Carlos Passini para ser padrinho de um filho. O compartilhamento das experiências, segredos e a participação nos conselhos locais, aproximavam os chefes de famílias e propiciava o estabelecimento de ligações que eram reforçadas por meio das práticas de compadrio.

A busca por firmar laços com indivíduos de status social que não residiam na região colonial também pode ser constatado no caso da família Sório. Em 1890, de passagem por Silveira Martins, o cônsul italiano Enrico Achore apadrinhou o primeiro sobrinho neto do padre Antônio Sório.⁴⁰⁷ A presença de um padrinho de posição mais elevada é um indicativo da existência de laços clientelares (LEVI, 1985, p. 173). Mas, na maior parte das vezes, a parentela espiritual estava ligada a uma fina rede de relações que se encontrava combinada a vínculos de amizade, vizinhança e consanguinidade. Criavam-se, assim, grupos coesos entre os sujeitos que ocupavam posição de prestígio social e relevância econômica na comunidade, constituindo, ao mesmo tempo, agregados de famílias “dependentes”.⁴⁰⁸

Com a participação frequente do padre Antônio Sório e dos sobrinhos Alexandre e Mariana na pia batismal, foi se formando um importante grupo de aliados em torno da figura do sacerdote. O caminho escolhido por Sório para se firmar na paróquia e garantir uma posição de destaque não pode ser compreendido sem levar em conta a presença intensa na pia

⁴⁰⁶ Batizado em 10 de maio de 1902. Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 5, 1897-1899, p. 52. ADSM.

⁴⁰⁷ Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 2, 1888-1890, p. 64. ADSM.

⁴⁰⁸ Giovanni Levi (1985, p. 196, 212) constatou que a formação de uma clientela – famílias ligadas por laços de parentesco – garantia a estruturação de um grupo e o controle de grande parte dos recursos, não somente econômicos, mas também de relações sociais internas e externas da comunidade.

batismal, seja através dos sobrinhos, seja de modo direto. O capital conquistado pelo pároco consistia em uma rede pessoal de relações que podiam ser acionados a qualquer momento. As afinidades entre os parentes se estendiam para além da consanguinidade, consistindo de redes de aliados que propiciavam fidelidade e proteção quando necessário. Na tomada de decisões importantes, os chefes de famílias ligados por laços de parentesco não agiam isoladamente.

Nesse sentido, Giovanni Levi (2000, p. 97-98) aponta ser imprescindível apreender as redes mais amplas através das quais as estratégias familiares se desenvolviam, ultrapassando o “restrito núcleo co-residente”. O autor ressaltou que sejam observadas as “formas de solidariedade e cooperação seletivas” escolhidas para gerenciar a sobrevivência das famílias, atentando para “as amplas fontes de favores” que proporcionavam proteção entre as famílias camponesas. Segundo o mesmo autor, “pouca atenção foi dada à rede de relações externas na qual a família está imersa e pela qual assume significado”. As solidariedades entre indivíduos pertencentes a grupos familiares não co-residentes eram fortes por estarem ligados a uma extensa rede que ia além dos vínculos de sangue, abrangendo os parentescos criados por rituais como o casamento ou o batismo (LEVI, 2000, p. 128).⁴⁰⁹

9. Número de apadrinhamentos dos membros da família Sório

⁴⁰⁹ A família alargada ou extensa aparece como ideal no universo camponês por ser mais racional, uma vez que permitia ampliar as vantagens de escolha que eram limitadas no núcleo familiar conjugal. Esta prática permite a “acumulação de capital” em forma de recursos que possibilitavam a obtenção de bens e serviços em um momento futuro de possíveis desequilíbrios e inseguranças (LEVI, 1985a, p. 121-22).

| <i>Ano</i> | <i>Dom Sório</i> | <i>Mariana Sório</i> | <i>Alexandre Sório</i> | <i>Luiz Bianchi</i> | <i>Luiz Sório</i> | <i>Total Ano</i> |
|--------------|------------------|----------------------|------------------------|---------------------|-------------------|------------------|
| 1885 | 3 | - | - | - | - | 3 |
| 1886 | 4 | - | - | - | - | 4 |
| 1887 | 1 | - | - | - | - | 1 |
| 1888 | 5 | - | - | - | - | 5 |
| 1889 | 6 | - | - | - | - | 6 |
| 1890 | 1 | - | - | - | - | 1 |
| 1891 | 2 | - | 1 | - | - | 3 |
| 1892 | 2 | 3 | - | - | - | 5 |
| 1893 | 3 | 4 | 2 | 2 | - | 11 |
| 1894 | 1 | - | 1 | - | - | 2 |
| 1895 | - | - | - | 1 | - | 1 |
| 1896 | 3 | 2 | 2 | 1 | - | 8 |
| 1897 | 4 | 6 | 3 | 1 | - | 14 |
| 1898 | 1 | 4 | 4 | 2 | 1 | 12 |
| 1899 | 1 | 4 | 3 | 1 | - | 9 |
| 1900 | - | 1 | 1 | 1 | - | 3 |
| 1901 | - | - | - | - | 1 | 1 |
| 1902 | - | - | - | - | - | - |
| 1903 | - | - | 1 | - | - | 1 |
| 1904 | - | - | 1 | - | 4 | 5 |
| 1905 | - | - | 2 | - | - | 2 |
| Total | 37 | 24 | 21 | 9 | 6 | 97 |

Fonte: Livro de batismos da paróquia de Silveira Martins, nº 1-5, 1885-1905, ADMS.

Através do presente quadro é possível verificar o período em que Antônio Sório e os sobrinhos mais apadrinharam. Mapeando a participação do pároco enquanto padrinho, viu-se como ele foi formando redes de apoio, estabelecendo relações de solidariedades e alianças entre os imigrantes. Assim, enquanto estratégia de acomodação, Dom Sório foi construindo as redes de interdependência e mútuo socorro com as famílias que residiam no espaço urbano e rural da paróquia de Silveira Martins. De acordo com o quadro, percebe-se que a participação significativa ocorreu durante a década de noventa, sendo interrompida com a morte do pároco em 1900.

Entre os anos de 1901 e 1905, os três sobrinhos praticamente não foram convidados pelas famílias da comunidade para comparecerem a pia batismal. Somente o agricultor Luiz Sório aumentou o número de afilhados nos anos subsequentes à morte do tio. Este sobrinho se dedicava às atividades agrícolas e, talvez por isso, não era tão acionado quanto os outros que desempenhavam atividades urbanas: Alexandre era comerciante, Luiz Bianchi hoteleiro e Mariana professora na escola pública. Como se verá na sequência, Luiz Sório nem mesmo aparecia comprando e vendendo terras, ao contrário de Luiz Bianchi e Alexandre Sório.

O pároco e os sobrinhos residiam em locais diferentes e se dedicavam a atividades profissionais variadas – comércio, escola e agricultura. A preocupação com o coletivo, com a

família não necessariamente co-residente, pode ser constatada a partir das ações do padre Antônio Sório não somente na hora do apadrinhamento, mas, igualmente, no comércio de terras. Os negócios envolvendo o mercado da terra demonstram a existência de uma solidariedade entre o tio e os sobrinhos, dos irmãos e primos da família Sório. Isto indica que todos estavam prontos a trocar auxílios, participando de contratos, vendas e empréstimos de modo frequente. A ideia era criar e expandir o patrimônio familiar.⁴¹⁰

4.3 As atividades econômicas da família Sório

O capital social construído pelo pároco Antônio Sório permitiu que ele atuasse como procurador no mercado da terra entre os conterrâneos da região colonial. Das vezes em que Sório aparece como intermediário na venda de lotes de terra, em três delas representava imigrantes que não mais residiam na paróquia de Silveira Martins. A posição de mediador dos negócios era baseada no conhecimento sobre as demandas dos imigrantes e da disponibilidade de terras para negócio. Os laços de parentesco fictício propiciaram a formação de uma complexa rede de alianças entre os padrinhos que podiam assumir funções sociais e econômicas variadas. A quantificação dos negócios envolvendo a terra é uma tarefa difícil, visto que nem todos os contratos, auxílios financeiros e participação conjunta na compra e venda eram registrados em cartório, pois muitas resultavam de acordos privados realizados entre os envolvidos.⁴¹¹

10. Antônio Sório como procurador

⁴¹⁰ Giovanni Levi (1992, p. 311) ressalta a importância dos estudos de família para se analisar as estratégias econômicas compartilhadas entre parentes consanguíneos não co-residentes. Estes eram ligados por um sistema de “solidariedade patrialinear” – irmãos e cunhados –, sempre prontos a trocar terras, contratos, força de trabalho, dinheiro e outras prestações de auxílio.

⁴¹¹ No inventário do padre Antônio Sório constatou-se a realização de dois empréstimos por parte do mesmo em que não foi registrado em cartório, sendo apenas conferido ao credor um documento assinado pelo pároco. Inventário, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900, APERS.

| <i>Data</i> | <i>Procurador</i> | <i>Vendedor</i> | <i>Comprador</i> | <i>Objeto negociado</i> | <i>Valor</i> |
|-------------|-------------------|--------------------------------------|------------------------|-------------------------------|--------------|
| 16.08.1897 | Antônio Sório | Domingos Rasia Rosa Rasia | Sebastião Venchianutti | ½ lote de terra | 800\$000 |
| 10.11.1897 | Antônio Sório | Pedro Muller | Antônio Benincá | Um lote de terra | 600\$000 |
| 10.11.1897 | Antônio Sório | Antônio Benincá | Prospero Pippi | Um lote de terra | 600\$000 |
| 24.03.1898 | Antônio Sório | Ferdinando Bisognin Rosa Bisognin | Luiz Bianchi | Um lote urbano com casa nº 25 | 200\$000 |

Fontes: Transmissões/notas, Cachoeira do Sul – 5º distrito, livro 8 (1897- 1898), p. 31, 33; Transmissões/notas, Santa Maria, 4º distrito - livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 127, APERS.

O imigrante Domingos Rasia, que aparece no quadro como vendedor de um lote de terra, outorga ao compadre⁴¹² Antônio Sório uma procuração para fazer o negócio. A proximidade e a existência de vínculos entre os indivíduos envolvidos na transação foi um dos fatores que pode ter influenciado na escolha do pároco como intermediário na negociação. A prestação de favores entre os indivíduos que faziam parte da rede de compadrio não era atitude gratuita e livre de retribuição, uma vez que fazia parte das estratégias sociais de manutenção do prestígio e das obrigações com a base de apoio (XAVIER, 1993). Portanto, atender aos pedidos dos paroquianos era um dos recursos que o padre Sório utilizava para reforçar o próprio poder local. Com tal procedimento, fazia com que a relação de confiança fosse mantida entre ele e os membros da comunidade. Este caso demonstra que a parentela fictícia assumia papel fundamental no reforço das alianças internas, solidariedades e na tutela do prestígio dos indivíduos empenhados na defesa do patrimônio imaterial.

Apesar de não se ter encontrado um grande número de transações que comprovem maior participação de Sório como procurador, não quer dizer que esse papel de mediação não tenha sido realizado por ele com frequência. Os registros localizados são suficientes para perceber o tipo de atividades desempenhadas pelo pároco para estabelecer laços clientelares com os imigrantes. E, também, possibilita compreender como funcionava o mercado da terra, uma vez que as redes relacionais delimitavam as atividades no campo econômico. Antônio Sório, ao assumir tal função, não estava em busca de resultados econômicos imediatos, mas,

⁴¹² Conforme registro presente no quadro 5, Antônio Sório aparece como padrinho de uma das filhas de Domingos Rasia quando esse residia na paróquia de Silveira Martins. Registro de batismo feito em 22 de maio de 1887, da menina Maria B. Rasia, cujos pais são Domingos Rasia e Rosa.

sim, visava garantir recursos futuros e trazer vantagens aos parentes consanguíneos num mercado que não era regido somente pelo valor da terra, mas, igualmente, pelos vínculos existentes entre os indivíduos. O preço poderia ser modificado ou preservado de acordo com os laços que aproximavam ou afastavam os envolvidos.

11. Amostragem de transações de compra e venda de terras da família Sório

| <i>Data</i> | <i>Vendedor (es)</i> | <i>Comprador (es)</i> | <i>Bens</i> | <i>Valor</i> | <i>Testemunhas</i> |
|-------------|--|---|--|--------------|---|
| 3.02.1898 | Jacó Wobeta | <i>Luiz Bianchi</i> José Alberti | ½ lote de terra rural, nº 331 1 lote urbano com casa de material, nº 41 | 700\$000 | <i>Antônio Sório</i> José Claro de Oliveira José Aita |
| 24.03.1898 | Ferdinando Bisognim | <i>Luiz Bianchi</i> | 1 lote urbano com casa, nº 25 | 200\$000 | |
| 15.07.1898 | <i>Luiz Bianchi</i> José Alberti | Luiz Grazziosetti e irmãos ⁴¹³ | ½ lote de terra rural, nº 331 1 lote urbano com casa de material, nº 41 | 6.500\$000 | <i>Antônio Sório</i> João Marchiori João Torri |
| 25.07.1898 | <i>Antônio Sório</i> | Orlando Zenone | 1 terreno agrícola, nº 647 | 300\$000 | |
| 17.03.1899 | Carlo Centi | Luiz Sório | 1 lote rural, nº 488 | 500\$000 | |
| 29.03.1899 | Josefina Tassi Antônio Venchianutti | <i>Alexandre Sório</i> | 1 casa de material 1 pedaço de terra | 400\$000 | Antônio Sório Jacó Padoin Angelo Lunardi Prospero Pippi |
| 29.08.1899 | <i>Alexandre Sório</i> | Antônio Venchianutti | 1 lote de terra 1 casa (Cruz Alta) | N/C | Augusto Socal Olinto Grazziosetti |
| 15.03.1904 | Antônio Bortolo | <i>Alexandre Sório</i> | ¼ de terra sob o lote, nº 551 | 100\$000 | Antônio Dona Paulo Bultoni |
| 10.05.1904 | Bortolo Lunardi | <i>Alexandre Sório</i> | 1 colônia de terra com benfeitorias, nº 3 | 300\$000 | Silvio Giaconello Pedro Basso Egídio Zambonato |
| 9.08.1904 | <i>Alexandre</i> | Luiz Maffini | ¼ de terra sob o | 80\$000 | |

⁴¹³ O imigrante Olinto Grazziosetti era pai dos compradores e aparece como representante dos filhos na aquisição dos lotes de terra e bens adquiridos junto a Luiz Bianchi e José Alberti. Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 181, APERS.

| | | | | | |
|------------|--------------------------------|-------------------|---------------------------------|----------|---|
| | <i>Sório</i> | | lote, nº 551 | | |
| 18.08.1906 | Luiz Mantovani e esposa | <i>Luiz Sório</i> | Um lote de terra e casa, nº 443 | 700\$000 | Antônio Domà Ferdinando Toffotti Luiz Bianchi |

Fontes: Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1(25-01-1895 a 22-10-1898), livro 2 (04-11-1898 a 27-09-1900), Livro 4 (1904-1907); Transmissões/notas, Cachoeira do Sul, (5º Distrito), Livro 10, 11 (1898-1899), APERS.

No mercado da terra, o pároco Antônio Sório aparece frequentemente como testemunha nas transações realizadas pelos sobrinhos. Tais informações indicam que o comércio de compra e venda era um dos ramos de investimento da família. Nesse caso, é exemplar a negociação feita em 1898 envolvendo Luiz Bianchi e José Alberti.⁴¹⁴ Em 3 de fevereiro de 1898, ambos adquiriram um lote de terra rural e um urbano a 700 mil réis. A 15 de julho do mesmo ano, venderam os mesmos lotes por 6 contos e 500 mil reis, demonstrando que o empreendimento, aparentemente, foi muito lucrativo. Como testemunha das negociações estava o tio Antônio Sório.

O que pode explicar o aumento significativo do preço das terras vendidas? É provável que a existência de vantagens referentes à localização e às exigências específicas da família Grazziosetti tenham sido fatores que influenciaram no custo das propriedades. A necessidade do grupo familiar em obter imediatamente mais terras – talvez algum dos filhos estivesse prestes a se casar – apressou a negociação apesar do valor elevado. Contudo, os valores da compra (700 mil réis) e da venda (6 contos e 500 mil réis) são muito diferentes, o que sugere a existência de outro tipo de negócio que não está descrito no registro cartorial de comércio das terras. Transações anteriores podem ter interferido no valor da venda e, por conseguinte, ter aumentado o valor das terras.⁴¹⁵

A existência de laços de afinidades e compromissos existentes entre os envolvidos influenciava o preço no momento da realização de transações comerciais. Além disso, novos acordos podiam ser feitos com antigos parceiros. Em 1904, o imigrante Olinto Grazziosetti e os filhos arrendaram para o comerciante Alexandre Sório um lote de terra onde funcionava a cervejaria da família, localizada no centro de Silveira Martins. No contrato, Alexandre e os outros três herdeiros do padre Sório assumiram o compromisso de pagar as dívidas da família

⁴¹⁴ José Alberti e Mariana Sório haviam sido padrinhos, em março de 1898, da menina Brunilda Bevilaqua.

⁴¹⁵ Em débito com o escrivão Antônio Fantoni, o imigrante Andrea Lorenzoni hipotecou um lote de terra cujo valor registrado ficou bem acima do praticado no mercado. Isto sugere a existência de transações anteriores entre os envolvidos, um fator que influenciava o preço dos bens. Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 89, APERS.

Grazziosetti. Em troca, Alexandre ficava durante o período de oito meses com o direito de aluguel da cervejaria e utensílios.⁴¹⁶

Esta nova transação foi realizada entre sujeitos ligados por laços sociais, o que indica a presença de obrigações e reciprocidades entre os envolvidos. Os dados coletados nos registros cartoriais possibilitam visualizar outros espaços de ação dos imigrantes e a ativação dos laços de compadrio e afinidade, propiciando a compreensão do comportamento dos sujeitos e famílias nas comunidades da região colonial. No quadro 11, os imigrantes Orlando Zenone,⁴¹⁷ Carlo Centi, Ferdinando Bisognim, Luiz Mantonvani e Luiz Maffini (em negrito) – que aparecem estabelecendo transações de compra e venda com Antônio Sório ou os sobrinhos – faziam parte das redes de compadrio da família Sório. Os vínculos de parentesco espiritual aproximavam os indivíduos e podiam ser usados como estratégia para garantir vantagens ou privilégios no campo econômico. As transações acima apresentadas demonstram que os apadrinhamentos criavam deveres entre as partes, mas favoreciam a circulação de bens e os empréstimos, trazendo benefícios para os compadres.⁴¹⁸

A existência de parentesco espiritual ou afinidade entre os envolvidos nas transações são aspectos que servem para medir o peso das relações pessoais. E quando não existiam esses vínculos – laços de sangue ou parental –, havia uma forte presença de regras morais que podiam limitar o comércio da terra. Alguns estudos apontam que o preço da terra sofria alteração dependendo da proximidade entre as partes envolvidas. Nesse universo rural, o mercado da terra de pequenas dimensões se assentava sob uma complexa realidade social. A parentela, a vizinhança, o compadrio e até mesmo o sentimento de caridade definiam os preços. O comércio de terra se pautava não somente pelo valor comercial da mesma, antes pelas relações entre as partes envolvidas no negócio. Desse modo, como afirmou Levi (2000,

⁴¹⁶ A família Grazziosetti aparece como devedora de dois contos e quatrocentos mil reis (2.400\$000) referente ao “imóvel de cervejaria” situado no cento da sede Silveira Martins. Além dessa dívida com os herdeiros de Antônio Sório, também possuíam outras três com imigrantes da região colonial. Arrendamento, Notas/transmissões, Santa Maria (4º distrito), Livro 4 (1904-1907), p. 70, APERS.

⁴¹⁷ O terreno para cultivo que Antônio Sório vendeu para Orlando Zenone provavelmente fazia parte do lote colonial conseguido pelo padre para ser o centro da comunidade de Val Verônes. Desta venda ficou excluída a igreja, a casa de material e o cemitério que se encontravam sob parte das terras comercializadas. Transmissão, Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, Livro 10 (1898), p. 27, APERS.

⁴¹⁸ Ao analisar a trajetória de um “Cavaliere”, de um “Oste” e de um “mercante”, Levi (1985) destacou que, através da relação clientelar com os camponeses simples, os indivíduos abastados conseguiam promoção social e acumulação de riquezas. Os camponeses se utilizavam dos vínculos clientelares enquanto recurso para garantir privilégios sociais e econômicos. Na presente tese, ao se investigar a atuação do padre Antônio Sório, percebe-se que quando apareceu no mercado da terra o mesmo procurou auxiliar os compadres ao participar de transações de lotes coloniais.

p. 155), entra em cena a questão da circulação bilateral de reciprocidades, indicando para o fato de que nem sempre as trocas eram iguais ou equilibradas.⁴¹⁹

Nas colônias italianas do sul do Brasil, as relações entre os indivíduos que mantinham afinidades podiam ser avaliadas através da participação nas transações econômicas. Essa prática é percebida quando um indivíduo aparece realizando negociações com o outro, mas ocupando posição diferente nos contratos. Por exemplo, o imigrante Antônio Venchianutti, acompanhando da esposa, vende um lote de terra e casa de material para Alexandre Sório;⁴²⁰ em outro momento, surge adquirindo um lote de terras e uma casa do mesmo Alexandre Sório, só que no município de Cruz Alta. Entende-se esse comportamento como uma estratégia de ajustamento acionado pelas famílias coligadas. Os acertos privados realizados entre os indivíduos também refletem a questão do respeito a determinados valores e normas sócio-culturais do grupo. A troca de favores e obrigações morais para com os vizinhos e os conhecidos revela alguns aspectos da dinâmica da circulação da terra na região colonial estudada. Os registros oficiais da negociação eram o resultado final, fruto de um acerto anterior entre os envolvidos, e não a consequência de uma transação formal em que a terra era colocada à venda.

4.4 As redes de crédito de um sacerdote

Os laços parentais e as redes de apoio construídas pelo padre Antônio Sório possibilitaram que ele tivesse acesso a recursos financeiros entre os imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins. Dentre tantas negociações da família Sório, uma em especial chamou a atenção. Em fevereiro de 1898, Antônio Sório e o sobrinho Luiz Bianchi, além de José Alberti, contraíram altas somas de dinheiro com o “industrialista” Gustavo Goelzer e o comerciante José Aita, conforme o quadro abaixo. Como testemunhas do empréstimo, Sório solicitou a presença de dois italianos;⁴²¹ para o do sobrinho, além do padre, assinaram as principais autoridades da comunidade de Silveira Martins: o delegado José Claro de Oliveira e o juiz distrital Joaquim Augusto de Pinho.⁴²² As quantias envolvidas justificam tão ilustres

⁴¹⁹ Karl Polanyi (2000) foi pioneiro em defender a ideia de que as motivações econômicas se originavam no contexto da vida social. As transações locais eram marcadas pelas relações de vizinhança e parentesco e os homens estavam submersos nesse universo, procurando salvar sua posição e patrimônio imaterial. O autor também destaca a questão da reciprocidade e retribuição, e não do lucro como dois princípios presentes nos mercados comunitários que eram frequentados pelas famílias que buscavam garantir a subsistência.

⁴²⁰ Negociação realizada em 29 de março de 1899, conforme quadro n. 11.

⁴²¹ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 157, APERS.

⁴²² Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p.158, APERS.

presenças no registro notarial. Estes empréstimos estavam ligados a algum grande investimento da família Sório. Talvez guardasse relação com o lote urbano n. 41 onde, quatro anos depois, estava funcionando a cervejaria da família Grazziosetti.⁴²³ Ou, quem sabe, com o lote urbano n. 40, onde estava sendo construído um prédio que funcionaria como aula pública.

Alguns empréstimos realizados entre os imigrantes não passavam pelo cartório, prova disso foi o negócio realizado entre Antônio Sório e Primo Sarzi Sartori, em 25 de novembro de 1899. Com a morte de Antônio Sório, o empréstimo de três contos de réis (3.000\$000), realizado um mês antes da “tragédia” (última transação do quadro n. 12), passou a ser contestado em cartório através do “protesto de letra” apresentado pelo credor. Primo Sarzi Sartori mostrou o documento firmado pelo sacerdote ao escrivão que, por sua vez, reconheceu a assinatura do devedor Antônio Sório.⁴²⁴ O surgimento de algum imprevisto podia ser o motivo para que recorressem ao registro oficial, neste caso a morte repentina do padre.

12. Redes de crédito de Dom Antônio Sório

| <i>Data</i> | <i>Credor</i> | <i>Devedor</i> | <i>Valor</i> | <i>Testemunhas</i> |
|-------------|------------------------|------------------------------|--------------|--|
| 25.11.1887 | Antônio Sório | Antônio Gasparini | 250\$000 | |
| 25.11.1887 | Antônio Sório | Antônio Gasparini | 328\$000 | |
| 3.02.1898 | Gustavo Goelzer | Antônio Sório | 8.000\$000 | Rizieri Rizzati Francesco Trevisan |
| 3.02.1898 | José Aita | Luiz Bianchi José Alberti | 7.000\$000 | Antônio Sório José Claro de Oliveira Joaquim Augusto de Pinho |
| 30.07.1899 | Antônio Dalla Corte | Antônio Sório | 700\$000 | |
| 25.11.1899 | Primo Sarzi Sartori | Antônio Sório | 3.000\$000 | |

Fontes: Inventário, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900; Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 157, APERS.

⁴²³ De acordo com o quadro n. 11. Esta cervejaria seria arrendada em 1904 para Alexandre Sório e seus irmãos, conforme se viu anteriormente.

⁴²⁴ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 2, (04-11-1898 a 27-09-1900), APERS.

Alguns meses antes da realização do empréstimo, Antônio Sório foi instituído pela família de Primo Sarzi Sartori para retirar uma soma em dinheiro junto ao consulado italiano em Porto Alegre.⁴²⁵ Portanto, a concessão do empréstimo de Sarzi Sartori a Antônio Sório foi antecedida pela troca de favores entre os envolvidos. O pároco soube usufruir das vantagens que a condição de agente consular lhe conferia, bem como se beneficiou por saber da herança da família Sarzi Sartori, solicitando empréstimo logo a seguir. A partir do cruzamento de fontes documentais de natureza diversa foi possível seguir os caminhos trilhados pelo padre, entendendo como ele estruturou suas relações e como conseguiu empréstimos para entrar no mercado de compra e venda de terras e investir em outros setores.

O levantamento de dados permitiu que se alcançassem os laços de parentesco ritual estabelecidos pelos membros da família Sório. Isto tornou possível entender o que estava na base das trocas no campo econômico. Através da análise das relações possíveis, constatou-se a correspondência entre parentesco fictício, clientela, reciprocidades e comércio. No entanto, não foi possível chegar às distinções entre as relações sociais, econômicas e políticas. Na base destas dificuldades reside o fato de que os comportamentos econômicos se fundamentavam em relações interpessoais, tornando temeroso – e sujeito a erros interpretativos – entender as transações unicamente pelos seus aspectos materiais (GRENDI, 2009). No presente estudo, a reconstrução das interdependências dos imigrantes e os membros da família Sório se deu por uma tentativa de levantamento e cruzamento dos dados encontrados em fontes cartoriais e registros de batismo. Constatou-se, assim, que a política de compadrio surge como importante campo de atuação utilizado pelo pároco para reforçar seu status e dispor de mais recursos para empregar em outros campos.

O imigrante Alexandre Sório foi o herdeiro que mais apareceu realizando transações econômicas após a morte do tio, além de continuar a estabelecer laços de compadrio, embora em menor quantidade. A realização de novos investimentos e a manutenção das atividades comerciais certamente se deu graças ao que padre Antônio Sório havia construído. Como comerciante, Alexandre ampliou o número de fregueses através das transações realizadas no próprio estabelecimento comercial. Cartas de crédito, recebimento de produtos agrícolas e participação no mercado da terra são as provas que confirmam a manutenção dos vínculos

⁴²⁵ Sório foi instituído procurador para retirar, junto ao consulado, o valor de 4.291,040 Libras Esterlinas. Este dinheiro era parte da herança que a família Sarzi Sartori havia recebido da Itália. Procuração. Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, Livro 12 (1899-1900), p. 37, APERS.

com as famílias camponesas locais, pelo menos durante algum tempo,⁴²⁶ pois Alexandre irá se transferir para a cidade de Cruz Alta alguns anos depois da morte do tio. A mudança pode ser um indício de insatisfação pessoal, rejeição local ou ainda a possibilidade de concretizar um antigo projeto, como se fixar em um centro maior. Mas o surgimento de tensões internas entre os membros da parentela podem ser razões que levaram Alexandre a mudar para Cruz Alta.⁴²⁷

Em março de 1899, Alexandre Sório adquiriu casa e lote de terras na Colônia Ijuí, núcleo de imigrantes localizado próximo a Cruz Alta. Quando decidiu finalmente sair de Silveira Martins, Alexandre certamente já possuía sólidas redes relacionais que possibilitaram o desenvolvimento das atividades comerciais no novo local de residência.⁴²⁸ As redes de relações entre os imigrantes iam além dos limites territoriais que compreendiam a ex-Colônia Silveira Martins ou do espaço que pertencia ao município de Santa Maria. Todavia, a mudança somente ocorreu após 1910, uma vez que até essa data o imigrante aparece batizando um dos filhos na paróquia de Silveira Martins.⁴²⁹

Na presente tese, a busca por informações sobre as atividades econômicas dos sobrinhos do padre Sório se encerram no ano de 1905. Talvez, após essa data, os empreendimentos do comerciante Alexandre Sório tenham entrado em declínio em Silveira Martins devido à falta de empenho em investir na reprodução das redes de relações sociais – geradoras de solidariedade e coesão. É possível que ele tenha fracassado ao tentar seguir os passos do tio na construção do patrimônio imaterial. Talvez, como comerciante que era, passou a dar maior atenção para a acumulação direta de riquezas materiais. A isso se devem somar os problemas privados na família, porém, tais hipóteses precisariam ser comprovadas através de outras investigações. Contudo, das análises realizadas, parece inegável o fato de que a morte do padre Antônio Sório tenha abalado a posição dos sobrinhos.

⁴²⁶ Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1, 2, 4, 1895-1907, p. 41, 60, 70; Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, Livro 15, 1900-1901, p. 50, 59; Júlio de Castilhos (4º distrito), Livro 5, 1905-1906, p. 34, APERS.

⁴²⁷ Escritos do padre Luizinho Sponchiado. Pasta da família Sório, CPG-NP. O imigrante Alexandre Sório morreu em Cruz Alta, em 1930, com 66 anos de idade. Porém, o sepultamento ocorreu no cemitério de Silveira Martins. Livro de óbitos de Silveira Martins, nº 3, p. 9, ADSM.

⁴²⁸ Alexandre Sório instituiu como procurador João Volcato, com quem mantinha relação bastante próxima já que era parente de sua esposa. Alexandre autorizou João a comprar terras no município de Cruz Alta. Procurações: Santa Maria, 29.08.1899, p. 61, APERS.

⁴²⁹ Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 6, 02.10.1910. O nome do filho era o mesmo do pai: Alexandre.

4.5 O mercado da terra

A partir da análise dos livros de registros cartoriais de compra e venda de terra sentiu-se a necessidade de ampliar o banco de dados para investigar o papel de outras famílias no mercado local. Os sujeitos são os imigrantes italianos da ex-Colônia Silveira Martins e núcleos vizinhos, entre os anos de 1890 e 1905. Foram consultados setecentos e noventa e quatro (794) transações de compra e venda de terra e empréstimos financeiros. As informações levantadas permitem perceber algumas das frequências destes negócios, indicando as normas que regiam a circulação da terra e a distribuição de crédito entre as famílias. Por meio da análise qualitativa dos dados, destacam-se as ações de alguns indivíduos que aparecem regularmente mediando este comércio. Do mesmo modo, entende-se o processo de ajustamento interno da região colonial e a dinâmica de expansão através da aquisição de novas terras para além dos limites dos antigos núcleos de ocupação.

Os imigrantes que se dedicavam às atividades comerciais utilizaram das relações de crédito e mediação no mercado da terra como recurso para estabelecer as bases clientelares. Alexandre Sório, um dos sobrinhos do pároco, aparece atuando nesse campo. Por exemplo, como comerciante, Alexandre vendia produtos de sua casa de negócio, mas não recebia em dinheiro, antes em artigos produzidos pelos próprios imigrantes.⁴³⁰ As dívidas com o comerciante podiam ser negociadas por meio da concessão de produtos agrícolas como “pipas de água aguardente”, como sugeriu o próprio Alexandre a um de seus devedores.⁴³¹ Geralmente, as dívidas contraídas não eram resultadas do empréstimo de dinheiro, mas da realização de diversas transações de venda de terras, produtos e mediação em negociações.⁴³² A sociedade colonial se caracterizava também pela circulação de produtos e permutas, e nem sempre envolvia a movimentação em dinheiro.

As casas de comércio da região colonial funcionavam como pequenos bancos onde os imigrantes depositavam os lucros das vendas dos produtos agrícolas. Quando surgiam oportunidades, recorriam aos comerciantes para resgatar o dinheiro ou pedir empréstimos a fim de comprarem terras. Outra forma de negócio era vender para o comerciante produtos como grãos, bebidas – vinho e cachaça – e objetos artesanais produzidos na unidade familiar.

⁴³⁰ Dívida. Transmissão/notas, Cachoeira do sul (5º distrito), 1º tabelionato, livro 15, 13.08.1901, p. 59.

⁴³¹ Dívida. Transmissão/notas, Cachoeira do sul (5º distrito), 1º tabelionato, livro 12, 21.04.1902, p. 50. As famílias que tinham necessidade de expandir as áreas de cultivo contraíam dívidas com os comerciantes.

⁴³² Podia-se ficar devedor de alguém sem contrair empréstimos financeiros. Às vezes, a simples mediação de um negócio gerava uma dívida que podia chegar a dois contos de réis. Dívida. Transmissão/notas, Cachoeira do Sul (5º distrito), 1º tabelionato, livro 14, 07.08.1900, p. 29, APERS.

O produtor não recebia em dinheiro, mas garantia saldo positivo para realizar futura aquisição de utensílios domésticos, ferramentas agrícolas, roupas e outros gêneros alimentícios que não produziam.⁴³³ Determinados produtos podiam entrar em transações como forma de garantir crédito ou pagar dívidas, porém, tais acordos não se caracterizavam pela circulação de moeda.⁴³⁴

Formou-se na região colonial uma elite de negociantes locais que se apresentava como intermediária no mercado da terra. Davam crédito para que os imigrantes pudessem expandir os limites das propriedades cultivadas e orientavam as transferências das terras herdadas para um os mais indivíduos do grupo familiar. Os comerciantes concediam cartas de crédito, empréstimos com hipoteca e intercediam nas transações através de um sistema extensivo de apoio a indivíduos que faziam parte das redes parentais. Alguns apareciam realizando empréstimos em papel moeda às famílias, enquanto outros participavam diretamente das transações como compradores ou vendedores.⁴³⁵ Os comerciantes mediavam as transações articulando as negociações entre pessoas e grupos afastados geograficamente. Indicavam terras que podiam ser compradas, tornando possível a participação no mercado da terra ao fornecer crédito aos envolvidos. Procedendo dessa maneira, mantinha todos ligados à sua casa de comércio, pois tinha não só produtos e crédito financeiro, mas, também, informações privilegiadas sobre terras à venda.

⁴³³ As relações estabelecidas entre os imigrantes camponeses e as casas de comércio foram visualizadas nos livros de contas de um dos estabelecimentos comerciais da região colonial. Livro caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann, 08.05.1899 a 10.11.1901, nº 1, 2, Acervo Particular Família Melo, Faxinal do Soturno.

⁴³⁴ Uma das características das sociedades camponesas é a “debole”, isto é, a pouca circulação de moeda nas transações comerciais. Os produtos assumiam papel de destaque nas relações de compra e de crédito (Grendi, 1978).

⁴³⁵ Por exemplo, o comerciante Antônio Londero aparece mais como vendedor do que como comprador de terras entre os imigrantes. Muitos dos indivíduos que aparecem no mercado adquirindo lotes coloniais também podem ser encontrados contraindo empréstimos com comerciantes da região. Transmissão/nota, Santa Maria (4º distrito), livro 1, 1895-1898, p. 41, 69, 89, 87, APERS.

13. Transações mediadas pelo comerciante José Aita

| <i>Data</i> | <i>Vendedor</i> | <i>Comprador (s)</i> | <i>Bens</i> | <i>Valor</i> | <i>Extensão (m²)</i> |
|-------------|--------------------|---|-------------------------------------|--------------|---------------------------------|
| 20.02.1899 | Aita, José | Aita, Valentim Aita, João Aita, Vitorio Aita, Angelo Aita, Matias (irmãos) | Um lote de mato na serra geral | 950\$000 | 590.000 |
| 23.02.1900 | Carlesso, Bernardo | Aita, José | Uma colônia de terra | 1.100\$000 | 330.000 |
| 07.03.1900 | Aita, José | Carlesso, Giovanni e Francisco (irmãos) | Uma colônia de terra | 1.150\$000 | 330.000 |
| 22.03.1900 | Felice, José | Aita, José | Lote rural com casa sob nº130, 140. | 800\$000 | 331.000 |
| 23.03.1900 | Marin, Joaquim | Aita, José | Lote rural nº 240 | 300\$000 | 78.000 |
| 26.03.1900 | Aita, José | Marin, João | Lote rural nº 240 | 350\$000 | 78.000 |
| 06.02.1901 | Ceccon, Caetano | Aita, José | Lote urbano nº 23 | 2.120\$000 | 1.408.000 |
| 06.02.1901 | Ceccon, Caetano | Aita, José | Lote rural e casa nº 142 | 1.500\$000 | 264.000 |
| 14.03.1901 | Aita, José | Ceccon, João | Lote urbano nº 23 | 2.170\$000 | 1.408.000 |
| 06.02.1901 | Aita, José | Ceccon, Ferdinando | Lote rural e casa nº 142 | 1.538\$000 | 264.000 |

Fonte: Transmissão/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1 e 2 (1898-1901), APERS.

O quadro acima apresenta algumas das transações mediadas pelo comerciante José Aita, estabelecido em Silveira Martins. Percebe-se que as terras negociadas passavam de um sujeito para outro, pessoas que faziam parte do grupo parental consanguíneo ou das redes de compadres. Todos os lotes de terra comprados pelo comerciante José Aita foram transferidos por um preço ligeiramente maior. Esse tipo de transação aparece com frequência nos registros de comércio de terra, e era uma forma de assistência interna que envolvia um sistema complexo de trocas entre os indivíduos que faziam parte das redes parentais e clientelares.

Os lotes vendidos deveriam permanecer nas mãos de sujeitos que possuíam vínculos parentais. Servir-se de alguém de confiança – um intermediário – para repassar a terra a outro

integrante da família era uma maneira de proteger as propriedades, para que elas não fossem alvo de contestações futuras quando da realização do inventário por parte do Estado. Este tipo de negociação pode parecer estranho – um indivíduo utilizando intermediário para repassar a terra para um parente –, mas obedece a uma lógica de redistribuição do patrimônio fundiário no grupo familiar, atendendo aos acordos privados e não por determinação do inventário que dividiria as terras de modo igualitário entre os herdeiros.⁴³⁶

Em geral, a participação no mercado da terra tinha por objetivo criar equilíbrio no tamanho das dimensões dos lotes e permitir melhor utilização dos espaços de acordo com os produtos escolhidos para cultivo. A demanda por terra fazia com que os imigrantes participassem de um complexo jogo de concessões e trocas de lotes que circulavam entre os integrantes da mesma família – pai para filho ou entre irmãos.⁴³⁷ A constância que um mesmo lote de terra aparece nas transações, entre irmãos e cunhados, sugere como ocorria a ampliação dos limites das propriedades. A intensa circulação de pequenos lotes de terras entre as pessoas indica a existência de uma racionalidade própria que não era regulada por uma lógica capitalista. Para obter um lote de terra, bem indispensável para os indivíduos na sociedade colonial, era preciso a colaboração das redes parentais. Cada ato de compra e venda realizado entre as famílias fazia parte de um complexo mecanismo de transações e de reciprocidades. Porém, somente algumas negociações chegavam aos cartórios. Muitos acordos comerciais nem eram registrados por acontecerem no âmbito privado, extra-oficial, conforme apontado por Giovanni Levi (1990).

Os imigrantes que ocuparam os primeiros núcleos coloniais de Silveira Martins, a partir de 1878, movimentaram o mercado fazendo circular pequenos pedaços de terra entre vizinhos, compadres e parentes consanguíneos. Essa prática sugere a existência de mecanismos sociais acionados pelas famílias para criar equilíbrio conforme as necessidades específicas de cada uma. A realização de matrimônios, a improdutividade de alguma pessoa da casa – por invalidez –, o falecimento prematuro de alguém e dívidas contraídas eram

⁴³⁶ Por exemplo, as filhas casadas recebiam a sua parte na herança através do dote, ficando de fora da redistribuição futura das terras. Estas acabavam nas mãos dos filhos homens, e uns ficavam com mais terras do que os outros.

⁴³⁷ Em diversas transmissões de terra, os filhos e as filhas anunciavam que abriam mão dos direitos de herança, passando para a mãe viúva e os irmãos o direito de posse sobre a propriedade e as benfeitorias. O objetivo final das diversas transações era possibilitar que a maior parte das terras se mantivesse integrada, pois a divisão em pequenas porções tornava as mesmas insuficientes para a exploração agrícola. A circulação das terras entre os membros de um mesmo grupo familiar aparecem registradas como venda, no entanto, não se acredita que o pagamento se desse em dinheiro, mas, sim, na forma de favorecimentos, trocas de pequenas porções de terra e futuras transações. Em diversas delas pôde se verificar esse complexo jogo de reajustamentos das famílias, principalmente quando da realização dos inventários. Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º distrito), livro 10, 29.10.1889, p. 78, 79; Vila Rica (3º distrito), 1º Tabelionato, livro 2, 25.08.1900, p. 14-17, APERS.

motivos que faziam com que os imigrantes se apresentassem no cartório para registrar acordos particulares.⁴³⁸ Nesse sentido, as transferências surgem como consequência direta das articulações internas entre membros da família e compromissos morais assumidos pelos herdeiros.

Nos registros cartoriais, encontra-se a indicação de que os contratos de venda e doação de terra eram realizados na casa dos próprios imigrantes. A transmissão do direito de uso e posse das terras resultava de ajustes privados, anteriormente combinados entre os indivíduos que faziam parte da família. Como exemplo, cita-se o negócio realizado por Francisco Fava que, acompanhado da esposa e da tia, passou ao filho Jacó um pedaço de terra com casa, móveis e utensílios, além de “pipas e tinas para o uso do vinho”. No entanto, para “fazer uso e se tornar dono”, o filho devia “manter os três doadores por toda a vida” – o pai, a mãe e a tia viúva. Caso o filho viesse a falecer, as terras e tudo mais deveriam voltar para “as mãos dos doadores”. O contrato também explicitava que os descendentes de Jacó ficavam obrigados a cumprir com os compromissos de assistência aos doadores.⁴³⁹ Esse acordo aponta as possibilidades de composição das famílias em constante mudança.

Quando um filho casava podia passar a residir numa casa independente e, depois, acolher os pais ou qualquer outro parente que havia ficado sozinho. O contrário também podia ocorrer, ou seja, um dos filhos trazia a esposa para residir na casa dos pais, assumindo, posteriormente, as responsabilidades de assistir economicamente os genitores, conforme se constatou no caso apresentado. As famílias estavam em contínuo movimento, ora se ampliando, ora sendo reduzidas; podiam ser compostas por mais de um casal ou apenas por pais e filhos; em momentos como a morte, os parentes socorriam a família atingida agregando um ou mais parentes aumentando o número de pessoas sob o mesmo teto.⁴⁴⁰

Seguindo a análise da participação de indivíduos no mercado da terra, constata-se que a viúva Mariana Bordini – a tia que aparece no contrato acima – vende ao sobrinho Jacó Fava a outra metade do lote que havia recebido dos pais.⁴⁴¹ Nesse caso, o baixo valor cobrado pela venda estava ligado, certamente, ao compromisso assumido pelo sobrinho em manter “por

⁴³⁸ Eram constantes as transações de compra e venda realizadas entre imigrantes da mesma família (de pai para filho, entre irmãos ou entre cunhados). Transmissão/nota: Cachoeira do Sul (5º distrito), 1º Tabelionato, Livro 2, 03.12.1896, p. 86-95; livro 13, 24.10.1899, p. 13-19; Vila Rica (3º distrito), 1º Tabelionato, livro 2, 25.08.1900, p. 14-17; Júlio de Castilhos, 1º Tabelionato, livro 1, 22.09.1898, p. 30-35, APERS.

⁴³⁹ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1, 25.01.1895, p. 1, APERS. Tanto a doação quanto a venda de lotes de terras de pai para filho era uma das práticas que fazia com que os imigrantes aparecessem frequentemente nos registros cartoriais de transmissões.

⁴⁴⁰ As famílias não podem ser analisadas como algo estável e estático, pois vão mudando de forma no decorrer do ciclo da vida (SARTI, 2003, p. 23).

⁴⁴¹ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1, 25.01.1895, p. 3, APERS.

toda a vida” os pais e a tia. Por este tipo de transação, percebe-se que a participação no mercado da terra, muitas vezes, passava por mecanismos de controle familiar visando garantir a sobrevivência do grupo e suprir as necessidades reprodutivas.

O imigrante Jacó Fava, depois de alguns anos, novamente apareceu no mercado vendendo a casa e a propriedade ao conhecido Carlo Uglione, só que a um preço maior do que no momento que recebeu em doação.⁴⁴² Enquanto isso, o pai Francisco Fava vende outro lote de terra ao filho Antônio.⁴⁴³ Na sequência, o imigrante Carlo Uglione repassou meio lote de terra recém-adquirida a outro italiano, por um valor menor do que o pago quando da aquisição.⁴⁴⁴ Estes exemplos mostram a frequência com que pequenos pedaços de terra podiam circular de mão em mão durante breve período. Ao mesmo tempo, revelam projetos coletivos compartilhados entre pessoas aparentadas. As variações dos preços sugerem que os vínculos e reciprocidades existentes entre os sujeitos eram fatores que interferiam diretamente nos valores dos bens comercializados. É nesse universo das relações econômicas que se puderam identificar os momentos em que as redes sociais de assistência e auxílio aparecem de forma mais visível, apoiadas em bases construídas entre parentes e vizinhos (LEVI, 2000).

O estabelecimento de transações de compra e venda entre pessoas ligadas por parentesco não era livre de regras, mas condicionado por compromissos e obrigações acordadas coletivamente entre os núcleos conjugais. Nas negociações observadas, a escolha do comprador ocorria entre o grupo parental e era guiada pelo jogo de reciprocidades entre os envolvidos. Estes são aspectos identificados nas sociedades camponesas da região norte da península itálica, durante a época moderna. O objetivo principal dos pequenos proprietários em fazer circular a terra era garantir o equilíbrio econômico interno das famílias frente às necessidades específicas no decorrer do ciclo de vida (LEVI, 1985; DELILLE, 1990). Como se tem destacado neste capítulo, a circulação da terra passava pelos canais de solidariedade existente entre parentes e conhecidos. Estas transferências faziam parte dos mecanismos das famílias camponesas para criar situações de controle sobre o mundo natural e social. Era um esforço coletivo e diário para garantir segurança e proteção a fim de manter a reprodução do grupo diante das incertezas do universo agrário (LEVI, 2000, p. 167-168).⁴⁴⁵

⁴⁴² Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 2, 08.02.1899, APERS.

⁴⁴³ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 2, 15.02.1899; 07.03.1899, p. 3, APERS.

⁴⁴⁴ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1, 13.02.1900, APERS.

⁴⁴⁵ Ao analisar o funcionamento do mercado da terra na aldeia de Santena, norte da Itália, durante o século XVII, Giovanni Levi (2000, p. 167) afirma que a sociedade camponesa, como qualquer outra, era amplamente marcada pela incerteza em relação ao futuro. Isso fazia com que criassem instituições de controle e proteção frente aos perigos dos ciclos agrários e instabilidade dos contextos políticos. A proteção se manifestava por meio das relações pessoais de solidariedade, de apoio, de dependência e de reciprocidade.

Nenhuma transação era efetuada por interesses unicamente econômicos. As negociações envolviam obrigações morais entre as partes, e geralmente aconteciam a partir de um acordo privado previamente estabelecido. Vendedor e comprador passavam a ter direitos e deveres um com o outro. Por exemplo, Antônio Ruaro comprou um lote de terra para, em seguida, transferir ao filho como forma de doação, pois este estava prestes a se casar. Três anos depois, o mesmo Antônio vendeu outro lote de terra “com benfeitorias” para o genro José Piovesan, que o revendeu em seguida para Dionísio Busatto, italiano que mantinha laços de afinidade com a família Ruaro.

No negócio efetuado com o genro, Antônio colocou uma cláusula no contrato dizendo que aquele deveria sustentar os sogros nas necessidades de alimentação, vestuário e remédios “até a morte”.⁴⁴⁶ Por sua vez, Dionísio Busatto não poderia vender as terras até que Antônio Ruaro e esposa fossem vivos. Como se percebe, o mercado da terra era motivado por outros interesses que não o ganho econômico direto ou imediato. Além disso, uma negociação desencadeava uma sequência de trocas entre os membros da mesma família, envolvendo parentes consanguíneos e de afinidade. Por meio de negociações orientadas e baseadas em lógicas distantes do lucro financeiro, os imigrantes puderam, também, evitar a fragmentação de suas propriedades.

O mercado era caracterizado pela comercialização de pequenas porções de terra. O objetivo principal destes negócios era agregar e ampliar a propriedade para, num futuro próximo ou distante, repassar lotes coloniais a filhos, genros e demais herdeiros. Isto não representava divisão das terras, pois as transferências atendiam às necessidades do grupo familiar, visando à sua reprodução. Independentemente de viverem ou não sob um mesmo teto, os núcleos familiares assumiam papel importante no jogo de manutenção e expansão da propriedade. Para isso, contavam com o auxílio de vizinhos que nem eram ligados por laços consanguíneos, antes por afinidades como o apadrinhamento.

As transações realizadas nessas condições, em que uma venda gerava outras, não provocavam alterações significativas nos preços das terras. Os valores podiam ser mais elevados devido às necessidades particulares do vendedor ou ainda do comprador. Essa questão fica clara na participação no mercado da viúva Ângela Ceratti ao vender meio lote urbano e casa ao imigrante Carlo Uglione no valor de um conto e quinhentos mil réis (1.500\$000). O elevado preço pode estar ligado ao fato de ser limitada a circulação de bens

⁴⁴⁶ Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º distrito), 1º tabelionato, livro 9, 05.02.1898, p. 2, 3; Vila Rica (3º distrito), 1º tabelionato, livro 2, 13.04.1901, p. 45, 46, APERS.

fundiários na sede de Silveira Martins, mas também às necessidades financeiras que no momento precisava para elaborar o testamento.⁴⁴⁷

A venda de terras aparece relacionada a exigências que demandavam recursos financeiros imediatos, como a elaboração de testamentos e inventários. Na verdade, os imigrantes evitavam ao máximo o inventário para impedir gastos desnecessários. Quando inevitável, adiavam a realização do inventário para chegarem a acordos que satisfizessem os herdeiros. Para fazer valer a vontade dos pais na distribuição das terras aos herdeiros o testamento era preferível, algo que o inventário não respeitava, pois dividia por igual às terras em herança. As famílias usavam pessoas de confiança para intermediar as negociações entre parentes, um modo de fazer valer as escolhas privadas. Por acordo familiar, ou mesmo por imposição do patriarca, os filhos não recebiam partes iguais da herança.

A terra era um bem de extrema importância no universo camponês, pois não só permitia a sobrevivência da família, como também significava fonte de investimento e reserva econômica em caso de apuros futuros. Havia sempre a perspectiva de ampliar a propriedade, mas comprando pequenos lotes, e não grandes, pois os recursos eram limitados para as famílias. Contudo, aumentar a propriedade podia demorar anos, e dependia de uma série de fatores positivos, como uma sequência de boas colheitas, acordos familiares e entre vizinhos. Pelo volume de transações encontrado na região colonial de Silveira Martins os imigrantes e os primeiros descendentes muito fizeram para melhorar a situação de suas terras.⁴⁴⁸

Os lotes coloniais distribuídos entre as famílias de imigrantes que chegaram à Colônia Silveira Martins, a partir de 1878, não ofereciam as mesmas condições produtivas. Nem toda a área podia ser transformada em terra de cultivo. As demarcações foram realizadas de forma a pensar nas necessidades específicas de cada grupo. Cada propriedade deveria ter uma parte a ser cultivada e outra parte de mato e campo se possível com fonte de água ou rio. Quando isso não acontecia, as famílias precisavam entrar em acordo com os vizinhos para adequar o lote colonial às suas necessidades. Para beneficiar àquele proprietário que, por exemplo, não tinha suas terras cortadas pelo rio, havia duas formas: a primeira era construir canais que levassem a água até a casa e para as plantações; a segunda era propor a compra de determinado pedaço de terra com córrego ou fonte de água. E isto demandava participação no mercado da terra. O estabelecimento de acordos com vizinhos e núcleos familiares aliados se apresentava como alternativa de ajustamento das áreas de cultivo e necessidades da unidade doméstica.

⁴⁴⁷ Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 2, 13.02.1900, 26.02.1900, APERS.

⁴⁴⁸ O que interessou para esta pesquisa não foi o volume total dos negócios. Mas chamou a atenção que, entre 1893 e 1907, nos livros de Transmissões e notas dos municípios de Santa Maria e Cachoeira do Sul, foi possível contabilizar 800 transações de terras.

Contudo, nem sempre se conseguia chegar a ajustes. A não concordância de uma das partes em conceder direito de uso sobre pastagem, utilização da água e passagem pelas estradas eram motivos que fizeram surgir frequentes disputas entre as famílias.⁴⁴⁹

O relacionamento com a vizinhança podia ser tenso em certos momentos, porém, a manutenção de uma relação equilibrada de troca de favores e apoio se mostrava mais vantajosa. As fontes cartoriais apontam para a importância dos compromissos assumidos pelos compradores. Ao adquirir uma terra cortada por rios, o proprietário deveria ceder esta água aos vizinhos sem colocar obstáculos, permitindo o “livre trânsito dos viandantes”, além de manter “limpos os caminhos que cruzam pelas terras compradas” bem como respeitar as medições estabelecidas entre os terrenos fronteirizos.⁴⁵⁰ Estes acordos entre os envolvidos demonstram a preocupação com a manutenção de certos compromissos quando ocorriam as transferências. Eram medidas de controle para evitar futuros desentendimentos que trariam instabilidade entre as casas vizinhas.

Nas colônias do sul do Brasil, a vizinhança era composta de famílias aparentadas ou que se conheciam ainda da Itália, pois haviam emigrado de uma mesma *comune*. Esse universo era regulado por normas de comportamento, deveres, obrigações e expectativas recíprocas.⁴⁵¹ Apesar da existência de conflitos entre as famílias, conforme se verá nos capítulos seguintes, os imigrantes se preocupavam com a preservação de certa ordem e paz na vizinhança. As fontes criminais apontam que as disputas entre vizinhos eram frequentes, sendo sobre essa realidade, repleta de pequenos desentendimentos, que os laços de solidariedade se desenvolviam. A preocupação com a manutenção da paz era um valor partilhado entre a maior parte das pessoas que residiam na comunidade. Tal percepção fazia com que todos se sentissem obrigados a agir de modo a manter a tranquilidade na vizinhança (FARR, 1987, p. 844, 846).

Quando surgiam rivalidades entre casas contíguas, ou na própria comunidade, os vizinhos se articulavam para restabelecer a paz. A formação de grupos de assistência e solidariedade entre os imigrantes conhecidos e que mantinham algum tipo de relação assumia um papel importante nas diferentes situações vivenciadas. Principalmente por meio das redes de apoio familiar – fruto dos vínculos consanguíneos e alianças –, os indivíduos e grupos elaboravam estratégias produtivas e econômicas. No entanto, as proteções e auxílios

⁴⁴⁹ Documentação administrativa mostra a frequência desse tipo de conflito na região colonial. Conflitos

⁴⁵⁰ Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1, 211.03.1897, p. 115, APERS. Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º distrito), livro 9, 10.03.1898, p. 37, APERS.

⁴⁵¹ A vizinhança era uma entidade moral e interpessoal que implicava tanto expectativas quanto deveres (FARR, 1987, p. 843).

oferecidos e esperados não eram iguais para todos os sujeitos, independente de fazerem parte ou não do mesmo grupo parental. Viu-se anteriormente, através das participações no mercado da terra, que no comércio envolvendo os bens fundiários destaca-se a questão das assistências e reciprocidades entre os indivíduos que faziam parte do grupo familiar que necessariamente não viviam sob o mesmo teto e nem tinham casas vizinhas.

4.6 A herança de Dom Sório

O caminho percorrido pelo padre Sório, desde que se tornou pároco da comunidade de Silveira Martins, em 1884, até o ano de sua morte, em 1900, está sendo reconstruído neste e no próximo capítulo do trabalho. Buscou-se acompanhar a formação da base de apoio e as escolhas acionadas pelo pároco para garantir a viabilidade dos projetos entre os imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins.⁴⁵² Para compreender o status social e político alcançado pelo sacerdote procurou-se analisar a atuação dele como agente capaz de criar redes de interdependência. Por meio da análise dos bens presentes no inventário – que será visto logo abaixo – foram surgindo questionamentos sobre a relação entre as redes de apoio, solidariedade e os investimentos econômicos do padre Sório na região colonial. Ao administrar os bens da paróquia, o mesmo foi aumentando o próprio patrimônio.

O relativo sucesso das iniciativas econômicas do padre Antônio Sório pode ser conferido na totalidade de bens distribuídos aos sobrinhos em testamento. Esse documento foi elaborado nos primeiros dias de janeiro de 1900, quando Antônio Sório estava “agonizando no porão da casa paroquial e impossibilitado de mover-se”. Porém, em “perfeito juízo”.⁴⁵³ Neste momento, o padre comunicou a distribuição dos bens perante um grupo de imigrantes que testemunharam a constituição do testamento. Apesar da incapacidade de assinar o documento, devido à gravidade da saúde segundo as testemunhas, o pároco ditou ao escrivão Carlos Passini os últimos desejos. Repartiu o patrimônio que era composto, principalmente, de propriedades urbanas e rurais localizadas na ex-Colônia Silveira Martins. Dividiu-as entre os quatro sobrinhos herdeiros, escolhendo com quais cada um ficaria.

Em testamento, padre Sório declarou que deixava para o sobrinho Luiz Bianchi “três lotes com casa e sobrado em que residia”, na sede Silveira Martins; outro “lote e casa recém-

⁴⁵² Anexados ao inventário dos bens do padre encontram-se os recibos dos empréstimos realizados e deixados em aberto pelo mesmo.

⁴⁵³ Declarações do imigrante Risieri B. (25 anos, casado, agricultor, natural da Itália, residente na ex-Colônia Silveira Martins). Processo de reconhecimento do testamento, Santa Maria, 16 de novembro de 1901. Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

edificada, onde é aula pública”, passava a sobrinha Mariana Sório; e, finalmente, “um lote rural e casa na Linha Duas Norte aos sobrinhos Luiz e Alexandre Sório”. Na sequência, apontou que os herdeiros deveriam “pagar todas as dívidas ativas” para que ninguém viesse a sofrer algum prejuízo. Quanto aos móveis e utensílios domésticos, deveriam ser arrematados pelos beneficiários, sendo o dinheiro destinado para pagar os credores. Por fim, determinou que dois sobrinhos – Luiz Bianchi e Alexandre Sório – fossem os testamenteiros e os executores das referidas resoluções.⁴⁵⁴

Em janeiro de 1901, passado um ano da morte de Antônio Sório, foi iniciada a partilha dos bens através da abertura oficial do inventário. Para isso, porém, deveriam ser ouvidas algumas testemunhas que presenciaram a elaboração do testamento. Todas confirmaram a mesma explicação: padre Sório, enfermo e impossibilitado de realizar qualquer movimento, solicitou ao imigrante Carlos Guido Passini para “escrever e assinar” o testamento.⁴⁵⁵ Logo que foi reconhecida a legitimidade do testamento, o processo de partilha teve início. Segundo o inventário, os referidos lotes de terras e as respectivas casas pertencentes ao pároco se encontravam distribuídos na parte urbana e rural da ex-Colônia Silveira Martins. Ressalta-se, nesse momento, a importância de se analisar o que constituía o patrimônio do sacerdote. O inventário indica os bens materiais de um padre que havia chegado ao Brasil, em 1881, sem recursos para arcar com as despesas de hotel em Porto Alegre e nem o transporte até o local de destino. A quantidade de bens acumulados durante dezenove anos sugere a existência de um desempenho que, para além do campo religioso, estava voltado para o melhoramento da condição econômica do grupo familiar. Por outro lado, a existência de dívidas possibilita apreender a formação de redes de apoio local através dos quais circulavam empréstimos, um tipo de mecanismo possível de ser utilizado por indivíduos que dispunham de crédito e confiança entre os conterrâneos.

Numa análise preliminar do inventário *post mortem* do padre Antônio Sório, pode-se perceber que a partilha dos bens respeitou um acordo estabelecido internamente na família. Preservou-se a integridade dos lotes de terras e a continuidade das atividades realizadas pelos sobrinhos herdeiros antes mesmo do falecimento do tio, isto porque os sobrinhos já habitavam nos lotes. O testamento legitimou a concessão oficial dos imóveis que, na realidade, já eram utilizados pelos sobrinhos, que neles residiam e trabalhavam. E o inventário realizado na

⁴⁵⁴ Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900, APERS.

⁴⁵⁵ Depoimento de Carlos Luiz Passini. Processo de validação das disposições testamentárias de Antônio Sório, novembro de 1901. Inventário de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº. 27, maço 2, ano 1902, APERS.

sequência pode passar a impressão de uma imagem excessivamente estanque das relações entre os agentes sociais.

Alguns cuidados metodológicos devem ser tomados ao se analisar os inventários. Esses documentos permitem, com boa margem de segurança, a constituição do patrimônio de uma pessoa ou casal num determinado momento. Eles possibilitam uma radiografia dos bens e da composição das fortunas, bem como pensar que a sua elaboração podia envolver disputas na família e fora dela, tramas enganosas, acordos pretéritos e obscuros (FARINATTI, 2010, p. 34). Além disso, as informações presentes nos inventários, apesar de registrarem momentos específicos, auxiliam a indagar sobre as relações sociais, as atividades cotidianas, produtivas, os costumes, os hábitos e o estilo de vida mantido pelos sujeitos analisados.

Dentre os bens de Antônio Sório relacionados no inventário aparecem os seguintes imóveis: um lote de terra e sobrado [casa de dois andares] construído sob o nº 40; uma casa de material recém edificada no lote nº 40 e outros dois terrenos de nº. 49 e 50. O de maior extensão era localizado na zona rural – Linha Um Norte – que também dispunha de casa de material e outras benfeitorias.⁴⁵⁶ Também foram inventariados os bens móveis e os semoventes, indicando que o padre Sório concentrava sob seu domínio um patrimônio diversificado.

Para auxiliar no deslocamento pessoal, padre Sório possuía uma “aranha” – espécie de carroça – e um “cavalo rosilho”. Esse animal era responsável por conduzi-lo para as atividades religiosas e visitas que fazia nas linhas coloniais distantes da sede. O cavalo era um dos bens indispensáveis, pois possibilitava que homens e mulheres se deslocassem para o centro das comunidades, pedissem socorro aos vizinhos distantes possibilitando o transporte rápido de pessoas e produtos até as residências. Para as necessidades alimentares, padre Sório tinha uma “vaca leiteira”. Além desses bens, foram inventariados os objetos utilizados no espaço doméstico, como móveis e outros itens de decoração, sinalizando o modo como se encontrava estruturado o interior da casa. São eles: duas mesas, uma grande e outra pequena, uma escrivaninha, um “armário envidraçado”, dois sofás, doze cadeiras de palha, “dez cadeiras velhas”, um guarda roupa, dois relógios de parede, “quinze quadros de santos”, duas bíblias, um “mapa *mundi*”, “um tacho de cobre”, um “turíbulo de latão”, “doze pratos e seis panelas”. E, para o uso pessoal, possuía “uma banheira”, “um espelho” e uma espingarda.⁴⁵⁷

⁴⁵⁶ Os lotes urbanos possuíam uma área superficial de 1.210 metros quadrados, enquanto que a rural tinha 300.000 metros quadrados. Os títulos das terras passados pelo governo ao padre Antônio Sório são de dezembro e novembro de 1890, sendo o outro com data de 21 de novembro de 1894. Inventário de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº. 27, maço 2, ano 1902, APERS.

⁴⁵⁷ Inventário de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº. 27, maço 2, ano 1902, APERS.

Esta mobília indica que o sacerdote possuía certo conforto, sinal de distinção social na região colonial.

Destaca-se que a casa paroquial, lugar onde o padre residia, era um dos espaços das “assembleias comunitárias”, o que justifica a existência do grande número de cadeiras. Ali, para além do espaço da igreja, ocorreram as reuniões e encontros entre as lideranças locais para decidirem questões relacionadas às festividades religiosas, administração dos bens da paróquia, decisão de construção da nova igreja,⁴⁵⁸ eleição das comissões e deliberações dos *fabriqueiros*. Certamente, foi neste local que encontros referentes às questões políticas e demandas dos imigrantes foram realizados. Junto aos objetos presentes na casa chamam à atenção “uma banheira” e “um espelho”, utensílios esses não encontrados facilmente nos inventários dos imigrantes camponeses, demonstrando, assim, a presença de itens de luxo, bem como a preocupação do pároco com o asseio e a imagem. A presença de muitos desses itens que compunham o espaço da casa era sinal de distinção, marcando a posição social ocupada pelo sacerdote em relação à maior parte das famílias camponesas da região colonial.

Todos os objetos referidos acima foram arrematados por Alexandre Sório pelo valor total de um conto, cento e onze mil réis (1.111\$000), evitando, assim, a dispersão dos bens inventariados.⁴⁵⁹ Como inventariante do tio falecido, Alexandre colocou-se a frente do grupo familiar, realizando todas as transações necessárias de compra de bens e quitação de dívidas do padre. Em abril de 1902, já se encontravam liquidadas todas as dívidas de Antônio Sório, totalizando a quantia de sete contos, seiscentos mil, oitocentos e dez réis (7.600\$810).⁴⁶⁰ Destaca-se como um dos aspectos importantes do inventário o fato que nele consta os nomes dos indivíduos, o valor das dívidas e empréstimos realizados em favor de conhecidos residentes na ex-colônia Silveira Martins. Isto fortalece a hipótese deste capítulo, qual seja: a de que o padre Antônio Sório tinha uma rede relacional consolidada, tanto que recorria a empréstimos financeiros seguidos visando incrementar seus investimentos.

Contudo, a verdadeira riqueza do padre não era o patrimônio material que acumulou, mas, sim, as redes e laços sociais que conseguiu construir em quase duas décadas de atuação política – não necessariamente partidária – na região da ex-Colônia Silveira Martins. Na pia batismal como padrinho, direta e indiretamente, e nas negociações de terra como procurador, testemunha, comprador e vendedor, Sório teve destacada presença entre seus concidadãos italianos que procuravam “fazer a América” no sul do Brasil. Portanto, a comunidade que

⁴⁵⁸ O padre Antônio Sório foi o responsável por coordenar as obras de construção da igreja paroquial na comunidade de Silveira Martins, finalizada em 1893.

⁴⁵⁹ Inventário de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, n.º. 27, maço 2, ano 190, APERS.

⁴⁶⁰ Inventário de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, n.º. 27, maço 2, ano 1902, APERS.

testemunhou o falecimento do sacerdote nos primeiros dias de 1900, não perdia somente o seu pároco, mas um indivíduo dos mais importantes do lugar. Talvez por isso o surgimento de tantas versões sobre a sua “trágica” morte.

11. Padre Antônio Sório, s/d.



Fonte: Pasta família Sório, CPG-NP.

CAPÍTULO 5

A autoridade de Dom Antônio Sório

Neste capítulo, busca-se analisar as ações do padre Antônio Sório nos campos religioso e político para apreender as estratégias acionadas na conquista de prestígio entre os conterrâneos da região colonial. Seguindo a trajetória deste sacerdote, poder-se-á vislumbrar as escolhas que favoreceram a construção do patrimônio material e imaterial da família Sório. Ao se tornar pároco da paróquia de Silveira Martins, Antônio Sório passou a conduzir uma política pessoal que tinha como propósito consolidar status e poder na comunidade. Interferiu ativamente em assuntos ligados ao processo de emancipação administrativa da sede da ex-Colônia. Avaliar-se-á os campos de atuação do sacerdote, as redes de relações e o contexto local durante os dezenove anos em que viveu entre os conterrâneos italianos da região central do estado do Rio Grande do Sul.

5.1 Uma despedida conturbada

Conforme apresentado no primeiro capítulo, em 1881 chegaram ao sul do Brasil os padres Antônio Sório e Vitor Arnoffi para se estabelecerem na Colônia Silveira Martins. Ambos haviam partido da Itália após receberem convite de um agenciador financiado por um grupo de famílias de imigrantes da comunidade de Vale Vêneto. Os sacerdotes chegaram com alguns objetos pessoais e sem recursos financeiros,⁴⁶¹ mas logo se tornaram proprietários de pequenos lotes de terra, tomando a frente na administração sócio-religiosa de duas das principais comunidades da região colonial. Com o falecimento inesperado de Vitor Arnoffi (pároco da sede Silveira Martins), em 1884, o colega Antônio Sório foi nomeado pelo bispo diocesano como substituto. Isso motivou a transferência de Sório para a paróquia de Silveira

⁴⁶¹ Os padres, ao chegarem a Porto Alegre, tiveram que ficar esperando pelos imigrantes, pois não tinham recursos financeiros para pagar as despesas do hotel e se deslocar para a Colônia Silveira Martins (BONFADA, 1990).

Martins, dando início a um sentimento de insatisfação por parte dos moradores do Vale Vêneto. Sório residia ali desde a chegada no ano de 1881.

Os imigrantes ficaram revoltados com a situação, uma vez que haviam sido eles que investiram financeiramente na vinda dos referidos padres da Itália para o Brasil. Passaram, então, a se mobilizar para garantir que o local fosse assistido por outro padre. Recusaram-se em serem atendidos por Sório, pois esse os havia “abandonado” para ir morar em Silveira Martins. Desse modo, iniciaram uma oposição ao mesmo, negando-se a pagar pelas atividades religiosas e o impedindo de entrar na capela da comunidade (VENDRAME, 2007, p. 48). Tal comportamento fundava-se na ideia compartilhada pelos imigrantes do Vale Vêneto que acreditavam ter completo direito de arbitrar sobre as questões relacionadas à administração da igreja local.

As manifestações contrárias às intenções do padre Sório, expressadas através de documentos escritos, demonstram tanto a capacidade de organização e reação das famílias quanto o vivo sentimento de identidade e aspirações de uma “cultura autônoma”, segundo o conceito utilizado por Edoardo Grendi (1993).⁴⁶² Através de uma carta firmada por cento e dez chefes de família, pertencentes à capela de São Francisco de Assis, localizada no Vale Vêneto, declararam que não iriam sustentar ou fazer pagamento obrigatório a qualquer sacerdote que não tivesse residência fixa na localidade.⁴⁶³ Estavam, assim, demonstrando toda oposição às tentativas de Antônio Sório de continuar a realizar as atividades religiosas após ter se transferido para Silveira Martins. Já em outra carta, destinada ao bispo, expõem que Sório, não levando em conta a necessidade de terem um padre que residisse no lugar, estava sobrecarregando “o povo com um salário a ser pago anualmente para sua pessoa, por toda a vida, na condição de pároco”. Finalizaram afirmando que não o reconheceriam como seu “legítimo pastor”.⁴⁶⁴

Os protestos junto ao bispo do Rio Grande do Sul estavam relacionados às pretensões das lideranças do Vale Vêneto em consolidar o projeto de autonomia da comunidade. Reconhecer o pároco da sede da ex-Colônia como “legítimo pastor” era aceitar a dependência

⁴⁶² A cultura autônoma podia ser visualizada em cerimoniais diversos acontecidos no espaço das igrejas e dos oratórios. Estas atividades religiosas assumem uma relevância fundamental na vida cotidiana das comunidades, pois criava uma “consciência de identidade coletiva”. Nos templos também ocorriam assembleias e reuniões promovidas pelos chefes de famílias, que decidiam questões variadas como manter financeiramente, ou não, a um sacerdote (GRENDI, 1993, p. 10-11).

⁴⁶³ Carta abaixo-assinado, 5 de setembro de 1884 (RIGHI, 2001, p. 328).

⁴⁶⁴ Carta das lideranças da comunidade do Vale Venêto enviada ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 14 de setembro de 1884. Assinaram o documento Paulo Bortoluzzi, Luis Pozzobon, José Marcuzzo e Antônio Dotto. Pasta Vale Vêneto, ACMPA. Os documentos em dialeto vêneto ou italiano foram traduzidos pela autora.

administrativa daquele centro, algo não desejado pelo grupo de famílias fundadoras do povoado. Como liderança dos imigrantes destacou-se Paulo Bortoluzzi. Como foi no segundo capítulo, este camponês havia partido da Itália acompanhado de um amplo grupo parental e com recursos financeiros e projeto de fundar uma colônia. É importante ressaltar que durante a permanência de Antônio Sório na comunidade do Vale Vêneto (entre 1881 e 1884), nenhum atrito ou indício de oposição foi constatado entre as partes, situação que se modificou assim que o sacerdote se transferiu para a sede Silveira Martins.

Em carta ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, padre Sório comunicou a oposição que lhe fazia a população do Vale Vêneto, guiada por Paulo Bortoluzzi. Relatou que nas duas vezes que se dirigiu àquele local, para realizar o “Santo Sacrifício da Missa”, encontrou a capela trancada. Frente a tal circunstância, que considerou “uma grande ofensa à religião”, afirmou ter aconselhado os imigrantes a não se deixarem influenciar pelos “maus espíritos” e “inimigos da religião”, fazendo referência ao comerciante Bortoluzzi. Na segunda visita, alegou ter encontrado situação mais grave: deparou-se com a igreja cheia, contudo, era o próprio Bortoluzzi quem realizava a prédica, utilizando, para isso, o altar da capela. Ao chegar, ouviu o comerciante exortar o povo a não reconhecê-lo como legítimo vigário do Vale Vêneto e nem o procurar para qualquer serviço religioso. Recomendava que somente agindo dessa forma a comunidade poderia voltar a ter um padre residente.⁴⁶⁵

Frente a tais circunstâncias, o pároco descreveu Bortoluzzi como um egoísta que “finge-se o mais fervoroso crente e submisso cristão”, incitando a “rebeldia e até a heresia”. Também o acusou de agir para fazer com que os moradores “assinem papeis em que se comprometiam a não recorrerem, de modo algum, ao vigário da Freguesia de Silveira Martins”.⁴⁶⁶ Por fim, apontou que Paulo Bortoluzzi, possuidor de uma casa de comércio localizada próxima a capela, tinha todo o interesse que houvesse missa “todos os dias para atrair sempre fregueses para o seu negócio”.⁴⁶⁷ Através da troca de acusações, percebe-se a existência de conflito de interesses entre as partes: de um lado Antônio Sório buscando consolidar a posição de pároco na região colonial; do outro, Bortoluzzi empenhado em tornar Vale Vêneto uma comunidade independente (VENDRAME, 2007, p. 51).

Mesmo após o bispo ser comunicado sobre a atuação dos imigrantes “rebeldes” do lugar, as disputas continuaram entre as partes. Antônio Sório não abria mão de manter Vale Vêneto sob a administração religiosa da freguesia de Silveira Martins. Outra tentativa para

⁴⁶⁵ Carta do padre Antônio Sório, 15 de setembro de 1884. Pasta Silveira Martins, ACMPA.

⁴⁶⁶ Antes mesmo do padre Antônio Sório se fixar em Silveira Martins, o lugar havia sido elevado à categoria de freguesia pela “Lei Provincial em 24 de abril de 1884” (BONFADA, 1991, p. 127).

⁴⁶⁷ Carta do padre Antônio Sório, 15 de setembro de 1884. Pasta Silveira Martins, ACMPA.

cessar as resistências foi buscada pelo padre: apelou para o vigário de Santa Maria, Marcelino Bittencourt, para que se deslocasse até a comunidade a fim de orientar os imigrantes a se acalmarem e reconhecerem a autoridade do pároco da região colonial. No entanto, a iniciativa não obteve sucesso, levando novamente Antônio Sório a recorrer à autoridade diocesana, procurando, agora, convencer a mesma da necessidade de punir os “rebeldes”. Sentindo-se desapontado com o comportamento dos imigrantes, alegou que não iria mais para a comunidade realizar qualquer celebração sem que antes houvesse uma “retratação pública”, uma vez que pública havia sido a desobediência a sua “instituição canônica”. Também solicitou que o bispo ordenasse à interdição da capela do Vale Vêneto, ficando, desse modo, proibida a realização de missas no local.⁴⁶⁸

Assim que o impasse vivido na região colonial foi comunicado às autoridades provinciais, Antônio Sório apresentou denúncia ao chefe de polícia da província contra o negociante Paulo Bortoluzzi por ter, para “fins inconfessáveis”, se “apoderado das chaves” da capela. Tão logo o delegado de Santa Maria foi acionado, esse se dirigiu para o Vale Vêneto a fim de reaver as chaves do templo que estavam na posse dos fabriqueiros. Estes receberam uma intimação que “ordenava aos mesmos entregar as chaves da igreja ao padre Sório, caso contrário seria obrigado usar a força da lei”.⁴⁶⁹ Provavelmente, tais medidas haviam sido respaldadas pelo bispo, cobrando a total obediência dos imigrantes ao pároco da Freguesia de Silveira Martins. Uma disputa de poder havia se estabelecido entre os imigrantes e o sacerdote, com ambos buscando garantir seus direitos sobre o templo.

Reagindo contra as novas investidas de Antônio Sório, os fabriqueiros da capela do Vale Vêneto apelaram ao presidente da província, afirmando que tanto a igreja de São Francisco como a casa paroquial eram “propriedade dos moradores”, e, por tal motivo, desejavam estar livres da interferência daquele sacerdote. Alegaram que Sório veio da Itália por investimento da população, porém, para o “desgosto” da comunidade, teve que deixar o lugar após ter morado ali por aproximadamente três anos. Para “aumentar a sua condição pecuniária e de honra” passou a se revoltar contra aqueles que o haviam acolhido, ameaçando torná-los “pequenos como um grão de mostarda” e exigindo que a dependência ao pároco da freguesia de Silveira Martins fosse reconhecida.⁴⁷⁰ No entanto, apesar de ter Sório conseguido

⁴⁶⁸ Carta do padre Antônio Sório ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 04 de outubro de 1884. Pasta Silveira Martins, ACMPA.

⁴⁶⁹ Carta do Chefe de Polícia José Júlio D’Albuquerque Barros ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 10 de novembro de 1884. Pasta Vale Vêneto, ACMPA.

⁴⁷⁰ Carta dos imigrantes do Vale Vêneto ao presidente da província, 02 de dezembro de 1884. Comissão de Terras e Colonização (correspondência avulsa), Silveira Martins, maço 73, caixa 37, Arquivo Histórico do Rio

o apoio policial para constranger e exigir obediência dos imigrantes, “os rebeldes” continuaram a resistir às suas investidas, alegando serem eles os únicos proprietários dos edifícios religiosos existentes na comunidade. Assim, ao tomarem conhecimento da ordem de interdição do templo, os imigrantes escreveram ao bispo implorando para que não os obrigassem a ficar submetidos a Antônio Sório. Também suplicaram para “continuar livres para poder pleitear” outro sacerdote.⁴⁷¹ Entende-se que as hostilidades apenas vieram à tona por ter o padre se transferido para outra comunidade, frustrando, desse modo, as iniciativas autônomas do Vale Vêneto de se tornar uma paróquia.

Depois de passado este momento inicial conturbado, uma relativa harmonia foi estabelecida entre os “insubordinados” e o pároco da sede Silveira Martins. Nenhuma das partes cedeu apesar da trégua ter sido firmada entre eles. Os imigrantes continuaram a investir no projeto de conseguir novos sacerdotes, aceitando, porém, serem visitados semanalmente por Sório. A fundação de uma paróquia implicava normas próprias de comando, como a gestão do patrimônio da igreja, as despesas da capela e, enfim, a obtenção de um padre residente entre os paroquianos.⁴⁷² O almejado status de paróquia, que comportava a articulação de um tipo de governo ligado a práticas e tradições antigas, levou os fabriqueiros do Vale Vêneto a resistir frente às iniciativas políticas e administrativas de outros centros.

Enquanto aguardava notícias sobre a chegada dos almejados padres residentes – os missionários palotinos, como se viu no primeiro capítulo –, Paulo Bortoluzzi afirmou temer as investidas de Antônio Sório contra as pretensões locais. Também o acusou de recorrer novamente ao bispo com a intenção de prejudicá-los em suas iniciativas e de espalhar boatos pela região colonial de que os convidados sacerdotes não viriam mais. E, caso chegassem, deveriam obedecer às ordens do pároco de Silveira Martins.⁴⁷³ Havia receio de que padre Sório viesse a exigir a subordinação dos sacerdotes que chegariam à comunidade, minando a almejada independência.

Decorrido quase dois anos da transferência de Antônio Sório, somente em julho de 1886 é que os imigrantes do Vale Vêneto puderam festejar a chegada dos missionários da Pia

Grande do Sul (AHRs). No total, foram cento e quarenta imigrantes que declararam apoio às atitudes dos fabriqueiros do Vale Vêneto.

⁴⁷¹ Carta dos imigrantes do Vale Vêneto ao presidente da província, 02 de dezembro de 1884. Comissão de Terras e Colonização (correspondência avulsa), Silveira Martins, maço 73, caixa 37, AHRs.

⁴⁷² Segundo Edoardo Grendi (1993, p. 28), a condição de paróquia constitui um bom pressuposto e também um incentivo para definir o status de comunidade política e administrativa: uma forma de identidade territorial em condições de apresentar resistências e reivindicações a outros centros tradicionais de poder.

⁴⁷³ Carta de Paulo Bortoluzzi e Luis Rosso ao padre jesuíta Anselmo de Souza, 07 de janeiro de 1886 (In: RIGHI, 2001, p. 355).

Sociedade das Missões (BONFADA, 1991).⁴⁷⁴ Instalando-se naquela comunidade, logo negociaram com Paulo Bortoluzzi um pedaço de terra – para construírem uma casa –, no valor de seiscentos mil réis.⁴⁷⁵ A fixação dos novos padres demarcou o início de uma nova etapa no desempenho político e administrativo do único pároco que havia na região colonial. Com a presença de dois outros sacerdotes, residindo a pouca distância de Silveira Martins, Antônio Sório redobrou suas preocupações, uma vez que as comunidades poderiam insubordinar-se buscando atendimento religioso junto aos recém-chegados.

Através da iniciativa dos imigrantes do Vale Vêneto foram estabelecidos símbolos religiosos de agregação, no caso a capela e os oratórios. A noção de direito que eles tinham assentava-se em um sistema de autogestão paroquial de tradições antigas, por isso resistiram às investidas do pároco, ainda mais quando esse recorreu às autoridades policiais. Mesmo possuindo a própria capela e gerenciando as festas, a vida religiosa ainda era reduzida, não propiciando uma sólida coesão territorial, algo que somente podia ser conquistada com o estabelecimento de um padre fixo e, conseqüentemente, elevando o lugar à condição de paróquia (GRENDI, 1993, p. 28-33). Desse modo, a vivência das cerimônias adquiria importância fundamental para o funcionamento de outras práticas, fossem elas políticas, administrativas ou econômicas. Por este motivo aconteceram disputas entre o padre Antônio Sório e as lideranças do Vale Vêneto, pois todos entendiam as lógicas de funcionamento das comunidades.

5.2 A administração da paróquia

Ao se tornar pároco de Silveira Martins, em 1884, Antônio Sório acompanhou e supervisionou a construção das diversas capelas que começaram a ser erguidas na região colonial, procurando, ao mesmo tempo, garantir o controle sobre o amplo território que pertencia à paróquia. Com isso, buscou evitar o surgimento de questionamentos de outras comunidades quanto ao domínio administrativo da Freguesia de Silveira Martins. Nesse sentido, Antônio Sório anunciou ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira que a presença dos missionários palotinos estava prejudicando seus direitos de pároco. Isso porque os dois novos

⁴⁷⁴ Sobre o papel dos missionários da Pia Sociedade das Missões, o trabalho entre os imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins e sua expansão para outros locais para além da região colonial, consultar: BIASOLI, 2010 e MARIN, 1993.

⁴⁷⁵ Em documento com data de 21 de outubro de 1886, o imigrante Paulo Bortoluzzi e sua esposa Stela Furlan passaram aos padres Jacó Pfäendler e Francisco Schuster um pedaço de terra para construírem a casa paroquial. Somente em abril de 1895 os missionários palotinos quitaram a dívida que era de oitocentos e cinquenta mil réis (850\$000).

padres residentes no povoado do Vale Vêneto haviam recebido “plenos poderes no exercício do ministério” igualando-se “aos direitos de estola permanente” que somente cabiam a ele. Por fim, Sório solicitou orientação à autoridade diocesana de como deveria proceder em relação aos comportamentos que desrespeitavam a sua condição de pároco, pois no lugar denominado Arroio Grande, o padre diocesano Francisco Comoretto, com o apoio dos colonos, estava instituindo uma paróquia.⁴⁷⁶

Além dos “rebeldes” do Vale Vêneto, outros grupos manifestaram interesse em criar novas capelas e sair da dependência da paróquia de Silveira Martins, colocando-se sob tutela dos padres palotinos. O surgimento de rivalidade entre o pároco e alguns indivíduos de poder local estava relacionado à gestão das capelas que pertenciam à freguesia. Diante disso, Antônio Sório solicitou ao bispo para avaliar a situação em que se encontrava, já que seus direitos de “pároco verdadeiro” estavam totalmente prejudicados, principalmente porque várias comunidades se “achavam providas de padres que se julgavam independentes e formavam novas paróquias”. Com este objetivo, “outras seções da Colônia, com igual direito, tentam obter as mesmas concessões”. O padre citou os povoados do Núcleo Norte, da Linha Seis e de Vale Verônes⁴⁷⁷ como comunidades que buscavam criar paróquias independentes. E ainda acrescentou que não fazia sentido a existência da paróquia de Silveira Martins se dentro dela atuassem padres que se julgavam independentes, liderando a constituição de centros religiosos autônomos.

Portanto, as manifestações autônomas das diversas capelas ameaçavam a preservação da condição de pároco e o controle político na paróquia de Silveira Martins. As declarações apresentadas ao bispo refletem as preocupações de Antônio Sório frente ao movimento de independência que se espalhava pela região colonial. Por diversas vezes alertou a autoridade diocesana quanto às licenças concedida às capelas, pois essas podiam prejudicar a administração da paróquia de Silveira Martins. O padre não queria enfrentar situações semelhantes como aquela que o colocou em oposição aos imigrantes do Vale Vêneto.

A chegada dos missionários palotinos representava uma ameaça à manutenção do exclusivo poder de pároco a ser exercido sobre o extenso território que compreendia a freguesia de Silveira Martins. Além disso, a presença dos novos sacerdotes reduzia o campo de trabalho de Antônio Sório e, conseqüentemente, via-se privado das taxas a serem recebidas pelos serviços de pároco. Antes mesmo da chegada dos palotinos, Antônio Sório chamava a

⁴⁷⁶ Carta do pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório, ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 17 de setembro de 1886. Pasta Silveira Martins, ACMPA.

⁴⁷⁷ Carta do pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório, ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira, 17 de setembro de 1886. Pasta Silveira Martins, ACMPA.

atenção do colega de batina Francisco Comoretto, que estava instalado em uma das comunidades da região colonial.⁴⁷⁸ Em carta, Sório ressaltou a importância de serem cumpridos os direitos paroquiais, expondo que o padre Comoretto não podia realizar matrimônios e nem “intervir em funerais” sem a sua autorização. Após ressaltar a questão de observar tais compromissos e obrigações, padre Sório pedia que suas ordens não fossem entendidas como injustas, sendo compelido a tomar tal atitude devido ao desrespeito à sua condição de pároco. Também afirmou estar apenas seguindo as orientações do bispo diocesano, do qual havia recebido total apoio para defender os direitos da Freguesia de Silveira Martins.⁴⁷⁹ E tais regras deviam ser observadas por todos os padres que viessem a atender as capelas pertencentes à jurisdição territorial da paróquia.

Devido a este zelo, logo surgiram críticas à conduta de Antônio Sório. Mostrando-se insatisfeitos com as atitudes do pároco, alguns imigrantes, entre eles o próprio sacristão da igreja, escreveram ao bispo solicitando a substituição do padre por outro “mais digno do Altar”. Para tanto, passaram a apontar que suas “imoralidades e péssimo comportamento escandalizavam os paroquianos” que eram “fiéis da verdadeira religião”. Também o acusavam de frequentar as “tavernas” e permanecer “até duas ou três da madrugada em completo estado de embriaguez, proferindo palavras que a decência mandava calar”. E, nessas ocasiões, lançava “injúrias” a “qualquer um, prometendo dar bordoadas e não se lembrando do seu sacerdócio”. No cemitério da comunidade, no momento em que encomendava um defunto, “interrompeu suas funções para dar bofetadas em um menino, rebaixando assim os ministérios sagrados”.

Na sequência, denunciaram que Antônio Sório, ao realizar as atividades sacramentais, muitas vezes, esquecia-se da posição que ocupava, acompanhando os funerais para a igreja com “chapéu na cabeça”, sendo este comportamento “igual ao de qualquer cidadão e não o que lhe competia”. Nas horas vagas, frequentemente se entregava a jogos e a embriaguez, esquecendo-se totalmente da condição de pároco. Frente a tais atitudes “desmoralizantes” e a não observância dos princípios da “verdadeira religião”, o grupo solicitou que padre Sório fosse transferido.⁴⁸⁰ Os vários indivíduos que requereram ao bispo a substituição do pároco por outro “mais digno”, na maior parte, residiam na sede da colônia Silveira Martins.

⁴⁷⁸ Francisco Comoretto havia imigrado junto com seus familiares para uma comunidade na ex-Colônia Silveira Martins. Ali assumiu as funções religiosas entre os conterrâneos, mas seu mau estado de saúde limitava a realização das atividades. Em 1896, já com idade avançada, veio a falecer (SCHWINN, caderno a, p. 13-4).

⁴⁷⁹ Carta do pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório, ao padre Francisco Comoretto, 7 de janeiro de 1886. Pasta Arroio Grande, ACMPA.

⁴⁸⁰ Carta ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira de um grupo de doze indivíduos da Freguesia de Silveira Martins, 8 de setembro de 1886. Pasta Silveira Martins. ACMPA.

Apesar das condenações ao comportamento moral do pároco, acredita-se que os imigrantes solicitavam a transferência de Sório porque estavam insatisfeitos com o desempenho administrativo dele. Foi possível identificar entre os críticos alguns comerciantes que residiam distantes da sede, estando esses, certamente, contrariados com a ação centralizadora e intransigente exercida pelo pároco, que não autorizava atividades sacramentais nas capelas de outras comunidades se não fosse ele a realizá-las. Do mesmo modo, Antônio Sório era zeloso com a cobrança das atividades, insistindo que os recursos financeiros advindos de tais trabalhos deviam ser remetidos à paróquia. Essa era uma questão que exaltava os ânimos de muitos imigrantes que, devido à distância da comunidade ou discordância em relação ao desempenho do pároco, preferiam recorrer aos missionários palotinos que se encontravam residindo no Vale Vêneto.

Assim, além de ficarem impedidos de buscar outro sacerdote, a submissão a Sório significava o pagamento das taxas, doações em produtos e contribuição para a manutenção da paróquia, bem como pagamento pelas atividades realizadas por ele. As atitudes centralizadoras do sacerdote não agradaram os imigrantes que, por sua vez, passaram a afirmar que preferiam religiosos que tivessem uma vida moral mais íntegra. Entendiam que algumas condutas e hábitos tolerados aos italianos não deviam ser seguidos pelos sacerdotes, pois esses deviam conquistar o respeito da população colonial. No entanto, as críticas apresentadas devem ser entendidas dentro de um contexto específico: Sório queria fazer valer os direitos de pároco e consolidar a recém-constituída paróquia de Silveira Martins, e isso se via prejudicado com a chegada de novos padres à região colonial, no caso os palotinos.

As acusações contra o padre sinalizam para uma avaliação negativa quanto ao seu desempenho. Do mesmo modo, indica o tipo de expectativas que os imigrantes nutriam em relação à atuação dos sacerdotes nas comunidades coloniais. Dentre os imigrantes que denunciaram as atitudes de Antônio Sório ao bispo, temos proprietários de lotes urbanos e rurais, como era o caso de Bruno Pippi que, no Núcleo Norte, abriu uma casa comercial.⁴⁸¹ O interesse que havia por trás da revolta de alguns imigrantes, que se viam impedidos de solicitar o atendimento dos missionários palotinos, se ligava ao desejo de se tornarem independentes da Freguesia de Silveira Martins. Cada comunidade queria a própria autonomia, e, ao buscarem o atendimento religioso dos palotinos instalados no Vale Vêneto,

⁴⁸¹ Dentre os doze indivíduos que solicitaram ao bispo para que o padre Antônio Sório fosse afastado da Freguesia de Silveira Martins se encontravam: o sacristão da Igreja Matriz Jacó Padoin, Sebastião Martini – professor de língua italiana –, Anselmo Martini, Luiz Sinazzi, Guilherme Simon, João Cerini, Bruno Pippi, Angelo Zago e Luigi Rossato – carpinteiro. Carta ao bispo diocesano Dom Sebastião Dias Laranjeira, 8 de setembro de 1886, Freguesia Silveira Martins, Pasta Silveira Martins. ACMPA.

demonstravam claramente o descontentamento com a administração religiosa e política promovida pelo pároco da sede.

A comunidade do Núcleo Norte – local em que residia o imigrante Bruno Pippi –, apontada por Antônio Sório como um dos lugares que buscava independência, encaminhou ao bispo solicitação de autorização para serem atendidos pelos padres palotinos. Os imigrantes declararam que os palotinos se negavam a administrar os sacramentos naquela localidade por não terem a permissão da autoridade diocesana.⁴⁸² Não se sabe qual foi a posição do bispo com relação a essa demanda dos moradores do Núcleo Norte, porém, o que se quer ressaltar é a observância dos missionários com relação ao atendimento religioso nas capelas que pertenciam à Freguesia de Silveira Martins. Os palotinos, ao que tudo indica, buscaram respeitar os direitos paroquiais de Antônio Sório, não atendendo imediatamente aos pedidos das comunidades, esperando, antes, obterem licença do bispo ou do próprio pároco.

Padre Sório passava por um momento difícil. Além da presença de outros sacerdotes na região colonial, novas questões estavam a lhe causar desgostos. Escrevendo novamente ao colega Francisco Comoretto, desabafou afirmando que se encontrava em “perfeito abandono e entre uma guerra anônima”. Denunciou que na sede da colônia a maçonaria “o desejava morto ou pelo menos distante” do lugar. Disse, ainda, que não daria essa vitória aos maçons, e que preferia “partir para negociar com Deus, mas não com esses filhos do diabo” que desejavam vencê-lo. Finalmente, após ter apresentado as oposições que vinha sofrendo, afirmou necessitar do apoio dos colegas de batina que se encontravam na região colonial para, juntos, lutarem contra os maçons. Confirmou que já tinha conseguido o apoio do missionário palotino Jacó Pfläender na “guerra” existente contra os maçons.

Na mesma carta, Sório denunciava que os maçons haviam se reunido na casa do cervejeiro Goelzer⁴⁸³ para encontrar um meio de afastá-lo da comunidade.⁴⁸⁴ Nesse momento, eram os maçons apontados como seus principais inimigos, pois estavam empenhados em encontrar meios para fazer com que o pároco abandonasse Silveira Martins. Através da carta, Antônio Sório demonstrava temer a ação de adversários internos, e é possível que os líderes dos imigrantes que lhe faziam oposição de fato fossem maçons. Contudo, em 1886, ainda não havia sido fundada oficialmente uma Loja Maçônica em Silveira Martins, que iria surgir

⁴⁸² Carta dos 12 fabriqueiros do Núcleo Norte, 03 de outubro de 1886. Pasta Silveira Martins. ACMPA.

⁴⁸³ Gustavo Goelzer era um dos “industrialistas” que residia na sede da ex-Colônia Silveira Martins. Futuramente, o padre Antônio Sório irá estabelecer com ele relações de crédito, contraindo dívida e realizando empréstimos de dinheiro. Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 156.

⁴⁸⁴ Carta do padre Antônio Sório ao sacerdote Francisco Comoretto, 30 de outubro de 1886. Pasta Silveira Martins. ACMPA.

apenas no início do século XX.⁴⁸⁵ Mas isso não quer dizer que não existissem imigrantes com ideários maçônicos, ideologias trazidas da Itália que, na nova terra, organizaram uma pequena associação, ainda que informal. E, certamente, estes grupos possuíam influência local, participando da política paroquial, das atividades cerimoniais e administrativas, e não surpreende a oposição que demonstravam ao pároco. Frente a isso, Sório acreditou ser necessário recorrer aos colegas de batina da região colonial, apesar das diferenças e disputas existentes entre eles. O receio do padre fazia sentido, pois Silveira Martins, como sede paroquial e administrativa, era de fato cosmopolita, tanto étnica quanto culturalmente.

A presença de indivíduos de nacionalidade luso-brasileira e alemã pode ser percebida naquele lugar. Enquanto os luso-brasileiros ocupavam, principalmente, os cargos ligados aos serviços públicos, os alemães ou seus descendentes exerciam atividades artesanais e agrícolas. Conforme a indicação do próprio Antônio Sório, o local de reunião dos maçons era na cervejaria de Gustavo Goelzer, alemão industrialista. Talvez o padre estivesse exagerando ao dizer que eram os maçons a lhe fazerem oposição, pois ele sabia que muitas das críticas a ele levantadas vinham de pessoas que possuíam função na igreja local, como era o caso do sacristão Jacó Padoin.⁴⁸⁶

As experiências de conflitos contra os imigrantes do Vale Vêneto levaram padre Sório a entender o que era tolerável e permitido a um sacerdote que vivia entre os conterrâneos nas comunidades recém-formadas. Não querendo mudar totalmente de postura – pois isto demonstraria fraqueza de sua parte –, buscou obter apoio junto aos colegas para enfrentar as tensões locais, sinalizando para a existência de uma agregação maçônica que lhe fazia oposição. As escolhas parecem ter funcionado, pois Sório não só permaneceu em Silveira Martins como foi conquistando cada vez mais aliados para se garantir na posição de pároco.

O fato de não terem sido encontrados nas fontes documentais indícios de novas acusações ao comportamento do padre sinaliza para o restabelecimento da paz nas comunidades. Contudo, Sório teve que ceder, pois os palotinos permaneceram na região e passaram a atender os povoados distantes da Sede, inclusive administrando-os. Isto foi consequência direta dos insistentes pedidos de grupos de imigrantes ao bispo para conceder autorização para que as capelas – Núcleo Norte, Geringonça (Novo Treviso), Soturno (Nova Palma) e Dona Francisca – passassem para a jurisdição dos missionários palotinos. E ainda: a

⁴⁸⁵ Ata de fundação da Loja Maçônica União e Trabalho na ex-Colônia Silveira Martins é de 6 de fevereiro de 1900. Uma relação com vinte e seis nomes aparecem como membros da associação, sendo os doze primeiros considerados os fundadores da associação (RIGHI, 2001, p. 298).

⁴⁸⁶ Carta ao bispo Dom Sebastião Dias Laranjeira de um grupo de doze indivíduos da Freguesia de Silveira Martins, 8 de setembro de 1886. Pasta Silveira Martins. ACMPA.

diocese autorizou a fundação do curato do Vale Vêneto.⁴⁸⁷ Por esse motivo, a amizade entre Dom Antônio Sório e os palotinos esfriou (PROBST, 1989, p. 17).

Em visita à ex-Colônia, em 1893, o imigrante Júlio Lorenzoni (1975, p. 197-198) afirmou que ele e o padre Sório foram convidados pelos palotinos para se deslocarem até o Vale Vêneto e assistir a formação de “jovens seminaristas”. Depois de quinze dias, em retribuição, Antônio Sório convidou os palotinos para confraternização em Silveira Martins. No hotel de Alexandre Sório – sobrinho do padre –, passaram “horas agradáveis e inesquecíveis”, segundo expôs Lorenzoni. Isso indica que as rivalidades iniciais entre os sacerdotes foram suplantadas com diplomacia, com cada um encontrando seu espaço de atuação nas comunidades. Padre Sório, por exemplo, logo se tornou Agente Consular do governo italiano na região colonial, o que propiciou uma maior aproximação com os imigrantes, inclusive entre aqueles que estavam em povoados administrados pelos palotinos. No entanto, a cordialidade entre os sacerdotes, vez ou outra, era abalada por rivalidades que surgiam nas comunidades.

Um dos exemplos desses atritos foi o embate que, durante vários anos, opôs os italianos que residiam na localidade de Arroio Grande. Era comum que em certos núcleos coloniais surgissem várias capelas, bastante próximas umas das outras, dividindo, então, os imigrantes. Tudo começava com a doação de um pedaço de terra por uma família para que nela fosse construída uma pequena igreja que, na sequência, se transformava numa maior. Com a pretensão de se tornar paróquia, demandavam pelo atendimento de um sacerdote, preferencialmente que fixasse residência na comunidade. O privilégio de ver a capela transformada em centro paroquial dependia do sucesso das iniciativas tomadas pelos conselhos locais – *fabriccheria* – em conseguir angariar recursos para garantir a manutenção do pároco.

No núcleo colonial de Arroio Grande surgiram duas igrejas, distantes apenas três quilômetros: São Marcos e São Pedro. Durante algum tempo foram rivais por não aceitarem ficar na dependência uma da outra, já que almejavam se tornar centro de referência na região. Apesar da proximidade, cada qual passou a ser atendida por padres diferentes. Os atritos iniciaram devido à atitude do padre Francisco Comoretto, auxiliar do pároco da Freguesia de

⁴⁸⁷ O curato foi criado em 1888. Como curato, Vale Vêneto alcançava certa independência da paróquia de Silveira Martins. Por exemplo, os imigrantes não precisavam mais recorrer ao padre Antônio Sório para quaisquer sacramentos. Os missionários palotinos estavam, portanto, livres para exercer seus serviços entre os italianos do Vale Vêneto.

Silveira Martins,⁴⁸⁸ que transferiu sua residência para uma das comunidades na intenção de favorecer o grupo de imigrantes que queriam construir uma nova igreja. A intenção era elevar a comunidade à condição de paróquia. As rivalidades dividiram as famílias do lugar, ainda mais depois que uma das capelas ficou sob a administração do padre Sório e a outra passou a receber atendimento dos missionários palotinos, tornando-se freguesia.⁴⁸⁹

O fato de algumas capelas solicitarem o atendimento dos novos padres demonstra, para além do possível descontentamento em relação à administração de Antônio Sório, a aspiração para alcançar determinados privilégios, como autonomia e status. Com a expansão dos palotinos pela região colonial, delineou-se um conflito entre um modelo de Igreja tradicional e/ou liberal, representada pelo padre Sório, e outra “romanizadora” amparada pelos missionários da Pia Sociedade das Missões (BIASOLI, 2010). Porém, acredita-se que antes de ser uma oposição entre igreja liberal e igreja romanizadora, o que interessava aos imigrantes era não ficar submetido à comunidade vizinha, e só por isso entende-se porque parte dos imigrantes apoiaram o pároco de Silveira Martins e outra parte, os palotinos. O imigrante Andrea Pozzobon, membro da capela de São Marcos, foi descrito como liberal por apoiar padre Sório contra as pretensões de expansão dos palotinos.

Em seus escritos, Pozzobon (1997, p. 178) várias vezes criticou a atuação dos sacerdotes da Pia sociedade das Missões. Presidente da sociedade italiana de Mútuo Socorro “Duca Degli Abruzzi”, fundada em 1896 na comunidade de Arroio Grande, na qual Antônio Sório havia sido “sócio benemérito”, comentou que os palotinos ficaram felizes com a notícia da morte daquele no início de 1900. Alegaram-se porque, assim, “ninguém mais meteria o bastão da resistência na roda da sua expansão colonial religiosa, e o povo, pusilânime e hipócrita”, suportaria, “como manso cordeiro, as tristes consequências e as condições impostas” inspiradas nos ensinamentos do “mestre Loyola”.

Tanto Andrea Pozzobon quanto o padre Sório eram apoiadores das manifestações que ressaltavam o sentimento de italianidade entre os imigrantes.⁴⁹⁰ Devido a esta proximidade

⁴⁸⁸ Na opinião do imigrante Andrea Pozzobon (1997, p. 117), o padre Francisco Comoretto estimulou as contendas entre os italianos das duas capelas após ter se instalado na igreja de São Pedro como residente. Tal atitude provocou a revolta da capela que apenas podia contar, eventualmente, com a presença do padre Antônio Sório para a realização dos sacramentos e cerimônias religiosas. As rivalidades se acentuaram a partir do momento em que Francisco Comoretto passou a contar com o apoio dos sacerdotes palotinos.

⁴⁸⁹ Oficialmente, a Pia Sociedade das Missões assumiu a região de Arroio Grande em março de 1896, quando lhes foi concedida a paróquia de Santa Maria. É válido lembrar que parte de Arroio Grande pertencia ao município de Santa Maria, enquanto que a outra era administrada por Silveira Martins. Verdadeiro problema de jurisdição que se refletiu em um novo capítulo na rivalidade entre o padre Sório e os palotinos.

⁴⁹⁰ Nas regiões de colonização italiana, as manifestações de italianidade eram entendidas pelas ordens religiosas que atuavam entre os imigrantes como uma provocação à Igreja Católica, pois homenageavam a Unificação italiana, momento esse em que os territórios papais foram tomados. Tanto na ex-Colônia Silveira Martins,

entre os indivíduos, em 1899, os sobrinhos de Antônio Sório – Luiz Bianchi e Mariana Sório – apadrinharam uma filha de Pozzobon, recebendo ela o mesmo nome da madrinha: Mariana. A pia batismal servia para reforçar os laços entre as famílias, legitimada pelo estabelecimento do parentesco espiritual. Essa proximidade e, talvez, a cumplicidade entre o imigrante e o padre Antônio Sório, explica o fato de Andrea Pozzobon ter sempre se colocado como apoiador das atitudes daquele em oposição aos palotinos.

Nas memórias, Pozzobon apresentou padre Sório como um símbolo da resistência que impedia a expansão e total controle dos palotinos pela ex-Colônia. Segundo Pozzobon, o falecimento do pároco, em 1900, abriu espaço para que se consolidasse um modelo de igreja “romanizadora”, centrada nos princípios conservadores.⁴⁹¹ Nem todos eram simpáticos aos sacerdotes palotinos, conforme provam as declarações daquele imigrante. Porém, aqui, o que se quer destacar é o apoio que padre Sório conseguiu alcançar entre os italianos, principalmente por atuar como agente consular local e incentivador das manifestações de italianidade.

No terceiro capítulo desta tese, viu-se que o pároco da Freguesia de Silveira Martins, como autoridade consular, utilizava as prédicas realizadas no púlpito da igreja para esclarecer aos paroquianos sobre as possibilidades de retorno para a terra natal. Informava sobre os auxílios que o Estado italiano oferecia aos imigrantes que pretendiam empreender viagem de volta para a península itálica.⁴⁹² Como um local aberto para o exercício de políticas de apoio ou oposição à pátria, era o uso que se fazia do espaço da igreja que diferenciava os padres liberais, a exemplo de Antônio Sório, aos pertencentes a ordens religiosas ultramontanas.⁴⁹³ Um número significativo de padres “liberais” imigraram, de forma espontânea, para as regiões de colonização italiana do sul do Brasil, seguindo conhecidos, parentes ou atendendo ao chamado dos conterrâneos. Muitos abandonaram as ordens regulares e, ao chegarem aos locais de destino, procuraram regularizar a situação para se tornarem sacerdotes aptos a trabalhar na nova diocese.

quanto em outros núcleos coloniais, ocorreram conflitos devido à oposição dos padres romanizadores à edificação de monumentos e festividades comemorativas na data da Unificação. Para saber mais sobre os episódios de rivalidades vividos entre os padres palotinos e os imigrantes “garibaldinos” ocorridos em Silveira Martins, ver: VENDRAME, 2007, p. 131-136; VÉSCIO, 2001.

⁴⁹¹ Os padres da Pia Sociedade das Missões se dedicaram a vencer as resistências dos imigrantes de tendência liberal que habitavam a região colonial (BIASOLI, 2010, p. 96).

⁴⁹² Carta de Antônio Basso, abril de 1889, Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 455, 470).

⁴⁹³ O movimento ultramontano surgiu na Europa na primeira metade do século XIX como uma resposta da Igreja Católica ao “avanço das forças liberais e dispostos a restaurar a ordem sociopolítica tradicional”. Frente a isso, a Cúria Romana colocou-se como defensora da ordem, da hierarquia e dos princípios religiosos conservadores (BIASOLI, 2010, p. 43).

Essa foi a iniciativa tomada pelos colegas Vitor Arnoffi e Antônio Sório logo que desembarcaram em Porto Alegre, em 1881, antes mesmo de partirem para a Colônia Silveira Martins. Apresentaram-se ao bispo e solicitaram autorização para se estabelecer entre os imigrantes que, por “diversas vezes”, através de cartas, demandavam por “assistência espiritual” de padres italianos.⁴⁹⁴ Os vários documentos emitidos pela diocese de origem, comprovando que se encontravam numa condição legal, foram apresentados ao bispo por ambos os padres. Tal procedimento indica estarem eles preocupados com a legalização da própria condição na América.⁴⁹⁵ Antes mesmo de se transferirem para o sul do Brasil, Sório e Arnoffi tinham informações sobre a função que ocupariam no local de destino, portanto, saíram munidos da documentação essencial para serem designados a se tornarem responsáveis pela administração religiosa da Colônia Silveira Martins. Porém, nem todos partiam da Itália com as liberações necessárias.⁴⁹⁶ Mas, apesar disso, o sucesso de um ou outro modelo de sacerdote dependia do tipo de relação que os mesmos estabeleciam com os imigrantes, independentemente se pertenciam, ou não, a ordens religiosas.

5.3 A autoridade do pároco

Partindo da análise e cruzamentos dos diversos registros documentais que apresentam indícios sobre o comportamento de Antônio Sório, pretende-se identificar as iniciativas, empreendimentos e escolhas realizadas por ele na paróquia de Silveira Martins. Ao trabalhar para aumentar o status da comunidade, o pároco também atuou em frentes que se integravam ao projeto individual e familiar do grupo ao qual fazia parte. Após ter se instalado na ex-Colônia, Antônio Sório passou a articular a vinda dos quatro sobrinhos para o Brasil, antevedendo as circunstâncias favoráveis de um futuro promissor. Assim, em 1883, um ano e meio depois da instalação no povoado do Vale Vêneto, padre Sório decidiu retornar à Itália com a justificativa de resolver problemas particulares.

Durante os quatro meses em que esteve ausente, o sacerdote Vitor Arnoffi o substituiu, prestando a necessária assistência religiosa ao Vale Vêneto (CERETTA, 1894, p. 49).

⁴⁹⁴ Carta apresentada ao bispo pelos padres Vitor Arnoffi e Antônio Sório, 2 de novembro 1881. Pasta padre Vitor Arnoffi. ACMPA.

⁴⁹⁵ Pasta Vitor Arnoffi. ACMPA.

⁴⁹⁶ O padre Aquiles Catalano, que se encontrava na diocese do Rio Grande do Sul já há algum tempo, em 1884 recebeu comunicado que o obrigava a retornar para a arquidiocese da Província de Salerno. A carta enviada ao bispo diocesano expunha que sob pena de suspensão o sacerdote Aquiles Catalano “deveria retornar a pátria para servir a sua igreja, a que é obrigado”, uma vez que a paróquia de Sálvia contava apenas com um padre. Diocese da Campagna, Província de Salerno, agosto de 1884. Pasta Aquiles Catalano. ACMPA. O padre Aquiles não retornou para a Itália, permanecendo na paróquia de Santa Maria.

Provavelmente foi nessa viagem de retorno que Antônio Sório providenciou a ida dos sobrinhos para a região colonial. A imigração em etapas de indivíduos pertencentes a um mesmo grupo familiar foi uma das estratégias recorrentes dos italianos, conforme se pôde verificar no terceiro capítulo. É provável que Antônio Sório tenha voltado para a península para resolver questões pendentes, aproveitando, então, para organizar a viagem dos sobrinhos.

Uma das parentas de Sório, de nome Virgínia, casou-se com João Martello, em 1883, quando estava no sul do Brasil.⁴⁹⁷ Originário da província de Verona, mesma região da família Sório, João Martello certamente foi convidado pelo padre para, junto aos sobrinhos, se deslocar para o Brasil. Logo depois de desembarcar, adquiriu um lote de terra onde edificou um prédio, transformando-o em hotel.⁴⁹⁸ Quanto aos sobrinhos – Alexandre, Luiz e Mariana Sório –, devem ter vindos com o tio-padre em 1883 ou logo depois.⁴⁹⁹ Isso leva a concluir que, ao retornar para a terra natal, o sacerdote organizou a partida daqueles. A existência desse tipo de transferência, assentada sobre as redes de apoio familiar, garantia a acomodação imediata nos locais de instalação, sendo um dos recursos dos sujeitos que se encontravam em ambos os lados Atlântico.

A visualização de oportunidades de trabalho e obtenção de terras, bem como a garantia de acomodação segura na nova sociedade, foi facilitada aos indivíduos que, para além de uma procedência comum e vínculos parentais, partilhavam de projetos coletivos. Para muitos camponeses pequenos proprietários, como também para alguns padres como Antônio Sório, a viagem transoceânica era um mecanismo não tanto de sobrevivência, mas de busca pelo progresso econômico e social dos membros da família, finalizando com a obtenção de terras para cada um dos homens do grupo (PALOMBARINI, 1998). Ao receberem pequenas propriedades e nela produzirem, os imigrantes instalados no sul do Brasil se transformaram em ponto de referência para os que permaneceram na Itália. Formaram-se redes migratórias para garantir o sucesso das escolhas individuais, abrindo o acesso às oportunidades na sociedade de adoção (RAMELLA, 1995, p. 20). No decorrer deste capítulo se pretende visualizar o modo como foram criados e reforçados os vínculos de solidariedade por Sório na ex-Colônia Silveira Martins.

⁴⁹⁷ Virgínia Sório era filha do falecido Augusto Sório, irmão do pai de Antônio Sório. Portanto era prima do padre. Em maio de 1891, o casal João Martello e Virgínia aparece instituindo um procurador para representá-los no inventário de morte de Helena, mãe de Virgínia, no estado do Espírito Santo. Uma vez que o casamento ocorreu em 1885, tudo indica que ela e os sobrinhos de Antônio Sório já podiam se encontrar residindo na Colônia Silveira Martins. Livro de Casamento Silveira Martins, nº 1, 1884-1897, p. 6. ADSM; Procurações, Cartório civil de Santa Maria, livro 5, 1891-1893, registro de 16 de maio de 1891. APERS.

⁴⁹⁸ Relação de distribuição dos lotes urbanos na sede da ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 172).

⁴⁹⁹ Alexandre e Luiz Sório, em junho de 1886, aparecem como testemunhas de casamento de um conterrâneo da sede da ex-Colônia. Livro de Casamento Silveira Martins, nº 1, 1884-1897, p. 13v. ADSM.

Um número significativo de famílias de várias comunas das províncias de Verona e Vicenza se fixou num dos núcleos da região colonial. Com o apoio de Antônio Sório, estruturaram um pequeno centro e edificaram uma capela para a realização das atividades religiosas. O local, que passou a se chamar Vale Veronês – indicativo da origem dos italianos que ali se instalaram –, teve seu nome escolhido por Sório (de Verona), um dos principais incentivadores da fundação da comunidade. Assim, após a construção da igreja, em 1883, foi a mesma paramentada com castiçais e outros objetos sacros concedidos pelo padre Sório, itens esses trazidos da Itália. Também foi edificada uma casa para servir de moradia ao sacerdote, durante o período que por lá permanecesse, e que serviria como aula pública.⁵⁰⁰ Na função de pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório percorria longos trajetos até as comunidades afastadas para realizar missas, casamentos, batismos, sepultamentos e outras celebrações solicitadas pelos imigrantes. Nessas ocasiões, fornecia informações e prestava assistência aos conterrâneos, desempenhando, ao mesmo tempo, o papel de agente consular. Também teve, muitas vezes, que atender às pressas aos pedidos das famílias acometidas por alguma enfermidade. Entre a população colonial, existia a crença no poder das bênçãos para afastar os problemas físicos, pragas das plantações e garantir proteção sobre os bens materiais necessários à subsistência. Os padres eram ainda chamados para praticar exorcismos, principalmente quando algum imigrante apresentava sinais de enfermidade “estranha” (VENDRAME, 2007).

Quando das visitas às capelas, Antônio Sório aparecia acompanhado de uma empregada. No momento em que as relações entre o padre e os fabriqueiros da comunidade do Vale Vêneto estavam tensas, esses criticaram não somente a maneira como aquele se vestia – sem a batina – mas, também, sobre a tal acompanhante de Sório.⁵⁰¹ É provável que a “acompanhante” fosse uma das sobrinhas do pároco, talvez Mariana Sório. Na verdade, a jovem acompanhava o tio nas visitas pela região colonial, prestando-lhe apoio. Ao mesmo tempo, realizava serviços de limpeza na igreja paroquial, pois nos registros de contabilidade

⁵⁰⁰ Notícias sobre a capela de Nossa Senhora de Monte Bérico, em Vale Veronês, escritas pelo sacerdote Frederico Schwinn. Caixa Pe. Frederico Schwinn, 1868-1934, nº 12. AHPNSC.

⁵⁰¹ Criticando a maneira como o padre Antônio Sório aparecia na comunidade do Vale Vêneto, os imigrantes afirmaram que “ele vinha sem batina, trajando um casaco ou uma fatiota, como caçador ou mascate, com uma bolsa a tiracolo”. Também vinha, às vezes, acompanhado da empregada e, principalmente, sem o “colarinho” e a “batina” como haviam desejado que aparecesse na comunidade. Cartas dos imigrantes do Vale Vêneto ao presidente da província, 02 de dezembro de 1884. Comissão de Terras e Colonização (correspondência avulsa), Silveira Martins, maço 73, caixa 37, AHRs.

da paróquia do ano de 1892, verificou-se anotação referente ao valor pago a Mariana Sório por ter “lavado” e “cuidado” dos objetos da igreja.⁵⁰²

Em 1890, sob a direção de Antônio Sório, foram iniciadas as obras para a construção da nova igreja matriz de Silveira Martins. O engenheiro José Manuel da Siqueira Couto, autoridade pública responsável pela direção da ex-Colônia, deveria, junto com o pároco, nomear uma comissão para iniciar as obras de edificação.⁵⁰³ O projeto inicial da matriz proposto pelo engenheiro foi substituído por outro que agradava tanto o padre quanto a maior parte dos italianos. Na busca de recursos financeiros para investir nas obras da igreja, Antônio Sório lançou mão de um imposto entre as famílias da paróquia. Este dinheiro permitiria a pintura interna do templo, a construção de altares, bancos e aquisição de novos objetos religiosos. Porém, nem todas as unidades domésticas contribuíram com a taxa de doze mil réis, segundo apontou Frederico Schwinn (caderno a, p. 10-11).

Apesar de alguns atritos entre o pároco e o engenheiro, não se identificou a existência de divisões ou conflitos internos na comissão escolhida pelo pároco. O surgimento de divergências e a formação de grupos de oposição, quando da edificação das capelas, eram comumente vividas na região colonial.⁵⁰⁴ Como agente consular, o próprio padre Sório, em 1894, acompanhado de autoridades policiais, teve que se deslocar até a localidade de Novo Treviso para tentar apaziguar os imigrantes que, divididos, procuravam expulsar o sacerdote que residia no local (VENDRAME, 2007, p. 77-80). Nas comunidades, os padres estavam à frente nas escolhas referentes à edificação das igrejas: escolhiam as equipes de pedreiros, o chefe de obras, o lugar onde seriam adquiridos os materiais necessários e, finalmente, recomendavam o estilo de templo. Assim, os párocos deviam se ocupar dos bens dos paroquianos, perspectiva essa que parece ter sido constantemente observada por Sório. Nas regiões coloniais, geralmente, os impasses estavam relacionados àquelas questões, e Antônio Sório parece ter se saído bem ao escolher imigrantes de total confiança para empreender a construção da nova matriz.

Como afirmou Frederico Schwinn (caderno a, p. 11), o homem que ocupou o posto de caixeiro na comissão de obras estava de “total acordo com o vigário”, aceitando rapidamente

⁵⁰² Antônio Sório se empenhou em realizar a contabilidade anual das entradas e saídas de dinheiro durante o período de 1885 a 1890. Foram registrados os gastos com materiais diversos para a realização das atividades religiosas, e todos eles foram adquiridos em casas de comércio locais. Registro das despesas da paróquia de Silveira Martins, 1885-1892. Caixa Silveira Martins, CPG-Nova Palma.

⁵⁰³ Carta do Monsenhor Vicente Ferreira da Costa Pinheiro ao diretor José Manuel da Siqueira Couto, 9 de março de 1889. Livro de registro de ofícios expedidos do bispado do Rio Grande do Sul, 27 de outubro de 1887 a 19 de junho de 1897, p. 63, ACMPA.

⁵⁰⁴ Os conflitos que agitaram as comunidades coloniais em relação às diferentes opiniões quanto à construção das igrejas podem ser analisadas na obra “Lá éramos servos, aqui somos senhores” (VENDRAME, 2007).

a proposta de lançar imposto entre as famílias da paróquia para arrecadar mais dinheiro para concluir a igreja. A posição de pároco ocupada por Sório permitia que o mesmo tivesse controle sobre a vida moral da comunidade, os bens da paróquia e questões importantes para a sociedade local, como os investimentos para a construção de novas igrejas e atividades religiosas como missas, casamentos, sepultamentos e batizados. Enfim, a documentação encontrada não atesta a existência de conflitos prolongados em Silveira Martins durante o governo de Antônio Sório, apontando para um período de harmonia em que aspectos como solidariedade interna, coesão e o equilíbrio prevaleceram.

12. Igreja matriz de Santo Antônio da Freguesia de Silveira Martins.



Igreja matriz e escola (ao fundo). Fonte: Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

Provavelmente tirada no ano 1893, a foto tinha como propósito registrar a conclusão da recém-edificada igreja matriz, um dos maiores templos construídos até aquele momento na ex-Colônia Silveira Martins. O grupo reunido em frente ao edifício era composto da comissão responsável pela construção – trabalhadores e indivíduos abastados que investiram na obra –, entre eles Antônio Sório (o segundo da direita para a esquerda), de chapéu, batina e carregando um livro. Nas regiões coloniais, as igrejas amplas e belas se tornavam um sinal de prestígio e poder das comunidades. Certamente, quem residia na sede ou passava pelo local

devia ficar admirado com aquela obra, fruto dos investimentos das famílias que pertenciam à paróquia.

O registro fotográfico, como qualquer outro documento escrito, faz referência a uma situação que se pretende comunicar. Também expressa interesses particulares, projetos compartilhados e envolvimento coletivo. Não foi sozinho, mas acompanhado por alguns conterrâneos, chefes de famílias da paróquia, que Antônio Sório posou na foto registrando o sucesso daquela obra. Na fotografia, talvez por ele encomendada, aparece com distinção ao se apresentar formalmente com as vestes de pároco. Entende-se que aquele momento havia sido previamente combinado, uma vez que não era comum ao padre Sório se apresentar vestido de batina, sendo por alguns criticados por andar frequentemente a “paisana”.⁵⁰⁵

Ao lado da igreja já se encontrava montada uma estrutura que receberia o sino. O templo se encheu de símbolos que forneceram status e poder ao pároco, que havia encomendado os sinos e outros objetos na Itália (SCHWINN, caderno a, p. 12, 18). Logo, o empenho na construção da igreja matriz, a edificação de novas capelas, a canalização dos direitos tributários sobre os diversos centros dependentes e a condução de uma política centralizadora são alguns dos elementos que demonstram as estratégias de atuação do pároco para alcançar respeito e prestígio local. A foto anterior também exemplifica essa questão, uma vez que é a materialização documental do poder dos sujeitos que haviam participado da edificação do templo, identidade e poder da paróquia.

5.4 A construção do poder

Após Antônio Sório ser criticado por alguns imigrantes da Freguesia de Silveira Martins, no início das atividades de pároco, pode-se dizer que ele obteve sucesso na luta contra as oposições que buscavam afastá-lo da comunidade. Firmou-se enquanto autoridade religiosa de prestígio reconhecido entre a população colonial, assumindo uma política cotidiana de mediação com as instâncias externas. Isso se deve ao próprio empenho em trabalhar para que a sede obtivesse todas as vantagens de ser o principal centro da região da ex-Colônia, não somente em termos religiosos, mas também administrativo e político. Nesse sentido, em agosto de 1890, Antônio Sório solicitou ao governo do Estado que fosse instituída na Freguesia uma pessoa para celebrar os casamentos e outros registros civis, alegando ser

⁵⁰⁵ Carta abaixo-assinado enviada ao presidente da província pelos imigrantes pertencentes à comunidade do Vale Vêneto, 2 de dezembro de 1884. Pasta Vale Vêneto. ACMPA.

“grave incomodo” para os noivos deslocarem-se até o município Santa Maria.⁵⁰⁶ Entre ida e volta, o padre dizia que se podia levar de “dois ou até três dias de viagem”.⁵⁰⁷ Comunicar as preocupações da população ou expor as necessidades locais era uma maneira de conquistar a simpatia e respeito dos imigrantes. Desse modo, o pároco ia construindo o próprio prestígio na sociedade local, angariando um tipo de status que não estava necessariamente ligado à importância pretérita da família ou ao patrimônio imaterial herdado. Enquanto chefe a frente do grupo familiar, dependia dele estabelecer redes de relações para alargar as oportunidades para os sobrinhos.

Os imigrantes esperavam que o pároco fosse interlocutor entre as famílias e os representantes das instituições públicas. O contrário também era válido: as autoridades entendiam que a melhor forma de se fazer ouvir nos núcleos colônias era contar com o auxílio dos padres. De tal modo, conhecendo a posição ocupada por Antônio Sório na ex-Colônia, os representantes da municipalidade de Santa Maria recorriam a ele quando necessário. Ao enfrentarem dificuldades com relação ao recolhimento dos impostos municipais, comunicaram ao presidente do Estado que os imigrantes que se negavam a pagar as taxas eram os mesmos que haviam desrespeitado o “digno vigário da Freguesia Silveira Martins, Antônio Sório, depois de terem profanado a igreja que existe no povoado do Vale Vêneto”.⁵⁰⁸ As autoridades conheciam os conflitos ocorridos internamente na região colonial, uma vez que o próprio padre havia solicitado apoio para recuperar as chaves da capela, como se analisou anteriormente neste capítulo.

Outro indício da relação de confiança e mútuo auxílio entre o pároco e os poderes externos pode ser percebido no seguinte pedido: em 1888, foi solicitado ao padre para que distribuísse os subsídios remetidos pela Câmara às famílias italianas prejudicadas pelas enchentes. Assim, requereram ajuda de Antônio Sório ao invés do diretor da ex-Colônia Silveira Martins, José Manuel Siqueira Couto.⁵⁰⁹ Entendiam que com a ajuda do pároco poderiam evitar a “má aplicação e desperdício do dinheiro público”, uma vez que o mesmo

⁵⁰⁶ A ex-Colônia Silveira Martins foi elevada à categoria de 4º Distrito de Santa Maria pelo decreto provincial de abril de 1886. Porém, as comunidades que compunham a região passaram a ser administradas por três municípios diferentes. A sede continuou a pertencer àquela municipalidade, passando os comerciantes e lideranças locais a se mobilizar para que o lugar alcançasse maior autonomia (VENDRAME, 2007, p. 213-220).

⁵⁰⁷ Carta ao governador do Estado do pároco da Freguesia de Silveira Martins, Antônio Sório, 9 de agosto de 1890. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

⁵⁰⁸ Carta do presidente da Câmara Municipal de Santa Maria ao governo da província, 14 de março de 1885. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153, AHRS.

⁵⁰⁹ O diretor da ex-Colônia assumiu o cargo em 1882 e ficou durante muitos anos trabalhando entre os imigrantes nas questões relacionadas a conservação das estradas, medição e distribuição dos lotes de terras, cuidando, também, da manutenção da ordem na região colonial. Ele era o responsável por comunicar ao delegado de Santa Maria as contravenções e crimes que ocorriam entre aquela população (VENDRAME, 2007, p. 206-210).

conhecia “o estado de necessidade e miséria” em que se encontrava a população prejudicada pelas chuvas. Tanto esse como outros serviços foram prestados por Antônio Sório à Câmara Municipal de Santa Maria, sendo, para tanto, remunerado com a quantia de seiscentos mil réis. A solicitação de assistência ao padre demonstra a confiança e o reconhecimento em relação às atividades que deveriam ser conferidas a Antônio Sório, certamente o que melhor conhecia as necessidades dos imigrantes, sabendo lidar com eles.⁵¹⁰ Em outra oportunidade, intercedeu junto aos vereadores da Câmara Municipal para que a comerciante Ema Tognotti⁵¹¹ fosse recompensada pelos trabalhos de assistência junto aos imigrantes que haviam sido acometidos por doenças, pois a mesma fornecera remédios gratuitos para que todos se curassem.⁵¹² Esses são exemplos dos tantos trabalhos que os poderes municipais incumbiram a Antônio Sório, demonstrando que esse tinha adquirido certa autoridade para além dos limites locais, servindo-se, muitas vezes, de porta-voz dos poderes externos entre os imigrantes.

O pároco desempenhava o papel de mediador social com a sociedade externa, favorecendo a presença dos poderes municipais na região colonial, ou o inverso, comunicando as demandas locais às autoridades exteriores.⁵¹³ E o mediador poderia também se transformar em um empreendedor ao introduzir inovações, ou seja, assumir novos encargos que auxiliassem no trabalho de aproximação e comunicação entre a comunidade e as instituições administrativas distantes.⁵¹⁴ Na ex-Colônia Silveira Martins existiam, além do pároco, comerciantes que ocupavam o posto de “mediadores”, principalmente nos campos político e econômico. Destacavam-se tanto no mercado da terra, favorecendo os próprios negócios, quanto em zelar pelo cumprimento de determinadas leis municipais.⁵¹⁵

⁵¹⁰ Em relação às enchentes ocorridas na ex-Colônia Silveira Martins no ano de 1888, foi autorizada pelo presidente da província a liberação de um conto de réis para que a Câmara Municipal de Santa Maria distribuisse entre os atingidos. Atas da Câmara Municipal de Santa Maria 1888-1892, p. 36-7, AGCVSM.

⁵¹¹ Após o assassinato do marido em 1882, Ema Tognotti tomou conta dos negócios do casal, ampliando, nos anos seguintes, o número de estabelecimentos comerciais. A mesma aparece na documentação como a única mulher comerciante da região colonial a atuar num campo onde predominava a presença masculina. O sucesso dos seus investimentos a levou a se tornar uma das mais abastadas de Silveira Martins, pelo menos a que detinha o maior número de empreendimentos comerciais. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

⁵¹² Atas da Câmara Municipal de Santa Maria, 1888-1892. AGCVSM.

⁵¹³ Na abordagem micro-analítica de Grendi (1993) e Levi (1985), ambos observaram a relação entre família, comunidade e o mundo exterior, identificando que certos indivíduos poderiam ser “pontes” entre tais unidades, agindo como “mediadores” políticos, sociais ou econômicos (LIMA, 2006, p. 195-6).

⁵¹⁴ Giovanni Levi (1985, 209-210) define como mediadores aqueles sujeitos que usavam os recursos que nunca haviam sido utilizados no universo social, introduzindo inovações. Tais mediadores controlavam os recursos compostos de relações sociais e canais de comunicação entre as realidades administrativa, social, cultural e econômica que não eram compatíveis. Assim, de um lado ficava a “massa de camponeses”, e, de outro, o universo dos alfabetizados – funcionários públicos externos.

⁵¹⁵ A atuação de comerciantes como “mediadores” econômicos foi analisada no segundo capítulo.

O jornal *O Combatente*, da cidade de Santa Maria, foi utilizado por Antônio Sório como meio de divulgação para a população colonial sobre determinados serviços. Em nota publicada no periódico, de outubro de 1893, o pároco comunicou a abertura de um estabelecimento na sede da ex-Colônia que vendia remédios “hidroterápicos”. Explicou ter concordado com a fundação de tal serviço visto a grande necessidade daquele tipo de tratamento na comunidade. Depois de consultada a opinião do padre quanto à possibilidade de instalação, os donos da clínica o nomearam como membro da comissão de curadores. Como um mecanismo para fazer propaganda no jornal, Antônio Sório assegurou que via com os próprios olhos as “maravilhas” proporcionadas pelo tratamento hidroterápico, apresentando os nomes de alguns imigrantes que, graças ao “prodigioso sistema”, haviam se curados das enfermidades. Os pacientes, após período variado de tratamento, se curavam de doenças como: reumatismo articular, gastrite crônica e asma. Antônio Sório ressaltava que frente aos “maravilhosos efeitos do sistema hidroterápico usado pelo Dr. Bohrmann & Cia” esperavam “numerosa clientela no estabelecimento”.⁵¹⁶

Como se pode constatar, a reportagem aponta para mais um dos campos de atuação do padre Sório. O tipo de mediação realizada por ele não ficava restrito às questões administrativas e políticas demandadas pelas autoridades santa-marienses. A performance de interlocutor não se restringiu a uma única esfera. Em troca de apoio, foi concedido a Antônio Sório o papel de “curador da clínica hidroterápica”, e, talvez, algum outro benefício material. O sucesso do novo estabelecimento se deveu a intervenção do pároco que esclareceu aos imigrantes, de forma compreensível, sobre os benefícios que poderiam se obtidos com o tratamento hidroterápico. O espaço da sociedade colonial era amplo e bem aproveitado pelo padre. Ele especializou-se em repassar as notícias vindas do mundo externo, simplificando e adaptando as novidades para que servissem aos seus paroquianos.

Antônio Sório diversificou sua atuação para consolidar prestígio e ampliar os recursos disponíveis. Visando firmar poder, construiu vínculos e relações interpessoais, apostou na capacidade de intermediação com o mundo exterior, com as famílias de imigrantes e com as instituições do Estado. Tornou-se, assim, uma espécie de líder local, “prefeito da aldeia”, realizando uma intensa atividade de mediação entre os paroquianos e o mundo externo.

Estudando as pessoas de uma pequena aldeia envolvidas em acontecimentos cotidianos – mas ligadas a fatos políticos e econômicos amplos –, Giovanni Levi (2000, p. 195, 205) apontou para as motivações e estratégias de ação que alguns adotavam buscando

⁵¹⁶ Carta do padre Antônio Sório, “ex-Colônia Silveira Martins”, Jornal *O Combatente*, 11 de outubro 1893, Santa Maria. ACMEC.

garantir prestígio. As atitudes não estavam voltadas necessariamente para a obtenção de bens materiais – enquanto recurso para preservar e consolidar o poder –, mas, sim, na reprodução das relações sociais, visto que a riqueza advinha das redes de afinidades e solidariedade que o sujeito possuía. Em termos de liderança, os mediadores, a exemplo do padre Sório, eram indivíduos ativos, capazes de se relacionar amplamente, articulando as necessidades dos outros às próprias aspirações, respeitando e cumprindo com os costumes defendidos pela população.⁵¹⁷ Nesse sentido, a legitimidade da autoridade do pároco vinha da capacidade de realizar a ponte entre esferas políticas, econômicas e sociais diferentes, muitas vezes distantes umas das outras.

As ações do mediador possibilitam a integração e aproximação do poder central junto às comunidades, ou o inverso. Havia padres e comerciantes que ocupavam o posto de “mediadores”, tanto no campo político quanto econômico e cultural, encaminhando as demandas locais e cuidando para que algumas leis fossem seguidas pela população. Tal posição ocupada por Antônio Sório se tornou uma das estratégias principais na política cotidiana de ampliação de poder local.⁵¹⁸ Quando ele se estabeleceu na comunidade de Silveira Martins, seu campo de atuação foi alargado, não se restringindo às questões relacionadas à administração dos bens da Igreja ou a certas demandas que a função de pároco exigia.

Além da notificação publicada no jornal *O Combatente*, anteriormente citada, algumas cartas de Antônio Sório foram divulgadas integralmente no periódico. Tal recurso aparece como uma maneira de fazer propaganda, de se defender de denúncias, protestar e apresentar reivindicações da população colonial. O pároco aparece rebatendo as acusações e comentários apresentadas naquele jornal por “viajante” anônimo que teria visitado a ex-Colônia.⁵¹⁹ Em outubro de 1893, sob o título “resposta a um caluniador”, Antônio Sório apresentou esclarecimentos em relação ao seu desempenho entre os imigrantes, narrando algumas das

⁵¹⁷ O conceito de mediador utilizado na antropologia (Fredrik Barth, 1993) foi trazido para a história por Edoardo Grendi (1993) e Giovanni Levi (1985). Ambos se dedicaram a observar a relação entre família, comunidade e o mundo exterior, identificando certos indivíduos como “pontes” entre tais unidades (LIMA, 2006, p. 195-6).

⁵¹⁸ A existência de mediadores implica que a unidade local esteja separada da sociedade mais ampla a ponto de um grupo limitado de indivíduos possa controlar a conexão entre a parte e o todo. Mas a estrutura de poder, que permite a integração política administrativa do espaço, não representa o único tipo de ligação entre a sociedade parcial e a total. Também se pode falar de mediação cultural e mediação econômica. Nos contextos específicos, a questão das diversas mediações tende a unificar-se: assim, a eventual “solidariedade horizontal do grupo de mediadores” tem sua visão voltada tanto para a comunidade quanto para o universo externo (GRENDI, 1978, p. 128). Portanto, além da questão da integração entre o regional e o poder central, o mediador é destacado enquanto categoria fundamental para compreensão do sistema político local (GRENDI, 1977).

⁵¹⁹ A carta ao qual o padre Sório faz referência teria sido publicada no jornal *O Combatente* no mês de julho de 1893, porém, não foi localizado o referido periódico.

decisões tomadas durante os doze anos de permanência na região colonial. Procurando esclarecer as acusações e possíveis avaliações negativas sobre o próprio comportamento, afirmou que durante a “minha marcha moral e civil” não havia recebido qualquer reclamação do bispo diocesano ou das autoridades políticas e civis do município de Santa Maria:

Naturalizei-me forçado, é verdade, mais saibam todos que o Império do Brasil foi o único em todo o mundo católico que ordenava a naturalização de um padre para exercer o seu sagrado ministério. Naturalizei-me em 1885 e já adotei um partido que todos bem sabem. Caído o Império no dia 15 de novembro de 1889, imediatamente o governo da República declarou por lei ser livre a Igreja, num Estado livre: aproveitei a ocasião e libertei-me de tanto ônus da política. Há dois anos, a chamado do cônsul d'Itália, estou abertamente servindo ao meu pátrio governo como cidadão, e como sacerdote aos meus paroquianos e conacionais. Com este cargo tenho a obrigação de visitar as escolas italianas existentes nesta ex-Colônia, das quais 8 são auxiliadas pelo governo do Rei Humberto, e mais algumas privadas ou particulares, e não apenas uma como diz o Sr. Viajante por mim ‘poderosamente sustentada’.⁵²⁰

Antônio Sório solicitou a naturalização logo após ter sido nomeado pároco da Freguesia de Silveira Martins, condição necessária para assumir aquela posição.⁵²¹ Apesar de publicamente ter adotado um partido político, expôs que desde 1891 vinha desempenhando o papel de cônsul entre os conterrâneos italianos, servindo, desse modo, também a pátria de origem no exterior.⁵²² Na sede, Antônio Sório havia patrocinado a abertura de uma dessas escolas italianas, amparada com recursos vindos do governo italiano. Essa escola funcionava nos fundos da igreja matriz – conforme se pode visualizar na foto anteriormente apresentada – e logo precisou ser ampliada para dar conta do número crescente de alunos. Os investimentos do padre Sório se voltaram, então, para a construção de um novo edifício em substituição ao anterior, passando a funcionar como “aula pública” e tendo a sobrinha Mariana Sório como uma das professoras.⁵²³ Percebe-se que o pároco apoiava e incentivava as manifestações de italianidade através da criação de escolas e abertura de sociedades de mútuo socorro, onde os símbolos e datas da pátria italiana eram reverenciados.

⁵²⁰ Carta do padre Antônio Sório, agente oficioso do Régio Cônsul da Itália, “A pedidos. Resposta à um caluniador”. *Jornal O Combatente*, 22 de outubro de 1893, Santa Maria. ACMEC.

⁵²¹ Em 18 de dezembro de 1885, Antônio Sório solicitou a sua naturalização, sendo a mesma concedida em novembro de 1886. Série Interior – estrangeiros – IJJ 9 – 462. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ). Ao se analisar as naturalizações, constata-se a grande presença de padres de origem italiana que se encontravam no Rio Grande do Sul. Além desses, os imigrantes que fundavam casas de comércio e moinhos aparecem requerendo a naturalização.

⁵²² O imigrante Antonio Ceretta (1894, p. 40), professor numa das escolas da região colonial, afirmou que os pedidos de auxílios eram realizados ao agente consular Antônio Sório.

⁵²³ O edifício recém-construído que funcionava como “aula pública” foi deixado como herança à sobrinha Mariana Sório, conforme se pode constatar a partir da declaração em seu testamento. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

Providenciando assistência aos italianos no exterior, Antônio Sório consolidava-se em uma posição privilegiada. Pioneiro em propiciar essa reaproximação entre os imigrantes e as instâncias de poder da península itálica, foi um sujeito empreendedor, utilizando seu cargo para esclarecer à população sobre os recursos existentes para os cidadãos italianos que estavam no exterior e explicar sobre os auxílios fornecidos para aqueles que desejassem retornar para a Itália.⁵²⁴ Ocupava, portanto, o espaço de mediação entre a pátria distante e os imigrantes estabelecidos nos núcleos coloniais.

Na carta apresentada acima, Antônio Sório respondeu às críticas do viajante negando ter utilizado o espaço da igreja para passar orientações políticas. Também afirmou que para as festividades ítalo-brasileiras realizadas na ex-Colônia foram convidados, como de “costume”, toda a população e não somente os “patrícios” italianos. Assegurou que, durante os dez anos em que residiram em Silveira Martins, o “Dr. Siqueira Couto e sua família, engenheiros e outros empregados da comissão de terras e colonização, “distintos cidadãos brasileiros, sempre foram convidados para as comemorações promovidas pelos imigrantes italianos. Em ocasiões especiais, quando da visita de algum “personagem elevado do Estado”, brasileiros e italianos se convidavam reciprocamente. Porém, “infelizmente há dois anos”, a situação havia mudado, lamentava-se Sório. Utilizando a expressão “mudaram-se os tempos”, o padre indicava a existência de rivalidades locais entre os imigrantes e os novos indivíduos que ocupavam os empregos públicos, referindo-se ao período republicano.

Por fim, advertiu o “mentiroso, infamante e trivial autor do artigo” que os seus “ignorantes co-nacionais” – excluídas algumas pessoas por todos conhecidos – “queriam lhe dar um liçãozinha” para que sirva de exemplo para não mais ofender uma nacionalidade que provem “*Del bel paese dove il sí suona*”, conforme definiu o poeta Dante Alighieri.⁵²⁵ O “vil” e “hipócrita caluniador, de raros dotes, devia anunciar publicamente o “nome de sua família”. No entanto, o pároco já sabia de quem se tratava, argumentando que o caluniador era alguém que frequentava as casas dos italianos, inclusive a “minha casa”,⁵²⁶ segundo afirmou Sório.

Na sequência, novas manifestações de desprezo e repúdio ao “viajante” foram divulgadas em carta de autoria de um grupo de imigrantes de Silveira Martins e publicada no

⁵²⁴ O imigrante Antônio Basso falou das oportunidades anunciadas no sermão pelo padre Sório para aquelas famílias que desejavam obter auxílio do governo italiano para retornar para a península. Carta de Antônio Basso, abril de 1889, Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 455, 470).

⁵²⁵ A frase de Dante Alighieri sinaliza para a existência de uma atração comum entre os italianos e a sua língua. Consulta realizada: <http://www.italica.rai.it/scheda.php?scheda=sisuona>, em 20 de janeiro de 2012.

⁵²⁶ Carta do Padre Antônio Sório, “A pedidos. Resposta à um caluniador”. Jornal *O Combatente*, 22 de outubro de 1893, Santa Maria. ACMEC.

jornal *O Combatente*. Agora, todavia, os italianos solicitavam a revelação pública da identidade do anônimo autor das críticas. O próprio redator do periódico, na presença de testemunhas e do vigário Sório, comprometeu-se a fazer “declinar o nome do viajante”, mas nada disso aconteceu. O jornal continuou a publicar artigos assinados pelo “pouco e corajoso viajante”. Mais “seriedade e pundonorosa dignidade” passaram a ser exigidos pelos imigrantes em relação ao material divulgado.⁵²⁷ Como se pode verificar, as acusações públicas contra o procedimento de Antônio Sório suscitaram reações de um grupo de moradores da ex-Colônia que concordavam com a atuação liberal e nacionalista do pároco. As críticas expressas pelo “viajante” atingiram de forma geral a população colonial acusada de não enviar os filhos às escolas públicas, de não se naturalizarem brasileiros e nem participar das eleições.⁵²⁸

Padre Antônio Sório, “agente officioso do régio cônsul da Itália”,⁵²⁹ aparece como alvo principal das censuras do “viajante”, principalmente por ser incentivador das manifestações patrióticas, promotor da abertura de escolas italianas e coordenador da fundação de associações de mútuo socorro. Para além das críticas de pessoas externas à comunidade, o que se quer ressaltar é a atuação do pároco em abrir meios para conquistar notoriedade entre os conterrâneos. A intermediação entre os imigrantes e o consulado geral italiano, na capital Porto Alegre, demonstra o quanto amplo era o papel do pároco na região colonial.⁵³⁰ Diferentemente dos cônsules ou vice-cônsules, nomeados diretamente pelo rei, que recebiam salário pelo seu trabalho, os agentes consulares, por outro lado, eram escolhidos entre os indivíduos que haviam se transferido para a América e exerciam atividades como negociantes, farmacêuticos, comerciantes e pequenos empreendedores. Geralmente, eram indicados entre os imigrantes possuidores de alguma instrução e importância local (FRANZINA, 1995, p. 193-194).⁵³¹

⁵²⁷ Carta dos imigrantes da Colônia Silveira Martins. Assinam o documento: Angelo Zago, Antônio Londero, João Batista Bos, Gaspar Nêu, Francesco Zanchi, Anselmo Martini, João Masina, Angelo Lunardi, José Dal Forno, Risieri Rizzati e Salvador Tognotti. “Aos pedidos”. *Jornal O Combatente*, 01 de dezembro de 1893, Santa Maria. ACMEC.

⁵²⁸ Idem.

⁵²⁹ Essa era a maneira que o próprio Antônio Sório se apresentou em carta enviada ao jornal *O Combatente*, 22 de outubro de 1893, Santa Maria. ACMEC.

⁵³⁰ No caso dos diplomatas oficiais, eles eram encarregados de variadas funções a fim de atender, especificamente, os interesses políticos e econômicos do Estado italiano. Preocupados com a questão da expansão do comércio no exterior, devido à presença dos imigrantes italianos em diversos países da América, também buscavam o desenvolvimento industrial da Itália (IOTTI, 2010, p. 90).

⁵³¹ Emílio Franzina (1995, p. 192) divide em duas categorias, e com status diferentes, os representantes diplomáticos italianos na América: cônsules de carreira e os agentes consulares honorários ou locais. Os da segunda categoria eram os mais numerosos e possuíam uma origem comum.

O título de agente consular era designação bastante almejada entre os italianos no exterior, uma vez que “dava notoriedade e possibilidade de ascensão social”, principalmente entre os conterrâneos da região colonial. Escolhidos entre os indivíduos com algum destaque local, os agentes oficiais constituíam a trama essencial da rede consular, propiciando a ligação entre o consulado, responsável por um amplo território, e as famílias camponesas residentes nos afastados núcleos de colonização do Estado do Rio grande do Sul (Cacioli *apud* IOTTI, 2010, p. 93). Apesar de, muitas vezes, os agentes consulares representarem uma das únicas alternativas para requererem auxílio do consulado, nem sempre os sujeitos que ocupavam tal posição possuíam alguma preparação para assumir o cargo. Isso fazia com que, na maior parte das vezes, não entrassem em contato com os cônsules oficiais – ou de carreira –, já que tinham que se ocupar com suas atividades profissionais. Mesmo não recebendo pela função de agente consular, viam como positivo amparar, socorrer ou tutelar os imigrantes em impasses cotidianos, pois, em troca, recebiam prestígio e vantagens comerciais (FRANCHESCHINI, 1908).⁵³² Semelhante perspectiva também vale para entender a opção de Antônio Sório em se tornar autoridade consular, não estando diretamente interessado em conseguir benefícios no campo comercial, mas na construção de sólidos vínculos relacionais na comunidade. Isto reforçaria o poder imaterial. Serão estes vínculos que garantirão o sucesso das investidas quando o pároco necessitar de apoio para um investimento particular, tanto seu quanto dos sobrinhos.

5.5 Os campos de atuação de um pároco

Na Colônia Silveira Martins, Antônio Sório propiciou a ligação entre as famílias camponesas e as autoridades consulares estabelecidas na capital do Estado. Alguns anos depois de ter se tornado pároco, já com prestígio local, passou a investir na própria promoção através da reprodução das redes de relações sociais entre os paroquianos. Logo, favoreceu a constituição de canais pelos quais passaram a circular troca de favores e auxílios diversos, propiciando, assim, um número maior de recursos que garantissem o sucesso dos investimentos individuais e coletivos do grupo familiar. O aparecimento do padre Sório no mercado da terra no papel de procurador, quando era escolhido por famílias de imigrantes, é um indício do tipo de atividade que também passou a realizar aproveitando-se do prestígio

⁵³² Livro encontrado no Centro de Estudos de Emigração, Roma, Itália. (Centro Studi Emigrazione di Roma – CSER).

que possuía.⁵³³ Verificou-se que Antônio Sório era, frequentemente, testemunha nas transações comerciais de compra e venda de terras realizadas no cartório da sede ou em outras comunidades da região colonial.⁵³⁴ Também se encontrava presente nos acordos de empréstimos de altas quantias de dinheiro efetivados pelos sobrinhos, questão essa que foi analisada no capítulo anterior.

Como agente consular, Sório se encarregou de retirar determinadas somas de dinheiro enviadas da Itália para os familiares residentes na região colonial.⁵³⁵ É provável que tenha feito o inverso também, mandando dinheiro para a Itália utilizando o consulado e os bancos da capital Porto Alegre, local que frequentemente visitava.⁵³⁶ As constatações do cônsul italiano Enrico Perrod, que passou pela ex-Colônia Silveira Martins em 1883, apesar de ser anterior à nomeação de Sório como agente consular, indicam que o local já enviava “cerca de 40 mil francos por ano para a Itália” (Perrod *apud* DE BONI, 1895, p.18). Esses dados são oficiais e estão registrados no consulado.⁵³⁷ Porém, há remessas não contabilizadas que eram levadas por aqueles que retornavam pessoalmente para a Itália ou enviadas através de correspondências.⁵³⁸ Como agente consular, Antônio Sório assumiu papel importante entre os conterrâneos que lhe depositavam confiança na venda de bens e resgate de dinheiro nos bancos e consulado da capital.⁵³⁹ Isto demonstra a estreita ligação com as famílias que pertenciam à comunidade. Assim, acredita-se que a interlocução realizada pelo padre entre os imigrantes e o consulado deve ter sido mais intensa e diversificada do que as fontes cartoriais indicam. Nem todas as autorizações para mediar, vender, cobrar dívidas e retirar dinheiro ou herança na Itália passavam pela designação pública de um procurador.⁵⁴⁰

⁵³³ Transmissões. Santa Maria (4º distrito). Livro 01, fl. 127, 16.08.1897. APERS. O padre Sório aparece como testemunha de empréstimos em dinheiro, vendas e instituição de procuradores.

⁵³⁴ Transmissões: Cachoeira do Sul (Dona Francisca - 5º Distrito). Livro 03, fl. 77, 13.11.1895; Santa Maria (4º distrito). Livro 01, fl. 03.02.1899 APERS.

⁵³⁵ Procuração. Cachoeira do Sul (Dona Francisca - 5º Distrito). Livro 12, fl. 37, 27.06.1899. APERS.

⁵³⁶ Em fevereiro de 1892, a bordo do vapor que se dirigia para Porto Alegre, dentre os dezessete passageiros da segunda classe, se encontrava o padre Sório em viagem a serviço de suas atividades de agente consular. Movimento do porto. Jornal *O Rio Grande*, 07 de fevereiro de 1892. Caixa Antônio Sório. CPG-NP.

⁵³⁷ Os valores remetidos ao Brasil eram retirados nas agências bancárias mediante autorização do consulado.

⁵³⁸ Através das correspondências trocadas com as famílias de imigrantes pode-se constatar a manutenção de laços com familiares e conhecidos do outro lado do Atlântico. Através da troca de correspondências, os italianos estabeleciam pactos e passavam orientações (RIGHI, 2001, p. 307). Existem estudos que abordam a questão do envio de remessas de dinheiro para a Itália, porém, o contrário é raro (MASSULLO, 2001).

⁵³⁹ Procurações. Santa Maria (4º distrito). Livro 01, 02.11.1896 – 07.03.1901. APERS.

⁵⁴⁰ Por exemplo, quando os irmãos Jacó e João Fogliato, residentes na ex-Colônia Silveira Martins, instituem como procurador o Sr. João Baruse, da comuna de Mason Vicentino, Província de Vicenza, para “vender de qualquer forma” os bens dos irmãos da finada mãe. Procuração. Santa Maria (4º distrito). Livro 01, fl. 98, 27.03.1905. Algumas outras procurações, para obter resgate de herança na Itália, aparecem nos registros cartoriais de Cachoeira do Sul. Transmissões. Cachoeira do Sul (Dona Francisca - 5º Distrito). Livro 14, maio de 1900 a abril de 1901. APERS.

Além de ser representante local do “régio cônsul da Itália”, a função de pároco o habilitava a organizar a fundação de Sociedades de Mútuo Socorro. Junto a conhecidos originários da Província de Verona, concebeu a fundação da Sociedade dos Operários Italianos, posteriormente chamada “Umberto I” (CERETTA, 1894, p. 53).⁵⁴¹ Assim, em 16 de agosto de 1885, foi aprovado o primeiro estatuto da sociedade que contava com mais de cinquenta chefes de famílias locais.⁵⁴² A agregação era constituída por comerciantes, artesões e profissionais ligados às atividades urbanas de Silveira Martins. Esse centro concentrava casas de comércio, pequenas fábricas, hotéis e oficinas, algo não presente em outras comunidades da região colonial. A sede era um dos locais mais heterogêneos, de pessoas e atividades, conferindo uma “complexidade social” que a diferenciava de outros núcleos (SAQUET, 2003).

Essa diversidade de habitantes demandava a constituição de agregações variadas, não só religiosas, muito embora essas fossem as mais comuns, surgindo em todas as comunidades da ex-Colônia. Na verdade, a paróquia fornecia as bases para a criação de associações laicas que eram espaços complementares onde podiam ser apreendidas a ação política individual e as interações interpessoais (GRENDI, 1993). As sociedades de mútuo socorro, na maioria das vezes, recebiam o nome de algum herói que havia participado da Unificação da Itália ou um membro da família real italiana. As que ganhavam nome de santo tinham sido fundadas por membros de alguma ordem religiosa. A sociedade dos operários “Umberto I”, fundada em Silveira Martins em 1885, tinha como objetivo promover a assistência aos sócios e manter vivo entre os imigrantes o sentimento de italianidade (POSSAMAI, 2005, p. 95). Também era responsável por promover festividades e comemorações em datas nacionais, cultivar a memória dos heróis e membros da Casa Real italiana.

⁵⁴¹ Idealizador da primeira sociedade de mútuo socorro de Silveira Martins, Sório ainda auxiliou na criação de outra sociedade: *Duca degli Abruzzi*, em Arroio Grande, no ano de 1889 (SANTIN; ISAIA, 1990, p. 82).

⁵⁴² Discurso da solenidade comemorativa do 50º aniversário de fundação da Sociedade de Mútuo Socorro Humberto I, 16 de agosto de 1935. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

13. Capa do livro do estatuto pertencente ao imigrante Luiz Pirotti.⁵⁴³



Nos núcleos coloniais, as sociedades de mútuo socorro se caracterizavam enquanto iniciativa autônoma para fomentar os vínculos interpessoais. A inserção nas associações locais era uma maneira de criar solidariedades, definir identidades, eliminar diferenças, hostilidades e confrontos. Forneciam meios para proteções dos membros quando esses se deparavam com incidentes que representassem riscos à preservação das economias familiares e individuais. Tal mecanismo propiciava segurança caso algum sócio viesse a se deparar com enfermidades e imprevistos que desestabilizassem o modo de vida da família. As experiências pretéritas de formas de agregação entre grupos profissionais de uma determinada comunidade impulsionaram o surgimento de configurações sociais de assistência. Os estatutos das agremiações as consagravam como “órgãos catalisadores da solidariedade” e de preservação da italianidade entre os imigrantes, caracterizando-se também como expressão de patriotismo.

⁵⁴³ Fonte: Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

Tinham por base promover a “união e fraternidade” dos sócios. (AZEVEDO, 1982, p. 234-235). Assim, tanto nas sedes das colônias quanto nos centros urbanos maiores, como a capital Porto Alegre, os italianos se aglutinavam em torno das sociedades de mútuo socorro (CONSTANTINO, 1999).

Segundo os estatutos da associação dos “operários italianos” de Silveira Martins, o objetivo era fornecer auxílio aos sócios nos casos de doenças, enfermidades e velhice. Também deveria promover a segurança, a solidariedade, encorajar a “classe operária” ao trabalho e à poupança.⁵⁴⁴ Os associados eram indivíduos que trabalhavam na pequena indústria, comércio e na agricultura. Cada um deles possuía uma cópia do estatuto onde ficavam anotadas as contribuições mensais que não podiam ser menores de quinhentos réis, conforme normas presentes no regulamento.⁵⁴⁵ O pároco Sório, enquanto presidente da sociedade de mútuo socorro, também assumiu o cargo de “caixeiro”, indivíduo responsável por cuidar da contabilidade.⁵⁴⁶ A associação possuía um conselho administrativo composto por “chefes-sessão” que deviam vigiar a conduta dos sócios, cuidar do cumprimento dos deveres, harmonizar discórdias e conflitos, verificar as necessidades dos doentes e transmitir os pedidos ao presidente.⁵⁴⁷

A organização da sociedade se assemelhava ao modo como se estruturava o conselho paroquial – que zelava pela administração da paróquia –, o que indica certo controle sobre as condutas e acontecimentos envolvendo os membros. Logo, a presença destes poderes sinaliza para a existência de formas de controle comunitário sobre os comportamentos desviantes e reprovados, bem como criava redes de apoio para restauração da ordem social quando do surgimento de conflitos. Os mecanismos de poder local ganhavam reforço nas bases associativas da comunidade, porém, se fundavam em um senso de justiça que era diverso das instituições do Estado. As sociedades de mútuo socorro operavam entre famílias que co-residiam num determinado espaço, apresentando estatutos que possuíam normas de funcionamento que buscavam não só proteger como arbitrar conciliações no momento de impasses. Essa era uma forma de controle sobre os acontecimentos locais.

A existência de um regulamento por parte da sociedade de mútuo socorro evidencia a constituição de um poder autônomo, autorregulador, a fim de reger os comportamentos dos

⁵⁴⁴ Objetivo da sociedade. *Statuto Dell'associaziane di Mutuo Soccorso fra gli operai italiani di Silveira Martins*, 1897, p. 3. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 3, 11.

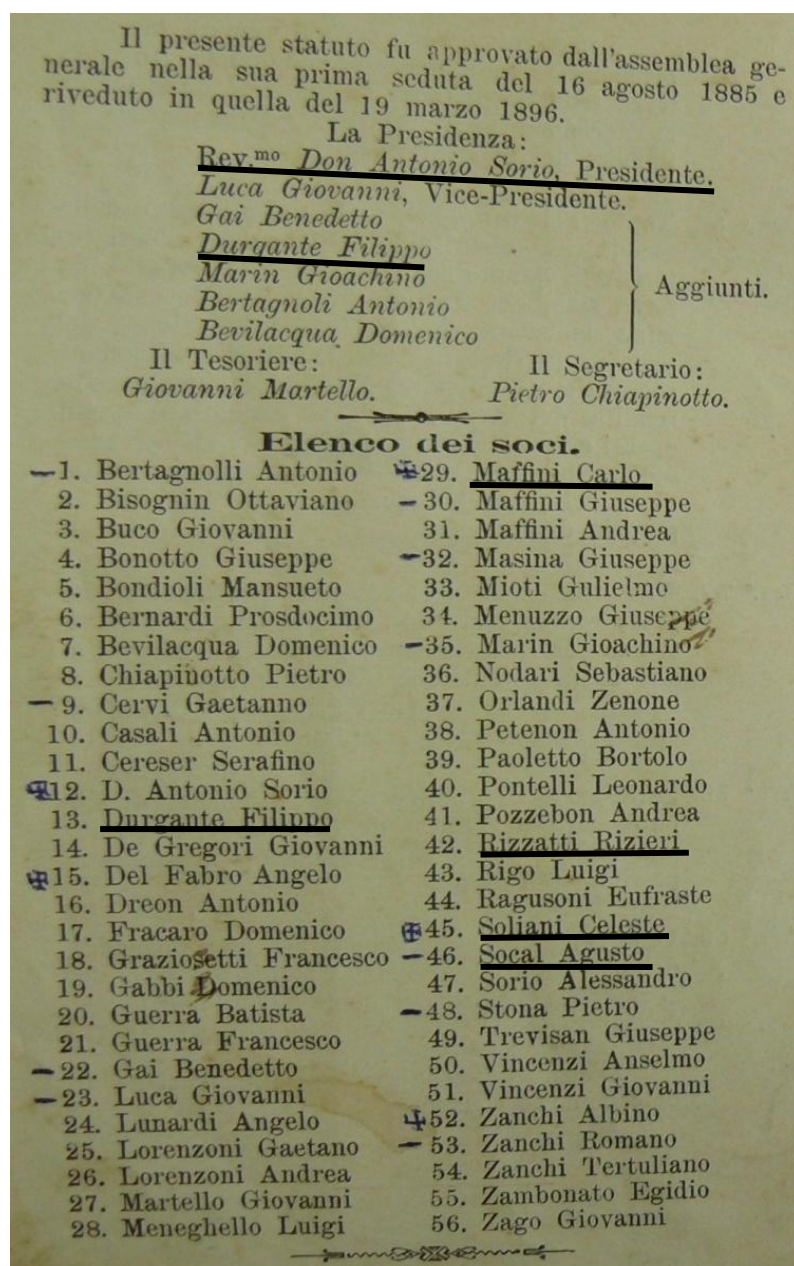
⁵⁴⁶ Informações presentes no histórico apresentado na solenidade comemorativa do 50º aniversário de fundação da Sociedade de Mútuo-socorro Humberto I, 16 de agosto de 1935. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

⁵⁴⁷ *Statuto Dell'associaziane di Mutuo Soccorso fra gli operai italiani di Silveira Martins*, 1897, p. 9. Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

imigrantes coligados. Os indivíduos associados nessas agregações também faziam parte de outras, como as vivenciadas em torno da capela através das questões sócio-religiosas. Ao estudar o papel das confrarias, Edoardo Grendi (1993, p. 16) apontou que na coordenação dos conflitos locais aquelas apresentavam regras próprias de conciliação, caracterizando-se como uma modalidade de justiça interna. Desse modo, destacou a importância das instituições associativas, fundadas sob vínculos de solidariedades e afinidades, que gerenciavam os mecanismos de controle e representação política. Tanto as confrarias religiosas quanto as laicas se destacavam como organizações atuantes que interagiam com as instâncias externas de poder, exprimindo reciprocidades e tensões, gerenciando administrativamente os assuntos da comunidade. Em muitos contextos, tais corporações se tornavam a matriz das futuras paróquias (TORRE, 2002, p. 460-463).

No entanto, na sede da ex-Colônia, a fundação da sociedade de mútuo-socorro ocorreu depois da elevação do lugar à condição de Freguesia, levando a concluir que a paróquia também fornecia as bases sociais para a estruturação das associações laicas. Como se pode constatar no elenco dos sócios da sociedade de mútuo socorro dos operários italianos de Silveira Martins, apresentada abaixo, o “Rev. Don Antônio Sório” aparece como presidente entre os anos de 1897 e 1899. Não se restringindo apenas aos assuntos relacionados à administração religiosa da paróquia, Sório se dedicava a supervisionar a associação de mútuo socorro ao qual se manteve ligado até o momento da morte.

14. Conselho administrativo e relação dos sócios da Sociedade de Mútuo Socorro de Silveira Martins, 1896.⁵⁴⁸



Entre os sócios, percebe-se a existência de uma expressiva base parental que pode ser verificada pelos sobrenomes dos membros, bem como através de vínculos não perceptíveis, no caso o parentesco batismal. Os laços criados na pia batismal permitiam a aproximação entre os indivíduos ou, muitas vezes, reforçava os vínculos de amizade já existentes. Como se viu no capítulo anterior, Antônio Sório foi padrinho de vários dos filhos dos imigrantes presentes na lista acima. A existência de algum tipo de vínculo fomentava o surgimento de

⁵⁴⁸ Fonte: Caixa Silveira Martins, CPG-NP.

novos laços de solidariedade e obrigações. Nas comunidades camponesas, tanto a paróquia quanto as confrarias podiam ser administradas por um tipo de configuração parental, caracterizando, dessa maneira, um modelo de estrutura política de eficácia local (GRENDI, 1993).

A presença do pároco a frente da associação dos “operários italianos de Silveira Martins” demonstra a ligação entre as esferas sagrada, assistencial e política que se estruturaram a partir de uma área de pertencimento comum. Enquanto presidente da sociedade, Antônio Sório tinha a incumbência de mediar os conflitos inter-familiares que, por ventura, surgissem entre os sócios. Nesse ínterim, articularia acordos de paz e arbitraria reparações de ofensas como forma de encerrar a possibilidade de vinganças. Ao assumir a recém fundada paróquia, em 1884, procurou penetrar no tecido social como estratégia para alcançar prestígio, alargar o campo de atuação, obter recursos financeiros para ampliar o patrimônio da família.⁵⁴⁹

O que está se buscando ressaltar neste capítulo são os campos possíveis de atuação do padre Antônio Sório. Por isso a apresentação de casos específicos em que ele esteve envolvido. Agindo em várias instâncias, procurou ser reconhecido na freguesia de Silveira Martins como liderança religiosa e política. Sua conduta tida como “liberal” foi o resultado das iniciativas que tomava e da importância cada vez mais crescente que adquiria. Desse modo, foi alvo de críticas e até tentativas de afastá-lo da paróquia. Embora tenha superado as dificuldades e resistências iniciais, a oposição sempre estaria presente, ora mais evidente, ora menos.

Para o sacerdote Frederico Schwinn (caderno a, p. 15-8) – missionário palotino que se tornou pároco de Silveira Martins em 1906 –, os dezesseis anos de Antônio Sório como vigário da Freguesia foram de má administração. Isso porque, segundo argumentos de Schwinn, houve um esfriamento do espírito religioso dos imigrantes e alguns núcleos coloniais se tornaram de “má fama” em comparação àqueles que eram administrados pelos padres palotinos. Logo, apontou a postura de Antônio Sório como um dos fatores que teria propiciado tal situação, pois, além de pároco, havia sido agente consular, presidente da sociedade de mútuo-socorro e chefe político no tempo do Império. O acusava, assim, de desempenhar funções que prejudicavam o “seu ministério sacerdotal, envolvendo-se em disputas” atraindo sobre ele “muitas inimizades”. O comportamento dos parentes e amigos

⁵⁴⁹ A existência de uma rede de crédito possível de ser acionada dependia do capital relacional construído por Antônio Sório. Tanto no inventário como nos atos notariais constatou-se a existência da prática de empréstimo de altas somas de dinheiro realizadas pelo pároco. Essa questão será analisada posteriormente neste trabalho.

também depreciava o trabalho de Sório entre os imigrantes, segundo Schwinn. Segue frisando algumas características do modo de agir do pároco: “pregava bem e tinha boas maneiras, amava o seu rebanho”, todavia, tanto o modo de falar como o “agir livre” ultrapassava os “limites do dever e da decência”; e ainda, “certas erupções exorbitantes do seu caráter bilioso operavam sobre o sentimento religioso do povo como a geada sobre as vinhas”. Quando se encontrava de “mau humor”, negava atender os paroquianos e “costumava denegrir os confrades quando bebia”. Além disso, se apresentava em bares e tabernas para jogar com os amigos liberais, acompanhando as “críticas insulsas” que se faziam ao Papa. Antônio Sório também foi recriminado por Schwinn por trajar “miúdo à paisana” e participar ativamente dos bailes locais.

As acusações de Schwinn contra o pároco são resultadas de diferente concepção que o primeiro tinha em relação ao desempenho das funções de sacerdote. Havia atividades que não poderiam ser exercidas pelos padres, segundo Schwinn, como a participação na política (caderno a, p. 15-8). Contudo, muitos imigrantes contemporâneos a Antônio Sório aprovavam a sua conduta, deixando entender que a postura liberal do mesmo não era um assunto que causasse manifestações de revolta entre todos os paroquianos. Esses, ao contrário, reconheciam-no como liderança política da comunidade, apoiando-o para que os representassem frente às instâncias externas de poder.

5.6 Um líder local

Nos últimos anos do século XIX, Antônio Sório surge como um dos indivíduos de maior autoridade em Silveira Martins, com poder suficiente para convocar assembleias locais e levar as demandas da população aos órgãos públicos. Como líder que era, empenhou-se na tentativa de emancipação política da colônia, pretensão essa que o aproximou ainda mais dos imigrantes, principalmente aos que haviam prosperado economicamente. Buscando favorecer o desenvolvimento da região, passaram a lutar coletivamente pela obtenção da autonomia administrativa, objetivando elevar Silveira Martins à condição de município. Com isso, queriam unir as várias comunidades italianas que pertenciam juridicamente a outros municípios.

Em 1888, o território que compunha a região colonial havia sido oficialmente dividido em três partes, cada uma delas administradas pelas cidades de Santa Maria, Cachoeira do Sul e Júlio de Castilhos. Através do decreto da tripartição, “a grande e próspera Colônia Silveira

Martins” foi, então, separada “dos seus núcleos mais ricos” (ANCARANI, 1990, p. 76).⁵⁵⁰ Por um lado, essa divisão contrariou os interesses das lideranças políticas da sede, por outro, contentou a população do Vale Vêneto que não aceitava ficar submetida ao controle da paróquia de Silveira Martins. As manifestações de resistências surgiram principalmente a partir do momento em que padre Sório abandonou aquele lugar, em 1884, como foi visto anteriormente.⁵⁵¹

Passado um mês da divulgação do decreto da tripartição, alguns comerciantes silveirenses solicitaram ao presidente da província a criação de serviços públicos, sendo os cargos de autoridades civis e policiais ocupados pelos próprios italianos. Também pediram a abertura de uma agência de correios. O representante da Câmara de Vereadores de Santa Maria, respondendo às solicitações do governo provincial, afirmou que a sede da ex-Colônia não “tinha pessoal idôneo para exercer semelhantes cargos”, que se encontrava em “estado incompleto de vida política” e dependia totalmente daquela corporação para lhe administrar. Além de demonstrar desconfiança em relação à capacidade de governo dos imigrantes, as autoridades municipais santa-marienses apontaram ainda as dificuldades de fazer com que os processos de naturalização fossem procurados pela população colonial. Seguem justificando que isso se devia à “falta de luzes” dos italianos para compreender os diversos assuntos que lhes vem de fora. Por fim, expuseram que o lugar já contava com “um sacerdote de sua religião”, acrescentando que “para resolver as questões de pequena alçada” onde não podia intervir “o braço da autoridade armada e às imposições do Código civil e criminal”, tinha uma comissão administrativa que cuidava dos assuntos locais.⁵⁵²

Na percepção do delegado de polícia de Santa Maria, os italianos que residiam na ex-Colônia Silveira Martins estavam “acostumados a não respeitar as leis do país”, uma vez que pensavam ser a região “um Estado no Estado, ou pelo menos uma porção do território italiano encravado no Império Brasileiro”. Isso se devia, na visão do delegado, “ao grande número de estrangeiros que não contavam com a presença de chefes maiores que os obrigasse a respeitar as leis do nosso país”. Várias vezes “tenho levado isto ao conhecimento das autoridades superiores e até numa dessas ocasiões juntei um documento pelo qual se via que, no Vale de

⁵⁵⁰ A tripartição acarretou a seguinte divisão: as comunidades de Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles, Dona Francisca e parte de Val Veronês foram agregadas ao município de Cachoeira do Sul; o Núcleo Soturno (Nova Palma) e Novo Treviso passaram a fazer parte de Vila Rica (Júlio de Castilhos); Silveira Martins continuou a ser administrada por Santa Maria (BELTRÃO, 1979).

⁵⁵¹ A tripartição veio a atender a vontade de parte da população da ex-Colônia que desejava se afastar do controle da sede e, conseqüentemente, da interferência administrativa santa-mariense. Sobre o conflito com a Câmara Municipal de Santa Maria ver: VENDRAME, 2007.

⁵⁵² Carta do presidente da Câmara Municipal de Santa Maria, João Pedro Lenz, ao presidente da província, 08 de maio de 1888. Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153, AHRS.

Serra [uma comunidade próxima de Silveira Martins], um grupo de italianos embriagados andava na noite dando vivas a Itália e morras ao Brasil”.⁵⁵³ Diante disso, dificilmente as autoridades santa-marienses dariam aval para o pedido de emancipação de Silveira Martins.

Na opinião do presidente da Câmara, faltava aos imigrantes compreensão sobre diversos assuntos, e, apesar de serem administrados por “órgãos diretos e legítimos”, muitas vezes recusavam-se a reconhecer as leis e cumprir com seus deveres de cidadãos.⁵⁵⁴ Todavia, em março 1890, com a instauração do governo republicano, a intendência municipal de Santa Maria concedeu à comissão que cuidava dos “melhoramentos materiais” da sede o direito de funcionar como uma subintendência.⁵⁵⁵ A política de abertura das autoridades republicanas visava favorecer uma maior integração entre as instâncias de poder estatais e os núcleos coloniais, bem como aumentar a participação dessas áreas na economia sul-rio-grandense. Para tanto, o primeiro passo seria montar um aparelho administrativo dentro dos espaços ocupados pelos imigrantes que funcionasse para atender as demandas dos mesmos. Os italianos eram vistos como uma “massa de eleitores” que deveria ser conquistada em troca de apoio ao governo republicano (PESAVENTO, 1996, p. 173).

Contudo, não tardou o surgimento de novas queixas das autoridades santa-marienses em relação ao descumprimento das leis por parte dos moradores da ex-Colônia, principalmente na questão da naturalização. Com o regime republicano, o processo de naturalização foi quase que uma obrigação, demandando medidas mais efetivas por parte dos poderes externos.⁵⁵⁶ Conforme já se constatou neste capítulo, o próprio padre Sório passou a ser criticado, através de reportagem publicada no jornal *O Combatente*, em 1893, por não estar incentivando os conacionais a se naturalizarem. Imediatamente rebateu as acusações afirmando ter ele próprio se naturalizado e adotado um partido político.⁵⁵⁷

O fato de a Intendência Municipal de Santa Maria enfrentar dificuldades para fazer com que suas orientações fossem seguidas pelos imigrantes foi motivo para não aprovar as solicitações. Apesar de já ter sido concedido “maior poder na direção dos assuntos internos” aos italianos de Silveira Martins, com a instauração do regime político republicano a

⁵⁵³ Delegado Américo Furtado Camboim, Carta ao juiz da Comarca João Martins França. AGCVSM.

⁵⁵⁴ Os representantes da câmara também destacaram que a questão do não pagamento dos impostos era um dos obstáculos que a municipalidade santa-mariense encontrava para fazer com que as leis fossem cumpridas pelos moradores da ex-Colônia Silveira Martins.

⁵⁵⁵ Circular expedida pela Intendência Municipal de Santa Maria ao imigrante Próspero Pippi, 13 de março de 1890 (In: SANTIN; ISAIA, 1990, p. 34-5).

⁵⁵⁶ Em 13 de janeiro de 1891, foi enviado um ofício ao Conselho comunicando o número de moradores da região da ex-Colônia Silveira Martins que não aceitavam se naturalizar brasileiros. Atas da Câmara Municipal de Santa Maria 1888-1892, p. 139, AGCVSM.

⁵⁵⁷ Sessão “Aos pedidos” – “Resposta a um caluniador”. Carta do padre Antônio Sório enviada ao jornal *O Combatente*, 22 de outubro de 1893, Santa Maria. ACMEC.

intendência prometeu que, em breve, a sede seria elevada à categoria de vila. Porém, o lugar ainda carecia de “pessoal apto para as diversas funções” que a nova condição requeria.⁵⁵⁸ Em 1897, depois das promessas de autonomia administrativa, Silveira Martins ainda não tinha alcançado a desejada emancipação política. Novas mobilizações foram organizadas pelos principais comerciantes da sede, e, dentre as lideranças locais, estava o pároco Antônio Sório. Nesse momento ele aparece tentando orientar a população a cumprir com as obrigações de cidadãos, seguindo as leis apresentadas pelas instituições municipais a fim de conseguirem a emancipação.

A atuação do padre foi exposta em carta publicada no jornal *O Combatente*, de março de 1897. Um indivíduo residente na sede afirmou que a “ex-Colônia, até pouco tempo, jazia imersa em profunda letargia em relação à política, despertando, afinal, de seu indiferentismo” graças a atuação de Antônio Sório. Convidando “todos os principais indivíduos da sede para reunirem-se em assembleia no “salão” do hotel de João Martello,⁵⁵⁹ o pároco aproximou os diversos chefes locais⁵⁶⁰ e fez-lhes um “eloquente discurso falando da necessidade” da população colonial em aceitar “sem reservas a naturalização brasileira para se qualificarem como eleitores”. Com isso, todos os imigrantes poderiam “gozar dos direitos que a Constituição garantia” aos cidadãos brasileiros. Na mesma ocasião, Sório propôs a criação de uma comissão executiva do partido republicano na sede que teria como objetivo a “arregimentação partidária, a qualificação dos eleitores” e a responsabilidade de empregar todos os meios a fim de conseguir a sonhada emancipação política, uma vez que Silveira Martins contava com recursos próprios para formar um rico município. Para ele, chegara o momento de “tomar uma atitude firme e dignificadora em face dos partidos que aspiravam a supremacia política” no Estado.

Durante a assembleia, foram escolhidos três integrantes para cuidar das questões políticas internas e também levar as demandas locais às instâncias administrativas externas. Entre os três indivíduos eleitos, Sório ocupou a função de vice-presidente. O autor da crônica, na sequência, destacou o empenho do sacerdote que “não comungava com a súcia de jesuítas” que, na ex-Colônia, “vivem iludindo os pobres de espírito e hostilizando o governo republicano”. Prova disso teria dado “Dom Sório” quando esclareceu aos eleitores que não

⁵⁵⁸ Circular expedida pela Intendência Municipal de Santa Maria ao imigrante Próspero Pippi, 13 de março de 1890 (In: SANTIN; ISAIA, 1990, p. 34-5).

⁵⁵⁹ Esse imigrante era casado com a prima do padre Antônio Sório, de nome Virgínia Sório.

⁵⁶⁰ Dentre os “diversos chefes” que participaram da assembleia estavam os seguintes imigrantes: “Dom” Antônio Sório, João Boss, Celeste Soliani, Próspero Pippi, Caetano Ceccon, Cezar Costa, Antônio Londero e Antônio Fantoni. “Correspondência: Silveira Martins”, 6 de março de 1897, Jornal *O Combatente*, 07 de março de 1897, Santa Maria, ACMEC.

deveriam eliminar o nome do jornalista Germano Hasslocher da lista dos candidatos, pois esse era injustamente acusado de ser “inimigo dos italianos e dos jesuítas”. O mérito de fazer com que os paroquianos mudassem de ideia foi atribuído ao “chefe padre Sório que, com todo o civismo, explicou que não era conveniente eliminar os nomes” dos candidatos considerados “dignos de representar o Estado”. Logo, aconselhou os imigrantes para que com “obediência e disciplina” votassem nos concorrentes que tinham os nomes na lista oficial.⁵⁶¹ O desempenho do padre foi ressaltado como “digno” em oposição aos “jesuítas”, no caso aqui os missionários palotinos que estavam na região.

A participação ativa do pároco na direção das questões locais propiciou que o mesmo fosse reconhecido como interlocutor entre a comunidade e os membros do partido republicano. Desse modo, angariou apoio de parte dos imigrantes para alguns candidatos republicanos, esclarecendo aos paroquianos as vantagens de buscar a naturalização como mecanismo para garantir favorecimentos. Nas assembleias e nos sermões na igreja, orientou os conterrâneos a seguirem determinadas normas fazendo-os entender quais vantagens e recursos poderiam disso conquistar. A propriedade com que falava aos paroquianos vinha do prestígio e vínculos que mantinha com as famílias locais.⁵⁶² Além disso, tinha o respeito das instâncias externas, e ninguém melhor do que o pároco para tentar promover a aproximação entre o governo republicano e os moradores da ex-Colônia Silveira Martins. Situações como essa ajudam a entender como, localmente, a república foi sendo construída, ou seja, através da mediação de indivíduos como Antônio Sório.

Para serem aceitas na sociedade comunitária, as leis do Estado tinham que passar pelas estruturas de poder local. Essas eram constituídas pelo conselho paroquial e por outras formas de agregação, coligações religiosas e laicas que agregavam as casas vizinhas e criavam uma barreira difícil de penetrar. A força dos símbolos de identificação coletiva dava às pessoas uma sólida ideia de pertencimento à paróquia (GRENDI, 1993, p. 70). A estrutura da comunidade, assentada sob ritos, normas e associações, manifestava uma forma de governo local singular que se apresentava como uma barreira frente às pressões das instituições públicas.⁵⁶³

⁵⁶¹ Correspondência: Silveira Martins, 6 de março de 1897, *Jornal O Combatente*, 07 de março de 1897, Santa Maria, ACMEC.

⁵⁶² Giovanni Levi (1985, p. 199) entende que os elementos como prestígio, poder e riqueza de um ou mais indivíduos estão ligados à comunidade onde constroem seu domínio. Esta comunidade, por sua vez, não está isolada, mas inserida em redes de relações com o universo externo.

⁵⁶³ A definição de “localidade” como uma construção que corresponde às exigências de dar voz pública às instâncias associativas de indivíduos, grupos de parentes e aliados, é apresentada por Angelo Torre (2011, p. 211, 383-390). O autor ressaltou o processo de produção do lugar através da legitimação de dinâmicas locais

Entende-se o papel de Sório como fundamental na constituição de coesão entre as famílias, principalmente enquanto estratégia para fazer circular recursos e apoios, propiciando, ao mesmo tempo, a consolidação do espaço que possuía lógicas próprias de funcionamento. Ignorar a maneira como eram tomadas as decisões referentes à vida na paróquia é descuidar de uma das dimensões mais significativas do processo de constituição de um lugar: o modo como os próprios atores sociais pensavam e agiam no mundo no qual se encontravam inseridos. A comunidade, enquanto território da paróquia e de práticas compartilhadas – modos de agir, de trabalhar e de sociabilizar –, gerava a ideia de um espaço de direitos que o poder externo não poderia interferir livremente (TORRE, 2011).⁵⁶⁴ As iniciativas tomadas pelas lideranças locais, principalmente Antônio Sório, evidenciam como a questão dos direitos e deveres frente aos poderes mais amplos era uma questão cara aos imigrantes.

Nesse sentido, se destaca o papel do pároco ao convocar e dirigir assembleias, assumindo, ao mesmo tempo, a coordenação da comissão que cuidaria dos assuntos políticos locais. Apesar da presença de autoridades públicas na comunidade, como juiz distrital e subdelegado, foi ele e alguns imigrantes que cuidaram das questões relacionadas à emancipação. Os vínculos sociais faziam com que as recomendações de Sório fossem seguidas atentamente. Até o ano da morte, em 1900, Antônio Sório esteve envolvido na tentativa de conseguir a emancipação política da ex-Colônia, apoiado pela maior parte dos comerciantes de Silveira Martins.

Em 1898, os comerciantes silveirenses José Aita, João Londero e José Margutti, representando a totalidade da população colonial, se dirigiram à Santa Maria para solicitar apoio para a criação do município. Através de um abaixo-assinado de industrialistas e donos de casas de comércio – constando entre eles Alexandre Sório – enviado ao intendente de Santa Maria, requereram que o então 4º distrito de Santa Maria fosse elevado à categoria de município. Propõem que os povoados do Núcleo Norte [Ivorá], Núcleo Soturno [Nova Palma], Dona Francisca, Vale Vêneto, Ribeirão Aquiles e Geringonça [Novo Treviso] passassem a pertencer à Silveira Martins. Alegaram que a concretização do pedido traria

singulares frente a um público concorrente. O sagrado, os rituais comunitários e outros espaços de privilégios eram recursos utilizados para produzir a “localidade”. Assim, procurou apontar a lógica “local” de fenômenos como comércio, crédito e produção como instituições e práticas que “produzem o lugar”, destacando a necessidade de interlocutores que operavam de forma precisa com poderes administrativos externos.

⁵⁶⁴ A “cultura corporativa” é considerada imprescindível para a observação das ações dos indivíduos no processo de constituição dos lugares. Esses não são ambientes que preservam laços e sentimentos inertes, pelo contrário, se caracterizam enquanto construções sociais e culturais que se origina da produção contínua dos próprios habitantes. Assim, a localidade é um espaço territorial de “práticas co-divididas” (TORRE, 2011, p. 214).

benefícios para o município santa-mariense, pois esse seria “sempre o escoadouro” dos produtos agrícolas da região colonial.⁵⁶⁵ Tal concessão permitiria, ainda, a abertura de novos serviços públicos, investimentos comerciais, crescimento da sede e incremento da economia. Num segundo momento, recorreram ao governador apresentando um abaixo-assinado que demonstrava a adesão de mais de quinhentos imigrantes na criação do novo município. O apoio às iniciativas da comissão vinha também de alguns comerciantes residentes na capital Porto Alegre, que consideravam “justas as aspirações das florescentes colônias”.

As iniciativas para alcançar a emancipação foram divulgadas no jornal *O Combatente*, demonstrando apoio à causa dos imigrantes. Foram avaliadas como legítimas as “pretensões dos colonos” da região que contava com “população de cerca de trinta mil almas”. Além de propiciar maior desenvolvimento para a ex-Colônia, a emancipação resolveria os problemas de desentendimento que alguns núcleos tinham com os municípios, escreveram os jornalistas d’*O Combatente*. Como exemplo, citaram as dificuldades de relacionamento entre os moradores da comunidade de Dona Francisca e a administração municipal de Cachoeira do Sul, que distava quase cem quilômetros e não atendia as reivindicações dos imigrantes.⁵⁶⁶ Em outras edições do jornal os redatores apontaram alguns dos pontos positivos que favoreciam a criação do município de Silveira Martins: a presença de escolas públicas, particulares e casas de comércio.⁵⁶⁷ Porém, se havia apoio às pretensões dos imigrantes, existia forte oposição à emancipação.

Logo depois de criada, a comissão passou a enfrentar dificuldades com as autoridades locais. Dentre os principais adversários à emancipação estava o subintendente José Claro de Oliveira. Em fevereiro de 1899, um abaixo-assinado organizado pelo pároco Sório, e firmado por quarenta e cinco membros da comunidade, foi encaminhado ao intendente municipal de Santa Maria no qual protestavam contra “os abusos” cometidos pelo subintendente e delegado de polícia José Claro de Oliveira, que residia na sede da ex-Colônia. O documento não especifica que “abusos” seriam esses, porém, inserido no contexto de busca pela emancipação, acredita-se que o subintendente fazia algum tipo de retaliação às pretensões dos italianos. O importante, aqui, é demonstrar que os imigrantes estavam descontentes quanto ao

⁵⁶⁵ Carta da comissão de membros do comércio da sede ex-Colônia Silveira Martins: Antônio Londero, José Aita, Próspero Pippi e Alexandre Sório, ao intendente Municipal de Santa Maria, Coronel Francisco de Abreu Valle Machado, 09 de outubro de 1898. Fundo Câmara Municipal 1868-1893, Caixa 2, v. 6, doc. 17, AGCMSM. A região que compreendia a ex-Colônia Silveira Martins só alcançou a emancipação política nas décadas seguintes, e ainda sim fragmentada em vários municípios: Faxinal do Soturno, em 1959; Nova Palma, em 1960; Dona Francisca, em 1965; Silveira Martins, em 1987 e São João do Polêsine, em 1992.

⁵⁶⁶ “Novo Município”. Jornal *O Combatente*, 23 de outubro de 1898, Santa Maria, ACMEC

⁵⁶⁷ “Ex-Colônia Silveira Martins”. Jornal *O Combatente*, 3 de novembro de 1898, Santa Maria, ACMEC.

comportamento das autoridades que residiam na sede, reforçando o desejo de criação de um município por eles administrados.⁵⁶⁸

A questão do não pagamento dos impostos por parte dos imigrantes sempre foi uma das principais dificuldades enfrentadas pelo município de Santa Maria, motivo pelo qual as autoridades não apoiaram o pedido de emancipação e nem mesmo afastaram o subintendente do cargo. Entendiam que entre os imigrantes não existiam pessoas “idôneas” capazes de assumir cargos importantes, demonstrando, portanto, desconfianças em relação à capacidade de autogoverno dos italianos (VENDRAME, 2007, p. 221). A existência dessas desconfianças fez com que as solicitações de criação de um município não fossem atendidas.

Em 1903, novas manifestações de descontentamento surgiram em face da “brutal administração e prepotente abuso de autoridade do subintendente”. Várias queixas já haviam sido apresentadas às autoridades de Santa Maria, mas, segundo o imigrante Andrea Pozzobon (1997, p. 180-82), “como de costume”, o intendente municipal se fazia de surdo e ignorava as reclamações dos italianos. No ano seguinte, Claro de Oliveira foi alvo de novos ataques por parte de vários chefes de famílias da região colonial que não aceitavam a convocação obrigatória dos filhos para o serviço militar. Este caso merece uma maior atenção.

Na busca pela anulação das convocações, aparecerem em frente à subdelegacia de polícia de Silveira Martins mais de cem italianos “armados de facho, pistola e algumas armas de caça”. Num “alarido infernal”, passaram a gritar “abaixo as firmas” e “rompam-se os livros de alistamento militar”, afirmando que fariam tudo isso com o consentimento ou não das autoridades, em afronta ao major José Claro de Oliveira. Na sequência, rasgaram o edital de alistamento militar que se encontrava afixado na porta da igreja matriz. Em seguida, arrancaram o “Pavilhão Nacional” hasteado na frente da delegacia “em sinal de luto e homenagem ao Chefe Dr. Júlio de Castilhos”. Durante todo aquele dia muitos imigrantes permaneceram na sede protestando contra a convocação militar obrigatória.⁵⁶⁹

O comparecimento de grande número de imigrantes armados no centro da comunidade havia sido antecipadamente planejado. Para obterem maior adesão, os líderes da revolta afirmaram possuírem uma carta do cônsul italiano que os autorizava a protestar contra o

⁵⁶⁸ O clamor público obteve “completa satisfação” das autoridades municipais que se comprometeram em chamar a atenção do denunciado caso viesse a cometer novas violações. Externando o apoio que obtiveram, os petionários encaminharam o abaixo-assinado para divulgação no jornal *O Combatente*. Divulgação do abaixo-assinado contendo as assinaturas de 45 imigrantes. “Aos pedidos”, Jornal *O Combatente*, 5 de fevereiro de 1899. ACMEC. Além do pároco e seus sobrinhos – Alexandre Sório e Luiz Bianchi –, o documento de protesto foi assinado pelos principais donos de casas de comércio da sede.

⁵⁶⁹ O processo-crime instaurado foi enquadrado como “motim armado de insubordinação contra o poder estabelecido”, sendo arrolados como réus mais de trinta indivíduos, todos imigrantes italianos e seus descendentes. Processo-crime, Santa Maria, Cível e crime, Maço 43, n° 1296, Ano 1904, APERS.

alistamento militar, pois não era necessário aos italianos prestar tal serviço no Brasil. Como os imigrantes há tempos vinham se indispondo com o subdelegado Claro de Oliveira, e não obtinham apoio das autoridades de Santa Maria, recorreram às autoridades consulares para buscar adesão nas reivindicações. Os “rebeldes” eram todos agricultores que agiram para garantir a sua condição de proprietários, evitar desequilíbrios nas economias domésticas permitindo a reprodução e a sobrevivência do grupo familiar.⁵⁷⁰

A fim de julgar os líderes do “movimento armado” foi aberto processo-crime. Nas investigações, um dos imigrantes justificou ser ele “chefe de numerosa família”, motivo pelo qual se deslocou até a sede para falar com o subintendente Claro de Oliveira para impedir que os três filhos mais velhos fossem afastados da casa paterna para prestar serviço militar. Alegou que os filhos eram indispensáveis para prover a subsistência do restante dos membros do grupo.⁵⁷¹ A revolta contra o alistamento é um exemplo das preocupações comuns que levavam os imigrantes a protestarem contra as autoridades brasileiras. Tudo o que ameaçasse desestruturar as economias domésticas, a reprodução do grupo e o equilíbrio familiar podiam motivar protestos. O trabalho coletivo dos membros aptos era recurso indispensável para garantir equivalência entre o que era colhido e consumido na “empresa agrícola”. Toda a alteração que afetasse essa dinâmica interna, apresentando riscos de romper o sempre frágil equilíbrio da unidade familiar, desencadeava intensas preocupações por parte das famílias (LEVI, 1985a).

O sucesso da integração entre a esfera local e as instâncias de domínio externo dependia muito da habilidade dos empregados públicos de fazer cumprir as obrigações de maneira a não suscitar oposição na população dos núcleos coloniais. Na opinião das autoridades administrativas – sujeitos que ao mesmo tempo representavam o poder do Estado junta às comunidades – faltava aos imigrantes insurgentes conhecimento sobre os deveres de cidadãos.⁵⁷² Essa visão também havia sido expressada pelos membros da Câmara Municipal de Santa Maria, quando tinham enfrentado dificuldades com relação ao não cumprimento das leis por parte dos estrangeiros que não aceitavam a naturalização, conforme se constatou anteriormente. Os limites da aceitação das regras de controle externo – município e Estado –, segundo Giovanni Levi (2000, p. 196), passavam por “fina rede de manipulações políticas” organizadas pelas lideranças locais, estando as estratégias camponesas “imersas em uma ativa

⁵⁷⁰ Segundo Pierre Villar (1990, p. 274), a questão do recrutamento militar obrigatório sempre foi um dos motivos de protestos por parte da população rural na Europa do século XIX.

⁵⁷¹ Interrogatório do réu João Boligon, 54 anos, casado, agricultor, natural da Itália e residente a vinte e três anos na Linha Quatro Norte. Processo-crime, Santa Maria, Cível e crime, Maço 43, n° 1296, Ano 1904, APERS.

⁵⁷² Processo-crime, Santa Maria, Cível e crime, Maço 43, n° 1296, Ano 1904, APERS.

cultura social de solidariedade e conflitos, proteção e submissão”.⁵⁷³ Logo, acredita-se na existência de práticas recorrentes de apoio mútuo entre os indivíduos que se defenderam das medidas das autoridades que os obrigava a prestar serviço militar. A política cotidiana dos imigrantes visava proteger o modo de vida camponês contra obrigações que desestabilizassem a sua existência.

Para os italianos, os protestos contra o major Claro de Oliveira eram mais que legítimos, tendo em vista a negação por parte dele em subtrair da lista os convocados para o alistamento militar. Nesse caso, o clima de tensão contra os representantes do Estado reflete os recursos acionados para rejeitar as imposições consideradas injustas.⁵⁷⁴ E a população em protesto exigia que o mesmo deixasse o cargo que ocupava (POZZOBON, 1997, p. 180-81). A destruição do documento de alistamento militar e a subtração da bandeira nacional devem ser analisadas como parte de um conflito contínuo de tensões e negociações que ocorria entre os imigrantes e as autoridades que representavam o Estado. Partindo dessa perspectiva é possível avaliar como se traduziu localmente as obrigações em relação ao poder estatal, percebendo, ao mesmo tempo, a questão das margens de “autonomia operativa” dos indivíduos nas comunidades.⁵⁷⁵ Nesse caso, a análise se abre para as formas de coesão local – paróquia, parentela e associações – e a articulação política num determinado espaço para se opor a medidas repudiadas (GRENDI, 1993, p. 8-9).

A paróquia como campo comum de pertencimento – e também corporação política de direitos e deveres – propiciou a articulação e a mobilização de parte dos imigrantes que consideravam a chamada para o alistamento uma violação às formas de reprodução das famílias e um perigo às economias domésticas (GRENDI, 1993).⁵⁷⁶ Logo, a desorganização das atividades internas da casa, devido à falta de alguns dos membros, afetava as necessidades elementares de subsistência ameaçando, também, os aspectos sociais e culturais do modo de

⁵⁷³ O poder central do Estado, muito lentamente, conseguiu organizar as relações com as comunidades italianas no sul do Brasil. Ao analisar o contexto da Itália dos séculos XVI e XVII, Giovanni Levi (2000, p. 196) constatou que as comunidades tinham “uma sempre viva capacidade” de encontrar saídas diante de um contexto de retração econômica ou de pressões externas.

⁵⁷⁴ Na obra *Senhores e Caçadores*, Edward Thompson (1997, p. 351) afirma que para alcançar legitimidade perante a sociedade, as leis deveriam parecer efetivamente justas. O mesmo se dá com o poder judiciário que, para obter respeito e confiança, deveria ser justo. No universo rural, a “lei, muitas vezes, era uma definição da efetiva prática rural, tal como fora seguida desde tempos imemoriais”.

⁵⁷⁵ O Estado se faz sentir e articula sua presença na comunidade por meio da esfera fiscal e da administração da justiça na constante relação entre centro e periferia. Essa perspectiva de investigação foi utilizada por alguns pesquisadores que analisaram a construção do Estado na Itália do Antigo Regime (GRENDI, 1993; LEVI, 2000). Partindo do protagonismo da comunidade, constataram que o processo não pode ser lido unilateralmente: tensões e negociações cercaram a construção da supremacia judiciária-fiscal da metrópole (LIMA, 2006, p. 211-212).

⁵⁷⁶ A reprodução da unidade doméstica camponesa não assume aspectos apenas de subsistência, mas também sociais e culturais. A questão da conservação de status social e a obtenção de bens garantem a manutenção de um estilo de vida pelas famílias camponesas (GRENDI, 1978; LEVI, 1985a).

vida camponês.⁵⁷⁷ É provável que tenha sido motivações semelhantes que levaram os imigrantes a protestarem contra os abusos de Claro de Oliveira no período em que Antônio Sório se encontrava a frente da paróquia de Silveira Martins. Com a morte do pároco, a comunidade de Silveira Martins perdeu um de seus principais líderes, alguém que intercedia junto às instituições públicas pelos imigrantes.

Como liderança, Sório tinha controle sobre um corpo político organizado sob bases paroquiais, colocando-se na linha de frente das negociações realizando a mediação entre os imigrantes e as autoridades do Estado, fossem eles cobradores de impostos, juízes de paz, subdelegados e subintendentes. Como agente consular, conduziu as queixas locais encabeçando a formação de grupos de reivindicação junto ao município. Como pároco manteve sob controle as “rédeas da vida social” que passavam pelas vias associativas, morais e religiosas. Mantinha relação bastante próxima com comerciantes e famílias de influência na sede da ex-Colônia.

A partir da análise dos conflitos cotidianos e eventos específicos, visualizaram-se os diferentes vínculos que formavam o tecido social e os recursos variados utilizados pelos sujeitos. Desse modo, a apreciação de uma imagem coerente de um projeto estatal que se impõem sobre as comunidades de imigrantes torna-se argumento bastante frágil. A representação que surge é de “uma sociedade regional que se constitui a partir de um campo de forças” onde o “protagonismo e a possibilidade de inovação dos diversos atores sociais não podem ser ignorados” (GRENDI, 1993, p. 12-13; LIMA, 2006, p. 213). Os conflitos de interesses e a formação de grupos de oposição entre as lideranças locais estão ligados às obrigações que o Estado impunha e que os imigrantes não reconheciam como legítimas.

Nesse sentido, a “revolta armada” dos imigrantes contra o subintendente Claro de Oliveira foi deflagrada a partir da vontade coletiva da comunidade de expressar os limites das imposições externas. A relação entre as partes estava desgastada, o que prejudicava os interesses do Estado na região colonial. Somente após a intervenção do agente consular italiano é que Claro de Oliveira foi afastado de Silveira Martins. A remoção de autoridades contestadas pelas populações era uma das estratégias comumente utilizada pelas instituições

⁵⁷⁷ As famílias camponesas se encontravam ligadas a uma economia do auto-consumo. Durante o ciclo de vida da unidade doméstica e necessidades do grupo, como casamento dos filhos e constituição dos dotes, ocorre uma intensificação das relações de produção – aumento da área de cultivo. Nesse momento, a manutenção do equilíbrio entre consumidores e trabalhadores é fundamental para garantir o sucesso dos investimentos familiares. Essa estreita relação entre a etapa do ciclo de vida, números de trabalhadores e consumidores determinava as escolhas das famílias (LEVI, 1985).

republicanas como forma de aplacar as disputas políticas surgidas nas comunidades (BIAVASCHI, 2011, p. 179).⁵⁷⁸

As relações entre Claro de Oliveira e Antônio Sório não deviam ser pacíficas. Nas eleições para presidente da República de 1898, o subdelegado Claro de Oliveira e o padre Sório eram mesários, sendo o primeiro o presidente da mesa.⁵⁷⁹ Neste pleito, contudo, Antônio Sório não compareceu, sendo substituído por Maximiliano Gonçalves D’Almeida. Além de outros mesários que não apareceram, os eleitores de Silveira Martins também se negaram a votar.⁵⁸⁰ Talvez a ausência nas eleições de 1898 foi acordada entre os imigrantes votantes, uma forma de retaliação por terem seu pedido de emancipação negado pelas autoridades do Estado Republicano no ano anterior.

Em 1897, havia sido escolhida uma comissão para incentivar a naturalização de italianos, sendo o vice-presidente o padre Antônio Sório.⁵⁸¹ Ao se naturalizarem brasileiros, os imigrantes ficariam aptos a votar nas eleições do ano seguinte. Porém, como as autoridades santa-marienses deram parecer negativo ao pedido de emancipação política de Silveira Martins, os votantes, inclusive o padre Sório, não participarem das eleições de 1898.⁵⁸² Ao não comparecerem para votar, talvez estivessem seguindo as orientações dos membros da comissão. Não surpreende, então, que o subintendente Claro de Oliveira passasse a ser alvo de repúdio por parte dos italianos como destacado anteriormente. A não participação dos imigrantes nas eleições já sinalizava para a existência de oposição ao desempenho político do subintendente. Uma das estratégias utilizadas foi, então, se ausentar das eleições para demonstrar o descontentamento diante das demandas não atendidas.

Nas regiões coloniais, o sucesso das autoridades públicas para fazer cumprir as normas jurídicas e administrativas dependia em grande parte do apoio dos párocos. Geralmente, esses participavam ativamente da política local, e não raro estavam na oposição quando os

⁵⁷⁸ As agitações e disputas entre autoridades e grupos locais desmistificam a imagem de unidade no partido republicano (PRR). A nível local, formaram-se facções rivais que lutaram por controle da política, mostrando-se, ao mesmo tempo, fiéis às ideias e orientações do PRR. Houve confrontos entre intendentes e padres, principalmente porque os últimos envolviam-se em disputas políticas incentivando o não comparecimento dos eleitores nas eleições. Os sacerdotes geralmente dispunham de influência entre a população colonial (BIAVASCHI, 2011, p. 192).

⁵⁷⁹ A mesa eleitoral foi composta por José Claro de Oliveira (presidente), padre Antônio Sório e mais três imigrantes. Transmissões/ notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1 – 25.01.1896 à 22.10.1898, fl. 165, 166, doc. 01 de março de 1898, APERS.

⁵⁸⁰ Idem.

⁵⁸¹ Correspondência: Silveira Martins, março de 1897, Jornal *O Combatente*, 07 de março de 1897, Santa Maria, ACMEC.

⁵⁸² Em 1896, quando foi instituída a mesa eleitoral em Silveira Martins para escolha de deputado e senador, Antônio Sório aparece entre os vinte cinco eleitores votantes. No entanto, trinta e sete dos eleitores anunciados na lista não se apresentaram. Transmissões/ notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1 – 25.01.1896 à 22.10.1898, fl. 95, 96, doc. 30 de dezembro de 1896, APERS.

representantes do Estado se negavam em atender aos pedidos dos imigrantes. Desse modo, de um lado estava o grupo guiado pelo vigário, que contava com a maior parte dos paroquianos, e de outro o grupo menor formado pelos empregados públicos.⁵⁸³ O clima de tensão era uma consequência da maneira como os últimos procuravam fazer cumprir determinadas leis (BIAVASCHI, 2011). A criação do município expressava um projeto de independência que visava o autogoverno, já que lideranças da sede queriam assumir os cargos públicos.

Em 31 de dezembro de 1899, enquanto Antônio Sório agonizava na casa paroquial, realizava-se em Silveira Martins a votação para deputado e senador. Como presidente da mesa eleitoral, estava o subintendente Claro de Oliveira. Diferentemente da eleição de 1898, quando os convocados não compareceram para votar, nesse momento apresentou-se número significativo de imigrantes eleitores.⁵⁸⁴ Essa participação pode ser percebida como um sinal de adesão da população à política de Claro de Oliveira, talvez por medo, coação ou outro motivo. O fato é que no último dia de dezembro de 1899, a paróquia se encontrava num momento de fragilidade frente à expectativa do que aconteceria ao padre Antônio Sório. Assim, os imigrantes entenderam que não era momento para novos protestos.

Na comunidade de Silveira Martins, dois eram os indivíduos que ocupavam os cargos de representantes das instituições jurídicas externas: José Claro de Oliveira, que era subintendente e subdelegado, e o juiz distrital Joaquim Augusto Pinho. Ambos eram os responsáveis por investigar desordens, crimes, conflitos e violências na região colonial. Quando foi afrontado pelos imigrantes na subdelegacia, Claro de Oliveira de imediato apresentou denúncia às instâncias judiciais contra as manifestações de revoltas dos imigrantes. No entanto, em dezembro de 1899, quando Sório foi encontrado ferido em uma das estradas coloniais, Claro de Oliveira não tomou qualquer iniciativa para averiguar as circunstâncias que motivaram a emboscada.

Embora não tenha sido instaurada investigação policial, a tradição oral deu identidade aos agressores, conforme se apresentou no primeiro capítulo desta tese. Eram eles os

⁵⁸³ Estudando as relações de poder nas regiões de colonização italiana, entre 1903-1928, Márcio Biavaschi (2011) aponta vários episódios de conflitos envolvendo os párocos e os intendentes distritais, principalmente devido à participação ativa daqueles em questões políticas. No púlpito, os padres de origem italiana censuravam a administração e vida privada dos intendentes. Em algumas localidades, onde os párocos eram opositores das autoridades públicas, a realização das eleições quase sempre resultava em processos mal-sucedidos. Os políticos perceberam a necessidade de obterem o apoio dos padres para conseguir a participação dos imigrantes nas eleições.

⁵⁸⁴ A mesa eleitoral foi composta por José Claro de Oliveira (presidente), Angelo Lunardi (secretário) e Celeste Soliani (mesário). O candidato a senador Ramiro Barcellos recebeu 51 votos. Para deputado, o candidato Antônio Candido Sodré recebeu 33 votos, Alexandre Caniano do Nascimento 36 e Manoel de Campos Cortier 33. Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 2 - 04.11.1898 a 27.09.1900, doc. 31 de dezembro de 1899. APERS.

imigrantes Felipe Durgante, Celeste Soliani e Rodolfo Faccin. Apesar dos três terem sido apontados como maçons,⁵⁸⁵ constatou-se que apenas os dois últimos aparecem como membros da Loja Maçônica União e Trabalho de Silveira Martins. Além deles, participavam o subintendente José Claro de Oliveira e o juiz distrital Joaquim Augusto de Pinho, Maximiliano D’Almeida e outros empregados públicos que atuavam em Silveira Martins. Tais autoridades também foram mencionadas de participar do grupo que planejou a “emboscada” contra o pároco, segundo as informações colhidas entre os descendentes de imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins.⁵⁸⁶

Em fevereiro de 1900, um mês após a morte de Sório, ocorria a fundação oficial da Loja União e Trabalho.⁵⁸⁷ Acredita-se que com a formalização do funcionamento da agregação maçônica, reforçaram-se os vínculos de solidariedade existentes entre os membros. Essa escolha deu coesão e força à agregação, sendo dirigida pelas autoridades públicas locais com participação de alguns poucos imigrantes. Mesmo existindo vínculos que propiciaram a constituição de redes de proteção entre os suspeitos, isto não é suficiente para explicar os motivos do ataque ao sacerdote. As rivalidades entre Maçonaria e Igreja Católica, segundo sugeriu o padre Pedro Luiz ao escrever sobre a “trágica morte” de Antônio Sório, não parecem determinantes para a concretização de um crime. Desse modo, surgem os seguintes questionamentos: as rivalidades políticas entre as lideranças do lugar foram motivos para que se articulasse um ataque contra o pároco? Tal recurso seria uma forma legítima de condução e resolução das tensões e inimizades locais? Ou foi um mecanismo de contra-ofensa para golpear a reputação e a honra do rival político?

Sabe-se da existência de tensões entre os imigrantes e as autoridades que administravam o distrito naqueles últimos anos do século XIX. É provável que tenha ocorrido outros confrontos dos quais não se encontrou indícios nas fontes. Os conflitos políticos, muitas vezes, conferiam direito de vingança a um grupo que buscava reparar alguma ofensa, do mesmo modo que impasses relacionados à honra familiar. De qualquer forma, a morte do padre Sório parece ter sepultado a possibilidade da ocorrência de novas retaliações.⁵⁸⁸ Mas há nuances nessa história que devem ser colocadas em evidência.

⁵⁸⁵Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 165. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora - AHPNSC, Santa Maria.

⁵⁸⁶ Depoimentos. Caixa Antônio Sório, CPG-NP.

⁵⁸⁷ Ata de fundação da Loja Maçônica União e Trabalho, 6 de fevereiro de 1900 (RIGHI, 200, p. 298).

⁵⁸⁸ A vingança era um recurso para restabelecer o equilíbrio em disputas políticas. Era uma prática difusa na sociedade comunal camponesa (ZORZI, 2002; 2009).

Somente, em 1940, o padre Pedro Luiz, no texto intitulado “Morte trágica de Dom Antônio Sório”, apontou três italianos como os responsáveis pelo atentado. Chama-se a atenção que dois destes eram muito próximos do pároco: Felipe Durgante e Celeste Soliani. Além de fazerem parte da Sociedade de Mútuo Socorro Humberto I, como sócios fundadores – como se viu anteriormente –, Sório era padrinho de um dos filhos de Felipe Durgante, batizado ocorrido em novembro de 1888.⁵⁸⁹ Se foram esses os agressores do padre, se está diante de práticas de ajustes internos entre membros de uma sociedade ligados por vínculos de solidariedade, afinidade e até de parentesco. Comumente, nas comunidades camponesas os grupos aparentados se encontravam na base de práticas de paz e violência, e a vingança era também comum entre homens que mantinham laços de parentesco (GRENDI, 1993).

Nos anos seguintes da morte de Sório, o hoteleiro João Martello e a esposa Virginia Sório – indivíduos que faziam parte da rede parental do falecido padre – estabeleceram laços de compadrio com as principais autoridades – subintendente e familiares do juiz distrital – da sede Silveira Martins.⁵⁹⁰ Os rituais religiosos, os atos notariais e as trocas de favores perante as instituições públicas são uma fonte privilegiada para identificar a pacificação de inimizades e o fazer das tramas de solidariedade (ZORZI, 2002). Nesse sentido, o fato referido acima pode ser interpretado como uma forma de reconhecimento mútuo das alianças e laços de reciprocidade que se desejavam consolidar entre eles. Talvez tais recursos foram acionados para amenizar os boatos e suspeitas da população que acreditava terem sido as autoridades públicas mentoras e/ou coniventes com o atentado.

As acusações surgiram a partir das desconfianças, rumores e explicações frente a não abertura de investigação policial para esclarecer e punir os responsáveis pela morte do pároco. Já as explicações de que Sório teria sofrido uma emboscada serviram como justificativas para fatos e suspeitas da realidade social vivida. As ações cotidianas e o desempenho político do pároco se deram no âmbito da comunidade, cenário regido por normas e regras no qual os indivíduos faziam suas escolhas e traçavam metas. Foi neste espaço que surgiram as suspeitas de ter sido ele vítima de uma armadilha.

⁵⁸⁹ No quinto capítulo foi analisada a participação do padre Antônio Sório na questão dos apadrinhamentos.

⁵⁹⁰ Em março de 1902, João Martello e Virginia Sório convidaram para padrinho de seu filho o sub-intendente José Claro de Oliveira e a esposa Maria Colma. No ano seguinte, em setembro de 1903, o empregado público Maximiliano Gonçalves D’Almeida e Clara Pinho de Almeida, filha do juiz distrital, convidaram João Martello e esposa como padrinhos da filha recém nascida. Livros de registro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 5, p. 49, 66, ADSM.

Nos três últimos capítulos serão apresentados vários episódios de conflitos e impasses entre as famílias de imigrantes, bem como as formas de resolução para estes problemas. A defesa da honra familiar e da reputação individual aparece como um aspecto motivador do surgimento de vinganças de sangue. Nesses momentos, a solidariedade entre vizinhos e parentes era determinante para restabelecer o equilíbrio e a paz sem a necessidade de recorrer à justiça pública. Aliás, como se verá, os imigrantes procuravam solucionar privadamente certos fatos para que estes não chegassem aos tribunais do Estado. Assuntos da alçada familiar que, se expostos publicamente, poderiam causar prejuízos aos seus membros.

CAPÍTULO 6

Questões de família: honra e reparação

Neste capítulo, analisar-se-ão as escolhas das famílias de imigrantes italianos para resolver problemas relacionados à honra. Ver-se-á a capacidade de atuação dos indivíduos em acionar estratégias para solucionar questões internas à comunidade, de acordo com as próprias regras morais. Os recursos que cada pessoa ou grupo possuía eram variados e orientados por normas e valores presentes no horizonte de expectativa das populações rurais. Serão apresentados alguns episódios que permitem compreender as diferentes combinações realizadas para reparar a honra familiar. Os acordos ou práticas punitivas eram algumas das alternativas para restabelecer o equilíbrio social e a harmonia local. A reparação das ofensas, nestes casos, se dava através de rituais de violência ou por negociações mediadas por membros da comunidade. Os ajustes ocorriam no espaço privado, porém, nem sempre esses resultavam em pactos bem sucedidos, podendo ser levados a julgamento externo nos tribunais. Portanto, a busca por reparação quando algum fato atingia a honra familiar, provocando vergonha e humilhação pública, é aqui entendida como um mecanismo autônomo de gestão dos conflitos nos núcleos coloniais.

6.1 Revelar ou ocultar: os nascimentos ilegítimos

Em 1902, na colônia Silveira Martins, no centro do Rio Grande do Sul, o imigrante Antônio Bussato denunciou à polícia o conterrâneo Andrea Viero (34 anos) pelo defloramento da filha Regina Bussato (17 anos), deixando-a em “avançado estágio de gravidez” após, durante um longo período, ter se dedicado a tratar as moléstias da menor. Este fato foi levado às instâncias externas – justiça do Estado – porque não houve acerto na tentativa de conciliação privada entre o pai da moça desonrada e o sedutor. Desse modo, os danos à honra familiar não foram reparados.

O imigrante Andrea Viero havia chegado à colônia Silveira Martins no ano de 1885 “alardeando títulos de médico e trajando publicamente vestes de sacerdote”.⁵⁹¹ Ali recebeu um lote de terra contíguo ao da sua família que se encontrava no lugar desde 1878, bem como seria vizinho do conterrâneo Antônio Bussato.⁵⁹² Em abril de 1891, na igreja matriz da Sede da Colônia, Andrea Viero casou-se com Ana Pauletto (19 anos), que tinha partido da província de Vicenza com a família e acompanhada pelos pais do futuro noivo.⁵⁹³ O processo de transferência realizado pelo grupo para o sul do Brasil, seguido da instalação numa mesma linha colonial, são aspectos que indicam a proximidade entre as famílias que, conseqüentemente, orientaram o estabelecimento de relações de afinidades e parentesco.

Andrea Viero se apresentou aos imigrantes como “médico” e “padre”, passando a cuidar das enfermidades dos conterrâneos com o uso de medicamentos e rezas. Certo dia foi convocado por Antônio Bussato para tratar da filha. No entanto, durante o período de tratamento, “abusando da confiança” nele depositada, deflorou a jovem Regina. Procedimento semelhante teria feito com “outras menores, como era público e notório em diversos pontos da Colônia Silveira Martins”. Ao adentrar o espaço privado do lar e conservar-se sozinho com as moças em seus quartos, Andrea Viero ultrapassava os limites ao abusar delas sexualmente. Isso foi o que ocorreu com a jovem Regina, segundo denúncia do pai da moça. O tratamento curativo havia sido iniciado em maio de 1901, prosseguindo durante alguns meses até que, por fim, no mês de dezembro, apareceram os sinais da gestação. Frente a este fato, e com os rumores crescendo na comunidade, a jovem apontou como responsável pela gravidez o seu curador, propiciando, assim, que o chefe da família se mobilizasse para exigir reparação pelo “incidente”.

Em ação conjunta entre conhecidos e parentes, Bussato propôs uma saída pacífica para aquele embaraço, propondo ao ofensor a concessão de um dote como forma de reparar o dano causado à honra da família. Medidas de des afronta foram tomadas frente a não possibilidade de esconder a transgressão sexual e o futuro nascimento do filho ilegítimo, fatos esses que já circulavam localmente. A família e amigos da jovem seduzida, após a constatação da gravidez de Regina, como primeira iniciativa para remediar a ofensa, solicitaram o valor de dez contos de réis (10:000\$000) de Andrea Viero. Importância essa que seria destinada a “proteger as condições da infeliz” mãe solteira.⁵⁹⁴

⁵⁹¹ Relatório da investigação policial, 1902. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Maço 36, n° 1058, APERS.

⁵⁹² Ambos os imigrantes, Andrea Viero e Antonio Bussato, haviam emigrado da Província de Vicenza em 1878. Relação de distribuição dos lotes na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 118, 148, 162).

⁵⁹³ Livro de Casamentos de Silveira Martins, n° 1, 1884-1897, p. 55. ADSM.

⁵⁹⁴ Relatório. Investigação policial, 1902. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Maço 36, n° 1058, APERS.

Sob ameaças de ser entregue às autoridades policiais, o “pseudo-médico” assumiu um “compromisso pecuniário”, garantindo “dar tudo o que possuía como dote a menor ofendida”. Como parte do acordo, conferiu parte do dote ao assinar uma “letra no valor de um conto, cento e vinte oito mil e novecentos e quarenta réis” (1:128\$940).⁵⁹⁵ Porém, esta doação passou a ser questionada por Andrea Viero, pois ele alegou ter sido coagido a aceitar as condições do acordo. Reagindo à recusa do deflorador, Antônio Bussato, o pai da moça, acionou outro recurso contra ele, apelando, agora, às instâncias externas da comunidade. As primeiras iniciativas para reparar a honra familiar, mediadas pelos conterrâneos do núcleo colonial, caracterizavam-se como solução privada, não violenta e autônoma, evitando, assim, a possibilidade de recorrer às autoridades judiciárias.

As contestações e recusas de Andrea Viero em fornecer o valor integral do dote levaram Bussato a denunciá-lo à justiça como autor de crime de defloramento.⁵⁹⁶ Ao buscar a justiça do Estado, o pai acionava outro recurso para restaurar o equilíbrio familiar. Na sequência, Antônio Bussato comunicou o ocorrido aos correspondentes do jornal *O Combatente* – da cidade de Santa Maria –, apresentando o documento firmado por Viero onde este se comprometia a fornecer um dote à jovem Regina. O documento, assim, era a prova de sua culpa.

No mesmo jornal foram divulgadas notícias sobre “as áfricas de um espertalhão” italiano que se dizia “enviado extraordinário do Papa”. Segundo os redatores, Andrea Viero, “inteligente e esperto”, dispunha de ilimitada “admiração” e da “confiança dos colonos”, pois esses solicitavam os seus serviços profissionais.⁵⁹⁷ A seguir, informaram sobre os “processos curativos do *vigário*”, conforme versão apresentada por Antônio Bussato. Como prova da culpa no caso da jovem Regina, foi divulgado o documento – assinado por cinco testemunhas – de concessão do dote que Viero se comprometera a pagar:

⁵⁹⁵ *Idem.*

⁵⁹⁶ A possibilidade da ocorrência de vingança através da violência física direta ou fixação de um acordo extrajudicial quando fatos atingiam a honra familiar é aqui entendida como um mecanismo autônomo de gestão dos conflitos privados nos núcleos coloniais.

⁵⁹⁷ As autoridades policiais da região colonial, entre os anos de 1897 e 1899, haviam feito várias denúncias contra as atividades curativas de um moço italiano chamado Andrea Viero que atraía seguidores entre os imigrantes. O acusavam de abusar da “credulidade da população”, perturbar o “sossego público” e subverter a ordem nas famílias. Assim, o sub-delegado, preocupado com os procedimentos tidos como “escandalosos” do curandeiro, que receitava remédios ineficientes e atentava contra a moral familiar, empreendeu perseguição que levou ao desaparecimento repentino do mesmo da ex-Colônia Silveira Martins. Ofício do sub-delegado do 4º distrito, José Claro de Oliveira, ao intendente municipal de Santa Maria, 1897; Ofício do juiz distrital, Joaquim Augusto de Pinto, ao intendente municipal, 19 de dezembro de 1897. Fundo Intendência Municipal 1897-1899, documento 111, 80, livro 16, Caixa 2, AHMSM.

Eu abaixo-assinado Andrea Viero declaro que nesta [data] desisto da quantia de 1:128\$000 (um conto, cento e vinte oito réis) em moeda corrente a qual tenho em giro na casa comercial sob a firma social representada por Francisco De Nardin & Cia, cuja a importância lego a menor Regina Bussato, como dote, por ter com ela *travado relações ofensivas a moral*. E por ser verdade é que passo o presente de meu próprio punho em presença das testemunhas comigo assinadas.⁵⁹⁸

Os insultos aparecem como consequências do “abuso de confiança” de Viero. Esse tinha seduzido a moça na ocasião em que lhe empregava o tratamento curativo, na casa do chefe da família que lhe havia contatado. As atitudes ofensivas à honra familiar surgiram devido ao desrespeito a uma das regras morais relacionadas à manutenção da castidade feminina.⁵⁹⁹

O papel das mulheres na preservação da reputação do grupo é um dos elementos presentes no cotidiano das comunidades coloniais, conforme irá se perceber no decorrer deste capítulo. A honra familiar aparece fortemente vinculada ao comportamento das mulheres, ou seja, mantendo-se virgens e fiéis as filhas e as esposas preservariam a moral da família.⁶⁰⁰ Desse modo, o “bom nome” de um grupo poderia ser afetado devido à conduta sexual ilícita das integrantes femininas. O surgimento de dúvidas quanto à manutenção das virtudes mobilizavam os homens que tentavam impedir que as suspeitas fossem divulgadas entre a população.

A honra comprometida podia ser restituída através de uma série de práticas de reparação. Era preciso remediar, secretamente se possível, as consequências das ações consideradas desonrosas, zelando para que não afetassem a reputação dos envolvidos.⁶⁰¹ E, nestas ocasiões, a vingança aparece como um dos mecanismos, talvez o único em alguns casos, capaz de protegê-los num mundo em que honra e vergonha eram aspectos importantes

⁵⁹⁸ “Vigarista em regra”, de 21 de dezembro 1901. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, ACMEC.

⁵⁹⁹ No território da península itálica, em diferentes épocas, a relação entre honra masculina e familiar é identificada pelos estudiosos como dependentes e conectadas à castidade das mulheres que pertenciam ao grupo. Sobre isso consultar: KERTZER, 1995; COHEN, 1995, KLAPISCH-ZUBER, 1995; MATTHEWS-GRIECO, 2008.

⁶⁰⁰ Ao analisar os significados do código de honra em algumas culturas, Unni Wikan (2010, p. 116), constata que ela não se encontra relacionada a questão da honestidade masculina, mas com o comportamento casto das mulheres da família. A importância dessa perspectiva na preservação da integridade dos indivíduos é amplamente difundida em regiões da Ásia e nas comunidades de imigrantes curdos na Europa, através da análise dos homicídios de honra contra as mulheres da própria família.

⁶⁰¹ A defesa da reputação é identificada como questão importante entre os setores médios e populares na Buenos Aires do século XIX, segundo aponta Maria Fernández (2008, p. 149). Para os referidos grupos, a honra constituía um capital social que permitia estabelecer classificações relacionadas à questão do “bom nome” e do respeito. Diferentemente das lutas por honra que caracterizavam o comportamento das elites, entre os homens do universo popular as formas de defesa da honra se apresentavam como mais diretas, espontâneas e violentas. Entre a nobreza predominava atos de violência formalizados – os duelos – como forma de vingar a honra maculada (GAYOL, 2008, p. 141). Para uma distinção entre o duelo popular e as práticas da nobreza, ver: GAYOL, 1995; 2008.

que precisavam ser defendidos (COHEN, 1995). Para além das punições, modos pacíficos podiam ser tentados, principalmente pelo patriarca da família. Esse foi o caminho escolhido pelo pai de Regina, a jovem desonrada.

Quando os sinais do envolvimento sexual de Viero e Regina foram constatados, tomaram-se medidas de reparação ao procedimento insultante e desrespeitoso para com a família da moça. Como visto anteriormente, apesar do acerto extrajudicial entre as partes, surgiram novos empecilhos que acabaram por postergar a pacificação, uma vez que as exigências passaram a ser consideradas injustas pelo sedutor. Somente levando em conta esses impasses pode-se entender o que motivou o imigrante Bussato a divulgar o ocorrido no jornal *O Combatente*. Revelar os fatos era uma maneira de evitar a difusão do escândalo por comentários que comprometeriam, ainda mais, a reputação da jovem e a honra da família.

Neste caso, a exposição pública das notícias aparece como estratégia para evitar que a culpa pelo nascimento de ilegítimos caísse sobre os homens do grupo familiar, responsáveis por controlar e proteger as filhas e esposas. Ter o domínio, mesmo que limitado, das notícias e rumores que circulavam localmente – acerca dos fatos sucedidos com Regina – possibilitava que os próprios sujeitos restabelecessem o equilíbrio sem que a jovem fosse excluída dos espaços de sociabilidade, como a participação nos rituais religiosos da comunidade. Isso porque a opinião pública atuava como árbitro da honra familiar e individual, sendo necessário defendê-la para manter a reputação frente aos conhecidos.

A revelação pública das circunstâncias em que ocorreu a gravidez, bem como a indicação do autor, auxiliaria a contornar o problema, evitando maior escândalo e insegurança para as famílias envolvidas.⁶⁰² Com a denúncia de defloramento, Antônio Bussato também buscava coagir Viero a cumprir com algumas obrigações, principalmente a de conceder integralmente o valor do dote solicitado. A compensação exigida para amparar a futura mãe solteira ultrapassava a doação inicial, deixando-a entender que, neste caso, uma indenização expressiva assumia papel importante enquanto mecanismo de reconhecimento público pelos danos causados à honra da moça e da família. Por outro lado, a concessão do dote era um modo de fornecer benefícios financeiros que propiciariam proteção e amparo a mãe solteira e seu filho ilegítimo,⁶⁰³ garantindo, ainda, recursos para organizar a união conjugal futura da

⁶⁰² Eleonora Canepari (2006), estudando as repercussões e estratégias comunitárias adotadas frente ao nascimento ilegítimo na Roma do século XVIII, analisa o papel desempenhado pelos párocos entre os camponeses em esconder partos de mães solteiras. Os padres faziam a mediação entre as famílias e as instituições estatais, procurando ter controle sobre o surgimento e a transmissão dos comentários locais, evitando que as fofocas ultrapassassem a fronteira dos povoados.

⁶⁰³ Filhos ilegítimos eram aquelas crianças geradas de relacionamentos entre indivíduos que não se encontravam unidos através do ritual do casamento.

jovem. O dote representava alternativa para a realização de um bom casamento. E quanto antes fosse esse casamento, tanto melhor.

As mães solteiras, nos núcleos de imigração italiana, nem sempre chegavam a experimentar condição de desvantagem no mercado matrimonial, podendo ser as núpcias articuladas pelas famílias num breve período após o nascimento do filho. Questões relacionadas à honra tinham um impacto que abalavam o equilíbrio da família, tendo essa que acionar mecanismos de proteção para que o sentimento de vergonha não prejudicasse a sobrevivência e reprodução do grupo. Frente às situações que causavam constrangimentos, bem como outras relacionadas à direção dos assuntos privados, constata-se que o patriarca acabava por influir fortemente nas decisões.⁶⁰⁴ Mas, ao invés de pensar apenas na autoridade soberana de um indivíduo sobre a família, ressalta-se que os sujeitos agiam tendo por base um marco de orientação centrado no grupo parental. As famílias agiam de forma variada para garantir a própria reprodução, preservando a ordem moral e buscando contornar os incidentes que ameaçavam a tranquilidade.

Em abril de 1902, nasceu o filho natural de Andrea Viero e Regina Bussato, batizado com o nome de Júlio. No momento do ritual do batismo, encontravam-se presentes os padrinhos João Bussato e Rosa Facco, além, obviamente, dos pais de Regina que também batizavam a sua mais nova filha – Júlia – que teve por padrinhos Angelo Facco e Valentina De Rossi⁶⁰⁵. Através dos sobrenomes dos indivíduos que formavam os casais de padrinhos, percebem-se escolhas que possibilitavam reforçar ainda mais os laços entre os grupos familiares unidos por relações matrimoniais. Dessa maneira, surgia uma sólida rede de assistência entre as famílias aparentadas através do ritual do batismo.

Novamente fixou-se um acordo entre Antônio Bussato e Andrea Viero que permitiu a este, na presença dos familiares e parentes da mãe solteira, assumir oficialmente a responsabilidade pela paternidade. Portanto, a decisão de recorrer à justiça enquanto estratégia de defesa foi sucedida por um novo acordo extrajudicial entre as partes.⁶⁰⁶ Constatou-se, através das diversas iniciativas, a presença de tradições patriarcais que conferia ao chefe da casa o dever de coordenar a resolução dos eventos que atingiam membros do grupo familiar.

⁶⁰⁴ No primeiro capítulo, constatou-se o imediato casamento da mãe solteira como um mecanismo acionado pelo patriarca da família Tezzele para encerrar os rumores que causavam desonra ao grupo afetado. Na sequência, se verá semelhantes iniciativas tomadas pelas famílias que se deparavam com tais “imprevistos”.

⁶⁰⁵ Livro de Batismo, nº 3, Vale Vêneto, 1899-1903, p. 59. ADSM.

⁶⁰⁶ Apesar da opção pela pacificação extrajudicial, após tentativas anteriores de acordo frustradas, o recurso judicial deve ser percebido como um fator complementar, ou seja, facilitador do encaminhamento do ajuste entre as partes. Desse modo, as resoluções privadas podem se utilizar do mecanismo oficial da justiça para favorecer as reconciliações e garantir as reparações financeiras que ocorrem distantes dos tribunais.

O recurso do tribunal aparece como um procedimento para reforçar ou “render público um próprio direito”, atribuindo-se às autoridades judiciais função similar a de um escrivão que fornece certificação das provas apresentadas e não o de proferir sentença visando chegar a um acordo entre as partes (TORRE, 2002, p. 454).⁶⁰⁷

Foram identificadas três ações que refletem as intenções pacíficas e não violentas de reparar as ofensas e danos provocados à família. A preferência por evitar algum tipo de confronto violento e buscar acordo, seguido do amparo da lei, revela a intenção de obter reparações materiais destinadas a garantir recursos para a jovem mãe solteira. Certamente, o uso da força física não aumentaria a probabilidade de conseguir a concessão do dote, atrativo esse que permitiria o breve casamento de Regina.

Nos casos de defloramento, conforme identifica Sueann Caulfield (1999, p. 39), pela maneira como chegavam aos tribunais e eram descritos pelas testemunhas, fica evidente que a grande maioria dos conflitos sobre virgindade, especificamente aqueles que envolviam famílias da classe média e alta, eram solucionados no âmbito do privado. Como se verificou entre as famílias de imigrantes camponeses, tal tentativa também foi seguida como uma primeira alternativa válida, porém, não era descartado o recurso dos tribunais. Pelos depoimentos, os indivíduos relatavam não somente os eventos que os levaram à justiça, mas, também, os variados relacionamentos e procedimentos que consideravam corretos ou não. Os processos judiciais relacionados aos crimes sexuais possibilitam pensar a maneira como os imigrantes viviam a questão da honra nas relações privadas e conflitos públicos.

O uso das fontes criminais com outros tipos de documentos – reportagens de jornais, registros cartoriais e religiosos – ajudam a compreender a maneira como os eventos que provocavam atritos no relacionamento entre vizinhos eram solucionados. Podiam tentar acordos privados ou acionar a justiça dos tribunais. Tal como se viu no caso apresentado, o comprometimento do deflorador com a família da jovem atingida fazia com que os fatos causadores de vergonha na comunidade fossem aceitos de maneira mais sutil e harmoniosa.⁶⁰⁸ Ao proceder desse modo, Viero, certamente, queria continuar a viver entre os conterrâneos

⁶⁰⁷ O uso prático das instituições estatais na sociedade camponesa sugere a existência de várias instâncias de poder local – família, vizinhança, comunidade – revelando dinâmicas autônomas de gestão dos litígios e também consciência de pertencimento (TORRE, 2002).

⁶⁰⁸ Emmanuel Le Roy Ladurie (1997, p. 217-219) constata que entre os montalioneses a “defloração das virgens” era pecado gravíssimo – como também o adultério, a sodomia e o incesto. Apesar da condenação, continuavam a existir. Todas estas transgressões, a exemplo da sedução das virgens, apresentavam-se como problemas carregados de responsabilidades e preocupação constante no cotidiano de homens e mulheres. Mas, se por um lado, a cultura da aldeia era permissiva quanto a esses casos, não expulsando os infratores, por outro ela obrigava os defloradores a se comprometer de alguma forma em relação à família atingida, considerado antes de tudo algo vergonhoso e não tanto pecado.

sem sofrer censuras e penalidades que viessem a prejudicar o exercício das atividades de curador na região colonial. Por meio do pacto com o pai da moça, procurou anular a difusão de avaliações que prejudicassem seu prestígio e posição social. O reconhecimento do filho nascido fora do casamento garantia o estabelecimento e manutenção de laços estáveis sem maiores prejuízos junto às famílias vizinhas. Essa questão influía determinantemente na possibilidade de prosseguir com a realização de seus trabalhos de curador.

Todo o cuidado era pouco com relação aos fatos privados. Das experiências cotidianas e do olhar e rumor dos vizinhos era produzida a reputação dos indivíduos e do grupo familiar, podendo o deslize de um prejudicar a avaliação sobre todos os outros. Aqui, destaca-se que o “código de honra feminino” – estritamente responsável pela honra da família – dependia das impressões que provocavam aos olhos dos “outros”, sendo, no caso, a mulher honrada aquela que não causava surpresa alguma entre os conhecidos e a vizinhança. Desse modo, o ideal era que as moças que pretendiam se casar não tivesse fama e nem fossem alvo de comentários (ALGRANDI, 1999, 117). Alguns dos episódios desta tese mostram as escolhas acionadas pelos membros das famílias para contornar a divulgação de fatos que prejudicassem a honra das mulheres.

A comunidade, enquanto configuração social, possuía papel fundamental no vaivém das notícias – verdadeiras ou falsas –, percebendo-se como ela transmite e omite os fatos. Tal espaço não se constitui como fonte passiva de informação: as vozes que circulavam internamente não refletiam puramente o que acontecia, mas aquilo que as pessoas gostariam de tornar conhecido, podendo operar diversos filtros sobre as falas até que chegassem às instituições externas. Logo, a localidade não se define enquanto espaço neutro ou ausente de pretensões individuais e coletivas. Nela, surgem as conversas e o confronto de opiniões.⁶⁰⁹

Para interromper a continuação dos comentários e especulações na comunidade, além de reparar as ofensas à honra familiar, Antônio Bussato tomou outras iniciativas. Em dezembro de 1902, sete meses após o batismo do filho natural, Regina casou com o imigrante Giovanni Michelin (34 anos). Esse foi escolhido entre as famílias que se encontravam residindo no mesmo núcleo colonial – Soturno – da região da ex-Colônia Silveira Martins.⁶¹⁰ O pretendente Giovanni Michelin, conhecido como “il storto”⁶¹¹, provavelmente não

⁶⁰⁹ Para um maior aprofundamento no assunto, ver: CAPENARI, 2006; RIZZO, 2003.

⁶¹⁰ Giovanni Michelin chegou a Porto Alegre em 25.7.1891, acompanhado da mãe e irmãos para se juntar ao pai que, desde 1888, encontrava-se na região da ex-Colônia Silveira Martins. Estabeleceram-se no Núcleo Soturno nos lotes nº 448 e 450 que foi adquirido pelo pai. Quando criança, Giovanni sofrera paralisia, o que prejudicou a mobilidade de uma das pernas, levando-o a caminhar com alguma dificuldade. Documentos da família de Domenico Michelin, Centro de Pesquisas Genealógicas – CPG, Nova Palma.

⁶¹¹ Palavra do dialeto vênето que significa “o torto”, ou “o manco”.

dispunha de privilégios em relação ao casamento, uma vez que as capacidades físicas eram extremamente importantes naquele universo camponês,⁶¹² ele apresentava deficiência física. As casas vizinhas também compartilhavam as aflições, sendo o casamento uma prova deste círculo de sociabilidade que acabava por reforçar os vínculos de solidariedade. O matrimônio das jovens desonradas aparece em várias sociedades antigas como uma escolha coletiva do “conselho parental”, tanto como estratégia para evitar desonra e também artifício para restaurar a paz entre os grupos em conflito. Além disso, firmava alianças, permitindo restabelecer o equilíbrio social quebrado frente à sedução de uma donzela e à possível fragilidade das relações familiares (ZORZI, 2009; BURGUIÈRE, 1998).⁶¹³

Se com o ritual de batismo o filho natural foi apresentado à comunidade e reconhecido como cristão, com o casamento da mãe ele adquiria oficialmente um pai e nova família, passando a ser considerado legítimo, conforme as normas da Igreja Católica (PROSPERI, 2010). Assim, Júlio, o “ilegítimo”, passou a ser criado junto com os outros vários filhos que Regina e Giovanni Michelin tiveram na sequência.⁶¹⁴ O arranjo do matrimônio se apresentou como imperativo para garantir dignidade à mãe solteira e sua agregação às lógicas de reprodução social.⁶¹⁵

Nas regiões do norte da Itália, no século XIX, mães solteiras poderiam dar à luz sem prejudicar a honra da família. Mas isto só era possível quando o filho fosse enviado para orfanatos ou quando da realização do casamento, embora não imediato, entre o pai, ou pretendente, e a mãe da criança.⁶¹⁶ Desse modo, em várias comunidades, a união matrimonial aparece como opção que salvava a reputação da mulher e a honra da família (Kertzer *apud* WIKAN, 2010, p. 72). Por outro lado, os padres e as autoridades locais também se empenharam em controlar a “conduta sexual e reprodutora” das mulheres com a ajuda de uma

⁶¹² O próprio uso do apelido demonstra o preconceito e a maneira como qualificavam alguém que possuía problemas semelhantes, independentemente destes afetarem o desempenho nas atividades agrícolas.

⁶¹³ Nas comunas da península itálica, a utilização do casamento como mecanismo para gerir os conflitos entre famílias era recorrentemente acionada. Os casamentos se apresentavam como a maneira mais clássica para acabar com a *vendetta* e encerrar as rivalidades entre duas famílias inimigas (BURGUIÈRE, 1998, p. 79; ONORI, 2009).

⁶¹⁴ Da união matrimonial de Regina Bussato e Giovanni Michelin foi identificado o nascimento de quinze filhos legítimos. Aos quinze anos, o jovem Júlio abandonou definitivamente a região colonial para se estabelecer em outro município onde começou a trabalhar por conta própria. Documentos da família de Antônio Bussato, CPG-NP.

⁶¹⁵ A lógica predominante das famílias imigrantes era a utilização das alianças matrimoniais como estratégias de reprodução social, conforme constata estudos que abordam a relação entre sexualidade e casamento em sociedades do século XVIII (Chacón Jimenez *apud* GÓMEZ, 2009, p. 109).

⁶¹⁶ Durante o século XIX, uma diferença de condição é identificada em relação às mulheres que habitavam o norte e o sul da península itálica. O sul tradicionalmente aparecia como uma região onde a noção de honra familiar era mais forte que o norte, fazendo com que as mães solteiras fossem excluídas da possibilidade de casamento, continuando a gerar filhos ilegítimos. Porém, na parte setentrional, ocorria o contrário, pois a imediata realização do casamento garantia o nascimento de filhos legítimos (SALLER; KERTZER, 1995, p. 26).

rede de informações. Pressionavam as jovens grávidas a parir secretamente nas maternidades das cidades italianas, obrigando-as, na sequência, a abandonar os recém-nascidos para proteger a honra da família e da comunidade. Tais medidas serviam para manter a vigilância e disciplinar as mulheres que haviam engravidado antes do casamento (FUCHS, 2003, p. 256).⁶¹⁷

As experiências vividas pelos imigrantes italianos nos núcleos coloniais fornecem exemplos da aceitabilidade do casamento como solução encontrada para garantir a reputação dos indivíduos. Como se verificou, Antônio Bussato estava no comando das decisões quando a questão da honra familiar entrou em jogo. Para a realização do matrimônio da filha, contou com o consenso e apoio das pessoas que pertenciam ao grupo parental. A cerimônia tinha tempo certo para ocorrer, devendo respeitar as necessidades específicas de produção e capacidade de reprodução das famílias. Algumas regras tinham que ser observadas pelos noivos para que não fossem repreendidos ou até impedidos de casar-se. O abandono da casa paterna sem planejamento era um desrespeito à família e podia se tornar motivo de conflitos com os parentes próximos. As decisões dos indivíduos não deviam se basear em escolhas livres, mas, antes, a partir de um consenso familiar.⁶¹⁸

Entre as populações rurais, o casamento aparece como estratégia para preservar os espaços conquistados, obter reconhecimento e garantir o estilo de vida ligado às atividades agrícolas. Apresentava-se enquanto objetivo a ser alcançado pelas famílias, fornecendo segurança, respeitabilidade e reconhecimento. Defendendo essas preocupações, Sheila de Castro Faria (1998, p. 71, 85) analisou o destino dado aos filhos naturais ou adulterinos na sociedade colonial brasileira do século XVIII, ressaltando a prática do abandono dos indesejados como recurso para as mulheres voltarem ao mercado matrimonial, preservar a moralidade e a estabilidade familiar. A exposição de crianças, entre grupos de diferentes condições sociais, era uma das formas socialmente aceitas para esconder o “sinal do pecado” e evitar prejuízos, desequilíbrios materiais para aquelas que se viam impossibilitadas de manter os recém-nascidos.

No entanto, nas comunidades constituídas por imigrantes italianos, a vida privada das famílias passava pelo controle dos parentes e vizinhos, sendo reduzidas as alternativas para

⁶¹⁷ Sobre a relação entre os recém-nascidos abandonados nos hospitais ou casas de acolhimentos e as mulheres humildes do universo camponês da Itália do século XIX, ver: KERTZER, 2009.

⁶¹⁸ Em 1901, uma “velha tia” ficou indignada com o sobrinho recém-casado por esse ter sido “ingrato de ter deixado a casa dos pais que ainda precisavam dele”. A descontrolada tia dirigiu ao sobrinho “palavras azedas”, ameaçando-o com instrumentos de trabalho que tinha em mãos. O “desobediente” sobrinho saiu da discussão com vários ferimentos recebidos. Relatório de 10 de novembro de 1901. Processo-crime, Caxias do sul, nº 1071, Maço 37. APERS.

ocultar os filhos ilegítimos. Também podiam enviar as filhas grávidas, causadoras da vergonha do grupo, para locais afastados de onde os pais residiam, longe, portanto, dos olhos da vizinhança. Esta prática aparece como uma forma de esconder a condição das moças que não podiam mais representar “a glória de uma casa”, pois a virtude da castidade não foi mantida.⁶¹⁹ No entanto, para outros, a possibilidade de arranjo imediato de casamento, como forma de amenizar os comentários que causavam desonra individual e familiar, se apresentou como a melhor opção. Era a garantia de reprodução das unidades domésticas ameaçadas, conferindo, principalmente, nova condição na comunidade local. Conforme se viu anteriormente, as iniciativas empregadas por Antônio Bussato visavam superar as dificuldades que se abateram sobre a família no momento que a gravidez da filha foi constatada. O poder de resolução do pai em relação ao destino dos membros da família devia ser eficiente, uma vez que a reputação do grupo estava em jogo.

A restauração da honra somente era possível através do reconhecimento oficial do dano, onde o responsável pela ofensa deveria cumprir com o matrimônio ou reparar a ofensa com dote. Num primeiro instante, o patriarca exigiu a concessão de uma compensação financeira. Andrea Viero assinou um documento reconhecendo a paternidade, mas julgou o valor do dote excessivamente alto. O pai, então, denunciou-o à justiça do Estado por crime de defloramento, levando o caso aos jornais. No entanto, após o nascimento do neto, estabeleceu acordos privados que colocaram fim às contendas, restaurando a harmonia entre todos. O casamento de Regina Bussato com outro indivíduo pertencente à comunidade, forneceu solução para a família atormentada com a honra e também com o futuro da moça.⁶²⁰

A preocupação com a imagem perante a comunidade, a real situação em que se encontravam e o cuidado em evitar a divulgação dos fatos, era essencial para controlar as opiniões que se formavam sobre a reputação dos indivíduos.⁶²¹ Os imigrantes Antônio

⁶¹⁹ O envio das filhas grávidas para empregarem-se em “serviços domésticos” na casa de conhecidos, em distantes centros urbanos, aparece como uma das escolhas para afastar os fatos que causavam vergonha à família. A jovem Judite Z. (15 anos), grávida, depois de ser expulsa pela família de um povoado da região da Serra Gaúcha, foi encaminhada para a capital, Porto Alegre, a fim de trabalhar e parir o filho longe do lugar de origem. Carta enviada ao Bispo diocesano do Rio Grande do Sul relatando os fatos ocorridos em Boa Vista, município de Garibaldi, 13 de abril de 1922. Registros de sacerdotes. Pasta Padre Emílio D’amore nº 278. ACMPA.

⁶²⁰ Mary Douglas (1991, p. 166-167) destaca o papel dos rituais de purificação em sociedades que buscam reduzir os efeitos das ofensas morais. A autora afirma que o cancelamento de ofensa à honra e a possível concretização de vingança podem ocorrer através de ritos de conciliação. Esses auxiliam a reparar o erro, apagar a memória do mesmo e contribuem para o nascimento de novo sentimento. No entanto, conforme visto no primeiro capítulo, a memória sobre nascimentos ilegítimos e suspeitas sobre as transgressões sexuais de indivíduos da comunidade continuaram a ser murmuradas durante muito tempo.

⁶²¹ Entre as mulheres e famílias das classes populares, a reputação era parte de um sistema social hierárquico e de valores que envolvia a todos. Desafiar esse sistema com transgressões ou ser alvo de suspeitas generalizadas, era arriscado para aqueles que estivessem preocupados em preservar a honra (MORENO, 2004).

Bussato e Carlo Tezzele⁶²² optaram por caminhos parecidos no momento de resolver o problema do nascimento de filhos ilegítimos na família. A necessidade de fornecer respostas aos comentários surgidos levava à tomada de atitudes concretas quanto às exigências de reconhecimento, identificação da paternidade e apresentação do recém-nascido à comunidade. Neste contexto, a disponibilidade de recursos que cada grupo podia mobilizar para atenuar as fofocas dependia dos vínculos interpessoais construídos.

De acordo com os casos apresentados, percebe-se que, apesar de serem condenadas as transgressões sexuais, o surgimento de filhos naturais não foi obstáculo para a formação de novas famílias. Porém, aparece como um motivo para que fosse organizado rapidamente o casamento da jovem mãe solteira.⁶²³ Contudo, nem todas as estratégias familiares conseguiam êxito em evitar as consequências negativas daqueles eventos que afetavam a honra do grupo. A possibilidade de estabelecer acordo financeiro com o sedutor das filhas ou arranjar casamento com algum pretendente, como forma de evitar o “escândalo”, nem sempre foi conseguida pelos “guardiões” da honra familiar.⁶²⁴

Conforme análise realizada no primeiro capítulo, no caso envolvendo a família Tezzele, percebeu-se que a atribuição de um nome para a criança ilegítima – prática essa que o vinculava ao suposto pai, no caso o padre Vitor Beniamino Arnoffi – foi a forma encontrada para confirmar publicamente a paternidade do recém-nascido, evitando, desse modo, meledicências que circulavam entre as famílias locais. Determinadas atitudes surgem como escolhas ofensivas contra os rumores, impedindo a continuação de conversas, de distorções e de exageros comuns nos falatórios de vizinhos e conhecidos. A questão entre Andrea Viero e Antônio Bussato foi resolvida pelo reconhecimento da paternidade que se deu através da concessão de um dote e pelo comparecimento do pai no ritual do batismo. Enquanto no primeiro exemplo constatou-se a presença do chefe da família como único padrinho, no segundo, casal de conhecidos foram chamados para apadrinhar o filho ilegítimo. Possivelmente eram os mesmos que realizaram a mediação entre o pai de Regina e o deflorador, Andrea Viero. Estavam ali para assegurar que os acordos e compromissos fossem

⁶²² O caso da família Tezzele foi apresentado no primeiro capítulo. Referia-se a um suposto filho do padre Vitor Arnoffi com a jovem Apálice Tezzele.

⁶²³ Também foi encontrado um caso em que os nove filhos da imigrante Maria N. foram registrados como naturais. A imigrante veio da Itália amasiada com José T., com o qual teve cinco filhos, todos registrados nos livros de batismo como “naturais”. Num segundo momento, aparece amasiada com o irmão daquele, tendo mais quatro filhos “naturais”. Livros de registro de batismo de Silveira Martins (nº 1-3), ADMS. Transmissões, Santa Maria (4º distrito), livro 4, 1895-1898, APERS.

⁶²⁴ O pai e irmãos aparecem como os responsáveis por salvaguardar a honra do grupo, exercendo controle social sobre os fatos relacionados à sexualidade das mulheres e os comentários sobre a condição das mesmas. No decorrer desse capítulo irá se apresentar alguns exemplos que mostram as escolhas reparadoras tomadas pelas famílias para evitar a exposição pública.

cumpridos. Nos casos analisados, a gravidez pré-nupcial não obrigou as mulheres a abandonar as comunidades em que viviam, mas, talvez, sobre elas se impôs restrições, como a participação em certas atividades de sociabilidade, o que perduraria até a união matrimonial.

A posição adotada pelos homens para exigir reparação à honra ofendida podia ser diferente, dependendo da situação. Em alguns casos, optava-se pelo silêncio e tudo se resolveria de modo privado, pacificamente. Já em outros, a *vendetta* – punição de sangue – era o caminho indicado, mas isto não acontecia caso não tivesse o consentimento de grupos de apoiadores. Podia-se, ainda, recorrer à justiça do Estado, que foi o caso do imigrante Antônio Bussato que denunciou Andrea Viero por defloramento. Competia ao patriarca resolver a situação humilhante vivida pela família. A violação à virgindade atingia diretamente os homens da família, por isso cabia a eles articular um casamento, exigir dote, recorrer aos tribunais ou, ainda, determinar que parentes próximos realizassem punições severas (MATTHEWS-GRIECO, 2008).

Alguns estudiosos ressaltam que os papéis sociais dos indivíduos na unidade familiar se baseavam na compreensão de que a mulher devia preservar a sua pureza sexual, cabendo aos homens o de defender a virtude feminina.⁶²⁵ A honra deles estava ligada à castidade da esposa, da mãe, da irmã e das filhas, e não à sua (PITT-RIVERS, 1988, p. 33-34).⁶²⁶ O controle masculino sobre as mulheres é uma característica das regiões da península itálica e nos espaços que formaram a zona mediterrânea, sendo preocupação constante o temor da perda da virgindade feminina antes do matrimônio. Para evitar tal prejuízo, algumas medidas preventivas eram tomadas pelas famílias que possuíam jovens núbeis. A virgindade era virtude apreciada entre as populações do campo, e a notícia da perda antes do matrimônio comportava “vergonha insuportável” para os familiares e parentes da moça, podendo acarretar, em último caso, a “morte do sedutor”. Eram acionadas normas estritas de controle e vigilância sobre as mulheres jovens, sendo o ritual do matrimônio muitas vezes antecipado para, justamente, conservar a virgindade e a reputação (EHMER, 2003, p. 455-456).⁶²⁷

⁶²⁵ A noção patriarcal de honra como recurso familiar que legitima as ações violentas dos homens foi identificada como muito presente em algumas sociedades. Nesses espaços, a honra do homem dependia em grande escala da habilidade em impor autoridade e defender a honestidade sexual das mulheres da família. (BAROJA, 1988; PITT-RIVERS, 1988; Pitt-Rivers *apud* CAUFIELD, 1999, p. 86).

⁶²⁶ O código de honra não deve ser entendido como um conceito constante e único, mas como um campo em que as pessoas encontram maneiras de expressar qualificações de si e para os demais (PERISTIANY, J.; PITT-RIVERS, 1993, p. 20).

⁶²⁷ O tema honra e vergonha foi objeto de estudo de antropólogos e sociólogos que analisaram os códigos culturais que norteavam as condutas nas sociedades tradicionais e rurais definidas como mediterrâneas. Assim, os atributos associados à honra, como o sentimento de vergonha, são apontados como preocupações constantes dos indivíduos que vivem em comunidades onde as relações pessoais são de extrema importância (PERISTIANY, 1988, p. 5: 1993; BORDIEU, 2002).

Após denunciar Andrea Viero à justiça do Estado, Antônio Bussato não quis mais dar prosseguimento ao processo, negando-se a comparecer diante do juiz quando intimado para prestar novos depoimentos. E por que agiu assim? Ao que tudo indica, apesar das discordâncias iniciais entre Bussato e Viero, estes encontraram uma solução que agradou a ambos os lados. Primeiramente, Viero reconheceu a paternidade apresentado-se para o batizado do filho. Em segundo lugar, o pai conseguiu um pretendente para a filha desonrada e realizou o casamento poucos meses depois. Por último, Bussato deve ter entrado em acordo com Viero sobre o dote a ser pago, possivelmente diminuindo o valor inicial cobrado, o que deu condições para que o ofensor honrasse o compromisso assumido. Frente à concretização do acordo extrajudicial, Bussato acreditou não ter mais motivos para levar adiante o processo contra Viero. Porém, a justiça do Estado não entendeu desta forma, e, mesmo sem a contribuição de Antônio Bussato, continuou o processo. Em dezembro de 1902, condenou à revelia o réu Andrea Viero a quatro anos de detenção, pena essa que não foi cumprida.⁶²⁸

Entende-se que quando os imigrantes apresentavam denúncia às autoridades policiais o faziam porque este era um dos recursos para conseguir estabelecer controle da situação, justamente quando o ofensor recusava-se a cumprir com as obrigações acordadas previamente. As instâncias judiciais também eram percebidas como meio legítimo para atacar o oponente e, assim, o deixar numa situação embaraçosa ou vergonhosa. Nesse sentido, Andrea Viero, provavelmente, sentiu-se constrangido por estar sendo julgado pelo Estado, o que prejudicaria sua fama entre os conterrâneos da ex-Colônia Silveira Martins. Por isso resolveu voltar atrás e fixar acordo com a parte ofendida – longe das esferas jurídicas. Na verdade, era mais um processo em que se via envolvido, pois, em anos anteriores, ele já havia empreendido fuga da região colonial ao ser perseguido pelas autoridades policiais. A atuação como “médico” lhe trazia problemas, já que se atribuía “poderes sobrenaturais” e, por causa disso, era considerado “homem santo” pela população colonial. Aos amigos distribuía fotografias em que se encontrava vestido com “hábito de padre romano,”⁶²⁹ além disso, circulava usando batina e realizando bênçãos, confissões e rituais de exorcismo (VENDRAME, 2007, p. 284-290).

A concessão de compensação financeira – o dote – quando a honra sexual da mulher e da família era atingida, sinaliza para valores culturais presentes nos campos italianos e que foram revividos nas comunidades do sul do Brasil. Além da importância econômica do dote,

⁶²⁸ Relatório da investigação policial, dezembro de 1902. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Maço 36, nº 1058, APERS.

⁶²⁹ Reportagens: “Um conselheiro”, de 16 de janeiro de 1898; “Vigarista em regra”, de 21 de dezembro 1901. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, ACMEC.

esse assumia uma significação simbólica e social para o grupo do qual pertencia à jovem mãe solteira. Para colocar fim às questões entre ambos, Bussato e Viero estabeleceram um último e definitivo acordo. Certamente, ao recorrer à instância judicial, não acreditava que essa pudesse ser eficaz na resolução do impasse com o deflorador, pois, para os camponeses, o mundo das leis e das investigações era o mundo dos ricos, que funcionava sob lógicas diferentes das conhecidas e preferidas pelos imigrantes.⁶³⁰

Não houve empenho para que Andrea Viero fosse condenado pela justiça do Estado, visto que isso não repararia as ofensas causadas à honra da família e nem traria equilíbrio e segurança a mesma. A desafronta somente seria alcançada através da utilização de estratégias internas, reconhecidas como reparadoras pelos membros da comunidade. Nesse caso, a justiça dos tribunais não estava do lado oposto das formas extrajudiciais de resolver os impasses comunitários e familiares, pelo contrário poderia funcionar como recurso auxiliar no encaminhamento de acordos privados compensatórios.⁶³¹ Antônio Bussato destacou-se por saber administrar os recursos disponíveis conseguindo ajustes para reparar a honra familiar, além de garantir o mais breve possível o casamento da filha, permitindo que a mesma não ficasse excluída das redes de assistência local. O matrimônio e o dote foram iniciativas que forneceram respostas precisas contra os rumores que circulavam na comunidade.

Nos casos até aqui analisados, as escolhas tomadas pelos membros do núcleo familiar frente aos acontecimentos inesperados comprova a existência de pontos comuns entre as estratégias, apesar das experiências cotidianas serem diversas. As coincidências não são fruto do acaso, pois as famílias eram todas imigrantes italianas, que tiravam o sustento do trabalho direto com a terra – pelo menos a maioria – e faziam uma leitura comum das decisões a serem tomadas. Partilhavam os mesmos valores apesar de nem todos percorrerem caminhos iguais para a defesa da honra. Eram essas as opções disponíveis para garantir a reprodução das famílias.

⁶³⁰ A visão de que a justiça do Estado e as leis dos tribunais representavam o mundo dos ricos não despertava confiança e nem interesse dos camponeses humildes da Itália do século XIX, segundo afirma David Kertzer (2009, p. 42).

⁶³¹ Estudando os insultos à honra e as formas de reparação entre os grupos populares, Maria Fernádes (2008) considera que o recurso da violência direta não foi o único modo de defender a honra. O acesso aos tribunais também aparece como um mecanismo possível a ser acionado pelas pessoas comuns, por isso considera ser necessário matizar a divisão entre formas judiciais e extrajudiciais de solucionar os conflitos cotidianos.

6.2 Evitar o escândalo

Como se viu anteriormente, a perda da virgindade fora do casamento e o nascimento de um filho ilegítimo exigiam ações concretas e reparadoras. Uma das saídas era articular o matrimônio rapidamente, reduzindo, assim, as incertezas quanto ao futuro das jovens. Os homens, normalmente o pai, empenhavam-se em fazer escolhas para reparar ofensas à honra familiar, e, dependendo do caso, poderia, ou não, tornar público o fato e o responsável pelo ato. No caso de Antônio Bussato, este conseguiu a concessão do dote pressionando o ofensor através da justiça do Estado. Porém, em outros episódios, as transgressões sexuais contra as jovens eram guardadas em segredo pelas famílias, como uma maneira de evitar que os fatos repercutissem na comunidade e chegassem ao conhecimento das autoridades policiais. Uma vez alvo de investigações por parte de agentes externos, os indivíduos ficariam expostos a constrangimentos, o que aumentaria os comentários, vindo a prejudicar a reputação dos membros da família. A saída para impedir o escândalo era, então, ativar as redes de solidariedades. Porém, essa proteção não estava ao alcance de todos.

Com os pais falecidos, Luigia S.⁶³² (20 anos, solteira, agricultura) passou a residir com a irmã casada, e, num período de quatro anos, gerou três filhos ilegítimos cuja paternidade foi atribuída ao cunhado. O primeiro filho se encontrava no convívio familiar, com idade de três anos; o segundo, “nascido fora do tempo”, faleceu logo após o parto. Percebendo que a moça estava novamente grávida, os vizinhos procuraram a justiça para denunciar o caso. Na verdade, não era tanto a conduta moral de Giuseppe – que engravidara pela terceira vez a cunhada – que estava em jogo, mas o fato de existirem suspeitas de que o segundo filho havia sido morto pela jovem mãe. Existia na vizinhança forte suspeitas da ocorrência de infanticídio.

As suspeitas da existência de infanticídio foi o que motivou a denúncia, e não a ocorrência de adultério de Giuseppe com a cunhada.⁶³³ O delito sexual que ocorria entre os parentes passou a ser comentado publicamente no momento que foi denunciado à justiça. A acusação contra a jovem mãe e contra o cunhado, os responsáveis pelo possível infanticídio, era para evitar que tentassem, uma segunda vez, livrar-se do sinal da transgressão. Frente aos

⁶³² Optou-se em não divulgar o sobrenome de Luigia para preservar a família de possíveis constrangimentos. Procedimento este que será adotado na maior parte dos casos aqui apresentados.

⁶³³ Entre as populações rurais no Brasil do período colonial, havia preconceito contra a mulher que recorria ao aborto para matar o fruto de uma relação fora do matrimônio. Contudo, o aborto e o infanticídio eram disseminados no cotidiano das comunidades. A Igreja estigmatizou tais atos como campanha de valorização da maternidade e controle sobre o feminino (DEL PRIORE, 2009).

indícios de uma terceira gravidez, e temendo o uso de práticas abortivas ou infanticídio, os vizinhos levaram Giuseppe às autoridades policiais. Todos alegaram estarem temerosos que a história se repetisse, uma vez que Luigia S. se encontrava novamente grávida e poderia matar o filho com o apoio do cunhado. O denunciado declarou à justiça que manteria a cunhada em sua casa e adotaria o recém-nascido como vinha fazendo com o primeiro filho, negando ter matado o segundo, como suspeitavam os vizinhos.⁶³⁴

O caso de Luigia não era exceção. Com frequência as moças órfãs aparecem nas investigações policiais na condição de vítimas de violências sexuais, o que pode ser compreendido, em parte, devido à ausência de proteção e apoio dos pais. Acolhidas em casas de parentes ou conhecidos, ficavam vulneráveis em vários sentidos, inclusive sexualmente. Então, ocultados pelo abrigo das paredes domésticas, no isolamento das habitações, cometiam atos que, caso fossem revelados ou descobertos, causariam a desonra da jovem. Tais situações exigiam que medidas fossem tomadas para evitar maiores prejuízos. Através das redes de solidariedade entre vizinhos, e contando com o apoio do pároco, podia-se articular a união conjugal entre a vítima e o suposto sedutor, caso esse já não fosse casado. Ao agir desta maneira, buscavam manter a honra da própria comunidade que protegia suas moças, evitando o surgimento de escândalos e a humilhação (MATTHEWS-GRIECO, 2008, p. 237).

A honra feminina, em casos como o apresentado, dificilmente poderia ser recuperada e nem as transgressões seriam esquecidas. Desassistidas pelo pai, que era o responsável por preservar a pureza sexual das mulheres da família, as órfãs calavam quando episódios desta natureza aconteciam. Os casos de violação somente eram revelados quando as relações incestuosas, ou outras transgressões, se tornavam conhecidas pelo nascimento do filho ou havia suspeitas de infanticídio. Geralmente, os delitos ocorriam entre pessoas próximas, às vezes no seio da própria família. Na ausência da proteção paterna – isto quando o pai não fosse incestuoso –, foram os vizinhos que buscaram constranger Giuseppe ao denunciarem tais práticas que causavam escândalo na comunidade. A angústia frente ao nascimento de mais um filho ilegítimo agravaria o estigma social, aumentaria o medo da coação das pessoas próximas colocando a moça em uma situação onde as chances de casamento diminuiriam. Estes são fatores determinantes que fizeram com que várias mulheres buscassem se livrar dos recém-nascidos (DEL PRIORE, 2009, p. 255).

O infanticídio ou aborto, embora considerados práticas pecaminosas no universo católico – passando de tabu moralmente condenado a um ato criminoso na Europa da época

⁶³⁴ Nova Trento, 10º Léguas, 25 de julho de 1906. Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas-corpus, Cível e crime, nº 1705, Maço 70, APERS.

moderna –, eram procedimentos comuns entre grupos camponeses, mecanismos acionados toda vez que a família queria esconder a desonra feminina (PROSPERI, 2010, p. 57-95).⁶³⁵ Estas crianças, caso viessem ao mundo, maculariam a honra das mulheres, expondo pais e irmãos ao vexame público por terem sido geradas de modo socialmente condenável. Os nomes para tal prática eram variados: adultério, sacrilégio, concubinato, incesto, dependendo da posição social do homem que a praticou. Em relação a Itália do século XVIII, Adriano Proserpi apresenta as frequentes acusações dos paroquianos contra os escândalos e os distúrbios provocados pelos párocos que perambulavam pelas estradas envolvendo-se em questões sexuais. Muitas vezes, estas histórias tinham finais trágicos, com moças expulsas de casa e obrigadas a carregar a fama de terem gerado filho de sacerdotes. Em certos casos, elas acabavam por cometer infanticídio ao seguir as orientações dos próprios confessores.⁶³⁶ Tais episódios chegavam ao conhecimento do Estado quando surgiam hostilidades entre as famílias vizinhas, o que motivava denúncias quanto à utilização de meios para provocar a morte dos filhos indesejados.

Em outro caso, Rosa P. (20 anos, solteira), “filha de criação” de Domenico P., foi acusada pela vizinha de ter aparecido “sem prenhes e sem criança” depois de passado vários meses em gestação. A denunciante, contudo, foi apontada como “inimiga da família” que somente desejava “fazer mal” a moça, levantando tal calúnia contra ela. Segundo uma testemunha de defesa, Rosa sempre usava vestido comprido e avental, portanto, não tinha como perceber se realmente ela se encontrava em estado de gravidez.⁶³⁷ Contudo, houve testemunhos que confirmaram, diante da autoridade policial, que Rosa estava grávida, inclusive detalhando que a mesma dera a luz a uma menina, mas desconheciam o fim que a criança teve, bem como outra nascida há dois anos.⁶³⁸

Depois da avaliação médica, foi confirmado que Rosa havia passado por recente gravidez. O resultado do laudo encorajou a mesma, ou obrigou-a a revelar que a origem da gravidez foi decorrente do “defloramento que sofrera” quando, a caminho que levava à sua

⁶³⁵ Através de histórias de infanticídio, Adriano Proserpi (2010) analisou como esta prática social muito antiga, presente nas sociedades agrícolas, passou de pecado para crime. Segundo o autor, a mudança se deu, em parte, devido à importância que o batismo assumiu para o catolicismo como ritual que “conferia alma” aos recém-nascidos, os quais era preciso salvar o maior número possível.

⁶³⁶ Como aos padres era proibido o casamento, eles temiam pela perda de *status* caso revelações viessem a contestar sua castidade, sendo considerado um pecado gravíssimo quando os mesmos cediam aos estímulos do sexo. No entanto, através da solidariedade corporativa, as autoridades eclesiásticas ampararam as transgressões dos eclesiásticos por meio da “lei do silêncio das instituições de um Estado que se dizia Igreja” (PROSPERI, 2010, p. 118-119).

⁶³⁷ Depoimento de Madalena S. (42 anos, casada, natural da Itália). Relatório de 11 de outubro de 1911. 3º Léguas, Investigações policiais. Caxias do Sul, Habeas corpus, nº 1703, maço 70, APERS.

⁶³⁸ Depoimento de Maria D. (62 anos, viúva, natural da Itália). Investigações policiais. Caxias do Sul, Habeas corpus, nº 1703, maço 70, APERS.

casa, foi atacada por um homem. Em seguida, declarou que há três meses havia sofrido aborto – de seis meses de gestação – devido à “queda do cavalo”. Após o aborto “acidental”, “enrolou o feto numa camisa velha de riscado” e o enterrou na sepultura de outra criança no cemitério localizado ao lado da Igreja de São Luiz [distrito de Caxias do Sul].⁶³⁹ Rosa afirmou por último que fez tudo isso para ocultar do “pai e [dos] irmãos menores” – lembrando que Rosa era filha de criação – a gravidez.

O sentimento de vergonha frente à revelação de violações sexuais – de terem sido surpreendidas no momento em que se encontravam sozinhas nas casas ou nas estradas –, certamente fazia com que mantivessem segredo da gravidez. Do mesmo modo, escondiam a realização do aborto ou do infanticídio. Para se livrarem dos sinais da vergonha, não poucas mulheres, de diferentes épocas, buscavam interromper a gravidez através de drogas abortivas – chás e poções venenosas – ou por meio de golpes no próprio ventre, quedas propositais, abstinência e outros hábitos praticados para colocar fim à condição em que se encontravam (DEL PRIORE, 2009, p. 257). Assim, no seio das sociedades rurais, o sigilo sobre eventos relacionados às questões sexuais das jovens assumia papel fundamental, pois conferia importância decisiva na preservação da honra (CORBIN, 2008).

Buscando averiguar a veracidade das informações, o delegado se deslocou até o lugar do sepultamento, porém, não encontrou nada além da camisa descrita por Rosa. Logo, concluiu que, possivelmente, o feto havia sido “comido pelos bichos” já que fora “enterrado a poucos palmos da terra”. Apesar das diversas tentativas de investigação do delegado, que “inquiriu toda a vizinhança”, não foi possível atestar se Rosa cometeu crime de infanticídio, prevalecendo, então, a versão de aborto por “queda do cavalo”.⁶⁴⁰ Essa justificativa parece ter sido a desculpa mais recorrente quando se desejava ocultar as “verdadeiras” causas de um delito, crime, morte. Era uma explicação aceita por todos, já que o cavalo era, de fato, o meio de locomoção mais utilizado nas colônias.

Procurando informações com os vizinhos de Rosa, o delegado se deparou com dificuldades para dar sequência ao inquérito, isto porque as pessoas procuraram evitar qualquer envolvimento ou colaboração na investigação. Aos serem convocados a prestar depoimentos, os conhecidos optaram por passar o mínimo possível de dados ao delegado, criando a impressão de que faziam parte de uma rede de cumplicidade visando proteger a

⁶³⁹ Depoimento de Rosa (20 anos, solteira, agricultora). Investigações policiais. Caxias do Sul, Habeas corpus, nº 1703, maço 70, APERS.

⁶⁴⁰ Relatório policial. Investigações policiais. Caxias do Sul, Habeas corpus, nº 1703, maço 70, APERS.

família de Rosa. A probabilidade de os indivíduos chegarem à condição de investigados pela justiça do Estado variava dependendo das redes de relacionamento locais.

O silêncio diante da justiça se constitui como uma tentativa de autoproteção comunitária, mecanismo conscientemente utilizado para preservar as famílias e a sua integridade. Além disso, os imigrantes não viam a justiça do Estado com “bons olhos”, preferindo, antes, o papel de mediação desempenhado por padres já que estes tinham, geralmente, a confiança da comunidade.⁶⁴¹ Contudo, poupar a moça e sua família dos vexames a que estariam expostos, caso fossem julgados pelo Estado, não significa que o ato de Rosa fosse aceito por todos, muito pelo contrário. A comunidade tinha seus próprios meios de julgamento e punição. Rosa seria lembrada pelo ato “pecaminoso”, sendo alvo de avaliações negativas na vizinhança.

Ao se verem constrangidas pelos agentes do Estado, as pessoas, muitas vezes, acabavam por informar sobre as tramas existentes, revelando cenas da intimidade familiar. Os desvios e transgressões dizem muito sobre as normas e aspectos da vivência cotidiana das comunidades coloniais. Por meio das falas daqueles que depuseram nos tribunais, apesar da existência de constrangimento e silêncio, foi possível perceber formas de solidariedade e modos de encarar os eventos que ocorriam no âmbito familiar. Os depoimentos apresentam impressões de vizinhos e a maneira como julgam os acontecimentos locais, constituindo, assim, um horizonte de possibilidades que é preciso captar. Dessa maneira, os interrogados sinalizam, por meio das respostas, as redes sociais e os modos de viver nas regiões coloniais (FARGE, 2009).⁶⁴²

Nesta pesquisa, ao se analisar os diversos eventos cotidianos, conflitos corriqueiros, comportamentos censurados e seduções descobertas que aparecem nas fontes judiciais, pretende-se captar as experiências, as escolhas, os fragmentos da vida e os momentos de conflitos, buscando apreender o máximo de sentido de tais manifestações. Sinais de uma

⁶⁴¹ A atuação do padre Emílio D’amore, numa comunidade de colonização italiana localizada na região serrana do estado do Rio Grande do Sul, na segunda década do século XX, é um exemplo no sentido de tentativa de preservar uma moça da desonra e dos falatórios que divulgariam sua condição. Pela confissão da jovem Judite Z. (15 anos), o padre ficou sabendo que ela se encontrava grávida. O sacerdote, então, apresentou o fato à autoridade local exigindo que pressionasse o sedutor a se unir em matrimônio com aquela a fim de evitar escândalos. Não obtendo sucesso em tal iniciativa, o pároco manteve a jovem grávida sob seus cuidados durante algum tempo, providenciando para que a mesma saísse da comunidade onde residia com sua família. Registros de sacerdotes. Pasta Padre Emílio D’amore nº 278. ACMPA.

⁶⁴² Arlete Farge chama a atenção para os discursos presentes nos autos criminais, sejam eles mentirosos, confusos ou misturados com a verdade. Isto não os compromete, pois essa é a única maneira pelo qual uns falam dos outros. As suspeitas e explicações acanhadas pronunciadas nos autos são elementos de uma determinada realidade que produzem sentido, devendo ser entendidas no momento específico em que aparecem. Por trás das palavras, pode-se perceber a maneira como cada um explica as questões locais e articula a sua própria vida em relação às autoridades, se apropriando ou não do discurso dominante (FARGE, 2009, p. 35).

“desordem mínima” e controlada que só foi possível alcançar porque houve investigações e inquéritos. Esses apontam para fatos íntimos, questões minúsculas, incidentes costumeiros, rituais de punição de que pouco se fala. Permitem, ainda, que se vejam personagens comuns que não podem ser vistos em outras situações. O qualitativo não enquadra, não produz séries ou repetições, antes exalta a cotidianidade, o banal, por isso é significativo. É o melhor modo de compreender a complexidade da realidade estudada.

Em outro caso de gravidez inconveniente, Giuseppina L. (20 anos, solteira, doméstica) descobriu estar “pejada de seis meses” após ter sido “deflorada” pelo tio materno que também era seu padrinho, o italiano Giuseppe. Com casamento marcado, a jovem, que era órfã de mãe, havia sido convidada para morar com o tio a fim de aprender os trabalhos domésticos, ganhando pelos serviços realizados a diária de oitocentos réis.⁶⁴³ Provavelmente, o dinheiro seria destinado à aquisição de enxoval para a futura união matrimonial. Não se sabe como o caso chegou à justiça e nem como terminou, pois assim como outros episódios desta natureza, as investigações não tiveram prosseguimento pela falta de colaboração dos envolvidos. Contudo, o ato sexual entre o tio e a sobrinha teve uma testemunha: um vizinho que, do lado de fora da casa, durante a noite, “espreitava” o que se passava no interior do quarto, presenciando, então, a “cópula carnal”.⁶⁴⁴ Talvez foi este “bisbilhoteiro” o responsável por denunciar o caso às autoridades locais, quem sabe para se vingar de Giuseppe, pois não se pode descartar desavenças e intrigas entre vizinhos.

A atitude do “curioso” não era fruto do acaso, antes um exercício habitual das pessoas que, pelas frestas das janelas e portas, observavam o que se passava no interior das habitações, interessados em vigiar, controlar eventos privados e depois comentar com os amigos. As atividades vividas nos espaços domésticos corriam o risco de serem conhecidas por indivíduos indiscretos e desconfiados quanto às possíveis transgressões que poderiam estar acontecendo na casa ao lado. Contudo, os encontros amorosos e as violações sexuais aconteciam não somente no interior das residências, mas nas estradas, matas e roças. As jovens que cometiam transgressões sexuais nas sociedades rurais eram, na sua grande maioria, alvos dos membros da própria família ou de pessoas bastante próximas. Muitas vezes, era o tio, o pai, o irmão os verdadeiros responsáveis pelos abusos (Sohn *apud* CORBIN, 2008).

Buscavam-se lugares isolados, escondidos, para evitar que outros descobrissem o “pecado” praticado. Porém, ocultar era tarefa difícil quando os sinais da infração se tornavam

⁶⁴³ Depoimento de Giuseppina L. Investigações policiais, maio de 1898. Caxias do Sul, Habeas corpus, Cível e crime, maço 70, APERS.

⁶⁴⁴ Depoimento de Luiz F. Investigações policiais, maio de 1898. Caxias do Sul, Habeas corpus, Cível e crime, maço 70, APERS.

visíveis, como a gravidez. Neste momento, era preciso mascarar ou esconder o fato que depunha contra a honra de um grupo familiar de prestígio. Essa foi a escolha feita por Adelino L. após ter engravidado a órfã Maria P. (20 anos, solteira). Maria e Adelino haviam sido criados juntos e conviveram na mesma casa. Perturbado com o estado de gravidez de Maria e procurando evitar incômodos maiores, Adelino organizou a partida da jovem para a casa de conhecidos em Porto Alegre, orientado-a a permanecer na capital até o nascimento da criança. Prometeu a ela que, depois disso, se casariam. Adelino, ao depor na polícia, argumentou que procedeu desta forma porque acreditava que a situação de gravidez de Maria iria prejudicar sua família que “tinha honra e queria viver honestamente”.⁶⁴⁵ Neste caso, a preocupação em esconder da comunidade a gravidez da moça vinha do jovem Adelino, sob orientação dos próprios pais. A revelação pública do fato o obrigaria a assumir certos compromissos, como o mais do que provável casamento. A jovem aceitou a proposta, dirigindo-se, então, para a capital Porto Alegre onde ficaria até o nascimento da criança. No entanto, passados vários meses após o filho nascer, Maria percebeu que Adelino não cumpriria a promessa de casamento. Sendo assim, retornou para Caxias do Sul e apresentou denúncia de defloração.

A jovem recorreu à justiça não exatamente porque acreditasse na capacidade do Estado em defendê-la, antes para constranger Adelino e sua família, expondo-os a comentários de vizinhos. Ela se utilizou desse recurso como forma de amenizar a própria culpa e também para se vingar contra o não cumprimento da promessa de casamento. Demonstrou, com sua atitude, que ela não era objeto passivo da violência e da autoridade da sociedade patriarcal. Assim como Maria, outras jovens órfãs aparecem em investigações como vítimas de defloramentos nas comunidades coloniais. Talvez essa frequência encontre explicação no fato de que o mecanismo da justiça do Estado se apresentava como recurso mais próximo daquelas que não dispunham de outros meios para reparar a honra perdida. No caso acima mencionado, a promessa de casamento aparece como uma das justificativas da jovem para amenizar a vergonha que recaía sobre ela, servindo ao mesmo tempo para atingir a família do acusado.

O escândalo público era algo que atormentava a consciência dos indivíduos que formavam as comunidades rurais italianas no sul do Brasil. Fazia-se o que estava ao alcance para abafar rumores e evitar que as notícias ganhassem repercussão. Havia casos que os acordos privados não eram suficientes para resolver os problemas, pois as partes envolvidas não se entendiam. Se um dos lados sentia-se em prejuízo, lesado e esgotando-se as tentativas

⁶⁴⁵ Carta de Adelino L. ao amigo Luiz C., 5 de junho de 1913; Relatório. Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas corpus, Cível e crime, nº 1706, Maço 70. APERS.

de ajustes, a justiça do Estado poderia ser acionada. Ainda que se recorresse aos tribunais, os imigrantes o faziam com reticências, informando o mínimo possível para os agentes externos. Esperavam mais constranger o outro do que ação punitiva da justiça. Era uma espécie de último recurso a ser procurado, mesmo porque temiam sofrer humilhações e represálias na comunidade ao levarem questões que deviam ser resolvidas localmente à alçada pública e externa. Porém, havia situações que extrapolavam os limites do aceitável.

Em 1903, em um dos núcleos de ocupação italiana na serra gaúcha, o imigrante Camilo L. (51 anos, casado, agricultor) foi até a farmácia para comprar remédios para a filha. Pelas explicações apresentadas, o farmacêutico desconfiou que o produto seria utilizado para provocar aborto.⁶⁴⁶ Frente as suspeitas, o farmacêutico vendeu, então, “vinte gramas de bicarbonato” fazendo o imigrante pensar que estava levando o medicamento abortivo solicitado. Era de conhecimento das famílias do povoado de Mato Queimado (distrito de Caxias do Sul) que Camilo L. já havia tido relação incestuosa com uma das filhas, o que levou o farmacêutico a desconfiar da repetição do delito. Por isso forneceu remédio trocado. Para não se envolver diretamente no caso, talvez por temer “sofrer alguma represália”, já que estava se intrometendo em assuntos particulares de família, encarregou à parteira Filomena S. a tarefa de comunicar ao delegado que Camilo L. estivera na farmácia para comprar remédio abortivo para a filha Maria, de dezenove anos. Assim que o delegado começou a ouvir as testemunhas, essas revelaram bem mais do que se poderia esperar.

Constatando a gravidez da filha Maria por ato de incesto, a mãe da jovem acatou o conselho da vizinha para arranjar casamento o mais rápido possível. O matrimônio foi proposto como saída para conter a propagação das conversas e evitar o “escândalo”. Porém, logo que iniciaram as tratativas para a união, a família do noivo ficou desconfiada de que Maria se encontrava grávida do pai. Segundo alegações do noivo – que se declarou namorado de Maria há um ano –, o pai fez exigências descabidas, que causaram estranheza, como querer continuar a exercer controle sobre a filha mesmo após o matrimônio.⁶⁴⁷ Aqui, o impasse parece ter se dado em relação ao não cumprimento da tradição patriarcal vivida pelos imigrantes, quando o pai transferia as responsabilidades da filha para o genro. O pedido de Camilo L. ao futuro genro revelava o interesse em manter autoridade sobre sua descendência,

⁶⁴⁶ Processo-Crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1903, nº 1096, maço 36, APERS.

⁶⁴⁷ Nas sociedades patriarcais, o casamento marcava a transferência de controle sobre a mulher, que passava da esfera paterna para a do marido.

pois, segundo declararam as testemunhas, ele queria prosseguir nas relações incestuosas com a filha, assim como vinha praticando com as outras duas.⁶⁴⁸

Nos autos do inquérito policial, as testemunhas disseram que tinham conhecimento das ações de Camilo em relação às filhas, sendo este o motivo pelo qual surgiam frequentes brigas entre ele e a mulher. Também indicaram que desses relacionamentos incestuosos havia nascido uma menina, já com cinco anos, que residia com a família. Apesar dos vizinhos saberem há tempos do procedimento irregular de Camilo, bem como do nascimento de filhos ilegítimos desta relação incestuosa, nunca o delataram à justiça. Nem mesmo a família do pretendente da jovem procurou a justiça do Estado para denunciar os atos do pai. Foi preciso que o farmacêutico e a parteira, distantes das redes sociais comunitárias, denunciassem o caso as autoridades policiais. Porém, depois que os vizinhos foram convocados para depor, não pouparam palavras contra Camilo.

Diversas são as histórias sobre práticas sexuais ilícitas nas regiões de colonização italiana do Rio Grande do Sul, conforme verificou Ismael Vannini (2003, p. 186) a partir de relatos contados pelos descendentes. Alguns depoimentos ressaltam as “terríveis consequências sociais da sanção moral comunitária”, principalmente das jovens que davam a luz a um filho ilegítimo, fruto de relação incestuosa. Frente a essas situações, os descendentes apontam que as famílias envolvidas eram expulsas do local onde residiam. Também ressaltam a exclusão e o banimento da casa paterna da moça grávida, pois representava um dano moral irreparável para a família. Porém, as fontes aqui analisadas indicam certa tolerância em relação a práticas incestuosas e transgressões sexuais que não ganhavam uma dimensão de “escândalo público”. Existiam mecanismos de controle e medidas reparadoras que as famílias adotavam para assegurar menores prejuízos à reputação e evitar a divulgação dos eventos constrangedores.⁶⁴⁹

Acredita-se que os atos de Camilo L. para com as filhas, apesar de serem comentados e julgados entre a vizinhança, foram, durante muito tempo, tolerados. Contudo, a comunidade, através de murmúrios, fez seu julgamento sem achar necessário recorrer à justiça do Estado para constrangê-lo. Possivelmente, as redes de proteção de Camilo eram poucas ou

⁶⁴⁸ Alguns estudiosos das relações familiares na Itália moderna apontam que o incesto era comum nas sociedades nas quais as relações sexuais pré-matrimoniais eram condenadas, onde a idade para o casamento era elevada e em situações em que as habitações dos estratos mais baixos da sociedade eram miseráveis, já que as pessoas dormiam juntas, compartilhando o mesmo teto (BARBAGLI, 1996, p. 222).

⁶⁴⁹ O referido autor, através da pesquisa em inquéritos policiais, verificou a existência de tipos de crimes sexuais na região colonial italiana sul-rio-grandense, entre 1938 a 1958, comparando com outros estudos relativos ao tema. Revelou que a comunidade italiana transgredia a ordem do mesmo modo que outros grupos étnicos brasileiros (VANNINI, 2008).

inexistentes, e a falta de solidariedade comunitária ficou evidente no decorrer do processo movido contra ele, já que todas as testemunhas compareceram diante do delegado para falar o que sabiam. Nos depoimentos, não o pouparam em nenhum momento. O que faltava era alguém para dar o primeiro passo, tarefa que coube ao farmacêutico e à parteira, pessoas essas que não residiam próximas à família do acusado na comunidade de Mato Queimado.

Por outro lado, a mulher e as filhas, ao serem interrogadas pela justiça, não acusaram Camilo de cometer tais delitos, negando tudo ao delegado. Talvez por acreditarem que tais problemas deveriam ser gerenciados pela família na comunidade, tanto que a mãe de Maria, ao descobrir que a filha estava grávida do próprio pai, tentou arranjar casamento para evitar o escândalo. Porém, ao se verem diante das autoridades, optaram por não expor sua intimidade a estranhos, assim como não acreditavam ser a justiça do Estado capaz de solucionar a questão. A esposa não queria ver a família exposta a vergonha e constrangimento perante os conhecidos, preferindo ter o marido em casa – apesar de saber dos atos incestuosos – a vê-lo na prisão. Certamente, acreditava que a divulgação ou julgamento no tribunal por tais incidentes poderiam desestruturar de forma drástica a economia e sobrevivência daquela unidade familiar.

Apesar dos depoimentos da esposa e das filhas, procurando inocentar o marido e pai, Camilo foi condenado a sete anos de prisão. Do exame de corpo de delito feito na jovem Maria, constatou-se “vários coitos, e que [ela] estava grávida de uns cinco ou seis meses”.⁶⁵⁰ Com tal resultado, a família ficou mais exposta aos comentários vergonhosos da vizinhança. Na comunidade, ela seria sempre lembrada pelos eventos nos quais esteve envolvida. Neste caso, as redes de amizade, de cumplicidade e proteção que, muitas vezes, podiam impedir as investigações da justiça do Estado, não tiveram força ou preocupação em amparar o acusado e a família. A pena proferida pelos tribunais se apresentou como uma opção aceitável por parte da comunidade.

6.3 Silêncio e expulsão

O medo de se expor publicamente fazia com que certos pais negassem veementemente ter sido a filha violentada sexualmente por terceiros, mesmo que houvesse provas contundentes para condenar o agressor. O episódio envolvendo Elisa R. (11 anos), também em um núcleo colonial da serra gaúcha, demonstra perfeitamente este medo do escândalo que

⁶⁵⁰ Auto de Corpo de delito, Processo-Crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1903, nº 1096, maço 36, APERS.

poderia causar a ruína moral da família. Em uma manhã de dezembro de 1899, após ter participado de cerimônia religiosa no povoado de São José, onde havia recebido a primeira comunhão, Elisa voltava para casa quando foi atacada na estrada. De acordo com o relato da menina, ela foi agarrada no momento em que parou para beber água num córrego à beira do caminho. Identificou o agressor como de “altura regular, magro, de olhos pardos, gago, mal trajado, com grande bastão, de cabelo e barba loura, chapéu preto, rosto alongado, nariz comprido, com trinta e tantos anos presumidos”, afirmando que ele a conduziu para o mato onde abusou dela sexualmente. Findado o ato, teria sido ela orientada pelo “deflorador” a explicar aos familiares que o sangue em suas vestes se originara de “tombo do cavalo”.⁶⁵¹

Apesar da violência do ato, tendo em vista que a menina Elisa ficou dois dias de cama, os familiares não apresentaram queixa às autoridades, silenciando em relação ao ocorrido. Porém, o caso chegou ao conhecimento do delegado através dos comentários de terceiros, por isso ele iniciou uma investigação. Inicialmente, o delegado expressou toda sua indignação contra o subdelegado que não havia notificado as instâncias superiores sobre tal fato. Acusou-o de negligente por não proceder de acordo com as leis da justiça do Estado. E, no decorrer das investigações, deparou-se com problemas que não esperava encontrar. Ficou também estupefato frente à resistência da família da moça deflorada em colaborar para o andamento e conclusão do inquérito policial, principalmente do “pai da infeliz menina”. Mesmo oferecendo todas as vantagens para que o pai, Luigi R., apresentasse queixa de defloramento, em “desafronta a sua honra e da sua família”, não obteve do mesmo qualquer cooperação.

Diante da insistência do delegado, Luigi R. declarou que ele seria “o primeiro a dizer que sua filha nada tinha sofrido e que conservava a sua honra intacta”, pois não queria ver-se exposto aos comentários da comunidade. A recusa do pai em colaborar com as instâncias de poder revelam o entendimento que alguns imigrantes faziam da justiça do Estado. Não cabia as autoridades interferir neste tipo de questão que expunham a honra da família. A posição do pai deve ser entendida como estratégica no sentido de impedir a divulgação daqueles fatos, uma vez que o julgamento do Estado faria aumentar os comentários sobre a filha, acarretando consequências negativas à sua reputação. O silêncio e a não denúncia eram algumas das opções dos indivíduos para se protegerem dos constrangimentos causados pelas investigações. A exposição que a divulgação dos fatos causava era sempre prejudicial.⁶⁵²

⁶⁵¹ Depoimento de Elisa R., 25 de dezembro de 1899. Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas-corpus, Cível e crime, nº 1705, Maço 70. APERS.

⁶⁵² De acordo com as afirmações de Antônio Manuel Hespánha (1994, p. 454-456), o silêncio e a fuga eram formas de resistência das populações camponesas na sociedade do Antigo Regime europeu para escapar perseguição causada pelos agentes do Estado.

Outra dificuldade enfrentada pelo delegado de Caxias do Sul vinha do fato de que entre a própria população local as opiniões divergiam, com vários sendo implicados como autores do delito. Todas estas questões foram apontadas como problemas que prejudicavam o desempenho da autoridade policial, pois, desse modo, não haveria como punir o culpado por aquele crime.⁶⁵³ Apesar disso, e de existir mais de um suspeito, a culpa recaiu sobre o imigrante Pietro B. (34 anos), apontado pelo delegado como autor do defloramento da “infeliz menina”. Sobre ele pesou a autoria do crime porque o mesmo não tinha boa reputação na comunidade. Além de ter praticado roubos na região, era acusado por alguns imigrantes de ser “vagabundo” e “capaz de tudo”.

Segundo Angelo B. (44 anos, casado, lavrador), irmão do suspeito, desde que haviam chegado ao Brasil, as relações com Pietro não eram das melhores, pois eles tinham brigado e se separado no trabalho com a terra. O irmão era, agora, “peão” na casa de outros imigrantes. O fato de Angelo alegar desavenças com o irmão, dizendo que o mesmo não tinha trabalho e residência fixa, e andava de um lado a outro pelos núcleos coloniais em busca de pouso e comida, carregando consigo apenas um bastão e saco de roupas, contribuiu negativamente para que Pietro fosse considerado o principal suspeito. Sua condição de vagante deixava as pessoas temerosas e desconfiadas.⁶⁵⁴ Sendo assim, o delegado emitiu ordem de prisão a Pietro, porém, esse conseguiu escapar.

A responsabilidade por alguns fatos que ocorriam nas colônias era atribuída a indivíduos cuja conduta não era avaliada como positiva pelos conterrâneos. A boa ou a má reputação dos sujeitos eram construídas a partir de acontecimentos e ações que ocorriam no cotidiano das famílias e entre a vizinhança. Nas comunidades, realizava-se constante avaliação da vida privada e pública dos indivíduos, e a força da palavra em fazer conhecer o outro era um dos aspectos fundamentais na construção das reputações.⁶⁵⁵ A investigação policial explicita que a colaboração das pessoas se dava somente quando estas acreditavam como necessária a reparação pública da parte ofensora. Nestes casos, a cooperação dos vizinhos era fundamental. O fornecimento de informações para incriminar alguém passava pela avaliação da população sobre o comportamento dos investigados, partindo de princípios valorativos às vezes diferentes dos defendidos pelas autoridades policiais. Desse modo, o

⁶⁵³ Relatório do delegado Ernesto Marsiay, 18 de janeiro de 1900. Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas-corpus, Cível e crime, nº 1705, Maço 70. APERS.

⁶⁵⁴ Idem.

⁶⁵⁵ Arlette Farge (1991) destaca a importância de questões como a vigilância, o controle, os rumores e o dito entre os indivíduos que habitavam nos bairros populares parisienses, meios esses autônomos e regidos por regras e leis próprias. A honra era um bem que as pessoas disputavam com veemência.

apoio dos vizinhos e da comunidade era essencial no processo de resolução das dificuldades vividas pelas famílias, visto os acusados serem responsáveis pelo surgimento de fatos que perturbavam a tranquilidade local.

A preocupação das famílias com os “escândalos” era grande. Para evitar a repercussão era preciso tomar iniciativas a fim de regular os desequilíbrios, e isso acontecia por medidas de reparação e conciliação privada. Ao descobrir que se encontrava grávida, Rosalina P. (25 anos) foi procurar “serviço para ganhar a vida” entre as famílias do povoado, alegando que seus pais haviam-na expulsado de casa justificando que não conseguiriam “sustentar outra boca”, pois já criavam uma filha ilegítima da moça.⁶⁵⁶ Frente ao problema, alguns indivíduos promoveram um encontro entre Rosalina e os pais para tentar harmonizar as partes. Contudo, não conseguiram estabelecer acordo entre os membros da família, principalmente por existirem fortes suspeitas de que o próprio pai engravidara a filha. O fracasso da mediação levou os vizinhos a denunciarem o caso às autoridades policiais. Sem mais chance do acordo se dar no âmbito do privado, o fato chegou ao julgamento externo.

A participação dos membros da comunidade na resolução das contendas locais revela o controle sobre os comportamentos. Os vizinhos conciliadores, frustrados em suas iniciativas, optaram por levar o caso ao inspetor de quarteirão,⁶⁵⁷ “visto a grande vozeria de indignação que andava pela gente” do núcleo a causar “público escândalo”.⁶⁵⁸ Uma das testemunhas arroladas na investigação afirmou ter tentado mediar os impasses surgidos entre Rosalina e os pais, pois grande era o “alvoroço” e “dizeres das gentes”. Além da inquietação frente aos comentários dos vizinhos, os transtornos aumentaram devido à jovem ter sido expulsa da casa paterna. Aqui, a indignação da população deve ser entendida como uma forma de censura frente à transgressão sexual e pela medida tomada pela família.

Durante os interrogatórios, o pai da moça reconheceu a paternidade do primeiro filho, afirmando que a criança vivia com ele. Porém, disse não ser o responsável pela gravidez do segundo filho, argumentando que não tinha como sustentar mais um filho de Rosalina. Para a família, o nascimento de outro ilegítimo significava, além da vergonha, uma nova boca para alimentar, o que parece ter sido o motivo da expulsão. Entre os indivíduos carentes de recursos financeiros, com pouca terra para o cultivo e poucas redes de relações, o

⁶⁵⁶ Depoimento de Rosalina P. (25 anos, solteira, natural do Tirol, Reino da Áustria). Investigações policiais, 25 de agosto de 1903. Caxias do Sul, Habeas corpus, nº 1681, maço 70, APERS.

⁶⁵⁷ Os inspetores de quarteirão eram imigrantes que assumiam o papel de representantes das autoridades nas diversas localidades que compunham a região colonial. A eles cabia comunicar os subdelegados sobre os delitos e eventos que perturbavam a tranquilidade dos locais afastados das sedes das Colônias.

⁶⁵⁸ Relatório. Investigações policiais, 25 de agosto de 1903. Caxias do Sul, Habeas corpus, nº 1681, maço 70, APERS.

aparecimento de uma criança desestabilizava a organização interna da família. Este argumento explica, em parte, as atitudes de rejeição às crianças entre os camponeses humildes, sendo o infanticídio uma das saídas encontradas pelas jovens que viam diminuir as chances de casamento (BARBAGLIA, 1996, p. 252). A honra familiar abalava-se pela perda da virgindade das moças e o nascimento de filhos ilegítimos, aspectos prejudiciais à sobrevivência do grupo. Portanto, a capacidade de garantir recursos baseava-se muito no desempenho dos camponeses de se proteger contra eventualidades que desestabilizassem sua posição dentro do universo de relações vividas e representassem riscos à subsistência.

Através da formação de um “conselho”, alguns chefes de famílias decidiram que algo deveria ser feito para controlar os fatos que estavam a provocar desordens, mexericos e “escândalo” entre a população. Optaram, então, por levar o caso da jovem Rosalina à justiça externa. O julgamento da comunidade era o principal agente a impor censuras, buscando exercer controle moral a fim de garantir a manutenção da ordem e da paz na vizinhança. Através da avaliação dos próprios atores se consegue verificar os limites do tolerado e do não permitido no cotidiano. Os mecanismos de controle e censura contra os que violavam as normas comunitárias, ou transgrediam as regras de sociabilidade local, deveriam ser eficazes. Tais manifestações podiam se expressar através de rituais de punição, insultos, exposições públicas e processos de reparações (VAQUINHAS, 1994, p. 490). Aqueles que desobedeciam as convenções sociais ou as normas que regulavam as práticas sexuais podiam ser estigmatizados. Mesmo sendo diversas as circunstâncias que desencadeavam as atitudes coletivas de repressão, essa buscava expor a pessoa à vergonha para, assim, reforçar o “código moral da comunidade”.⁶⁵⁹

Anteriormente se observou que a vizinhança procurou exercer domínio sob os acontecimentos e condutas que causavam constrangimentos, definindo, desse modo, os limites do que era ou não permitido. O que provocou a censura não foi exatamente a prática do incesto – pois isto era assunto a ser resolvido internamente à família –, mas a maneira como o pai de Rosalina se comportou, expulsando-a de casa e fazendo-a perambular pela comunidade em busca da caridade e da assistência dos vizinhos. Esta conduta gerou a necessidade de intervenção e mediação de pessoas do lugar e, depois, dos agentes do Estado para que a situação da família se regularizasse e fosse restaurada a tranquilidade no povoado.

⁶⁵⁹ Estudando a cultura dos grupos populares na Inglaterra do século XVIII, Thompson (1998) constata a existência de diversos tipos de rituais utilizados para hostilizar e dirigir zombarias contra os indivíduos que desrespeitavam as normas da comunidade. Nesse sentido, o mesmo autor analisa alguns desses ritos para identificar o código moral que permite verificar a existência de uma vigorosa fronteira entre o tolerável e o intolerável que rege as relações cotidianas entre vizinhos, parentes e comunidade.

Este envolvimento de indivíduos da comunidade em assuntos que diziam respeito a questões privadas reflete o sentimento compartilhado pelos imigrantes de que possuíam o direito de intervir em eventos que prejudicassem a harmonia local. Além das famílias, os povoados e as paróquias também tinham reputação para manter. Os vizinhos podiam ser censurados pelos seus comportamentos ou ainda protegidos quando se tornavam alvos de sanções vindas da justiça externa do Estado.

Ao analisar o comportamento dos indivíduos num determinado espaço, Norbert Elias (2000) apontou para a utilização dos conceitos de configuração e interdependência para pensar a ligação entre as pessoas e a constituição de conformações específicas. Nessa perspectiva, a configuração seria uma formação social – aqui no caso a comunidade – em que os sujeitos estão ligados uns aos outros por um modo próprio de dependências recíprocas. Essas considerações são válidas para o presente estudo por que permitem perceber o imigrante inserido em redes de interdependência que cobrava das pessoas e famílias determinados comportamentos. Desse modo, a comunidade deve ser entendida enquanto um espaço que se moldou através das relações de solidariedade, reciprocidade e alianças, mas também de controle mútuo, por vezes opressor, que precisam ser identificadas e reconstruídas para entender a ação social e interdependências entre os indivíduos.⁶⁶⁰

6.4 A voz do povo

Uma das práticas mais comuns em sociedades camponesas era os falatórios. Constrangedor para quem fosse alvo dela, era uma forma de controlar àqueles que não observassem os princípios morais defendidos pelo grupo. Os que residissem num determinado núcleo eram julgados de acordo com a imagem que a vizinhança fazia deles. Enquanto a interdependência ajudava a defini-los como membros de uma comunidade, as normas culturais deveriam orientar as condutas. Quando alguém não se comportava de acordo com certos princípios, passava a ser alvo de fofocas, podendo ser excluído dos círculos de proteção familiar. Os rumores tinham, portanto, a função de restaurar o equilíbrio local fazendo com

⁶⁶⁰ Simona Cerutti (1998, p. 183, 194) apresenta a ideia de se analisar determinada configuração como um ator social, o que leva, então, a se interrogar sobre a própria constituição das categorias que a formam. A autora indica a importância de se partir da análise da maneira como as relações sociais criam solidariedade, alianças e “campos de pertencimento”. Desse modo, conclui que a coesão em determinados espaços e agregação de um grupo de indivíduos é produzida pelas interações sociais. Sobre o tema da formação do espaço a partir das práticas sociais dos sujeitos e suas relações com as instituições do Estado ver: TORRE, 2002; 2007.

que os indivíduos voltassem a se comportar segundo as normas aceitas.⁶⁶¹ Para que julgamentos e fatos cotidianos não viessem a prejudicar a posição ocupada, era essencial que as pessoas ficassem longe de problemas – o que não era fácil –, pois as notícias sussurradas podiam se transformar em verdades e causar a ruína dos sujeitos envolvidos. Se a “voz do povo” era, para alguns, a “voz de Deus”, para outros os falatórios eram verdadeiramente a “voz do Diabo”, segundo acreditava o imigrante Francisco Tognotti ao ser apontado pelos conterrâneos do povoado de Silveira Martins como autor da morte do cunhado.⁶⁶²

Nas comunidades coloniais, a voz pública poderia se tornar grande inimiga caso fatos privados ganhassem notoriedade. Havia necessidade de controlar a publicidade dos acontecimentos através da negação ou da busca imediata da reparação, pois os imigrantes partilhavam da concepção de que tanto a privacidade como a paz da vida familiar era um direito que devia ser garantido. Sem a divulgação pública dos fatos, o sentimento de vergonha e, conseqüentemente, de desonra ficaria restrito à esfera privada. Tal como outros episódios até aqui apresentados, o comportamento do carreteiro Pietro R. (56 anos, casado) demonstra bem essa percepção.

Indignado com o falatório dos vizinhos que estavam a propagar assuntos de sua família, Pietro se dirigiu para a residência de Giuseppe D. e passou a injuriá-lo “em alta voz”. Utilizando “palavras obscenas que ofendem a moral pública”, Pietro chamou o casal vizinho de “bons telégrafos” por serem os responsáveis por espalhar comentários sobre a condição da filha que se encontrava grávida e largada pelo namorado. Ora, se a filha estava em tal condição, cabia aos pais resolver a questão, de preferência rapidamente para que a honra da mesma, e da família, não fosse prejudicada. Pouco importava se o próprio pai, revoltado, chamara a filha de “putana”⁶⁶³ e “vaca” – como revelou ao delegado – pois ele era quem detinha o poder sobre a filha. O que o deixou furioso foi a interferência dos vizinhos que estavam a espalhar notícias que seriam a “ruína da sua casa e a vergonha de sua família”.⁶⁶⁴ Na difícil tarefa de manter a harmonia entre os membros de uma casa, o importante era que o patriarca conseguisse preservar sua autonomia para dirigir aquela situação, garantindo que certos fatos permanecessem ocultos. A interferência de vizinhos em assuntos internos –

⁶⁶¹ Mario Barbagli, na obra *Sotto lo stesso tetto*, aponta os tipos de humilhação vividos em diversas regiões da Itália do século XIX, destacando, dentre outros, as fofocas. Para o autor, as fofocas exerciam domínio sobre os comportamentos, pois ninguém gostava de ser alvo delas. (BARBAGLI, 1996, p. 377).

⁶⁶² Afirmação do réu Francisco Tognotti. Investigações policiais. Santa Maria, Cível e crime, nº 29, Maço 29, 1882. APERS.

⁶⁶³ Palavra do dialeto vênето que significa “puta”.

⁶⁶⁴ Depoimento de Pietro R. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1128, Maço 34, 1898-1899, APERS.

conflitos entre pais e filhos, transgressões sexuais, gravidez –, caso fossem divulgados, eram entendidos como um ataque à integridade da família (JAMOUS, 1993).

Diante dos comentários locais, Pietro foi tomar satisfações com o vizinho e acabou agredido, o que deu início ao processo-crime e o envolvimento de outras pessoas que testemunharam a briga entre as partes.⁶⁶⁵ Nesse caso, o protesto de Pietro se dirigiu aqueles que colaboraram para que fossem divulgados fatos íntimos da família. As preocupações relativas à reputação, o rumor da vizinhança e a avaliação sobre o nascimento de um filho ilegítimo foram alguns dos motivos que provocaram a revolta de Pietro. Portanto, o medo da perda da reputação justificou a opção por violências verbais e físicas tomada pelo pai da moça abandonada grávida pelo namorado. Tal exemplo possibilita perceber quais eram os temores e inquietações que atingiam a maior parte das famílias nos núcleos coloniais. A desonra da família e do chefe da casa é uma questão que fica perceptível neste caso.

Os olhares indiscretos e comentários da vizinhança podiam desfazer laços afetivos e as relações de amizade. As pessoas conhecidas avaliavam os comportamentos de acordo com o que viam e ouviam, e, a partir disso, buscavam encontrar um responsável pelas transgressões, julgando qualquer conduta considerada irregular (DEL PRIORE, 2009). No entanto, conforme o exemplo apresentado, o sentimento de vergonha foi redimensionado no momento em que a condição da filha – grávida e largada pelo namorado – passou a ser divulgada localmente. Evidentemente que em pouco tempo os sinais de gravidez da jovem seriam visíveis e, assim, dificilmente os pais poderiam ocultar a desonra da comunidade. Contudo, o assunto era familiar e não de domínio público. A publicidade dos fatos impediu que escolhas privadas e sigilosas fossem tomadas pela família para resolver o problema.

Como se percebe, os vizinhos assumiam papel fundamental enquanto canais transmissores de notícias, apesar de ser este tipo de comportamento condenado, principalmente, quando vinha de pessoas próximas das quais se esperava solidariedade e cumplicidade. A vizinhança podia ser elemento hostil por ameaçar a estabilidade e a paz familiar. Os segredos, quando divulgados, tornavam-se causadores de vergonha, desencadeando uma sequência de ofensas públicas que poderiam gerar mais violência, inclusive levarem à morte alguns dos envolvidos.⁶⁶⁶ Em sociedades onde as pessoas se

⁶⁶⁵ Depoimento de Emanuele Adami (34 anos, casado, agricultor, italiano). Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1128, Maio 34, 1898-1899, APERS.

⁶⁶⁶ Os sentimentos de honra, humilhação e vergonha se tornavam insuportáveis quando os fatos que os geravam se tornavam públicos. Para analisar a moral do povo curdo em país estrangeiro (na Suécia), Unni Wikan (2010) utilizou o assassinato da jovem Fadime como mote, concluindo que este crime, praticado pelo pai, se ligava à maneira como a cultura entendia e ligava reparação da honra com violência.

conheciam, viviam próximas umas das outras e se relacionavam cotidianamente, as comunidades funcionavam como o local onde se constituíam as reputações e a desonra. Nada passava despercebido ao julgamento local, que fazia circular comentários sobre as variadas situações vividas pelas pessoas. A partir dessas avaliações é que se estabeleciam as classificações sociais.⁶⁶⁷

Um dos aspectos que estava na base da boa fama residia no constante contato entre as famílias, não havendo distinção entre a vida pública e a privada. O mais prejudicial era o surgimento de uma “maldosa” opinião sobre fatos da vida interna e os rumores persistentes sobre transgressões sexuais das mulheres. Portanto, era necessário tomar medidas para preservar a fama da família atingida. Assim, no pequeno universo das comunidades, para não se tornar alvo de comentários, fofocas e insultos, era necessário “controlar a qualquer preço o fluxo do que se diz e se vê”. A palavra cumpria uma função central: consagrava ou rechaçava uma pretendida identificação, sancionava o afastamento dos “homens de honra” conferindo exclusão por meio da mácula da desonra (FARGE, 1991, p. 592; FERNÁNDEZ, 2008, p. 163).

Em uma “sociedade de iguais era necessário ter a estima dos outros”, vivendo todos num vulnerável equilíbrio devido à observação diária dos vizinhos. Os julgamentos eram constantes, determinavam os destinos individuais, os falatórios destruíam a estabilidade das relações entre as famílias e abalavam o prestígio das mesmas (FARGE, 1991, p. 591). Enquanto prática social vivida nas comunidades, o rumor assumia um poder destabilizador, podendo também ser acionado como mecanismo de intriga ao se converter em arma que fazia circular de boca em boca comentários que provocavam escândalo. A palavra dita, propalada ou silenciada dão mostras das formas de sociabilidade e controle presentes entre os imigrantes italianos. O conteúdo dos rumores, bem como a sua própria eficiência na difusão, não está desligado do contexto no qual surge, pois encontra ali o seu sentido. Os boatos locais são resultados das tensões no povoado, e encontra receptividade dentro de um sistema de valores que legitima a sua existência (LANGUE, 2007).

A difusão dos rumores acerca das transgressões sexuais, desonra e escândalos familiares não podem ser entendidos sem que seja levado em conta a existência de tensões

⁶⁶⁷ Os rumores, enquanto formas de sociabilidades vividas em determinados contextos, se convertem em um mecanismo de defesa e reivindicação dos sujeitos no universo comunitário. Ocupam lugar destacado na relação entre escândalos e transgressões privadas. Nesse sentido, os rumores se transformam em arma que se manifesta frente aos desvios da moral e sobre fatos silenciados (LANGUE, 2007). Vários autores têm estudado os rumores e fofocas como práticas sociais e cotidianas de algumas comunidades, destacando como organizavam a realidade ou expressavam seus controles sobre as famílias vizinhas. Sobre essa questão, consultar: FARGE, 1991:1992; ELIAS, 2001.

locais e inimizades entre famílias vizinhas. Frente a determinados incidentes, os imigrantes podiam formar um “tribunal da reputação” para julgar as disputas privadas. Muitas vezes, a vizinhança era a responsável por impor humilhações e punições e outras exigências contra aqueles que tinham comportamento condenável. Aspectos da vida cotidiana aparecem combinados se tornando escândalos públicos através da formação de uma opinião local – sinônimo de verdade – sobre a vida particular dos infratores. Podiam ser tomadas iniciativas para evitar prejuízos à honra familiar, caso os prejudicados tivessem prestígio e boas relações com a vizinhança. Nesse caso, adotariam o silêncio, mantendo-se as aparências, muito embora nem sempre esta estratégia se mostrasse eficaz.⁶⁶⁸

Portanto, por meio das experiências e fatos compartilhados pelos indivíduos nas comunidades coloniais, pode-se compreender os significados que honra e vergonha tiveram naqueles contextos. Não são os atos de violência em si que importam, mas o que estava por trás das ações e palavras, uma vez que estas indicam uma determinada percepção de mundo. Para defender a própria reputação e a da “casa” ultrajada, lançava-se mão, muitas vezes, da violência. Tal maneira de resolver os assuntos era escolha possível quando a honra familiar estava em jogo. Frente a incidentes que ameaçavam o prestígio, a reputação do grupo e enfraqueciam a rede de relações, os caminhos para reverter a situação eram variados: represálias, duelos, vinganças ou, ainda, decisões pacificadoras realizadas no espaço privado. O que se analisou até aqui, e se aprofundará na sequência, foram episódios envolvendo a violação da castidade feminina e as murmurações decorrentes das suspeitas de transgressões sexuais, aspectos esses presentes num contexto onde as mulheres eram peças chave na preservação da honra familiar.

6.5 Queria a sua honra de volta

Para compreender como desonra e vergonha eram vividos pelos imigrantes italianos se procura seguir os caminhos que esses tomavam para solucionar questões que causavam prejuízos à reputação. Os indivíduos com baixa credibilidade veriam restringidos os recursos relacionais e, conseqüentemente, o campo de atuação. Era preciso evitar ser falado para não enfrentar constrangimentos públicos, pois o rumor da comunidade, “espécie de fórum

⁶⁶⁸ Sobre o peso do olhar da vizinhança, assuntos da vida privada das famílias e o papel das fofocas na constituição das relações locais, ver: PERROT, 1991; CASTAN, 1991:1991b; ELIAS, 2000. A análise sobre os costumes e normas sociais dos grupos populares a partir da experiência dos indivíduos que compartilhavam um mesmo espaço – que podia ser o bairro, a aldeia ou a comunidade – foi destacada por alguns estudiosos como: THOMPSON (1997; 1998) e DAVIS (1990).

coletivo” que recolhia e propagava os mexericos sobre a conduta alheia, era algo implacável à reputação. Desse modo, as famílias partilhavam a preocupação em seguir uma ética que se fundamentava em valores socialmente aceitáveis, toleráveis em último caso. O pecado no sentido dado pela Igreja não era o que preocupava os camponeses, conforme afirmou Emmanuel Le Roy Ladurie (1998, p. 250, 440), antes comportamentos que envergonhassem a família ou a comunidade. Honra e vergonha estavam no “centro da moral rústica”, ligados, sem sombra de dúvida, à preservação da virtude feminina.

Mesmo havendo controle sobre os comportamentos, não quer dizer que as pessoas não transgredissem normas ou não cometessem atos sexuais condenáveis, porém, esses deviam ser controlados para não se tornarem públicos. As normas e as regras funcionavam como um modelo ideal de conduta que deveria ser observado. Os princípios que norteavam o desempenho dos camponeses visavam à preservação da reputação frente aos vizinhos, à fidelidade aos costumes e à valorização do sentimento de honra. A importância de não ser exposto à vergonha estava relacionada a todo um sistema de valores.

Como se verá na sequência deste trabalho, outros comportamentos, além dos desvios sexuais, podiam ser fonte de vergonha e fazer diminuir a reputação dos sujeitos frente aos vizinhos. A partir do momento em que infrações à moral comunitária se tornavam conhecidas, em um mundo de valores externados,⁶⁶⁹ entende-se claramente o que se queria dizer com o ditado: “honra se perde e vergonha se cria” (LADURIE, 1997, p. 442). Esse é um elemento que se encontrava no horizonte de perspectiva dos imigrantes. Na vida cotidiana, inúmeras eram as situações que podiam se tornar fonte de embaraço, vergonha e humilhação.⁶⁷⁰ Os episódios a seguir revelam com detalhes as escolhas tomadas para evitar escândalos e atribuições indesejadas.

No ano de 1902, cedo da manhã, quando os imigrantes se preparavam para ir ao trabalho na roça, um grupo de indivíduos liderados por Angelo D. (26 anos, casado, agricultor), morador na região colonial de Caxias do Sul, dirigiu-se para a casa de Francisco P. com o objetivo de cobrar explicações sobre as acusações divulgadas entre a população do povoado. Em depoimento posterior dado ao delegado, Angelo D. afirmou que “queria a sua

⁶⁶⁹ A exteriorização dos valores não se separa de uma moral que se baseia na questão da vizinhança e na reciprocidade, uma vez que os indivíduos e as famílias têm uma preocupação com a reputação diante dos vizinhos. Qualquer interferência sobre os assuntos privados poderia desencadear conflitos, portanto, também viviam com o constante receio de não desencadear reações violentas dos membros das casas contíguas (LADURIE, 1997).

⁶⁷⁰ Para Norbert Elias (1993, p. 242) o sentimento de vergonha – embaraço e repugnância – se relaciona ao medo de degradação social, receio em cair numa situação de inferioridade, de perder o respeito e o prestígio dos demais.

honra de volta”, por isso foi até a residência de Francisco P., junto a outros imigrantes, para cobrar explicações referentes às “palavras que considerava injuriosas” proferidas “contra a sua pessoa”. A discussão entre as partes se acirrou, os ânimos se exaltaram, e Angelo D., para “retratar a sua honra”, disparou tiros contra o ofensor, mas acabou atingindo a filha de Francisco P.⁶⁷¹

Em depoimento, Adelaide B. (31 anos, casada, agricultora) explicou os motivos de ter acompanhado Angelo D. no momento em que este foi tirar satisfação. Justificou o próprio envolvimento, bem como o do marido, argumentando que Francisco P. havia espalhado boatos sobre a existência de um caso amoroso entre sua filha e o vizinho, causando a revolta desse. Segue relatando como tudo teria ocorrido: “Às cinco horas da madrugada, Angelo D. veio à minha casa para averiguar o que havia de verdade sobre as intrigas em que a honra da minha filha era ultrajada por Francisco P.”. Ao constatar que aquele queria tomar satisfação de Francisco, “pedi-lhe que não o fizesse, pois eu não dava crédito ao que falavam.” Contudo, aquele, furioso, solicitou que “eu e meu marido [pais da moça vítima dos comentários] o acompanhasse até a casa” do acusador para exigir explicações frente aos comentários de que havia “desvirginado a minha filha”.⁶⁷²

A família – marido, esposa e filha –, apesar de não aparecer como protagonista da mobilização para pedir explicações sobre os insultos à honra, acompanhou Angelo na sua busca por reparação. Mesmo Adelaide afirmando não dar “crédito” às conversas sobre o envolvimento da filha com Angelo D., aceitou o convite para comparecer ao “ajuste de contas”. Em momento algum declarou apoiar as iniciativas do vizinho, mas achou por bem ir junto tendo em vista que o nome da filha e o da família estavam em jogo.⁶⁷³ Em frente da residência de Francisco P., Angelo buscou reparar a afronta por meio de gritos, talvez com a intenção de chamar a atenção dos vizinhos. Neste caso, o procedimento de exigir explicações diante de muitas testemunhas constitui-se como uma forma de humilhação para constranger o ofensor. De um lado Angelo e a família da moça, os que se sentiram ofendidos pelos comentários caluniosos; do outro Francisco, o divulgador das acusações; e, como plateia, a vizinhança. Após ofensas verbais, Angelo deu vários tiros na direção da casa do rival,

⁶⁷¹ Relatório policial. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1077, Maço 37, 1902. APERS.

⁶⁷² Depoimento de Adelaide B. (31 anos, casada, natural da Itália) moradora na Linha Feijó. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1077, Maço 37, 1902. APERS.

⁶⁷³ A família, enquanto unidade básica de sobrevivência, atuava tanto para a defesa de seus recursos econômicos quanto para a preservação da honestidade. Nas comunidades rurais, os indivíduos eram identificados a partir do seu grupo de procedência, e, por isso, a exposição negativa de um deles acarretaria prejuízos para a coletividade (PERISTIANY, 1988).

acertando, como visto anteriormente, a filha de Francisco, atingida por projétil em uma das mãos.

Primeiro através de palavras injuriosas, depois alvejando a residência do adversário, Angelo buscou reparar as ofensas. Frente aos comentários que depunham contra a honra pessoal ou grupal – destacando-se as questões relacionadas às transgressões sexuais – a retaliação violenta, através da vingança, aparece, muitas vezes, como necessária, sendo uma reação socialmente aceita. Reagir aos insultos não era visto pela comunidade como algo negativo.⁶⁷⁴

A honra comprometida pelas suspeitas devia ser defendida e restituída por meio da contra-ofensa, isto é, através de práticas punitivas e reparadoras aplicadas pelo ofendido. A reputação era uma qualificação atribuída pelos outros membros da comunidade aos indivíduos, atributo que se conquistava ou se perdia dependendo do julgamento alheio. Muitas vezes, o uso da violência física era recurso legítimo para recuperar o prestígio. Nessas ocasiões, segundo destaca Pierre Bourdieu (1988, p. 170-172), era o momento em que “o tribunal de opinião” e a “pressão da comunidade” estavam sempre prontos para julgar as ações, legitimando ou censurando.

O sentimento de honra e vergonha de um indivíduo era medido através da própria auto-avaliação e, principalmente, pelo olhar daqueles com os quais se convivia.⁶⁷⁵ Algumas das orientações valorativas que caracterizavam o grupo podem ser percebidas por meio do desempenho dos imigrantes quando se viam advertidos ou julgados. Dentre essas orientações que definiam a honra estavam a honestidade, a igualdade, a coragem, a capacidade de se expressar e o uso da violência física como forma de defender a posição nas conformações locais – vizinhança, rede familiar e comunidade.⁶⁷⁶ Frente a atos que comprometiam a reputação entre os conhecidos, em alguns casos se exigia a vingança de sangue como resposta. Isso porque a pessoa insultada não aceitava ficar marcada por não ter reagido à afronta. Tirar satisfação, portanto, era uma tentativa de reconstituir ou preservar a imagem pública.

Muitos processos-crime foram instaurados por causa de agressões físicas ocasionadas por sujeitos que “iam atrás de sua honra”. A justiça do Estado, como se percebe, não era o

⁶⁷⁴ Sobre a relação entre honra masculina e rituais de violência, ver: Spierenburg (1998, p. 1-29).

⁶⁷⁵ Pierre Bourdieu (1988; 2010) identifica o sentimento de honra como um código comum e íntimo no qual o indivíduo julga suas ações e as dos outros, sendo os valores de honra as normas ideais que regem as condutas.

⁶⁷⁶ Analisando os padrões de moralidade na sociedade “pathan”, Frederik Barth (2000, p. 73-74, 101) destaca que os principais valores compartilhados pelo grupo são: autonomia, agressividade, coragem e igualitarismo. Estes princípios podem ser sintetizados através do conceito de honra.

primeiro recurso a ser utilizado quando se desejava atingir ou vingar-se do ofensor. Os atos de vingança ou punição, considerados legítimos pelos imigrantes, eram percebidos pelas autoridades como delitos a serem investigados, não obstante as instâncias judiciais também acreditem que, em determinadas situações, as reações violentas eram legítimas e necessárias. Existia uma relação direta entre honra, violência e masculinidade, uma vez que os enfrentamentos, a destreza e a coragem eram aspectos fundamentais que caracterizavam a identidade masculina (SPIERENBURG, 1998).

Os atributos e as avaliações dos outros eram aspectos de extrema importância nas comunidades coloniais, funcionando como “capital social” que garantia prestígio. O uso da violência era percebido como uma das alternativas justas que possibilitavam a defesa imediata da reputação em jogo.⁶⁷⁷ Porém, em certos casos, o assunto deveria ser conduzido privadamente, entre os próprios envolvidos, descartando, pelo menos de início, agressões físicas ou o recurso à justiça do Estado. Muitos dos conflitos foram justificados pelos imigrantes como motivados por “questões familiares”, envolvendo irmãos, demais parentes e até mesmo vizinhos. Tais eventos até poderiam chegar ao conhecimento das autoridades judiciárias, mas, geralmente, só se tornavam alvo de investigação quando havia mortes ou os agredidos não tinham mais a quem recorrer.

O imigrante Angelo D. procurou defender alguns princípios que eram a base para a boa reputação na comunidade, como ser homem honesto, trabalhador e bom pai e marido. A atitude de buscar satisfação visava evitar que qualificações negativas prejudicassem sua imagem. Reais ou não as acusações, colocavam em xeque a honra individual, principalmente por causa da publicidade que ganhavam entre a população. Os falatórios poderiam causar novos constrangimentos, caros à manutenção da harmonia local. Certamente, foi pensando em garantir a estabilidade das relações com as famílias vizinhas que motivou Angelo a exigir a reparação da honra.

O surgimento de rumores acerca do comportamento sexual das mulheres e homens – casados ou não – fazia com que os ofendidos solicitassem explicações aos responsáveis ou suspeitos de terem divulgado intrigas. Como resultado das discussões geralmente ocorria agressões físicas envolvendo toda a família. Visavam constranger publicamente os rivais e dar fim aos julgamentos que, porventura, estavam a prejudicar a imagem pública dos caluniados. Porém, nem sempre se obtinha sucesso nas iniciativas de restaurar a honra, pois as ações podiam acarretar prejuízos, principalmente se o caso fosse julgado no tribunal.

⁶⁷⁷ A reputação pública e a honra da família aparecem como um bem que podia ser possuída, quitada e restituída (FERNÁNDEZ, 1999, p. 21).

Numa sociedade que seguia os mesmos códigos de honra, os quais significavam observação de regras de igualdade e respeito mútuo, era extremamente importante que os indivíduos contestassem as fofocas que os expunham à vergonha. Todos tinham direito ao respeito de seus conterrâneos caso procurassem viver segundo normas e regras de comportamento aceitas pelo grupo (WIKAN, 2010, p. 81). Quando Angelo afirmou que “queria sua honra de volta”, estava procurando ser reconhecido como um sujeito de boa reputação entre seus iguais. A atitude, ao procurar agredir fisicamente o ofensor e desferir tiros contra a casa do mesmo, surge como motivo justo na sociedade colonial, procedimento que não foi condenado pelas testemunhas.⁶⁷⁸ Durante os interrogatórios, várias pessoas afirmaram que não haviam presenciado a discussão entre os imigrantes, apesar do grande número de testemunhas que estavam no local no momento dos tiros. Os depoentes não condenaram a atitude de Angelo, contudo, não apresentaram ao delegado qualificações positivas: apontaram o imigrante como “pouco trabalhador” e dado ao “vício da embriaguez”.⁶⁷⁹ O juiz condenou o réu a um ano de prisão.

A eficácia da justiça do Estado em condenar os indivíduos envolvidos em disputas familiares dependia da vontade dos imigrantes em prestar depoimentos. Porém, mesmo quando as vinganças acarretavam em mortes, os testemunhos poderiam inocentar o acusado por acreditarem que a reação havia sido legítima. Visavam proteger o indivíduo como forma de manter o equilíbrio social comunitário, preservando, com isso, a própria honra das famílias. Como se percebe, não houve empenho entre os imigrantes para proteger Angelo, comprovando que ele não tinha rede de relações sólidas e nem boa fama entre os conterrâneos.

Diferente destino teve João Z. que, em casa de negócio, proferiu “palavras caluniadoras” contra a “honra da família” do vizinho João P. (23 anos, agricultor). Por isso foi ferido mortalmente com arma de fogo. Ambos os indivíduos se encontravam armados, estando um deles com “revolver na algibeira” e o outro, prevendo o surgimento de conflito, também tomou posse de uma arma. No transcorrer das investigações policiais, os depoentes foram unânimes em apontar que a vítima tinha fama de “provocador e desordeiro”, ao contrário do réu que era considerado homem honesto, de boa família e de prestígio social.⁶⁸⁰ Como prova dos bons antecedentes da família do acusado, foi apresentado uma carta de

⁶⁷⁸ Relatório. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1077, Maço 37, 1902. APERS.

⁶⁷⁹ Depoimento de Giuseppe B. (casado, natural da Itália, moradora na Linha Feijó). Relatório. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1077, Maço 37, 1902. APERS.

⁶⁸⁰ Relatório. Sumário de crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 942, Maço 29, 1880. APERS.

recomendação passada pelo *sindaco*⁶⁸¹ da *comuna* de Vidor, Província de Treviso. O documento, com data de 1876, foi elaborado no momento em que o grupo havia decidido partir da Itália para o sul do Brasil, podendo ser útil – como de fato foi – para atestar a honestidade dos membros da família:

“O *Sindaco* abaixo-assinado afirma que a família de Jacques Piccolo, filho do defunto Antônio, e Maria Tereza, filha do defunto Angelo, com oito filhos dos quais o maior consta na idade de dezoito anos, *gozou sempre de boa fama nesta comuna, os membros sempre tiveram boa conduta e moralidade durante o lapso de dois anos que residem nesta comuna (...)*.⁶⁸²

A experiência migratória pretérita que marcava a trajetória da família de João P. foi importante para instruir o grupo quanto aos cuidados que deviam tomar ao partir para a América. Muitas das unidades familiares que optaram pela imigração transoceânica e definitiva haviam partilhado anteriormente de mobilidades temporárias, curtas ou longas, na própria península, aprendendo a carregar consigo documentos como cartas de recomendação. Por fim, segue o documento:

(...) que *nenhum dos membros componentes da mesma* [família de João P.], *nunca foi submetido a nenhum procedimento criminal, ou correccional nem teve compromisso nenhuma com autoridade policial do lugar, durante aquele tempo [período que residiu na Comuna de Vidor]. Tanto “certifica, como prova dispensa o presente certificado para qualquer efeito da lei”*.⁶⁸³

Cartas que destacavam aspectos como boa reputação, moralidade e o não envolvimento dos indivíduos em investigações ou obrigações com a justiça na terra natal eram provas de bons antecedentes dos integrantes do grupo. Antes de partir para o Brasil, as famílias se muniam de garantias para serem usadas no futuro para contornar problemas com a justiça. Atestados desta natureza poderiam, ainda, ser enviados da Itália para o Brasil caso os imigrantes se vissem envolvidos em problemas. Neste caso, acionavam-se os mecanismos possíveis para obter tais cartas, e cada família camponesa estava inserida, em menor ou maior grau, numa intrincada rede de relações que permitia o acesso a este recurso quando necessário.⁶⁸⁴

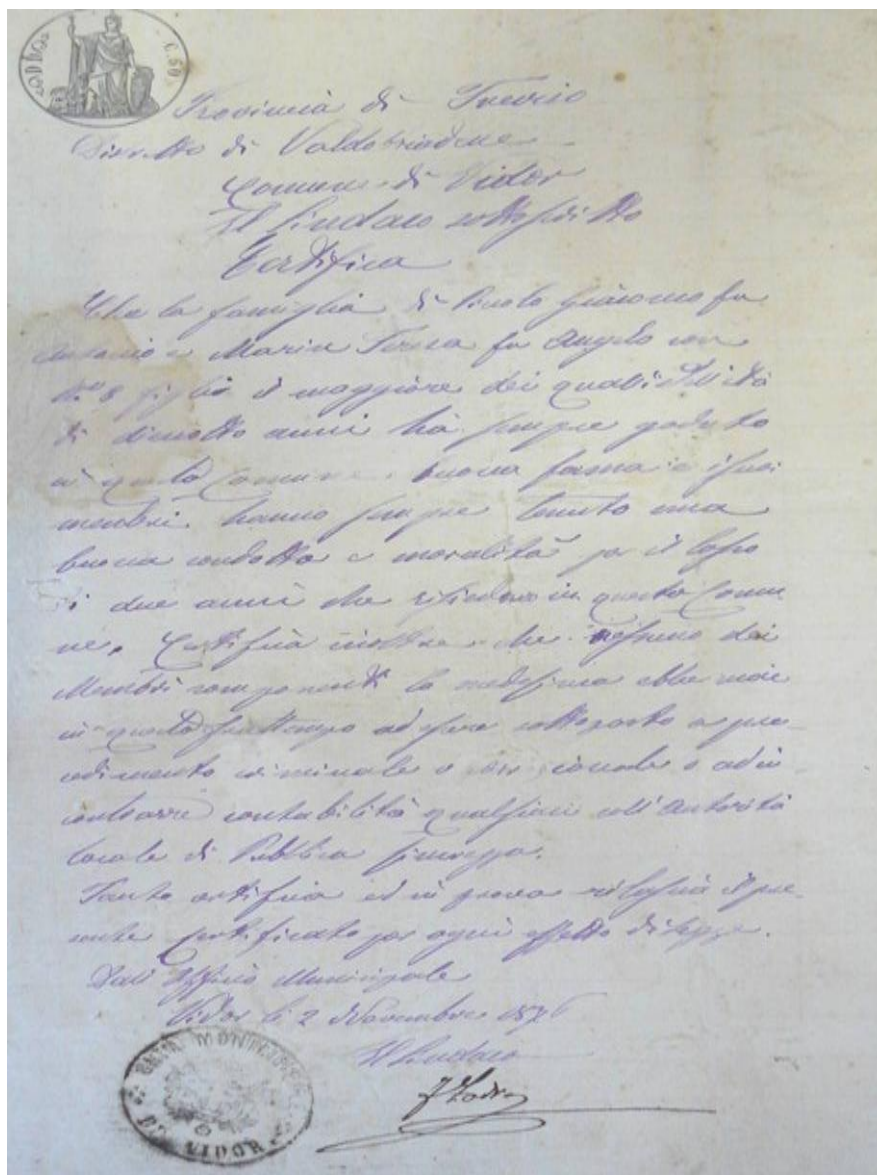
⁶⁸¹ A função dos “sindicatos” na Itália pode ser entendida como a dos prefeitos no Brasil.

⁶⁸² Abaixo-assinado do *Sindaco* F. Zodrál, 2 de novembro de 1876, comuna de Vidor, Província de Treviso. Sumário de crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 942, Maio 29, 1880. APERS.

⁶⁸³ Abaixo-assinado do *Sindaco* F. Zodrál, 2 de novembro de 1876, comuna de Vidor, Província de Treviso. Sumário de crime, Caxias do Sul, Cível e crime, Nº 942, Maio 29, 1880. APERS.

⁶⁸⁴ A troca de cartas enquanto recurso que garantia a transferência para o sul do Brasil de familiares e parentes foi assunto analisado no terceiro capítulo desta tese.

14. Carta de recomendação do sindaco de Vidor, 1876.



Carta de recomendação do *sindaco* F. Zodral, 2 de novembro de 1876, *comuna* de Vidor, Província de Treviso.⁶⁸⁵

Sublinha-se a relação entre um sobrenome específico e o quanto esse podia ser sinônimo de qualificações negativas ou positivas. Cada membro era reconhecido pelos outros na sociedade colonial pelo sobrenome de família, pois esse também carregava os atributos de “boa fama”, honrosa e possuidora de moralidade.⁶⁸⁶ Tais princípios indicam que as unidades familiares constituíam a “verdadeira” identidade do indivíduo, firmando-se através de determinados valores e atributos. As características agregadas aos sobrenomes podiam ser

⁶⁸⁵ Sumário de crime, Caxias do Sul, Cível e crime, Nº 942, Maio 29, 1880. APERS.

⁶⁸⁶ Eram as próprias famílias que estabeleciam qualificações (negativas ou positivas) a outras que faziam parte da mesma comunidade. Sobre este assunto, consultar: CASEY, 1992.

lembradas em momentos especiais, conforme se constatou no documento acima apresentado.⁶⁸⁷

Além do envio da carta de recomendação, outra iniciativa tomada pelo imigrante João P. foi encaminhar carta ao diretor da Colônia Caxias apresentando as várias ocasiões em que a família havia sido afrontada com blasfemas pelo vizinho, agora falecido. Declarou que insultos foram proferidos contra o “meu velho pai” e irmã dentro da própria residência. Expôs também ter “escapado de várias emboscadas” preparadas pelo rival nas estradas da região colonial, e, por fim, sugere que para saberem quem possuía fama negativa entre os conterrâneos deviam as autoridades colher informações entre “moços e moças, velhos e velhas, meninos e meninas”, entre “todos os habitantes desta conspícua população”. Ao fazerem isso, descobririam “quem é um, quem é outro, qual tem razão e qual tem a culpa, qual é o bom e qual é o mal”. Refletindo sobre sua condição de réu, João P. afirmou o quanto isso o desonrava e “manchava” a “reputação que sempre conservou boa”, pois, além de ser caluniado, estava “consignado nas mãos da justiça”.⁶⁸⁸

Tais argumentos refletem o zelo pela imagem pública e a preocupação com situações que podiam macular a reputação do imigrante. Esta dependia da opinião da comunidade que funcionava como um “tribunal da reputação” onde as avaliações – boas ou más – eram realizadas. Os danos à honra da pessoa estão relacionados à difusão de acusações e comentários vergonhosos (PITT-RIVERS, 1988, p. 19). Além disso, o julgamento no tribunal e a condenação pela morte do vizinho – a morte considerada como uma consequência aceitável tendo em vista a natureza das calúnias –, também maculava o nome da família de João P. Isso leva a concluir que a exposição pública devido ao julgamento no tribunal era um aspecto que devia ser evitado. Existiam dispositivos de articulação entre as famílias para impedir possível agravamento da condição dos investigados por crimes. Quando a justiça do Estado entrava em cena, os indivíduos envolvidos apelavam ao patrimônio imaterial que possuíam, fazendo uso dos recursos relacionais na vizinhança e recorrendo a outras instâncias para se protegerem.

Assim, quanto mais pessoas atestassem que o investigado tinha “bons costumes”, era trabalhador e tranquilo, as chances aumentavam de ser inocentado em casos de morte,

⁶⁸⁷Martha Hameister (2006, p. 132), ao analisar as estratégias e redes familiares entre os grupos açorianos através de registros nominais, constatou que os nomes estavam impregnados com atributos que constituíam o patrimônio imaterial familiar. Assim, os nomes dos indivíduos eram usados como forma de classificação e qualificação social, passando a significar honra, respeito, fama, temor ou desdém.

⁶⁸⁸ Carta ao diretor da Colônia Caxias, enviada por João P. no dia 21 de março de 1881. Sumário de crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 942, maço 29, APERS.

conforme sugeriu João P. Mas, para contar com o apoio comunitário, ele dependia da avaliação positiva dos vizinhos e conhecidos. A colaboração e apoio de amigos e parentes era algo presente no momento dos conflitos, auxiliando ativamente com atos de contra-ofensa e atitudes punitivas. Nem todos os investigados tinham boa imagem e dispunham da proteção de número significativo de casas da comunidade, porém, as reações violentas eram quase sempre compreendidas como justas. O recurso à justiça do Estado não era acionada de forma imediata, pois quem o fizesse estaria demonstrando covardia e incoerência com as normas comunitárias que tinham as próprias maneiras de arbitrar as questões.⁶⁸⁹ Efetivamente, a reação violenta era modo legítimo de responder a insultos, ofensas e provocações.

6.6 Questões de família

As brigas entre os imigrantes geralmente aconteciam nas “bodegas” (bares ou casas de negócio), local dos encontros masculinos no centro das comunidades onde também estavam a Igreja, o salão paroquial e a residência do pároco. Espaço de sociabilidade, os imigrantes iam à casa de comércio durante os dias de descanso das atividades agrícolas, normalmente aos sábados e aos domingos. Também ali se estabeleciam acordos de todo tipo, como a venda de produtos, empréstimos de dinheiro e cobrança de dívidas. As casas de negócio, localizadas sempre muito próximas às capelas, se caracterizavam como lugares de troca de informações, as notícias eram transmitidas e as opiniões expostas em acaloradas discussões. Neste ambiente masculino, se abriam debates diretos que envolviam a intimidade familiar e o comportamento moral dos conhecidos. Por vezes, os comentários ofendiam profundamente o outro, gerando reações de desagravo. Estes espaços públicos eram o cenário privilegiado para a produção do insulto, onde o peso das palavras aumentava devido à quantidade de pessoas que presenciavam as discussões.

As casas de negócio não eram locais frequentados livremente pelas mulheres, mas ali se propagavam notícias referentes a elas. Histórias sobre a reputação feminina, principalmente quando envolvia transgressões sexuais, podiam ocasionar brigas quando um dos homens se sentia ofendido com os comentários do outro. Num desses encontros dominicais em casas de negócio, Osvaldo P. (20 anos, solteiro, lavrador) foi espancado após ter comentado que certa moça era de “vida duvidosa”, apontando, também publicamente, outras “questões de família

⁶⁸⁹ A necessidade de respostas violentas quando se buscava reparação às ofensas à honra familiar também estava relacionada às virtudes masculinas que deviam ser preservadas, como valentia, coragem, lealdade, virilidade e capacidade de controle sobre as mulheres do grupo (SPIERENBURG, 1998; FERNÁNDEZ, 2008).

que a decência manda calar por serem fatos repugnantes”.⁶⁹⁰ Como corretivo pelas injúrias proferidas, recebeu “chicotadas e bordoadas” de um grupo composto por cinco jovens italianos, pois havia falado em desabono à “honra da namorada” de um deles e irmã dos outros.⁶⁹¹ Apesar do conflito ter sido assistido por grande número de pessoas, somente dois foram identificados como culpados, sendo apontados pela população local como indivíduos de “péssimos costumes”, principalmente por terem o hábito de “furtarem frutos das roças” das famílias.⁶⁹²

Ofensas à reputação das mulheres motivavam a reação violenta de quem se sentia difamado, acirrando as rivalidades por “questões de família”. Nas comunidades coloniais, as famílias eram a autoridade máxima na gestão dos conflitos relacionados à honra. Geralmente, essas brigas estavam relacionadas ao comportamento sexual das mães, irmãs e esposas dos imigrantes. Mesmo que na maior parte das vezes a palavra honra não fosse pronunciada como a causa principal das desavenças, as características dos conflitos entre famílias levam a considerar esse como um dos principais motivos dos embates. Tais confrontos eram testemunhados por vários indivíduos, muitos deles convocados pelos próprios envolvidos, pois podiam prestar apoio a um dos lados caso houvesse necessidade. No momento da discussão entre alguns imigrantes, o italiano Alexandre V. (42 anos, casado, agricultor), interferindo na disputa, confirmou “ter ouvido as injúrias” contra a honra da mãe de seu conhecido, o que desencadeou trocas de agressões físicas. Alexandre saiu bastante ferido na cabeça já que levou “várias pancadas de relho”.⁶⁹³

Dos agressores denunciados, o imigrante João D. (47 anos, casado, agricultor) afirmou que, ao se encontrar em casa de negócio, travou-se “forte discussão sobre a honra das famílias”. Naquele momento, muitos se envolveram na contenda, levando-o a reagir através de “bordoadas com ferro” frente às calúnias de que era alvo.⁶⁹⁴ Durante as investigações foi apresentado um abaixo-assinado de vários comerciantes da região colonial atestando ser o réu um “cidadão de reconhecida probidade e exemplar conduta”, além de ser “bom chefe de família, trabalhador, cumpridor de seus deveres” não constando que tenha praticado “atos que

⁶⁹⁰ Depoimento da testemunha João F. Filho (24 anos, solteiro, lavrador), 13 de março de 1900. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1054, maço 54. APERS.

⁶⁹¹ Depoimento de Luiz L. (21 anos, casado, lavrador). Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1054, maço 54. APERS.

⁶⁹² Depoimento de Vitório P. (20 anos, solteiro, lavrador). Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1054, maço 54.

⁶⁹³ Depoimento de Alexandre V. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1064, Maço 36, 1901, APERS.

⁶⁹⁴ Depoimento de João D. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1064, Maço 36, 1901, APERS.

o desabone perante seus concidadãos e vizinhos”.⁶⁹⁵ Pelos depoentes, ele foi definido como homem “ordeiro, trabalhador e incapaz de cometer qualquer crime, a não ser para repelir qualquer ofensa à honra de sua família”. Para tirar João da prisão, estes mesmos imigrantes que elaboraram o abaixo-assinado pagaram a fiança de 500\$000 (Quinhentos mil réis). O caso não foi levado adiante visto o ofendido (Alexandre V.) ter desistido de dar sequência ao processo contra o conterrâneo.⁶⁹⁶

Este caso, portanto, ilustra os recursos que se abriam para os imigrantes que tinham boa fama entre os vizinhos, contando com a assistência desses para impedir que fossem punidos pelas agressões físicas. Buscar rebater ofensas que atingiam a honra da família era prática considerada legítima. A mobilização de terceiros, intercedendo pelo acusado, visava mediar à disputa nascida “por questões de família” e que havia desencadeado a prisão do autor das violências físicas. Os laços de solidariedade e a tentativa de restabelecer a paz entre as famílias que mantinham algum vínculo – parental, amizade, reciprocidade ou outros – explicam a mobilização da comunidade. E a elaboração de um documento que atestava a boa conduta do réu e o dinheiro angariado para pagamento da fiança são provas das boas relações mantidas por João D. com os vizinhos e conhecidos.

Os conflitos entre representantes de famílias não devem ser vistos como frutos de trocas de ofensas ocasionais, mas, sim, recorrentes de divergências anteriores. Os confrontos se tornavam inevitáveis quando insinuações e palavras consideradas humilhantes precisavam ser rebatidas, o que normalmente se dava nos espaços públicos como as casas de negócio. Através de frases como “*te ensinarei a falar mal da minha família*”, os imigrantes podiam dar início a violentas brigas, convocando o adversário para duelo.

Reunidos em uma “bodega” na pequena comunidade de Linha Onze (na região da ex-Colônia Silveira Martins), onde “jogavam cartas e bebiam”, Pedro B. (24 anos, casado, agricultor) intimou o cunhado João M. para saírem à rua a fim de resolverem suas diferenças. Solicitou em “altas vozes” ao oponente que confirmasse as ameaças “de que ia lhe meter o relho” e “pisar na sua família”. Em tom de advertência ameaçou: “se tu tens revólver eu também tenho armas”. Neste momento, Pedro B. tirou uma pistola de dois canos da cintura e disparou contra João, que veio a falecer horas depois.⁶⁹⁷ Segundo depoimento de um vizinho, “*entre os contendores existia rixa antiga por questões de família*”, e ambos tinham o “*hábito*

⁶⁹⁵ Abaixo-assinado. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1064, Maço 36, 1901, APERS.

⁶⁹⁶ Tanto a fiança quanto os custos do processo foram quitados pelo comerciante Luiz P., um dos indivíduos que encabeçou o abaixo-assinado atestando a conduta exemplar de João D.

⁶⁹⁷ Depoimento de Agostinho S. (36 anos, casado, agricultor, residente em Linha Sete). Idem.

de andar armados”, principalmente por causa das divergências que entre eles existiam.⁶⁹⁸ As provocações e confrontos anteriores, apesar de terem sido mediados por familiares, não impediu o surgimento deste novo e fatal enfrentamento.

O conflito entre estes dois indivíduos, ligados por relações de parentesco ritual,⁶⁹⁹ ficou evidente tempos antes quando João M. dirigiu-se à “casa da família de Pedro B. e, em altas vozes, o desafiou” afirmando que iria acabar com aquela “raça”.⁷⁰⁰ Frente a esse comportamento provocativo, os irmãos Pedro e Luiz B. procuraram responder às ofensas no momento seguinte. O desafio lançado por João M. deve ter sido comentando entre as pessoas da comunidade que passaram a dizer, também, que ele iria empreender vingança contra os adversários.⁷⁰¹ Quando a integridade de um indivíduo eram atacadas por uma agressão (ofensa pública) o mesmo deveria dar resposta, não podendo se limitar, nestas ocasiões, apenas a conduta de defesa. Todo o desafio era seguido de um contra-desafio que podia, a seguir, provocar reações de igual natureza, inclusive entre pessoas da mesma família.⁷⁰²

Se os insultos fossem proferidos aos gritos, em frente à casa do opositor, não era somente um indivíduo que se sentia insultado, mas toda a família que residia sob aquele teto. As atitudes ofensivas de alguém podiam comprometer todos os parentes que levavam o mesmo sobrenome, fazendo com que famílias vizinhas formassem grupos de oposição. Injúrias eram proferidas frequentemente quando o rival passava em frente à casa de seu desafeto, momento em que ameaças – como “matarei todos da família” e “acabarei com a raça”⁷⁰³ – eram lançadas. Contudo, as afrontas somente eram consideradas um desafio quando vinham de alguém que não ocupava posição social inferior (BOURDIEU, 2010). A troca de ofensas entre iguais podia desencadear a ocorrência de vinganças de sangue após longo período de ameaças. E, em muitos casos de assassinatos, a impunidade imperava graças às poderosas relações de amizade e proteção que os indivíduos dispunham.

⁶⁹⁸ Depoimento das testemunhas Antônio B. (63 anos, residente na Linha Sete) e Vicente D. (24 anos, residente na Linha Onze). Processo-crime, cível e crime, Júlio de Castilhos, 13 de dezembro de 1912, nº 1156, maço 40. APERS.

⁶⁹⁹ Segundo depoimento de João V. (44 anos, casado, empregado público), os indivíduos Pedro B. e João M. eram cunhados.

⁷⁰⁰ Depoimento de Carlos D. (28 anos, casado, ferreiro, residente na Linha Sete). Processo-crime, cível e crime, Júlio de Castilhos, 13 de dezembro de 1912, nº 1156, maço 40. APERS.

⁷⁰¹ Depoimento de Angelo C. (51 anos, casado, agricultor, residente na Linha Sete). Processo-crime, cível e crime, Júlio de Castilhos, 13 de dezembro de 1912, nº 1156, maço 40. APERS.

⁷⁰² Em 1905, no interior de Caxias do Sul, dois irmãos se agrediram e quase se mataram por disputas de terra. O caso foi parar na justiça por que um dos irmãos teria prometido “derramar sangue da própria família” para resolver a questão. Processo-crime, cível e crime, Caxias do Sul, janeiro de 1905, n. 1124, maço 39. APERS.

⁷⁰³ Depoimento de Carlos D. (28 anos, casado, ferreiro, residente na Linha Sete). Processo-crime, cível e crime, Júlio de Castilhos, 13 de dezembro de 1912, nº 1156, maço 40. APERS.

Certos episódios possibilitam constatar que o desafio, o duelo e a vingança compunham algumas das escolhas tomadas pelos indivíduos para defender a honra. Os imigrantes proferiam ameaças de represálias, portavam armas e gritavam palavras ofensivas em público contra os rivais, fazendo com que todos ficassem sabendo dos fatos ocorridos. Partilhavam da ideia de que tinham o direito de exigir satisfação através do uso da violência quando sentiam sua reputação maculada. Como forma mais eficaz para defender o “nome” da família frente às injúrias, optavam pelo combate direto. Tanto a vingança quanto o duelo aparecem como uma característica fundamental daqueles que se orientavam por uma cultura onde o uso da violência era um mecanismo de controle legítimo para solucionar as afrontas. Não se trata de um ato qualquer de violência, mas um tipo de confronto reconhecido e considerado um dever irrecusável para aqueles que eram humilhados e desafiados.⁷⁰⁴

Além da prática de convocar para o duelo, a vingança na forma de emboscada aparece como ato recorrente, lembrando que a busca pela reparação das ofensas à honra aconteciam entre aqueles que estavam no mesmo patamar social. A desafronta através da violência direta apoiava-se na ideia moral de que cabia à família e aos membros ofendidos a gestão dos conflitos. Apesar de surgir de motivações diversas, tal prática aparece como um direito associado à defesa da honra familiar, preservação da posição social e princípios de justiça privada. Neste caso, a vingança apresentava-se como ato repressivo para responder ofensas, satisfazer rancores, reforçar alianças e encaminhar reconciliações.⁷⁰⁵ Enquanto forma de reconduzir conflitos, restabelecer a paz e o equilíbrio dos poderes entre as famílias vizinhas, a *vendetta* não se caracteriza como ação individual, antes coletivo porque pensado pelo grupo que desejava vingança. Assim, tal conduta era um modo legítimo de resolver impasses, divergências entre vizinhos e restabelecer pactos, constituindo-se como um tipo de justiça local sancionada pela comunidade.

As ações de defesa ao nome da família podiam ser individuais, coletivas e na forma de contra-ofensa através da injúria pública e do desafio. Independentemente da profissão exercida – agricultor, comerciante e artesão –, os imigrantes possuíam um “patrimônio de honra” que devia ser defendido das ofensas daqueles que tentavam desqualificá-los. Desse

⁷⁰⁴ Sandra Gayol (2000; 2008) aponta que entre as elites o duelo era uma forma comum de resolver as divergências, em um ato formalizado com presença de padrinhos e testemunhas. Já entre as classes populares, o duelo podia acontecer sob diferentes modos, prolongando-se mesmo após ter se encerrado o primeiro confronto entre os rivais.

⁷⁰⁵ A vingança familiar enquanto artifício de controle social nas sociedades é percebida como uma importante característica da solidariedade familiar. Esta pode atuar na contramão ou ainda conviver com outras formas jurídicas e administrativas de gestão dos conflitos em diferentes sociedade e tempos. Um exemplo sobre a presença desse recurso em contexto onde existe e não existe a mediação do sistema jurídico pode ser analisados nas seguintes obras: MARQUES, 2002; RESTA, 2002.

modo, não vingar-se era aceitar a inferioridade, implicando em prejuízos à fama individual e familiar, além de outras perdas. Não responder a uma provocação redundava em honra manchada, e somente a vingança podia mudar isso. Nessas ocasiões, os princípios de “sangue comum” podiam definir tanto os grupos de oposição quanto os círculos de apoio, principalmente quando as ameaças eram destinadas a toda uma “raça” (BARTH, 2000, p. 99).

Na busca pela reparação, a vingança poderia ter como consequência a morte de um dos envolvidos, mesmo que isso não fosse o objetivo dos rivais. Quando isso acontecia, as solidariedades locais entravam em ação visando proteger o sujeito de ser punido pelas instâncias externas de poder. Isso pôde ser percebido através do procedimento das testemunhas que prestaram depoimento na investigação policial da morte de João M., caso anteriormente citado. Sendo todos imigrantes ou descendentes de italianos, foi possível perceber a existência de uma cumplicidade entre as famílias que não colaboraram com o delegado que tentava esclarecer os motivos da morte. De modo unânime, acobertaram o ato de Pedro B. permanecendo em silêncio e omitindo informações sobre os fatos. Fica nítida a solidariedade em relação ao investigado.

O fenômeno das rixas entre famílias que se enfrentavam de forma direta é uma característica comum das sociedades reguladas pela vingança de sangue, sendo normalmente um dispositivo social que gerava o seu freio automático de controle (HOBBSAWM, 2010, p. 94). A ocorrência de uma morte exigia compensação à família da vítima. Nesse momento, entrava em cena o “tribunal de grupo” – formado por indivíduos da comunidade – que negociava um acordo através de formas reconhecidas localmente, exigindo que cessassem a ocorrência de novas vinganças. No entanto, se os compromissos não fossem cumpridos, poderiam surgir prolongados períodos de inimizades, com trocas de ameaçadas e riscos constantes de vinganças, enfrentamentos e ocorrência de novas mortes. Os modos de autogestão dos litígios deveriam ser respeitados para que a comunidade encontrasse o justo equilíbrio para continuar existindo enquanto lugar autônomo de vivência. As regras que orientavam os homens a agirem de tal modo eram claramente compreendidas no contexto em que viviam, conferindo direitos e deveres dos indivíduos e dando os limites para ações de violência.

6.7 Os limites da justiça oficial

A paz entre famílias deveria acontecer através de acordos internos à comunidade e não por ação de agentes externos, como os do Estado. A regra do sigilo era seguida pelos imigrantes como recurso para se proteger de julgamentos exteriores e também como forma de conduzir os conflitos. Os processos de pacificação e reparação familiar eram buscados por meio de iniciativas acertadas entre os envolvidos. A população colonial procurava respeitar o princípio do silêncio, tomando a precaução de não fazer declarações indevidas por temer ser alvo de represálias. Neste caso, nem sempre as omissões indicavam cumplicidade ou adesão a este ou àquele lado, sendo motivadas por outras percepções. Muitas vezes, o silêncio das testemunhas se apresentava como mecanismo para garantir segurança e manter os vínculos de solidariedade com os vizinhos.

As autoridades policiais encontravam dificuldades em investigar e punir os culpados pelas mortes e violências físicas decorrentes dos conflitos por “questões de família”. O subdelegado da região de Caxias do Sul, João Paternoster, em uma das frustradas investigações, protestou contra a demora dos inspetores de quartirão em comunicar os acontecimentos. Como exemplo, apresentou o evento que motivou a morte de Osvaldo P.,⁷⁰⁶ fato esse comunicado após terem se passado dois dias. O crime ocorreu na “casa de negócio do inspetor Albino P., “que tudo observou”, mas “não veio dar parte à autoridade competente”. Os agentes policiais foram comunicados por “um parente do ofendido” e, caso isso não acontecesse, ficaria “o crime impune, ignorando as autoridades judiciais a sua consumação”. Ao avaliar os depoimentos, o subdelegado afirmou serem as informações contraditórias por que os depoentes eram omissos em fornecer esclarecimentos e apontarem a identidade dos agressores. A partir desse julgamento inicial, João Paternoster acreditou existir entre inspetores e famílias de imigrantes clara intenção de proteger os envolvidos nos conflitos.

Por meio de relatório escrito ao delegado de Caxias do Sul, João Paternoster confidenciou as dificuldades encontradas em tomar conhecimento dos crimes frente às cumplicidades locais. Ele advertia que era recorrente a conduta dos inspetores da região colonial de demorarem em denunciar os delitos, “o que fazem apenas após a vítima ter recebido avaliação médica e apresentar melhoras, interceptando, assim, a “boa marcha da

⁷⁰⁶ Caso citado anteriormente, Osvaldo P. tinha 20 anos (em março de 1900), era solteiro e lavrador e fora espancado em uma casa de negócio após ter comentado que certa moça era de “vida duvidosa”. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1054, março 54. APERS.

ação judiciária nos crimes compatíveis com a sua intervenção”. A polícia “forçosamente andava sempre atrasada, sem poder agir como desejava, com a máxima presteza, e obrar de acordo com a lei”, tudo sendo de responsabilidade dos “inspetores que se descaram constantemente do cumprimento dos seus deveres”. Portanto, como medida repressiva aos incidentes que “perturbam a ação das autoridades competentes”, o subdelegado diz ter encaminhado ofícios aos inspetores de quarteirão determinando que tivessem presteza em anunciar os delitos ocorridos nos núcleos coloniais que estavam sob a responsabilidade dos mesmos.⁷⁰⁷

O exemplo apresentado indica que o inspetor de quarteirão, Albino P., era um indivíduo que mantinha relações com as famílias da comunidade – ele possuía uma casa de comércio – e, provavelmente, optou por não interferir no conflito e nem comunicar às autoridades policiais porque esta escolha poderia trazer prejuízos à sua condição de comerciante. O fato de ser inspetor de quarteirão demonstra que ele dispunha de algum prestígio social, compartilhava os mesmos códigos valorativos e contava com o respeito da comunidade. Porém, enquanto representante do Estado, cabia-lhe cumprir com as obrigações de funcionário policial independentemente das afinidades e vínculos que tinha com grupos do lugar. Mas isso era o que esperava o subdelegado do distrito, mas, na prática, nada disso estava ocorrendo.

De fato existia uma articulação local visando proteger os envolvidos em conflitos. Num primeiro momento, procuravam os mediadores comunitários estabelecer um acordo entre as partes, buscando solucionar de maneira privada as desavenças que prejudicavam a estabilidade das famílias. Após a avaliação do dano, ocorria um ajuste através de concessão financeira à parte lesada. Na percepção das famílias, a indenização se apresentava como uma escolha válida para recompensar a parte ofendida. Contudo, esse procedimento autônomo de resolução das discórdias nem sempre obtinha sucesso. A não conciliação entre os indivíduos, mesmo com a mediação das autoridades locais, fazia com que determinados eventos fossem levados às instâncias jurídicas. O recurso à justiça do Estado visava, então, equilibrar a balança da disputa quando um dos lados se via em desvantagem nos acordos privados. Nestes casos, o Estado era acionado como mecanismo de constrangimento contra indivíduos e grupos.

Pela análise dos casos até aqui apresentados, verificou-se que era comum a participação conjunta de pais, filhos e parentes em conflitos por “questões de honra”. Como

⁷⁰⁷ Relatório do subdelegado, 13 de março de 1900. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1054, maço 54.

“sangue não era água” – segundo declaração de um imigrante –, a reputação precisava ser defendida a qualquer custo. A família, como rede de pessoas agregadas em torno de bens simbólicos, era percebida através de um sobrenome comum, do patrimônio material e imaterial herdado e transmitido para todo o grupo. Também se constituía como “ser moral que se diz, se pensa e se representa como um todo, garantindo sua unidade através dos sentimentos, segredos e da memória, além de outros aspectos (PERROT, 1991, p. 105, 187). Chama-se a atenção para algumas definições importantes para os imigrantes enquanto elementos imateriais que davam identificação e qualificação: o nome, o sangue e a honra.

A conduta julgada por comentários e a ofensa de um membro do grupo fazia com que o constrangimento se espalhasse para todos os demais. Divergências mal resolvidas acumulavam-se e eram apresentadas como justificativas quando do surgimento de novas violências contra pessoas do grupo rival. O imigrante José B., durante troca de ofensas com conterrâneos em uma casa de comércio, apresentou-se ao oponente afirmando ser “irmão daquele que há dez anos você quis matar”. Como resposta, José B. ouviu que deveria nesta “noite fresca ficar de olho bem aberto”.⁷⁰⁸ Entre trocas de ameaças seguidas de “discussão calorosa por questões antigas”, aconteceu de ambos se agredirem, sendo denunciados pelo subdelegado como pessoas de “caráter quente” e de “conduta não exemplar”.

O subdelegado acreditou por bem levar o caso adiante por que os mesmos estavam envolvidos em vários conflitos anteriores, destacando que era de “domínio público” que a família de José B. causava repúdio na comunidade, pois quase mataram um vizinho por litígio em função da fuga de animais. Dizia o subdelegado que somente não consumaram o crime por terem sido impedidos por pessoas cordatas que passavam pelo local. Como quase sempre acontecia, tal episódio foi “escondido da justiça por terem os criminosos indenizado a vítima”. Apesar do pouco prestígio que os acusados dispunham na comunidade, ninguém declarou tê-los visto praticarem violências físicas contra o vizinho.⁷⁰⁹ Talvez temessem sofrer represálias da família dos “valentões”, por isso cuidaram para não atrair o ódio deles. Ou ainda, guiavam-se pelo princípio de que tais rixas deviam se restringir às fronteiras locais, para que assim pudessem ser controladas e seladas.

O frequente envolvimento da família de José B. em brigas propiciava que fosse se construindo, na comunidade, a fama de “valentões” e de “provocadores turbulentos”. Através das atitudes de destemor e valentia, a referida família queria não só o respeito entre os iguais,

⁷⁰⁸ Depoimento de José B., Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1104, Maço 38, 1903.

⁷⁰⁹ Relatório do subdelegado João Paternoster. Caxias do Sul, Processo-crime, Cível e crime, nº 1104, Maço 38, 1903.

mas, talvez, tornar-se os “guardas da aldeia”.⁷¹⁰ Mas esta notoriedade os deixava vulneráveis a acusações e temores, sendo eles sempre apontados como os únicos responsáveis por um ou outro conflito, mesmo que diversas pessoas estivessem participando das brigas. Em outro exemplo de “valentões, os irmãos Palabro eram célebres por promoverem constantes agitações, sendo conhecidos como “os leões da terra, as feras daquelas paragens, o terror das vizinhanças e os perturbadores incorrigíveis da ordem pública”, segundo afirmativa do subdelegado.⁷¹¹ Desse modo, todos os indivíduos daquela família passavam a carregar a fama, independentemente se somente alguns de fato fossem brigões e agitadores.

O temor que os membros da “família Palabro” provocavam entre os conterrâneos estava relacionado ao fato de andarem armados e serem “acostumados a encostarem facas e pistolas no peito de todo mundo”. Em um dia de “festa e divertimentos, três provocadores” daquele grupo puxaram suas armas em atitude desafiadora aos demais.⁷¹² Depois de terem sido presos os “valentões”, o subdelegado afirmou estar encontrando dificuldades em fazer com que os vizinhos comparecessem para depor no processo-crime contra os Palabro. Para conseguir o depoimento de algumas testemunhas, ele ofereceu as garantias que solicitavam as famílias:

(...) pediam até pelo amor de Deus para não dar liberdade aos acusados, do contrário, a mortandade naquela légua aonde residiam seria terrível, e que só diriam a verdade se certeza tivessem de não serem soltos os aludidos delinquentes, pois que os temiam, visto terem que dizer o que sabiam (...). Prometido isso, as testemunhas prestaram algumas informações, [mas] que no nosso entender não disseram tudo quanto sabiam, porque o medo se apoderava delas. *Verdade é que nesses lugares bem como esse onde se deu o conflito, quando há qualquer barulho, logo no seu início, todos os presentes tratam de se ausentar ou por este ou por aquele motivo. Daí a dificuldade de se obter informações exatas de todo o quanto se pretende apurar com as testemunhas e fazê-las revelar a verdade de umas e negarem a veracidade de outras circunstâncias de maior interesse.*⁷¹³

O silêncio dos inquiridos demonstra o não interesse em colaborar com as investigações, pois isto poderia trazer riscos à manutenção da segurança e da tranquilidade. Mesmo sendo prometida proteção contra possíveis perseguições, não houve cooperação, o que limitou a interferência do Estado na resolução dessas divergências. O silêncio e a

⁷¹⁰ Segundo Eric Hobsbawm (2010, p. 60), os valentões rurais não se transformavam automaticamente em perseguidos pela justiça ou bandidos. Eles “podiam fugir ao destino dos camponeses comuns, tornando-se guardas da aldeia”, formando um grupo de poder local e virar servidores das instâncias de controle oficial.

⁷¹¹ Relatório do subdelegado João Paternoster, 15 de agosto de 1900, 1ª Légua de Santa Cruz. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1059, Maço 36, APERS.

⁷¹² Relatório do subdelegado João Paternoster, 15 de agosto de 1900, 1ª Légua de Santa Cruz. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1059, Maço 36, APERS.

⁷¹³ Relatório do subdelegado João Paternoster, 15 de agosto de 1900. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1059, Maço 36. APERS.

cumplicidade também indicam o receio da vizinhança de que os membros da família dos acusados empreendessem vinganças contra àqueles que haviam prestado depoimento. Mas também não se deve desconsiderar o fato de que, diferentemente da classificação de “desordeiros” atribuída pela autoridade policial, muitas de suas ações talvez fossem toleradas como formas auto-reguladoras das rixas entre os indivíduos e famílias locais. Boa parte da violência que se origina nos denominados “valentões”, presentes entre os camponeses, era localmente aceita como modo de defesa da “honra pessoal e familiar” (HOBSBAWM, 2010, p. 61).⁷¹⁴

Muitos imigrantes passaram a recorrer a justiça do Estado por temerem serem alvos de atentados, demonstrando que a mediação local nem sempre era eficaz. Por exemplo, o imigrante Angelo B., depois de ser afrontado por José S. – que prometeu armar-lhe uma “emboscada” na estrada –, foi ao subdelegado denunciar que tais ameaças tinham provocado risco de aborto na esposa. O acusado José S., bem como demais homens da família, foram apontados como provocadores de constantes rivalidades com os vizinhos, tendo já recebido comunicado das autoridades policiais para que suspendessem as provocações.⁷¹⁵ Apesar da tentativa de controle por parte dos agentes de poder local, as rivalidades por “questões antigas” entre as famílias continuavam a motivar trocas de ofensas e promessas de vingança. Desse modo, mesmo já tendo sido advertido pelo subdelegado, José S. continuou a ameaçar Angelo B. afirmando que se preparava para armar emboscada ao rival, e tudo isso declarado diante de vários testemunhos, como que para atestar a fama de “valentão”. Angelo B. sabia que as ameaças de represálias podiam se concretizar, e isso devia estar causando profunda angústia na esposa que, então, ficou em perigo de aborto.

A denúncia de que Angelo poderia sofrer armadilha na estrada foi apresentada como justificativa válida para que o subdelegado abrisse inquérito contra José S. No desenrolar das investigações, descobriu-se que esse já havia sido expulso da comunidade anos antes justamente por ser impertinente e causar discórdia entre os vizinhos. Vale destacar que o ostracismo de José S. fora imposto pelos próprios membros do lugar, reunidos em uma espécie de “tribunal de grupo” que decidiram pelo afastamento do briguento. Os depoentes foram unânimes em apontar o acusado como o responsável pelas frequentes ameaças e

⁷¹⁴ Enquanto característica das sociedades rurais e expressão de resistência coletiva, o “banditismo” gozava de considerável apoio local, não sendo considerados criminosos os julgados pela lei do Estado, antes eram homens que cumpriram seu dever (HOBSBAWM, 2010, p. 22-23).

⁷¹⁵ Depoimento Erminia B. (41anos, casada). Investigações policiais, 17 de outubro de 1905, Nova Milano. Processo-crime, Caxias do sul, nº 1688, maço 70. APERS.

tentativas frustradas de emboscadas acontecidas nas estradas.⁷¹⁶ Portanto, a queixa que Angelo fez as autoridades policiais se apresentava como uma nova tentativa de afastar José S. do convívio comunitário, pondo fim às promessas de vinganças que traziam intranquilidade para o exercício das atividades cotidianas da família.

Os ataques nas estradas eram práticas recorrentes nos conflitos por “questões de família”, e ocorriam aos imigrantes de ambos os sexos que circulavam pelos caminhos da colônia. Ao passar na frente da casa dos irmãos Guolo, em direção ao Travessão Alfredo Chaves, Giacomina foi insultada com palavras injuriosas e agredida com pancadas que a deixaram “caída no chão, desmaiada”. Segundo a testemunha do fato, as atitudes de Luiz G. (43 anos, casado, negociante) de maltratar a mulher de José F. “causou na vizinhança grande sensação”.⁷¹⁷ Transtornado com tamanha humilhação, o marido da ofendida procurou o subdelegado para denunciar o fato e constranger a família do agressor. O subdelegado, então, chamou as partes para que fixassem um acordo, sugerindo que o autor das bordoadas na mulher conferisse a família desta as despesas que haviam tido para se deslocarem até as autoridades para apresentar a denúncia. Tal acomodação evitaria o comparecimento ao tribunal e gastos desnecessários.⁷¹⁸ Porém, novo episódio ocorreu. Ao negar entrar em acordo, Luiz G. ouviu a ordem de prisão do subdelegado, e, como reação e “auxílio dos parentes”, agarrou e desarmou a autoridade policial. O subdelegado recebeu “muitas pancadas” na cabeça, e, enquanto apanhava, foi motivo de zombaria pela ordem de prisão que havia pronunciado ao referido imigrante.⁷¹⁹ Apesar da presença de autoridades na comunidade, não houve sucesso na investida de conter a fuga do réu, que escapou no momento que lhe foi “anunciada a voz de prisão”.⁷²⁰ Segundo o inspetor, nada puderam fazer para conter o italiano Luiz, uma vez que ele contava com a “proteção de seu pai e irmãos dispostos a tudo”. Depois do confronto com o subdelegado, o agressor “recolheu-se com seus parentes na sua casa”.

Os acordos particulares eram preferíveis mesmo que demorassem a acontecer. A alternativa de recorrer à justiça do Estado podia funcionar como iniciativa para encaminhar conciliações privadas. As concepções de justiça que orientavam os comportamentos nas

⁷¹⁶ Depoimento Erminia B. (41anos, casada). Investigações policiais, 17 de outubro de 1905, Nova Milano. Processo-crime, Caxias do sul, nº 1688, maço 70. APERS.

⁷¹⁷ Depoimento de Francisco D. Costa (54 anos, casado, lavrador, morador Travessão Alfredo Chaves). Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 979, Maço 31. APERS.

⁷¹⁸ Depoimento da testemunha Angelo P. (20 anos, solteiro, lavrador, natural Itália). Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 979, Maço 31. APERS.

⁷¹⁹ Depoimento de Pietro C. (35 anos, casado, lavrador, natural da Itália). Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 979, Maço 31. APERS.

⁷²⁰ Carta do subdelegado Pietro Oldra ao delegado de polícia de Caxias do Sul, 11 de agosto de 1891. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 979, Maço 31. APERS.

comunidades coloniais eram diversas daquelas defendidas pelos agentes externos. O processo contra Luiz G. e seus irmãos, pelas agressões físicas provocadas no subdelegado, ficou inconcluso devido à falta de depoimentos que favorecessem a condenação. Após terem se passado cinco anos da denúncia, os réus ainda não haviam sido presos, uma vez que ninguém na região colonial sabia informar o paradeiro dos mesmos.⁷²¹

Os conflitos locais ocorriam segundo lógicas e normas que deveriam ser respeitadas. Um destes princípios era a preservação da autonomia das famílias e da comunidade para gerir as dificuldades locais, impondo limites às intervenções vindas das instâncias externas, principalmente por meio do silêncio. Através da expressão acima referida, de que o episódio de violência contra uma mulher “causou na vizinhança grande sensação”, pode-se inferir o quanto a impressão dos outros era aspecto que sempre pesava sobre a vida privada familiar. As avaliações podiam ser contraditórias, as opiniões divididas e os vizinhos coniventes ou não com os fatos, mas nada escapava da atenção sobre as experiências cotidianas dos outros. Logo, as vinganças e coações tinham sempre em vista esta perspectiva: a de causar “sensação” entre a população local.

As situações foram se sucedendo fazendo com que os subdelegados entendessem as lógicas de funcionamento das comunidades coloniais italianas. Quando uma moça era abusada sexualmente – pelo pai, por outro parente ou por pessoa da comunidade – e via a sua reputação ser maculada, as famílias não tinham interesse em fornecer detalhes do delito para não ver o caso ganhar repercussão. Caso houvesse investigação, essa poderia revelar outros delitos, como incesto, aborto ou infanticídio, portanto, a exposição à justiça causaria danos ainda maiores à honra familiar. Nestes casos, procurava-se resolver as questões de modo sigiloso, sem recorrer à justiça do Estado.

Em assassinatos por “questões de família”, igualmente não havia interesse dos imigrantes em fornecer detalhes sobre o ocorrido. Em muitos casos, as testemunhas ressaltavam o bom comportamento do “criminoso” não o condenando pelo ato cometido. No momento em que o subdelegado chegava aos povoados, as pessoas transmitiam informações vagas, mantendo sigilo para tentar encobrir a identidade dos culpados. Não fornecer esclarecimentos sobre os investigados era uma escolha recorrente entre os imigrantes, pois

⁷²¹ Em 1911 foi dado baixa de culpa por não ter sido o réu encontrado. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 979, Maço 31. APERS.

esses detinham concepção diversa de justiça e, conseqüentemente, de direitos, de obrigações e da maneira como os impasses locais deveriam ser solucionados. As pretensões das famílias, muitas vezes, se afastavam daquelas que o subdelegado pretendia consolidar, portanto, diante deste “péssimo comportamento dos indivíduos”, sofria a justiça por não poder punir os que são causadores da “infelicidade de seus vizinhos”.⁷²²

O uso da violência no cotidiano dos núcleos coloniais, expressadas através de ataques repentinos, emboscadas, ameaças anunciadas, desafios, direito a reivindicações, era prática recorrente na gestão de conflitos privados, onde a honra familiar aparece como motivo principal. A experiência do confronto direto se apresentava como a maneira privilegiada para resolver as tensões entre famílias vizinhas, aparentadas ou não, formando amplas frentes de apoio local. Contando com uma sólida rede de assistência, os problemas deveriam ser administrados pela diplomacia de mediadores da própria comunidade, onde se tentavam acordos para reparações no esforço de reconstituir a harmonia perdida. Por outro lado, a solução externa, quando buscada, servia como mecanismo para constranger os ofensores, demonstrando que havia censura a certas práticas que haviam ultrapassado o aceitável segundo critérios internos da comunidade. A percepção dos imigrantes sobre o papel das autoridades criava uma barreira para a ação do Estado, que só lentamente conseguiu ultrapassar as oposições e ser minimamente aceita entre os imigrantes. Para esses, durante décadas, prevaleceu à lógica de autogestão das divergências, sendo deles o direito de reivindicar, por atos de vingança de sangue inclusive, reparação quando atacados em sua honra.

O controle exercido pela esfera local tinha uma força senão maior, ao menos equivalente ao que se observa nas sociedades que dispunham de instituições públicas de vigilância. A autoridade da comunidade sobre as famílias e indivíduos era contínua e não esporádica, um poder exercido através de comentários, rumores e fofocas que criavam qualificações variadas sobre os sujeitos. Se havia tolerância à violência como forma de resolver os conflitos, o mesmo não acontecia com aqueles que não correspondessem ao estereótipo do “trabalhador”, do “bom esposo e pai de família”. Para esses, o julgamento comunitário era unânime e poderia ser mais cruel do que a avaliação do Estado.

⁷²² Relatório do subdelegado João Paternoster, 1903. Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, nº 1100, Maio 38. APERS.

CAPÍTULO 7

Formas de justiça local

Nesta parte serão analisados casos onde a própria comunidade de imigrantes instituíam os tribunais e julgava àqueles que não se comportassem de acordo com as normas aceitas localmente. Apesar de existirem autoridades policiais, nem sempre essas eram procuradas ou consultadas quando da ocorrência de fatos que rompiam com a paz das famílias. Eram mais eficientes as formas de controle e punição escolhidas pela vizinhança do que recorrer à justiça do Estado enquanto medida para garantir o afastamento dos indivíduos “indesejáveis”. A busca pela solução interna dos conflitos podia passar por práticas que eram mais severas contra os infratores do que as proferidas no tribunal. A justiça local, fundada sobre a ideia de pertencimento, controle e coesão, se manifestava de diversas maneiras: vinganças, punições violentas, denúncias e acordos privados.

7.1 O clamor público

Depois do período inicial de ocupação, os indivíduos e as famílias que chegaram à Colônia Silveira Martins se depararam com a inexistência de lotes de terras. Desse modo, muitos foram destinados para regiões distantes onde novas colônias estavam sendo fundadas, criando-se uma mobilidade entre os antigos e os novos núcleos. Exemplo disso ocorreu com o casal Antônio Stoch (35 anos) e Maria Stella (24 anos) que, acompanhado da mãe Dona Santa (60 anos), chegou em 1889 à Colônia Silveira Martins e logo teve que se deslocar para a Colônia Jaguari.⁷²³ Com a família estabelecida, o imigrante Antônio Stoch logo encontrou trabalho na empresa que fazia a construção da estrada de ferro que ligava Santa Maria a

⁷²³ Relação dos imigrantes que se deslocaram para a ex-Colônia Silveira Martins. Imigração, terras e colonização, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS), Porto Alegre. “História de Sangue”, manuscritos do padre Luiz Sponchiado, Caixa Stoch, CPG-NP.

Uruguaiana. Porém, decorrido um ano, mudaram-se para o povoado chamado Linha Seis Norte, na região da Colônia Silveira Martins, estabelecendo-se entre conhecidos.

Na Linha Seis Norte o casal ficou, provavelmente, até 1894, onde foram batizados os três primeiros filhos.⁷²⁴ O segundo filho faleceu e foi sepultado no cemitério da comunidade onde estavam residindo.⁷²⁵ Através dos registros de batismo foi possível mapear a mobilidade da família, pois o quarto filho será batizado em outra localidade e não mais na Linha Seis Norte. Foi na comunidade de Linha Três, do Núcleo Soturno, que o quarto filho de Antônio Stoch foi batizado, em dezembro de 1894.⁷²⁶ Como padrinhos foram escolhidos Agostinho Valeri e esposa, reforçando, assim, os laços parentais já existentes entre os casais. O imigrante Valeri foi o responsável pelo estabelecimento da família Stoch na Linha Três, passando, então, a manter uma relação próxima com o casal. A família Stoch se deslocou para um núcleo de povoamento contíguo à colônia Silveira Martins, onde outras áreas estavam sendo demarcadas para suprir a demanda por novas terras, já que os imigrantes continuavam a chegar ao centro do Rio Grande do Sul. A família foi para a Linha Três a convite do imigrante Agostinho Valeri, estabelecido desde 1887 no lugar, que queria garantir a posse de novos lotes coloniais. Sendo assim, Antônio Stoch, esposa e filhos (a mãe de Antônio faleceu logo depois da chegada ao Rio Grande do Sul) assentaram residência no lote nº 143,⁷²⁷ localizado na Linha Três do Núcleo Soturno, indicando a existência de uma constante mobilidade daqueles que não conseguiam de imediato o título de propriedade de terras. Estes deslocamentos eram possíveis com o auxílio de conhecidos e parentes que concediam outros favores, como a estadia provisória.⁷²⁸

Os imigrantes Agostinho Valeri e Antônio Stoch eram originários da *comuna* de *Motta di Livenza* (Oderzo), província de Treviso, assim como outros italianos estabelecidos na Linha Três. Portanto, todos já se conheciam. Sendo Valeri tio de Maria Stella (esposa de Antônio Stoch), aquele fez o possível para dar estabilidade à família. Permitiu que passassem a residir em terras próximas enquanto estratégia de preservação da posse de alguma propriedade que ainda não havia sido demarcada oficialmente. Isso porque a expansão da região colonial, para

⁷²⁴ Livro de Batismo, Silveira Martins, livro 3, 1890-1893, p. 30, 51, Arquivo da Diocese de Santa Maria – ADSM.

⁷²⁵ Livro de Óbito, Silveira Martins, 1884-1907, p. 52, ADSM. Na Linha Seis Norte o casal se encontrava estabelecido na casa de um parente, recebendo auxílio enquanto aguardava o seu próprio lote de terra. Essa prática de os imigrantes da ex-Colônia Silveira Martins hospedarem temporariamente aqueles que chegavam à região era um procedimento recorrente conforme visto no segundo capítulo desta tese.

⁷²⁶ Livro de Batismo Vale Vêneto, livro 2, 1894-1899, p. 5v. ADSM. “História de Sangue”, manuscritos do padre Luiz Sponchiado, Caixa Stoch, CPG-NP.

⁷²⁷ Relação de distribuição dos lotes colônias na ex-Colônia Silveira Martins (RIGHI, 2001, p. 219). “História de Sangue”, manuscritos do padre Luiz Sponchiado, Caixa Stoch, CPG-NP.

⁷²⁸ Conforme segundo capítulo deste trabalho.

além do espaço que compunha a ex-colônia Silveira Martins, foi ocorrendo lentamente através da delimitação e concessão de lotes de terras às famílias de imigrantes.

Ao se estabelecer no novo lote de terras, talvez sem o título definitivo de propriedade, Antônio Stoch não parece ter se dedicado à produção agrícola como era comum entre os imigrantes. Mesmo com terras propícias para o cultivo, optou por continuar a trabalhar na construção de estradas de ferro. Tal atividade o mantinha afastado da residência por longos períodos, deixando a mulher sozinha na propriedade e esperando que os parentes e os vizinhos a socorressem caso houvesse necessidade. Após pouco mais de dois anos vivendo na localidade, um fato repentino provocou a dissolução total da família.

No dia 5 de janeiro de 1897, Maria Stella e seu filho mais novo – Guilherme, de três anos e meio – foram encontrados mortos em uma das “picadas” da região.⁷²⁹ No dia seguinte, Antônio Stoch foi capturado e conduzido pelos vizinhos à presença do subdelegado do terceiro distrito do município de Júlio de Castilhos, apontado pelo “clamor público como autor do monstruoso delito que ceifou a vida da mulher e do infeliz filho”. Foi o próprio Antônio Stoch que os encontrou mortos na “picada aberta na mata virgem e em terreno acidentado que conduzia à residência da família”. Ambos os corpos estavam “com diversos ferimentos na cabeça, causados por pedras, e sinais de estrangulamento”. Quando Stoch pediu socorro aos vizinhos – todos esses agricultores italianos –, de imediato passaram a suspeitar dele como autor dos crimes. E, acompanhados pelo inspetor de quarteirão, João Natali, prenderam o suspeito.⁷³⁰ Assim, um grupo de seis imigrantes conduziu o acusado às autoridades municipais, percorrendo uma distância de aproximadamente sessenta quilômetros até a cidade de Júlio de Castilhos.

Dentre os indivíduos que levaram Antônio Stoch para as autoridades se encontrava Agostinho Valeri, tio de Maria Stella.⁷³¹ Porém, o mesmo não aparece como testemunha de acusação no decorrer das investigações, conforme o fizeram todos os imigrantes depoentes. Isto sugere que, ao participar da escolta, talvez visasse garantir a idoneidade física de Antônio Stoch.⁷³² A presença de Agostinho Valeri no grupo que conduziu Stoch até as autoridades

⁷²⁹ “Picada” é um termo utilizado pelos imigrantes e se refere a um caminho aberto no meio do mato que servia de locomoção para as pessoas da região colonial.

⁷³⁰ Informações confirmadas pelos vizinhos Cândido Somavilla e Luiz Gabbi. Processo-crime, Júlio de Castilhos, cível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. (APERS)

⁷³¹ Testemunhas que assinaram o documento da denúncia: Cândido Somavilla, Luiz Gabbi, João Natali, Josué Barato, Valentin Prevedello e Agostinho Valeri. Processo-crime, Júlio de Castilhos, cível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

⁷³² Amarrado, Antônio Stoch foi transportado para a cidade de Júlio de Castilhos. No caminho, foi injuriado e ameaçado por alguns indivíduos. Informações colhidas pelo pesquisador padre Luiz Sponchiado ao realizar

municipais tinha como propósito evitar que o suspeito fosse punido por aqueles que o acusavam de ser o único responsável pelas mortes da esposa e filho. Excetuando Valeri, os demais imigrantes tinham certeza da culpabilidade de Stoch. Desse modo, surge a pergunta: que motivos levaram os vizinhos a ter tamanha convicção?

Através dos depoimentos das testemunhas, percebe-se que todas compartilhavam de semelhante opinião: Antônio Stoch era mau vizinho, péssimo esposo e pai de família. O imigrante Cândido Somavilla (53 anos, casado, agricultor, natural da província de Treviso, Itália) atribuiu a Stoch a autoria do “crime horroroso” por “conhecer a sua má índole”, pois dispensava “maus tratos” à família. Por diversas vezes, afirmou ter presenciando a vítima Maria Stella “mendigar na vizinhança alimentação para si e seus filhos”, ao passo que o marido conservava-se em casa embriagado.⁷³³ Outros vizinhos da família expuseram ter Maria o costume de mendigar, visto ser Antônio Stoch “um homem pouco dado ao trabalho” que vivia do que a esposa obtinha dos “peditórios que continuamente fazia”. As acusações de ser dado a “embriaguez”, não trabalhar, obrigar a mulher a “esmolar os meios de subsistência para a família” eram recorrentes e somavam-se a outras: segundo os vizinhos, Stoch espancava a mulher quando essa não conseguia alimentos nas casas vizinhas. Frente às acusações de maltrato, Antônio Stoch se defendeu afirmando que apenas “algumas vezes havia batido na esposa por não ter ela cumprido com seus deveres do lar”.⁷³⁴

Levando em conta os depoimentos, chega-se às normas que deviam orientar o comportamento de cada indivíduo em relação à família e à comunidade para que fosse reconhecido como pessoa de virtudes. O trabalho, a moral e a capacidade de gerir as necessidades básicas da família eram alguns dos princípios prezados no universo camponês. Foi por falhar nestes pontos que Antônio Stoch acabou julgado pelos outros italianos. Os que não correspondiam às expectativas da vizinhança eram excluídos das redes de auxílio, tornando-se alvos de fofocas.⁷³⁵ O reconhecimento social e prestígio entre os camponeses vinham da possibilidade de possuir um lote colonial e nele produzir, garantindo, assim, a

entrevistas entre os descendentes de imigrantes italianos sobre os episódios trágicos que ocorreram na região colonial. Caixa Stoch, CPG-Nova Palma.

⁷³³ Depoimento de Cândido Somavilla. Processo-crime, Júlio de Castilhos,ível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

⁷³⁴ Depoimento das testemunhas: Celeste Barrichello (29 anos, casado, agricultor), Fortunato Vedovato (38 anos, casado, agricultor), Pascoal Somavilla (31 anos, casado, agricultor), José Somavilla (32 anos, casado, agricultor). Idem.

⁷³⁵ Ao analisar a moral que norteava as principais famílias de uma “aldeia”, Norbert Elias (2001, p. 102-103) percebeu que todas deviam ter consciência de suas responsabilidades para com a comunidade. Quando os recém-chegados – *outsiders* – não agiam em concordância com os valores da “aldeia”, os *estabelecidos* os desdenhavam e os excluíaam de seu círculo de relações. O sentimento comum de “fazer parte” criava responsabilidades e sólidos vínculos entre as pessoas que buscavam prosperar juntas. Mesmo que não gostassem umas das outras, todas as famílias “partilhavam de um intenso sentimento de identidade grupal”.

subsistência e a independência econômica da família.⁷³⁶ Pelo visto, Antônio Stoch não se enquadrava neste modelo, tanto que seu comportamento considerado inadequado o deixava vulnerável aos comentários.

O julgamento dos vizinhos se fundamentou no fato de Stoch não viver de acordo com os princípios morais dos imigrantes. Isso possibilita compreender por que as testemunhas, sem exceção, afirmaram ser ele o responsável pela morte da mulher e do filho. Até aqueles que não o conheciam muito bem o julgaram a partir da “fama” que possuía entre os moradores da comunidade: Stoch “era pouco amigo do trabalho, mas dado ao vício da embriaguez”.⁷³⁷ As condenações eram reforçadas nas falas dos vizinhos pelo fato de Antônio Stoch não possuir “trabalho de qualidade alguma” e viver do que a esposa conseguia “da caridade dos outros”.⁷³⁸ Foram estas características que o desqualificaram perante seus conterrâneos, pois tal conduta não correspondia com os atributos considerados essenciais para que um “chefe de família” dispusesse de honra e respeito entre a população.

Nas comunidades, os assuntos particulares acerca das atividades dos sujeitos eram discutidos com frequência entre os que pertenciam a um determinado espaço e configuração social. Uma das consequências desta troca de informações – falatórios segundo Norbert Elias⁷³⁹ – era a exclusão de certos indivíduos das redes de apoio e proteção existentes entre os vizinhos. Foi isto que ocorreu a Antônio Stoch. Em todos os depoimentos, as “provas” de ter o réu praticado o ato criminoso provinham de sua má conduta enquanto vizinho, marido e pai de família. Na visão dos conhecidos, Antônio Stoch não tinha capacidade de garantir a sobrevivência dos dependentes.⁷⁴⁰ No universo colonial, o prestígio nascia do bom desempenho enquanto chefe de família e da disponibilidade em prestar favores e auxílio aos vizinhos nos momentos de urgência. Era necessário demonstrar solidariedade comunitária

⁷³⁶ No mundo camponês a posse da terra e as formas de exploração da mesma são os principais critérios “que determinam o lugar de cada um na hierarquia social, sendo o fundamento da sociedade” (VAQUINHAS, 1994, p. 479). A terra não era valorizada apenas por seu valor econômico, mas estava ligada a valores, tradições e afetos. Sobre isso ver: WOORTMANN, 1995 e SOUZA, 1997.

⁷³⁷ Depoimento de João Vedovato (34 anos, casado, agricultor). Processo-crime, Júlio de Castilhos, cível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS. Embora próximo, João Vedovato não era habitante da Linha Três, antes era proprietário de terras em povoamento da Linha Soturno.

⁷³⁸ Depoimentos: João Batista (31 anos, casado, agricultor) e José Manfio (27 anos, casado, agricultor).

⁷³⁹ Segundo Norbert Elias, as fofocas eram um mecanismo eficaz para ferir e humilhar os indivíduos que não respeitavam as normas de uma coletividade (2001, p. 125).

⁷⁴⁰ Nas sociedades camponesas, os homens jovens ou recém-casados tinham que dar provas do seu valor e capacidade de comandar um grupo familiar para serem reconhecidos como possuidores de honra. A necessidade de uma determinada família ou indivíduo de preservar a honra se relaciona à preocupação com os próprios interesses, uma vez que o sucesso de suas iniciativas e investimentos depende da imagem que os outros dele possuem (DI BELLA, 1993).

que, segundo Pitt-Rivers (1993, p. 303), se traduzia numa manifestação a favor do coletivo ao invés dos interesses individuais.⁷⁴¹

Para piorar a situação de Stoch diante da justiça do Estado, alguns depoentes – lembrando que todos já se conheciam por serem originários da província de Treviso – passaram a relatar eventos ocorridos ainda na Itália. Disseram que antes mesmo de ter imigrado para o Brasil, Stoch teria provocado a morte de sua primeira esposa. Defendendo-se dessa acusação, o réu afirmou que sua primeira mulher havia falecido na Itália de “moléstia”, e ele nada tinha a ver com aquela morte.⁷⁴² Como se percebe, as experiências pretéritas foram buscadas para reforçar a culpabilidade do acusado. Antônio Stoch era, também, um “homem perigoso”, uma vez que já “tinha tentado atear fogo na minha casa”, declarou o depoente Fernando Somavilla.⁷⁴³ Frente às revelações e acusações unânimes dos vizinhos e conhecidos, Antônio Stoch contra-atacou: argumentou que as testemunhas queriam se livrar dele, afastá-lo da comunidade, e que estavam protegendo o verdadeiro culpado dos crimes.⁷⁴⁴

O mesmo expôs, ainda, que fazia um mês que se encontrava em casa, e já há algum tempo não se afastava da residência para realizar trabalhos distantes. Durante esse mês, assumiu todos os serviços domésticos e responsabilidades com a casa, porém, confirmou que a esposa saía para encontrar alimento entre a vizinhança. Ao confessar que Maria esmolava comida, tentou justificar que isso acontecia somente nas ocasiões em que a família não tinha do que se alimentar. Ele não aprovava que a mulher saísse atrás deste tipo de auxílio entre os vizinhos, pois temia ficar “falado na comunidade”,⁷⁴⁵ demonstrando ser conhecedor dos valores que norteavam os italianos. A “fama” dos indivíduos era de extrema importância para garantir respeito e auxílio dos vizinhos, e o surgimento de comentários negativos sobre determinados fatos deviam ser evitados.

⁷⁴¹ A unânime condenação da vizinhança em relação a Antônio Stoch vinha da avaliação moral que dele faziam os outros. Por ser um indivíduo que não observava alguns compromissos com a família e com a população rural, passou a ser visto como o responsável pelos crimes. Um bom exemplo desta ligação entre a necessidade do cumprimento das obrigações familiares e comunitárias se encontra na história de Martin Guerre apresentada por Natalie Zemon Davis (1987, p. 30). A identidade do marido impostor não criava problemas para a mulher e para o povoado, uma vez que ele ajudava a todos. No entanto, quando o suposto Martin Guerre começou a se apropriar dos bens da família, passou a representar riscos à manutenção do equilíbrio local. Não tardou muito para que o mesmo fosse denunciado ao tribunal, e até mesmo a esposa o acusou de tê-la enganado ao se apresentar como o seu verdadeiro marido.

⁷⁴² Depoimento. Processo-crime, Júlio de Castilhos,ível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

⁷⁴³ Depoimento de Fernando Somavilla, (28 anos, casado, agricultor). Processo-crime, Júlio de Castilhos,ível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

⁷⁴⁴ Antônio Stoch, em outro depoimento, revelou que suspeitava ter sido o autor das mortes “Casemiro de tal”, visto que esse sujeito tinha “mau procedimento comigo e minha família”. Interrogatório do réu Antônio Stoch (41 anos, viúvo, agricultor). Processo-crime, Júlio de Castilhos,ível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

⁷⁴⁵ Interrogatório do réu Antônio Stoch (41 anos, viúvo, agricultor). Processo-crime, Júlio de Castilhos,ível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

Ao estudar a trajetória de uma mulher camponesa suspeita de “sofrer de faculdades mentais”, Yonissa Wadi (2009) ressalta a preocupação da mesma com relação aos julgamentos dos conhecidos e parentes. Moradora da Colônia italiana de Conde D’Eu, localizada na serra gaúcha, a imigrante Pierina, em 1909, foi indiciada em processo criminal por ter afogado sua filha de dois anos, e, logo, internada no hospício onde passou a relatar em cartas os motivos que a levaram cometer o infanticídio. A grande aflição de Pierina nascia do fato de ser conhecida entre seus conterrâneos como “a louca”. Devido a essa alcunha, sentia-se proscrita e excluída do meio em que habitava. Teria matado a própria filha por não desejar que a mesma herdasse tal estigma. A sensibilidade de Pierina perante os comentários que circulavam localmente são indicadores da importância dos mesmos como qualificadores negativos nesse universo rural.

No caso de Antônio Stoch, a má fama entre os conterrâneos o fez ser visto como culpado pela morte da mulher e filho. Os depoimentos procuraram incriminá-lo mostrando às autoridades o mau procedimento dele enquanto chefe de família e vizinho. Ao elencarem as “culpas” do acusado, deixaram transparecer os valores e as práticas que orientavam os comportamentos. O ato de Maria circular com os filhos a pedir esmola não era condenável, mas as razões dela assim agir eram o problema. A raiz da questão era o marido que não cumpria com suas obrigações, como trabalhar a terra para sustentar a família.

Recorrer ao auxílio dos vizinhos nos momentos difíceis não era prática censurada entre os imigrantes, muito pelo contrário, ela constituía parte fundamental do que se esperava da própria vizinhança. As relações de cooperação eram baseadas em um princípio moral de que deviam ajudar-se mutuamente. Contudo, isso só acontecia entre aqueles que possuísem uma boa reputação na comunidade, podendo, portanto, contar com amplo apoio em diferentes momentos (PITT-RIVERS, 1993, p. 302). A manutenção deste tipo de comportamento entre a população da Linha Três estava dificultada pelos procedimentos de Antônio Stoch. Sendo alguém que trazia insegurança para as casas vizinhas, era uma ameaça constante.

Conforme avaliação do povoado, Antônio Stoch não dispunha de uma boa reputação para fazer parte das redes de relações locais. As acusações contra ele mostram o unânime esforço para se livrarem do indesejado vizinho. Esta circunstância ilustra que as redes de apoio baseadas nos laços de solidariedade e reciprocidade – tão importantes para fornecer auxílio às famílias e aos indivíduos – não eram recursos disponíveis a Antônio Stoch. Cabia

ao homem, chefe de família, articular estas redes para viabilizar a reprodução material e garantir a sobrevivência no universo camponês.⁷⁴⁶

O sentido de determinadas práticas cotidianas precisa ser conhecido para que se entendam as razões dos vizinhos terem opinião unânime contra Antônio Stoch. A maneira como os imigrantes viviam na comunidade os expunha a todo tipo de avaliação. É através da percepção dos próprios sujeitos que se pode compreender, por exemplo, o que pretendiam ao acionar a justiça do Estado para que julgasse o caso. A ação dos imigrantes em relação ao conterrâneo Stoch possibilita identificar o “uso da justiça”⁷⁴⁷ enquanto mecanismo de controle social dos eventos que vinham ocorrendo no núcleo colonial. Conduzir o suspeito até a polícia era um meio de buscar a solução para os conflitos privados, comportamentos desviados e eventos condenados que colocavam em risco a paz local. Era um modo de “auto-regulação das comunidades rurais” (DINGES, 2002, p. 59). Porém, o fato de recorrerem às instâncias externas não quer dizer que não existissem mecanismos internos de controle das questões e impasses surgidos na vida cotidiana.⁷⁴⁸

Conforme se viu anteriormente, as mortes da esposa e do filho de Stoch serviram de motivo para os conterrâneos colocarem em prática uma medida vista como necessária para garantir a segurança do povoado: a exclusão daquele(s) que era(m) avaliado(s) de forma negativa. A capacidade de trabalhar a terra para garantir a reprodução da família era uma maneira de manter o prestígio enquanto bom “chefe de família”, porém, caso isso não fosse cumprido, o homem seria alvo de comentários e poderia ser prejudicado em outras áreas da convivência comunitária. A opinião dos vizinhos tinha grande relevância, sendo um dos principais mecanismos de controle social dos comportamentos.

Nos núcleos coloniais, as unidades familiares deviam se constituir enquanto espaços autônomos e auto-sustentáveis no fornecimento da maior parte dos bens que necessitavam para a sobrevivência. A mendicância da mulher era vista, portanto, como incapacidade do homem em manter a família. E se ele não conseguia sustentar o próprio lar, como os vizinhos

⁷⁴⁶ Entre os grupos populares as redes e laços de solidariedade são identificados como essenciais para garantir a reprodução e sobrevivência. Segundo Sidney Chalhoub (2001), a vizinhança se esforçava para garantir que os companheiros ficassem livres das mãos dos policiais ou das “malhas da justiça”. Sendo assim, a dependência e auxílio recíproco entre conhecidos é aspecto fundamental para propiciar a sobrevivência e dar condições de vida a homens e mulheres.

⁷⁴⁷ Esta expressão refere-se à forma como os contemporâneos de uma sociedade entendiam e se relacionavam com os tribunais, além de também aludir para a maneira como se utilizavam do sistema judicial. Sobre este assunto consultar: DINGES, 2002, p. 50.

⁷⁴⁸ Na Europa da época moderna, as pessoas pertencentes ao universo popular buscavam a justiça do Estado para manter o controle social nas comunidades. Isto não quer dizer que não existissem mecanismos de auto-regulação local que se realizavam longe dos tribunais. Acionar a justiça do Estado era recurso utilizado como uma forma de auxílio na solução definitiva dos conflitos (DINGES, 2002).

poderiam contar com ele em outros momentos? A ociosidade de Antônio Stoch o fez ser julgado pela comunidade de forma negativa, pois a independência econômica também definia da “honra familiar”. Acredita-se que era através da observação das ações cotidianas e da dinâmica das relações sociais que se podiam identificar os valores morais que norteavam as comunidades.⁷⁴⁹

Cada novo casal devia desenvolver estratégias ajustadas aos recursos que possuíam para garantir a manutenção dos filhos. Dependia, portanto, da atuação dos pais o sucesso dessa tarefa, conferindo reputação positiva ao homem (GALT, 1995, p. 347). A propriedade da terra e o cultivo da mesma eram percebidos nas sociedades camponesas como um dos bens que conferiam valor aos indivíduos, distinguindo-os daqueles que não tinham autonomia para trabalhar em solo próprio (JAMOUS, 1993). Certamente, esse foi um dos aspectos que afastou Antônio Stoch dos outros que eram proprietários e provinham os bens necessários para a manutenção da família.

A família Stoch chegou ao povoado de Linha Três depois dos outros imigrantes, quando os lotes de terra já estavam praticamente todos ocupados. Talvez ela passou a ser percebida como uma intrusa, pois havia sido chamada por parentes – no caso o tio de Maria, Agostinho Valeri – para garantir a posse de uma terra recentemente demarcada. As famílias que chegavam à região colonial formavam pequenas comunidades nas quais cada indivíduo era parte integrante, devendo respeitar as normas e os valores comuns. Controlados pelos vizinhos, os que ameaçavam a segurança e a harmonia locais eram constrangidos, punidos e até mesmo excluídos das atividades de cooperação e convivência local. Essa compreensão pode ser percebida nos motivos que levaram àqueles a condenarem Antônio Stoch, esforçando-se para afastá-lo definitivamente da comunidade.

Através dos depoimentos das testemunhas arroladas no processo-crime, percebe-se que não era o crime em si que estavam julgando, mas, antes, o comportamento de Antônio Stoch como vizinho, pai de família e homem. Não duvidaram em nenhum momento da sua culpa. Para compreender as opiniões sobre Stoch é necessário analisar as atribuições que se conferiam ao homem no universo familiar. Em relação às representações acerca dos papéis sexuais, Mariza Corrêa (1983, p. 192, 236) afirma que o marido era obrigado a ser o provedor do lar, o principal responsável pela sua manutenção. Nesse sentido, as qualidades positivas ou

⁷⁴⁹ Através do método de observação direta das ações cotidianas, Fredrik Barth (1983) identificou as modificações dos valores morais de determinada comunidade. Em Sohar, cidade que se definia como espaço marcado pela convivência de diversas etnias que se relacionavam cotidianamente, o comportamento dos grupos aponta para a importância de características como autonomia e independência enquanto aspectos definidores da honra familiar.

negativas de um homem partiam sempre do seu desempenho no espaço familiar. A disposição para o trabalho também era uma das formas de qualificação, uma vez que os vizinhos esperavam que os homens tivessem “utilidade social”, ou seja, que prontamente prestassem auxílio quando a comunidade necessitasse.⁷⁵⁰ Os imigrantes que conduziram Antônio Stoch para a justiça do Estado o fizeram porque a avaliação que tinham dele não era positiva. As mortes propiciaram que o “clamor popular” se manifestasse, e, como resultado inicial desta ação, as acusações foram aceitas pela justiça e o suspeito mantido preso durante as investigações.

Conforme denúncia do promotor público, todas as testemunhas do processo apontaram para “a conduta irregular mantida pelo acusado Antônio Stoch que, segundo a própria confissão, maltratava e espancava muitas vezes sua inditosa mulher”. A isso se somava o fato de ser “dado a embriaguez e a vadiagem”, qualificações essas que encontravam consenso entre os membros da comunidade que requisitaram à justiça a punição do réu. Todas essas alcunhas atribuídas a Stoch indicam que os vizinhos tinham uma preocupação com a estabilidade e a paz do povoado. Isso porque “vadiagem, embriaguez e desordens no lar” mantinham relação próxima com crimes e mortes.⁷⁵¹ Diante dessas acusações, Antônio Stoch foi levado a júri popular, em dezembro de 1897, e julgado na comarca de Cruz Alta. Como resultado, por unanimidade de votos ele foi considerado *inocente* das acusações.

Segundo os autos do processo, não existiam provas de ter sido Stoch o autor do duplo homicídio, apesar do forte clamor dos vizinhos que pediam a sua condenação. As autoridades judiciais apontaram erros que apareceram no decorrer das investigações, segundo declarou o juiz da comarca de Cruz Alta. Antes de acontecer o julgamento do réu, o juiz advertiu para a existência de algumas contrariedades no processo. Primeiramente, assinalou que o réu tinha sido preso irregularmente, uma vez que não fora pego em “flagrante delito”. Num segundo momento, ressaltou os equívocos cometidos na avaliação de auto de corpo de delito que não seguiu o formulário oficial, notificando que as autoridades policiais deveriam estudar as leis para “cumprirem com decência e seriedade seus deveres”. Por fim, concluiu afirmando que esperava que semelhantes falhas não se reproduzissem em outros processos, pois penas

⁷⁵⁰ Quando um homem ou uma mulher eram acusados por um crime o que era julgado era a imagem ideal que a sociedade lhes atribuía. Geralmente, o patriarca era reconhecido por sua atividade pública e por seu trabalho; enquanto a mulher era reconhecida por sua atividade doméstica, fidelidade, virtude sexual e também pela “imagem social dela construída e reforçada nos julgamentos”. O homem se definia principalmente por sua dedicação às atividades produtivas, sendo obrigação fundamental prover a família (CORRÊA, 1981, p. 8 2; CHALHOUB, 2001, p. 180).

⁷⁵¹ Sobre a relação entre vadiagem e crimes na sociedade rural vêneta do século XVIII, consultar: CASARIN, 1993; GEREMEK, 1992.

severas seriam imputadas aos responsáveis.⁷⁵² A crítica do juiz em relação ao auto de corpo de delito foi que os responsáveis sequer fizeram a exumação dos corpos, antes se basearam nas observações de dois imigrantes sobre as condições que encontraram Maria Stoch e seu filho. Um detalhe: os depoimentos foram tomados cinco meses depois das mortes, e as considerações dos dois imigrantes, que eram testemunhas e exigiam a punição do réu, acabaram por não valer no processo que inocentou Antônio Stoch.⁷⁵³

Através deste evento foi possível perceber a participação ativa dos membros da comunidade na gestão da justiça a nível local. Era entre os chefes das famílias – “os homens da aldeia” – que ocorria uma primeira tentativa de manutenção da ordem pública, estando os delitos e as rixas sob o controle e julgamento deles. Os imigrantes interferiam na condução das investigações tomando iniciativas que eles acreditavam serem necessárias, obedecendo à percepção de justiça que possuíam. No caso de Antônio Stoch, apelar às instâncias externas foi um recurso percebido como indispensável naquele momento, pois as iniciativas de controle tentadas a nível local continuavam a produzir resultados insatisfatórios. A morte violenta da mulher e do filho foi a “gota d’água” para buscarem o Estado, visando, sem dúvida, a punição e o afastamento do réu do povoado.⁷⁵⁴ Como forma de restabelecer a paz após a ocorrência dos crimes, entregaram Antônio Stoch às autoridades policiais.

Porém, para a justiça do Estado, não havia provas que incriminassem o réu do crime que lhe imputavam, o que resultou em sua absolvição. Em dezembro de 1897, decorrido quase um ano da prisão, foi expedida ordem de soltura a Antônio Stoch. Contudo, com a mulher e filho mortos – e os outros dados para a adoção –, não poderia voltar para a comunidade de Linha Três, pois era malvisto pelos vizinhos que, certamente, não concordaram com o veredicto do julgamento. Com a família destruída, optou por abandonar definitivamente o

⁷⁵² Promotor Público de Cruz Alta, 28 de outubro de 1897. Processo-crime, Júlio de Castilhos, cível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS.

⁷⁵³ O auto de corpo de delito “indireto” foi realizado em 28 de junho de 1897 na casa do inspetor de quartirão o imigrante Daniel Carli. Na presença do subdelegado de polícia e testemunhas, os peritos e os imigrantes Pedro Gardin e Cândido Somavilla afirmaram ter “encontrado o cadáver de Maria Stoch e de seu filhinho Guilherme expostos na estrada”. Ela apresentava uma contusão na testa produzida por pedra; e sobre seu braço direito estava “o cadáver de seu filhinho o qual tinha sinal de unhas na garganta, o que atribuem ser o meio pelo qual foi assassinado”. Avaliação de auto de corpo de delito “indireto”. Processo-crime, Júlio de Castilhos, cível e crime, nº 1005, maço 34, junho de 1897. APERS. Nesse momento, não foi levantada qualquer suspeita de Maria ter sofrido violência sexual, já que todos acreditavam ter sido ela morta pelo marido, e, desse modo, não poderia sofrer violação.

⁷⁵⁴ A busca da justiça do Estado pelos indivíduos da comunidade era um instrumento a mais para punir os culpados. Isto permite pensar que o poder judiciário era acionado para castigar aqueles que transgrediam o código de valores morais comunitários relacionadas às questões sexuais e familiares (ZENHA, 1986, p. 140). Contudo, muitas vezes, a ação condenada localmente não era vista como delito pelas instâncias externas.

lugar aonde havia residido por pouco mais de dois anos.⁷⁵⁵ O crime cometido contra Maria Stella e o filho não foi solucionado.

Passados dois anos daquela tragédia, outro de igual natureza aconteceu na mesma região, distante apenas três quilômetros da “picada” onde a mulher e a criança haviam sido encontradas mortas. E, novamente neste caso, a organização entre as famílias vizinhas surgiu como um dos aspectos essenciais na busca pelo responsável. Foi a ocorrência desta outra morte que mudou a opinião dos imigrantes em relação à culpabilidade de Antônio Stoch. Apesar de ter sido apontado como alguém que não se ajustava às normas locais, os vizinhos perceberam, tardiamente, que ele não havia assassinado a mulher e o filho.

7.2 Uma punição exemplar

Em 5 de dezembro 1899, quando passava a cavalo por uma estrada do núcleo Soturno, a jovem Luiza Vedovato, 14 anos, natural da Itália, foi violentada e agredida fisicamente. Ela retornava para casa após um dia de trabalho na roça da família.⁷⁵⁶ Minutos depois ela foi encontrada no meio do mato, a alguns metros da estrada, com profundos ferimentos na cabeça, mas ainda com sinais de vida. Porém, veio a falecer na sequência. No dia seguinte, o juiz distrital realizou o corpo de delito e logo iniciou a inquirir as testemunhas.⁷⁵⁷ Os “peritos profissionais” constataram a existência de defloramento da menina por “meios forçados”, apontando como motivo da morte os “graves ferimentos” que apresentava na cabeça.⁷⁵⁸

Apesar da rapidez com que as investigações iniciaram, os imigrantes tomaram seus próprios procedimentos em busca do culpado. Para eles, o responsável pela morte da menina Luiza era o “brasileiro” Juvêncio dos Santos, morador próximo à casa do italiano Angelo Vedovato, pai da jovem assassinada.⁷⁵⁹ Logo após tomarem conhecimento da morte, os italianos presumiram quem era o autor do crime pelas declarações de João Centi (20 anos, solteiro, agricultor) que havia encontrado Juvêncio na mesma estrada onde a jovem foi

⁷⁵⁵ Em pesquisas sobre o paradeiro de Antônio Stoch após ser posto em liberdade, o padre Luiz Sponchiado afirmou que aquele se mudou para o interior da cidade de Passo Fundo, norte do Rio Grande do Sul, indo morar com parentes. “História de Sangue”, Caixa Stoch, CPG-NP.

⁷⁵⁶ Roça era o termo utilizado pelos imigrantes, sendo sinônimo de lavoura.

⁷⁵⁷ Enquanto o imigrante Antônio Stoch havia sido levado para as autoridades do município de Júlio de Castilhos, a investigação da morte da menina Luiza Vedovato foi feita pelas autoridades de Cachoeira do Sul. Isto comprova a confusão gerada a partir do momento que a região colonial italiana foi dividida entre diferentes municípios do centro do estado do Rio Grande do Sul.

⁷⁵⁸ Auto de corpo de delito. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, ano 1899. APERS.

⁷⁵⁹ O indivíduo Juvêncio Alves dos Santos aparece como possuidor de um lote de terra no Núcleo Soturno – Linha Doze – sob o número 544. Relação da distribuição dos lotes de terra da região colonial (RIGHI, 2001, p. 213).

atacada. Segundo a testemunha, Juvêncio portava um machado que possuía marcas de sangue, além de estar com as calças molhadas. Ao ser questionado por Centi, respondeu que havia caído dentro do rio ao ir tomar banho, não deixando claro de quem era o sangue no machado.⁷⁶⁰ Outro motivo que levou os imigrantes a acreditarem na culpabilidade de Juvêncio foi que o mesmo se recusou em ir até a cena do crime. E, quando ele fugiu da comunidade um dia depois, os moradores tiveram a certeza da autoria do “bárbaro” crime.

Em depoimento, Norberto dos Santos (24 anos, solteiro, agricultor), irmão do acusado, disse que se encontrava trabalhando temporariamente para uma família na comunidade,⁷⁶¹ e acreditava que o autor do “bárbaro assassinato” era o próprio Juvêncio que, temendo ser preso, “atirou-se no mato e fugiu”.⁷⁶² Em 6 de dezembro de 1899, um dia depois do crime, vários imigrantes estavam reunidos na casa de comércio do alemão Guilherme Kettermann prestando depoimentos ao juiz distrital. Em seguida, os “chefes de família” locais formaram um grupo que se encarregaria de sair atrás do foragido. Possivelmente, esta iniciativa contava com o respaldo da autoridade local, no caso o juiz distrital Frederico Engel.⁷⁶³ No referido dia 6 e nos subsequentes, os vizinhos da família de Angelo Vedovato compraram, na casa de comércio, vários itens de caça, como munição para armas de fogo, pólvora, chumbo, “vela extrealina”, fósforo, grande quantidade de charutos, cachaça, vinho e um metro e meio de corda.⁷⁶⁴ Estes objetos foram adquiridos com o intuito de capturar Juvêncio dos Santos, “caçada” que poderia durar vários dias.

A região às margens do Rio Soturno também havia sido ocupada por alemães, só que em período anterior a chegada dos italianos. Desse modo, diversos eram os grupos étnicos que viviam e se relacionavam naquele espaço. A casa de comércio do alemão Guilherme

⁷⁶⁰ Depoimento do imigrante João Centi. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, ano 1899. APERS.

⁷⁶¹ Norberto dos Santos se encontrava trabalhando para o imigrante Vicente Roggia, que residia próximo à família de Angelo Vedovato, onde Juvêncio dos Santos estava empregado. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, ano 1899. APERS.

⁷⁶² Termo de inquirição das testemunhas. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, ano 1899. APERS.

⁷⁶³ O subdelegado do 5º distrito do município de Cachoeira do Sul estava doente e não pôde comparecer ao chamado dos imigrantes. Portanto, as primeiras iniciativas foram tomadas pelo Juiz Distrital em 6 de dezembro de 1899, um dia após do crime. Em 10 de dezembro, o promotor público já apresentava denúncia contra o réu Juvêncio dos Santos. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, 1899. APERS.

⁷⁶⁴ As compras realizadas na casa de Guilherme Kettermann, no dia 6 de dezembro de 1899, foram as seguintes; Luiz Centi, quinze charutos, uma caixa de fósforo, duas balas de fogo central e, dias depois, fez um empréstimo de mil réis; Valentim Prevedello, seis balas de fogo central, cachaça; Norberto dos Santos, seis balas de fogo central, uma “vela extrealina”; Vicente Roggia, vinho, dez charutos, um metro e meio de corda, pólvora e chumbo. Interessante perceber que alguns indivíduos aparecem comprando material para armas somente naquele dia, como no caso de Luiz Centi. Conforme Livro caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann, 08.05.1899 a 10.11.1901, nº 1, p. 36, 155, 206, 239. Acervo Particular da Família Melo – APFM, Faxinal do Soturno.

Kettermann, entre maio de 1899 e dezembro de 1901, apresentava o número de cento e quarenta e nove fregueses nos livros de contas, com presença significava de nacionais, alemães e, em menor proporção, italianos.⁷⁶⁵ Muitos imigrantes italianos aparecem como vendedores de seus produtos na referida casa de negócio, adquirindo em troca alguns itens como fósforo, sal, ferramentas agrícolas, utensílios domésticos, tecido e, em ocasiões especiais, munição para as armas de fogo. A mesma possuía livros de contabilidade onde cada cliente dispunha de uma ou mais páginas em que eram registrados os produtos recebidos e as mercadorias vendidas.⁷⁶⁶ Também se verifica nas anotações que era comum os indivíduos de origem “brasileira” trabalharem por “dias de serviços” – jornaleiros – em atividades de “derrubada de mato”, “roçar piquete” e no transporte de mercadorias e madeira pelos rios da região através de balsas. Estes eram os serviços realizados pelos irmãos Juvêncio, Celestino, Rodolfo e Norberto dos Santos.

Em novembro de 1899, um mês antes do assassinato da jovem, Juvêncio dos Santos abriu uma conta na loja do alemão Kettermann. Dentre as compras que realizou, adquiriu açúcar, café moído, farinha, erva-mate, fumo, cachaça, cinco metros de tecido “rigatino” e, também, um par de brincos.⁷⁶⁷ Nesta época, Juvêncio trabalhava como jornaleiro para algumas famílias de imigrantes italianos, e talvez já fosse empregado de Angelo Vedovato, condição em que se encontrava quando da ocorrência do crime. Portanto, o acusado tinha contato com a Luiza, pois trabalhava na casa dos pais da jovem, e possuía conhecimento das atividades e deslocamentos realizados por ela. É possível que também estivesse a cortejá-la, por isso comprou um par de brincos com a intenção de presenteá-la. Para além das possibilidades que apontam para uma “paixão” não correspondida, o fato é que decorridos alguns dias do crime, Juvêncio foi capturado e punido exemplarmente pelos imigrantes.

Em 18 de dezembro de 1899, os moradores da Linha Soturno informaram ao oficial de justiça que Juvêncio dos Santos – réu em processo criminal – havia sido “linchado pelo povo da Colônia Dona Francisca”. Segundo depoimentos, um grupo composto por cerca de quatrocentos indivíduos atacou o capturado para espancá-lo até a morte. Em seguida, com

⁷⁶⁵ Nos registros da casa de comércio constam como fregueses: 59 nacionais, 58 alemães e 32 italianos. Livro de 08.05.1899 a 10.11.1901, APFM, Faxinal do Soturno.

⁷⁶⁶ Livro caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann, 08.05.1899 a 10.11.1901, nº 1; Livro caixa de março de 1901 até 1904, nº 2, APFM, Faxinal do Soturno. A partir de 1901, a casa de comércio do alemão Guilherme Kettermann começou a decair devido à concorrência com o estabelecimento comercial do italiano Vicente Pigatto, instalado em área onde seria fundado distrito de Faxinal do Soturno, futuro município de mesmo nome. Muitos dos imigrantes italianos passaram a realizar suas atividades comerciais com Vicente Pigatto ao invés de Guilherme Kettermann.

⁷⁶⁷ Como forma de pagamento pelos bens que adquiriu, Juvêncio vendeu para a casa de negócio alguns quilos de feijão. Conta de Juvêncio José dos Santos. Livro caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann, 08.05.1899 a 10.11.1901, nº 1, p. 192, APFM, Faxinal do Soturno.

requisites de crueldade, queimaram o corpo e o expuseram por dias para que fosse observado pelos habitantes. Quando o oficial de justiça chegou ao lugar, encontrou o “corpo do réu já putrefato”, sem que nenhuma autoridade do distrito tomasse providências a respeito. Pelo que se percebe, o juiz local e o subdelegado pareceram compactuar com a forma de punição aplicada a Juvêncio dos Santos. Frente à notícia do linchamento, o promotor público ressaltou a necessidade de haver investigações acerca do “ato de barbarismo de que foi teatro a Colônia Dona Francisca”.⁷⁶⁸ Contudo, as testemunhas requisitadas não se apresentaram, resultando no arquivamento do caso.⁷⁶⁹ Ninguém foi julgado pela morte de Juvêncio dos Santos. Porém, na concepção dos imigrantes, o grupo que linchou o “assassino” havia cumprido com o papel de vingar o mal causado à família Vedovato. A intervenção era vista como necessária, uma obrigação dos vizinhos para restabelecer o equilíbrio no lugar.

As ações de captura e agressão física a Juvêncio possibilitam refletir sobre o senso de justiça e o tipo de violência permitida nas comunidades. Os linchamentos são caracterizados como eventos repentinos, articulados por perseguidores que expressam seu ódio através de atos violentos e quase sempre anônimos. Ação coletiva de revolta popular que acontece à margem das esferas legais (MARTINS, 1996) e tem ampla aprovação da sociedade local.⁷⁷⁰ No Núcleo Soturno, alguns sujeitos próximos e solidários à família Vedovato buscaram solucionar à sua maneira a morte da jovem, demonstrando não se importar com possíveis perseguições da justiça do Estado.

No evento acima descrito, constatou-se a preparação do grupo de acusadores para prender Juvêncio dos Santos e entregá-lo às autoridades. Contudo, a exaltação da comunidade era tamanha que, fatalmente, a forma de punição acabou sendo o linchamento.⁷⁷¹ Tal prática reflete a intenção da comunidade de impor um castigo exemplar e radical aos que desrespeitassem os princípios e normas que orientavam a maneira como as relações sociais deviam ser estabelecidas e reconhecidas, determinando os limites de tolerância frente às transgressões. Desse modo, o linchamento expõe as possibilidades de agir daqueles que se sentiam obrigados a gerir um tipo de justiça que não passava pelos tribunais. As práticas de

⁷⁶⁸ Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, 1899. APERS.

⁷⁶⁹ Informações colhidas pelo oficial de justiça de Cachoeira do Sul quando de sua visita à Colônia Dona Francisca no dia 18 de dezembro de 1899. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, n. 2507, maço 81, ano 1899. APERS.

⁷⁷⁰ Violência contra mulheres, crianças e até os simples furtos são alguns dos principais fatores motivadores de linchamentos. Enquanto ação de natureza vingativa, e, principalmente, de justiça punitiva, os linchamentos também podem estar ligados a “estigmas de ordem política e racial”. Na “linguagem popular”, tal punição é percebida como um “ato de se fazer justiça com as próprias mãos” (BENEVIDES, 1983, p. 229).

⁷⁷¹ Sobre os estudos de linchamento no Brasil enquanto ato de justiça popular, consultar: MARTINS, 1995: 1996; BENEVIDES, 1983.

punição violentas conduzidas pelo próprio grupo familiar eram entendidas como recurso legítimo.

As cumplicidades refletem que não somente a família Vedovato foi agredida, mas, também, a comunidade em geral da qual os indivíduos faziam parte.⁷⁷² Pensando especificamente os linchamentos praticados contra negros no decorrer do século XIX, José Martins (1996, p. 12) afirma que eles tinham uma clara motivação racial. Geralmente, aconteciam em situações em que o negro “ultrapassava a barreira da cor e invadia espaços próprios do estamento branco”. No exemplo anteriormente apresentado, os linchadores de Juvêncio dos Santos foram apontados como “centenas”, encobrendo, assim, a identificação do líder ou dos diretamente envolvidos na captura e morte. Foi no anonimato da multidão que os responsáveis preservaram a sua identidade, bem como evitaram que os atos violentos fossem investigados pelas autoridades. Sendo assim, a justificativa da ampla mobilização da população colonial impediu que os vizinhos, parentes e outros membros da comunidade tivessem os nomes divulgados pela imprensa ou julgados pela justiça.

A confirmação da extensa e pública colaboração das pessoas residentes do lugar, quando da averiguação pelos representantes do judiciário, indica a legitimidade dessas atitudes de “justiça popular”.⁷⁷³ Também não parece ter havido interesse por parte das autoridades locais de que os responsáveis pela execução de Juvêncio fossem repreendidos. A recusa dos sujeitos em testemunhar e identificar os responsáveis indica visões compartilhadas, conivência e ideias de pertencimento ao mesmo grupo e espaço. Para muitos, aqueles acontecimentos eram tidos como legítimos e por isso não deviam ser investigados pela justiça institucionalizada. Norberto dos Santos, um dos irmãos do morto, temendo sofrer represálias, desapareceu da região logo após os episódios, não sendo encontrado pelo delegado para prestar esclarecimentos sobre o linchamento.⁷⁷⁴

O que se busca ressaltar com a análise desses casos são as possibilidades de ação dos imigrantes quando se deparavam com situações de conflito e violência. Os vínculos fundados

⁷⁷² Mariza Corrêa (1983) afirma que as agressões às famílias atingiam seu núcleo social, levando-a a perder a individualidade legal. Sobre os apoios e cumplicidades através da formação de “frentes familiares” entre os imigrantes italianos no estado de São Paulo quando da ocorrência de crimes e violências, ver: FAUSTO, 1983: 2001.

⁷⁷³ O episódio apresentado se enquadra naquilo que Michel Foucault (1979, p. 43) definiu como um “ato de justiça popular” que se caracteriza como antijudiciário. A “justiça popular reconhece na instância judiciária um aparelho de Estado”, representante do poder público e instrumento de poder.

⁷⁷⁴ Norberto dos Santos não foi mais visto na região após a morte do irmão. Cartas precatórias foram enviadas para as autoridades de Júlio de Castilhos, porém, nem nesse município e nem em Cachoeira do Sul foi o mesmo encontrado para prestar depoimento à justiça. As outras testemunhas, todas elas imigrantes italianos, também não compareceram para prestar depoimentos no processo criminal da morte de Juvêncio dos Santos. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 2507, maço 81, 1899. APERS.

sobre o parentesco, a vizinhança e a reciprocidade permitiam a formação de redes de apoio e autoproteção variadas. Os indivíduos que se uniram para linchar Juvêncio dos Santos faziam parte de grupos que possuíam algum prestígio local e detinham recursos relacionais no povoado. Eles próprios encontraram uma solução para os crimes locais, desconsiderando, nesse caso, o recurso à justiça do Estado. As afinidades e cumplicidades propiciavam a formação de frentes de apoio, acionadas pelos imigrantes em determinadas situações, que se caracterizavam enquanto estratégias de acomodação no novo espaço visando o controle sobre os eventos que traziam insegurança. Nesse sentido, a aplicação de punições, bem como banimento da comunidade, a perseguição coletiva e o linchamento se apresentavam como práticas de justiça extrajudiciais percebidas como legítimas no universo rural analisado, onde atuavam sólidos mecanismos de solidariedade familiar e comunitária. Esses aspectos mobilizaram os indivíduos que, através de ação conjunta, fizeram valer o direito de vingança.

Porém, deve-se tomar cuidado para algumas diferenciações existentes. A aplicação de determinada punição também pode estar relacionada à posição ocupada pelo transgressor na sociedade local. Havia mecanismos cooperantes nos povoados que asseguravam poder de julgamento e regulamentação eficaz tanto em relação aos indivíduos do próprio grupo étnico quanto aos indivíduos externos.⁷⁷⁵ Desse modo, a união das famílias para perseguir o acusado, prender e linchá-lo, mostra a colaboração, a autonomia e o controle social que buscavam exercer. Tais atitudes não foram contestadas pelos indivíduos que moravam na região. Por outro lado, passaram a ser criticados pelas autoridades municipais de Cachoeira do Sul que, através de reportagens em jornais, ressaltaram o papel da lei de coibir as ações consideradas nocivas à sociedade. Tais censuras, bem como o “ato de barbarismo”, foram publicadas na imprensa da capital do Estado:

Há poucos dias, foi este município [Cachoeira do Sul] teatro de uma cena de canibalismo que bem merece a atenção do senhor chefe de polícia. Juvêncio dos Santos estuprou a menor Luiza Vedovato e em seguida a matou com golpes de machado, no 5º distrito deste município [Dona Francisca]. O criminoso foi preso (...) por uma escolta que o conduziu para esta cidade. Ao passar pelo lugar por onde se deu o crime foi Juvêncio arrebatado pela força por um grupo de 400 homens que imediatamente o lincharam, tendo espetado sua cabeça em um poste, e colocando-a numa encruzilhada. Dizem que já era a segunda vez que Juvêncio cometia este crime.⁷⁷⁶

⁷⁷⁵ As relações construídas entre as famílias camponesas favoreceram a constituição de espaços de proteção, arbitragem e regulamentação propiciando, assim, o surgimento de um sistema de represália que pode ser oposto ao da lei. Tais ideias são apontadas por alguns estudiosos que trabalharam com famílias e seu desempenho nas esferas locais (BURGUIÈRE, 1998; LEBRUN, 1998; CASEY, 1992).

⁷⁷⁶ Reportagem intitulada “De Cachoeira”. In: Jornal *O Gazetinha*, 21 de dezembro de 1899. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHJC), Porto Alegre.

A punição aplicada pelos linchadores foi algo que ultrapassou a morte, pois tanto a mutilação e a exposição de partes do corpo – a cabeça – como a própria negação de sepultura aparecem como rituais simbólicos de castigo que devia humilhar o indivíduo e servir de aviso a outros. As mutilações e outros ritos, praticados nos casos de linchamento, são desfigurações que reduzem a vítima a um “corpo destituído de características propriamente humanas” (MARTINS, 1996, p. 20). Mas o que mais chama a atenção na reportagem é a notícia que Juvêncio já havia cometido crimes de igual natureza. Teria sido ele o autor das mortes ocorridas em janeiro de 1897, quando Maria Stella e seu filho foram encontrados mortos e o marido, Antônio Stoch, incriminado? Antes de ser linchado, Juvêncio teria confessado a autoria de seus crimes? Infelizmente, nem o jornal nem o processo-crime revelaram maiores detalhes.

Com a divulgação do episódio nos jornais, os atos tidos como legítimos pelo grupo de imigrantes foi propagado para além das fronteiras locais. E, para se protegerem das investigações, os líderes do linchamento escaparam e os cúmplices adotaram o estratagema do silêncio. A população colonial, de um modo geral, aprovou as ações praticadas contra Juvêncio dos Santos, pois o mesmo foi percebido como uma ameaça à segurança das mulheres. As características semelhantes entre as mortes de Maria Stella e Luiza Vedovato levaram os imigrantes, provavelmente, a transferir a culpa para Juvêncio dos Santos, inocentando, tardiamente, o marido da primeira.⁷⁷⁷ Desse modo, a presença de suspeitas, avaliações internas e uma opinião pública local se apresentaram como forças importantes na sustentação de dispositivos de controle dos eventos locais que podiam fornecer legitimidade às ações comunitárias.⁷⁷⁸

O jornal de Porto Alegre condenou a “cena de canibalismo” ocorrida na região colonial, no 5º distrito do município de Cachoeira do Sul. Apesar dos indícios apontarem ser Juvêncio dos Santos o autor das mortes – de Maria Stella e Luiza Vedovato – nada justificava o linchamento levado a cabo pelos imigrantes, assinalando a reportagem que esses deveriam ter esperado a “palavra da justiça”. Portanto:

⁷⁷⁷ Interessante é perceber que em Maria Stella, diferentemente de Luiza Vedovato, não foi buscado sinais de violência sexual. Esta diferença se sustenta porque o acusado pelo assassinato de Maria Stella era o próprio marido, não sendo, portanto, levantada suspeita de ter sido vítima de estupro, ao contrário de Luiza. Ao ser encontrada foi constatado a existência de sinais de estupro não só pelos ferimentos que apresentava, mas por ser o suspeito um “brasileiro” que trabalhava entre os imigrantes.

⁷⁷⁸ Sobre a importância dos julgamentos das famílias – entendida como “guardiã da moral” – e a ação da comunidade em acionar os próprios dispositivos de punição frente aos episódios de estupros, ver: VIGARELLO, 1998, p. 104-107.

Mais criminosos que Juvêncio dos Santos são os indivíduos que o lincharam ofendendo a lei, em quem não depositavam confiança. Parece incrível que fatos desta ordem se dêem em pleno século das luzes. É necessário que a lei seja desagravada afim de que não se reproduzam estes atentados que tanto nos envergonham perante o mundo civilizado.⁷⁷⁹

Mostrando indignação com a notícia do linchamento, o cronista de outro jornal da capital Porto Alegre denunciou que a justiça do Estado era a única capaz de punir o crime praticado por Juvêncio dos Santos. Também reforçou que não foi legítima a atitude dos indivíduos que puniram o “brasileiro e ainda moço”, pois, ao procederem desse modo, ofenderam a lei na qual não confiavam. O artigo foi concluído dizendo que as autoridades estavam tomando providências contra os criminosos para que casos parecidos não viessem a acontecer novamente.⁷⁸⁰

A divulgação do evento nos jornais da capital indica a repercussão do acontecimento externamente, sendo a morte de Juvêncio dos Santos avaliada como uma ofensa à lei. O crime de linchamento foi divulgado pela imprensa como forma de repúdio à maneira como os imigrantes resolviam seus problemas, no caso não confiando na justiça institucional. Enquanto isso, na região colonial, não houve qualquer manifestação de revolta contra a “cena de barbarismo” ali ocorrida. Pode-se dizer que este comportamento evidencia a tolerância às práticas punitivas ocorridas naquele universo rural.⁷⁸¹ Assim, o silêncio e a omissão se impuseram frente às investigações promovidas pelos agentes do Estado. Na visão dos imigrantes, cabia a eles punir o transgressor, por isso a ação conjunta dos homens que se organizaram para prender Juvêncio dos Santos. O linchamento foi uma consequência da justiça comunitária, algo que não poderia ser evitado devido à fúria daqueles que saíram em busca do suspeito. O linchamento foi entendido como alternativa que poderia restaurar a tranquilidade na comunidade, reforçando o papel das famílias em garantir o controle social, a segurança e a própria condição de proprietários frente à presença de “brasileiros”. O uso da violência contra Juvêncio dos Santos veio a atender questões que iam além do sentido punitivo de um crime, uma vez que princípios haviam sido violados e barreiras ultrapassadas.

⁷⁷⁹ Reportagem intitulada “De Cachoeira”. In: *Jornal Gazetinha*, Porto Alegre, 21 de dezembro de 1899. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa – MCSHJC, Porto Alegre.

⁷⁸⁰ *Jornal Gazeta da Tarde*, 29 de dezembro de 1899. O *Jornal Correio do Povo*, 28 de dezembro de 1899, também publicou reportagem condenando o evento ocorrido na região colonial. MCSHJC, Porto Alegre.

⁷⁸¹ Georges Vigarello (1998) identifica uma insensibilidade à violência física nas sociedades mais antigas, sendo a brutalidade física usada como forma de justiça. O aumento do número de queixas aos crimes de estupro no final do século XIX é percebido como uma menor tolerância à violência sexual e não ao aumento do número de casos.

Segundo José de Souza Martins (1995, p. 300-301), os linchamentos decorrem da “constatação e a interpretação de [que houve] uma violação da norma social”. A partir desse julgamento popular é que se dá a escolha do tipo de punição a determinado delito. Nesses casos, a população fica dividida entre a “desmoralização completa e a desesperada necessidade de afirmação dos valores mais tradicionais da família e da vizinhança”.⁷⁸² Assim, de modo análogo ao que aconteceu a Antônio Stoch, a conduta anterior de Juvêncio dos Santos foi pressuposto de julgamento,⁷⁸³ agravado pelo fato de ser alguém que ocupava uma condição inferior entre as famílias italianas. O mesmo não possuía um passado comum aos imigrantes, o que o deixou sujeito a outro tipo de punição.

Ao se analisar a maneira como a população colonial reagiu frente aos crimes – o de Maria Stella e seu filho e o da menina Luiza Vedovato –, percebe-se que quando determinados indivíduos traziam insegurança ou desrespeitavam determinadas normas comunitárias se tornavam alvos dos “guardiões da moral”. No entanto, os tipos de punições dependiam da “escala de gravidade” dos delitos cometidos e da posição social das partes envolvidas: a ofendida e o autor da ofensa. A escolha da pena não era uniforme para todos os casos, pois o “peso da violência se dava segundo a condição das vítimas” e dos acusados. Desse modo, a punição acontecia “com mais ou menos rigor segundo a qualidade” dos envolvidos. Caso fosse um “estuprador pobre”, a gravidade de seu gesto aumentava (VIGARELLO, 1998, p. 23, 106). O linchamento, neste caso, aparece como uma forma de vingança singular que, certamente, não seria realizada contra Antônio Stoch, apesar da gravidade dos atos que lhe imputaram. Percebe-se, então, que, apesar das mortes terem ocorrido em circunstâncias semelhantes, os suspeitos receberam penas distintas. A maneira como os chefes de famílias agiram em relação ao castigo a ser aplicado foi diversa. Conclui-se, assim, que o desempenho e a posição social dos indivíduos culpados eram fatores determinantes para a forma de punição, cabendo aos grupos familiares – e não ao Estado – a primeira ação de articulação para garantir o controle sobre os fatos que propiciavam a insegurança local, acionando mecanismos de proteção.

Com a ocorrência de um novo crime, e com semelhantes requintes de crueldade, a população prendeu o culpado e o puniu exemplarmente. Quando Luiza foi morta, os

⁷⁸² A pesquisadora Maria Victoria Benevides (1983, p. 234-35) define linchamento como toda a “ação violenta coletiva para a punição” de indivíduos acusados de um crime. A atitude de punição é percebida em casos onde a vítima de linchamento continua sendo agredida mesmo depois de morta, sendo muitos castrados e mutilados.

⁷⁸³ Juvêncio dos Santos, tal e qual toda sua parentela, possuía lotes de terras na mesma região onde estavam os italianos e alemães, mas, pelo que consta, não trabalhava nas mesmas, preferindo ser empregado temporário nas propriedades dos imigrantes. O fato de não produzir em suas terras o desprestigiava.

imigrantes lançaram a responsabilidade pelas duas mortes a Juvêncio dos Santos. E, ao invés de recorrerem à justiça oficial – como fizeram com Stoch –, os camponeses aplicaram as próprias formas de controle social, usando da violência como punição exemplar.

7.3 Frentes familiares de proteção

Nas comunidades que se formaram a partir da expansão da ex-Colônia Silveira Martins, o mecanismo da justiça local aparece como escolha preferencial para restaurar a paz. Quando do aparecimento de infrações que atentavam contra a estabilidade e a honra da família, quem encontrava o culpado e escolhia a forma de resolução dos impasses eram os próprios imigrantes. Porém, isso não impediu que as instâncias externas de julgamento fossem procuradas em determinadas situações, como no caso de Antônio Stoch. No entanto, quando o Estado entrava em cena sem que os imigrantes solicitassem, esses acionavam recursos para escapar das investigações. Nesse momento, criavam redes de assistência baseadas em solidariedade parental ou de vizinhança para não serem constrangidos pelo Estado.

Quando a justiça institucional resolveu investigar o linchamento de Juvêncio dos Santos, as cumplicidades e silêncios passaram a ser práticas recorrentes, apesar de a população conhecer os responsáveis pelo crime. Como estratégia para proteger a identidade dos líderes, a culpa foi imputada a um grupo anônimo de “quatrocentas pessoas”. Sem contar com o auxílio dos imigrantes, o Estado não teve condições de dar sequência ao caso, encerrando-o logo a seguir. Contudo, após alguns meses, novas agressões e mortes no Núcleo Soturno fizeram as autoridades judiciais voltarem à questão, já que os líderes do linchamento contra Juvêncio dos Santos continuavam a agir de maneira semelhante na região.

Na tarde do dia 16 de agosto de 1901, após participarem das celebrações religiosas, várias pessoas se encontravam reunidas na casa de comércio do imigrante Vicente Pigatto. Às cinco horas da tarde, “alguns italianos” – José Dalla Corte, João Centi, Luiz Centi, Miguel Centi e João Vedovato – apareceram armados de “porretes” na casa de comércio em atitude provocativa contra os “brasileiros” que lá estavam. Dentre esses se encontrava Celestino Ribeiro dos Santos, um dos irmãos do falecido Juvêncio. Os imigrantes italianos teriam falado que entrariam “aonde quisessem sem que ninguém os privasse”, ameaçando bater naqueles que os impedissem. Nesse momento, Celestino declarou que em dia de festa não havia necessidade de andarem armados, ouvindo como resposta que era “*melhor ficar quieto porque negro ali não falava*”. Diante desta troca de palavras, teve início o conflito, e um

italiano “vibrou com uma cacetada na cabeça de Celestino”, deixando-o “caído por terra”. Em seguida, na tentativa de socorrer o irmão, Rodolfo Ribeiro dos Santos foi “barbaramente espancando” pelo grupo, resultando em sua morte.⁷⁸⁴ Esta nova agressão aos irmãos Santos certamente estava ligada à questão do linchamento de Juvêncio ocorrida em dezembro de 1899.

Com a morte de outro membro da família Santos, alguns indivíduos resolveram colaborar com as investigações. Desta vez o Estado teria material para, ao menos, dar sequência ao inquérito e processar criminalmente os cinco imigrantes agressores. Mas isto só aconteceu porque alguns aceitaram prestar depoimentos para o caso. O primeiro dele foi José Fernandes de Mello (44 anos, casado, agricultor, natural do Paraguai), que apresentou a sua versão do ocorrido:

No dia 16 [de agosto de 1901], se aproximou da igreja que se achava situada no lugar denominado Faxinal, e ali encontrou uma grande reunião de pessoas que se achava nesse local por motivos religiosos (...). Notou que todos os denunciados esbordoavam a cacetetes Celestino Ribeiro dos Santos e Rodolfo Ribeiro dos Santos (...) *mas não sabe o que determinou o conflito, mas que tem ciência de que os italianos, ao reunirem-se, tinham a intenção de maltratar os brasileiros (...).*⁷⁸⁵

O depoente Antônio de Mello (27 anos, casado, agricultor, natural do Estado), atestou que era “*praxe neste distrito os italianos armarem-se*” para atacar os nacionais. Também ressaltou que, até aquele momento, nenhum havia sido “punido severamente”, embora fossem tais acontecimentos conhecidos pelas “respectivas autoridades” locais. Neste contexto, o uso da violência não parece ser algo gerado espontaneamente devido apenas a troca de palavras consideradas ofensivas, mas, sim, uma consequência de incidentes anteriores e até previsíveis pelos membros de uma determinada localidade.

Reforçando as ideias acima, outras testemunhas apontaram que os acusados pela morte de Rodolfo dos Santos haviam sido os mesmos “*autores e cabeças do linchamento*” contra Juvêncio dos Santos. Afirmaram terem visto “*muitos italianos armados*” naquele evento religioso, além de presenciarem a atitude de um imigrante que comprou “balas de fogo” para Miguel Centi – que fazia parte do grupo acusado de iniciar o conflito contra os irmãos dos Santos.⁷⁸⁶ Os réus deste processo foram acusados de terem organizado a captura de Juvêncio

⁷⁸⁴ O brasileiro Rodolfo dos Santos aparece, em 1900, como indivíduo que prestava serviços temporários para os indivíduos da região colonial. Livro caixa da casa de comércio de Guilherme Kettermann, 08.05.1899 a 10.11.1901, nº 1, APFM, Faxinal do Soturno.

⁷⁸⁵ Depoimento: Processo-crime, Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maço 26, 1901. APERS.

⁷⁸⁶ Depoimento de Zeferino Fernandes França: Processo-crime, Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maço 26, 1901. APERS.

dos Santos e, conseqüentemente, o seu linchamento. Está evidente que os italianos passaram a provocar e a ameaçar os irmãos de Juvêncio como forma de represália pelas mortes ocorridas na região colonial. Os denunciados no presente processo eram vizinhos da família da jovem Luiza Vedovato, encontrada numa das estradas da povoação vítima de estupro e morta a golpes de machado por Juvêncio.

Entre os depoentes italianos, também houve confirmação da participação dos acusados na morte dos irmãos, apesar de apontarem a existência de exceções. Para Vicente Roggia (29 anos, casado, agricultor, natural da Itália) os “acusados eram temidos e sempre ameaçavam os brasileiros”, mas tal procedimento não era comum ao réu João Vedovato. Este apoio se justifica pela proximidade entre os indivíduos, pois Roggia e Vedovato eram vizinhos de propriedade. O comerciante Vicente Pigatto (31 anos, casado) comunicou as autoridades judiciárias que os acusados pelo espancamento haviam desaparecido do 5º distrito – de Cachoeira do Sul⁷⁸⁷ – desde o dia do conflito.⁷⁸⁸ A fuga para os matos, assim como a migração temporária para outras regiões, se apresentava como alternativa para aqueles que buscavam escapar do raio de ação da justiça do Estado. Devido a isso, a captura dos réus ficou impossibilitada.

Certamente, a evasão dos acusados contava com a cumplicidade dos imigrantes. As amizades, as experiências compartilhadas, a inserção nas redes locais de solidariedade e a agregação comunitária garantiram proteção aos foragidos. Os vizinhos e conhecidos não forneceram esclarecimentos sobre os eventos ocorridos. A justiça oficial tentou constranger os acusados publicando os seus nomes em jornais, contudo, o paradeiro dos réus não foi descoberto pelas autoridades. Assim, em janeiro de 1902, foram os cinco imigrantes condenados à revelia e considerados culpados pelo crime contra os irmãos dos Santos. Porém, a pena nunca foi cumprida, pois os réus não foram encontrados.⁷⁸⁹ A colaboração dos depoentes, ao apontarem os nomes dos culpados pela morte do brasileiro Rodolfo, contribuiu, apenas, para que as autoridades judiciárias abrissem o caso, não conseguindo que fossem os acusados levados ao tribunal. O Estado não rompeu as eficazes redes de proteções que se formaram entre os italianos, que silenciaram quanto ao destino dos foragidos.⁷⁹⁰

⁷⁸⁷ O 5º distrito de Cachoeira do Sul compreendia as comunidades de Vale Vêneto, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno e Dona Francisca.

⁷⁸⁸ Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maio 26, 1901. APERS.

⁷⁸⁹ Somente em 1922 é que o processo foi concluído, sendo a pena prescrita. Processo-crime: Cartório Cível e Crime, Cachoeira do Sul, nº 3487, Maio 26, 1901. APERS.

⁷⁹⁰ Ao analisar a atuação de uma quadrilha de bandidos calabreses atuantes no oeste paulista, entre 1895 e 1898, Karl Monsma (2003) apresenta evidências sobre a solidariedade étnica dos imigrantes. A quadrilha contou com

Neste caso, as acusações mais sérias partiram dos próprios “brasileiros”, e não dos conterrâneos italianos que somente confirmaram as informações já conhecidas pela justiça, como o nome dos acusados. O silêncio dos imigrantes, aqui, indica coesão étnica e solidariedade que, normalmente, vinha à tona quando alguns indivíduos próximos eram investigados por atividades ilícitas.⁷⁹¹ Os “brasileiros” sabiam do modo como agiam os italianos, tanto que declararam que nada podia ser feito contra eles “devido as suas famílias serem numerosas e [por] possuírem muitos parentes para os protegerem”. Para o subdelegado que ouviu isso, o procedimento dos italianos era insultuoso às autoridades locais e à justiça.⁷⁹² Para os imigrantes, a existência de uma extensa e sólida rede parental era vantajoso, uma vez que poderiam fornecer proteção e assistência em diferentes ocasiões. Essa questão aponta para um dos recursos mais eficientes e recorrentes utilizados pela população colonial para escapar da punição do Estado.

Certos detalhes da vida cotidiana deveriam permanecer circunscritos às esferas locais, pois garantiam segurança para as famílias conservarem seu modo de vida, mantendo a estabilidade das relações de vizinhança. Apesar de verem como negativo o comportamento dos imigrantes nas festas, os depoentes italianos não avançaram nas denúncias, o que dificultou o andamento das investigações. Com a interferência do Estado, as redes de relações poderiam sofrer abalo, o que desestabilizaria as comunidades em formação. Também é possível acreditar que os imigrantes temiam algum tipo de vingança ou possíveis constrangimentos por envolverem-se em questões que não lhe diziam respeito. Quando o silêncio não era possível, passavam às autoridades o mínimo de informação para não se comprometerem.

O parentesco de fato desempenhava um papel central nas comunidades. Tanto o originado dos vínculos consanguíneos quanto o estabelecido através dos rituais religiosos aparecem presentes em diferentes momentos da vida, fornecendo suporte para as variadas atividades, sejam elas econômicas, políticas e sociais.⁷⁹³ Os vínculos entre os indivíduos se expressavam através de obrigações, solidariedades e assistências variadas, como nos casos daqueles que buscavam vingança para reparar a honra familiar. Tais laços igualmente eram

uma rede de apoio entre os patrícios calabreses e com o silêncio de outros italianos. Desse modo, durante anos o bando permaneceu na impunidade.

⁷⁹¹ Vários estudos analisam os conflitos entre imigrantes europeus e brasileiros e ressaltam a questão da solidariedade étnica como um dos aspectos de proteção aos indivíduos que chegavam do além mar e se envolviam em conflitos com os brasileiros. FAUSTO, 2001; MONSMA, 2004; CHALHOUB, 2001.

⁷⁹² Relatório do subdelegado João Paternoster, distrito de Santa Cruz, Caxias do Sul, 23 de julho de 1900. Processo-crime, Cível e crime, Caxias do Sul, nº 1043, Maço 35.

⁷⁹³ No segundo e quarto capítulo deste trabalho foi possível perceber como as relações parentais estendidas orientavam o comércio de terras entre os imigrantes.

eficazes nos momentos seguintes, quando os que puniam passavam a ser investigados pelas instâncias externas. Assim, para além da violência dos atos, surgem as estratégias cooperantes próprias das comunidades camponesas, nas quais a solidariedade local – fruto da relação parental, de amizade ou de vizinhança – assegurava a arbitragem e a regulação dos conflitos (BURGUIÈRE; LEBRUN, 1998).

Os frequentes conflitos entre italianos e brasileiros, visualizados, principalmente, em espancamentos coletivos realizados em locais públicos, apresentam-se como uma maneira dos primeiros buscarem impor seu controle e domínio nas comunidades rurais.⁷⁹⁴ Para Karl Monsma (2007, p. 115), que analisou as relações de convivência entre aqueles grupos, as tensões se constituem em embates cotidianos para ver quem tinha o direito de mandar e quem devia obedecer. Quando um imigrante feria ou matava um “brasileiro”, geralmente isso ocorria após esse ter afirmado “sua igualdade e dignidade abertamente”. As agressões contrárias ocorriam como resposta a uma atitude de superioridade e autoridade, momento esse em que o oponente se recusava em aceitar a humilhação e a subordinação a ele imposta. Nesse caso, as reivindicações por respeito e igualdade eram percebidas pelos italianos como ameaças à sua identidade, posição e honra.

Mesmo que os imigrantes e os brasileiros residissem em uma mesma região colonial, aqueles procuraram manter uma diferenciação através da estigmatização e exclusão do outro. De fato não havia condição de igualdade entre eles. A manutenção da fronteira entre os indivíduos, para além da questão da cor, tinha eficiência porque os italianos haviam recebido privilégios que os “brasileiros” jamais contaram, como o acesso facilitado a terra. Por isso, ao reagirem com violência às atitudes ou às palavras dos “negros”, os imigrantes demonstravam que não aceitavam aqueles como iguais. Nos povoados coloniais, espaços esses onde todos eram submetidos à “supervisão dos olhares”, o “brasileiro” que tentasse se impor sofreria severas punições, às vezes coletivas.

Foi reagindo contra o epíteto de “gringo”, pronunciado por Alexandre Alves de Oliveira, que o imigrante João Vallandro (24 anos, casado, carpinteiro) sacou a pistola e disparou contra o ofensor. Em seu auxílio, diversos patrícios atiraram tijolos sobre a vítima e seu companheiro. Num primeiro momento, os italianos acharam afrontoso um “brasileiro” entrar na casa de negócio armado de facão pronunciando palavras de ameaça ao réu.⁷⁹⁵ No desenrolar do processo, em solidariedade ao acusado, foi apresentado um abaixo-assinado de

⁷⁹⁴ Os processos-crime analisados não representam a totalidade de punições e violências ocorridas nos núcleos coloniais, pois nem todos os conflitos e crimes chegavam ao conhecimento das autoridades ou recebiam a atenção delas.

⁷⁹⁵ Depoimentos. Processo-crime, Cartório cível e Crime, Santa Maria, nº 1145, Maço 35, 1890. APERS.

setenta e cinco (75) italianos da comunidade de Arroio Grande onde João Valandro era considerado “homem pacífico e trabalhador”, em oposição ao agredido, julgado indivíduo “provocador, desordeiro e capaz de cometer qualquer violência”.⁷⁹⁶ Tal iniciativa ilustra bem a articulação local dos vizinhos e conhecidos em apoiar o réu, procurando, desse modo, livrá-lo das acusações e das malhas da justiça.⁷⁹⁷

No caso em questão, o apoio foi unânime dos italianos que consideraram legítima a conduta de João Vallandro ao atirar contra a vítima, qualificada negativamente. Ao demonstrarem solidariedade aos patrícios, indicaram a existência de determinados deveres entre as famílias locais, compromissos esses fundamentais para garantir o ajustamento à nova realidade, momento de definição sobre o espaço e demarcação dos limites relacionais com outros grupos étnicos. A documentação produzida localmente, no caso os abaixo-assinados, demonstra a ampla capacidade de ação coletiva dos imigrantes de gerir e controlar as práticas sociais. Essa influência e poder se constituem a partir da fundação de espaços que conectam os homens, as casas, as terras, distinguindo-os de outros grupos étnicos. O sentimento de pertencimento se construía através dos vínculos entre as famílias, proximidade territorial e participação nas atividades sócio-religiosas.⁷⁹⁸

Nas regiões de italianos no Rio Grande do Sul, as comunidades foram se organizando a partir da mobilização dos imigrantes em construir capelas, escolher os santos padroeiros, garantir a assistência de um sacerdote e realizar as festividades sócio-religiosas. Próximos àqueles edifícios surgiram casas de comércio, locais onde a população promovia pequenos bailes e outros divertimentos, revivendo as antigas tradições.⁷⁹⁹ Era comum, em tais ocasiões, os italianos manifestarem sua superioridade punindo aqueles que, de algum modo, assumiam

⁷⁹⁶ Abaixo-assinado de 10 de junho de 1890. Neste documento, consta a assinatura de diversos comerciantes, autoridades e também do pároco da sede da ex-Colônia Silveira Martins, Antônio Sório. Como resultado desse processo, foi o réu absolvido por ter agido em legítima defesa. Processo-crime, Cartório cível e Crime, Santa Maria, nº 1145, Maço 35, 1890. APERS.

⁷⁹⁷ Entre os grupos populares, a solidariedade local para escapar do controle da justiça é identificada como um recurso recorrente que independe da origem étnica e do contexto, seja ele urbano ou rural. Assim, articulavam-se de diferentes maneiras para fugir do controle das instâncias judiciais (CHALHOUB, 2001).

⁷⁹⁸ O processo de acomodação e legitimação de um poder local sobre determinado território se reflete em uma precisa identidade e cultura comunitária, no tipo de atividades agrícolas, as escolhas econômicas, direitos e usos da terra (PALMERO, 2000, p. 82). Angelo Torre (2002) destaca que o espaço enquanto dimensão de análise possibilita compreender a maneira como um lugar e comunidades foram sendo concebidos ou gerados através das ações dos sujeitos. Essa dimensão permite explicar as conexões existentes entre as ações dos sujeitos e a produção de documentos frente às instâncias administrativas, uma vez que agiam para obter e não conceder legitimidade.

⁷⁹⁹ As investidas dos imigrantes na organização de comunidades enquanto pequenos espaços autônomos se dava a partir da construção de uma capela, escolhas dos santos padroeiros, atendimento religioso e eleição dos fabriqueiros – lideranças locais que cuidavam dos assuntos administrativos da igreja. Todos esses aspectos contribuíram para a constituição dos espaços de agregação e sociabilidade das famílias italianas (VENDRAME, 2007).

comportamento afrontoso, ainda mais se fossem “brasileiros”. A “venda” (casa de comércio) surge, então, como o cenário preferencial das rixas entre os imigrantes e os “brasileiros”.

Através da análise do comportamento dos sujeitos que reagem às ofensas, percebe-se que a violência física era um recurso legítimo para punir os adversários. Porém, não era o único ou principal mecanismo de ajuste dos impasses cotidianos (CHALHOUB, 2001, p. 335). Em alguns casos, ela aparecia como a única saída, principalmente quando os alvos eram indivíduos percebidos como de “condição inferior”. A aprovação do uso de violência física contra certas pessoas pode ser analisada através das declarações de um dos espancados: “muitos italianos ali residentes aprovaram [as agressões] dizendo *ser preciso eliminar todos os brasileiros residentes na colônia, pois ela havia sido criada apenas para eles*”.⁸⁰⁰ Como se percebe, as regiões coloniais eram entendidas pelos imigrantes como espaços que deviam ser geridos pelas normas e princípios de seus principais ocupantes. Desse modo, a explicação da vítima evidencia questões importantes como as fronteiras étnicas e sociais demarcadas através da prática cotidiana entre os grupos.⁸⁰¹ As tensões e violências aparecem, aqui, como mecanismos válidos para demarcar o privilégio e o direito dos imigrantes sobre determinado espaço.

7.4 Conflitos, mortes e impunidade

Em diversas comunidades da região colonial – Núcleo Soturno, Vale Vêneto, Colônia Dona Francisca – constatou-se a existência de crimes praticados contra brasileiros.⁸⁰² Semelhantes entre si, em nenhum deles os acusados foram punidos pelo poder judiciário. Em um caso que serve como exemplo, o “brasileiro” Benjamim Soares, ao chegar à casa de comércio onde se encontravam reunidos vários imigrantes, pediu um “copo de água ardente”. Contudo, o pedido lhe foi negado, o que deu início a uma discussão entre o solicitante e os filhos do dono do recinto. Segundo o italiano Domingos Rossini (54 anos, casado, agricultor e

⁸⁰⁰ Depoimento da vítima Benjamim Bento Barcellos (ignorada a idade, solteiro, lavrador, natural do Estado). Residente em Nova Trento. Processo-crime, Cível e crime, Caxias do Sul, nº 1039, Maço 35, 1900. APERS.

⁸⁰¹ Sobre a questão da construção das identidades étnicas e raciais através das definições das fronteiras, destaca-se os estudos do antropólogo norueguês Fredrik Barth (2000). Para ele, a identidade étnica, como qualquer outra identidade coletiva, é percebida através de uma concepção dinâmica, uma vez que ela se constitui e se transforma pela interação de grupos sociais em processos contínuos “de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não”. As características diferenciais são aquelas que os próprios autores apontam como significativas, podendo mudar ou perder significação no decorrer da história (POUTIGNAT & STREIFF-FENART, 2007, p. 11). As teorias de Barth influenciaram o desenvolvimento de pesquisas em relação aos contatos interétnicos entre imigrantes italianos e brasileiros nas fazendas de café do oeste paulista no final do século XIX (MOSMA, 2003: 2005: 2007).

⁸⁰² Os brasileiros sempre aparecem nos processos-crime como indivíduos que prestavam serviços temporários – como “peões” ou jornaleiros –, ora numa, ora noutra família de imigrantes.

negociante), tudo começou quando, às dez horas da noite, apareceu Benjamim Soares pedindo “que lhe vendesse aguardente a fiado”. Com a recusa do comerciante, o solicitante começou a “insultá-lo dirigindo palavras que ofenderam toda sua família”. A seguir, surgiram os dois filhos de Rossini buscando expulsar Soares do recinto, porém, foram “desafiados para briga e ameaçados com golpes de espada”. Nesse momento, Benjamim Soares foi atingido com um tiro de pistola, “caindo no mesmo instante sem vida”. Pelo depoimento, João Rossini (20 anos, solteiro, agricultor) foi quem teria desfechado um “tiro mortal” contra Benjamim em “desagravo” às ofensas proferidas. Após esse fato, João Rossini, que “empregava-se em trabalho de agricultura”, desapareceu do núcleo colonial, e, desde então, os familiares alegaram não terem mais notícia dele.⁸⁰³

O cadáver da vítima permaneceu por mais de quarenta e oito horas em frente à casa do comerciante italiano, sem que ninguém o enterrasse. Na avaliação do perito que também fez o corpo de delito, durante o período em que o corpo de Benjamim ficou exposto, alguns indivíduos tentaram “tramar a cena da morte ao colocarem duas espadas” na cena do crime: uma em cada mão da vítima. O perito estranhou que o cadáver ainda estava “agarrado de forma inexplicável” às espadas.⁸⁰⁴ Ao constatar tais fatos, o juiz distrital comunicou às autoridades de Cachoeira do Sul que, com urgência, dessem ordem de prisão ao sujeito que havia assassinado Benjamim Soares. Também ressaltou a importância de que tal fato não ficasse impune, pois não era a primeira vez que atos criminosos desta natureza ocorriam. Para o juiz, parecia que “a nação italiana” que residia no local acreditava ter “todo o direito” de fazer o que quisesse em afronta às leis do país.⁸⁰⁵ Apesar das recomendações da necessidade de punição aos crimes cometidos pelos italianos na Colônia Dona Francisca, também nesse caso o réu não foi encontrado.

Após o crime, João Rossini deve ter recebido orientações dos familiares para se retirar de Dona Francisca, optando, então, pela transferência para a Colônia Ijuí, local distante de onde estava sendo procurado pela justiça. Somente em fevereiro de 1903, ao regressar para a casa paterna, decidiu se apresentar às autoridades judiciárias. Como justificativa da morte, afirmou ter atirado contra Benjamim Soares para proteger o pai e como legítima defesa, já que

⁸⁰³ Sumárias, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3453, Maio 23, 1897. APERS.

⁸⁰⁴ Avaliação de corpo de delito de Benjamim Soares. Sumárias, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3453, Maio 23, 1897. APERS.

⁸⁰⁵ Denúncia do Juiz distrital, José Gomes Leal, Colônia Dona Francisca, junho de 1897. Sumárias, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3453, Maio 23, 1897. APERS.

aquele estava armado de facão. Com esses argumentos João Rossini foi absolvido.⁸⁰⁶ Este caso exemplifica o recurso da migração temporária para escapar da punição da justiça.

Em processo similar ao apresentado, no povoado do Vale Vêneto, alguns italianos mataram o brasileiro Bernardino dos Santos. Depois do crime, também desapareceram, retirando-se para trabalhar na construção de estradas de ferro. Ao se analisar este caso, percebe-se outros detalhes. Em maio de 1898, no centro da referida comunidade, findada a missa dominical, como de costume vários homens se deslocaram para a casa de comércio de Francisco Rorato. Ali, entretinham-se com jogos de cartas e conversas. Nesse momento, chegou ao recinto o “preto” Bernardino dos Santos, logo sendo alvo de “piadas e objetos atirados por alguns italianos”. Diante de tais hostilidades, Bernardino “insultou” os italianos chamando-os de “gringos”. Como consequência, o “preto Bernardino” foi espancado e arrastado para fora do estabelecimento onde estava a sua amásia Joana Felippina (18 anos, natural da Itália).⁸⁰⁷ Não satisfeito com a surra dada no brasileiro, Antônio Manetta, durante a noite, “vestindo apenas ceroulas, camisa e um lenço na cabeça”, foi ao encontro de Bernardino dos Santos, que se encontrava “ferido e caído na estrada”, e desferiu um “golpe de espada sobre a cabeça”, produzindo morte instantânea. O golpe “repartiu a cabeça” da vítima, permanecendo o corpo do “brasileiro” insepulto por mais de vinte quatro horas.⁸⁰⁸

Frente à demora da chegada das autoridades, alguns indivíduos realizaram uma avaliação no cadáver para logo darem sepultura ao morto. Ao abrirem inquérito para investigar o assassinato, as autoridades constataram que outras quatro pessoas haviam participado do crime – e todas abandonaram o povoado para não serem alcançadas pela justiça do Estado. Sem um laudo correto de corpo de delito e com a fuga dos acusados, a condenação dos réus não foi possível.⁸⁰⁹ Isto forneceu argumentos para que a promotoria pública fizesse duras críticas às autoridades locais, principalmente ao subdelegado e ao subintendente, os responsáveis pela administração da justiça no 5º distrito do município de Cachoeira do Sul.

Indo além de suas funções de representante do Estado, o subintendente do 5º distrito se relacionava comercialmente com os italianos da região. Nicodemos Barbosa de Lima, dois meses antes do crime cometido contra o “preto” Bernardino, aparece vendendo parte de suas terras ao proprietário da casa de comércio onde ocorreria o atrito entre os italianos e o

⁸⁰⁶ Sumárias, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3453, Maço 23, 1897. APERS.

⁸⁰⁷ O fato de o preto Bernardino estar amasiado com uma italiana devia causar certo desconforto na comunidade. O processo não entra em detalhes quanto a esta “união” entre um brasileiro e uma italiana.

⁸⁰⁸ Depoimentos: Sumárias, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3458, Maço 23, maio de 1898. APERS.

⁸⁰⁹ Sumárias, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3458, Maço 23, 1898. APERS.

brasileiro.⁸¹⁰ Essa negociação, que não foi a única, indica a existência de vínculos e interesses entre as partes, fazendo com que determinadas irregularidades ou crimes cometidos pelos italianos não fossem imediatamente investigados. O subintendente Nicodemos não era excessivamente rigoroso no cumprimento de seus deveres de homem do Estado por temer colocar em risco os negócios com os imigrantes. Por outro lado, não podia ser complacente demais com as irregularidades, o que o tornaria alvo de críticas como de fato o foi quando o promotor público o acusou de negligente.

Para alcançar legitimidade diante da população colonial, ou seja, para que esses os aceitassem enquanto representantes públicos, as autoridades locais tinham de buscar caminhos alternativos para garantir a paz nas comunidades. Uma das escolhas era resolver os impasses sem recorrer à justiça do Estado. Estratégia, aliás, muito comum entre as autoridades que viviam em meio aos italianos. Na verdade, esta condição colocava o sujeito no centro de uma disputa de poder: de um lado o Estado buscando a hegemonia da aplicação da justiça; do outro, os imigrantes europeus calcados em ideias de autonomia, independência e autorregulação dos conflitos internos. Situação verdadeiramente difícil, não foi por acaso que inúmeras autoridades foram afastadas das regiões, ora sob protestos de italianos, ora sob argumentos de não atenderem às expectativas do Estado. Estes foram os motivos de várias transferências de subdelegados, subintendentes e intendentess das colônias (BIAVASCHI, 2011).

As autoridades locais, responsáveis pelas primeiras investigações, geralmente se encontravam ausentes quando da ocorrência dos crimes. Talvez usassem tal alegação como estratégia para justificar a falta de iniciativa. O fato é que, ao fazerem “vistas grossas” – movidos por interesses próprios, podendo ser econômicos –, os representantes legais do Estado acabavam por deixar os imigrantes impunes. O subintendente Nicodemos Barbosa de Lima, por exemplo, foi acusado de frequentemente estar ausente quando da ocorrência dos crimes.⁸¹¹ Em 1907 foi alvo de uma investigação acerca de seu “mau procedimento na condução do caso que redundou na morte de Graciliano da Fontoura, vulgo ‘Riquinho’.” Este fato merece um detalhamento.

No local chamado Soturno, próximo a Colônia Dona Francisca (também no 5º Distrito de Cachoeira do Sul), ocorreu o linchamento do “vagante Graciliano”. O crime ocorreu

⁸¹⁰ Transmissão, Cachoeira do Sul (Colônia Dona Francisca), Livro 9, fl. 2, 05.02.1898. APERS.

⁸¹¹ Verifica-se a presença das autoridades locais sendo processados por irregularidades nas investigações de delitos cometidos nas regiões coloniais. Processo-crime, Cível e crime, nº 1132, Maço 34, de 1890, contra o subdelegado José Claro de Oliveira, de Silveira Martins e Processo-crime, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, nº 3450, Maço 23, de 1897, contra o juiz distrital José Gomes Leal, do 5º distrito. APERS.

quando esse era “conduzido escoltado por vários indivíduos para o município de Cachoeira do Sul”, uma vez que era acusado de ter atentado “contra o pudor da menor” Ângela Vogel (9 anos de idade). Depois de capturado, Graciliano ficou um dia e uma noite amarrado em frente à casa do escrivão distrital, sob o olhar de grande número de pessoas. Segundo a opinião de uma testemunha, a situação toda apontava para o linchamento, pois durante a noite havia sido intenso o trânsito de indivíduos armados em frente à residência do escrivão distrital. Não se apresentaram ali para impedir uma possível fuga do acusado, que se encontrava amarrado, mas, sim, com a intenção de puni-lo. O que de fato veio a se concretizar.⁸¹²

Neste processo, foram denunciados como responsáveis pelo crime o subintendente Nicodemos Barbosa de Lima e o agricultor italiano Frederico Martini. Outros cinco foram apontados como réus, porém, apenas o primeiro foi julgado, já que contra o restante nada ficou provado. As acusações contra Nicodemos eram decorrência de sua negligência, chegando ao ponto de, segundo a promotoria, ter alterado intencionalmente os autos de corpo de delito para proteger os responsáveis pelo linchamento. Além disso, também não havia investigado a culpabilidade do dito “vagante Graciliano”. Juntamente ao subintendente Nicodemos, o subdelegado Pedro Modesto da Rosa foi acusado de não ter investigado as circunstâncias do atentado contra a jovem Ângela Vogel. A promotoria denunciou que, ao não cumprir com sua função, o subdelegado “enveredou para o terreno da calúnia” contra o dito “vagante Graciliano”. Alegou que o mesmo pertencia a uma “família de má fama” e que ele já havia atentado contra a “honra da mulher” de Benjamim Segabinazi, além de também ter perseguido outra menina na região.⁸¹³ As suspeitas levantadas pela população colonial contra Graciliano, encampadas pelo subdelegado, eram tidas como suficientes para suscitar reação imediata. Seu comportamento anterior era a prova de culpa, merecendo, portanto, a pena a ele imposta.

A punição violenta era a maneira encontrada pelos imigrantes para castigar os de condição social inferior e etnicamente diferentes. Às vezes, a simples suspeita de que um “negro”, forasteiro ou “brasileiro” havia desonrado sexualmente uma jovem bastava para que se iniciasse uma perseguição. Outro episódio parece confirmar esta regra. Em 1902, em um dos distritos de Cachoeira do Sul, colonizado por imigrantes alemães, o “andarilho preto José” foi perseguido, capturado e morto por suposta tentativa de defloramento da menina Frida Müller, de 7 anos de idade. A morte do “preto José” se deu na estrada quando o mesmo estava sendo conduzido preso para as autoridades distritais do município de Cachoeira do Sul. Além

⁸¹² Processo-crime, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, Maço 30, 1907, APERS.

⁸¹³ Acusações do promotor público. Processo-crime, Cartório do Júri, Cachoeira do Sul, Maço 30, 1907, APERS.

de ter tentado desonrar a menina, segundo as testemunhas, “preto José” também invadiu o espaço privado da casa da família Müller, roubando objetos, roupas, relógio e a quantia de doze mil réis. Diante disso, formou-se um grupo de indivíduos da vizinhança que decidiu seguir no encalço do suspeito, encontrando-o nas imediações do município de Rio Pardo. Ali, com o auxílio das autoridades, capturam o “gatuno”.

No retorno para Cachoeira do Sul, “preto José” foi vítima de humilhações antes de ser morto. Ao chegarem à residência da família Müller, o prisioneiro foi obrigado a trocar a suposta “fatiota roubada”, recebeu alimentos e, a seguir, permaneceu amarrado na frente da casa por várias horas até que decidissem para onde o levariam. Neste intervalo de tempo, diversos moradores se encaminharam até o local para ver o “preto”. Perto da meia-noite, o grupo que o capturou, acrescido de quase 50 homens a cavalo, resolveu conduzi-lo para o subintendente do 7º Distrito de Cachoeira do Sul. Numa determinada etapa do caminho, no lugar chamado “Capão do Veado”, o prisioneiro – que vinha amarrado com as mãos nas costas, andando na frente da comitiva que se formou – tentou fugir, sendo, por isso, “atingido por vários tiros”, vindo a falecer no local. A princípio, oito indivíduos, todos imigrantes e descendentes de alemães, foram apontados como réus no processo criminal. Durante as inquirições, “todos os estratagemas” foram acionados para fugirem da ação da justiça, sem que revelassem os “cabeças e diretores do grande grupo de quem partiu a voz ou ordem para fazer fogo contra o preso”.⁸¹⁴

Na opinião do promotor público, ficava evidente que os denunciados haviam premeditado a morte do preso, e que suas afirmações eram “subterfúgios para eximirem-se da responsabilidade que lhes cabe”. Para não serem julgados pelo crime, os depoentes alegaram que um número significativo de pessoas acompanhava o preso, não sendo possível identificar aqueles que deram os tiros. Por fim, a maior demonstração de apoio aos oito acusados veio através de abaixo-assinado, documento firmado por trinta e seis cidadãos que confessaram serem “co-autores da referida morte e solidários aos acusados”. Esta solidariedade étnica entre famílias vizinhas é a prova cabal das redes que se formavam para a proteção dos indivíduos.⁸¹⁵ Iniciada nova etapa das investigações, além dos oito acusados foram julgados os outros trinta e seis sujeitos. Todos foram considerados culpados pela morte do “preto José”, sendo decretada a prisão. Contudo, não consta no processo se os acusados cumpriram a pena.

⁸¹⁴ Promotor Público Augusto Brancato, 6 de abril de 1902. Processo-crime, Cartório do Júri, nº 3503, Maço 27, ano 1902, APERS.

⁸¹⁵ Promotor Público Augusto Brancato, 6 de abril de 1902. Processo-crime, Cartório do Júri, nº 3503, Maço 27, ano 1902, APERS.

7.5 Não se consideravam criminosos

Se a violação sexual era percebida como uma desonra à mulher e afronta à família, havia outra categoria de delito considerada grave: o roubo. Na percepção dos homens do campo na Europa do século XVIII, o furto dos bens materiais era julgado ato gravíssimo, por vezes até mais do que atentar contra os mais fracos, no caso as mulheres, crianças e idosos na Europa do Antigo Regime (VIGARELLO, 1998, p. 29). Os assaltos nas propriedades comprometiam uma determinada ordem, colocando em risco a estabilidade familiar quando eram frequentes. O ato praticado à luz do dia em uma residência ganhava contornos ainda mais graves, pois o “gatuno” aproveitava-se da ausência dos adultos – que estavam trabalhando na lavoura – para cometer o crime, a exemplo do que ocorreu com a família Müller. Na casa havia permanecido apenas a menina Frida Müller, que, com 7 anos, podia realizar tarefas que estavam ao alcance de alguém com aquela idade. Por ter trabalhado para a família Müller e sabendo que somente a filha estava a proteger a casa, “preto José” tomou coragem e realizou o furto. Porém, ao que parece, não cometeu ato algum contra a honra da garota.⁸¹⁶

A tentativa de violência sexual foi o argumento utilizado pelos familiares e apoiadores para justificar a caçada empreendida contra o “preto José”, o que levou à sua posterior morte, segundo argumentos do promotor. Os indivíduos sabiam que a justiça do Estado aceitava a vingança quando realizada em legítima defesa e quando a honra estava maculada, por isso se apressaram em dizer que a menina havia sido desonrada. Mas o que motivou a mobilização dos teuto-brasileiros foi o procedimento ofensivo do “preto” em furtar a residência onde havia trabalhado. Para os indivíduos que partiram em seu encalço, o que importava era recuperar os objetos roubados e fazer justiça rapidamente, demonstrando que a pena a ser aplicada era prerrogativa deles. “Não me considero criminoso”, argumentou o alemão Henrich Meyer, agricultor indiciado no caso. E assim como ele, nenhum dos outros acusados se viam como criminosos. No processo-crime, fica perceptível as diferentes concepções do que era crime e o que não era, formando-se, desse modo, uma disputa entre a justiça do Estado e a população, cada qual buscando legitimidade para aplicar a punição. A promotoria pública empenhou-se

⁸¹⁶ O promotor público argumentou que nem sequer fizeram exame para comprovar se a menina foi deflorada. Na verdade, toda a investigação foi mal feita, e nem mesmo o corpo de delito do “preto José” foi realizado a tempo. Vários dias depois da morte é que exumaram o corpo para fazer o corpo de delito. Processo-crime, Cartório do Júri, nº 3503, Maço 27, ano 1902, APERS.

em punir os homicidas, pois tentava mostrar que o procedimento deles desrespeitava as leis republicanas.

A participação conjunta de amplo grupo de indivíduos deve ser entendida como uma iniciativa de autoproteção em relação ao possível julgamento pelo poder judiciário. As atitudes das famílias evidenciam que os espaços de atuação do Estado eram limitados nas comunidades camponesas formadas por imigrantes europeus. Essas eram permeadas por lógicas próprias de gestão dos conflitos internos e resolução das transgressões. Havia uma diferença de entendimento entre as duas formas de fazer justiça – a popular e a do Estado – e o tipo de penalidade aos que transgredissem as regras de sociabilidade nas comunidades.

Deve-se levar em conta aspectos como a convivência e/ou negligência dos representantes legais do Estado nas regiões coloniais, bem como a formação de um “tribunal de grupo” entre os imigrantes para decidir a punição ao infrator. Os impasses, os conflitos, a violação às pessoas e aos bens materiais deviam ser arbitrados localmente, pensavam os imigrantes. Eram os próprios indivíduos lesados que, através da força de um código valorativo baseado em uma cultura rural antiga (mas sempre reatualizada), procuravam agir para punir àqueles que ameaçavam a segurança. Os imigrantes concebiam a justiça do Estado como uma instância que devia legitimar suas escolhas, e não se opor a elas. A consciência da família era ainda muito forte.⁸¹⁷

Nos grandes centros urbanos, como a cidade de São Paulo entre o final do XIX e início do XX, as coletividades familiares formadas por imigrantes italianos foram “o ostensivo de vários crimes”, segundo a concepção do Estado. Uma das características vivenciada pelo grupo foi a formação de novas agregações e redes de solidariedade baseada na cultura trazida dos locais de origem. Levando em conta essa perspectiva, Boris Fausto apontou para uma sequência de crimes envolvendo italianos comerciantes de carne de porco, conhecida como a “*vendetta* dos tripeiros”. As autoridades se depararam com dificuldades para apurar os fatos, uma vez que o grupo se guiava pelo princípio da *omertà*, segundo o qual as ofensas e vinganças deviam ser resolvidas privadamente pelos bandos, sem recorrer às autoridades. Os envolvidos, tanto as vítimas quanto os acusados, eram originários de uma pequena cidade da Itália meridional, sugerindo, desse modo, que as transferências para a América viabilizaram o transplante não apenas de solidariedade, mas de inimizades.

⁸¹⁷ A consciência de grupo se baseava em solidariedades entre vizinhos e parentes que fundavam suas comunidades, estruturavam as relações familiares e instituíam seus líderes locais de modo independente aos poderes exteriores. Na época moderna, estas sociedades frustraram a organização dos Estados, conforme estudos de Frederik Barth (*apud* CASEY, 1992, p. 63). Neste sentido, o autor considera que o “crescimento dos Estados foi dificultado pela existência de uma consciência de clã muito forte”.

Ao analisar o desenrolar do episódio, o autor chamou a atenção para a presença de indícios de um padrão comportamental característico da cultura do sul da península itálica, como a concepção de honra, a solidariedade familiar e o “estilo executório” para punir os culpados (FAUSTO, 2001, p. 79-83, 120). Acredita-se que as referidas explicações servem para entender a formação das frentes de apoio, principalmente entre os indivíduos que possuíam um passado comum e conviviam num mesmo espaço compartilhando idêntico universo cultural.

A existência de percepções diferentes acerca de quem devia julgar e punir os atos delituosos ocorridos localmente levava os sujeitos a agir de forma autônoma, sem optar pela via institucional. Aspectos como a ineficiência das autoridades policiais e distâncias dos centros urbanos não devem ser percebidos como fatores determinantes de tais comportamentos, pois a atuação de frentes familiares na prática de atos de violência acontecia também em lugares onde o Estado se encontrava próximo e presente. A restauração da ordem entre as famílias locais não era concebido enquanto função de forças externas, uma vez que a lógica do restabelecimento da harmonia e a reparação das ofensas se davam através do acerto direto com o rival. Essa reparação podia ser conseguida de maneira violenta ou pela via pacífica, dependendo da gravidade dos insultos e dos recursos que cada um possuía para solucionar os impasses. Porém, com o tempo, o “coletivo ‘família’ perdeu gradativamente seu papel de ‘grupo de vingança’ em favor do Estado como instituição punitiva”, segundo afirmou Boris Fausto (2001, p. 122). Mas enquanto isso não acontecia, os imigrantes acreditaram ter o direito e a obrigação de julgar e punir os delitos locais, sem, por isso, se considerarem criminosos.

7.6 Especificidades locais

Nos locais de ocupação do sul do Brasil, os imigrantes italianos acionaram estratégias próprias quando se tornavam alvos das investigações judiciais. Conforme se tem ressaltado, a formação de redes de apoio entre as famílias assumia papel fundamental na estruturação das relações comunitárias, tanto no sentido de aplicar punições aos transgressores quanto proteger as pessoas próximas da ação da justiça do Estado. A maneira como irá ocorrer o contato entre a população colonial e as autoridades republicanas possibilita compreender como foi se constituindo a relação entre a esfera local e o Estado no contexto específico do final do século XIX e início do XX. A expansão das regiões coloniais por parte dos imigrantes italianos

propagou um modelo de agregação comunitária com raízes que remontavam ao contexto europeu, onde o Estado italiano, muito recente, não era bem aceito. No Rio Grande do Sul, os republicanos tentavam consolidar um novo modelo político, encontrando alguma resistência entre os imigrantes.

Ao estudar a região do Piemonte italiano no contexto da construção do Estado Moderno, Giovanni Levi (2001) apontou a existência de uma racionalidade específica do mundo camponês como uma estratégia frente às transformações históricas. O conceito de “estratégia” é entendido enquanto escolhas de um determinado grupo no sentido de se adaptar e garantir seus interesses frente a uma realidade externa. A administração da justiça, assim como o controle fiscal, é o elemento chave para se observar a “relação metrópole-comunidade”, segundo procedimento metodológico de Edoardo Grendi (1993). O autor buscou, através dessa interação, perceber o desempenho das comunidades no contexto de implantação do Estado Moderno na Itália do século XVI.

Como mencionado, a região que compreendia o 5º distrito de Cachoeira do Sul era ocupada por imigrantes italianos e alemães além de brasileiros, e distava um dia e meio de viagem a cavalo.⁸¹⁸ O embaraçoso relacionamento da municipalidade de Cachoeira do Sul com os imigrantes foi apontado como um dos problemas que dificultou o controle policial e a administração da justiça. Ao mesmo tempo, as indefinições dos limites territoriais entre os municípios de Cachoeira do Sul e Vila Rica (atual Júlio de Castilhos) também traziam estorvos ao Estado, pois era fácil para os acusados de crimes transitarem de uma jurisdição para outra no momento em que eram perseguidos pelas autoridades locais.

Com a criação do município de Vila Rica, em junho de 1891, pelo presidente do Estado, boa parte do espaço pertencente ao Quinto distrito de Cachoeira do Sul foi perdida. Tal medida gerou manifestações contrárias das autoridades distritais que administravam as áreas desanexadas de Cachoeira do Sul. No entanto, apesar dos protestos, abaixo-assinados e tentativas de acordo entre os municípios, nada foi resolvido.⁸¹⁹ Passados alguns anos da criação do município, a indefinição continuava a prejudicar a administração judicial da região colonial, conforme apontou o juiz da comarca de Cachoeira do Sul em junho de 1898. O mesmo destacou que a demarcação territorial não podia ser devidamente seguida, uma vez

⁸¹⁸ Informação apresentada em reportagem do jornal *O Comércio*, 26 de março de 1900, Cachoeira do Sul. Museu Municipal de Cachoeira do Sul, patrono Edir Lima (MMCS).

⁸¹⁹ A criação do município de Vila Rica desanexou parte das terras que pertenciam ao município de Cachoeira do Sul. Segundo as autoridades desta municipalidade, tal medida causou um “desarranjo na administração” local, pois provocava a desorganização do “erário eleitoral, judiciário, etc.” Relatório apresentado ao Conselho municipal de Cachoeira do Sul, dezembro de 1893. Livro IM/GI/DA/ADLR – 002. Arquivo Municipal de Cachoeira do Sul (AMCS).

que a linha divisória cortava casas, cercados e terras cultivadas por aqueles que residiam no lugar.

Apesar das tentativas de acordo entre os municípios, nada havia sido resolvido até 1898, resultando tal impasse em “*sérios embaraços à administração da justiça*”. Os habitantes das zonas divisórias não reconheciam e desobedeciam às autoridades de uma ou outra municipalidade. “Aproveitando-se desta circunstância”, os imigrantes não cumpriam com os “compromissos de suas ordens e iludiam os preceitos legais”.⁸²⁰ Os limites territoriais separavam terras e vizinhos e dificultavam a cobrança de impostos, a convocação dos eleitores e o controle da justiça, possibilitando que os imigrantes se negassem a cumprir com seus deveres. E quando convinha, diziam que pertenciam ao outro município.

O conflito jurisdicional era aproveitado pelos imigrantes para fugir do controle judicial, fiscal e militar do Estado. Contando, muitas vezes, com a proteção dos vizinhos, os que desejavam escapar do braço estatal evadiam-se para o território do município vizinho, tática recorrente para impedir ser constrangido pelos agentes oficiais bem como evitar viagens longas até as cidades de Cachoeira do Sul ou Júlio de Castilhos. As exigências do Estado poderiam retirar por longo tempo o imigrante de sua terra, o que traria desequilíbrios financeiros para a família com o abandono das plantações. Portanto, alguns dias escondido nos matos ou instalado junto a parentes distantes bastavam para fugir das obrigações estatais, especialmente da justiça.

Em processos criminais anteriormente analisados, percebeu-se que os oficiais de justiça fracassavam na busca pelos réus da região colonial, justificando esta falha pelo fato de os perseguidos habitarem nas divisas e possuírem residências em terras que pertenciam a ambos os municípios.⁸²¹ A prolongada indefinição quanto aos limites dos territórios dos municípios acabou sendo usada pelos imigrantes como “desculpa” para não cumprirem com certas obrigações do Estado. Não surpreende, portanto, que muitos dos acusados de crimes fossem condenados à revelia.⁸²² Frente a tais situações, ficava comprometida a ação do Estado que buscava legitimar-se naquelas regiões de imigrantes. O sistema policial e judiciário encontrou barreiras difíceis de transpor por conta desse problema territorial que foi aproveitado pelos habitantes que já tinham o costume de se protegerem das investidas exteriores. As redes de proteção entre famílias e vizinhos, pelo menos durante algum tempo, foram eficazes.

⁸²⁰ Carta do juiz da comarca de Cachoeira do Sul ao presidente do Estado Júlio de Castilhos, 27 de junho de 1898. Justiça – correspondência, Maço 5. AHRs.

⁸²¹ Processo-crime, Cartório do Júri, Júlio de Castilhos, Nº 13, Maço 1. APERS.

⁸²² Processo-crime, Cartório do Júri, Júlio de Castilhos, Nº 13, Maço 1. APERS.

Na sequência deste capítulo, irá se apresentar mais alguns exemplos que demonstram a maneira de restabelecer a paz após as ofensas, ou seja, como eram solucionados os conflitos entre os próprios imigrantes italianos. No momento dos impasses, formava-se um conselho comunitário visando tomar decisões que pusesse fim aos problemas surgidos. Esse era um dos recursos mais eficazes na busca por restituição dos insultos públicos, apesar de não ser um mecanismo possível a todos. Logo, a prática social da *vendetta* – entendida aqui como ato de violência física direta –, aparece como uma forma de contra-ofensa sustentada por amigos e familiares e que passava longe das instâncias judiciais. Tal modo de gestão dos conflitos aparece como comportamento legítimo nos núcleos coloniais estudados.⁸²³

7.7 Conflito e reconciliação

As comunidades da ex-Colônia Silveira Martins – considera-se, aqui, também os núcleos que surgiram a partir de sua expansão – se constituíram enquanto espaços relativamente autônomos que gerenciavam as demandas necessárias para a realização de diversas atividades. Essas eram consideradas fundamentais para garantir a reprodução cultural do grupo. No entanto, a independência não significava liberdade de ação para os indivíduos e as famílias, pelo contrário, os comportamentos eram vigiados, controlados mutuamente. Pensado a questão do espaço e a relação entre as pessoas, Norbert Elias (2000, p. 13) analisou a liberdade de cada sujeito como inscrita numa cadeia de interdependência que o ligava a outros que lhe impunham pressões e limites sobre aquilo que era possível e aceitável realizar. A partir dessa perspectiva, o autor apontou, como ideia central, a existência de interdependências recíprocas que permitem pensar os indivíduos inseridos em redes e ligados entre si, constituindo configurações com dinâmicas específicas. O sentido da vida social dos imigrantes era sua existência enquanto membros de uma família, pertencentes a um grupo e fazendo parte de determinada comunidade. Nesse espaço, sua posição e status eram confirmados pela visão que os outros possuíam dele, e os vínculos que explicitavam esta interdependência nem sempre possuíam natureza pacífica ou harmônica.

Os imigrantes eram integrantes de formações sociais em constante tensão, onde o equilíbrio e o desequilíbrio eram separados por uma linha tênue. A perda de equilíbrio e a busca por sua restauração somente podem ser apreendidos através da análise minuciosa dos eventos cotidianos ocorridos no universo dos povoados, os quais irá se analisar na sequência.

⁸²³ Sobre a cultura da *vendetta* na sociedade comunal italiana ver: ZORZI (2002).

O uso da violência física, às vezes, se apresentava como um dos modos legítimos de reparação por parte dos atingidos pelas ofensas e comentários insultuosos, demonstrando de tal maneira as formas de resolução dos conflitos e a busca pela pacificação local. Nesse sentido, o prestígio e a honra dos sujeitos dependiam da sua capacidade de pedir satisfação e reagir frente às atitudes ofensivas (ELIAS, 2001).

As trocas de insultos entre conhecidos, vizinhos ou entre aqueles que possuíam algum vínculo parental, geralmente acabavam em vinganças que se davam em emboscadas nas estradas. Nos encontros nas casas de negócio, além de trocas comerciais, discutiam-se assuntos variados, como comentar a vida alheia. A presença de público para ouvir e julgar também favorecia a ativação de antigas rixas e contendas entre os imigrantes. O uso de violência física como forma de reparação das ofensas verbais era corriqueiro, principalmente se alguém resolvesse interferir nas disputas em solidariedade ao amigo.

Na noite de 5 de março de 1905, numa “picada” do Núcleo Norte, o imigrante Pedro Copetti (47 anos, casado, agricultor, natural da Itália),⁸²⁴ ao retornar a cavalo da venda onde havia se reunido com outros conhecidos, “insultou” e feriu o inspetor de quarteirão Garzan Bentivoglio. Apesar da existência de ameaças anteriores, o ato se devia ao procedimento da autoridade de interferir na discussão envolvendo alguns indivíduos na casa de negócio. O inspetor se dizia autorizado a encerrar discussões e também expulsar os “baderneiros” que insistissem em desobedecê-lo, o que motivou o surgimento de trocas de “palavras insultuosas” com Pedro Copetti.

Após saírem do estabelecimento, na escuridão da estrada, o referido imigrante, auxiliado por um amigo, atacou e feriu o Garzan com o “cabo do relho”, “chamando-o de burro e de adulador das autoridades”. O ataque era uma forma de repressão pelo procedimento do inspetor de ter “agido mal” ao chamar a atenção dos conterrâneos que discutiam.⁸²⁵ A represália surge como um modo de obter a compensação pelo procedimento ofensivo que teve Garzan em relação aos seus conterrâneos ao ordenar que a discussão parasse. Tal atitude e as palavras usadas pelo inspetor foram interpretadas como um desafio que só poderia ser resolvido na escuridão da estrada ou na clareira do mato, ou seja, longe das vistas do Estado.

⁸²⁴ Pedro Copetti era casado com Apálice Tessele, mãe do suposto filho do padre Vitor Arnoffi, conforme se viu no primeiro capítulo deste trabalho.

⁸²⁵ Depoimentos de Pedro Copetti e Garzan Bentivoglio. Processo-crime, cível e crime, Júlio de Castilhos, Maço 37, 1905. APERS.

Apesar de a reparação não ocorrer diante do público, todos iriam saber da vingança realizada por Copetti.⁸²⁶

Para além das trocas de insultos e violências físicas contra aqueles que procuravam desempenhar seu papel de autoridade na região colonial – por vezes esses descuidavam de alguns princípios que deviam ser observados para não se tornarem alvo de violência – é interessante perceber que tal conduta revela a necessidade de resolver as divergências imediatamente. Em outro episódio, ao chamar a atenção de alguns imigrantes exaltados, solicitando para que parassem de discutir política em casa de negócio, o subintendente foi convidado para “duelo” por um dos italianos que, de pistola em punho, afirmou não respeitá-lo como homem apesar de ser ele autoridade local.⁸²⁷ A interferência percebida como uma afronta demonstra algumas das regras que deviam ser observadas por aqueles que buscavam ser respeitados entre os conterrâneos enquanto indivíduos encarregados por manter a ordem local.

Os imigrantes compartilhavam da ideia de que as diferenças entre rivais e as trocas de insultos deviam ser resolvidas através do confronto direto ou atos de vingança. Provar o valor através do combate físico, vencendo os rivais e correndo o risco de provocar a morte do oponente, era parte da afirmação do indivíduo em sociedades onde a prática do duelo era legítima. Entre os camponeses italianos do sul do Brasil, o uso da violência física era um aspecto que fazia parte da vida cotidiana, maneira de desafrontar ofensas e punir opositores. Através do duelo, o equilíbrio de poder e forças no interior de uma comunidade eram restaurados. Num primeiro momento, a pacificação era encaminhada por meio da luta ao invés de formas alternativas como o acordo verbal (ELIAS, 1997, p. 58).

Constatou-se anteriormente que a harmonia entre as partes foi rompida quando o inspetor chamou a atenção de alguns imigrantes publicamente e, muito provável, usando palavras agressivas e humilhantes. Tal fato propiciou a formação de grupos de apoio, constituídos por familiares e parentes que se uniram para prestar assistência na busca por reparação.⁸²⁸ A tranquilidade e a coesão se romperam quando as normas do aceitável se

⁸²⁶ A busca pela igualdade de honra era ainda maior quando coexistiam desigualdades de posição política. Quando um imigrante assumia cargos como inspetor de polícia, isto inspirava por parte dos outros uma conduta que visava eliminar a pretensa superioridade daquele. Nesse sentido, o desempenho dos imigrantes inspetores, de chamar a atenção de outros em público, normalmente usando palavras que provocavam humilhação, tinha como resposta um ato de violência física. Este ato se justifica por ter acontecido uma violação do princípio de reconhecimento mútuo que deixava a todos de uma mesma comunidade em pé de igualdade (BOURDIEU, 1988, p. 163).

⁸²⁷ Processo-crime, Cível e crime, Júlio de Castilhos, nº 1124, Maço 39, Núcleo Norte, 1909. APERS.

⁸²⁸ Carta do inspetor de quartelão que afirma ter sido o subdelegado Pietro Oldra “esbordado” quando “se achava no exercício de suas funções”. Em tal momento, nada pôde fazer contra o agressor visto o mesmo contar

desfizeram e não poderiam ser negociadas através do diálogo. Responder aos insultos através do combate, ou duelo, era o que determinava o código de honra dos indivíduos que desejavam preservá-la (GAYOL, 1995). Isso foi o que ocorreu entre os indivíduos Pedro Copetti e Garzan Bentivoglio. Para restabelecer o equilíbrio houve violência física, o que levou este último a apresentar denúncia às autoridades judiciais contra seu agressor.

Com o processo-crime instaurado, em março de 1905, a vítima Bentivoglio afirmou “aceitar de livre e espontânea vontade” o pedido de perdão público pelas injúrias e ferimentos causados por Pedro Copetti.⁸²⁹ A paz foi firmada por um acerto particular entre as partes mesmo com o processo correndo contra o acusado. O pacto registrado em cartório não apontava para nenhuma forma de indenização, apesar de, na avaliação do corpo de delito, o dano da vítima ter sido calculado em quinhentos mil réis (500\$000).⁸³⁰ A não menção a compensação financeira leva a supor que o pedido de perdão público isentou Pedro Copetti de cumprir com tal exigência. Sendo assim, o inspetor Garzan Bentivoglio renunciou ao processo.

Por meio do registro cartorial, o conflito terminou e o perdão foi concedido na presença de testemunhas. Essa foi a melhor escolha para promover o acordo e reduzir as chances de vinganças. Buscou-se a segurança do grupo por uma reconciliação através de pedido oficial de desculpa.⁸³¹ Após o acordo, percebe-se que o réu mudou o depoimento em relação às explicações apresentadas inicialmente. O pacto privado descartava as avaliações do ponto de vista penal, pois o restabelecimento da paz dependia do papel de árbitro desempenhado por autoridades locais, amigos e vizinhos.⁸³² No desenrolar do processo judicial, o réu Copetti não negou ter agredido o patrício Bentivoglio, porém, passou a ressaltar

com a proteção do pai, irmãos e parentes que o conduziram até sua residência. Processo-crime, Cível e crime, Caxias do Sul, nº 979, Maço 31, Travessão Alfredo Chaves, 1891. APERS.

⁸²⁹ Júlio de Castilhos - Notas e transmissões - Livro 5 - 4º distrito - 1905-1906, p. 79.

⁸³⁰ Auto de corpo de delito, 7 de março de 1905. Processo-crime, Cível e crime, Júlio de Castilhos, nº 1001, Maço 34, 1898. APERS.

⁸³¹ As vítimas não vingadas é que suscitavam maior preocupação nos rivais. Delas vinha o perigo mais próximo, por isso era necessário oferecer uma satisfação rápida, podendo ser através de um ritual ou evento que marcasse a reconciliação entre as partes. Não é da vingança que se deve esperar uma contenção da violência, mas é essa que precisa ser contida, estando o direito de reação legítima sempre nas mãos da vítima ou grupo próximo. A vontade de restabelecer a paz local entre as partes pode ou não estar presente, sendo comum nas sociedades antigas a fixação de medidas preventivas para controlar a violência, porém, não afastavam totalmente a possibilidade de, no futuro, ela reaparecer (GIRARD, 2008, p. 30).

⁸³² A mediação e a arbitragem de conflitos privados por terceiros aparece em muitas sociedades mediterrâneas como uma instituição em que os mediadores geralmente pertenciam a categorias sociais de prestígio. No entanto, isso não quer dizer que podiam impor sua vontade, antes apenas atuar na gestão dos conflitos, mesmo ocupando alguma função de autoridade local (Marques *apud* BLACK-MICHAUD, 2002, p. 66; BOURDIEU, 1988, p. 160-162). A superação dos conflitos internos, através da articulação entre as próprias famílias envolvidas, era um objetivo amplamente compartilhado entre os camponeses de Santena, aldeia do Piemonte, como forma de proteção comunitária contra o mundo externo (LEVI, 2000).

não saber por qual motivo, já que se encontrava alcoolizado. Com tal justificativa buscava se livrar da condenação, o que de fato ocorreu. O acerto fixado extra-judicialmente demonstra que as expectativas pareciam girar menos na pretensão de imposição das penas da lei, e mais na possibilidade de intimidar o vizinho para que as injúrias e ofensas fossem reparadas por meio do perdão público.⁸³³

Assim, através do ato cartorial de retratação, os rivais chegaram à harmonia, provando, desse modo, que a paz era objeto de negociação que dependia de iniciativas particulares e obedecia, ao mesmo tempo, as regras explicitamente reconhecidas entre a população local. Por outro lado, com a fixação do ajuste, procuravam evitar o aparecimento de fatalidades por meio de vinganças, desenvolvendo uma política de contenção das rivalidades através de relações pacificadoras. Essas iniciativas mostram que concomitantemente ao recurso da justiça oficial os imigrantes faziam escolhas privadas para garantir com sucesso a reconciliação e o equilíbrio nas relações entre os grupos envolvidos em conflitos.

O ato de recorrer às instâncias judiciais servia para encontrar uma solução para os impasses, uma maneira de fazer pressão para que um acordo privado fosse estabelecido, não esperando que o tribunal desse a sentença definitiva. Tal opção permite analisar a questão dos “usos da justiça” pelas imigrantes, ou seja, perceber como ela se apresentava como uma possibilidade legítima para aqueles que se sentiam prejudicados. Porém, era utilizada como apoio no encaminhamento da resolução dos conflitos, e não como órgão principal que deveria mediar os impasses. Nesse sentido, apesar da violência ser a alternativa preferencial para reparar injúrias, o uso da força da lei podia se combinar enquanto estratégia para garantir medidas reparadoras.⁸³⁴ Logo, as escolhas nem sempre se excluía. As formas de resolução privada dos variados tipos de ofensas, incluso crimes de sangue, podiam ser acionadas através de recursos pacificadores. A conciliação privada era constituída por “tribunais” paralelos à justiça oficial do Estado (CLAUVARD, 2006, p. 59).

Nas discussões ocorridas nas casas de negócios – espaços privilegiados dos “jogos de honra” –, as reputações dos indivíduos eram expostas aos olhos da comunidade. As palavras

⁸³³ No contexto europeu do início do período moderno, o sistema de justiça era acionado como um perfeito método para espalhar notícias pela vizinhança e toda a comunidade. Tal aspecto era a mais significativa feição do procedimento através do qual a pessoa prejudicada buscava tornar públicas as queixas e reaver prestígio e honra perdidos (WEISSER, 1979, p. 60).

⁸³⁴ Maria Fernández (2008, p. 165) aponta a necessidade de se matizar a rígida divisão entre formas judiciais e extrajudiciais na resolução dos conflitos entre os grupos populares. Destaca a necessidade de se analisar a existência de um campo de possibilidades, onde o uso da violência ou da justiça não deve ser entendido como “esferas completamente autônomas e excludentes”. Elas podem combinar-se no cotidiano como recursos à disposição dos sujeitos que procuram defender sua reputação e seus interesses.

pronunciadas e entendidas como injúrias e humilhações tinham grande peso e importância, pois os sujeitos eram, aos olhos dos conhecidos, aquilo que deles se diziam. Desse modo, os gestos e palavras proferidas em público podiam qualificar ou desqualificar, marcando definitivamente o outro.

Nas pequenas comunidades, os conflitos e desafios se apresentavam também como instrumentos de luta para se manter na posição social e preservar prestígio frente aos conterrâneos. Assim, aquele que injuriava o adversário o expunha à “vergonha”, provocando o surgimento de possíveis emboscadas como forma de vingar a honra ferida. Tal atitude foi tomada pelo imigrante Antônio Tólio (23 anos, casado, agricultor) contra o companheiro de jogo de cartas que o havia exposto à vergonha pública ao afirmar que tinha “dois mil réis para limpar a língua” dele. Como vingança, a escuridão da noite foi utilizada para a emboscada, sendo a vítima, João Noal Neto, atingida com uma facada.⁸³⁵ O exemplo mostra que não foi no calor dos fatos que ocorreu a vingança, mas posteriormente como forma de assalto na estrada.

A vítima em questão não apresentou denúncia à justiça do Estado. Meses depois do fato, João Noal Neto foi visitado pelo subdelegado que foi quem encaminhou o processo às instâncias judiciárias. Não se sabe as razões da demora em se fazer a denúncia. Com o processo em andamento, João Noal Neto e seu pai instituíram o fazendeiro luso-brasileiro José Penna de Moraes como procurador para representá-los perante o júri, prestar depoimentos e requerer a punição do agressor.⁸³⁶ Percebe-se que optaram por não envolverem-se diretamente no caso, não comparecendo ao tribunal para cooperar com a justiça nas investigações contra o réu. Instituíram um procurador – pessoa externa ao grupo familiar – para representá-los.⁸³⁷

Muitas vezes, as iniciativas para que houvesse acordo entre as famílias envolvidas em conflitos locais não seguiam e nem dependiam das decisões tomadas pelas instâncias judiciais. Geralmente, dispensavam o auxílio de mediadores externos, esperando, antes, a solidariedade de conhecidos que, através da formação de um “conselho”, passavam a arbitrar os acordos. A colaboração da comunidade nas investigações dependia da reputação dos envolvidos. Através de seus depoimentos, as testemunhas mostraram claramente uma divisão de posição: uns afirmando que Antônio Tólio era o responsável pela agressão e merecia ser punido; outros consideraram seu comportamento legítimo, visto ter sido exposto à “vergonha”

⁸³⁵ Processo-crime, Cível e crime, Santa Maria, nº 1287, Maço 43, fevereiro de 1902. APERS.

⁸³⁶ Santa Maria, Procurações, livro 1, p. 69, 7 de março de 1901. APERS.

⁸³⁷ Santa Maria, Procurações, livro 1, p. 69, 7 de março de 1901. APERS.

pública pelas palavras ofensivas de João Noal Neto.⁸³⁸ Evidencia-se, aqui, o jogo de solidariedades, a existência de laços de sangue e as amizades que levaram as famílias a articular as redes de proteção e apoio aos indivíduos julgados pela justiça externa.

5.8 Ajustes de contas

Não era apenas a simples vontade de provocar desordens, conforme pensavam as autoridades, que levavam os imigrantes a agir com violência e planejar vinganças. Existiam motivos concretos, como, por exemplo, as ocasiões em que alguma dívida era cobrada publicamente. O procedimento de alguns imigrantes de exigirem o pagamento de dívidas era percebido como ofensivo e prejudicial ao prestígio de quem era cobrado. Nesses momentos, a palavra de quem prometeu pagar no prazo correto era posta em dúvida, e não poucos reagiram violentamente aos serem cobrados. Causava repulsa ser cobrado, ainda mais publicamente, pois isto lançava dúvidas sobre a reputação individual, prejudicando o acesso ao crédito num universo de recursos financeiros limitados. Resguardar a honra era fundamental, uma vez que a opinião pública estava sempre pronta a avaliar e classificar o comportamento das pessoas. O prestígio imaterial era garantidor de recursos variados, e a vida de um imigrante não era nada se tivesse a honra ultrajada. Portanto, era quase um direito, quando não uma obrigação, reagir contra cobradores inconvenientes.

Nos conflitos originados por questões de dívidas, quem acabava sendo vítima das agressões era aquele que exigia o pagamento dos débitos. As cobranças aconteciam quase sempre nos dias em que as famílias se encontravam no centro dos povoados para participar das celebrações religiosas. A presença de plateia reforçava a necessidade de responder aos insultos quando alguém era publicamente citado, pois as dívidas eram cobradas em tom provocativo. Ao cobrar a quantia de vinte e quatro mil e quinhentos réis (24.000\$500) na casa de comércio repleta de pessoas, o imigrante Sebastião Nodari (64 anos, casado, agricultor) acabou se tornando alvo da revolta do também agricultor Maxiliano Colpo e demais membros da família. Participaram do conflito “uma porção de homens e mulheres”, apresentando-se a esposa e os filhos do devedor armados de “vassouras e porretes”, os quais também saíram feridos do tumulto. O cobrador era apoiado por amigos na investida de constranger o vizinho, exigindo, ao invés do dinheiro, “o milho” colhido que o devedor possuía na residência. A

⁸³⁸ Processo-crime, Cível e crime, Santa Maria, nº 1287, Maço 43, fevereiro de 1902. APERS.

proposta não foi aceita, o que conduziu a “negociação” às vias de fato, rendendo-se o cobrador frente aos ferimentos recebidos.⁸³⁹

Neste caso, o credor sabia da boa colheita de milho feita pelo vizinho, o que o motivou a cobrar a dívida, solicitando parte dos produtos. Entre os camponeses imigrantes, os produtos podiam circular entre as casas na forma de pagamento de dívidas, enquanto crédito e no comércio de troca, apesar da existência de uma rede local que propiciava empréstimos financeiros. No entanto, nem sempre a exigência do pagamento através de grãos era aceita, podendo gerar conflitos entre as partes. Para as famílias empenhadas em garantir equilíbrio das economias domésticas, o surgimento de imprevistos poderia desencadear um desequilíbrio fatal, caso não pudessem contar com empréstimos imediatos.

Após o conflito, o devedor Maximiliano Colpo aparece contraindo nova dívida, agora com uma viúva, no valor de um conto de réis para “socorrer despesas da família”.⁸⁴⁰ Talvez parte deste dinheiro seria utilizado para quitar a dívida que motivou o conflito, destinando o restante para contratar um advogado para defender o filho.⁸⁴¹ O chefe da família surgindo, novamente, enquanto devedor nos registros cartoriais indica a possibilidade de contar com crédito para proteger o grupo familiar em momentos de apuro.

As redes de relações poderiam fornecer aos indivíduos recursos quando situações inesperadas ameaçavam desestruturar as atividades produtivas, investimentos e projetos futuros.⁸⁴² Os possíveis gastos com indenizações, com a justiça e deslocamentos até as vilas e cidades para prestar depoimentos, eram eventos que exigiam dinheiro imediato, porém, os montantes não eram comuns no universo colonial. Nessas situações, a solidariedade dos conhecidos era essencial para prestar socorro. O auxílio financeiro ocorria, principalmente, entre indivíduos que mantinham certa proximidade ou vínculos de parentesco, estando, portanto, suscetíveis a entrar em conflitos futuros caso não fossem cumpridos os acordos.

As assistências e equilíbrios sociais, aparentemente consistentes entre alguns sujeitos, podiam ser quebrados frente ao risco constante do surgimento de atritos. O imigrante Celeste Coradini se tornou vítima de agressão física do próprio compadre Pedro Moscon (38

⁸³⁹ Depoimentos das testemunhas. Processo-crime, Cível e crime, nº 1261, Maço 41, ex-Colônia Silveira Martins (Linha Três Sul), julho de 1900. APERS.

⁸⁴⁰ Santa Maria (4º distrito), Transmissões/notas, Livro 2, 20 agosto de 1900. APERS. A dívida sem hipoteca estipulava um ano de prazo para efetuar o pagamento, com juros de 8%.

⁸⁴¹ Após ficar três meses preso na cadeia de Santa Maria aguardando o julgamento, o réu Benvenuto Colpo (14 anos, solteiro, agricultor, natural da Itália) foi posto em liberdade depois de ter sido provado que era ele menor de idade. Processo-crime, Cível e crime, nº 1261, Maço 41, ex-Colônia Silveira Martins (Linha Três Sul), julho de 1900. APERS.

⁸⁴² A honra, enquanto capital simbólico, é sinônimo de crédito e confiança, apresentando-se como um recurso valioso nos diversos tipos de negociações e trocas. Sobre essa questão ver: BOURDIEU, 2002: 2010.

anos, casado, agricultor), a quem havia mediado negociação da compra de uma “pipa de vinho”, concedendo empréstimo no valor de cinquenta mil réis (50.000\$). O desentendimento aconteceu quando o credor Coradini tentou fazer o ajuste de contas com o compadre em casa de negócio. Ao cobrar a dívida em local público recebeu, ao invés do dinheiro, uma “garrafada na cabeça” como pagamento.⁸⁴³ Frente a tal ato, a mulher da vítima apresentou denúncia contra o agressor, indicando que a reconciliação não era mais possível por que o marido faleceu três dias após por causa dos ferimentos recebidos.⁸⁴⁴

Passados oito anos da morte, a viúva investiu na contratação de um advogado para representá-la no processo-crime que visava atestar a culpabilidade do assassino do marido. Paralelamente a esse recurso, não se encontrou nos registros cartoriais qualquer indício de tentativa de indenização ou acordo entre as famílias Moscon e Coradini. Com o processo em andamento, tudo leva a supor que a solidariedade entre os vizinhos e amigos foi fundamental para inocentar o réu, pois os depoentes foram unânimes em declarar não terem presenciado o conflito entre os compadres, somente “ouvido dizer”. Outros, ainda, nem sequer compareceram para prestar depoimento. Não sendo possível evitar o surgimento de conflitos e discórdias locais, com a entrada da justiça do Estado foi necessário acionar as redes de proteção para ter o controle sobre os fatos que podiam desencadear o surgimento de novas perseguições, prisões e prejuízos que desequilibrariam as economias domésticas. Esse domínio dependia da intervenção dos vizinhos em tentar restaurar a paz entre as famílias do lugar que, de modo geral, eram afetadas em suas relações por tais acontecimentos.

No caso apresentado, a cobrança da dívida e as consequências deste ato colocaram fim às reciprocidades existentes entre as famílias diretamente envolvidas e as outras que, provavelmente, tentaram mediar o conflito. Se a viúva foi buscar no Estado o agente capaz de punir os culpados pela morte do marido, isso indica que ela não aceitou as propostas feitas pelos chefes comunitários que devem ter tentado remediar a sua perda e reconciliar as partes. Cultivando ódio e rancor contra o assassino de seu marido e sem entrar em acordo com as famílias da comunidade, não surpreende que a mesma tenha se transferido para outro local tempo depois, levando os dois filhos. A situação deve ter se tornado insustentável no lugar onde residia. Foi possível chegar a esta informação através da aparição da viúva no mercado da terra, cinco anos após a morte do esposo, passando ao irmão a propriedade herdada como

⁸⁴³ Depoimentos de Jacó F. (18 anos, solteiro, agricultor) e Maria N. (38 anos, casada, serviço domésticos). Processo-crime,ível e crime, nº 1150, Maço 35, 16 de novembro de 1890. APERS.

⁸⁴⁴ Tal processo se arrastou durante anos, sendo o réu absolvido das acusações oito anos após a o crime. Processo-crime,ível e crime, nº 1150, Maço 35, 16 de novembro de 1890. APERS.

forma de quitar uma dívida.⁸⁴⁵ Esse tipo de concessão, ou maneira de transferir a posse da terra, sugere a existência de combinações e acordos familiares para que os bens ficassem entre os membros da família da esposa.⁸⁴⁶

Na falta do marido, foi o irmão quem assumiu a direção dos negócios, obtendo, em seguida, a posse legítima da terra do cunhado falecido. A passagem da propriedade da terra é sinal da existência de um endividamento precedente àquela ocasião, provavelmente fruto dos auxílios iniciados quando da morte precoce do chefe de uma família. O ato notarial indica a dívida como fator determinante da venda. Aqui, somente se fica sabendo da confirmação do negócio, mas antes disso aconteceu uma série de pactos, transações privadas feitas verbalmente e compensações que acabaram por serem concluídas com a transferência da terra. Frente à morte inesperada do chefe da casa, a colaboração dos parentes, no caso do irmão da viúva, foi fundamental. A quitação da dívida ocorreu através da concessão da terra, indicando a existência de cooperação interna entre núcleos não co-residentes. A transferência da propriedade aparece como escolha acordada entre os indivíduos que mantinham vínculos parentais e estavam envolvidos em trocas de assistências (LEVI, 2000, p. 161).⁸⁴⁷

Os exemplos apresentados de disputas por “acertos de contas” sugerem que fazer a cobrança era algo entendido como uma ofensa gravíssima num universo em que comentários negativos deviam ser evitados pelo prejuízo que isto causaria à honra. Assim, atitudes que comprometessem a “reputação” e expusessem o sujeito ao “desprezo público” eram respondidas com atitudes violentas. Entre os grupos que valorizavam a honra, os indivíduos eram bastante sensíveis às ofensas que vinham dos de igual condição social, sendo desconsideradas as provenientes de alguém socialmente inferior (BOURDIEU, 2002). A capacidade de afrontar e calar àqueles que questionavam tal valor era um direito que os membros de uma família entendiam possuir quando desonrados. Normalmente, os insultos à

⁸⁴⁵ Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Livro 1, p. 27, 27 de maio de 1895. APERS.

⁸⁴⁶ A morte inesperada do marido também podia provocar conflitos entre as famílias pela disputa sobre os direitos de posse sobre as terras e bens deixados pelos falecidos. Ao mesmo tempo em que ações judiciais eram acionadas para garantir tal direito, também podiam ocorrer confrontos diretos entre os grupos vizinhos envolvidos na disputa. Em 1901, nas imediações da região da ex-Colônia Silveira Martins, Cristóforo R. (62 anos, casado, agricultor, natural da Itália) foi autor de ação judicial contra a nora recém-viúva, requerendo o usufruto dos bens deixados pelo filho. Mesmo ganhando a disputa na instância judicial, Cristóforo se envolveu em conflito com Antônio G., parente da viúva, provocando a morte deste após o ter atingido com tiros de pistola. O motivo da rixa entre ambos os vizinhos estava relacionado “a inimizades familiares”, segundo o processo. Não bastavam as decisões emitidas pelas instâncias jurídicas para por fim aos impasses, pois a violência e as rivalidades continuavam por longo período, podendo, inclusive, terem mais mortes. Ação ordinária, abril de 1901. Processo-crime, Santa Maria, Cível e crime, nº 1275, Maço 42, 1901. APERS.

⁸⁴⁷ A vizinhança e a parentela eram fatores que determinavam a ativação das transações de terra, bem como o preço da mesma entre as pessoas próximas. Conforme constata Giovanni Levi (2001, p. 161), as vendas de pequenos pedaços de terra entre os camponeses estavam sempre relacionadas à necessidade de alimentos, às etapas do ciclo de vida da família e à desagregação dos grupos domésticos devido à doença ou à morte.

honra eram mais sentidos em contextos onde as lealdades pessoais eram valores que estavam na base das relações.

Assim, a eficácia das redes de auxílios e assistências entre as famílias dependiam da observação constante quanto ao cumprimento dos contratos. Por mais que a violência fosse uma saída para resolver problemas de relações entre as pessoas, principalmente em confrontos diretos em defesa da reputação, a manutenção da paz era o objetivo buscado pela vizinhança que estava sempre atenta ao surgimento de fatos perturbadores da ordem social. Motivos que, aos nossos olhos parecem insignificantes, podiam abalar profundamente as relações entre residências próximas, sobretudo em situações que comprometiam a economia e a sobrevivência da pequena empresa familiar. Os laços de solidariedade, a reciprocidade entre vizinhos e a ligação do parentesco eram aspectos determinantes para a formação das frentes de apoio familiar. Essas explicitavam lógicas e projetos partilhados, atuando como mecanismo ativo para assegurar maior controle sobre o mundo social, político e econômico da vida das comunidades, orientando, dessa maneira, as decisões acreditadas como mais seguras no momento (LEVI, 2000).

Nas relações entre vizinhos, a violência se encontrava ligada aos impasses da experiência cotidiana, estando os vínculos entre as famílias dissociados de interesses comuns, sendo, nesse sentido, as relações entre os parentes superficiais e não integradoras. Apesar do uso da violência física ser entendida como uma forma costumeira e legítima que marcava o relacionamento dos imigrantes, percebe-se que existiam outros canais reconhecidos por eles para evitar o surgimento de novos enfrentamentos ou vinganças, causadores de desequilíbrios para as economias domésticas.

Neste capítulo, não desejou-se ressaltar a violência. Chama-se atenção para outro ponto: as agressões físicas, enquanto formas de castigo e constrangimentos presentes na realidade social estudada, tornou a documentação criminal válida porque indicou o peso de valores como honra e das articulações locais de justiça e proteção. O recurso da violência, através da vingança e outros tipos de punição ritualizados, era escolha recorrente e culturalmente válida para resolução dos impasses cotidianos nas colônias italianas do sul do Brasil. Essa mesma perspectiva orientou os trabalhos de alguns estudiosos que analisaram a legitimidade e sentido das práticas violentas entre grupos populares ou homens do universo rural. Os processos criminais são por eles defendidos como fontes válidas porque mostram as pessoas comuns agindo e dando um sentido às suas ações e à realidade social (FRANCO, 1997, p. 17; CHALHOUB, 1990: 2001). Através dos episódios apresentados, pôde-se

constatar que a cooperação interna entre os imigrantes era constante e usada em variadas situações, como no momento de punir os que violavam as normas locais, atentando contra a segurança das famílias. Tal assistência também se manifestou como forma de proteção e apoio contra as investidas das instâncias policiais ou judiciárias que buscavam investigar os crimes cometidos pelos italianos.

CAPÍTULO 8

Ares de vingança

Geralmente era entre vizinhos que aconteciam as principais disputas que poderiam levar a morte de um dos lados. Os crimes não se davam entre estranhos, antes entre pessoas que mantinham relações de reciprocidade, afinidade e até de parentesco. Em uma sociedade onde a violência fazia parte da vida cotidiana, quando não se podia evitá-la era preciso encobri-la para que não resultasse em prejuízos às famílias e à comunidade. As formas autônomas de justiça comunitária, fundamentadas sob bases da sociedade rural italiana e transplantadas para o Brasil a partir do final do século XIX, encontraram seus limites ao se depararem com um Estado em estruturação, instituição que buscava exercer o monopólio da força através de canais como a justiça. E nessa dinâmica houve momentos de aproximação, onde imigrantes e autoridades, por conveniência, fixaram pactos de silêncio para evitar prejuízos a ambos os lados.

8.1 Crimes na vizinhança

Na vizinhança, o indivíduo estabelecia laços de solidariedade e reciprocidade essenciais para garantir a sua sobrevivência. A interação entre as casas era feita a partir de cumplicidades e auxílios, sem excluir, contudo, os antagonismos. Apesar de agirem com o propósito de garantir a ordem e a harmonia local, era nesse ambiente que surgiam os conflitos e julgamentos mais graves. Diferentes eram os motivos que podiam desestabilizar as relações entre as famílias nas comunidades coloniais, e as mulheres imigrantes aparecem como protagonistas dos conflitos ocorridos no espaço interno e externo das residências.

O contato cotidiano e a proximidade das casas favoreciam o surgimento de atritos entre as vizinhas, conforme se pode avaliar no conflito surgido entre Maria Bortoloto (29 anos, casada) e Mônica Pozzer (74 anos, viúva). Ambas residiam na comunidade de São João do Polêsine, local esse fundado através da comercialização de terras às famílias imigrantes, conforme visto segundo capítulo. Na manhã do dia 10 de novembro de 1905, Maria invadiu a

casa de Mônica e a agrediu fisicamente por considerá-la culpada pela doença que havia se abatido sobre um dos filhos. A viúva se encontrava sentada na porta da residência, costurando, quando foi interpelada pela vizinha. Refugiando-se no interior da casa, foi perseguida pela rival enfurecida.

Com tentativa de estrangulamento e “socos por diversas partes do corpo” a agressora derrubou a viúva no chão e a dominou. Enquanto a agredia afirmava que o fazia por vingança e “para que seu filho sarasse”, acusando-a de ser autora do “feitiço” que havia deixado o filho doente.⁸⁴⁸ A seguir, familiares encontram a vítima “gemendo e chorando” no chão da cozinha, confessando ter sido espancada por Maria Bortoloto. Também denunciou que sofrera ameaças de morte caso não tirasse “o feitiço” que causara a enfermidade do filho. No dia seguinte, o genro de Mônica Pozzer comunicou o ocorrido ao subdelegado José Marques Ribeiro, demandando que fosse a agressora repreendida pelo “procedimento irregular” que teve com a vizinha.⁸⁴⁹

Fazia quinze anos que Maria residia na comunidade de São João do Polêsine, vindo para o local em companhia dos pais que emigraram da província de Santa Catarina. Em novembro de 1905, quando Maria aparece como ré nas investigações policiais, ela se encontrava casada com o agricultor Antônio Bortoloto. Até aquele momento nunca tinha vivido uma experiência de ser denunciada às autoridades policiais. Nos dias subsequentes ao ataque, e frente ao agravamento do estado de saúde da viúva Mônica, foi realizado pelas autoridades auto de corpo de delito, bem como interrogados os familiares da vítima e o marido da acusada.

Representando a esposa perante o subdelegado, o imigrante Antônio Bortoloto alegou que a esposa não podia comparecer para prestar depoimento, pois o filho que amamentava se encontrava muito doente. Também relatou que no dia da agressão Maria se encontrava em casa na companhia de um casal de cunhados que a visitavam.⁸⁵⁰ Posteriormente, em depoimento, Maria negou ter sido a autora das agressões físicas à viúva, e que jamais a forçou a “desfazer o feitiço sobre seu filho”. No entanto, os filhos e o genro da agredida sustentaram que o ataque violento contra Mônica se devia a “questões de feitiço”, vindo a mesma falecer

⁸⁴⁸ Interrogatório de Mônica Pozzer. Investigação policial. Cachoeira do Sul, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26, APERS.

⁸⁴⁹ Relatório do subdelegado do 5º Distrito, José Marques Ribeiro, 14 de novembro de 1905. Investigação policial. Cachoeira do Sul, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26, APERS.

⁸⁵⁰ Idem.

dias depois do acontecido. Os depoentes confirmaram que Maria Bortoloto havia agredido a viúva, e que essa sempre tivera “bom comportamento”.⁸⁵¹

Apesar de os familiares da vítima exporem unanimemente que a discussão entre as vizinhas havia sido motivada por “questões de feitiço”, alguns não acreditavam que a morte era consequência direta da agressão física. As opiniões entre os integrantes do próprio grupo parental apresentavam divergências. Os filhos de Mônica se empenharam em minimizar a responsabilidade da denunciada, apontando que a idade avançada da mãe e o fato de sofrer de várias moléstias eram causas determinantes da morte. Reforçando a justificativa, ressaltaram o constante envolvimento de “todos os parentes” em fornecer medicamentos para a viúva tratar de suas enfermidades. Segundo José Pozzer (37 anos, casado, agricultor) – filho da agredida – não existia inimizade alguma entre a sua mãe e a acusada. E, embora tenha sido Maria a responsável por causar “algumas contusões no corpo” da mãe, ele não podia precisar a causa da morte. Semelhante opinião foi apresentada por outros dois filhos, os quais não confirmaram a culpabilidade da agressora.⁸⁵²

No entanto, o genro da falecida e autor da denúncia, diferentemente dos cunhados, apontou Maria Bortoloto como a responsável pela morte de Mônica. E que tal fato era “voz corrente no Quinto Distrito” de Cachoeira do Sul, local onde todos residiam. Comunicou que a sogra foi “prostrada por terra e espezinhada pela denunciada” e, por isso, faleceu três dias depois. Desse modo, contrariava a versão dos filhos que disseram que a morte ocorreu oito dias após a agressão. Um dos sobrinhos da vítima confessou existir “inimizades na família” [Pozzer] e, por isso, ele estava de “relações cortadas como os seus primos”. Confirmou “por ouvir dizer” que Maria Bortoloto foi a responsável pela morte da tia, e que essa “gozava de boa saúde”, contradizendo, assim, a justificativa dos primos.⁸⁵³ Como se percebe, os familiares e parentes de Mônica Pozzer não expuseram a mesma opinião sobre o incidente, não estando empenhados em auxiliar a justiça do Estado na investigação do caso.

Ao oferecer denúncia ao subdelegado, o genro da viúva acionou o recurso para que a agressora fosse censurada pelo seu procedimento. Tal exposição funcionava como uma forma de “justiça retributiva” que permitia ressarcimento das ofensas e permitia encaminhar o

⁸⁵¹ Depoimentos: José Pozzer (37 anos, casado, agricultor), Rogério Pozzer (38 anos, casado, agricultor, sobrinho da vítima), Angelo Pozzer (39 anos, casado, agricultor) e José Pesserico (38 anos, casado, agricultor, genro da vítima). Investigação policial. Cachoeira do Sul, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26, APERS.

⁸⁵² Depoimentos de Angelo Pozzer e José Pozzer. Idem

⁸⁵³ Depoimento de Rogério Pozzer. Processo-crime. Cachoeira do Sul, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26, APERS.

estabelecimento de acordo entre as famílias (GEREMEK, 1993, p. 250).⁸⁵⁴ Logo que as investigações foram encerradas, a acusada foi absolvida pelo juiz que não encontrou provas de ter sido Maria a responsável pela morte da viúva Mônica. O falecimento foi justificado como consequência da idade avançada e o debilitado estado de saúde da mesma. Tal conclusão não mudava as avaliações que as pessoas do lugar elaboraram sobre os eventos e também não se coadunava com a versão apresentada pelo genro. A apresentação de interpretações controversas sobre o incidente indica o empenho de alguns para que a acusada não fosse condenada pela justiça, uma estratégia para encaminhar uma conciliação entre as casas vizinhas sem a mediação do Estado.⁸⁵⁵

A paz local havia sido rompida devido às suspeitas de “feitiçaria”, violência física e morte de uma das partes. Em nenhum momento aparecem indicações da existência de conflitos pretéritos, apesar de se supor alguma rivalidade fruto dos contatos cotidianos entre ambas. O confronto originado por “questões de feitiço” estava ligado a desconfianças e condutas anteriormente reprovadas. A proximidade entre as famílias reforçou ainda mais as obrigações entre elas, levando-as a agir de forma a contornar aqueles acontecimentos. Frente ao juiz, a acusação de feitiçaria ganhou pouco destaque, e o motivo da morte não foi apontado como consequência direta dos ferimentos recebidos, mas como decorrentes da idade avançada da viúva. A manutenção do sigilo sobre os fatos que teriam ocasionado o confronto estava relacionada às escolhas dos imigrantes, já que a exposição podia se tornar sinal de vergonha para os familiares da vítima.

O surgimento de disputas entre as mulheres podiam ser frequentes na vizinhança, mas a população local atribuía grande estima para os co-residentes que procuravam evitar o envolvimento em confrontos. Entre os depoentes também foi ressaltado o “bom comportamento” de Maria Bortoloto, bem como a ausência de “inimizade” entre ela e a viúva agredida.⁸⁵⁶ Assim, para reconstituir as redes de mútuo-auxílio e solidariedade entre os vizinhos, tão importantes no universo camponês estudado, se fazia necessário solucionar o quanto antes o impasse. Interessava a ambas as partes agir de forma a não alimentar o surgimento de novas hostilidades, procurando restaurar a harmonia e as relações de

⁸⁵⁴ O princípio da “justiça retributiva” era sancionado pelo direito consuetudinário em algumas sociedades tradicionais como uma forma de organizar compensações pelas ofensas criminosas (GEREMEK, 1993, p. 250).

⁸⁵⁵ Existiam laços de parentesco entre as famílias selados através do matrimônio. Os irmãos Angelo e José Pozzer eram casados com as imigrantes Maria e Petrolina Bortoloto, irmãs de Antônio. Tal parentesco explica o silêncio dos filhos da viúva Mônica Pozzer em relação à mulher de Antônio Bortoloto, apontada como ré no processo de agressão. As informações sobre o parentesco foram extraídas das indicações presentes em registros cartoriais. Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 9, 1898, p. 44-45, p. 52. APERS.

⁸⁵⁶ Depoimento de Rogério Pozzer. Cachoeira do Sul, Cartório do Júri, nº 3536, maço 26, APERS.

reciprocidade entre as famílias.⁸⁵⁷ Enquanto ideal almejado, a busca pela restauração da tranquilidade na vizinhança orientava o comportamento dos indivíduos de diferentes maneiras. Podia se expressar no momento em que acionavam o recurso da justiça externa ou quando conferiam limites ao desenvolvimento das investigações, segundo constatou-se no processo analisado. O próprio empenho na preservação das solidariedades e redes de apoios é um aspecto que se manifesta em situações de conflito, principalmente quando os incidentes locais passam a ser investigados pela justiça do Estado.⁸⁵⁸

Através de omissões e silêncios nos depoimentos pode-se perceber como os indivíduos, de forma consciente, procuravam impedir a condenação nos tribunais. Os filhos da viúva Mônica buscaram evitar o julgamento pelas instâncias judiciais da acusada Maria Bortoloto. O desempenho reflete uma escolha para que prevalecesse um modo de fazer justiça local através do perdão e da reconciliação entre as famílias. Com esse procedimento podiam impedir o surgimento de novas vinganças.⁸⁵⁹ As omissões presentes na investigação policial indicam a adoção de mecanismos para estabelecer certo controle sobre os fatos ocorridos. Conduzir a disputa através de alternativas extrajudiciais, mesmo após ter sido apresentada queixa às autoridades policiais, surge como um modo de resolução negociada dos conflitos. A manutenção das desavenças entre membros da vizinhança não ofendiam unicamente a lei, mas também as regras fundamentais de viver em comunidade, por isso os confrontos privados assumiam sempre um caráter que iam além do individual (BELLABARBA, 2001, p.193).⁸⁶⁰

Nos dois capítulos anteriores apresentaram-se alguns episódios de conflito ocorridos nos núcleos coloniais em que fica claro a existência de uma paz negociada a nível local ao mesmo tempo em que no tribunal corria julgamento da questão. Mediação dos vizinhos, articulação privada entre as famílias e recorrer às instituições públicas para formalização da paz eram diferentes maneiras que se podia encaminhar a resolução de um conflito. A paz

⁸⁵⁷ Através dos registros cartoriais constatou-se a existência de assistência entre o imigrante Antônio Bortoloto e Angelo Pozzer, filho de Mônica, anos antes do falecimento da mãe. Os irmãos Angelo e José Pozzer – casados com duas irmãs de Antônio –, através de um acordo familiar, realizaram procuração onde transferiam parte da herança que pertencia a eles ao imigrante Bortoloto. Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 9, 1898, p. 44-45, p. 52. APERS.

⁸⁵⁸ No espaço da vizinhança se articulava uma rede de interdependências que, paradoxalmente, encoraja a solidariedade ou a divisão das famílias. Esses aspectos eram usados para defender os interesses particulares de um grupo ao mesmo tempo em que estabeleciam vínculos de confiança (FARR, 1987, p. 846).

⁸⁵⁹ Sobre os modos de pacificação dos conflitos nas comunidades através de práticas como a renúncia, o perdão e rituais religiosos de conciliação ver: NICCOLI, 2007.

⁸⁶⁰ A recomposição dos conflitos entre determinados grupos familiares através das experiências vividas era uma das características da sociedade comunal italiana da época moderna. O estabelecimento da paz privada pela mediação das instituições judiciárias e da “justiça negociada” era um aspecto que aparecia nos registros criminais e outros documentos judiciários, segundo constataram os estudiosos: BELLARBARBA, 2001: 2008; DELLA MISERICORDIA, 2001; NICCOLI, 2007 e SBRICCOLI, 2001

emerge como um instrumento importante de gestão da vida social e política das comunidades, como afirmou Osvaldo Raggio (1990, p. 28).

8.2 Atos e “palavras injuriosas”

Conforme se apresentou anteriormente, o episódio de violência física empreendida pela imigrante Maria Bortoloto contra a Mônica Pozzer seguia uma sequência de fatos que haviam desestabilizado as relações de confiança entre elas. Existências de atritos anteriores levaram a agressora a interpretar a doença do filho como originária de “feitiço” lançado pela vizinha. Tal entendimento encontra explicação na crença de que um estado de enfermidade prolongado e sem explicação aparente estava ligado a forças sobrenaturais acionadas por alguém para causar prejuízos à adversária. Situações semelhantes de violência contra mulheres suspeitas de lançarem feitiços e invocarem espíritos haviam sido vividas pelas populações camponesas da região do Vêneto no decorrer do século XIX. Como a viúva Mônica, “muitas eram as velhas” que tinham se tornado alvo do ódio nas comunas italianas, acusadas de causar “doenças incuráveis” e outros danos às pessoas que caíam na “mira dos seus sortilégios” (MORPURGO, 1882, p. 40-42). Geralmente, tais mulheres possuíam as características clássicas da “perigosa *strega*”: eram velhas e viúvas.⁸⁶¹

O comportamento de algumas mulheres fazia com que fossem acusadas de fazer uso da magia. A fama entre a vizinhança de que tinham tal poder não se limitava a uma simples avaliação relacionada a um determinado episódio, mas, pelo contrário, era algo que ia se constituindo através de suspeitas cotidianas e experiências vivenciadas localmente. Logo, a perseguição a uma *strega* não envolvia apenas as mulheres, mas podia mobilizar diversas pessoas pertencentes a um mesmo grupo familiar. Em maio de 1880, na *comuna* de Loria, província de Treviso, o camponês Sebastião Olivo (40 anos, analfabeto) casado com Rosa Meneghetti (38 anos, analfabeta), apresentou queixa de “injúria e ameaças” contra Antônio Ferronato, a esposa Lúcia Bianchi e o filho José. A denúncia foi motivada por causa das ameaças de morte e assaltos que os membros da família Ferronato haviam realizado contra Rosa, quando essa circulava pelos campos e estradas do lugar. Os perseguidores possuíam a

⁸⁶¹ A obra de Giambattista Bastanzi (1888), cujo tema é as superstições na região dos Alpes Vênetos no século XIX, apresenta as crenças e práticas próprias da cultura popular camponesa. O material indica a força que o sobrenatural tinha na vida das populações que acreditavam que muitas doenças eram causadas por “velhas bruxas”. E que recorriam a feitiçeiros e padres para sanar as mais diversas dificuldades cotidianas. Sobre a vivência de tais crenças enquanto reflexo de uma cultura autônoma e sua relação com a emigração, consultar: FRANZINA, 2006.

convicção de que aquela tinha “enfeitiçado” Bernardina Orso – mulher de José Ferronato –, que já há algum tempo se encontrava doente, sem manifestar qualquer sinal de melhora. O denunciante Sebastião Olivo afirmou que não duvidava de que realmente a enfermidade da vizinha estava relacionada aos males causados por uma *strega*, no entanto, assegurava não ser a esposa culpada.

Não satisfeitos com as explicações apresentadas por Rosa, dias depois, quando passava pela estrada próxima a residência da família Ferronato, aquela foi novamente alvo de perseguição. Ao ser surpreendida, refugiou-se na casa de conhecido, permanecendo no lugar por cerca de duas horas. Enquanto isso, externamente, os denunciados a “ameaçavam de morte caso não liberasse” Bernardina “da doença que a oprimia”. Frente à impossibilidade de levar a cabo as intimidações, lançaram avisos à Rosa advertindo que em ocasião propícia a puniriam. Também proferiram “outras ameaças e palavras injuriosas em alta voz” na presença de diversas pessoas que se encontravam no lugar, consideradas ofensiva à família da perseguida. Somente quando escoltada por quatro pessoas conseguiu Rosa Meneghetti retornar em segurança para sua residência.⁸⁶²

O camponês Sebastião Olivo apresentou denúncia por “injúrias e ameaças” – motivadas pelas “suspeitas de *stregoneria*” (bruxaria) – contra o casal Ferronato e o filho. Ao ser comunicado do ocorrido, o *sindaco* de Loria convidou ambas as famílias para se apresentarem no ofício local a fim de tentar estabelecer “conciliação. Porém, apenas compareceram os acusados e não o casal que prestou a queixa.⁸⁶³ Em depoimento, Rosa Meneghetti ressaltou ser injustificável as intimidações proferidas por José Ferronato. Enquanto “direito sagrado”, requeria o retorno da tranquilidade e “paz para toda a família”.⁸⁶⁴ Diversos indivíduos que presenciaram o ocorrido foram apresentados como testemunhas pelo casal denunciante afim de que confirmassem o procedimento dos denunciados.

Nesse caso, o recurso da justiça externa surgia como a única alternativa para que os insultos à fama da ofendida – qualificada como *strega* e “julgada autora de malefício” – fossem reparados frente à opinião pública local. Também era uma forma de compensar os prejuízos causados pelos embates que, por sua vez, não seriam favoráveis caso fosse realizada imediatamente uma reconciliação privada entre as partes, conforme havia proposto o *sindaco* de Loria. Logo, o não comparecimento do casal queixoso é um indício de que não partilhavam

⁸⁶² Ofício da denúncia apresentada por Sebastião Olivo ao *sindaco* Jacó de Cassola, maio de 1888. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta (pasta) 267, nº 93, Arquivo do Estado de Treviso, AETV.

⁸⁶³ Ofício do delegado ao juiz distrital, 9 de maio de 1880. Idem.

⁸⁶⁴ Depoimento de Rosa Meneghetti. Processo verbal, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta 267, nº 93, AETV.

da ideia de acordo privado. As tentativas de vingança que haviam prejudicado a tranquilidade da família na comunidade necessitavam ser compensadas.

O recurso judiciário podia surgir como uma forma de eliminar as chances de *vendetta*, diminuir as tensões na vizinhança e exigir ressarcimento pelas injúrias. Nesse universo, tanto o código de honra como o sistema de vingança agiam como princípios que orientavam os comportamentos dos indivíduos na resolução dos impasses, estando interligados às palavras violência, justiça e paz (BELLABARBA, 2008). Essa última condição não seria alcançada sem o estabelecimento de um ajustamento que passava por iniciativas privadas ou públicas de compensação.

Em muitos casos de conflito na vizinhança, antes da renúncia da acusação, se fazia necessário expor os rivais a situações de constrangimento e permitir a elaboração de registros escritos. Somente depois disso se abria a possibilidade de uma abdicação da queixa e acordo extrajudicial (NICCOLI, 2007, p. 51).⁸⁶⁵ Recorrer à justiça do Estado era uma forma de atacar o oponente, causando, em contrapartida, prejuízos à reputação individual e familiar daqueles que se viam expostos à investigação e aos julgamentos locais. Em determinadas situações de conflitos entre famílias, o recurso do processo judicial se apresentava como uma opção necessária para restabelecer a paz e a ordem social interrompida frente às injúrias proferidas.

A denúncia tinha como objetivo obter compensação moral, uma vez que os conflitos entre os membros de uma mesma comunidade não ofendiam simplesmente às normas jurídicas, mas às regras de convivências entre as famílias. Em depoimento, a própria Rosa Meneghetti – que vinha sofrendo frequentes perseguições por ser acusada de *strega* – expôs que desejava a paz para si e a família. Apesar de viver em contexto e momento diferente da viúva Mônica, caso visto anteriormente, a camponesa Rosa também foi considerada por conhecidos como uma bruxa. E, como tal, havia sido exposta aos comentários da vizinhança que lançavam desconfianças ao seu comportamento. Somente com uma contra-ofensa poderia controlar a divulgação de opinião pública desfavorável à própria reputação. O fato de ser perseguida como bruxa sugere indiscutivelmente a maneira como era percebida por algumas famílias rivais. A fama de *strega* era um dos aspectos que também determinavam a honra das mulheres em algumas sociedades (RUGGIERO, 1987, p. 765), para além do comportamento sexual e da castidade.

⁸⁶⁵ Analisando a cotidianidade que emerge dos registros criminais entre os séculos XV e XVI, Ottavia Niccoli (2007) ressalta a prática da paz, do consenso, da renúncia e do perdão como instrumentos para reparar um dano moral aos indivíduos envolvidos em conflito.

Dependendo do comportamento cotidiano e desavenças na vizinhança, algumas camponesas podiam ser acusadas de serem bruxas, conforme se constatou ao analisar os casos apresentados. Nas comunidades rurais italianas, conflitos inevitáveis e situações de violência física eram desencadeados frente às suspeitas lançadas sobre o procedimento de que as mulheres podiam lançar feitiços através do uso de recursos sobrenaturais (BURCKHARDT, 2009, p. 466-469; DELUMEAU, 2009, p. 558-560). A preservação de uma percepção mágica, aqui visualizada no entendimento do poder excepcional de certas pessoas de fazer adoecer ou até matar, foi vivenciado pelos imigrantes italianos nas comunidades surgidas no sul do Brasil. Tais experiências provocaram o surgimento de punições e violências enquanto mecanismo para reparar um mal que acreditavam ameaçar a tranquilidade das pessoas e famílias. O recurso da agressão física através do assalto privado ou público era uma forma legítima para que o mal lançado se desfizesse.

Nesse sentido, as retaliações se apresentavam como um dos modos mais eficazes para restaurar o controle sobre os malefícios que causavam prejuízos físicos, morais e sociais à família. Negar auxílio à vizinha ou manter com essa relação hostil eram condições que faziam surgir situações de vingança. Em algumas sociedades, a crença na bruxaria era considerada um valioso corretivo contra as atitudes não caridosas. A vivência de trocas de ofensas e ameaças podia desencadear perseguições e conflitos violentos ligados, muitas vezes, à crença de que infortúnios haviam sido lançados sobre a saúde e bens de determinadas pessoas (PITT-RIVERS, 1993).⁸⁶⁶ Palavras, acusações e ameaças também eram interpretados como justificativas para que atos de represálias fossem praticados. E, como se viu, os contatos sociais e as disputas entre as casas vizinhas fizeram surgir suspeitas de uso da feitiçaria como recurso para causar prejuízos contra os alvos desejados. Porém, a gravidade maior disso tudo residia nos eventos de humilhação e injúrias públicas lançadas contra as rivais, motivos pelos quais denúncias eram apresentadas às autoridades policiais.

Constatou-se que alguns anos antes de ser perseguida na comunidade como *strega*, a mesma Rosa Meneghetti havia vivido situações de conflito com outras mulheres da localidade, sendo acusada de lançar “difamações sobre a honra” da conhecida Pasqua Bianchi. E ainda, de frequentemente injuriar essa última quando retornava da igreja e passava em frente à casa da rival. Antes disso, porém, Pasqua Bianchi e sua irmã foram acusadas por Rosa de lançarem publicamente sobre ela o epíteto de “porca”, acrescentando que ela “não podia usar o chapéu erguido por causa da vergonha”. Devido a tais “injúrias” das irmãs Bianchi,

⁸⁶⁶ Sobre a crença de que infortúnios sobrenaturais eram lançados pelos rivais ver: EVANS-PRITCHARD, 2005.

Rosa as denunciou ao delegado.⁸⁶⁷ Fatos e questões antigas de desavenças e confrontos entre as vizinhas podiam persistir por longo período, dando origem a outros tipos de desconfianças entre as pessoas envolvidas.

Por meio da análise das fontes policiais e criminais foi possível perceber os motivos que estavam por trás das denúncias públicas de agressões físicas e injúrias, permitindo captar o funcionamento da dinâmica social, apreender os fatos escondidos e as opiniões silenciadas. A relação que os camponeses estabeleceram com as instâncias do Estado sinalizam para a existência de mais de uma concepção de justiça. Essa noção passava por entendimentos do que era legítimo ou não.⁸⁶⁸ A gestão dos conflitos locais através do recurso da justiça oficial ia além da questão do compartilhamento das percepções de que as violências físicas, injúrias e ameaças à vida deviam ser submetidas às penas da lei.

Primeiramente, a justiça local negociada na comunidade era acionada pelos imigrantes para resolver os conflitos. Frente à impossibilidade de acerto, tentativas frustradas de conciliação ou pelo surgimento de novos embates públicos, a parte que saía em desvantagem acionava a justiça oficial como mecanismo de represália contra o adversário. Na sequência, novas tentativas de acordos poderiam se efetivar. O estabelecimento de um ajustamento regulado por lógicas compartilhadas passavam inicialmente pela busca da satisfação e da reparação das ofensas. Era uma justiça avaliada como aceitável segundo as próprias interpretações dos fatos, porém, diferente da defendida pelos poderes públicos que se inseriam nas comunidades enquanto mecanismo externo repressivo.⁸⁶⁹

De acordo com as denúncias apresentadas anteriormente, entende-se que tais procedimentos serviram mais como uma forma de obter compensação moral, oferecer uma contra-ofensa ou encaminhar uma reconciliação que restaurasse paz da família, do que a condenação no tribunal. Homens e mulheres procuravam se explicar perante as autoridades policiais buscando atingir modos de “fazer justiça” que iam além das formas de gestão dos conflitos encaminhados pelas leis. Na vizinhança, na comunidade e na parentela as famílias e indivíduos escolhiam os meios mais oportunos para regular os próprios impasses. Esses

⁸⁶⁷ Denúncia. Processo verbal, 26 de dezembro de 1876, Pretura de Castelfranco Vêneto, Busta 264, nº 256, AETV.

⁸⁶⁸ A análise das fontes permite avaliar os usos que em determinadas sociedades as pessoas faziam das instituições oficiais, bem como as diferentes percepções de justiça. Surge a necessidade de reconstruir a gênese das fontes, o momento em que surgiu, a razão da sua produção e até a sua conservação. Geralmente, as fontes são documentos históricos que revelam a reivindicação de alguma coisa, antes de apenas descrever uma situação (CERUTTI, 2003, p. 18-20).

⁸⁶⁹ Alguns estudiosos que abordaram a criminalidade e a justiça na Itália moderna utilizaram o conceito de “justiça negociada” em caráter comunitário, ou seja, era fundada sobre a ideia de pertencimento, de reparação das ofensas e reguladas por normas e consenso local. Sobre isto ver: SBRICCOLI, 2001, NICCOLI, 2007 e BELLABARBA, 2008.

podiam passar pelo julgamento das instituições públicas, porém, a avaliação dos denunciante ia além, já que seus objetivos eram outros: buscavam a represália, a humilhação e, por fim, a pacificação. As desistências das queixas ao Estado, a não colaboração com as investigações e os silêncios e proteções dos depoentes indicam que havia um jogo de acusações e renúncias extrajudiciais que eram realizados de forma a salvar os próprios denunciados das penas da lei.

8.3 Uma moça de “maus costumes”

Em marco de 1898, a imigrante italiana Maria Boschi (40 anos, casada, agricultora), moradora na 3ª Léguas de Caxias do Sul, denunciou a vizinha ao subdelegado Antônio Menegotto. Relatou que, ao se dirigir para casa onde trabalharia, foi agredida a cacetadas pela agricultora Josefina Manosso (27 anos, casada) e seu marido. O casal de vizinhos a estava esperando num lugar de “capoeira de mato”, ambos “armados de cassetetes”.⁸⁷⁰ Rebatendo a denúncia, Josefina apresentou outra versão sobre o episódio. A mesma afirmou ao subdelegado que no dia em questão estava em sua residência quando ouviu Maria provocá-la aos berros da estrada. Estando armada com “faca podão e um cassetete”, se dirigiu a “mim com palavras injuriosas” e ameaças, pronunciando que ia “beber todo o meu sangue e comer o meu fígado”. Frente a tais palavras, Josefina se dirigiu para fora da casa e acertou três cacetadas na ofensora, conseguindo desarmá-la.⁸⁷¹

Justificando o procedimento de proferir as “cacetadas”, o marido de Josefina afirmou que toda a vez que Maria Boschi passava “em frente a sua casa insultava a esposa com palavras injuriosas e obscenas que ofendiam a sua moralidade”. E ainda, que a mesma já havia comentado entre a vizinhança que iria colocar fogo em sua casa, acusando Maria de ter uma vida de “complicado escândalo”.⁸⁷² Apesar das versões diferentes sobre como teria ocorrido o embate entre as rivais, ambas as opiniões indicam as circunstâncias possíveis dos confrontos que ocorriam no universo social por elas vivido.

Em depoimento, outras testemunhas confirmaram que entre Maria Boschi e Josefina Manosso existiam “rixas antigas”.⁸⁷³ Uma tensão latente entre as mulheres podia se transformar em confronto direto nos momentos em que circulavam pela vizinhança. As causas das desavenças não foram apresentadas, apenas as trocas de palavras sugerem as condenações

⁸⁷⁰ Depoimento de Maria Scuro Boschi. Inquérito policial, 26 de março de 1898. Caxias do Sul, Habeas-corpus, cível e crime, maço 70, nº 1673. APERS.

⁸⁷¹ Depoimento de Josefina Manosso. Idem.

⁸⁷² Depoimento de Domênico Palioffa (26 anos, casado, agricultor). Idem.

⁸⁷³ Relatório. Idem.

realizadas em relação a imoralidades julgadas escandalosas. Comentários e insinuações que faziam referência ao procedimento sexual das imigrantes casadas eram difamantes à reputação, e, portanto, motivadoras de conflitos entre as mulheres. O bem viver na vizinhança era ameaçado pela rivalidade entre as pessoas, principalmente quando fofocas ofendiam a honra individual e familiar. A repressão física aparecia como mecanismo para exercer de modo direto um controle sobre o que era dito em público ou divulgado pelos canais de avaliação local.⁸⁷⁴

Nos pequenos povoados, entre casas limítrofes, o controle social era intenso e nada fugia do olhar sempre vigilante dos vizinhos. Frequentemente, os motivos dos conflitos em que as mulheres aparecem envolvidas estavam relacionados a fofocas e insultos que feriam a dignidade feminina. Alguns tipos de desavenças são mais comuns entre moças, principalmente quando surgiam acusações que questionam a virgindade ou a conduta moral das mesmas.

Em julho de 1905, no lugar chamado Travessão Cremona (interior de Caxias do Sul), Elzira Bachi (21 anos, solteira, agricultora) voltava da “vila a cavalo junto com o irmão” e o noivo quando, ao passar pela estrada em frente à casa de Carlos Mecca, foi por este “injurizada”, desafiando também os que a acompanhavam. Em seguida, apareceu a filha Josefina Mecca que lançou contra Elzira “palavras injuriosas”, chamando-a de “putana”. Em contra-ataque, Elzira respondeu que não permitiria ser chamada de puta “porque meu noivo não casaria com uma puta”, partindo para cima de Josefina com um chicote que reagiu armada de faca. A primeira recebeu alguns ferimentos no abdômen.⁸⁷⁵ No momento das agressões, as pessoas que se encontravam presentes parecem não ter interferido para evitar o conflito, antes o contrário, pois o pai de Josefina Mecca foi quem primeiro proferiu insultos contra Elzira, incentivando a filha para que exigisse satisfação por ofensas anteriores. A reação ativa das mulheres frente à divulgação de comentários e palavras que depunham contra a honra familiar muitas vezes era violenta, tornando-se protagonistas de vinganças.

Com a denúncia de Elzira Bachi foram iniciadas as investigações contra Josefina Mecca. Várias testemunhas apresentaram fatos que indicavam a fama negativa que a acusada possuía. Prevendo as incriminações sobre seu comportamento, a ré não compareceu diante das autoridades policiais para responder as denúncias. Segundo o depoimento de alguns imigrantes, Josefina já havia se tornado motivo de falatórios na vizinhança, e essa questão era

⁸⁷⁴ Sobre a relação entre a honra feminina e a questão do controle social sobre a sexualidade das mulheres sugere-se os seguintes estudos: CAVALLO; CERUTTI, 1980; PELAJA, 1994.

⁸⁷⁵ Depoimento de Elzira Bachi. Processo-crime, Caxias do Sul,ível e crime, nº 1127, maço 40, julho de 1905. APERS.

por si só um fato negativo que pesava contra a reputação da acusada. Com base nas afirmações das testemunhas, o subdelegado apresentou os antecedentes da “criminosa” de acordo com a avaliação realizada pelas pessoas que viviam no núcleo colonial.

(...) Esta nomeada Josefina Mecca é uma mulher que *já deu o que falar* muito de si, enamorando-se a torto e direito, casados e solteiros; roubando galinhas e provocando a muitos, anda armada quase sempre de revólver ou faca, *ameaça os vizinhos* pelo que tinham verdadeiramente medo por ser ela atrevida, e não se importando em atirar-se contra um homem ou uma mulher. Já tem ela dito, e todos os vizinhos o confirmaram, que não tem medo de quem quer que seja, nem de autoridades, e que as facas que carrega comprou de propósito para meter na barriga de diversas conhecidas suas (...).⁸⁷⁶

Por este comportamento, Josefina não obteve o apoio das pessoas no processo movido por Elzira Bachi. Manter a paz com os vizinhos requeria um exercício diário de tolerância. Era latente a possibilidade de surgir intrigas e conflitos entre as famílias e casas limítrofes, principalmente por causa da constante vigilância e controle social exercido pelos que residiam na comunidade. Privilegiadas eram as mulheres que não se viam envolvidas em disputas e não se tornavam alvo de comentários locais.

Depunham contra a fama de Josefina Mecca qualificações de ser ela “namoradeira”, valente, destemida e andar armada, uma ameaça para todos os vizinhos. Para as mulheres que deviam conservar sua honra intacta, o comportamento de Josefina era escandaloso. Quando julgada pelo tribunal a jovem “valente” não foi encontrada na região colonial, alegando os familiares ter ela se transferido para outro município. A denúncia contra a “moça de maus costumes” serviu, ao menos, como mecanismo de controle social – constrangimento e coação – acionado pela vizinhança.⁸⁷⁷

Nas comunidades coloniais, as rivalidades eram vividas de forma coletiva, envolvendo amplo grupo de indivíduos, fossem parentes, amigos ou cúmplices. Os que não se envolviam diretamente no conflito faziam parte da plateia, participando, nesses momentos, com seus falatórios e avaliações. Contudo, quando os problemas internos alcançavam projeção externa e passavam a colocar em risco a existência da própria comunidade, as divisões teriam de ser superadas através de ampla coesão. As punições aos comportamentos inadequados não deviam trazer prejuízos ao povoado e às ligações entre as casas vizinhas e aparentadas.

⁸⁷⁶ Relatório elaborado pelo subdelegado João Paternoster. Processo-crime, Caxias do Sul, cível e crime, nº 1127, maço 40, julho de 1905. APERS.

⁸⁷⁷ O caso foi encerrado após um ano da abertura do processo. Josefina não foi encontrada pelas autoridades.

8.4 Uma punição física e simbólica

As mulheres imigrantes também possuíam maneiras exclusivas para punir àquelas que lhes causavam constrangimentos. Elas podiam ser vistas em protestos contra as autoridades, nos bastidores como incentivadoras dos maridos ou ainda como protagonistas em rituais de humilhação pública. A participação das mulheres no espaço privado e público, principalmente buscando defender a honra individual e familiar contra comentários e fofocas, era percebida como legítima, conforme se verá na sequência. Palavras ofensivas poderiam assumir status de verdade caso não fossem questionadas por meio da contra-ofensa. Um conflito privado entre as mulheres podia se tornar um fato público e coletivo no momento que houvesse a necessidade de estabelecer vingança contra as que transgrediam as regras morais de boa convivência. Nesses casos, a comunidade podia se mostrar apoiadora das punições violentas e simbólicas.⁸⁷⁸

Nos núcleos coloniais, o cotidiano das imigrantes era marcado pela preocupação com as necessidades diárias de sobrevivência da família, cuidados com os nascimentos, doenças, mortes e outras atividades ligadas ao espaço privado. As experiências de confrontos diretos permitem analisar os modos de atuar dessas simples mulheres. Eram nos espaços próximos às residências, na rua principalmente, que procuravam acionar os mecanismos de controle sobre o que podia ou não circular no domínio público. A “voz corrente” é responsável por construir a boa e a má fama, por esse motivo a palavra é considerada uma “irrupção perigosa que destrói a segurança dos indivíduos e o próprio reconhecimento de si nos ambientes de sociabilidade (FARGE, 1991, p. 592-594). Os dizeres, as calúnias e as suspeitas que colocavam em dúvida a virtude das mulheres e atingiam a honra da família demandavam a tomada de atitudes reparadoras.

Apoiadas pelos vínculos de solidariedade, as mulheres escolhiam locais favoráveis para exigir explicações, punir a rival através de violência física aplicando-lhe uma humilhação exemplar diante da vizinhança, conforme o episódio acontecido na manhã do dia 30 de dezembro de 1896, em uma das ruas da sede da ex-Colônia Silveira. Neste dia, duas imigrantes “armadas de paus” atocaiaram a conterrânea Margarida Ceratti (57 anos, viúva,

⁸⁷⁸ A pesquisa nos arquivos judiciais permite perceber os papéis e as formas de poder que as mulheres faziam uso para defender seus bens. Apesar de a cena política não pertencer às mulheres, elas estavam lá participando das ações, e não apenas incentivando os homens, mas no meio da multidão armadas de bastões enfrentando com rudeza os opositores. Ativas nos bairros em que moravam e eficientes em propagar as notícias, elas incitavam os homens à sublevação. Também agiam de forma violenta contra as vizinhas que prejudicavam sua casa com comentários injuriosos (FARGE, 2009, 43-44). Sobre a presença significativa das mulheres populares nos tumultos em vias públicas, ver: FARGE, 1991; PERROT, 1991: 1988; CASTAN, 1991; SILVA, 1984.

comerciante) exigindo reparação de ofensas anteriormente proferidas. Esta briga havia iniciado na casa de José Dal Forno, onde Margarida Ceratti recebeu algumas “bofetadas” de Maria Colla (17 anos, solteira, costureira) e Ernesta Cattani (27 anos, casada, lavradora).

Ao abandonar o local do conflito, a viúva Margarida foi imediatamente prestar queixa à autoridade policial. Esse lhe orientou a manter-se recolhida na própria residência, certamente prevendo o surgimento de novos ataques por parte das agressoras. Ao fazer o caminho de volta para casa, Margarida foi novamente agredida pelas vizinhas em “fúria”. As adversárias, Ernesta e Maria, armadas com paus, deram-lhe “bordoadas” em diversas partes do corpo, provocando “escoriações nas partes genitais” e, por fim, arrancaram um dente da vítima. Além de receber “desapiedadamente muitas bordoadas pelo rosto e por todo o corpo”, a viúva foi exposta ao “vexame público”, uma vez que as agressoras “levantaram suas vestes e chamaram os vizinhos para presenciarem o ato”. E, enquanto “batiam” em Margarida, gritavam para que ela fosse novamente “se queixar ao subdelegado porque elas não faziam caso de autoridade”.⁸⁷⁹

Na opinião das testemunhas que se encontravam próximas ao local da briga, Ernesta e Maria subjugaram a viúva e começaram a “bater em suas nádegas e arrancar os cabelos das partes genitais”. Ao mesmo tempo em que golpeavam a rival, procuravam fazê-la entender que “não era a autoridade do subdelegado que deveria ser respeitada naquele momento, mas a delas”.⁸⁸⁰ Assim, dando golpes e com “altos brados” convidavam os vizinhos para assistirem aquele acontecimento.⁸⁸¹ Todas as testemunhas afirmaram terem presenciado as atitudes ofensivas realizadas pelas agressoras, fazendo questão de destacar que Margarida teve o vestido levantado para que pudessem as agressoras “dar-lhe pancadas nas nádegas”.

Embora diversas pessoas tenham assistido o evento ocorrido em uma das ruas da sede da ex-Colônia Silveira Martins, ninguém procurou deter as agressoras. O próprio marido de Ernesta Cattani – que observava o conflito –, ao ser questionado do por que não impediu a esposa, afirmou que “nada tinha a ver” com aquela questão, achando “prudente não intervir”.⁸⁸² A plateia não interrompeu a humilhação pública que era exposta Margarida, talvez porque a punição fosse vista como um acontecimento necessário para reparar ofensas. O imigrante Antônio Londero (38 anos, casado) assegurou que da sua casa de negócio viu

⁸⁷⁹ Interrogatório da vítima Margarida Ceratti, 30 de dezembro de 1896, Processo-crime, Santa Maria, cível e crime, nº 1203, maçõ 39, APERS.

⁸⁸⁰ Depoimento da testemunha Manoela dos Santos e Felipe Durgante. Idem.

⁸⁸¹ Depoimento de Manoela dos Santos (40 anos, solteira, lavadeira). Idem

⁸⁸² Depoimento de Felipe Durgante (40 anos, casado, artista). Idem

apenas “um grupo de mulheres que brigavam no meio da rua”. A distância o atrapalhou para identificar quem eram elas.

O mesmo depoente declarou “ser voz geral” na comunidade que Ernesta Cattani e Maria Colla eram as responsáveis por espancar Margarida por ter essa “injuriado à honra das acusadas”.⁸⁸³ Apenas esse depoimento sugeriu o que motivou as agressões físicas à Margarida, dando, assim, indicações de que a ação de ambas era reconhecida como legítima.⁸⁸⁴ Ao que parece a viúva fez circular na comunidade alguma notícia sobre a honra das duas mulheres. As outras testemunhas preferiram silenciar sobre as razões que levaram as réis a agirem de tal modo. Seguramente, compartilhavam da visão de que o assunto deveria ser resolvido localmente, não sendo necessário que as agressoras fossem encaminhadas ao tribunal, fato esse que poderia prolongar as disputas na comunidade. Os vínculos entre os vizinhos e famílias aparentadas se tornavam um “escudo” de proteção contra as ameaças externas, além disso, esta forma de punição era reconhecida localmente (BIANCO, 2005, p. 26).⁸⁸⁵

A população possuía recursos próprios de ajustamento que não eram considerados legítimos pelas autoridades do Estado. Essa diferença fica perceptível na avaliação das testemunhas em não condenar o comportamento das acusadas. Como estratégia de proteção, os vizinhos de Maria Colla e Ernesta Cattani não forneceram maiores explicações sobre os procedimentos das acusadas. Provavelmente, partilhavam da ideia de que era direito delas exporem ao constrangimento a responsável por “injuriar a honra” das mesmas.⁸⁸⁶ A reprovação e censura pública também eram válidas por ter Margarida buscado proteção junto ao subdelegado Claro de Oliveira. Desse modo, na tentativa de responder às violências, a viúva só fez aumentar a fúria das vizinhas ao recorrer à autoridade policial. As atitudes dramáticas, humilhantes e simbólicas de reprovação perante os olhares da população local se

⁸⁸³ Depoimento de Antônio Londero (38 anos, casado, negociante). Idem

⁸⁸⁴ Neste caso, as relações econômicas e vínculos de confiança que ligavam a família de Angelo Cattani a de Antônio Londero eram aspectos importantes no momento que o último deu seu depoimento no processo-crime que corria contra a mulher de Cattani. Em junho de 1896, o comerciante Antônio Londero havia emprestado a quantia de setecentos mil réis para Angelo Cattani e sua esposa Ernesta Bianchi, com prazo de dezoito meses para concluir o pagamento. Como garantia, os devedores hipotecaram dois lotes urbanos com suas respectivas casas localizadas na sede da ex-Colônia Silveira Martins. Transmissões/notas, Santa Maria, 4º Distrito, Livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898, p. 69). APERS.

⁸⁸⁵ O papel da comunidade rural, enquanto entidade que procurava se defender contra as ameaças externas encaminhando a resolução local dos conflitos, foi analisado na obra *Contadini, sbirri e contrabbandieri nel Friuli del settecento* por Furio Bianco (2005).

⁸⁸⁶ Os falatórios, gestos e rituais marcavam as relações entre a vizinhança e expressavam a “opinião pública”. São elas as manifestações mais difíceis de perceber quando se analisa os conflitos através das fontes escritas. Porém, devem ser buscadas porque são extremamente importantes para se pensar os dramas e acontecimentos cotidianos (FARGE, 1992).

aproximam dos rituais de *charivari* muito presentes nas comunidades rurais da Europa pré-industrial.⁸⁸⁷ Os atos de desaprovação coletiva contra os transgressores combinavam violência física com palavras ofensivas e atitudes obscenas, semelhantes às praticadas contra Margarida Ceratti.

Para entender o significado dos conflitos é preciso compreender o contexto que conferia sentido a determinadas palavras e comportamentos. As ofensas graves à honra feminina, geralmente se encontravam ligadas a preocupações de caráter sexual: castidade, fidelidade e virgindade. As imigrantes Ernesta e Maria, por meio do ritual de humilhação, buscaram reparar os prejuízos à própria reputação. Apesar da manutenção da paz ser um dos valores prezados nos núcleos coloniais, as vinganças através de violências físicas eram necessárias enquanto recursos de controle. Na esfera cotidiana, as pessoas faziam escolhas que podiam passar da simples murmuração para o confronto e escárnio público. E tais ações não resultavam da revolta de apenas uma pessoa, mas de todas as famílias envolvidas, apesar de os confrontos terem participantes reduzidos. Compensações por ofensas à honra eram buscadas num primeiro momento fora dos tribunais, pois somente desse modo seria possível o estabelecimento de posterior reconciliação.

As injúrias que ameaçavam a reputação das mulheres podiam estar ligadas a julgamentos em relação ao comportamento sexual. A opinião pública que se formava localmente era responsável por evitar ou aumentar os prejuízos à reputação das envolvidas. Por isso, os embates, as vinganças e as punições ocorriam invariavelmente na estrada e sob o olhar da vizinhança.⁸⁸⁸ De diferentes modos, as famílias se encontravam envolvidas nas disputas que aconteciam na comunidade, pois partilhavam da compreensão de que tinham obrigação moral de auxiliar na restauração da tranquilidade (FARR, 1987, p. 846).⁸⁸⁹ A assistência poderia vir de modos e ocasiões diversas. Como, por exemplo, a proteção

⁸⁸⁷ Rituais de punição pública nas comunidades camponesas do Friul durante o período moderno foram estudados por Furio Bianco (2005). As formas de controle exercidas pelas comunidades foram estudadas por Edward Thompson (1991, p. 360-363) através dos rituais de *charivari* e *rough music*. Essas práticas se manifestavam em sociedades tradicionais como mecanismo de exposição e punição – por meio de espetáculos no “teatro da rua” – das atitudes escandalosas. Blasfêmias, obscenidades e ritos de humilhação se dirigiam contra adultérios e outras ofensas às normas sexuais. Tais manifestações demonstravam a existência de práticas autorreguladoras por parte das comunidades.

⁸⁸⁸ A honra e fama dos indivíduos enquanto aspectos controlados pelas fofocas e avaliações públicas expressadas localmente aparecem como características vivenciadas em comunidades da península itálica. Estudos ressaltam que os comentários, rumores e palavras eram formas de controle exercido pela vizinhança (RUGGIERO, 1987, 756; FARR, 1987, p. 849).

⁸⁸⁹ Os crimes ocorridos nas vizinhanças, consequência dos assaltos nas estradas, seguiam invariavelmente uma progressiva troca de acusações verbais e calúnias ligadas a algum aspecto da sexualidade mais do que qualquer outro motivo, segundo observações de James Farr (1987, p. 846).

dispensada às agressoras no momento em que essas estavam sendo julgadas pelas leis do Estado.

Nos núcleos coloniais, as imigrantes procuravam exercer uma vigilância cotidiana sobre os comentários e comportamentos ocorridos na vizinhança. As redes de sociabilidade era o campo privilegiado através dos quais colocavam em funcionamento as solidariedades, controlavam as opiniões e se comunicavam sobre a necessidade de desafrontas públicas.⁸⁹⁰ Dessa maneira, a participação das mulheres em conflitos e outros ritos de violência permitem refletir sobre os papéis femininos e, principalmente, a atuação prática na vida cotidiana dos núcleos de colonização italiana.

A partir destas disputas é possível perceber que a mulher imigrante não deixava de se envolver em assuntos relacionados à defesa da reputação. De forma agressiva, através de palavras, golpes e punições físicas e simbólicas, forneceram respostas imediatas às desconfiças que contra elas circulavam, repreendendo a ofensora. No caso anteriormente descrito, se percebe que o castigo contra a viúva Margarida se apresentava como um corretivo humilhante que deveria ser assistido pela comunidade, tanto que as agressoras convidaram a população para presenciar o acontecimento, demonstrando a legitimidade que possuíam. Ao mesmo tempo, ratificaram o repúdio à possível interferência das autoridades policiais em embates de desafronta da honra.

Os comentários sobre o castigo público foi um assunto que ficou presente por longo período entre as pessoas da sede Silveira Martins. A punição aplicada fazia parte de um repertório de corretivos que tinha por objetivo castigar e revidar insultos à honra sexual feminina.⁸⁹¹ Nas regiões coloniais, as mulheres foram responsáveis por desempenhar papel significativo no exercício de controle social. Também compartilhavam de um vocabulário de sinais e atitudes que podiam ser usadas contra a adversária, uma vez que eram compreendidas por aquelas que faziam parte do mesmo universo cultural. De tal modo, o comportamento das imigrantes que “baixaram a roupa” da agredida, “exibindo o traseiro”, batendo nas “partes íntimas” e arrancando os “cabelos dos órgãos genitais” fazia parte de um ritual de humilhação simbólica, compartilhado e aceito. Tais atos aparecem como um tipo de punição feminina

⁸⁹⁰ Sobre a importância da palavra dita, dos gestos, ritos e práticas observáveis enquanto expressão da opinião dos populares, ver: FARGE, 1991b: 2011; JULIA, 1998. Destaca-se, aqui, a obra *O sabor do Arquivo* de Arlette Farge (2009, p. 14). A documentação policial permite apreender através de um punhado de palavras e rumores as pessoas de baixa condição e seus dramas cotidianos.

⁸⁹¹ A honra não tem o mesmo sentido para homens e mulheres. Segundo J. Pitt-Rivers (1993, p. 295), ao discutir conceitos como graça e honra, a reputação masculina deve ser conquistada, ganhada, aumentada e defendida frente a um rival. Já a honra das mulheres relaciona-se à existência de “virtude e pureza sexual” e por isso deve ser protegida contra as “más línguas”.

presente nas manifestações populares vivenciadas nas sociedades europeias da época moderna (DAVIS, 1900; GARRIOCH, 1997, p. 136).⁸⁹²

Por meio da avaliação dos depoimentos contra as réis Ernesta e Maria, percebe-se que o episódio envolvendo as três mulheres não fez com que os imigrantes avaliassem de forma negativa o comportamento das acusadas. Diferentemente da reportagem apresentada no jornal *Combatente*, da cidade de Santa Maria. Nesse periódico, o acontecimento foi descrito como um “evento revoltante”, uma vez que duas mulheres deram “uma grande sova” na viúva Margarida, “deixando-a por morta”. Também condenaram o fato de ter sido a “infeliz” vítima “exposta em estado de Eva no Paraíso” e das acusadas realizarem outros atos que “a moral não permite que sejam divulgados.”⁸⁹³

Mas o fato de os imigrantes não descreverem a agressão como um “ato deplorável” – conforme a reportagem – não significa que as agressoras tenham recebido total aprovação na comunidade. Apesar da aparente tranquilidade perceptível através da fala das testemunhas, a realidade interna era permeada por avaliações conflitantes e rivalidades, porém, essas divergências deviam ser contidas frente às ameaças externas. A opção tomada pelos depoentes foi a de não comprometer e nem agravar a situação das réis. Esse comportamento expressa um dos princípios seguidos pelos imigrantes quando membros das famílias locais estavam sendo julgados no tribunal. Logo, as proteções acionadas pelas redes de solidariedade se faziam mais forte quando os investigados por crimes gozavam de boa fama entre a população.

Enquanto as investigações avançavam, não se constatou indicação de que as partes em conflitos houvessem firmado algum acordo extrajudicial. Verificou-se apenas que, meses após o conflito, em 13 de abril de 1897, o imigrante Angelo Cattani e a esposa Ernesta passaram procuração a Francisco de Abreu Vale Machado – intendente municipal de Santa Maria – autorizando-o a vender os dois lotes urbanos que possuíam na sede da ex-Colônia Silveira Martins. Antes disso, em 2 de abril daquele mesmo ano, Margarida Ceratti – vítima das agressões – havia contestado a posse de uma das propriedades colocadas à venda por causa do processo criminal que corria contra Ernesta Cattani.⁸⁹⁴ O comportamento sugere que a viúva havia demandado, provavelmente motivada pela agressão ocorrida meses antes, o direito de posse sobre um dos lotes de terra da família Cattani. Não foi constatada a existência de transações ou dívidas anteriores entre Margarida e o casal. Por isso, acredita-se que o lote de

⁸⁹² A injúria através do ato de levantar o vestido da rival em público, expondo à humilhação perante a comunidade, é uma prática que se encontra em diferentes sociedades onde o sentimento de honra relacionado às questões sexuais se faz presente (BORDIEU, 2002, 1988, p. 191).

⁸⁹³ Jornal *O Combatente*, de janeiro de 1897. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC).

⁸⁹⁴ Transmissões/Procurações, Santa Maria, 4º Distrito, p. 10, APERS.

terra em litígio atendia como indenização exigida pela vítima no processo criminal que corria contra a agressora Ernesta Cattani.

Não se encontrou registros que certificassem a comercialização das terras sinalizadas na procuração passada pela família Cattani ao intendente de Santa Maria, deixando indicações de que aquele procedimento era apenas uma opção provisória para garantir a proteção dos bens fundiários.⁸⁹⁵ Logo na sequência, em 4 de junho de 1897, Ernesta Cattani e Maria Colla foram recolhidas à cadeia municipal de Santa Maria onde deveriam aguardar o julgamento final pelo crime praticado contra Margarida Ceratti. No decorrer do inquérito, a justiça encontrou dificuldades em provar a culpabilidade das acusadas. As testemunhas apenas afirmavam o que haviam “ouvido dizer” sobre a identidade das agressoras, tendo somente avistado de “longe” o desenrolar do conflito ocorrido numa das ruas da sede.

Deste modo, foram as imigrantes Ernesta e Maria libertadas e o processo arquivado. Esse tipo de prática era recorrente nos julgamentos de crimes em que famílias de imigrantes de uma mesma comunidade se encontravam envolvidas. Uma das principais características era a formação de redes de proteção e solidariedade, reflexo da existência de escolhas de pacificação local. O desenvolvimento de uma articulação privada entre as famílias envolvidas em desavenças – prejudicadas na manutenção da sobrevivência e da reputação – apresentava-se como uma saída proveitosa, porém, nem sempre esses acordos findavam no âmbito familiar e comunitário. Em muitos casos, somente depois que o crime estava sendo julgado pela justiça do Estado que as partes em disputa procuravam estabelecer um acordo para restaurar a paz.

8.5 A história de Amália e de seus dois irmãos

Verificou-se no conflito anterior que a rua foi o cenário propício para punir e expor a adversária à humilhação diante da comunidade. Mas era no anonimato da estrada que ocorriam os piores delitos, como assaltos, vinganças e mortes. Geralmente, a emboscada era realizada contra opositores depois de troca de ofensas ocorridas em locais públicos, nos espaços de sociabilidade como as casas de negócios. Então, a escuridão da noite era utilizada para punir os rivais, buscando, ao mesmo tempo, se proteger contra possíveis perseguições

⁸⁹⁵ Angelo Cattani possuía lote rural na Linha Um Norte, e havia adquirido dois lotes urbanos na Sede através de compra, conforme registro de transação de setembro de 1895. No entanto, constata-se que o título de propriedade havia sido passado ao comprador em 23 de abril de 1894, demonstrando, assim, que o registro cartorial da venda ocorria tempos após ter sido realizado o pagamento. Transmissões/Notas, Santa Maria, 4º Distrito, livro 1 (1895-1898), p. 41, APERS.

por parte das autoridades policiais. A prática de punir injúrias à honra era um direito tanto das mulheres quanto dos homens. E o tipo de punição escolhida dependia da natureza do agravo, sendo compreensível aos olhos da comunidade. Conforme se verá na sequência, a estrada, deserta e escura, podia ser escolhida como cenário de crimes e punições violentas

Em 1883, o imigrante Natal Cargnelutti havia partido de Genoma, província de Udine, norte da Itália, para se estabelecer na região da ex-Colônia Silveira Martins. Juntamente com outros familiares se instalou no Núcleo Norte – atual município de Ivorá – e, ali, adquiriu seu próprio lote de terra, próximo ao dos parentes. Passado alguns anos, se casou com a italiana Amália Guttin, emigrada da *comuna* de Pianezze (Vicenza), com os pais e irmãos. Todos haviam se transferido juntos para o Brasil, através do Vapor *Habsburg*, se instalando no referido núcleo colonial.⁸⁹⁶ Porém, um fato iria marcar tragicamente o destino de alguns dos integrantes das famílias. Depois de alguns anos casados, Natal Cargnelutti foi “encontrado morto na estrada que vai da sede [Núcleo Norte] até a sua residência”, com graves ferimentos na cabeça, sinais de “morte violenta”, de acordo com o registro civil de óbito.⁸⁹⁷

Na noite do dia 11 de março de 1900, por volta das oito horas da noite, o referido imigrante voltava para sua residência após ter permanecido longo período reunido com os conterrâneos em casa de negócio localizada na sede do Núcleo Norte. Ao chegar em casa, iniciou “forte discussão” com a esposa Amália Guttin (30 anos, agricultura). Durante o bate-boca, os imigrantes Ricardo Guttin (34 anos, casado, agricultor, serrador) e Reinaldo Guttin (36 anos, casado, agricultor), irmãos de Amália, se encontravam do lado de fora da residência escutando tudo. De acordo com o processo-crime, a irmã fez sinal para que ambos invadissem a casa e espancassem o cunhado, dando-lhe diversas pauladas na cabeça. Com a violência do ato, Natal Cargnelutti (38 anos) veio a falecer em consequência dos ferimentos recebidos. Após isso, o corpo foi transportado até a estrada e deixado de bruços em frente ao cemitério. O cadáver foi deixado junto ao cavalo “encilhado” de Natal, fazendo parecer que o mesmo havia sido atacado na estrada.

Segundo a promotoria, tudo foi orquestrado com o “evidente propósito de simular” e fazer acreditar que o imigrante havia sido agredido por inimigos naquele ponto da estrada enquanto retornava para a própria residência.⁸⁹⁸ As autoridades consideraram ser esta a versão mais factível após terem interrogado algumas testemunhas. Porém, o principal responsável por formular este ponto de vista foi o comerciante Francisco Fantoni, que, na condição de

⁸⁹⁶ Relação de distribuição dos lotes coloniais no Núcleo Norte e Núcleo Soturno (RIGHI, 2001, p. 186, 198).

⁸⁹⁷ Registro civil de óbito. Transcrição realizada pelo padre Luiz Sponchiado, 12 de março de 1900. CPG-NP.

⁸⁹⁸ Relatório do delegado de São Martinho, 2 de julho de 1900. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

inspetor distrital, iniciou imediata investigação, recolhendo provas e escrevendo minucioso relatório sobre as circunstâncias da morte de Natal Cargnelutti.

De acordo com tal relatório, Amália começou a demonstrar “sentimento” de preocupação com a demora de seu marido que não chegava em casa naquela noite, confessando isso a Domingos Petto (16 anos, lavrador), empregado que residia e trabalhava com a família. A esposa temia que Natal tivesse brigado com alguém na sede do núcleo colonial. Por ser muito tarde, apenas na manhã seguinte sairiam em busca do desaparecido. No amanhecer do dia 12 de março, o jovem Domingos foi em direção à sede do Núcleo Norte e, após ter caminhado alguns quilômetros pela estrada principal, deparou-se com o corpo de Natal caído no chão e com o cavalo próximo ao local.⁸⁹⁹ Apesar de as circunstâncias sugerirem que o imigrante havia sofrido um acidente, logo a população passou a suspeitar de Amália, principalmente porque havia comentários atestando a existência de sérios conflitos entre o casal. Estas suspeitas iriam mudar o destino de Amália e seus dois irmãos, Reinaldo e Ricardo, já que esses foram denunciados pelos conterrâneos como os responsáveis pela morte.

Quando comunicado do ocorrido, o inspetor Francisco Fantoni – que também era dono da casa de comércio onde a vítima Natal Cargnelutti havia passado à tarde do dia 11 bebendo e conversando com os conterrâneos – deu início às investigações. Enquanto autoridade máxima da comunidade do Núcleo Norte (4º Distrito do município de São Martinho) e na “falta de subdelegado de política”, o italiano por “direito” começou as “averiguações policiais” apoiado por outros imigrantes do lugar.⁹⁰⁰ Assim, primeiramente realizou o auto de delito na presença de testemunhas e do escrivão distrital Alexandre Pasqualini, constatando ter sido a morte de Natal “causada por grossas bengaladas” proferidas na cabeça. Nenhum outro objeto foi encontrado junto ou próximo ao corpo da vítima, fundamentando a ideia de que Natal não fora atacado naquele lugar. A comitiva seguiu, então, para a casa da viúva Amália em busca de esclarecimentos sobre o caso. Ali foram interrogados o empregado Domingos, a esposa Amália e um dos irmãos.

Dessa averiguação inicial constataram alguns indícios como “gotas de sangue” no casaco do irmão de Amália, Reinaldo, bastões de madeira ensanguentados e mais sinais de sangue em objetos domésticos da casa. Tais informações foram apresentadas no auto de busca

⁸⁹⁹ Depoimento de Domingos Pretto. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹⁰⁰ Relatório realizado pelo Inspetor Distrital, Francisco Fantoni. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

realizado pelo inspetor distrital Francisco Fantoni.⁹⁰¹ Logo, foi decretada a prisão de Amália e os dois irmãos, Reinaldo e Ricardo, em 15 de março de 1900, somente quatro dias após a morte de Natal. Conduzidos até as autoridades policiais do município de São Martinho, ali foram submetidos a novos interrogatórios. Quando questionada, a viúva negou que houvesse objetos ensanguentados em sua casa, muito menos que tivessem sido utilizados para matar o marido, alegando que diversas pessoas a visitaram na tarde do dia 12, dentre esses o inspetor distrital, e ninguém havia percebido nada.⁹⁰²

Durante a visita do dia 12 de março à casa de Amália, o jovem Domingos Pretto foi interrogado “secretamente” por alguns chefes de família do Núcleo Norte, com consentimento do inspetor Francisco Fantoni. Em quarto fechado, um italiano “armado de facção” ofereceu a Domingos o valor de vinte mil réis para que prestasse depoimento diante das autoridades policiais.⁹⁰³ Assim, talvez coagido, o jovem aceitou fornecer esclarecimentos sobre a morte. Domingos narrou que ao voltar de uma roça vizinha, aonde tinha ido caçar, aproximou-se da casa de Amália e Natal, ouvindo que ambos se ofendiam com “palavras em voz alta”. Na sequência, o local foi invadido por Reinaldo e Ricardo. Também relatou que, a seguir, escutou sons de pauladas, acreditando terem sido os irmãos os responsáveis por agredir Natal.⁹⁰⁴

Mesmo não tendo visto os irmãos praticando o crime e transportando o corpo de Natal Cargnelutti até a estrada onde foi encontrado, o depoimento de Domingos confirmou as suspeitas já existentes entre alguns imigrantes da comunidade. A esposa Amália em combinação com os dois irmãos havia levado a cabo o projeto de se livrar definitivamente do marido e cunhado. As detalhadas informações apresentadas no relatório do inspetor distrital, elaboradas a partir do interrogatório da testemunha Domingos Pretto, foram aceitas integralmente pelo delegado de São Martinho. Desse modo, em 16 de março de 1900, o delegado encaminhou a denúncia à instância judiciária para desenvolver novas investigações. É preciso ressaltar que o inspetor distrital e outros italianos agiram rapidamente, e por conta própria, após a morte de Natal. Essa mobilização comprova que eles tinham fortes suspeitas sobre a autoria do crime. Tal articulação deve ser entendida como um mecanismo autônomo de investigação sobre episódios que apresentavam riscos para a segurança da comunidade.

⁹⁰¹ Auto de corpo de delito; Auto de busca, realizado pelo Inspetor distrital Francisco Fantoni, os agricultores João Faccin e Augusto Peripolli, e pelo escrivão Alexandre Pasqualin, em 12 de março de 1900. Idem

⁹⁰² Interrogatório de Amália Guttin. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹⁰³ Depoimentos: Pedro Elias e Domingos Pretto. Idem.

⁹⁰⁴ Depoimento de Domingos Pretto. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

Para a população colonial, eram os irmãos de Amália, Reinaldo e Ricardo, os autores do “bárbaro crime”.⁹⁰⁵

Segundo o inspetor de quarterião Pedro Elias (49 anos, casado, jornalista), Natal Cargnelutti era um “homem inofensivo que não tinha inimigos”. No entanto, declarou que já havia atuado como conciliador, ou seja, tentado mediar à paz entre Natal e outros imigrantes. Acrescentou que Natal e Reinaldo (um dos irmãos de Amália) trocavam insultos seguidamente, mas, serenados os ânimos, se harmonizam até que “novamente surgiam atritos”. Em outro momento, também teve de repreender Natal e Pedro Tonnel (22 anos, casado) devido às disputas existentes entre eles.⁹⁰⁶ Um ano antes da morte do primeiro, o imigrante Tonnel havia esperado o rival em emboscada na estrada a fim de solucionar os atritos existentes entre eles. Contudo, o plano da emboscada não foi completado. Apesar do envolvimento da vítima em disputas com o referido contrerrâneo, os depoimentos dos imigrantes apenas indicaram como culpados a esposa Amália e seus dois irmãos.

Outros dois depoentes, de nacionalidade brasileira, ressaltaram o fato de que Pedro Tonnel já havia sido repreendido pela autoridade local por causa de disputa que mantinha com Natal Cargnelutti. A testemunha José Pires de Almeida (40 anos, casado) afirmou ter ajudado o inspetor de quarterião a prender os “dois cidadãos”, Natal e Pedro. Esse último confirmou que se uniu “ao conhecido Reinaldo Guttin para esperarem o rival [Natal] em emboscada, mas “convenceu o companheiro a desistir”. Também afirmou que no núcleo colonial “dizia-se geralmente” que tinham sido os acusados “os autores do crime”. No entanto, antes disso nada havia ouvido falar que desabonasse o comportamento dos denunciados ou indicasse o “mau passado” dos mesmos.⁹⁰⁷ Também era do conhecimento que o imigrante Natal “se entregava ao vício da embriagues” e que nesse estado se tornava “provocante, o que sabe por ter visto muitas vezes”, segundo afirmou Virgílio Carvalho.⁹⁰⁸ Sobre o procedimento da vítima, o inspetor Pedro Elias acrescentou que Cargnelutti, “quando tomava seus tragos, se tornava

⁹⁰⁵ Conforme notícia publicada no jornal *O Combatente*, Amália foi presa na casa de negócio de Francisco Fantoni, aonde “trabalhava como caixeira”. Ali mesmo foi submetida à inspeção, sendo com ela encontrado “uma faca e um revólver”. Motivada pela indignação, teria procurado fazer justiça através da “Lei do Linch[amento]”. Reportagem do jornal *O Combatente*, 01 de abril de 1900. ACMEC. Os outros dois suspeitos foram presos na casa do irmão Bortolo Guttin, onde estavam trabalhando, dias após o crime. Interrogatório do réu Ricardo Guttin. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹⁰⁶ Depoimento de Pedro Elias. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹⁰⁷ Depoimento de Pedro Tonnel. Idem

⁹⁰⁸ Depoimentos: Virgilio Carvalho (20 anos, casado, jornalista), José Pires de Almeida. Idem

inoportuno em casa”, além de queixar-se muito da esposa, acusando-a de “sempre andar ao lado de brasileiros”.⁹⁰⁹

Através das declarações das testemunhas, principalmente dos italianos, percebe-se que houve empenho em reforçar a responsabilidade pelo crime à viúva e aos irmãos. Em nenhum momento descreveram que a vítima tinha “o vício da embriaguês” – a não ser os depoimentos dos brasileiros – e que, por conta disso, se tornava “muito provocante”. Em relação ao acusado Reinaldo, este também foi apontado com o “costume de beber”, e, quando embriagado, se “tornava provocante e brigador”.⁹¹⁰ Quanto ao irmão Ricardo, nada foi sugerido, pois esse não residia no Núcleo Norte, apesar de estar na região “há cerca de vinte dias em busca de trabalho”, argumentando que no lugar onde morava não tinha serviço. Certamente, a presença do irmão reforçou as suspeitas sobre as ações dos acusados.

No decorrer do processo criminal, novos depoentes colaboraram para fazer com que os denunciados fossem considerados culpados pelo crime. Em testemunho, José Dellapiani (25 anos, solteiro, agricultor) afirmou ter ouvido o pai de Amália apontar a filha como culpada pela morte do marido. Era sabido por todos que desde há algum tempo a esposa vinha “planejando colocar fim à vida do companheiro”, escrevendo “muitas cartas ao irmão Ricardo [residente na Colônia Jaguari] para que ele viesse para o Núcleo Norte”. Segue expondo que todos os vizinhos tinham conhecimento das constantes brigas existentes entre o casal e também entre os cunhados. Assim, com a notícia da morte de Natal Cargnelutti, o “povo se achava indignado, não querendo de modo algum o regresso de semelhante gente” [os irmãos acusados] para o núcleo colonial.⁹¹¹ O fato de o imigrante Reinaldo – cunhado da vítima – não ter boa fama entre os conterrâneos, sendo apontado como “brigador e provocante”, contribuíram para que fosse apontado como o principal suspeito, além da irmã que vivia em constante conflito com o marido. No entanto, durante o desenrolar do processo, todos os três acusados negaram participação no crime.

Era do conhecimento dos vizinhos que Amália e o marido não viviam em harmonia. O casal não tinha filhos e contava com a colaboração do jovem Domingos para os trabalhos na lavoura. As frequentes brigas ocorridas no espaço doméstico, comentadas na vizinhança, eram consequência dos ciúmes, desconfianças e bebedeiras do marido.⁹¹² Pessoas próximas já

⁹⁰⁹ Depoimento de Pedro Elias. Idem

⁹¹⁰ Depoimento de José Dellapiani, Pedro Tonnel. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹¹¹ Depoimento de José Dellapiani. Idem.

⁹¹² Informações do padre Luiz Sponchiado sobre as pesquisas orais realizadas entre os descendentes de imigrantes sobre a vida do casal Natal Cargnelutti e Amália Guttin. Bloco de anotações, CPG-NP.

havia interferido nos conflitos domésticos a fim de apaziguar os ânimos do casal. Segundo o inspetor de quarteirão Pedro Elias, a imigrante Amália era bem relacionada no Quarto Distrito (do município de São Martinho) e que uma das “alterações” que tivera com o marido se devia ao fato desse não querer que “sua mulher tivesse relações de amizade com brasileiros ali residentes”.⁹¹³ O relacionamento de amizade com pessoas que não pertenciam ao grupo de imigrantes podia, sim, ser um dos motivos das brigas, pois tal conduta de Amália pesava negativamente na própria comunidade, ocasionando, portanto, a repreensão do marido insatisfeito.⁹¹⁴

Quando interrogada no tribunal, Amália expôs que entre ela e o marido havia apenas “pequenas dúvidas” habituais. O motivo principal das brigas se devia ao fato dela desejar que o companheiro “tratasse com mais amabilidade as pessoas”, ou seja, que fosse mais educado com os outros. Negou ter qualquer participação na morte do esposo, e não sabia a quem atribuir à autoria do crime, uma vez que o mesmo tinha “inimizades com diversos indivíduos”. Por isso, considerava provável ter sido o crime praticado por algum de seus inimigos. Alegou ter falado com o marido pela última vez na casa de Francisco Fantoni logo após ter assistido a missa, momento esse em que o convidou para ir embora. Porém, Natal permaneceu durante toda aquela tarde no estabelecimento comercial bebendo com outras pessoas.⁹¹⁵

Passado um mês do crime, enquanto os acusados estavam sendo julgados no município de São Martinho, segundo ordem judicial foram todos os bens pertencentes à viúva Amália confiscados. Dentre esses, constavam diversos utensílios domésticos, os móveis da casa, ferramentas de cultivo, uma arma de caça, quinze porcos de diferentes tamanhos e “oitocentas taboinhas lascadas”. Mas o mesmo não ocorreu com os réus Reinaldo e Ricardo, visto ter sido alegado que o primeiro apenas possuía uma colônia de terra [22 hectares] no Núcleo Norte, enquanto que o segundo residia em outra municipalidade.⁹¹⁶ As terras e o patrimônio de ambos os irmãos ficaram sendo administrados pelas esposas e filhos dos mesmos.⁹¹⁷ Assim, com o confisco e a venda dos bens para pagar os custos do processo,

⁹¹³ Depoimento de Pedro Elias. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹¹⁴ Depoimento de José Dellapiani. Idem

⁹¹⁵ Interrogatório de Amália Guttin. Idem.

⁹¹⁶ Auto de sequestro dos bens, 14 de maio de 1900. Idem

⁹¹⁷ O imigrante Reinaldo Guttin possuía diversos filhos, todos menores de doze anos. O primeiro nasceu em 1890. Constatou-se nos livros de registro da paróquia de Silveira Martins que, até 1896, havia tido quatro filhos. Sabe-se que, posteriormente, nasceram outros, porém, esses não foram localizados entre os batizados da referida paróquia. Do imigrante Ricardo Guttin localizou-se apenas o registro do primeiro filho, ocorrido em 1897,

ficava totalmente comprometido o retorno de Amália para o núcleo colonial, caso fosse ela considerada inocente. Dias antes de ser preso, Reinaldo Guttin viu o nascimento de seu último filho. Com a ausência do marido, a esposa teve de contar com a colaboração dos familiares que residiam em terras contíguas, já que antes do incidente se percebe a cooperação entre os irmãos.⁹¹⁸

Manifestações de apoio partiram de amplo grupo de imigrante pertencentes à colônia Jaguari, onde morava outro dos irmãos de Amália, Ricardo Guttin. Deste local foram escritas duas cartas abaixo-assinado às autoridades policiais de São Martinho em favor do réu. As cartas ressaltavam o bom procedimento do mesmo, apresentando-o como indivíduo de boa conduta e bom pai de família. Apesar de não residirem na referida colônia, Amália e Reinaldo também foram descritos como boas pessoas, honestas e trabalhadoras. Em uma das cartas, assinada por trinta e três italianos, inclusive o vigário do núcleo colonial, atestava-se ser positivo o desempenho do réu Ricardo entre a população da colônia Jaguari. Apesar dessa tentativa de auxílio, fruto de iniciativa de chefes de família daquela paróquia, nada adiantou, pois na sequência os réus foram condenados.⁹¹⁹

Independente disso, percebe-se que na Colônia Jaguari as redes de solidariedade se mostraram eficazes, ao contrário do que ocorreu no Núcleo Norte onde viviam os pais dos acusados. Conforme afirmou um dos depoentes, “o povo” não desejava “de modo algum” o regresso de Amália, Ricardo e Reinaldo para a comunidade.⁹²⁰ Mais do que a busca pelo julgamento no tribunal, as testemunhas estavam empenhadas em garantir o afastamento dos acusados da região colonial. A mobilização de parte dos imigrantes da localidade do Núcleo Norte em prontamente denunciar os suspeitos às autoridades, auxiliando para que fossem condenados pela justiça, resultou em uma pena severa para Amália e os irmãos. Em novembro de 1900, no tribunal no município de São Martinho, os três réus foram condenados a trinta anos de prisão, e a pena deveria ser cumprida na casa de Correção de Porto Alegre. Além da morte, os réus foram acusados de forjar a cena do crime, carregando o corpo de Natal até a entrada do cemitério para que todos pensassem ter sido ele vítima de uma emboscada.

Angustiado pela situação vivida, Ricardo, meses antes do veredicto, começou a demonstrar “comportamento estranho”. Em agosto de 1900 foi transferido para o Hospício

provavelmente antes de ter se transferido para a Colônia Jaguari. Livros de Batismo de Silveira Martins, nº 3, p. 20, 52v; nº 5, p. 1, 29v, 52v. ADSM.

⁹¹⁸ Os imigrantes Reinaldo e Ricardo foram presos na casa do irmão Bortolo Guttin aonde se encontravam trabalhando em atividades de cultivo, colheita e de serraria. Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹¹⁹ Cartas abaixo-assinado de 28 de maio e 20 de julho de 1900. Anexadas ao processo crime. Idem

⁹²⁰ Depoimento de José Dellapiani. Idem

São Pedro, na capital Porto Alegre, para que médicos especialistas descobrissem se o mesmo padecia de alguma perturbação mental, visto que o “preso simulava loucura e mania aguda”.⁹²¹ No hospício permaneceu por quase dois anos, mantendo-se em “total silêncio”. De acordo com o relatório do diretor do hospício, Tristão de Oliveira Torres, durante todo o tempo em que ficou internado, Ricardo Guttin não praticou ato algum que indicasse sofrer de perturbação mental. O diretor apresentou provas disso ao descrever as atividades desempenhadas e o comportamento do imigrante na instituição:

Alimentava-se perfeitamente, mantinha hábitos de asseio, dormia calmo e tranquilamente vestia-se de acordo com as estações (...) tinha boa conduta e inteligência no serviço interno do estabelecimento, fazendo o que lhe era determinado, mantendo-se somente no mais absoluto mutismo. *Durante esse tempo nunca pessoa alguma lhe ouviu uma única palavra.* Enfermeiros encarregados de observá-lo de dia e de noite, bem como os trabalhadores que estão assentando as redes de esgotos deste estabelecimento, e que eram auxiliados por Ricardo Guttin, apesar de informados da suspeita simulação, nunca puderam apanhá-lo em falta. *Recebia as ordens e as cumpria com inteligência, respondendo por mímica, quando interrogado, sem nunca se trair.*

Mesmo trabalhando no Hospício São Pedro e em contato com diversas pessoas, Ricardo não pronunciou uma única palavra. Somente em março de 1902, ao ser atacado pela “febre tifóide”, começou novamente a falar. Durante a “convalescença da moléstia aguda”, o delírio o traiu não conseguindo mais manter-se em completo silêncio. Assim, voltou a conversar perfeitamente depois de restabelecido da doença. E, em agosto do referido ano, após novo interrogatório, Ricardo foi transferido para Casa de Correção de Porto Alegre. Nesse local, deveria cumprir a pena de trinta anos de prisão, igualmente como Amália e o irmão Reinaldo que já se encontravam recolhidos na instituição.⁹²²

Somente em março de 1929 Ricardo conseguiu sair da cadeia, transferindo-se, provavelmente, para junto dos filhos e da esposa que residiam em terras pertencentes ao município de Júlio de Castilhos, conforme o mesmo afirmou ao solicitar a liberdade condicional. Durante os vinte seis anos e quatro meses em que esteve preso na Casa de Correção, o imigrante se mostrou “dócil e trabalhador, mantendo boas relações com os companheiros e funcionários”. Primeiramente, trabalhou na oficina de marcenaria, depois por motivos de saúde passou a cuidar da limpeza e, por fim, durante os últimos anos, começou a

⁹²¹ Relatório do Hospício São Pedro apresentado ao presidente Antônio Augusto Borges de Medeiros, 20 de agosto de 1902, p. 277. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior [SIE.3-012], Arquivo Histórico do Rio Grande dos Sul, AHRs.

⁹²² Carta do diretor do Hospício São Pedro ao chefe de polícia, 15 de maio de 1902. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

levar, diariamente, a alimentação para os sentenciados.⁹²³ Ao ser posto em liberdade, o imigrante Ricardo contava com sessenta anos de idade.

A irmã Amália havia conseguido a liberdade condicional dois anos antes, em 1927. Passou vinte cinco anos e cinco meses presa, e, durante esse tempo, sempre trabalhou na oficina da alfaiataria, na sessão feminina da Casa de Correção. A mesma justificou que com a concessão da liberdade condicional não voltaria para o Núcleo Norte, antes iria morar com um sobrinho em São Francisco de Assis, e passaria a se dedicar à produção agrícola juntamente com os parentes que lá residiam.⁹²⁴ No entanto, trajetória diferente teve o outro irmão, Reinaldo, que com problemas pulmonares faleceu na prisão em dezembro de 1914.⁹²⁵

Em outubro de 1926, durante a sessão de julgamento do pedido de condicional de Amália, na presença do conselho penitenciário da Casa de Correção, o desembargador e consultor da instituição, Dr. Jacinto Godoy Gomes, fez longa exposição sobre o processo envolvendo os irmãos. Iniciou relatando que a condenação de novembro de 1900 havia sido confirmada pelo Superior Tribunal do Estado e, posteriormente, também pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo avaliação do desembargador, as provas em relação à autoria do crime contra Natal Cargnelutti “não eram convincentes”, antes “duvidosas e incertas”. O Dr. Jacinto Godoy Gomes acreditava que a morte do imigrante se tratava de um “crime accidental”, já que o mesmo era um sujeito “alcoolista crônico, e, como tal, irascível e turbulento”. Somado a isso, também destacou que não existia “prova forte e indispensável” contra Amália, ressaltando ser ela “mulher inteligente e que sempre contestou a acusação”, nunca confessando a participação na morte do marido, “protestando pela sua inocência”. Frente a todos esses motivos, e visto ser a conduta de Amália exemplar dentro da Casa de Correção, o pedido de liberdade condicional foi então aprovado por todos os membros do conselho.⁹²⁶

Não somente a viúva, mas também os dois irmãos sempre negaram terem cometido o crime. A opção do réu Ricardo Guttin de manter-se em completo silêncio durante longo período, conforme se apresentou anteriormente, reflete em parte a não vontade de colaborar com a justiça, consciente de que, independentemente de suas afirmações, nada mudaria a situação. Esta tripla condenação, se comparada a outros casos de crimes violentos ocorridos

⁹²³ Carta do administrar da casa de Correção de Porto Alegre de 21 de novembro de 1927 e 4 de dezembro de 1928. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, APERS.

⁹²⁴ Relatório informativo sobre o pedido de livramento condicional feito por Amália Guttin, 24 de junho de 1926.

⁹²⁵ Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, APERS.

⁹²⁶ Ata da sessão do conselho penitenciário, Porto Alegre, 14 de outubro de 1926. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

nas regiões de imigração italiana no Rio Grande do Sul, aparece como uma das mais severas, se não a mais dura, dentre os processos analisados neste trabalho. Os irmãos Guttin – Amália, Ricardo e Reinaldo – foram condenados a cumprir uma longíssima pena, como que servindo de exemplo para toda a região colonial, fazendo perceber a eficácia da justiça e reafirmando, assim, que cabia ao Estado o monopólio da punição.⁹²⁷

8.6 Um inspetor “analfabeto e incompetente”

Após a decisão do júri de condenar Amália e os dois irmãos como responsáveis pelo crime, o advogado dos acusados recorreu ao Superior Tribunal, apresentado as razões que tinham os réus para questionar a sentença. Segundo o advogado, havia indícios de irregularidades na investigação, principalmente na maneira como foram recolhidas as provas e depoimentos das testemunhas. Mas dentre os mais graves erros estava o procedimento do inspetor distrital do Núcleo Norte, Francisco Fantoni, que tomou as primeiras iniciativas para elucidar o crime ocorrido na comunidade. Para o advogado João Viana, o processo estava “cheio de invenções e contaminado desde a sua base” devido aos “caprichos” do inspetor Fantoni que, “esquecido de seus deveres”, estava empenhado em “vingar-se da mulher Amália”, realizando contra essa “a mais baixa perseguição”.⁹²⁸ O advogado advertiu para a existência de um “complô organizado” por alguns indivíduos da comunidade, dentre os quais se encontrava o inspetor, visando condenar Amália.

João Viana, em seu papel de defesa dos réus, argumentou que o processo era “monstruoso”, motivado por “vingança e criminosa parcialidade” do italiano Fantoni que, enquanto autoridade local, não tinha o “mínimo escrúpulo”. A principal prova do procedimento incorreto do “inspetor prevaricador” se justificava no fato de ter imaginado a existência de objetos com “gotas de sangue” quando da realização do auto de busca no dia seguinte à morte de Natal Cargnelutti.⁹²⁹ E ainda mais grave, os objetos foram recolhidos à casa de Fantoni antes da análise dos peritos. De acordo com a avaliação feita pelos peritos nos objetos “confiscados” da casa de Amália – vassoura, bastão, perna de banco e cabo de

⁹²⁷ Norbert Elias (1993) aponta que para o Estado ser aceito como instituição detentora do monopólio da força física e da justiça foi preciso um longo período, o que não ficou isento de resistências, conflitos e negociações. “Civilizar os costumes” implicava o “controle individual das pulsões, substituindo gradativamente a irrupção dos ‘afetos momentâneos’ por uma subordinação às regras e leis” (VELLASCO, 2004, p. 234).

⁹²⁸ Razões do recurso apresentado ao Egrégio Tribunal Superior por parte do advogado dos acusados, João R. Viana. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, 23 de novembro de 1900, APERS.

⁹²⁹ Razões do recurso apresentado ao Egrégio Tribunal Superior por parte do advogado dos acusados, João R. Viana. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, 23 de Nov. de 1900, APERS.

machadinha – não haviam sido encontrados quaisquer resquícios que provassem que os materiais tiveram algum contato com sangue. Apenas indicavam serem de uso cotidiano da casa.⁹³⁰ Frente a não constatação das “gotas de sangue” nos artefatos apresentados pelo inspetor Fantoni como provas do crime, o mesmo elaborou um falso documento para fazer valer os próprios intentos, segundo o advogado de defesa.

Movido pelo intuito de satisfazer interesses pessoais, Francisco Fantoni foi acusado de estar protegendo o “verdadeiro criminoso” – Pedro Tonnel –, “inimigo jurado” da vítima Natal Cargnelutti, na avaliação do advogado. Por tudo isso, julgava ser “triste e perigosa a situação” da população que pertencia ao distrito do Núcleo Norte que possuía um inspetor distrital sem escrúpulos, responsável, inclusive, por elaborar um “documento falso” para incriminar Amália e seus irmãos. Seguidor das próprias vontades, o “celebre inspetor” não deveria continuar no cargo de “juiz distrital do núcleo colonial”, pois, desse modo, a liberdade e a vida da população continuaria “a mercê de um grande ignorante”, que nem ao menos sabia os rudimentos básicos da própria língua.

O advogado não se cansava de denegrir a imagem do inspetor, argumentando, ainda, que o Estado republicano deveria lutar contra as autoridades distritais incapazes, pois não podia se agarrar a “um analfabeto” que não respeitava as leis existentes. Francisco Fantoni, por seu turno, sentia-se “feliz” porque havia resolvido rapidamente o caso da morte de Natal Cargnelutti, dando uma resposta aos conterrâneos. João Viana ressalta que não deviam permitir que o “juiz Fantoni”, agindo por “interesses particulares e de modo incompetente”, compromettesse os “sagrados direitos” dos cidadãos, aqui no caso de Amália e os dos irmãos. E ainda, acusou a referida autoridade de se valer dos “direitos mal adquiridos” e ditando as leis no distrito como bem entendesse. Para isso, o advogado revelou ao Superior Tribunal que Fantoni havia se “auto-promovido” procurador de Amália, vendendo os lotes de terra dela que estavam localizados no referido núcleo colonial. Era inadmissível que uma autoridade do Estado “usurpasse de modo vil” o que cidadãos honestos haviam conseguido com “sacrifício de abundante suor” e por meio de “honroso trabalho”.⁹³¹ As razões apresentadas por João Viana ao Superior Tribunal, apesar de estarem vinculadas a um plano específico elaborado pela defesa, oferecem indícios para que se percebam as articulações locais para afastar indivíduos indesejados da comunidade, a exemplo do caso de Antônio Stoch, visto no

⁹³⁰ Avaliação dos peritos nos objetos que se encontravam depositados na casa do juiz distrital Francisco Fantoni, 21 de novembro de 1900. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, março de 1900, APERS.

⁹³¹ Razões do recurso apresentado ao Egrégio Tribunal Superior por parte do advogado dos acusados, João R. Viana. In: Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, nº 784, Maço 5, 23 de Nov. de 1900, APERS.

capítulo anterior, e este de Amália Guttin e irmãos. Isto sem falar na dúvida que surge em função dos argumentos do advogado: teriam sido Amália, Ricardo e Reinaldo os verdadeiros culpados pela morte de Natal Cargnelutti? Seja como for, o recurso não surtiu efeito, pois os réus continuaram presos e cumpriram suas penas praticamente até o final. Na época do julgamento (1900), admitir o erro enfraqueceria a imagem de um Estado que buscava se impor.

Durante o processo, uma das queixas de Amália e do irmão Reinaldo era que o tribunal só ouvira pessoas que aqueles consideravam seus “adversários”, ou seja, ninguém favorável aos réus foi chamado para depor. Dentre as testemunhas se encontrava o imigrante Pedro Tonnel, apontado como “inimigo jurado” de Natal Cargnelutti e também suspeito por já ter tentado apanhá-lo em emboscada. O inspetor Francisco Fantoni e outros depoentes procuraram proteger aquele que era um dos principais rivais da vítima, não sendo o mesmo sequer investigado como autor do crime. Ao agir desse modo, Fantoni evitou que investigações mais profundas fossem realizadas na comunidade, o que poderia produzir perseguições indesejadas e prejuízos imprevisíveis à ordem local.

O que se tem de concreto é que houve, sim, ajustes e combinações que anteciparam a ida de Amália e os irmãos para a justiça do Estado. Os chefes de família esperavam que eles fossem condenados e saíssem definitivamente da comunidade para que essa voltasse a ter paz e harmonia. As pessoas que depuseram avaliaram o quanto podia ser contado às instâncias externas de poder, pois havia preocupação de que essa interferisse demais e abalasse a estrutura das famílias e as redes que as ligavam. Considerando que Amália trabalhava na casa de comércio do inspetor, e que o advogado o acusou de ser “prevaricador”, é possível acreditar que muito deixou de ser dito no tribunal. Pormenores que não vieram à tona e que poderiam ter mudado o destino de Amália e seus dois irmãos.

8.7 Ares que inspiram vingança

As estradas eram locais privilegiados para atacar os rivais. Tal procedimento aparece como uma prática de contra-ofensa, vingança ou modo de resolução das disputas entre indivíduos que residem numa mesma comunidade. Por vezes, os casos de emboscadas eram levados às instâncias policiais, principalmente quando o agredido falecia. Contudo, havia situações que exigiam cautela por parte das lideranças locais, como a que vitimou o pároco da sede da ex-Colônia Silveira Martins, nos primeiros dias de 1900. Três meses antes da morte

de Natal Cargnelutti, numa das estradas da região colonial, padre Antônio Sório foi encontrado caído ao lado do cavalo e gravemente ferido no “baixo ventre”. No primeiro capítulo, apresentaram-se as versões sobre essa “tragédia” que redundou na morte do pároco. Agora, serão elencados novos elementos deste “drama”.

Padre Antônio Sório retornava sozinho a cavalo da casa de um de seus sobrinhos que morava na localidade de Linha Dois Norte. Rumava para o centro urbano da sede da colônia quando teria sofrido uma grave “queda do cavalo”, levando-o ao falecimento dias depois. Essa primeira explicação – a única que consta nos documentos oficiais – não satisfez a população conhecedora dos conflitos, comportamentos e impasses envolvendo os indivíduos da comunidade, incluso o pároco. Através de comentários que começaram a circular na esfera local, outra versão surgiu, qual seja: a de que Sório fora vítima de uma emboscada, sendo o mesmo agredido por alguns indivíduos, portanto, não teria sofrido qualquer acidente. E não demorou para os imigrantes identificarem os responsáveis pelo ataque. Todavia, os motivos e os nomes dos suspeitos ficaram circunscritos aos sussurros e às conversas privadas, sem que fosse aberta investigação policial para averiguar o incidente que acabou por desencadear a morte do padre.

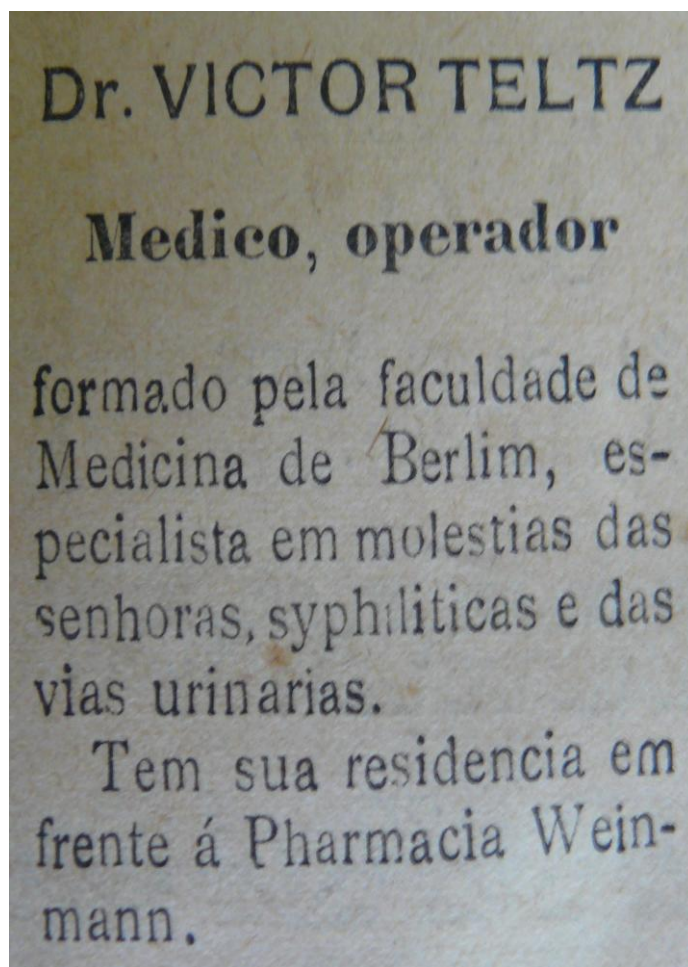
De maneira semelhante ao que ocorreu em outras situações, quando eventos ameaçavam a paz e a segurança da comunidade, rapidamente se formou um conselho de chefes de família do lugar para avaliar os caminhos a serem tomados naquele momento. Essa prática de julgamento, resolução, conciliação e estratégia de mediação privada indicam os traços de um tipo de “justiça negociada” que arbitrava os conflitos, decidindo pelo recurso judiciário ou não. No caso de Antônio Sório, após seu falecimento, não houve quem recorresse ao Estado para avaliar se as suspeitas que circulavam entre a população eram verídicas. Para que isso acontecesse, dependia de um movimento interno na comunidade, isto é, o grupo de parentes precisava de apoiadores para levar adiante um inquérito. Apesar das versões discordantes quanto aos motivos da morte do pároco, as famílias consentiram que não fosse aberta investigação, diferentemente do que ocorreu em relação ao imigrante Natal Cargnelutti quando os suspeitos rapidamente foram levados à justiça oficial.

As explicações oferecidas pela população da ex-Colônia Silveira Martins em relação ao evento que ocasionou a morte de Antônio Sório podem ser analisadas nos escritos de indivíduos que viveram aquele momento ou ouviram relatos sobre o incidente. De acordo com Frederico Schwinn (caderno a, p. 14), no dia 29 de dezembro de 1899, o pároco da Sede foi encontrado numa das estradas da região “caído do cavalo [e] gravemente *pisado no baixo*

ventre”. Após ser transportado para a casa paroquial, recebeu atendimento médico de Vitor Teltz, especialista em doenças sifilíticas e das vias urinárias, que clinicava em Santa Maria e também em Silveira Martins. Frente à gravidade da situação, o padre veio a falecer na madrugada de 3 de janeiro de 1900, levando a população a desconfiar de que havia sido “vítima de um crime”. Segundo o imigrante Andrea Pozzobon (1997, p. 178), contemporâneo ao fato, existiam fortes suspeitas de que Antônio Sório sofrera “uma armadilha”, todavia, a referida versão nunca foi esclarecida, tendo o pároco falecido em “heróica resignação” sem revelar os motivos e os nomes dos autores da emboscada. Os que não aceitaram a explicação do “trágico tombo do cavalo” passaram a defender a ideia de que o padre tinha sido morto a “pauladas por um irmão da loja maçônica” (BURMANN, 192, p. 22).

Na sociedade estuda não era incomum o uso da violência como recurso para reparar ofensas à honra individual ou familiar. Castigos corporais específicos eram formas de vingança que podiam ser aplicados em público – a exemplo do evento já apresentando em que duas imigrantes expuseram à humilhação a rival ao agredi-la nas “partes íntimas” – ou na solidão da estrada como teria acontecido a Antônio Sório, gravemente ferido no “baixo ventre”. Além dos relatos de pessoas contemporâneas ao padre Sório e a tradição oral que acredita ter o pároco sofrido uma emboscada e não “uma queda do cavalo”, são verdadeiramente escassas as fontes que dêem maiores esclarecimentos sobre a morte. O fato de Sório ter sido atendido por um médico especialista em problemas urinários – Dr. Vitor Teltz – indica que os ferimentos foram no “baixo ventre”. Mas isso poderia ser consequência da queda do cavalo, talvez de uma forte pisada de uma das patas do animal. Contudo, há novos indícios que podem tornar essa “trágica” história ainda mais complexa.

16. Anúncio no jornal *O Combatente*



Dr. VICTOR TELTZ
Medico, operador
formado pela faculdade de
Medicina de Berlim, es-
pecialista em molestias das
senhoras, syphiliticas e das
vias urinarias.
Tem sua residencia em
frente á Pharmacia Wein-
mann.

Anúncios do médico Vitor Teltz se encontram publicados nas edições do jornal durante os anos de 1899 e 1900.⁹³²

Em carta de 20 de agosto de 1899, para destinatário incógnito, padre Sório desabafa expondo suas angústias e relata alguns acontecimentos ocorridos na paróquia. Neste documento, escrito em italiano com algumas expressões em latim, o sacerdote anuncia em poucas palavras o drama que estava vivendo, utilizando frases enigmáticas e incompletas que somente ele e o destinatário sabiam do que se tratava. Primeiramente, afirmou concordar com a máxima que era repetida por um padre amigo seu: “estou realmente sentido como é quando os *sacos tocam os calcanhares*”, ou seja, Sório utiliza uma metáfora para deixar a entender que se encontrava numa situação desagradável frente a determinados eventos que não revela. Segue questionando “se depois do mau tempo viria o sol”, comprovando que não estava passando por um bom momento na vida.

⁹³² Jornal *O Combatente*, janeiro de 1900, Santa Maria. ACMEC.

Na sequência, ele dá maiores esclarecimentos sobre as referidas declarações, elucidando o que tanto o afligia. Escreveu que “*um raio fulminante e seco* havia interrompido a religiosa existência da senhorita Ambrosina, brasileira e filha do Juiz Distrital Joaquim Augusto de Pinho, grande patrono da Loja *Maçônica-Satânica* Silveirense”. A seguir, se pergunta “porque Deus supremo, Arquiteto do Universo, impôs esta árdua sentença?”. Por fim, demonstra receio: “caro amigo, andamos mal com este tempo ruim e com certos *ares que inspiram vingança*”.⁹³³

Apesar das ideias vagas que só aumentam o ar de mistério sobre os acontecimentos que perturbavam Antônio Sório, a presente carta revela os temores de alguém que passava por uma situação difícil, talvez a mais complicada da vida. Provavelmente, a atmosfera de vingança ligava-se a fatos específicos que o sacerdote estava envolvido, talvez com alguma pessoa ou grupos da comunidade de Silveira Martins. É possível que o mau tempo previsto pelo padre estivesse vinculado à morte da jovem Ambrosina, filha do juiz distrital e patrono da Loja Maçônica, de apenas treze anos, ocorrida em 18 de agosto de 1899.⁹³⁴ A carta do padre foi escrita dois dias depois do sepultamento da jovem. Tanto no registro religioso quanto no civil consta ter a jovem morrido “*por um raio fulminante*”, infortúnio esse que foi lamentado por Antônio Sório.

O termo utilizado na carta – *vendetta* em italiano – era entendido como sinônimo de punição, represália, reivindicação, reparação, podendo comportar a necessidade de fazer justiça através do derramamento de sangue (RESTA, 2002).⁹³⁵ De acordo com as declarações de Sório, os ventos não lhe eram favoráveis, pois traziam atos de desafronta e represália. Tal constatação foi expressa por um conhecedor dos códigos de honra familiar na comunidade, alguém que compartilhava das normas de convivência e sabia dos limites do tolerável para fatos ocorridos na paróquia. Padre Antônio Sório tinha consciência da gravidade de seu ato e esperava por vingança. Não foram encontrados outros indícios que sugerissem ser Ambrosina Pinho a suposta moça seduzida pelo padre, muito embora o pai da menina figure entre os suspeitos na tradição oral da população de Silveira Martins. Conforme esta versão, alguns parentes da jovem, como forma de repressão pelo comportamento de Sório, aplicaram-lhe

⁹³³ Carta de Antônio Sório, 20 de agosto de 1899. Caixa família Sório. Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma. Não se identificou a quem era destinada a carta do padre Sório, uma vez que falta uma parte do documento. A carta parece ter sido encaminhada a algum “companheiro” italiano do pároco, conforme referências do mesmo. Em um dos cantos da folha consta o carimbo da Agência Consular de Silveira Martins.

⁹³⁴ A jovem Ambrosina Pinho foi sepultada no dia 18 de agosto de 1899 no cemitério de Silveira Martins. Paróquia de Silveira Martins, Livro 1: 1884-1907, p. 87. Arquivo da Diocese de Santa Maria.

⁹³⁵ Na obra “*Pensare il Sangue*”, Patrizia Resta (2002, p. 144) analisa a cultura da *vendetta* na Albânia do século XX, e ressalta que essa é genericamente definida como direito de quem sofreu uma ofensa. A autora destaca dois tipos de *vendetta*: a que só quer restituir uma ofensa e a que exige derramamento de sangue.

castigos corporais: atacando-o em emboscada, derrubaram-no do cavalo, espancando-o nos testículos.⁹³⁶

Suspeitas em relação à desonra de uma moça, a família ofendida e a conseqüente revolta dos homens justificavam este tipo de punição, sendo recurso de desafronta à honra perdida. Porém, outros elementos se juntam a essa explicação: os agressores também foram apontados como membros da maçonaria. Constatou-se na carta que Antônio Sório qualificou a loja maçônica da sede como “Satânica Silveirense”, uma vez que ele era contrário a existência desta associação. O próprio pai da jovem Ambrosina, o juiz distrital Joaquim Augusto de Pinho – um dos fundadores da Maçonaria em Silveira Martins –, aparece entre os acusados e cúmplices da vingança orquestrada contra o pároco, segundo informações presentes na tradição oral.⁹³⁷ Nesse sentido, os motivos da morte do pároco oscilam entre fatos ligados a questões de honra a oposições políticas entre o padre e os fundadores da Loja Maçônica União e Trabalho de Silveira Martins.

Em entrevistas realizadas por Luiz Sponchiado, na década de 1970, os descendentes de imigrantes da região colonial indicaram alguns nomes de italianos que teriam participado da emboscada contra Antônio Sório, dizendo que tanto o juiz distrital quanto o subdelegado José Claro de Oliveira, ambos residentes na comunidade de Silveira Martins, foram responsáveis e cúmplices na agressão e morte do pároco. Entre as famílias que moravam próximas ao local onde o padre foi atacado, circulavam na “boca pequena” os motivos e as identidades dos indivíduos que haviam participado da vingança.⁹³⁸ Assim, o envolvimento das autoridades locais explica a não abertura de investigação policial, mesmo com fortes suspeitas da ocorrência de “crime”. Quando da notícia da morte, o juiz distrital aceitou a explicação de ferimentos por “queda do cavalo” apresentada pelos imigrantes, igualmente reconhecendo como legítimo o testamento ditado pelo pároco nas últimas horas de vida. Todas as sete testemunhas que presenciaram a elaboração do testamento confirmaram, perante o juiz Joaquim Augusto de Pinho, a versão oficial: Sório faleceu em decorrência dos ferimentos ocasionados pela “queda do cavalo”. Conservou-se enfermo depois do incidente sem poder

⁹³⁶ Escritos do padre Luiz Sponchiado: “Assalto e traição”, crime promovido contra Antônio Sório a partir das informações colhidas entre a população residente em Silveira Martins. Caixa Antônio Sório, CPG-NP. As versões construídas pela tradição oral foram apresentadas no primeiro capítulo da presente tese.

⁹³⁷ Informações colhidas pelo padre Luiz Sponchiado: entrevista com Antônio Bellochio (31.07.1970), J. Della Mea e Nona Barato-Torri (15.01.1982). Caixa família Sório, CPG-NP.

⁹³⁸ Idem.

realizar qualquer movimento, porém, manteve todas as faculdades mentais até o último sopro de vida.⁹³⁹

O agonizante pároco ditou o testamento ao conterrâneo Guido Carlos Passini, contudo, devido às dificuldades que tinha para se mover, não conseguiu assinar o mesmo, fato esse que atesta a gravidade do estado de saúde. A carta testamental serviu para validar a explicação oficial da morte, uma vez que ela expunha as últimas vontades e as palavras do enfermo, encobrendo possíveis segredos e revelando o consenso estabelecido entre os familiares do pároco e as outras pessoas presentes na elaboração do documento. O testamento vinha a atender necessidades variadas naquele momento delicado para os sobrinhos e comunidade em geral, que ficaria sem a principal liderança religiosa e política da ex-Colônia Silveira Martins. A única pessoa “extra-comunitária” a ter contato com o enfermo pároco foi o médico “operador” Vitor Teltz, que avaliou seu estado de saúde e prestou toda a assistência possível. Sório faleceu devido à “violação da bexiga”, conforme pode ser lido no livro de registro civil de óbitos de Silveira Martins, junto ao qual estava o laudo completo de Vitor Teltz. Porém, o parecer do médico anexado ao livro desapareceu, restando, tão somente, a referência do mesmo.⁹⁴⁰

É provável que por apresentar informações contraditórias e comprometedoras o laudo tenha sido retirado do livro de óbitos, pois iria contradizer a versão de acidente por “queda do cavalo”. Assim, acredita-se que o documento foi extraído propositalmente com a intenção de impedir ou dificultar investigações posteriores. Para além dessas possibilidades, é fato que Vitor Teltz, especialista em problemas nas “vias urinárias”, não fora convocado pelo juiz distrital para dar validação ao testamento do padre Sório assim como outros o fizeram. No testamento consta morte por “queda do cavalo”. O médico foi deixado de fora, talvez, para não colocar em risco a integridade da comunidade. Não que fosse necessário, mas os parentes do pároco podem ter solicitado a Vitor Teltz sigilo sobre o caso. Como forma de agradecimento público ao médico, os sobrinhos de Antônio Sório publicaram a seguinte nota em jornal:

⁹³⁹ Processo de validação do testamento. Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, nº 116, maço 3, ano 1900. APERS, Porto Alegre.

⁹⁴⁰ Livro de registros de óbitos do Cartório Cível de Silveira Martins (RS), 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), nº 1202. O padre Luiz Sponchiado, em pesquisa realizada junto aos livros de óbitos do cartório civil de Silveira Martins, em novembro de 1971, também não localizou o laudo médico realizado por Vitor Teltz. Caixa família Sório, CPG-NP.

17. Agradecimento dos sobrinhos do padre Sório

AGRADECIMENTO
Alexandre, Luiz, Marianna,
Sorio e Luiz Bianchi, sobrinhos
do falecido Padre
Don Antonio Sorio
testemunham por meio deste a
sua eterna gratidão a toda a po-
pulação de Silveira Martins pelo
tributo do affecto e veneração
que dispensou ao nosso querido
tio.
Particularmente agradecemos
ao Dr. Victor Teltz que promp-
tamente acudio ao nosso chama-
do, empregando todos os exfor-
ços que a sciencia lhe suggerio,
para salvá-o.
Colonia Silveira Martins, 6 de
Janeiro de 1900.

Jornal *O Combatente*, janeiro de 1900, Santa Maria. ACMEC.

Em 1905, no povoado de Ana Rech, localizado em Caxias do Sul, a morte do vigário Mariano Rossi foi alvo de investigações. Após o sepultamento, começaram a surgir desconfianças de que o falecimento do padre não havia sido natural, mas consequência de envenenamento. As suspeitas propiciaram a abertura de investigações policiais. Foi realizada a exumação do corpo que estava enterrado no interior da igreja da comunidade. Contudo, não puderam constatar se a morte resultava de envenenamento, visto estar o corpo em estado adiantado de decomposição. Então, encaminharam os órgãos para Porto Alegre a fim de

realizarem autópsia, no entanto, o resultado da análise não foi encontrada.⁹⁴¹ Apesar de terem já se passado alguns dias do sepultamento do padre, as suspeitas das famílias do lugar foram suficientes para que investigações iniciassem.

O referido caso torna ainda mais complexa a história da morte do padre Antônio Sório. Se havia suspeitas na comunidade de Silveira Martins, por que, então, não houve denúncia ou pedido para que as autoridades policiais investigassem as causas do falecimento do pároco? Apesar de serem comentadas as suspeitas de que o pároco havia sofrido uma emboscada, nada foi feito para esclarecer as desconfianças. Isso sugere ter existido acordo e consenso entre as autoridades do Estado presentes em Silveira Martins e as famílias do lugar, preocupados em fazer a melhor escolha naquele momento visando preservar a integridade da comunidade. Afinal, investigar o que se o padre havia sofrido as consequências de um ato por ele anteriormente praticado e que todos sabiam que podia levar à vingança de sangue? O pároco estava morto e os segredos enterrados com ele, e nada que o povo fizesse mudaria isso.

As sete testemunhas que estavam presentes na elaboração do testamento de Antônio Sório sabiam os verdadeiros motivos de sua agonia, mas sustentaram que os ferimentos, e posterior falecimento, foram causados por “queda do cavalo”. O padre palotino Mathias Schoennauer, Guido Carlos Passini, José Dal Forno, Carlo Maffini, Paulo Bortoluzzi, Rissieri Marchiori e Rissieri Biazus formaram um “tribunal de grupo”,⁹⁴² ou seja, entraram em consenso e firmaram um pacto, estabelecendo, naquele momento, o que seria divulgado oficialmente sobre a morte do padre. O compromisso fixado deveria restabelecer a “paz pública”, evitar contra-ofensas e, acima de tudo, impedir que investigações adentrassem a comunidade e revelassem assuntos que só interessavam às famílias locais. Evidentemente, as sete testemunhas não teriam como evitar os falatórios e rumores do povo, mas se eles e as autoridades do Estado estavam em acordo, a versão popular, sozinha, não faria com que se abrissem investigações.

Para ter domínio sobre os fatos e recompor a ordem social, a articulação dos sete foi rápida e eficaz, impedindo que a justiça do Estado fosse acionada. O caminho de resolução do drama passou pela estratégia do consenso, do acordo e do silêncio. Enquanto homens de destacada relevância social eram os responsáveis por arbitrar conflitos e eventuais hostilidades. Elaboraram, portanto, uma narrativa específica para explicar o fatal episódio, obrigando-se a silenciar sobre certos fatos para preservar as famílias envolvidas. Isso ajuda a entender por que oficialmente foi apresentada a versão de que o pároco de Silveira Martins

⁹⁴¹ Investigações policiais, 12.05.1905. Habeas-corpus, Cartório Cível e crime, Caxias do Sul, Maço 70, nº 1689.

⁹⁴² Definição utilizada por Giovanni Levi (2000, p. 26).

falecera em consequência de “queda do cavalo”, mesmo que entre os imigrantes existisse outra narrativa. Deve-se recordar que, para evitar consequências desagradáveis, os chefes de família tentavam acordos extrajudiciais para que os casos não chegassem aos tribunais. Era um mecanismo para proteger determinados indivíduos e, principalmente, as famílias. As ações locais para reparação das ofensas e para o restabelecimento do equilíbrio eram de fundamental importância. Todos compartilhavam do senso de que a comunidade era o espaço preferencial da vivência das rivalidades e também das conciliações.⁹⁴³

Os referidos sete imigrantes não eram simples testemunhas que foram escolhidas a esmo para presenciar a elaboração da carta testamental do pároco. O grupo era composto de sujeitos de prestígio social, força política que gozavam da confiança da população. Dos sete, três não residiam em Silveira Martins: o sacerdote palotino Mathias Schoennauer, o comerciante Paulo Bortoluzzi e o “farmacêutico” Guido Passini. Dentre as testemunhas que habitavam a sede da colônia todos mantinham algum vínculo com a família Sório, fosse parental, através do compadrio, ou por afinidade política. Entre os peticionários que emitiram abaixo-assinado protestando contra “os abusos” praticados pelo subdelegado José Claro de Oliveira na ex-Colônia estavam, além de Antônio Sório, o comerciante José Dal Forno e Rissieri Biazus.⁹⁴⁴ Estes também compunham o grupo envolvido na busca pela emancipação política de Silveira Martins, reagindo às críticas lançadas ao amigo Antônio Sório quando foi acusado de ser “padre liberal e nacionalista”.⁹⁴⁵ Quando o pároco se encontrava no leito de morte deram novas provas de fidelidade, assumindo o compromisso de validar o testamento, divulgar os motivos do falecimento – “queda do cavalo” – e preservar a memória do amigo.

Dentre as sete testemunhas, todas eram imigrantes (inclusive o padre alemão Mathias Schoennauer) e de locais variados: Silveira Martins, Vale Vêneto e Ribeirão Aquiles. Para a formação deste conselho, privilegiaram-se homens da elite local, independentemente da existência de discórdias antigas, como a que opôs Antônio Sório e Paulo Bortoluzzi. Em momentos de morte, esqueciam-se as rivalidades. Nenhuma autoridade externa foi chamada, a não ser o médico Vitor Teltz. O próprio Antônio Sório não quis denunciar seus algozes, “concedendo a eles a absolvição”, impedindo, assim, que os parentes recorressem à punição privada ou que acionassem a justiça oficial. O perdão se apresentou como arma para cessar o

⁹⁴³ Sobre o papel da comunidade, vizinhança e elite local na questão da resolução dos conflitos, ver: BROGGIO, 2011b; NICCOLI, 1999; WICKHAM, 2000.

⁹⁴⁴ Abaixo-assinado para divulgação no jornal *O Combatente*. Divulgação do abaixo-assinado contendo as assinaturas de 45 imigrantes. Jornal *O Combatente*, 5 de fevereiro de 1899. ACMEC.

⁹⁴⁵ Carta dos imigrantes da Colônia Silveira Martins. Assinaram o documento onze imigrantes da Sede, dentre eles José Dal Forno e Rissieri Rizzati. Jornal *O Combatente*, 01 de dezembro de 1893, Santa Maria. ACMEC.

surgimento de novos conflitos. E graças à atuação das sete testemunhas, a ordem foi mantida garantindo a convivência pacífica entre as famílias que residiam na ex-Colônia. O papel de mediadores e pacificadores da sociedade rural foi cumprido pelos sete, impedindo que conflitos entre a elite local ofendessem ainda mais as regras do bem viver, patrimônio coletivo defendido na comunidade. Se a notícia da morte decorrente de agressões viesse à tona, ou fosse a versão oficial, fatalmente isto repercutiria negativamente em toda a região, prejudicando as aspirações políticas e sociais do lugar. A abertura de investigação exporia todo o “povo italiano” à vergonha e à humilhação externa.

O temor do padre Sório quanto ao clima de vingança e as versões surgidas entre a população após sua morte sugere a presença de traços de uma “justiça negociada”. Resultada de demandas locais, tal prática permitia certo controle sobre a ordem comum. Esse tipo de concepção de justiça se funda sobre a ideia de pertencimento, de reparação imediata das ofensas, num espaço regulado por normas e modos de proceder partilhados por todos. Sobretudo, ela se distingue por seu caráter estritamente comunitário de controle e/ou proteção dos membros, materializando-se através de acordos, pactos, renúncias, perdões e, também, vinganças (SBRICOLLI, 1999, p. 356-357). O receio da vingança podia se ligar a algum comportamento ofensivo à honra individual que atingia a família, os parentes e os aliados do(a) insultado(a). Logo, a *vendetta* era uma forma de “justiça negociada” e consentida, encontrando legitimidade em uma série de regras normativas difundidas e compartilhadas pelas famílias locais, sem a mediação do Estado. Na esfera comunitária, para que a *vendetta* acontecesse, era preciso a aprovação de um seleto grupo de homens. Eram eles que decidiam se o ofendido tinha ou não o direito de reivindicar vingança, pois, acima de tudo, o que importava era o equilíbrio das partes em litígio (Sbriccoli *apud* ZORZI, 2009, p. 41).

Na sociedade estudada, a iniciativa de exigir satisfação por ofensas e fazer justiça através do uso da violência era um aspecto parcialmente tolerado, apresentando-se, muitas vezes, na forma de castigo simbólico e censura a determinados comportamentos desviantes. A vingança sentida por Antônio Sório meses antes da morte reforça a tradição oral que acreditava na versão do “castramento”. Independente da veracidade das narrativas formuladas pelos imigrantes e descendentes, elas se fundaram como possibilidades aceitas no universo social do qual faziam parte, podendo se basear em fatos cotidianos e comportamentos reprovados do padre Antônio Sório e seu companheiro de batina Vitor Arnoffi, falecido dezesseis anos antes. Diferentes eram as escolhas das famílias frente às notícias de transgressões sexuais das filhas. Se não houvesse sinais de gravidez na moça seduzida, a

opção poderia ser o silêncio, caso contrário, acordos privados e compensações financeiras resolveriam o impasse, porém, tudo dependia de quem fosse o responsável.

No primeiro capítulo, apresentou-se a trajetória do sacerdote Vitor Arnoffi que faleceu de maneira “misteriosa” apenas alguns anos depois de ter chegado a Colônia Silveira Martins, sob a acusação de ter engravidado uma moça que trabalhava na casa paroquial. Além das suspeitas de suicídio também passaram a ser comentadas entre a população que o padre teria sido vítima de vingança através de envenenamento.⁹⁴⁶ Para o imigrante Antônio Ceretta (1894a, p. 16), contemporâneo aos fatos, a morte de Arnoffi colocava fim às dúvidas existentes de que um “fato irreparável” estava prestes a acontecer, ressaltando que o padre mantinha vida escandalosa. As expressões utilizadas por Ceretta sobre o falecimento de Vitor Arnoffi – “morte infeliz”, “misteriosa” e “súbita” – expressam a dúvida de quem viveu na época, mas forneceram certezas sobre o falecimento de Antônio Sório anos depois. A memória pode ter explicado, e confundido, uma morte com elementos da outra.

Nas regiões coloniais, não eram raros os pedidos de afastamentos de sacerdotes italianos da paróquia por parte das famílias que os denunciavam por comportamento imoral e atentar “contra a honra das moças”. Para evitar maior “escândalo público”, a estratégia adotada pela autoridade diocesana era a transferência, e essa geralmente ocorria após manifestações de descontentamento e repúdio por parte da população.⁹⁴⁷ Os protestos contra as “imoralidades” cometidas pelos padres podem ser analisados nos abaixo-assinados e cartas enviados pelos imigrantes ao bispo e presidente de província, nos quais justificavam a rejeição a determinados sacerdotes que tinham a fama de atentar contra a honra familiar.⁹⁴⁸ Tal acusação também podia ser usada para afastar padres indesejados que haviam “afrontado a dignidade” das famílias. Por outro lado, havia quem os defendesse, alegando que as “infâmias” que contam sobre os padres eram “pura calúnia”. Apesar da divisão de opiniões, padres como Emiliano D’Amore foram expulsos de mais de uma paróquia, e sempre acusados

⁹⁴⁶ A versão de envenenamento aparece tanto como uma escolha de Vitor Arnoffi quanto uma prática punitiva contra o comportamento reprovável do padre, aqui no caso por indivíduos ligados à família da moça desonrada. Sobre essa versão ver os escritos de Luiz Sponchiado. Caixa Vitor Arnoffi, CPG-NP.

⁹⁴⁷ No ano de 1899, o padre Emiliano D’Amore foi obrigado a abandonar a cidade de Santa Maria e desligar-se da Pia Sociedade das Missões. O motivo da expulsão se devia à “má conduta [de D’Amore] em relação ao sexto mandamento” [condenação por atos impuros contra a castidade]. Após a expulsão, o padre foi para a região colonial da serra gaúcha, mas novamente envolveu-se com esse tipo de problema, já que também foi acusado de “atos imorais praticados com meninas e senhoras”. Sempre que se apresentava ao bispo, “dizia-se inocente e vítima de calúnias”. Em Carlos Barbosa, no ano de 1915, por não ter comportamento condizente com sua condição de sacerdote, Emiliano D’Amore foi expulso pelas famílias locais. Livro de Registro, Número 26, p. 46-55, Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre – ACMPA.

⁹⁴⁸ Carta abaixo-assinado de protesto contra ilegal nomeação do padre Agostinho Magon em Caxias do Sul, junho de 1884; Carta ao presidente da província da Colônia Conde d’Eu, 28.01.1885. Imigração, Terras e Colonização – AS 049, AHRS.

de se envolverem com jovens da comunidade.⁹⁴⁹ Posteriormente, os fabriqueiros de outra paróquia administrada pelo mesmo padre também se apresentaram como “testemunhas oculares” do povo, afirmando que só não “usaram de violência” porque esperavam que o bispo aplicasse uma “justa” punição ao sacerdote transgressor.⁹⁵⁰

Em nenhum momento a justiça do Estado foi acionada para defender a dignidade das famílias que se declararam ofendidas com o comportamento do padre D’Amore. Porém, a possibilidade de castigo físico, como mecanismo de desafronta, foi sugerido nas cartas enviadas ao bispo, indicando ser essa uma alternativa viável e aceitável caso a autoridade diocesana não tomasse enérgica atitude contra o mesmo. Dois fabriqueiros chegaram a afirmar que para “evitar escândalos e salvar a honra das famílias” aconselharam o vigário a não mais frequentar suas residências.⁹⁵¹ Infundados ou não, os boatos eram suficientes para provocar prejuízos à fama pública dos indivíduos e deixar marcas que não seriam facilmente esquecidas, ainda mais se a moça estivesse grávida do sacerdote, conforme se constatou no primeiro capítulo em relação ao caso de Vitor Arnoffi e a família Tezzele.

A revelação de uma gravidez, cuja paternidade era atribuída a sacerdotes, demandava atitudes mais drásticas por parte do grupo que se via exposto aos constrangimentos públicos e ao sentimento de vergonha. Punições violentas, como a castração, aparecem em algumas sociedades antigas como práticas legítimas para os que buscavam vingar-se do adultério ou da violação sexual. O controle sobre os fatos que provocavam a “ruína moral” era assunto que cabia aos homens resolver e, quando envolvia ofensas à honra familiar por questões sexuais, a situação ganhava contornos muito mais sérios. Mulheres virtuosas garantiam a “glória de uma casa”, e as que tinham a castidade “roubada” poderiam trazer a desonra para todo o grupo. Nesse momento, o recurso da *vendetta* contra o “sedutor” era a forma mais comum para por fim ao agravamento da infâmia (COHEN, 1995, p. 131-136).⁹⁵² A violência através de golpes nos testículos e tentativa de castração aparece associada a diversas culturas onde delitos sexuais eram duramente reprimidos, conforme ressalta Boris Fausto ao relatar um episódio ocorrido em 1913 na cidade de Araraquara. Após “arrancarem” o padre do confessionário,

⁹⁴⁹ Carta do imigrante João Constanti, 19 de junho de 1915. Registro de sacerdotes, Padre Emilio D’Amore, Nº 278, ACMPA. Sobre os conflitos vividos pelo sacerdote D’Amore em paróquias da região colonial, consultar: BENEDEZZI, 2008.

⁹⁵⁰ Carta dos fabriqueiros Pedro De Bastiani e Jacó Rech, 22 de março de 1916. Registro de sacerdotes, Padre Emilio D’Amore, Nº 278, ACMPA.

⁹⁵¹ Carta ao bispo Dom João Becker de Achilles Goldoini, 14.02.1916; Carta ao bispo Dom João Becker de Pedro De Bastiani, 22.06.1916. Registro de sacerdotes, Padre Emilio D’Amore, Nº 278, ACMPA.

⁹⁵² A *vendetta* é apontada como um tipo de vingança familiar comum em vários países do Mediterrâneo. Sobre esse assunto ver: BAROJA, 1988; MONTAILLOU, 1997; KERTZER, 1995; ZORZI, 2009; RAGGIO, 1990; RESTA, 2002.

capangas o feriram nos órgãos genitais por manter relações carnavais com uma mulher. Tal “corretivo” foi praticado a mando de um fazendeiro, pai da moça (FAUSTO, 2001, p. 182).

Frente a tais práticas, que se podem chamar de culturais, não se tem a pretensão de confirmar a versão de que Antônio Sório foi atacado em emboscada por familiares de uma moça desonrada, mas, antes, sugerir o quanto essa possibilidade era viável e orientava as atitudes e entendimentos dos imigrantes naquele universo, independentemente de os alvos serem sacerdotes. De acordo com a tradição oral presente na região da ex-Colônia Silveira Martins, o pároco foi “castrado” por seu comportamento inadequado com uma “donzela” do lugar. O que não aparece nos depoimentos é como essa vingança foi autorizada, orquestrada, planejada, e o que aconteceu à família da moça após os fatos. A morte violenta do padre – atingido no “baixo-ventre” – é um caso extremo onde se pode conjeturar a solidariedade e a formação de redes de cumplicidade entre o grupo que consentiu o ataque. Parentes, amigos e vizinhos da família ofendida acreditavam na necessidade da punição, do mesmo modo que procuraram proteger, pelo menos durante algum tempo, a identidade dos agressores e da moça desonrada. Era preciso resguardar nomes e preservar relações, o que dificilmente seria feito se a justiça do Estado entrasse em cena.

Como dito anteriormente, não houve denúncias à justiça sobre a morte de Antônio Sório. Isto indica a eficiência dos recursos colocados em prática pelo tribunal de grupo para recompor a paz e, ao mesmo tempo, conter comentários que ameaçassem a versão oficial. Somente em 1949, a uma distância segura de tempo, o padre Pedro Luiz apontou os nomes dos responsáveis pelo atentado ao pároco de Silveira Martins: Felipe Durgante, Celeste Soliani e Rodolfo Faccin.⁹⁵³ Apesar dos três terem sido descritos como maçons, constatou-se que apenas os dois últimos aparecem registrados na Loja Maçônica União e Trabalho de Silveira Martins. Posteriormente, além dos referidos italianos, outros maçons foram mencionados na tradição oral como sujeitos que haviam participado direta e indiretamente da emboscada: o imigrante Luiz Socal [apresentado como “solteirão”],⁹⁵⁴ o subdelegado José Claro de Oliveira e o juiz distrital Joaquim Augusto de Pinho.⁹⁵⁵

⁹⁵³ Revista Rainha dos Apóstolos, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27, p. 165. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora - AHPNSC, Santa Maria.

⁹⁵⁴ Segundo informações fornecidas pelos depoentes entrevistados pelo padre Sponchiado, Luiz Socal era o único solteiro entre três irmãos, e também o mais velho, por isso chamado de “solteirão”. Luiz tinha como irmãos Augusto e Olinto, além de várias irmãs. Todos eram filhos de Antônio Socal e Enriquetta Canei, falecidos em 1887 e 1888, respectivamente. Livro de óbitos da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 1884-1907, p. 12v, 20v.

⁹⁵⁵ Informações colhidas de Antônio Bellochio (31.07.1970), J. Della Mea e Nona Barato-Torri (15.01.1982). Caixa família Sório, CPG-NP.

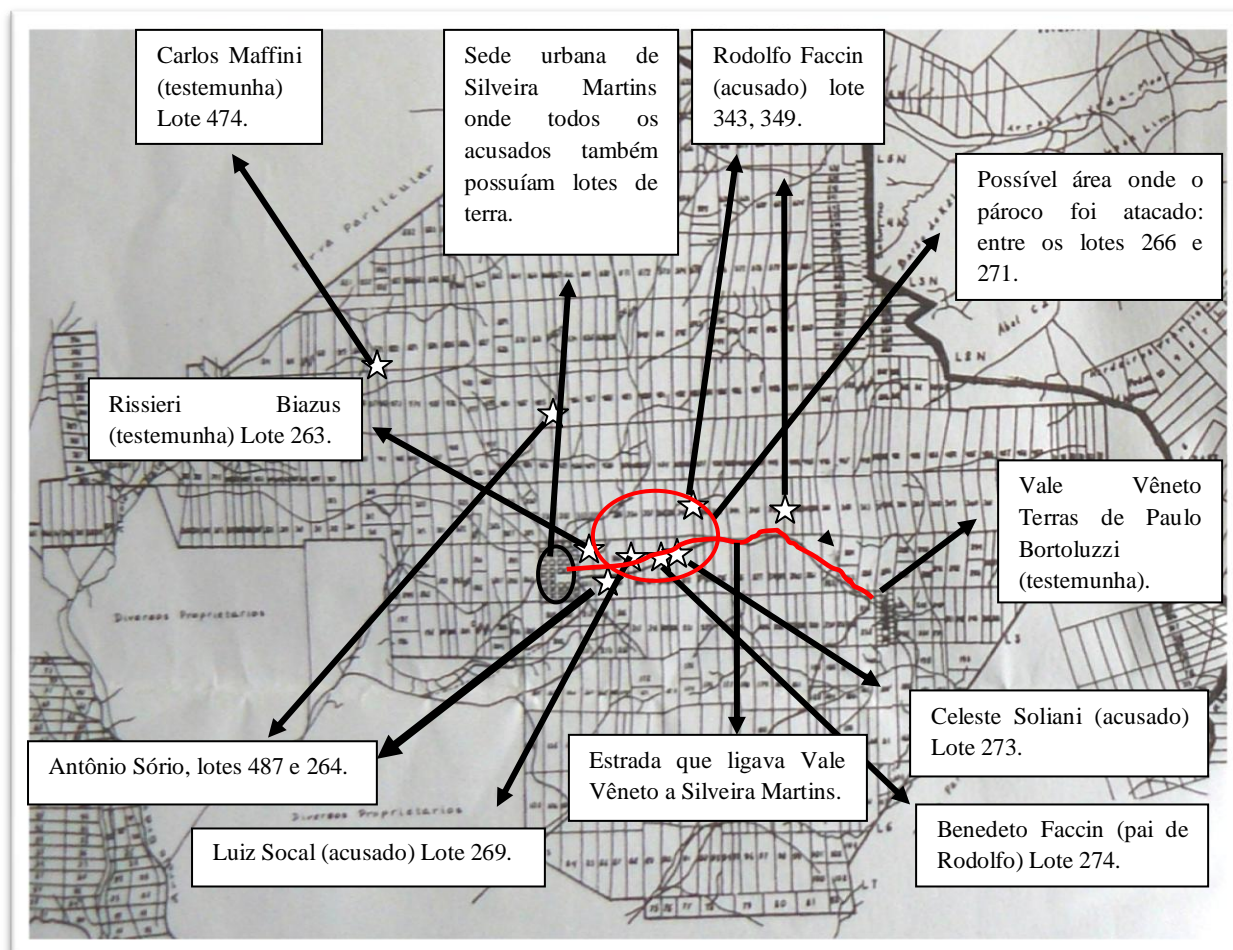
É interessante constatar que tanto o italiano Felipe Durgante quanto alguns membros da família Socal aparecem compondo as redes de compadrio do padre Antônio Sório e de seus sobrinhos.⁹⁵⁶ O mesmo Luiz Socal havia formado par com Mariana Sório, em 1897, quando foram padrinhos do filho de um conterrâneo.⁹⁵⁷ Os rituais de batismo, como visto no quarto capítulo, eram meios bastante utilizados para integrar e consolidar laços de parentesco espiritual entre os sujeitos. E ainda havia outro tipo de aproximação entre os acusados e o pároco: Felipe Durgante, Celeste Soliani e Augusto Socal – irmão de Luiz, um dos suspeitos – faziam parte da Sociedade de Mútuo Socorro Humberto I, associação fundada e presidida, em vários anos, por Antônio Sório.⁹⁵⁸ Deste modo, conclui-se que, dentre os imigrantes apontados como autores da emboscada contra o padre, existiam indivíduos que faziam parte de sua rede de relações. A represália ao sacerdote pelo seu comportamento ultrajante teria partido, portanto, de pessoas conhecidas, senão próximas. Conforme se pode verificar no mapa a seguir, Antônio Sório tinha terras contíguas às famílias apontadas como autoras do atentado.

⁹⁵⁶ Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 1884-1888, p. 9; Livro nº 2, 1888-1890, p. 12; Livro nº 3, 1890-1893, p. 15, 97 ADSM.

⁹⁵⁷ Livro de batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 4, 1893-1897, p. 99, ADSM.

⁹⁵⁸ Ver lista dos nomes dos sócios na relação apresentada no capítulo cinco.

18. Mapa da Colônia Silveira Martins



Fonte: Relação de distribuição dos lotes de terra na ex-Colônia Silveira Martins, 1882 (RIGHI, 2001, p. 110-165); Transmissões/notas: Santa Maria (4º distrito), livro 1 (25-01-1895 a 22-10-1898), p. 10, APERS.

Uma das características das punições e práticas de justiça comunitária é que essas se davam através de redes de cumplicidade formadas entre os indivíduos. Nesse sentido, o contexto social tradicional da *vendetta* – modalidade privada de gestão dos conflitos – era aquele marcado pelas relações de parentesco, de amizade e de reciprocidade. Porém, como lembra Giovanni Levi (2000, p. 240), “até os equilíbrios sociais aparentemente mais sólidos eram rompidos pela violência e pelos conflitos”. O que não quer dizer que a “solidariedade de grupo fosse desfeita”, antes o contrário, “se tornava ainda mais clara ao esconder os conflitos quando não era capaz de evitá-los”. Uma vez executada a vingança contra o padre, coube ao tribunal de grupo tentar recriar o equilíbrio rompido e restaurar a paz, passando por cima da justiça do Estado.

Os indivíduos apontados como membros do grupo suspeito de realizar a emboscada contra o pároco Antônio Sório eram todos vizinhos de propriedade, de acordo com as localizações no mapa anterior. E, como vizinhos e cúmplices, devem ter buscado apoio em

outros chefes comunitários – como Paulo Bortoluzzi – para tentarem encobrir a ação frente ao inesperado falecimento do sacerdote. A ideia era machucá-lo no “baixo ventre” para expô-lo à vergonha, e não matá-lo. Assim, foi constituído um forte mecanismo de assistência para impedir o surgimento de consequências indesejadas aos agressores, às famílias envolvidas e à comunidade como um todo. O nome dos acusados foi revelado cinquenta anos depois no texto escrito pelo padre Pedro Luiz, comprovando a eficácia do mecanismo colocado em prática pelos imigrantes. Quanto ao nome da moça desonrada, segue o mistério.

Verificou-se que alguns dos acusados possuíam lotes coloniais próximos aos do padre Sório, fazendo, desse modo, parte de uma mesma vizinhança. Todos eles tinham, também, lotes urbanos na sede, o que intensificava o contato entre eles. A proximidade geográfica indica que poderia haver solidariedades, sem excluir, obviamente, rivalidades. Estas podem ter surgido das dificuldades de convivência entre vizinhos, ou ainda, em decorrência de transações de terras, empréstimos e acordos mal ajustados. Como prática recorrente no universo colonial, cabia aos vizinhos e pessoas ligadas por laços de parentesco escolher e aplicar a punição para desagravar ofensas.

Havia relações entre as famílias acusadas de atacar o padre Sório. Em 1899, o imigrante Luiz Socal passou procuração ao conterrâneo Celeste Soliani para representá-lo na elaboração do inventário dos pais falecidos. Soliani também aparece vendendo um lote de terra e casa aos irmãos menores de Rodolfo Faccin, em março de 1900.⁹⁵⁹ Essa transação teve como testemunhas dois companheiros, e ambos membros da Loja Maçônica União e Trabalho de Silveira Martins.⁹⁶⁰ Desse modo, constata-se a movimentação de pessoas que faziam parte de uma intrincada rede de relações, que ora se aproximam, e ora se afastam.

O contexto que cercou a morte do pároco Antônio Sório era propício à violência, tendo em vista as eleições que ocorriam no final daquele ano de 1899. Além disso, havia pouco tempo, grande número de imigrantes, liderados pelo padre, manifestou-se publicamente contra “os abusos” perpetrados pelo subdelegado José Claro de Oliveira. E ainda, era crescente a insatisfação de parte da população de Silveira Martins que buscava a emancipação política e via seu pedido negado pelo governo. Contra as pretensões emancipacionistas estavam a Intendência Municipal de Santa Maria, o subdelegado José Claro de Oliveira e o juiz distrital Joaquim Augusto de Pinho. E, ao lado destas autoridades, certos imigrantes italianos que se beneficiavam da proximidade com o poder.

⁹⁵⁹ Procurações: Santa Maria, 29.08.1899, p. 45; Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1, 08.03.1900, APERS.

⁹⁶⁰ Uma das testemunhas era o filho de Celeste Soliani, também membro da maçonaria: Torquato Soliani. A outra testemunha era Maximiliano de Almeida, Grão Mestre da Loja União e Trabalho.

Assim, enquanto Antônio Sório padecia com fortes dores na casa paroquial, no dia 31 de dezembro de 1899, em Silveira Martins ocorria em “perfeita harmonia” a votação para deputado e senador, bem diferente do que aconteceu um ano antes em outra eleição, quando a maior parte dos imigrantes não compareceu como protesto ao indeferimento do pedido de emancipação política, conforme analisado no quinto capítulo. Na coordenação das eleições de dezembro de 1899 estava José Claro de Oliveira, e o imigrante Celeste Soliani ocupando o cargo de mesário. Ambos os indivíduos serão, ao lado de outros, os fundadores da Loja Maçônica União e Trabalho, oficialmente criada em fevereiro de 1900,⁹⁶¹ ou seja, um mês depois da morte de Antônio Sório, o principal opositor de tal agremiação. A maçonaria silveirense era o resultado da articulação de indivíduos que representavam os poderes públicos na comunidade, associação sócio-política ligada ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e ao seu líder Julio de Castilhos.⁹⁶² Era uma alternativa – e também oposição – aos agrupamentos originados a partir da paróquia que tinha por liderança o padre Sório.

De acordo com os fatos apresentados acima, é inegável que vários elementos devem ser levados em consideração para que se elucidem os motivos da morte de Antônio Sório. Contudo, há fortes indícios que apontam para vingança de sangue, pois não se pode desconsiderar a tradição oral, o atendimento do pároco por um médico “especialista em problemas nas vias urinárias” e a carta escrita poucos meses antes do atentado onde o padre sentia a *vendetta* pairando no ar. Somado a isso, em Silveira Martins existia uma clara divisão política: de um lado se encontravam as autoridades públicas, administrativas e alguns imigrantes que passaram a fazer parte da Loja Maçônica; do outro, as lideranças da paróquia tendo o padre Sório como referência e porta-voz de suas reivindicações, sendo a principal delas a emancipação política. Apesar de tais oposições, a morte do sacerdote fez com que todos preferissem a paz à continuidade de conflitos e abertura de investigações, estabelecendo-se um pacto de silêncio para que os rumores não se fortalecessem.

⁹⁶¹ Segundo lista apresentada no primeiro capítulo da presente tese, os indivíduos fundadores são: Maximiliano de Almeida, Wendelin Behr, Joaquim Augusto de Pinho, José Claro de Oliveira, José Margutti, Rodolfo Faccin, Celeste Soliani. Luiz Socal, embora não seja fundador, era membro da referida loja. Obreiros da Loja Maçônica União e Trabalho, 6 de fevereiro de 1900 (RIGHI, 2001, p. 298).

⁹⁶² Sobre este assunto consultar: Colussi (2003), Vécio (2001) e Félix (1996).

Reunidos na cabeceira da cama onde o padre Antônio Sório agonizava, os homens que compunham o “tribunal de grupo” avaliaram o que seria melhor para todos. Ao optarem pela versão de “queda do cavalo”, preservava-se a reputação do sacerdote e restituía-se a paz na comunidade, evitando o surgimento de novas vinganças e conflitos, enterrando com o corpo do pároco as “verdadeiras” causas da morte. Mais do que resguardar nomes e motivos, era imperativo acalmar os descontentes – pois esses poderiam se dirigir às autoridades distantes para denunciar a agressão – para proteger as famílias e garantir a segurança local fragilizada pelos últimos acontecimentos. Foi uma saída digna para o pároco, e também preferível pelas pessoas de prestígio na região colonial frente ao risco da imagem pública de Antônio Sório e do lugar ficarem marcados por fatos vergonhosos. Portanto, os homens do “tribunal de grupo” assumiram o controle sobre as desavenças entre as famílias e contaram com a omissão conveniente das autoridades públicas que residiam na sede Silveira Martins. A ninguém interessava apresentar denúncia a respeito das suspeitas acerca da morte do padre Sório.

Conclusão

Longe de apresentar conclusões definitivas, espera-se que este trabalho tenha trazido elementos para avançar no entendimento sobre a sociedade rural italiana formada no sul do Brasil a partir do final do século XIX. Na fase inicial desta pesquisa, tinham-se como fontes principais os processos-crime envolvendo imigrantes, onde se podia antever a relação com a justiça do Estado. Contudo, não se queria trabalhar com delitos unicamente pelo exótico, o extravagante e o extraordinário que dos processos podia se vislumbrar. A ideia era perceber o que estava por trás dos crimes investigados pela justiça: aspectos da cultura dos imigrantes, especialmente questões relacionadas à honra familiar. No decorrer das análises, percebeu-se que, de fato, a preservação da honra familiar estava no centro da moral camponesa dos italianos. Ter a reputação maculada perante os outros membros da comunidade era uma desgraça para as pessoas – e família – que viviam nos núcleos coloniais. Devia-se evitar, a todo custo, a perda da honra.

No transcorrer das pesquisas em processos-crime, foi possível notar a dificuldade que as autoridades tinham em dar sequência às investigações e punir os responsáveis pelos delitos. Os imigrantes silenciavam, ou passavam o mínimo de informações quando estavam na sala de interrogatórios, o que deixava os delegados irritados por se verem impossibilitados de finalizar o processo. Diante disso, observou-se que a prática do silêncio era estratégia acionada pelos italianos que não queriam seus nomes e os das famílias expostos publicamente, pois, ao tornarem-se objeto de comentários e fofocas, traria um profundo sentimento de vergonha. Mas algo mais se extraiu dos processos-crime, e que não estava previsto inicialmente: práticas de justiça autônoma, paralelas à justiça oficial do Estado, que remonta ao contexto rural italiano sendo trazidas ao sul do Brasil pelos imigrantes no final do século XIX.

Mais antiga que as práticas de justiça dos modernos estados nacionais, a justiça comunitária funcionava por meio de mecanismos complexos, com regras próprias de funcionamento. Os processos-crime só indicavam, sutilmente, a existência de tais regras e práticas. Para alcançar a intrincada maneira dos imigrantes resolverem seus conflitos familiares e comunitários foi preciso agregar, quando possível, fontes de diferentes origens. Enfim, o amálgama e a análise de documentação de origem diversa permitiram que se

chegasse próximo das normas e regras culturais dos italianos em terras brasileiras, esclarecendo, principalmente, a forma de fazer justiça que vitimou o padre Antônio Sório nos primeiros dias de 1900. Mesmo com fortes suspeitas de ter sido ele vítima de uma “emboscada”, o pacto de silêncio firmado no momento da morte impediu que se realizassem investigações a respeito do caso. E isso só foi possível de acontecer em uma sociedade com sólidas redes de proteção.

Através da análise de realidades específicas foi possível constatar aspirações e recursos de imigrantes italianos que decidiram abandonar a terra natal e se transferir para o sul do Brasil. Ao se acompanhar de perto as decisões e os percursos traçados pelas famílias, percebeu-se uma realidade complexa, onde variados eram os fatores e as condições que impulsionaram a emigração. Em alguns casos, estavam relacionadas a conflitos com conhecidos, motivadas por dívidas e prejuízos morais, ou perseguição da justiça. O deslocamento, para a grande maioria dos camponeses, resultou de uma escolha planejada, calculada e articulada muito tempo antes da viagem. Essa opção passava pela busca de informações seguras e garantias sobre os benefícios a serem encontrados nos lugares de destino, antes de se desfazerem dos bens que possuíam e abandonarem o cultivo nos campos.

Como iniciativa autônoma de um agregado de famílias, a ideia de emigrar ia se consolidando a partir da chegada de notícias e convites de parentes e conhecidos já instalados no Brasil, ou, ainda, através da busca de informações junto aos diretores das companhias de navegação. O sucesso das transferências foi garantido pelos vínculos sociais e redes que ligavam as famílias nos dois lados do Atlântico. As experiências particulares de alguns indivíduos permitiram verificar o peso das relações parentais e as alianças firmadas, bem como as possibilidades de atuação daqueles que desejavam partir. Logo, as vantagens de mobilizar a parentela surgiram como recursos eficientes para tornar mais previsível o processo de deslocamento e instalação nos núcleos coloniais.

Pelos povoados rurais da região do Vêneto circulavam indivíduos que faziam propaganda da América, sendo simples camponeses ou padres que, em muitos casos, acabaram por acompanhar os grupos por eles alistados. Imprescindível foi o papel dos agentes locais que dispunham da confiança dos paroquianos, intermediando o contato entre as famílias e as empresas de navegação, fornecendo informações e encaminhando grupos para o porto de

Gênova. Tanto na península itálica quanto no sul do Brasil, percebeu-se a utilização das cartas por partes dos camponeses como recurso valioso de circulação de notícias. Desse modo, é possível perceber o quanto as ligações entre os imigrantes e aqueles que haviam permanecido nos lugares de origem influíram na adesão da imigração definitiva. Os vínculos sociais forjados na terra natal possibilitaram a constituição de redes de apoio e transferências que tinham uma forte base comunitária.

As escolhas não se assentavam apenas sob iniciativas individuais, pelo contrário, eram traçadas a partir de projetos coletivos que incluíam a família extensa e a parentela. Inicialmente, podiam viajar apenas alguns e, na sequência, o restante dos parentes e conhecidos. Muitos dos que abandonaram a Província de Treviso, nos primeiros anos da emigração, não eram camponeses miseráveis, mas, sim, pequenos proprietários e arrendatários que tencionavam se tornar donos de grandes extensões de terra, como Paulo Bortoluzzi. Os chefes de famílias se mostravam preocupados com as necessidades futuras do grupo, pois com o aumento do número de filhos novas frentes de trabalho deveriam ser buscadas. Na *comuna* não poderiam suprir as demandas de subsistência e nem ambicionar ampliar as áreas de produção, portanto, imigrar coletivamente para a América, ao invés de realizarem deslocamentos temporários em busca de trabalho, se apresentava como alternativa mais segura a fim de garantir a reprodução futura do grupo familiar.

O projeto de Paulo Bortoluzzi era “audacioso” e “ambicioso” para alguns, pois partira da *comuna* de origem com o firme propósito de fundar uma colônia no sul do Brasil. Apoiado sob base parental e vínculos comunitários sólidos, transferiu-se juntamente com outras famílias da região para o Rio Grande do Sul. Quando instalado no núcleo colonial, favoreceu novos deslocamentos e auxiliou os recém-chegados, reforçando os laços existentes com os locais de origem. Os recursos relacionais surgem como estratégias acionadas pelas famílias para garantir assistência, deslocamento seguro e a acomodação nos lugares de instalação. Tudo isso evidencia o quanto a decisão de emigrar fazia parte de um intrincado projeto gestado ainda nos povoados de origem, envolvendo a transferência de amplos agregados de parentes e vizinhos.

Inicialmente, abandonaram as comunas aqueles que dispunham de sólida rede parental e recursos materiais, revelando um caminho de investimento familiar e a concretização do projeto comunitário. A partir dos contatos com os locais de origem, aumentaram as transferências de famílias aparentadas e conhecidas para a região da Colônia Silveira Martins. Isso fez com que houvesse a expansão das áreas através da fundação de novos núcleos

coloniais e a aquisição de terras de proprietários particulares. Desse modo, foi se definindo uma forma particular de ocupação e constituição das novas comunidades, enquanto realidade capaz de engendrar iniciativas autônomas. A fundação de capelas, igrejas, associações religiosas e laicas conferiam coesão, identidade e solidariedade entre as famílias de determinado lugar. O território da paróquia era o cenário de práticas compartilhadas, normas consentidas e maneiras de agir que gerava a ideia de um espaço de direitos e deveres, guiando os comportamentos a partir de lógicas específicas.

As comunidades se caracterizavam por certa autonomia em relação às outras, agregadas em torno de símbolos religiosos e associações de mútuo socorro. Contudo, os conflitos eram elementos comuns a todas, resultados da competição e oposição dos grupos que se confrontavam por domínio local. Para conquistar poder político e recursos materiais era necessário investir em relações variadas, estreitar vínculos com as pessoas tentando promover a integração das famílias. Estas foram as iniciativas de indivíduos como o padre Antônio Sório e o camponês Paulo Bortoluzzi. Ambos tornaram-se lideranças de grande prestígio na região da ex-Colônia Silveira Martins, atuando como interlocutores entre a população local e as esferas externas. Cada qual ao seu modo, acionaram recursos que estavam ao alcance para conquistar poder local, mas sem esquecer das demandas comunitárias, como conseguir a autonomia administrativa para a região, como tentou o padre Sório.

No caso específico de Paulo Bortoluzzi, esse se tornou um empreendedor no campo econômico ao desempenhar o papel de mediador, favorecendo a participação das famílias camponesas no mercado da terra ao intermediar negociações e fomentar o estabelecimento de redes de crédito. Nessa dinâmica, antigos vínculos de afinidades, que reportavam às aldeias de origem, foram reforçados entre os sujeitos através das novas assistências, solidariedades e alianças parentais. O sucesso das escolhas econômicas e políticas dependiam das referidas redes de relações. Foi por meio desta atuação que o comerciante Bortoluzzi ampliou o número de fregueses entre a população colonial, concretizando, em partes, o projeto por ele idealizado de se tornar chefe de uma colônia no sul do Brasil. A participação frequente dos indivíduos no mercado da terra evidenciou como ocorreu o processo de ajustamento dos imigrantes à nova realidade e a expansão dos núcleos coloniais. A circulação de pequenas dimensões de terras entre membros do grupo parental, ou entre pessoas que compunham as redes de relações próximas, aponta para a existência de uma racionalidade autônoma que regulava o comércio.

Os princípios que governavam a economia camponesa não estavam ligados à lógica capitalista da lei da oferta e da procura.

Constatou-se como alguns sujeitos se tornaram lideranças locais traçando caminhos diferentes na busca por prestígio e sucesso. Bortoluzzi atuou na criação de uma comunidade tendo como alicerce símbolos religiosos trazidos da *comuna* de origem que visavam agregar e dar identidade às famílias do Vale Vêneto. O imigrante, por outro lado, investiu na acumulação de bens materiais e na intensa participação como mediador no mercado da terra, ao contrário do padre Sório que viu na pia batismal meio eficiente para assegurar o acesso a recursos materiais e simbólicos. Através dos vínculos firmados pelo batismo, reforçou alianças entre os indivíduos e orientou ações nas diferentes esferas da vida social e econômica. A importância de tais laços colocou em evidência o quanto as relações sociais eram mecanismos de proteção e solidariedade para as famílias se organizarem nas comunidades.

O padre Antônio Sório apostou na sua posição de pároco da sede da ex-Colônia Silveira Martins para reforçar o poder local, dedicando-se à condução de uma política de fundação de espaços que possibilitassem maior unidade corporativa. Logo, a mediação entre o mundo exterior e a esfera local, no plano político e cultural, foi um dos campos no qual o sacerdote demonstrou ativa participação, conciliando interesses pessoais com a demanda de emancipação política amplamente defendida pelos comerciantes e chefes de famílias do lugar. Ao se tornar pároco da Sede, Antônio Sório atuou em diferentes campos para obter apoio e legitimidade política na freguesia de Silveira Martins, optando por mecanismos que lhes permitissem manter o controle sobre a vida religiosa e social no território que compreendia a paróquia. As relações de compadrio, o papel de agente consular e de presidente da sociedade de mútuo-socorro surgem como espaços para consolidar e ampliar vínculos com os paroquianos, o que, por outro lado, alargou as possibilidades de investimentos e transações no campo econômico. Por meio das relações de apadrinhamento foram se consolidando fortes laços de solidariedade entre o pároco e as famílias.

A dependência entre os imigrantes deveria funcionar como elemento de proteção e segurança, procurando controlar tensões e conflitos. O peso das redes de compadrio pode ser percebido naquelas situações em que os indivíduos necessitavam de ajuda, fosse ela material ou não. O compromisso de fornecer algum auxílio futuro era uma das obrigações que o parentesco espiritual trazia. Na realidade estudada, a possibilidade de proteção aos indivíduos que se encontravam em situação difícil – por exemplo, ao serem apontados como culpados de

transgressões morais e crimes de sangue – variava de acordo com as relações e vínculos que possuíam. Os mecanismos de assistência deviam não só proteger os sujeitos, mas, principalmente, controlar os eventos locais para que esses não trouxessem insegurança à comunidade, evitando, por exemplo, interferência de poderes externos. Quando personagens de relevo necessitavam de proteção, e mesmo que fossem acusados de atos moralmente reprováveis, os chefes locais assumiam a responsabilidade de garantir a ordem e a paz na comunidade.

Nesse sentido, nos núcleos coloniais, a morte decorrente de conflitos e tensões requeria a atenção dos mediadores que buscavam caminhos de pacificação e controle de reações indesejadas. Caso a harmonia fosse rompida pelo uso da violência, cabia ao grupo a iniciativa de criar um novo equilíbrio, consciente que esse estaria suscetível a novas rupturas. No universo camponês estudado, era recorrente a fixação de acordos pela atuação de pessoas de prestígio local ou mesmo de parentes, amigos e vizinhos a fim de garantir o rápido restabelecimento da paz. A análise desses pequenos acontecimentos familiares, de resolução interna dos impasses, permite perceber aspectos relevantes da lógica social que regia os comportamentos de grupos e o protagonismo da comunidade em encontrar um novo equilíbrio através de mecanismos de controle e proteção.

Na realidade cotidiana, os conflitos e solidariedades se misturavam, envolvendo indivíduos próximos que pertenciam à vizinhança e, em muitos casos, também à parentela extensa. As manifestações de hostilidades das pessoas externas ao grupo parental eram assumidas como responsabilidades coletivas, havendo a necessidade de práticas de acomodação para harmonizar as partes, independente do conflito já estar sendo julgado no tribunal do Estado. O julgamento externo não era suficiente para atender as demandas de uma família em desonra, devendo a situação ser resolvida por reparações públicas, acertos privados ou represálias consentidas localmente.

As comunidades das regiões coloniais do sul do Brasil não eram sociedades pacíficas e solidárias, sem tumultos e rixais. As relações eram permeadas por constantes hostilidades entre as famílias e confrontos diretos entre imigrantes – inclusive mulheres – que não podiam ser evitados, desencadeando, algumas vezes, a morte do(a) oponente. Quando avaliados na sua complexidade, no cotidiano das experiências vividas, os imigrantes revelam métodos próprios de proteção contra possíveis investigações e repreensões das esferas do Estado. Eram nesses momentos que os vínculos de dependência recíproca se manifestavam com toda a força. E, por meio de práticas de reconciliação, encerravam as hostilidades para recriar o

equilíbrio rompido pelas agressões violentas, provocando, ao mesmo tempo, a desistência de possível denúncia às autoridades policiais. O recurso às instâncias jurídicas podia funcionar como mecanismo auxiliar no encaminhamento da resolução de impasses, bem como a fixação de pactos privados. Foi relevante nesta pesquisa verificar o modo e com quais expectativas os imigrantes se voltavam para a justiça do Estado, e quando se articulavam para arbitrar as questões antecipadamente na comunidade.

Por meio da análise dos processos-crime envolvendo imigrantes italianos foi-se, aos poucos, revelando histórias miúdas de rixas entre famílias e solidariedades entre vizinhos que expuseram o quanto os usos de práticas violentas e pacificação faziam parte do cotidiano. Assim, vieram à tona maneiras de agir, modos de resolução das tensões, condutas toleradas e as que não eram aceitas na vizinhança. Os imigrantes conferiam grande importância à preservação da honra familiar, por isso, quando do surgimento de fatos ofensivos à reputação do grupo, reparações, constrangimentos e represálias eram as saídas, dependendo da gravidade dos cometimentos. Internamente aos povoados, a população tinha modos próprios de julgar os comportamentos desviantes e punir as ofensas, práticas essas que faziam parte de uma espécie de justiça autônoma e comunitária que fora vivenciada pelos imigrantes nos núcleos coloniais do sul do Brasil.

As vinganças nas estradas, as punições e confrontos públicos permitem perceber as motivações, articulações e lógicas sociais que orientavam tais eventos de violência. Os conflitos não se esgotaram em si mesmos, antes apontaram para questões importantes das realidades vivenciadas pelos imigrantes italianos. Como exemplo, o papel das opiniões e rumores que circulavam na comunidade que assumiam função primordial na construção da boa ou má reputação. O temor em relação à divulgação de fatos privados que desencadeariam sentimento de vergonha atormentavam a consciência dos sujeitos, levando a família a adotar medidas para contornar a situação. Simples desconfianças podiam ganhar vida e se tornarem verdades absolutas, por isso a necessidade de exigir satisfação para ter o controle sobre fatos que ganhavam a esfera pública. O sentimento de vergonha e a desonra de indivíduos e famílias perante a vizinhança deviam ser evitados, principalmente em um espaço onde a força da palavra independia da existência de provas, e a suspeita bastava para denegrir a reputação de homens, mulheres e de todo o grupo familiar.

Ao invés de privilegiar uma análise de confronto e resistência do imigrante à intervenção do Estado quando da investigação de crime ou delito, procurou-se perceber as normas por trás das ações, as percepções, o estabelecimentos de acordos, mediações e

resoluções extrajudiciais possíveis aos indivíduos. As iniciativas de controle da justiça e instâncias administrativas externas encontravam dificuldades diante da existência de redes de cumplicidade e manipulação entre as famílias e lideranças locais, “imersas em uma ativa cultura social de solidariedades e conflitos, de proteção e submissão”, expressivamente diferente das partilhadas pelas “classes dominantes”, conforme observa Giovanni Levi (2000, p. 196). O poder externo se deparava com uma ativa capacidade das famílias de gerenciar as tensões, de exigir reparações quando a honra era ofendida.

Nem todos os crimes que ocorreram na região colonial chegaram aos tribunais, e muitos dos que foram investigados pelas autoridades policiais encontraram seus limites frente a não colaboração dos imigrantes. Somente eram denunciadas aquelas transgressões em que as tentativas de reconciliação capitaneadas pelo “tribunal de grupo” haviam fracassado. Ou, ainda, quando os fatos causavam “público escândalo” devido à gravidade do delito. Certas contravenções e crimes de sangue podiam ser resolvidos pelas famílias na própria comunidade, através da mediação de pessoas aptas e reconhecidas localmente que exigiam que o infrator se desculpasse ou indenizasse a vítima. A recomposição da paz ente os grupos rivais era uma passo decisivo para amenizar o perigo constante da ocorrência de vingança. Os imigrantes compartilhavam da ideia que cabia à comunidade encontrar solução para os conflitos, de preferência sem a intervenção dos poderes externos, através de mecanismos informais de mediação.

A apresentação da denúncia era realizada apenas para melhorar as possibilidades de soluções extrajudiciais. A busca por satisfação e a ideia de pertencimento orientavam as escolhas por uma “justiça negociada” localmente, ao invés do recurso judicial. Logo, o uso da violência através da vingança surge como um dos meios pelos quais passava a reparação, muito embora a desafronta também pudesse vir pela via simbólica através da humilhação e reconhecimento público da culpa, atitudes essas capazes de ressarcir a honra ofendida, conforme defende Mario Sbriccoli (1999). Além do consenso em relação à necessidade de punições, a tolerância para com determinadas vinganças era mantida a fim de preservar a ordem social e equilíbrio local quando da ocorrência de graves ofensas à honra familiar. Uma das conclusões deste trabalho é que as bases parentais e as alianças entre vizinhos serviram tanto para punir os transgressores quanto para fornecer proteção quando indivíduos próximos estavam sendo perseguidos pelas autoridades judiciárias. A busca pela auto-regulação interna, frente a conflitos e crimes que rompiam com o ideal de harmonia nas comunidades, passava por decisões que podiam ser mais duras e extremas contra os infratores do que as que seriam

proferidas pelo tribunal do Estado. As práticas de justiça local – como reflexo de mecanismos de controle e coesão – se manifestavam de maneiras diversas: punições violentas, denúncias, acordos privados e ressarcimentos.

É importante assinalar no final deste estudo que, para a população da ex-Colônia Silveira Martins, o falecimento do pároco foi causado por alguns maçons ou por família desonrada que procurou vingar-se dele por transgressões sexuais cometidas. As versões não são meros discursos sem nenhum compromisso com a realidade, pois as pessoas acreditavam que havia, sim, elementos suficientes para aceitarem que o padre fora vítima de atentado. Havia uma racionalidade própria que fundamentava as explicações surgidas entre a população da ex-Colônia Silveira Martins. No entanto, ao invés de apontar uma causa única à morte, pretendeu-se, neste trabalho, compreender o complexo contexto da sociedade onde se deram os fatos e nasceram as versões da “emboscada”, e, nesse ínterim, observou-se que pode ter sido a combinação de diferentes elementos que redundou na morte de Antônio Sório: disputas políticas, ideológicas, ofensas à honra familiar.

O padre Antônio Sório era uma das principais lideranças da ex-Colônia Silveira Martins. Meses antes da morte, confessou seu temor em relação aos ares de vingança que o cercavam. Logo, o fim “trágico” do pároco vai ao encontro da explicação atribuída pela população colonial de que o mesmo havia sido vítima de atentado. A formação de um “tribunal de grupo” – coligação de imigrantes –, que assistiu Sório nos últimos momentos de vida, decidiu privadamente sobre o que deveria ser anunciado como justificativa do falecimento, optando, então, pela escolha que lhes parecia mais correta. Com isso procuraram preservar a honra e a integridade dos indivíduos envolvidos, revelando a força das práticas de justiça local.

O consenso e a aceitação do grupo de imigrantes apontam para a renúncia à vingança através do perdão da parte lesada. Sório queria o fim dos conflitos. Os homens de prestígio que presenciaram os últimos momentos de vida do padre, e ouviram suas palavras, entenderam que deviam cumprir com um compromisso: impedir o surgimento de novas represálias. E o silêncio quanto à versão da emboscada por vingança reflete o que parece ter sido o objetivo dos imigrantes: garantir a situação de paz social na comunidade, evitar o surgimento de desdobramentos prejudiciais à convivência das famílias, como reparações por parte dos parentes e aliados do pároco ou investigações policiais. Buscaram ter controle da situação a fim de encaminhar uma resolução pacífica dos conflitos.

Nos núcleos italianos do sul do Brasil, conviviam práticas diversas de justiça – inclusive vinganças de sangue que acabavam em mortes – subsistindo ao lado e em oposição à justiça oficial. As disputas entre pessoas de um determinado contexto comunitário não ofendiam simplesmente às leis do Estado que zelava pela ordem, mas às regras essenciais que orientavam o bem viver. Por isso, todo um povoado podia se mostrar solidário e procurar acomodar os impasses locais. A renúncia em dar sequência aos confrontos tinha por finalidade garantir o que era melhor para todos. O silêncio, então, apareceu como instrumento importante para a restauração da tranquilidade, paz garantida pelas redes de proteção e solidariedade existentes entre os que residiam na ex-Colônia Silveira Martins. Redes que se mostraram sólidas e impediram que investigações fossem feitas apesar de todos saberem que a morte do pároco ocorreu em um momento que sopravam *Ares de Vingança*.

Fontes, arquivos e referências bibliográficas

1. Fontes documentais da Itália.

Arquivo da Cúria Diocesana de *Belluno*.

- Pasta Padre Vitor Arnoffi.
- Pasta Padre Antônio Sório.

Arquivo da Diocese de Treviso.

- Pasta Padre João Solerti.
- Pasta Padre Giobatta Frizzo.

Arquivo Comunal de Treviso – Biblioteca Comunal *Borgo Cavour*.

Atti dell'Ateneo di Treviso

- Questionário do *Ateneo di Treviso*: resposta do conde Luigi Revedin, 3 fevereiro 1878, Pasta 13, fascículo 2.
- Questionário do *Ateneo di Treviso*: resposta do senador Luiz Revedin, 1878, Pasta 13, fascículo 2
- Questionário do *Ateneo di Treviso*: resposta de Antônio Moretti Adimari, sindaco da *comuna* de Zero Branco, Província de Treviso, 14.03.1878
- Relação final do *Ateneo de Treviso*, Luiz Bailo, 1878, Pasta 13, fascículo 2.
- *Jornal Gazzeta di Treviso*, 26 maio de 1877, “Homicídio na igreja”.
- *Jornal Gazzeta di Treviso*, 31 maio de 1878, “A moralidade dos padres”.
- *Jornal Gazzetta di Treviso*, 10 de dezembro de 1887, “Emigração”.
- *Jornal Gazzetta di Treviso*, 11, 12, 13 e 17 de janeiro de 1888, “A emigração no distrito de Oderzo”, Antônio Brunetti.
- *Jornal Gazzetta de Treviso*, 26 de novembro de 1878, “Distrito de Oderzo”.
- *Jornal Gazzeta di Treviso*, 13 de março de 1887, “Emigração”.
- Periódico “La Provincia di Treviso”, 28 agosto de 1879, Correspondência de Bortolo Belli.

BASTANZI, Giambattista. *Le superstizioni delle alpi venete*, una lettera aperta al prof. Paolo Mantegazza, senatore del regno. Treviso: Tip. Luigi Zoppelli, 1888.

BELLI, Bortolo. *Note sull'emigrazione in America dei contadini della provincia di Treviso*. Oderzo: Tipografia di Giovanni Battista Bianchi, 1888. Biblioteca comunal di Treviso.

_____. *Memoria della condizione dei coloni italiani nella provincia di San Paulo (Brasile)*. San Paulo: Tipografia, "Gli italiani S. Paulo", 1888. Biblioteca comunal di Treviso.

MORPURGO, Emilio. "Le condizioni dei contadini nel Veneto". In: *Atti della giunta per l'inchiesta agrária e sulle condizioni della classe agricola*. Vol. IV/1. Roma: Forzani e c., 1882, p. 1-249.

Arquivo Comunal de Montebelluna.

- Busta 550, 1877.

- Busta 663, 1877.

- Busta 704, 1877.

Arquivo Diocesano de Vittorio Veneto.

- Arquivo Moderno, R. VI, busta 15.

Arquivo do Estado de Bassano Del Grappa.

- Processo contra o sacerdote Angelo Cavalli, 1877, Busta (Pasta) 107, fascículo 163.

- Processos contra o sacerdote Angelo Cavalli, 1877, Busta (Pasta) 107, fascículo 179,

Arquivo do Estado de Treviso.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1876, Busta 264, Processo verbal, nº 256.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1877, Busta 265, Processo verbal, nº 36.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1877, Busta 265, Processo verbal, nº 193

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1877, Busta 265, Processo verbal, nº 208.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1878, Busta 266, Processo verbal, nº 48.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1888, Busta 267, Processo verbal, nº 93.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1889, Busta 272, Processo verbal, nº 6.

- Pretura de Castelfranco Vêneto, 1889, Busta 272, Processo verbal, nº 187.

Arquivo do Estado de Veneza.

- *Jornal Gazzetta de Venezia*, 15 maio de 1877, "Emigração".

- *Jornal Gazzetta de Venezia*, 11 maio de 1877, "Emigração".

- *Jornal Gazzetta de Venezia*, 15 maio de 1811, "Emigração".

- Processo verbal: Tribunal civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 940, fascículo 64.
- Processo verbal: Tribunal civil e correccional de Veneza. Processos, 1877, nº 275.
- Processo verbal: Tribunal civil e correccional de Veneza, 1877, fascículo 414.
- Gabinete da prefeitura, 1877-1881, 19, 2-1.

Arquivo do Estado de Verona.

- Prefeitura de Verona, Gabinete do prefeito, nº 13, pasta 6, 1868-1869.

Biblioteca Universitária de Padova.

- Jornal *Gazzetta di Treviso*, 4 dezembro de 1876, “Emigração”.
- Jornal *Gazzetta di Treviso*, 24 dezembro de 1876, “Emigrantes”.
- Jornal *Gazzetta di Treviso*, 4 fevereiro de 1877, “A propósito da emigração”.
- Jornal *Gazzetta di Treviso*, 10 maio de 1877, “Emigração”.

Centro Studi Emigrazione di Roma.

Periódicos:

- Annali dell’ ‘Alcide Cervi’
- Estudios Migratórios Latinoamericanos
- Quaderni dell’emigrazione
- Studi Emigrazione
- Quaderni Storici

FRANCHESCHINI, Antonio. *L’emigrazione italiana nell’America del Sul: studi sulla espansione coloniale transatlántica*. Roma: Forzani e C., 1908.

Paróquia de São Bento Abade, Piavon (Oderzo).

- Livro de registro de matrimônios da paróquia de Piavon, 1835-1907.
- Livro de registro de batismo da paróquia de Paivon, 1877-1907.
- Livro de registro de batismo da paróquia de Paivon, 1840-1876.
- Livro de registros de óbitos.
- Registro de *Stato delle Anime* da paróquia de São Bento Abade, 01.07.1861 à 30.06.1892.

Bibliotecas visitadas

- Biblioteca Nacional Central de Roma.

- Biblioteca Nacional Marciana, Veneza.
- Biblioteca da Universidade Ca'Foscari (área humanística), Veneza.
- Biblioteca da Fondazione Benetton, Treviso.
- Biblioteca Comunal Borgo Cauvor, Treviso.

2. Fontes documentais do Brasil.

Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso, Santa Maria.

- Jornal *O Combatente*, 11 de outubro 1893, “Ex-Colônia Silveira Martins”.
- Jornal *O Combatente*, 22 de outubro de 1893, “A pedidos. Resposta à um caluniador”.
- Jornal *O Combatente*, 01 de dezembro de 1893, “Aos pedidos”.
- Jornal *O Combatente*, de janeiro de 1897, “Ex-Colônia Silveira Martins”.
- Jornal *O Combatente*, 07 de março de 1897, “Correspondência: Silveira Martins”.
- Jornal *O Combatente*, 16 de janeiro de 1898, “Um conselheiro”.
- Jornal *O Combatente*, 23 de outubro de 1898, “Novo Município”.
- Jornal *O Combatente*, 3 de novembro de 1898, “Ex-Colônia Silveira Martins”.
- Jornal *O Combatente*, 5 de fevereiro de 1899, “Aos pedidos”.
- Jornal *O Combatente*, 11 de janeiro de 1900.
- Jornal *O Combatente*, 01 de abril de 1900, “Bárbaro assassinato”.
- Jornal *O Combatente*, 21 de dezembro 1901, “Vigarista em regra”.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- Comissão de Terras e Colonização (correspondência avulsa), Silveira Martins, Maço 73, caixa 37.
- Câmara Municipal de Santa Maria 1883-1889, Maço 211, Lata 153 (Correspondência expedida).
- Imigração, Terras e Colonização – AS 049.
- Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior - SIE.3-012, 1902.

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

- Série Agricultura – IA6- 165.
- Série Interior – Negócios de Províncias, IJJ1 – 779.
- Série Interior – estrangeiros – IJJ 9 – 462.

Arquivo Geral da Câmara de Vereadores de Santa Maria.

- Atas da Câmara Municipal de Santa Maria 1888-1892.
- Fundo Câmara Municipal 1868-1893, Caixa 2, v. 6.
- Fundo Intendência Municipal 1897-1899, Caixa 2, livro 16.

Arquivo diocesano de Santa Maria.

- Livro de Batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 1884-1887.
- Livro de Batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 2, 1888-1890.
- Livro de Batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 3, 1890-1893.
- Livro de Batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 4, 1893-1897.
- Livro de Batismo da paróquia de Silveira Martins, nº 5, 1897-1906.
- Livro de Matrimônio da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 1884-1897.
- Livro de Matrimônio da paróquia de Silveira Martins, nº 2, 1897-1915.
- Livro de Óbitos da paróquia de Silveira Martins, nº 1, 1884-1907.
- Livro de Matrimônios da paróquia do Vale Vêneto, nº 1, 1889-1907.
- Livro de Batismo da paróquia do Vale Vêneto, nº 3, 1899-1903.

Cartório Civil de Silveira Martins.

- Livro de registros de óbitos do Cartório Cível de Silveira Martins (RS), 3 de janeiro de 1900, folha 140 (verso), nº 1202.
- Livro de registros de óbitos, 18 de agosto de 1899.

Centro de Pesquisas Genealógicas, Nova Palma.

- Caixa Vitor Arnoffi
- Caixa de Silveira Martins.
- Caixa Antônio Sório.

CARVALHO, Manoel Maria de. *Serviços de imigração*. Relatório apresentado ao Império. Rio de Janeiro, 31 março de 1886 (cópia xerocada).

Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

- Missão Brasileira, Caixa 3.
- Missão Brasileira, Caixa 4.
- Missão Brasileira, Caixa 12.

- Caixa Pe. Frederico Schwinn, 1868-1934, nº 12.

ANTONIAZZI, Andrea. *História de Novo Treviso*. [18--], Caixa 4, Missão Brasileira, Arquivo Histórico Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria.

BURMANN, Francisco. *Memórias do Pe. Francisco Burmann*. 1910. Caixa 2, Missão Brasileira. AHNSC, Santa Maria.

CERETTA, Antônio. *História do Vale Vêneto (1877-1886)*. 1894, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria (original em língua italiana).

CERETTA, Antônio. *História de São João do Polesine*. 19--, Caixa 4, Missão Brasileira, AHPNSC, Santa Maria.

LUIZ, Pe. Pedro. “Morte trágica de ‘Dom’ Antônio Sório”. In: *Revista Rainha dos Apóstolos*, Santa Maria, 1º de janeiro de 1949, nº 27.

MAGRO, Pe. Claudino. Pequena história da província XIX. *Informações palotinas*. Santa Maria, v. 34, nº 1, abril 1976, p. 41-48.

PILLON, Pe. José. 1922-1972: 50 anos do seminário de Vale Vêneto. *Informações palotinas*. Edição Histórica, 25 de março de 1973.

SCHWINN, Frederico. *Freguesia Silveira Martins*. Caderno a, p. 14, Caixa 5, Missão Brasileira. AHNSC, Santa Maria.

SCHWINN, Frederico. Notícias sobre a capela de Nossa Senhora do Monte Bérico – Val Veronês. s/d. Caixa Pe. Frederico Schwinn, 1868-1934, nº 12. AHPNSC.

Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre.

- Registros dos sacerdotes, nº 278.

- Livro de Registro dos Sacerdotes, nº 26.

- Livro de registro de ofícios expedidos do bispado do Rio Grande do Sul, 27.10.1887 à 19.06.1897.

- Pasta Silveira Martins.

- Pasta Vale Vêneto.

- Pasta Arroio Grande.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

- Investigações policiais. Santa Maria, Cível e crime, 1882, nº 29, Maço 29.

- Processo-crime, Santa Maria, Cível e crime, 1896, nº 1203, Maço 39.

- Processo-crime, Santa Maria, Cível e crime, 1904, nº 1296, Maço 43.

- Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cartório do Júri, 1900, nº 784, Maço 5.
- Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cível e crime, 1902, nº 1058, Maço 36.
- Processo-crime, Júlio de Castilhos, Cível e crime, 1912, nº 1156, Maço 40.
- Investigação policial, Cachoeira do Sul, Cartório do Júri, 1905, nº 3536, Maço 26.
- Testamento de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, 1900, nº 116, Maço 3.
- Inventário de Antônio Sório, Provedoria de Santa Maria, 1900, nº 116, Maço 3.
- Sumário de crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1880, nº 942, Maço 29.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1891, nº 979, Maço 31.
- Habeas-corpus, Caxias do Sul, cível e crime, 1898, Maço 70, nº 1673.
- Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas-corpus, Cível e crime, 1899, nº 1705, Maço 70.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1898-1899, nº 1128, Maço 34.
- Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas-corpus, Cível e crime, 1900, nº 1705, Maço 70.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1900, nº 1054, Maço 54.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1900, nº 1054, Maço 54.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1900, nº 1059, Maço 36.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1900, nº 1059, Maço 36.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1901, nº 1064, Maço 36.
- Processo-crime, Caxias do sul, cível e crime, 1901, nº 1071, Maço 37.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1902, nº 1077, Maço 37.
- Processo-Crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1903, nº 1096, Maço 36.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1903, nº 1104, Maço 38.
- Processo-crime, Caxias do Sul, Cível e crime, 1903, nº 1100, Maço 38.
- Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas corpus, 1903, nº 1681, Maço 70.
- Processo-crime, cível e crime, Caxias do Sul, 1905, n. 1124, Maço 39.
- Processo-crime, Caxias do Sul, cível e crime, 1905, nº 1127, Maço 40.
- Processo-crime, Caxias do sul, 1905, nº 1688, Maço 70.
- Habeas-corpus, Cartório Cível e crime, Caxias do Sul, 1905, nº 1689, Maço 70.
- Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas-corpus, Cível e crime, 1906, nº 1705, Maço 70.
- Investigações policiais. Caxias do Sul, Habeas corpus, 1911, nº 1703, Maço 70.

- Investigações policiais, Caxias do Sul, Habeas corpus, Cível e crime, 1911, nº 1706, Maço 70.
- Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), livro 1, 1895-1898.
- Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Santa Maria - livro 2, 04.11.1898 à 27.09.1900.
- Transmissões/notas, Santa Maria (4º distrito), Livro 4, 1904-1907.
- Procurações, Cartório civil de Santa Maria (4º distrito), livro 5, 1891-1893.
- Procurações, Cartório civil de Santa Maria (4º distrito), 1896 à 1900.
- Transmissões/notas, Júlio de Castilhos, 1º Tabelionato, livro 1, 1893-1906.
- Transmissões/notas, Júlio de Castilhos (4º distrito), Livro 5, 1905-1906.
- Transmissões/notas, São Martinho, livro 2, 1899-1901.
- Transmissões/notas, Vila Rica (3º distrito), 1º Tabelionato, livro 2, 1900-1907.
- Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 2, 1893-1895.
- Transmissões/notas: Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, livro 3, 1895-1896.
- Transmissões/notas, Cachoeira do Sul (5º distrito), 1º tabelionato, livro 9, 21.02.1898 à 22.02.1898.
- Transmissões/notas, Cachoeira do Sul (5º distrito), livro 10, 1898.
- Transmissões/notas, Cachoeira do Sul (5º distrito), livro 11, 1898-1899.
- Transmissões/notas, Cachoeira do Sul (5º Distrito). Livro 12, 1899-1900.
- Procurações: Cachoeira do sul. Tabelionato (5º Distrito), Livro 14 (1900-1901).
- Cachoeira do Sul (5º Distrito), 1º tabelionato, Livro 15, 1900-1901.

3. Fontes publicadas em livros

ANCARANI, Umberto. “Monografia sobre a origem da ex-Colônia italiana de Silveira Martins 1877-1914”. In: SANTIN, Silvino; Isaia, Antônio. *Silveira Martins patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990.

DE BONI, Luis Alberto (org.). *La Mérica: escritos dos primeiros imigrantes italianos*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1977.

LORENZONI, Júlio. *Memórias de um imigrante*. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LORENZONI, Giulio. *Memorie di un emigrante italiano*. (a cura di) Emilio Franzina. Vicenza, Istituto per le ricerche di storia sociale e religiosa; Roma: Viella, 2008.

POZZOBON, Zolá Franco. *Uma odisséia na América*. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

RIGHI, José V; BISOGNIN, Edir L.: TORRI, VALMOR. *Povoadores da Quarta Colônia*. Porto Alegre: EST, 2001.

4. Referências Bibliográficas

ALBERA, Dionigi; CORTI, Paola. “Movimenti migratori nell’arco alpino e nella montagna mediterrânea: questioni e prospettive per un’analisi comparata”. In: ALBERA, Dionigi; CORTI, Paola (a cura di). *La Montagna mediterrânea: una fabbrica d’uomini? Mobilità e migrazioni in una prospettiva comparata (secoli XV-XX)*. Cuneo: Gribaudo, Cavallermaggiore, 2000, p. 7-27.

ALFANI, Guido. *Padri, padrini, patroni: la parentela spirituale nella storia*. Venezia, Editore Marsilio, 2007.

ALVIM, Zuleika. *Brava gente! Os italianos em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental 1500-1914*. Lisboa: Editorial Quercó, 1980.

ARCANGELI, Letizia. “Confliti, paci, giustizia: feudatarie padane tra Quattro e Cinquecento”. In: BROGGIO, Paolo; PAOLI, Maria Pia (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2011, p. 44-73.

AUGUSTINS, Georges. “La perpetuación de las familias y la estructuración de los destinos personales”. In: KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (compiladores). *Historia de la familia europea: la vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial (1789-1913)*. V. II. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 464- 495.

AZEVEDO, Thales. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. 2º edição. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1982.

BAILY, Samuel L. “Cadenas migratórias de italianos a la Argentina: algunos comentarios”. *Studios migratórios*, 3, 8, p. 125-135, 1988.

BARBAGLI, MARZIO. *Sotto lo stesso tetto: Mutamenti della famiglia in Italia dal XV al XX secolo*. Bologna: Società editrice il Mulino, 1996.

BAROJA, Júlio C. “Honra e vergonha: exame histórico de vários conflitos”. In: PERISTIANY, J. G (org). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 61-110.

BARTH, Fredrik. *Process and form in social life: selected essays of Fredrick Barth: Volume I*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1981.

_____. *Sohar, culture and Society in an Oman Town*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993.

_____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2002.

BASSANEZI, M. S. C. B. “Nascimento, vida e morte na fazenda: alguns aspectos do cotidiano do imigrante italiano e de seus italianos”. In: BONI, Luiz A. (org.). *A presença italiana*. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia; Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990.

BELLABARBA, Marco di. “Pace pubblica e pace privata: linguaggi e istituzioni processuali nell’Italia moderna”. In: BELLABARBA, Marco; SCHWERHOFF, Gerd; ZORZI, Andrea (a cura). *Criminalità e giustizia in Germania e in Itália*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2001, p. 189-216.

_____. *La giustizia nell’Italia moderna*. Bari: Editori Laterza, 2008.

BELLI, Bortolo. “La storia di um colono”. FRANZINA, Emilio (a cura di). *La storia di un colono*. Vicenza: Agorà Factory, 2003.

BELTRÃO, Romeu. *Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho: 1787-1930*. Santa Maria: Dos institutos Históricos e Geográficos do Rio Grande do Sul, do Pará e Santa Maria, 2ª Edição, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria; FERREIRA, Rosa Maria Fischer. “Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982)”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BERNARDI, Ulderico. *Addio pátria: emigranti dal Nort Est*. Vicenza: Editora Neri Pozza, 1994.

_____. *Il lungo viaggio: dalle terre venete alla selva brasiliana*. 2ª edição. Treviso: Editrice Santi Quaranta, 2008.

BEVILACQUA, Piero. “Società rurale e emigrazione”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.

_____. “Società rurale e emigrazione”. In: BEVILACQUA; DE CLEMENTI; FRANZINA; CARRONI; LUPO; MARTELLONE; MASSULLO; RAMELLA; SANFILIPPO, STELLA, VECOLI, VEZZOSI. *Verso l’America: L’emigrazione italiana e gli Stati Uniti*. Roma: Donzelli Editore, 2005.

BJERG, M.; OTERO, H. (comp.). *Inmigración y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMLA-IEHS, 1995.

BIANCHI, Bruna. “Lavoro e emigrazione femminile”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.

- BIANCO, Furio. *Contadini, sbirri e contrabbandieri nel Friul del Settecento*. La comunità di villaggio tra conservazione e rivolta (Valcellina e Valcolvera). Verona: Cierre Edizioni, 2005.
- BIASOLI, Vitor. *O catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010.
- BIAVASCHI, Márcio Alex Cordeiro. *Relações de poder coronelistas na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)*. Porto Alegre: PUCRS, 2011. (Tese de doutorado).
- BONFADA, Genésio. *Os palotinos no Rio Grande do Sul*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1991.
- BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. “O sentimento da honra na sociedade cabília”. In: PERISTIANY, J. G (org). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 159-195.
- _____. *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia cabíla*. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2002.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- BRETTELL, Caroline B. “Patrimonio, parentela e ruolo dei sessi. Uma prospettiva mediterrânea”. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. (a cura di). *La familia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995, p. 381-396.
- _____. “Migración”. In: KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (compiladores). *Historia de la familia europea: la vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial (1789-1913)*. V. II. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 341-366.
- BROGGIO, Paolo. “Pace, onore e giustizia nella trattatistica spagnola di età barroca”. In: BROGGIO, Paolo; PAOLI, Maria Pia (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2011, p. 429-464.
- _____. “Introduzione”. In: BROGGIO, Paolo; PAOLI, Maria Pia (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2011 (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2011a, p. 9-28.
- _____. “Pace, onore e giustizia nella trattatistica spagnola di età barroca”. In: BROGGIO, Paolo; PAOLI, Maria Pia (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2011b, p. 429-464.

- BRUNELLO, PIERO. “Agenti di emigrazione, contadini e immagini dell’America nella provincia de Venezia”. In: FRANZINA, Emilio (a cura di). *Un altro Veneto. Saggi e studi di storia dell’emigrazione nei secoli XIX e XX*. Abano Terme: Francisci Editore, 1983, p. 138-174.d
- _____. “Emigranti”. LANARO, Silvio (a cura di). *Storia d’Italia. Le regioni dall’unità a oggi: Il Veneto*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1984, p. 579-634.
- _____. *Pionieri: gli italiani in Brasile e il mito della frontiera*. Roma: Donzelli Editore, 1994.
- BURCKHARDT, Jacob. *A cultura do renascimento na Itália: um ensaio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- BURGUIÈRE, André. “Prénoms et parenté” In. *Lê prénom, mode et histoire: lês entretiens de Malher*. Paris: Édition de L’ École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1980.
- BURGUIÈRE, André; LEBRUN, François. “As mil e uma famílias da Europa”. In: BURGUIÈRE, André (et al) *História da família: O choque das modernidades Ásia, África, América, Europa*. vol. 3. Lisboa, Portugal: Terramar, 1998, p. 15-82.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CANEPARI, Eleonora. “Svelare o occultare? L’eco delle nascite illegittime (Roma, XVIII secolo)”. In: *Quaderni storici* 121/ a. XLI, n.1, aprile 2006, p. 101-132.
- CANTARELLA, Eva. “L’omicidio d’onore: lo sviluppo della legislazione italiana attraverso due millenni”. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. (a cura di). *La famiglia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995, p. 255-272.
- CARVALHO, Rosane Aparecida Bartholazzi de. *Os italianos no noroeste Fluminense: estratégias familiares e mobilidade social 1897-1950*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2009. (Tese de Doutorado)
- CASARIN, Francesca Meneghetti. *Treviso-Genova, andata e ritorno: Gli albori dell’emigrazione transoceanica e l’inchiesta dell’Ateneo di Treviso (1876-1878)*. Treviso: Fondazione Benetton, editrice il Cardo, 1990.
- _____. “Tensioni e disordini nelle famiglie e nella società del’ 700”. In: BRUNETTA, Ernesto (a cura di). *Storia di Treviso: L’età moderna*. Venezia: Marsilio Editori, 1992, p. 297-330.
- CASEY, James. *A história da família*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- CASTAN, Nicole. “O público e o particular”. In: PERROT, Michelle (Et. al.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à 1ª Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991, p. 413-453.
- _____. “Criminosa”. In: DAVIS, Natalie; FARGE, Arlette (org.). *História das mulheres: do renascimento à Idade Moderna*. V. 3. São Paulo: Afrontamento, 1991, p. 535-550.

- _____. “A arbitragem de conflitos sob o ‘Ancien Régime’”. In: HESPANHA, António Manuel. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 469-520.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação do Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2000.
- CAVALLO, Sandra; CERUTTI, Simona. “Onore femminile e controllo sociale della riproduzione in Piemonte tra sei e settecento”. In: *Quaderni Storici*, Vol. 44, 1980, p. 346-383.
- CAVINA, Marco. *Nozze di sangue: storia della violenza coniugale*. Roma-Bari: Laterza & Figli, 2011.
- CERUTTI, Simona. “Processo e experiência: indivíduo, grupos e identidades em Turim no século XVII”. In: *Jogo de escala: experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV editora, 1998, p. 173-201.
- _____. “A construção das categorias sociais”. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- _____. *Giustizia sommaria: pratiche e ideali di giustizia in una società di Ancien Régime (Torino XVIII secolo)*. Milano: Campi del sapere/Feltrinelli, 2003.
- CESARE, Francesco Paolo. “L’onda di ritorno: un quadro di riferimento”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- CEVA, M. “La construcción de una memoria familiar en la inmigración biellesa (1895-1960)”. In: *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 58, p. 505-530, 2005.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.
- CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CIAFARDO, Eduardo. “Cadenas migratorias e inmigración italiana. Reflexiones a partir de correspondencia dos inmigrantes italianos en Argentina, 1921-1938. *Studi Emigrazione*, XXVIII. Centro Studi Emigrazione: Roma, 1991, p. 233-255.
- CIBELLI, Antonio; CAFFARENA, Fabio. “Le lettere degli emigranti”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- COHEN, David. “Le leggi Augustee sull’adulterio: il contesto sociale e culturale”. In: KERTZER, David I.; SALLER, Richard P. *La familia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995.

- COLUSSI, Eliane Lucia. *A maçonaria gaúcha no século XIX*. 3. Ed. Passo Fundo: Editora da UPF 2003.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de; HOSPITAL, Maria Silvia. “Construção de identidade e associações italianas: La Plata e Porto Alegre (1880-1920)”. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 25, n. 2, 1999, p. 131-146.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. “O que aconteceu com os valdenses? Italianos e italianos no Brasil meridional”. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; Pozenato, José Clemente (orgs.). *Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes*. Caixas do Sul: Educs, 2004, p. 178-188.
- _____. *O italiano da esquina: meridionais na sociedade de Porto Alegre*. Porto Alegre: EST, 2008.
- _____. “Imigrantes italianos na historiografia do Rio Grande do Sul”. In: MARTINS, Ismênia de; HECKER (orgs.). *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. 1 V. São Paulo: Editora Expressão e Arte, 2010, p. 29-41.
- COPPOLA, G. “La montagna alpina”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura dia). *Storia dell’Agricoltura italiana in Età Contemporanea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990.
- CORBIN, Alain. “Dores, sofrimentos e misérias do corpo”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (org.). *História do corpo: da Revolução à Grande Guerra*. V. 2. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, p. 267-343.
- CORRÊA, Mariza. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. *Morte em Família: representações jurídicas dos papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- CORTEZE, Dilse Piccin. “*Ulisses Va in América*”: história, historiografia e mitos da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1875 –1914). Passo Fundo: UPF, 2002.
- CORTI, Paola. “Donne che vanno, donne che restano. Emigrazione e comportamenti femminili”. In: “*Annali Cervi*”, 12, 1990a.
- _____. “Identità e comunità d’origine nelle vecchie e nelle nuove generazioni di emigranti: due paesi, due storie familiari”. In: ROSOLI, G. et al. *Identità e integrazione: Famiglie e paesi, percorsi e immagini di sé nell’ emigrazione* Biellese. Milano: Electa, 1990.
- CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo. *L’Italia e le migrazioni*. Bari: Editori Laterza, 2012.
- CROCI, Federico. “As cartas de chamada: vestígios das redes sociais e familiares transnacionais”. In: CARNEIRO, Maria Luiz Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (org.). *História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)*. São Paulo: Edusp: Fapesp, 2010, p. 299-321.

- CRUIKSHANK, Julie. “Tradição oral e história oral: revendo algumas questões”. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). *Os italianos no Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Porto Alegre: EST, 1984.
- _____. *Bento Gonçalves era assim*. Caxias do Sul: EST/Fervi, 1985.
- DE CLEMENTI, Adreina. “I ruoli scambiati. Donne e uomin nell’ emigrazione italiana”. In: DE CLEMENTI, A.; STELLA, M. (a cura di) *Viaggi di donne*. Napoli: Liguori, 1995, p. 171-195.
- _____. “La ‘grande etmigrazione’: dalle origini alla chiusura degli sbocchi americani”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’ emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- _____. “L’ emigrazione transoceânica dal mezzogiorno continentale. Cause ed effetti”. In: SAIJA, M. (a cura di) *L’ emigrazione italiana transoceânica tra Otto e novecento e la storia delle comunità derivate*. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6, guigno 1999. V. I – II. Messina: Edizione TRISFORM, 2003.
- DELLA MISERICORDIA, Massimo. “La mediazione giudiziaria dei conflitti sociali alla fine del medioevo”. In: BELLABARBA, Marco; SCHWERHOFF, Gerd; ZORZI, Andrea (a cura). *Criminalità e giustizia in Germania e in Itália: pratiche giudiziarie e linguaggi giuridici tra tardo medioevo ed età moderna*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2001, p. 135-171.
- DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia*. 2ª edição. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- DELILLE, Gérard di. “La família contadina nell’ Italia Moderna”. In: BEVILACQUA, Peiro (a cura di). *Storia dell’ agricoltura italiana in Età Contemporanea*. V. II. Venezia: Marsilio Editori, 1990, p. 507-534.
- DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos 13-18)*. V. 1. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2003.
- DEVOTO, Fernando. “Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino”. In: *Studi Emigrazione*, XXIV, 87, P. 355-373, 1987.
- _____. “Presentacion”. *Estudos Migratórios Latinoamericanos*, 3, 8, 1988.
- _____. *Le migrazioni italiane in Argentina: um saggio interpretativo*. Napoli: Istituto italiano per gli studi filosofici seminari di storia, L’ officina tipográfica, 1994.

- DI BELLA, Maria Pia. “El nombre, la sangre y los Milagros: derecho al renombre en la Sicilia Tradicional”. In: PITT-RIVERS, Julian; PERISTIANY, J. G (eds.) *Honor y gracia*. Madri: Alianza Editorial, 1992, p. 201-220.
- DINGES, Martin. “Usi della giustizia come elemento di controllo sociale nella prima età moderna”. In: BELLABARBA, Marco; SCHWERHOFF, Gerd; ZORZI, Andrea (a cura). *Criminalità e giustizia in Germania e in Itália: pratiche giudiziarie e linguaggi giuridici tra tardo medioevo ed età moderna*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2001, p. 285-324.
- _____. “El uso de la justiça como forma control social en la Edad Moderna”. In: FORTEA, José I.; GELABERT, Juan E.; MANTECÓN, Tomás A. (Ed.). *Furor et rabies: violencia, conflicto y marginación en la Edad Moderna*. Santander: Servicio de Publicaciones de la Universidade de Cantabria, 2002, p. 47-68.
- DI NOLA, Alfonso. “Dal mondo magico al museo contadino”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell’ agricoltura italiana in età contemporânea*. Venezia: Marsiglio Editori, 1990.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- EBMER, Josef. “El matrimonio”. KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (a cura di). *Historia de la familia europea: la vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial (1789-1913)*. V. II. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 411-462.
- EDIGATI, Daniele. “La pace nel processo criminale: il caso toscano in età moderna”. In: BROGGIO, Paolo; PAOLI, Maria Pia (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII)*. Roma: Viella, 2011, p. 369-409.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução, Vera Ribeiro; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *A sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Tradução, Pedro Sússekind; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FARGE, Arlette. “Famílias. A honra e o sigilo”. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (orgs.) *História da vida privada: Da Renascença ao século das luzes*. V. 3. São Paulo: Companhia das letras, 1991, p. 581-617.

- _____. *Dire et maldire, l'opinion publique au XVIII siècle*. Paris: Editions du Seuil, 1992.
- _____. “Agitadoras notórias”. In: DAVIS, Natalie; FARGE, Arlette (org.). *História das mulheres: do renascimento à Idade Moderna*. V. 3. São Paulo: Afrontamento, 1991b, p. 552-572.
- _____. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- _____. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Confins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.
- FARR, James R. “Crimine nel vicinato: Ingiurie, matrimonio e onore nella digione del XVI e XVII secolo”. In: *Quaderni Storici*, Vol. 66, 1987, p. 839-854.
- FAUSTO, Boris. “Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FENKER, Terezinha Tessele. *Addio Celeste, Addio Trentino*. Porto Alegre: Editora Suliani, 2009.
- FERNÁNDEZ, María Alejandra. “Famílias en conflicto. Entre el honor y la deshonra”. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. E. Ravignani*, nº 20, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras. UBA.
- _____. “Entre la ley del más fuerte y la fuerza de la ley”. Las distintas respuestas frente a los insultos, Buenos Aires 1750-1810”. In: PESAVENTO, Jatahy; GAYOL, Sandra. *Sociabilidades, justiças e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANZINA, Emilio. “Frammenti di cultura contadina nelle lettere degli emigranti”. *Movimento Operario e Socialista*, 1/2, 1981, p. 49-75.
- _____. *Um'altro Veneto. Saggi e studi di storia dell'emigrazione nei secoli XIX e XX*. Abano Terme: Francisci Editore, 1983.

- _____. “Donne emigranti e donne di emigranti. Memoria e scritture popolari dell’emigrazione femminile italiana fra i due secoli”. In: *“Annali Cervi”*, 12, 1990, p. 237-264.
- _____. *Merica! Merica! Emigrazione e colonizzazione nelle lettere dei contadini veneti e friulani in America Latina 1876-1902*. Verona: CIERREB con Edizioni, 1994.
- _____. *Gli italiani al nuovo mondo: l’emigrazione italiana in America 1492-1942*. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1995.
- _____. *La storia altrove: casi nazionali e casi regionali nelle moderne migrazioni di massa*. Verona: Cierre Edizioni, 1998.
- _____. “Memoria familiar y region em las migraciones italianas a Brasil. Apuntes sobre el caso ‘padano-veneto’ (1875-2005)”. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, 19, 58, 2005, p. 461-482.
- _____. *A grande emigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. “Introduzione”. LORENZONI, Giulio. *Memorie di un emigrante italiano*. (a cura di) Emilio Franzina. Vicenza, Istituto per le ricerche di storia sociale e religiosa; Roma: Viella, 2008, p. 12-60.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: UNESP, 1997.
- FUCHS, Rachel G. “Beneficencia y bienestar”. In: KERTZER, David I.; BARBAGLI, Marzio (compiladores). *Historia de la familia europea: la vida familiar desde la Revolución Francesa hasta la Primera Guerra Mundial (1789-1913)*. V. II. Buenos Aires: Paidós, 2003, p. 243-296.
- GALLARDO, Milagros. “El clero secular inmigrante en la diócesis de Córdoba, Argentina, 1875-1925”. In: *Revista Métris: história & cultura*. V.9. Caxias do Sul: UCS, nº 17, 2010, p. 97- 115.
- GALT, Anthony H. “I beni matrimoniali in una città della Puglia durante il XVIII secolo e i primi anni del XIX”. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. *La famiglia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995, p. 339-358.
- GANDOLFO, R. “Notas sobre la élite de una comunidad emigrada en cadena: El caso de los agnoneses”. In: DEVOTO, F. J.; ROSOLI, G. F. (a cura di) *L’ Italia nella società argentina. Contributi sull’emigrazione italiana in Argentina*. Roma, Centro Studi Emigrazione, p. 160-177, 1988.
- GARDONI, Giuseppe. “Conflitti, vendette e aggregazioni familiari a Mantova”. In: ZORZI, Andrea (a cura di). *Conflitti, paci e vendette nell’Italia comunale*. Quaderni Reti medievali. E-Book; 14. Firenze: Firenze university press, 2009, p. 43-104. Disponível em anais eletrônicos. <http://centri.univr.it/rm/e-book/titoli/zorzi.htm>. Acessado no dia 27 de julho de 2011.

- GARRIOCH, David. “Insultos verbais na Paris do século XVIII”. In: BURKE, Peter; PORTER, ROY (org.) *História Social da Linguagem*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GAUVARD, Claude. “Justiça e paz”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Vol. II. Bauru, SP: Edusc, 2006, p. 55-61.
- GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires: hombres, honor y cafés 1862-1910*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 1995.
- _____. “Exigir y dar satisfação: un privilegio de las elites finiseculares”. In: PESAVENTO, Jatahy; GAYOL, Sandra. *Sociabilidades, justizas e violências: práticas e representações culturais no Cone Sul (séculos XIX e XX)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008, p. 109-146.
- GIBELLI, Antonio; CAFFARENA, Fabio. “Le lettere degli emigranti”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- GIMENO, Alejandro. *Nos arredores da Colônia: os proprietários nacionais e o comércio de terras no contexto da imigração italiana*. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2004. (Monografia de conclusão de curso).
- GINZBURG, Carlo. “O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. “Provas e possibilidades”. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- _____. “Raízes de um paradigma indiciário”. In: *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989a.
- GIRARD, René. *A violência e o sagrado*. 3ª Edição. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- GÓMEZ, María Pilar Molina. “Juventud y sexualidad: actitudes y conflictos entre ‘mozos’ y ‘dozellas’ en el marco social y familiar: algunos ejemplos del siglo XVIII en el suroeste de Albacete”. AIZPURA, Pilar Gonzalbo. *Familia y relaciones diferenciales, género y edade*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2009, p. 109-126.
- GREGORJ, Gregorio. *Studio sull’emigrazione dei contadini dal veneto*. Treviso: Tipografia di Luigi Zoppelli, 1897.
- GRENDI, Edoardo. “Microanalisi e storia sociale”. In: *Quaderni Storici*, nº 35, 1977, p. 506-520.
- _____. *Polanyi: dall’ antropologia economica alla microanalise storica*. Milão: Etas libri, 1978.
- _____. “O sistema político di una comunità ligure: Cervo fra cinquecento e seicento”. In: *Quaderni Storici*, nº 46, aprile de 1981, p. 92-129.

- _____. “Fonti criminali e storia social: Premessa”. In: *Quaderni Storici*, 66, n. 3, dicembre, 1987, p. 695-700.
- _____. *Il Cervo e la repubblica*. Il modello ligure di antico regime. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1993.
- _____. “E.P. Thompson e la ‘cultura plebea’”. In: *Quaderni Storici*, 85, n. 1, aprile 1994, p. 236-246.
- _____. *Storia di una storia locale*. L’ esperienza ligure 1792-1992. Venezia: Marsilio Editori, 1996.
- _____. “Paradoxos da história contemporânea”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 39-50.
- _____. “Microanálise e história social”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, 19-38.
- GRIECO, Sara F. Matthews. “O corpo, aparência e sexualidade”. In: DAVIS, Natalie; FARGE, Arlette (org.). *História das mulheres: do renascimento à Idade Moderna*. V. 3. São Paulo: Afrontamento, 1991, p. 71-119.
- GROSSELLI, Renzo Maria. *Vencer ou morrer: camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.
- HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre as estratégias sociais e familiares a partir dos registros de batismo da Vila do Rio Grande (1738-1763)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. (Tese de Doutorado)
- HESPANHA, António Manuel. “A resistência aos poderes”. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: o Antigo Regime 1620-1807*. Vol. IV. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 451-460.
- HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e terra, 2010.
- IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)*. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.
- JAMOUS, Raymond. “De la muerte de los hombres a la faz de dios: violênciã y paz em el Rif”. In: PITT-RIVERS, Julian; PERISTIANY, J. G (eds.) *Honor y gracia*. Madri: Alianza Editorial, 1993, p. 221-251.
- JULIA, Dominique. “A violênciã das multidões: é possível elucidar o desumano?” In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (org.). *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.
- KERTZER, David; SALLER, Richard P. “Prospettive storiche e antropologiche sulla vita della famiglia in italia”. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. (a cura di). “*La famiglia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995, p. 7- 27.

- KERTZER, David. *A história de Amalia: uma humilde canponesa e um advogado ambicioso em uma luta por justiça na Itália do século XIX*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- KLAPISCH-ZUBER, CHISTIANE. “Relazioni di parentela e vita politica a Firenze nel XIV secolo”. In: KERTZER, David; SALLER, Richard P. (a cura di). *La famiglia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995, p. 233-254.
- LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Montaillou: povoado occitânico 1294-1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *História dos camponeses franceses: da peste negra à revolução*. V. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- LANARO, Silvio. “Da contadini a italiani”. In: BEVILACQUA, Piero (a cura di). *Storia dell’agricoltura italiana in età contemporânea*. Venezia: Marsilio Editori, 1990, p. 937-968.
- LANGUE, Frérique. “Una história silenciada: desorden, transgression y rumores bolivarianos del siglo XVIII”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frédérique (orgs). *Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 23-42.
- LEBRUN, François. “O sacerdote, o príncipe e a família”. In: BURGUIÈRE, André (et al) *História da família: O choque das modernidades Ásia, África, América, Europa*. vol. 3. Lisboa, Portugal: Terramar, 1998, p. 83-134.
- LEVI, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985.
- _____. “Famiglie Contadine nella Liguria del Settecento”. In: Levi, Giovanni. *Centro e periferia di uno stato assoluto: tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Turin: Rosenberg & Seller, 1985a, p. 71-149.
- _____. “Immigrazione e doppio lavoro lungo il corso della vita: alcune osservazioni sul Piemonte dell’ottocento”. In: “*Annali Alcide Cervi*”, 11, 1989.
- _____. “Economia contadina e mercato della terra nel Piemonte di Antigo Regime”. In: BEVILACQUA, Peiro (a cura di). *Storia dell’agricoltura italiana in Età Contemporanea*. V. II. Venezia: Marsilio Editori, 1990, p. 535- 553.
- _____. “Famiglia e parentela: qualche tema di riflessione”. In: BARBAGLI, Marzio; KERTZER, David (a cura di). *Storia della famiglia italiana 1750-1950*. Bologna: Il Mulino, 1992, p. 307-321.
- _____. “Antropologia i microhistòria”. *Manuscripts*, n. 11, p. 15-28, Janeiro 1993. Disponível em <http://www.raco.cat/index.php/manuscripts/issue/view/1935>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

- _____. “Problemas de Escala”. In: *Relaciones* 95. Verano, 2003, v. 24, p. 279-288. Disponível em <http://www.colmich.edu.mx/relaciones/>. Acessado em 9 de setembro de 2010.
- _____. “Relaciones y cultura de las clases populares”. *Relaciones* 94. Primavera, 2003a, v. 24, n. 094, Colegio de Michoacán Zamora, México, p. 251-266. Disponível em <http://www.colmich.edu.mx/relaciones/>. Acessado em 9 de setembro de 2010.
- _____. “Sobre a micro-história”. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Pienonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Mônica de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs) *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- LIMA, Espada Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MACCAGNAN, Guerrino. *Quando a Cologna c'erano i podestà: violenze e criminalità tra il XVI e il XVII secolo nelle lettere dei podestà*. Cologna Veneta: Centro Studi “Giulio Cardo”, 2006.
- MACDONALD, J. S; L. D. MACDONALD. “Chain Migration, Ethnic Neighborhood and Social Networks”. *The Milbank Memorial Fun Quaterly*, XLII, (1), p. 82-96, 1964.
- MACIEL, Maria Lucia. *O milagre italiano: caos, crise e criatividade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996.
- MANFROI, Olívio. *A colonização italiana no Rio Grande do Sul: implicações*. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 2001.
- MARIN, Jérri Roberto. “*Ora et labora*”: o projeto de restauração católica na ex-Colônia Silveira Martins. Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 78. (Dissertação de Mestrado).
- MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernanbuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- MARQUIEGUI, Dedier Noberto. “Las cadenas migratorias españolas e la Argentina. El caso de los Sorianos de Luján”. In: *Stdi Emigrazione*, XXIX. Centro Studi Emigrazione: Roma, nº 105, 1992, p. 69-101.
- MARTINS, José de Souza. “Por uma compreensão do esquecimento e do silêncio”. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- _____. “As condições do estudo sociológico dos linchamentos no Brasil”. In: *Estudos Avançados*. Vol. 9, nº 25, São Paulo, 1995, p. 295-310. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000300022, acessado em 30 de setembro de 2011.

- _____. “Linchamento, o lado sombrio da mente conservadora”. In: *Tempo social* – revista de sociologia da USP. Vol. 8, nº 2. São Paulo, 1996. P. 11-26.
- MASSULLO, Gino. “Economia delle rimesse”. In: BEVILACQUA, P.; DE CLEMENTI, A.; FRANZINA, E. (a cura di). *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001, p. 161-183.
- MATTHEWS-GRIECO, Sara F. “Corpo e sexualidade na Europa do Antigo Regime”. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do Corpo: da renascença às luzes*. V. 1. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 217-302.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MENEZES, Lená Medeiros de. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- MENGOZZI, Dino. *Sicurezza e criminalità. Rivolte e comportamenti irregolari nell’Italia centrale, 1786-1861*. Milano: Franco Angeli, 1999.
- MERZARIO, Raul. *Adamocrazia: famiglie di emigranti in una regione alpina (Svizzera italiana, XVIII secolo)*. Bologna: Il Mulino, 2000.
- _____. *Il paese stretto: strategie matrimoniali nella diocesi di como secoli XVI-XVIII*. Torino: G. Einaudi, 1981.
- MIGUEZ, E. “Microhistoria, redes sociales e historia de las migraciones: ideas sugestivas y fuentes parcas”. In: BJERG, M.; OTERO, H. (Comp.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil: CEMA – IEHS, p. 23-33, 1995.
- MONSMA, Karl; TRUZZI, Oswaldo; CONCEIÇÃO, Silvano da. “Solidariedade étnica, poder local e banditismo: uma quadrilha calabresa no Oeste Paulista, 1895-1898”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 18, n. 53 (out.), p. 71-96, 2003.
- _____. “Imigração e violência racial: italianos e negros no oeste paulista, 1888-1914”. In: *Impulso*. Piracicaba, 15(37): 2004, p. 49-60.
- _____. “História de Violência: inquéritos policiais e processos criminais como fontes para o estudo de relações interétnicas”. In: DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; TRUZZI, Oswaldo (orgs.). *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Carlos: EdUFCar, 2005.
- _____. “Identidades, desigualdade e conflito: imigrantes e negros em um município do interior paulista, 1888-1914”. In: *História Unisinos*. São Leopoldo, 11(1): 111-116, 2007.
- _____. “O comerciante, o estancieiro e o militar: noções divergentes de honra entre as elites do Rio Grande do Sul no início do século XIX”. In: HEINZ, Flávio (org.).

Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina. São Leopoldo: Oikos, 2009.

MORENO, José L. “Familia e ilegitimidad en perspectiva: reflexiones a partir del caso rioplatense”. In: BJERG, María & BOIXADÓS, Roxana. *La Familia: Campo de investigación interdisciplinario. Teorías, métodos y fuentes.* Buenos Aires: Universidade Nacional de Quilmes, 2004, p. 133-170.

MOVELLÁN, Tomás A. M. “El peso de la infrajudicialidad em el control del crimen durante la edad Moderna”. *Estudis*, 28, 2002, p. 43-75.
<http://centros.uv.es/web/departamentos/D235/data/informacion/E130/PDF14>.

_____. “La acción de justicia en la España Moderna”. In: BROGGIO, Paolo; PAOLI, Maria Pia (a cura di). *Stringere la pace: Teorie e pratiche della conciliazione nell’ Europa moderna (secoli XV-XVIII).* Roma: Viella, 2011, p. 333-368.

NICOLI, Ottavia. “Renuncia, pace, perdono. Rituali di pacificazione della prima età Moderna”. In: *Studi Storici.* Revista trimestrale dell’istituto Gramsci. Gennario/marzo, 1990, nº 40, p. 210-253.

_____. *Perdonare: Idee, pratiche, rituali in Italia tra cinque e seicento.* Bari: Editori Laterza, 2007.

NORBERT, Elias. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização.* V. 2. Jorge Zahar Editor, 1993.

NORBERT, Elias & SCOTSON, L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Nossos Ancestrais: Família Bortoluzzi, Vale Vêneto – RS. Santa Maria: Editora MultiPress.

NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio F. da (org.). *A nova história em perspectiva.* Vol. 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

ONORI, Alberto M. “Pace privata e regolamentazione della vendetta in Valinevole”. In: ZORZI, Andrea (a cura di). *Conflitti, paci e vendette nell’Italia comunale.* Quaderni Reti medievali. E-Book; 14. Firenze: Firenze university press, 2009, p. 219-235. Disponível em anais eletrônicos. <http://centri.univr.it/rm/e-book/titoli/zorzi.htm>. Acessado no dia 27 de julho de 2011.

PALMERO, Beatrice. “Regole e registrazione del possesso in età moderna. Modalità di costruzione del territorio in alta Val Tanaro”. In: *Quaderni Storici* /103 a. XXXV, n. 1, gennaio 2000, p. 49- 85. .

PALOMBARINI, Augusta. *Cara consorte: l’epistolario di una famiglia marchigiana dalla grande emigrazione alla grande guerra.* Ancona: Il Lavoro Editoriale, 1998.

- PASSERINI, Luisa Di. “Storia delle donne, storia di genere: contributi di metodo e problemi aperti”. In: CORTI, Paola. *Emigrazione e comportamenti femminili*. In: “*Annali Cervi*”, 12, 1990, p. 9-22.
- PELAJA, Margherita. *Matrimonio e sessualità a Roma nell’ottocento*. Roma: Laterza, 1994.
- PEREIRA, Syrléa Marques. *Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memórias de mulheres*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, 2008.
- PERISTIANY, J. G (org). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- _____. “Honra e vergonha numa aldeia cipriota de montanha”. In: PERISTIANY, J. G (org). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 141-155.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. “Dramas e conflitos familiares”. In: PERROT, Michelle (Et. al.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à 1ª Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991, p. 263-285.
- _____. “Funções da família”. In: PERROT, Michelle (Et. al.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à 1ª Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991, p. 105-119.
- _____. “Figuras e papéis”. In: PERROT, Michelle (Et. al.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à 1ª Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991, p. 121-185.
- _____. “A vida em Família”. In: PERROT, Michelle (Et. al.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à 1ª Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras. 1991, p. 187-191.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. “O imigrante na política Rio-Grandense”. In: DACANA, José H. (org.). *RS: Imigração & Colonização*. 3º ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.
- PES, Luca. “Storia di un parroco, una cooperativa e contadini che emigrano (1919-1934). In: VANZETTO, Livio (a cura di). *Emigrare da Fossalonga: un paese del Veneto rurale nella prima metà del novecento* Treviso: Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche: Canova, 2000, p. 83-138.
- PISELLI, Fortunata. *Parentela ed emigrazione: mutamenti e continuità in una comunità calabrese*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1981.
- PITT-RIVERS, Julian. “Honra e posição social”. In: PERISTIANY, J. G (org). *Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 11-60.

- _____. “A doença da honra”. In: CZECHOESKY, Nicole (org.) *A honra: imagem de si ou o dom de si – um ideal iquívoco*. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 17-32.
- _____. “El Lugar de la gracia en la antropología”. In: PITT-RIVERS, Julian; PERISTIANY (eds.). *Honor y gracia*. Madrid: Alianza Editorial, 1993, p. 280-322.
- _____. “Introducción”. In: PITT-RIVERS, Julian; PERISTIANY (eds.). *Honor y gracia*. Madrid: Alianza Editorial, 1993, p. 15-37.
- PIZZORUSSO, Giovanni; SANFILIPPO. “Rassegna storiografica sui fenomeni migratori a lungo raggio in Italia dal Basso Medievo AL secondo dopoguerra”. *Bollettino di Demografia Storia*, n. 13, 1990.
- _____. “I movimenti migratori in Italia in ântico regime”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.
- PORTELLI, A. “O que faz a história oral diferente”. *Proj. História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fevereiro. 1997.
- _____. “A filosofia e os fatos”. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro: Relume-Dumará, v. 1, n.2, p. 59-72, 1996.
- _____. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) *Usos & abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- _____. “Alcune riflessini”. In: ANDREINI, A.; CLEMENTE, P. I custodi delle voce: archive orale in Toscana: primo censimento. Firenze: Regione Toscana, 2007, p. 263-265.
- POSSAMAI, Paulo. “*Dall’Italia siamo partiti*”: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875–1945). Passo Fundo: UPF, 2004.
- POUTIGNAUT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e seus fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de E. Fernandes. São Paulo: UNESP, 1997.
- PROBST, Carlos. *História da província da Pia Sociedade das Missões (PSM – Palotinos)*. Londrina: 1989. Texto datilografado.
- PROSPERATI, Adriano. *Dar a alma: história de um infanticídio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- RAGGIO, Osvaldo. “La politica nella parentela: conflitti locali e commissari in Liguria Orientali (secoli XVI-XVII)”. In: *Quaderni Storici* 63, n.3, dicembre 1986, p. 722-757.
- _____. *Faide e parentele*. Lo stato genovese visto dalla Fontanabuona. Torino: Giulio Einaudi editore, 1990.
- _____. “Etnografia e storia politica”. In: *Quaderni Storici*, 75, n° 3, dicembre 1990a, p. 937-954.
- _____. “La storia come pratica. Omaggio a Edoardo Grendi (1932-1999). In: *Quaderni Storici*, 100, n° 1, aprile 1999, p. 3-11.
- _____; TORRE, Angelo. “Prefazione”. In: RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo (a cura di). *Edoardo Grendi. In altri termini: Etnografia e storia di un società di antico regime*. Milano: Feltrinelli, 2004, p. 5-34.
- RAMELLA, Franco. “Movilidad geográfica y movilidad social. Notas sobre la emigración rural de la Italia del Noroeste (1880-1914)”. *Estudios Migratórios Latinoamericanos*, 6, 17, 1991, p. 107-118.
- _____. “Por um uso fuerto del concepto de red em los estudios migratórios”. In: BJERG, M; OTERO, H. (Comp.). *Inmigracion y redes sociales en la Argentina Moderna*. Tandil CEMLA- IEHS, 1995, p. 9-21.
- _____. “Reti sociali, famiglia e strategie migratorie”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- _____. “Gli studi sull' emigrazione tra vecchi paradigmi e nuove prospettive”. In: SAIJA, M. (a cura di) *L' emigrazione italiana transoceanica tra Otto e novecento e la storia delle comunità derivate*. Atti del Covegno Internazionale di Studi. Salina 1-6, guigno 1999. V. I – II. Messina: Edizione TRISFORM, 2003.
- _____. “Le migrazioni interne. Itinerari geografici e percorsi sociali”. In: CORTI, Paola; SANFILIPPO, Matteo (a cura). *Storia d'Italia: migrazioni*. Torino, Giulio Einaudi Editore, 2009, p.425-448.
- REGINATO, M., VANGELISTA, C. “L' emigrazione in Espírito Santo tra' 800 e '900. Uma análise in base ai registri navali”. In: REGINATO, M. (a cura di). *Dal Piemonte allo Stato di Espírito Santo. Aspetti dell'emigrazione italiana in Brasile tra Ottocento e Novecento*. Torino: Regione Piemonte, 1996, p. 227-242.
- RESTA, Patrizia. *Pensare il sangue: la vendetta nella cultura Albanese*. Roma: Meltemi editore, 2002.
- REVEL, Jacques. “Microanálise e construção do social”. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 15-38.

- _____. “A história ao rés-do-chão”. Prefácio. In: LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37.
- RIZZO, Domenico. “L’impossibile privato: fama e pubblico scandalo in età liberale”. In: *Quaderni Storici*. 112/ a. XXXVIII, n. 1, aprile 2003, p. 215-244.
- ROWLAND, Robert. “Práticas de nomeação em Portugal durante a Época Moderna: ensaio de aproximação”. *Etnográfica*, maio/2008.
- RUBERT, Arlindo. *Clero secular no Rio Grande do Sul (1815-1930) – Padres imigrantes*. Santa Maria: Editora Pallotti, 1977.
- _____. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época imperial (1822-1889)*. Porto Alegre: EDIPURS, 1998.
- _____. *Quarta Colônia Italiana: assistência religiosa (1877-1900)*. Porto Alegre: EST, 2003.
- RUGGIERO, Guido. “Più che la vita caro’: Onore, matrimonio e reputazione femminile nel tardo rinascimento”. In: *Quaderni storici*, 66/a. XXII, n. 3, 1987, p. 753-775.
- SALLER, Richard P.; KERTZER, David. “Prospettive storiche e antropologiche sulla vita della famiglia in Italia”. In: KERTZER, David I.; SALLER, Richard P. *La famiglia in Italia: dall’antichità al XX secolo*. Firenze: Le Lettere, 1995.
- SANFILIPPO, Matteo. “Tipologia dell’ emigrazione di massa”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell’emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- SANTIN, Silvino; ISAIA, Antônio. *Silveira Martins: patrimônio histórico-cultural*. Porto Alegre: EST, 1990.
- SARACENO, Chiara; NALDINI, Manuela. *Sociologia della famiglia*. Bologna: Il Mulino, 2007.
- SARTI, RAFFAELLA. *Vita di casa: Abitare, mangiare, vestire nell’Europa Moderna*. Bari: Editori Laterza, 2003.
- SBRICCOLI, Mario. “Giustizia negoziata, giustizia egemonica. Riflessioni su una nuova fase degli studi di storia della giustizia criminale”. In: BELLABARBA, Marco; SCHWERHOFF, Gerd; ZORZI, Andrea (a cura). *Criminalità e giustizia in Germania e in Itália*. Bologna: Società editrice il Mulino, 2001, p. 345-364.
- SCHINDLER, Norbert. “Os tutores da desordem: rituais da cultura juvenil nos primórdios da era moderna”. In: LEVI, Giovanni; SCHMITT, Claude (org.). *História dos Jovens: da antiguidade à era moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 265-324.
- SCROCCARO, Luigino. *Preti, rettori e parroci della chiesa di San Giorgio in Marcon (secoli XII-XX)*. Venezia, Comunità Parrocchiale di Marcon, settembre, 2010.

- SILVA, Maria Odila Leite. *Quotidiano e poder: em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- SOUZA, Sonia Maria de. *Terra, família, solidariedade: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Bauru, SP: EDUSC, 2007.
- SPIERENBURG, Pieter. “Masculinity, violence, and honor: an introduction”. In: SPIERENBURG, Pieter (ed.). *Men and violence: Gender, honor, and rituals in Modern Europe and America*. Ohio State University Press, 1998, p. 1-28.
- SPONCHIADO, Breno Antônio. *Imigração & 4ª Colônia: Nova Palma e Pe. Luizinho*. Santa Maria: UFSM, 1996.
- TETI, Vito. “Emigrazione, alimentazione, cultura popolari”. In: BEVILACQUA, Piero; DE CLEMENTI, Andreina; FRANZINA, Emilio. *Storia dell'emigrazione italiana: partenze*. Roma: Donzelli Editore, 2001.
- THOMPSON, Edward. “The grid of inheritance: a comment”. In: GOODY, Jack; THIRSK, Joan e THOMPSON, Edward Palmer. *Family and Inheritance. Rural Society in Western Europe, 1200-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, Past and Present Society, 1976.
- _____. *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- _____. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- TIRABASSI, Maddalena. “Um mondo alla rovescia: le emigrate italiane negli Stati Uniti, da contadine a cittadine”. In: *Annali dell'istituto Cervi*, n° 33, 1990, p. 307-323.
- TORRE, Angelo. *Il consumo di devozioni: religione e comunità nelle campagne dell'Ancien Régime*. Venezia: Marsilio, 1995.
- _____. “La produzione storica del luoghi”. In: *Quaderni Storici*, 110, n° 2, agosto 2002, p. 443-474.
- _____. “La genesi dello spazio: il miracolo dell'ostia (Asti, 10 maggio 1718)”. In: *Quaderni Storici*, 125, n. 2, agosto 2007.
- _____. *Lughi: La produzione di località in età moderna e contemporanea*. Roma: Donzelli Editore, 2011.
- TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- VAQUINHAS, Irene Maria. “A condição camponesa entre mito e a realidade”. In: MATTOSO, José (org.) *História de Portugal: o liberalismo 1807-1890*. Vol. V. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 479-491.

VANGELISTA, Chiara. *Os braços da lavoura (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. “Gênero e estratégias migratórias: mulheres italianas imigrantes no estado do Espírito Santo Brasil, 1894-1895”. *XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP*. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/PDF/1998/a177.pdf>. Disponível em 16 de setembro 2012.

VANNINI, Ismael Antônio. *O sexo, o vinho e o diabo: demografia e sexualidade na colonização italiana no Rio Grande do Sul – 1906–1970*. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. *História, sexualidade e crime: imigrantes e descendentes na (RCI) região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1938/1958)*. Porto Alegre: PUCRS, 2008. (Tese de doutorado)

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça Minas Gerais, século 19*. São Paulo: EDUSC, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. “Redes de compadrio em Vila Rica: um estudo de caso”. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (org.). *Exercícios de micro-história*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

VENDRAME, Máira Ines. “*Lá éramos servos, aqui somos senhores*”: a organização dos imigrantes italianos na ex-colônia Silveira Martins (1877-1914). Santa Maria: Ed. da UFSM, 2007.

_____. “Entre ofensas e punições: reflexões sobre as concepções de honra e justiça entre os imigrantes italianos do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, 1880-1900)”. In: MARTINS, Ismênia de Lima; HECKER, Alexandre (org.) *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. São Paulo: Expressão e Arte Editora, 2010.

_____. “Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor”: redes sociais, família e estratégias migratórias. In: *Métis: história & cultura*, v. 9, n. 17, Caxias do Sul: UCS, 2010, p. 69-82.

VÉSCIO, Luiz E. *O Crime do Padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1925)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Santa Maria: Editora UFSM, 2001.

VIGARELLO, Jorges. *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VILLAR, Pierre. “Camponês, Operário e Rebeliões “Nacionais”: o caso da Catalunha no século XIX”. In: KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história: ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

XAVIER, Angela; HESPANHA, Antonio Manuel. “As redes clientelares”. In: HESPANHA, Antonio Manuel (Coord.). *História de Portugal – Antigo Regime*. V.4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 381-394.

- WADI, Yonissa. *A história de Pierina: subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- WEISSER, Michael R. *Crime and punishment in Early Modern Europe*. New Jersey: Humanities Press, 1979.
- WICKHAM, Chris. *Legge, pratiche e conflitti: Tribunali e risoluzione delle dispute nella Toscana del XII secolo*. Roma: Viella, 2000.
- WIRAN, Unni. *Em honra de Fadime: assassinato e humilhação*. São Paulo: Editora Unifesp, 2010.
- WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Edunb, 1995.
- ZAGONEL, Carlos Albino. *Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895-1915)*. Porto Alegre: PUCRS, 1975.
- ZANINI, Maria Catarina C. *Italianidade no Brasil Meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2006.
- _____. “Agricultores, camponeses e também colonos descendentes de imigrantes italianos na Região Central do Rio Grande do Sul”. In: NEVES, Delma Pessanha (org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, v. 2: formas dirigidas de constituição do campesinato. São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- ZANNINI, Andrea; GAZZI, Daniele. *Contadini, emigranti, “colonos”*. Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale: storia e demografia, 178-1910. Tomo I. Treviso: Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 2003a.
- _____. *Contadini, emigranti, “colonos”*. Tra le Prealpi venete e il Brasile meridionale: storia e demografia, 178-1910. Tomo II. Treviso: Edizioni Fondazione Benetton Studi Ricerche/Canova, 2003b.
- ZENHA, Celeste. “Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça”. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, p. 125-141.
- ZOMABEND, Françoise. “Prénoms et identité” In. *Lê prénom, mode et histoire: lês entretiens de Malher*. Édition de L’ École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris. 1980.
- _____. “Olhar etnográfico sobre o parentesco e a família”. In: BURGUIERRE, A (et alli) *História da família: Mundo longínquos*. Vol. I. Lisboa: Terramar, 1998, p. 13- 66.
- ZORZI, Andrea. “La cultura della vendetta nel conflitto politico in età comunale”. In: DELLE DONNE, Roberto; ZORZI, Andrea (a cura di). *Le storie e la memoria: in onore di Arnold Esch*. Quaderni Reti medievali. E-Book; 1. Firenze: Firenze university

press, 2002, p. 135-170. Disponível em anais eletrônicos. <http://centri.univr.it/rm/ebook/festesch.html>. Acessado em 25 de janeiro de 2012.

_____. *Conflitti, paci e vendette nell'Italia comunale*. Quaderni Reti medievali. E-Book; 14. Firenze: Firenze university press, 2009. Disponível em anais eletrônicos. <http://centri.univr.it/rm/e-book/titoli/zorzi.htm>. Acessado em 27 de julho de 2011.

_____. “I conflitti nell'Italia comunale. Riflessioni sullo stato degli studi e sulle prospettive di ricerca”. In: ZORZI, Andrea (a cura di). *Conflitti, paci e vendette nell'Italia comunale*. Quaderni Reti medievali. E-Book; 14. Firenze: Firenze university press, 2009, p. 7-42. Disponível em anais eletrônicos. <http://centri.univr.it/rm/e-book/titoli/zorzi.htm>. Acessado em 28 de julho de 2011.

Sites consultados:

<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=630>

<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/938502>

<http://www.ufpr.br/portalfpr/noticias/comeca-neste-sabado-ciclo-de-videoconferencias-da-economia-da-regiao-do-veneto/>.

<http://www.provincia.treviso.it/Engine/RAServePG.php/P/487610010316/T/Pianta-Geografica>.

<http://www.italica.rai.it/scheda.php?scheda=sisuona>